

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

CONHECIMENTOS GERAIS

ÍNDICE

- 1) Elementos de política brasileira - pág.03
- 2) Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão – pág. 6
- 3) Cultura internacional – pág. 8
- 4) História do Brasil – pág. 9
- 5) Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea – pág.129
- 6) O desenvolvimento urbano brasileiro – pág.132
- 7) Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais – pág.133
- 8) Elementos de economia internacional contemporânea – pág.139
- 9) Panorama da economia nacional – pág.143
- 10) O cotidiano brasileiro – pág.146

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Elementos de política brasileira.

A primeira constatação que se pode fazer a propósito da provável política externa do futuro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva é a de que se tratará de uma diplomacia evolutiva, tanto em seus contornos conceituais como em seu *modus operandi*. No dia seguinte à sua eleição consagrada no segundo turno das eleições presidenciais, e não conhecido ainda o nome que integrará seu futuro governo na qualidade de chanceler – que poderia ser tanto um representante da diplomacia profissional, como um “civil” com conhecimento da área –, pode-se dizer que o PT percorreu um longo caminho de construção tentativa de um pensamento em política externa, desde o programa de cunho socializante do partido criado mais de duas décadas atrás, até o programa da campanha presidencial de 2002 e, mais importante, o primeiro pronunciamento oficial do presidente eleito, em 28 de outubro de 2002.

Com efeito, o programa fundacional do PT previa uma “política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional...” Não constava, do primeiro programa, menção explícita à “política externa”, mas, o “plano de ação” contemplava os seguintes pontos em seu item “VI-Independência Nacional: contra a dominação imperialista; política externa independente; combate a espoliação pelo capital internacional; respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos”.¹ [1] Como se vê, uma plataforma típica dos partidos esquerdistas da América Latina no período clássico da Guerra Fria e dos “movimentos de libertação nacional”.

Desde então, o partido e seus dirigentes evoluíram sensivelmente, mas o itinerário não deixou de ser algo errático, ou pelo menos hesitante (ou relutante) na adesão a princípios consagrados da política externa brasileira, como poderia ser observado mediante um exame perfunctório dos principais temas de relações internacionais do Brasil selecionados como plataforma de campanha nas eleições presidenciais de 1989 até hoje. Vejamos rapidamente algumas dessas posições.

Em 1989, a principal característica do candidato Lula era sua identificação com a luta dos oprimidos da América Latina. O candidato do PT apresentou um amplo e abrangente programa de governo e, segundo se depreendia das resoluções políticas adotadas pelo Partido em seu IV Encontro Nacional (junho de 1989), pretendia propor uma “política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência nos assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos”.

Mesmo se esses princípios não diferiam muito da política externa efetivamente seguida pelo Brasil, ainda assim uma vitória do candidato-trabalhador, representaria uma reavaliação radical das posturas brasileiras na área, já que a “Frente Brasil Popular” prometia adotar uma “política antiimperialista, prestando solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo”. Um hipotético Governo da Frente defenderia a “luta dos povos oprimidos da América Latina” e Lula chegou mesmo a propor a “decretação de uma moratória unilateral para ‘solucionar’ a questão da dívida externa”.²[2] Aliás, na proposta que o PSB – um dos membros da Frente – apresentou de um “programa mínimo” das esquerdas para as eleições presidenciais de 1989, se defendia a “imediate suspensão de qualquer pagamento relacionado com a dívida externa”, a constituição de um “entendimento entre os diversos países devedores com vistas a fortalecer o não-pagamento” e o estabelecimento de “relações fraternas com todos os partidos que tenham como objetivo a construção da democracia e do socialismo com o objetivo de unir esforços na preparação de uma alternativa à crise do modo de produção capitalista”.

Em 1994, o candidato do PT lançou-se em campanha à frente de todos os demais, tendo preparado-se, aliás, para disputar novamente a presidência praticamente desde o final das eleições de 1989. Alguns meses depois dessas eleições, o líder do PT tinha com efeito anunciado, em coalizão com alguns outros partidos de esquerda, a formação de um “governo paralelo”, seguramente um dos poucos exemplos de *shadow cabinet* ao sul do Equador. Infelizmente, a experiência não chegou realmente a frutificar, pelo menos no que se refere à atividade de um “ministro paralelo” das relações exteriores. Não se teve notícia de que o chanceler “paralelo” – designado na pessoa do filósofo e professor Carlos Nelson Coutinho – tivesse avançado um programa, ou sequer elementos, de uma “política externa alternativa”, com propostas concretas para o relacionamento internacional do Brasil.

Em todo caso, a partir desse período, Lula passou a viajar bastante pelo Brasil e ao exterior e patrocinou em São Paulo um “foro” de partidos de esquerda da América Latina, que depois consolidou-se como reunião periódica de formações “progressistas” da região e contrárias às supostas ou reais políticas “neoliberais” de estabilização econômica no continente. A despeito de uma condenação genérica do chamado “consenso de Washington”, o candidato do PT também desenvolveu um maior conhecimento a respeito das opções na frente externa, tendo chegado a posições definidas, embora nem todas explícitas, em relação aos grandes problemas internacionais enfrentados pelo Brasil.

O PT foi também o que primeiro definiu um programa de Governo para as eleições de 1994, com propostas bem articuladas, mas por vezes contraditórias, que refletiam um intenso debate interno entre as diversas correntes do partido. Alguns grupos representativos de “minorias” (negros, ecologistas, homossexuais e outros grupos de “excluídos” ou “marginalizados”) lograram incluir suas reivindicações específicas nesse programa. Com base no programa do Partido e em texto assinado pelo próprio candidato, quais foram, em todo caso, os principais elementos da agenda do PT em relação à política externa nacional e às relações internacionais nesse ano do Plano Real (definido pelo PT como um “estelionato eleitoral”)?

O problema básico da política externa brasileira, tal como detectado no programa, foi designado como sendo a ausência, “há mais de quinze anos, de um projeto nacional de desenvolvimento”, opinião reafirmada pelo candidato em artigo publicado no *Boletim* da Associação dos Diplomatas Brasileiros. [3] Lula reconhecia, também em acordo com o programa, que “durante os governos militares, mais particularmente no período do general Geisel, existia um projeto nacional, politicamente autoritário e socialmente excludente” que, a despeito das críticas que seu partido pode fazer, “abriu brechas para que o Brasil reorientasse sua política externa”. Em 1994, segundo o programa, persistia “inercialmente a política externa daquele período, adequada empiricamente às novas realidades...”. Mas, em face do quadro de mudanças, o “Governo Democrático e Popular deveria desenvolver uma política externa que buscará simultaneamente uma inserção soberana do Brasil no mundo e a alteração das relações de força internacionais contribuindo para a construção de ordem mundial justa e democrática”.⁴[4]

O programa de então destacava como áreas prioritárias da “nova política externa” a América Latina e o Mercosul, referindo-se aqui, de forma equivocada, ao “Merconorte”. Ele não deixava tampouco de dar ênfase às “relações de cooperação econômica e nos domínios científico e tecnológico, com uma correspondente agenda política”, na esfera Sul-Sul, com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul e com os países de língua portuguesa. Algumas iniciativas internacionais eram listadas, como, por exemplo, a “rediscussão dos problemas das dívidas externas dos países periféricos”, propostas sobre a fome e a miséria no mundo ou ainda a convocação de uma conferência internacional – “de porte semelhante à ECO-92” – para discutir a situação do trabalho no mundo e medidas efetivas contra o desemprego. O programa também prometia recuperar o Ministério das Relações Exteriores, “cuja estrutura foi sucateada nos últimos anos”.

Em seu artigo assinado, depois de listar algumas das transformações por que passou o mundo no período recente, o candidato Lula indicava alguns elementos para a formulação da “nova política externa para o Brasil”. “Em

primeiro lugar, o Brasil só poderá ter uma política externa consistente se tiver um claro projeto nacional de desenvolvimento, com o correspondente fortalecimento da democracia, o que significa universalização da cidadania, do respeito aos direitos humanos, reforma e democratização do Estado”. Esse projeto nacional de desenvolvimento compreende um “modelo de crescimento que favoreça a criação de um gigantesco mercado de bens de consumo de massas que permita redefinir globalmente a economia, dando-lhe, inclusive, novas condições de inserção e de cooperatividade internacionais”. “Em segundo lugar, o Brasil não pode sofrer passivamente a atual (des)ordem mundial. Ele tem de atuar no sentido de buscar uma nova ordem política e econômica internacional justa e democrática”.

Considerando que a política externa é, antes de mais nada, uma questão de política interna, o candidato reafirmava seus pressupostos de atuação: “A política externa não vem depois da definição de um projeto nacional. Ela faz parte deste projeto nacional”. Parafrazeando Clausewitz, o candidato do PT, portanto, também poderia hipoteticamente dizer: “A política externa é a continuação da política interna por outros meios”.

Em 1998, já em sua terceira candidatura, desta vez por uma coligação — a “União do Povo Muda Brasil”, com PT/PDT/PCdoB/PSB/PCB — Lula esforçou-se por colocá-la sob o signo da continuidade e da inovação, este último aspecto apresentando-se, desde o início da campanha, sob a forma de uma aliança política privilegiada com seu concorrente trabalhista das experiências anteriores, o líder do PDT Leonel Brizola. Este antigo líder da história política brasileira chegou a causar constrangimentos para o então relativamente moderado candidato “dos trabalhadores”, ao defender uma postura intransigente em relação ao capital estrangeiro e às privatizações de empresas públicas, chegando mesmo a declarar que não só esse processo seria interrompido mas que algumas das leiloadas seriam suscetíveis de reversão ao domínio estatal num eventual governo da coligação.

O próprio candidato à presidência defendeu uma redução das importações por via de medidas governamentais, embora de caráter tarifário, o que garantiria a transparência da política comercial de um Governo do PT e seus aliados partidários. As “Diretrizes do Programa de Governo” da coalizão popular acusavam o Governo FHC de ter praticado uma abertura “irresponsável” da economia e de ter desnacionalizado a “nossa indústria e nossa agricultura, provocando desemprego e exclusão social”. A ênfase na perda de soberania econômica do País era aliás o ponto forte da campanha de Lula na área internacional, elemento combinado a uma política externa de tipo voluntarístico que se propunha mudar a forma de inserção do Brasil no mundo a partir da manifestação da vontade política, aqui ignorando aparentemente as linhas de força nas instituições internacionais e nas relações com os demais países, parceiros ou “adversários” na atual ordem econômica mundial.

O Ponto 12 dessas diretrizes, “Presença soberana no mundo”, defendia, de forma conseqüente, uma “política externa, fundada nos princípios da autodeterminação”, que faria — segundo o texto, “expressará nosso desejo” de ver — o Brasil atuar “com decisão visando alterar as relações desiguais e injustas que se estabeleceram internacionalmente”. Ainda nessa mesma linha, um eventual Governo liderado pelo PT lutaria “por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, sobretudo a ONU, o FMI e a OMC”. Com efeito, documento liberado quando do agravamento da crise financeira, em princípios de setembro de 1998, avançava a proposta de “participar da construção de novas instituições financeiras internacionais”, uma vez que “as atualmente existentes — FMI, OMC, BIRD — são incapazes de enfrentar a crise”. De forma ainda mais explícita, a coalizão de Lula pretendia combater o Acordo Multilateral de Investimentos em fase de negociação na OCDE, considerado como “atentatório à soberania nacional”.

De maneira mais positiva, o programa enfatizava a intenção de fortalecer as relações do Brasil com os outros países do Sul, “em especial com os da América Latina, da África meridional e aos de expressão portuguesa”. O processo de integração subregional, finalmente, era visto muito positivamente, mas ficava claro o desejo de efetuar uma “ampliação e reforma do Mercosul que reforce sua capacidade de implementar políticas ativas comuns de desenvolvimento e de solução dos graves problemas sociais da região”. Deprendia-se, contudo, das declarações de diversos membros da coalizão que o Mercosul era considerado como uma espécie de “bastião antiimperialista”, em contraposição ao projetos norte-americanos de diluir esse esquema num vasto empreendimento livre-cambista do Alasca à Terra do Fogo. De forma geral, a ALCA se apresentava como um anátema na política externa de um Governo liderado pelo PT, perdendo apenas em

importância na escala de inimigos ideológicos para o neoliberalismo e a globalização selvagem promovida pelas grandes empresas multinacionais.

Já em 2002, o cenário mudou substancialmente, com a expressão inédita de um novo realismo diplomático, a começar pela política de alianças buscada pelo candidato Lula, desta vez não unicamente à esquerda, mas envolvendo em especial o Partido Liberal, que forneceu seu candidato a vice. Ainda que partindo na frente de todos os demais candidatos, tanto em termos de candidatura oficiosa como no que se refere aos índices de aceitação eleitoral, o candidato do PT e o próprio partido foram desta vez extremamente cautelosos na formulação das bases da campanha política, a começar pelas alianças contraídas com vistas a viabilizar um apoio “centrista” ao candidato. Lula foi também bastante cauteloso na exposição de suas idéias, ainda que algumas delas, ainda no início da campanha, tenham sido exploradas por seus adversários (como por exemplo o apoio às políticas subvencionistas da agricultura européia ou a proposta de que o Brasil deveria deixar de exportar alimentos até que todos os brasileiros pudessem se alimentar de maneira conveniente). Nessa fase, ele ainda repetia alguns dos velhos bordões do passado (contra o FMI e a Alca, por exemplo), que depois foram sendo corrigidos ou alterados moderadamente para acomodar as novas realidades e a coalizão de forças com grupos nacionais moderados que se pensava constituir de forma inédita.

Em matéria de política externa, mais especificamente, a intenção — aliás partilhada com os demais candidatos e, de certa forma, implementada pelo governo FHC — era a de ampliar as relações do Brasil com outros grandes países em desenvolvimento, sendo invariavelmente citados a China, a Índia e a Rússia. No plano econômico, o compromisso — também expresso pelos demais candidatos — era o de diminuir o grau de dependência financeira externa do Brasil, mobilizando para tal uma política de promoção comercial ativa, com novos instrumentos para esse efeito (possivelmente uma secretaria ou ministério de comércio exterior). Segundo a “Carta ao Povo Brasileiro”, divulgada por Lula em 22 de junho, o povo brasileiro quer “trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas”. De maneira ainda mais enfática, nesse documento, Lula afirmou claramente que a “premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do País”.

Depois de algumas ameaças iniciais de se retirar das negociações da Alca (que seria “mais um projeto de anexação [aos EUA] do que de integração”), Lula passou a não mais rejeitar os pressupostos do livre-comércio, exigindo apenas que ele fosse pelo menos equilibrado, e não distorcido em favor do parceiro mais poderoso, o que constituiu notável evolução em relação a afirmações de poucas semanas antes. O principal assessor econômico do candidato, deputado Aloizio Mercadante foi bastante cauteloso na qualificação das eventuais vantagens da Alca: “Esta não deve ser vista como uma questão ideológica ou de posicionamento pró ou contra os Estados Unidos, mas sim como um instrumento que pode ou não servir aos interesses estratégicos brasileiros” (*Valor Econômico*, 15.07.02). Os contatos mantidos pela cúpula do PT com industriais, banqueiros e investidores estrangeiros tendiam todos a confirmar esse novo realismo diplomático, e sobretudo econômico, do candidato.

De fato, os principais dirigentes do PT começaram, em plena campanha, a se afastar cautelosamente das propostas tendentes a realizar um plebiscito nacional sobre a Alca (organizado pela CUT, pelo MST e pela CNBB), uma vez que ele teria resultados mais do que previsíveis, todos negativos para a continuidade dessas negociações. De modo ambíguo, porém, o assessor Mercadante parecia acreditar na possibilidade de um acordo bilateral com os EUA, sem explicar como e em que condições ele poderia ser mais favorável do que o processo hemisférico: “é importante que, independentemente da Alca, o Brasil e os Estados Unidos iniciem um processo de negociação bilateral direcionado para a ampliação do seu intercâmbio comercial e a distribuição mais justa de seus benefícios”. O PT parecia assim ter iniciado, ainda que de maneira hesitante, o caminho em direção ao reformismo moderado.

O programa divulgado pelo candidato em 23 de julho de 2002 era bastante ambicioso quanto aos objetivos de “sua” política externa, uma vez que prometia convertê-la num dos eixos do processo de desenvolvimento nacional: “A política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também

vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo.” Parece ter ocorrido aqui, ao contrário das ocasiões anteriores, uma espécie de sobrevalorização da política externa, ou em todo caso, uma esperança exagerada em suas virtudes transformadoras.

Com efeito, o candidato Lula pretendia, nada mais nada menos que reorganizar o mundo e o continente sul-americano a partir de suas propostas diplomáticas, o que denota ou excesso de otimismo ou desconhecimento quanto aos limites impostos pela realidade internacional a esses grandes projetos mudancistas no cenário externo, sobretudo vindos de um país dotado de recursos externos limitados como o Brasil. “Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. A formação de um governo comprometido com os interesses da grande maioria da sociedade, capaz de promover um projeto de desenvolvimento nacional, terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente. Levando em conta essa realidade, o Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul. Na busca desse entendimento, também estaremos abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina.”

Em contraposição ao candidato governista, supostamente herdeiro da política de integração do presidente FHC mas de fato cético quanto a suas vantagens para o Brasil, o candidato Lula era o mais entusiástico promotor do Mercosul, mas ainda aqui com pouco realismo em relação às chances de uma moeda comum no curto prazo ou a implantação de instituições mais avançadas: “É necessário revigorar o Mercosul, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum.”

Persistia, igualmente, no programa, a atitude de princípio contrária à Alca e um certo equívoco quanto aos objetivos de uma zona de livre-comércio, pois que se via nesse processo a necessidade do estabelecimento de políticas compensatórias, quando são raros os exemplos de acordos de simples liberalização de comércio que contemplem tais tipos de medidas corretivas: “Essa política em relação aos países vizinhos é fundamental para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. (...) A política de livre comércio, inviabilizada pelo governo norte-americano com todas essas decisões, é sempre problemática quando envolve países que têm Produto Interno Bruto muito diferentes e desníveis imensos de produtividade industrial, como ocorre hoje nas relações dos Estados Unidos com os demais países da América Latina, inclusive o Brasil. A persistirem essas condições a ALCA não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas consequências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil, que tem uma economia mais complexa. Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil.”

Um certo idealismo mudancista se insinua igualmente no programa, ao pretender um eventual governo do PT conduzir uma “aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia”, com o objetivo de “construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial”. Por outro lado, a antiga desconfiança em relação ao capital estrangeiro cedeu lugar a uma postura mais equilibrada, uma vez que se afirmou no programa de 2002 que o Brasil “não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”, alertando então que os “países que hoje tratam de desenvolver seus mercados internos, como a Índia e a China, não o fazem de costas para o mundo, dispensando capitais e mercados externos”. Mas, se advertia também que as “nações que deram prioridade ao mercado externo, como o Japão e a Coreia, também não

descuidaram de desenvolver suas potencialidades internas, a qualidade de vida de seu povo e as formas mais elementares de pequenos negócios agrícolas, comerciais, industriais e de serviços.”

O excessivo viés em favor do mercado interno foi corrigido no programa, que tende por outro lado a esquecer a ênfase atribuída pelo governo FHC ao crescimento das exportações: “Sem crescimento dificilmente estaremos imunes à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais. O primeiro passo para crescer é reduzir a atual fragilidade externa. (...) Para combater essa fragilidade, nosso governo vai montar um sistema combinado de crédito e de políticas industriais e tributárias. O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período”.

Em suma, o candidato do PT realizou um notável percurso em direção de uma postura mais realista no campo da política externa, assim como no terreno mais geral das políticas econômicas, notadamente no que se refere ao relacionamento com o capital estrangeiro e com as instituições financeiras internacionais. Cabe registro, em todo caso, a seu acolhimento, não totalmente desfavorável, em relação ao acordo anunciado pelo governo de mais um pacote de sustentação financeira por parte do FMI, desta vez pela soma inédita de 30 bilhões de dólares. A nota divulgada pela campanha de Lula na ocasião foi bastante cautelosa no que se refere ao cumprimento das obrigações externas, ainda que registrando negativamente o encargo passado ao governo futuro de manter um superávit primário na faixa de pelo menos 3,75% do PIB até 2004. Ao encontrar-se com o presidente FHC, a pedido deste, para tratar da questão do acordo com o FMI, em 19 de agosto, o candidato do PT reiterava seu entendimento de que as dificuldades decorriam do “esgotamento do atual modelo econômico”, confirmando também, com franqueza, seu compromisso afirmado na “Carta ao Povo Brasileiro”: o de que, “se vencermos as eleições começaremos a mudar a política econômica desde o primeiro dia”.

Não obstante, Lula oferecia uma série de sugestões para, no seu entendimento, “ajudar o País a sair da crise”, muitas delas medidas de administração financeira, de política comercial e de reativação da economia. O PT e seu candidato das três disputas anteriores se esforçavam, dessa forma, em provar aos interlocutores sociais – eleitores brasileiros – e aos observadores externos – capitalistas estrangeiros e analistas de Wall Street – que o partido e seus aliados estavam plenamente habilitados a assumir as responsabilidades governamentais e a representar os interesses externos do País com maior dose de realismo econômico e diplomático do que tinha sido o caso nas experiências precedentes.

Essa evolução moderada foi confirmada, finalmente, no primeiro pronunciamento do presidente eleito, em 28 de outubro de 2002. Nesse texto, consciente da gravidade da crise econômica e dos focos de tensão externa remanescente, Lula advertiu: “O Brasil fará a sua parte para superar a crise, mas é essencial que além do apoio de organismos multilaterais, como o FMI, o BID e o BIRD, se restabeleçam as linhas de financiamento para as empresas e para o comércio internacional. Igualmente relevante é avançar nas negociações comerciais internacionais, nas quais os países ricos efetivamente retirem as barreiras protecionistas e os subsídios que penalizam as nossas exportações, principalmente na agricultura.” A segunda frase, particularmente, poderia, sem qualquer mudança, ter sido pronunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, por seu chanceler ou por seu ministro da economia.

Também, diferentemente da “ameaça” de cessar as exportações de alimentos até que todos os brasileiros pudessem se alimentar de maneira conveniente, Lula traçou um retrato convincente das possibilidades nessa área: “Nos últimos três anos, com o fim da âncora cambial, aumentamos em mais de 20 milhões de toneladas a nossa safra agrícola. Temos imenso potencial nesse setor para desencadear um amplo programa de combate à fome e exportarmos alimentos que continuam encontrando no protecionismo injusto das grandes potências econômicas um obstáculo que não pouparamos esforços para remover.” Igualmente, não há nada aqui que não poderia receber o endosso – e de fato já integra o discurso – da administração atuante até o final de 2002. De modo geral, a “nova diplomacia” não parece afastar-se muito da “velha”, com talvez uma afirmação mais enfática dos “interesses nacionais” e da defesa da soberania: “É uma boa hora para reafirmar um compromisso de

defesa corajosa de nossa soberania regional. E o faremos buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração nacional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA. Vamos fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento. Nosso governo será um guardião da Amazônia e da sua biodiversidade. Nosso programa de desenvolvimento, em especial para essa região, será marcada pela responsabilidade ambiental.” Em outros termos, abandonou-se a tese da Alca “anexacionista” em favor de uma negociação séria dos interesses brasileiros nesses acordos de liberalização comercial.

A defesa do multilateralismo não destoa, em praticamente ponto nenhum, das conhecidas posições defendidas tradicionalmente pela diplomacia brasileira: “Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural. Particularmente relevante é buscar parcerias que permitam um combate implacável ao narcotráfico que alicia uma parte da juventude e alimenta o crime organizado. Nosso governo respeitará e procurará fortalecer os organismos internacionais, em particular a ONU e os acordos internacionais relevantes, como o protocolo de Quioto, e o Tribunal Penal Internacional, bem como os acordos de não proliferação de armas nucleares e químicas. Estimularemos a idéia de uma globalização solidária e humanista, na qual os povos dos países pobres possam reverter essa estrutura internacional injusta e excludente.”

Em suma, atendidas algumas ênfases conceituais e a defesa afirmada da soberania nacional, a política externa do governo que inicia seu termo em janeiro de 2003 não destoará, substancialmente, da diplomacia conduzida de maneira bastante profissional pelo Itamaraty no período recente, conformando aliás uma concordância de princípio com a tradicional “diplomacia do desenvolvimento” impulsionada pelo Brasil desde largos anos. No plano operacional, parece inevitável o aumento do diálogo do Itamaraty com o Congresso e outras forças organizadas da sociedade civil, como os sindicatos, as organizações não-governamentais e representantes do mundo acadêmico. Trata-se, em todo caso, de uma saudável inovação para uma instituição cujo moto organizador parece consubstanciar-se na frase “renovar-se na continuidade”. Com talvez alguma surpresa verbais, naturais em momentos de mudança paradigmática como a que vive o Brasil, tanto a inovação como a continuidade parecem garantidas no futuro governo sob a hegemonia do novo centro político brasileiro. As gerações mais jovens do Itamaraty certamente receberam com bastante satisfação a confirmação da mudança política no cenário eleitoral e parecem animadas com as perspectivas de mudança – talvez até geracional – que podem operar-se na Casa de Rio Branco. A confirmar-se a “continuidade da renovação”, o Itamaraty tem todas as condições de emergir, nos próximos quatro anos, com uma nova legitimidade no plano societal interno, ao ser implementada a nova diretriz de colocar, de maneira mais afirmada, a política externa a serviço de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

2. Cultura e sociedade brasileira: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão.

A partir de meados da década de 90, o Brasil vem conhecendo uma extraordinária retomada de suas atividades culturais. O cinema foi a primeira área a beneficiar-se disso. O sucesso com que foram recebidos pelo público filmes como *Carlota Joaquina*, *O Quatrilho*, *O Que é Isso Companheiro?* e *Central do Brasil* indica que o cinema brasileiro poderá reconquistar, a curto prazo, o lugar de destaque que havia alcançado no panorama cultural, no início dos anos 60, com *Terra em Transe* e outros filmes. É um sinal de que a indústria cinematográfica tem futuro no país.

Mas o cinema não é o único. Também na área do patrimônio artístico e cultural as iniciativas são tantas e tão diferentes, tomadas em distintas esferas de responsabilidade pública, que estão a demonstrar que em sociedades como a brasileira, quando se logra alcançar um estágio razoável de controle da inflação e de estabilidade econômica, a energia social antes empregada pela

comunidade na luta pela sobrevivência pode ser canalizada também para a preservação das identidades culturais.

O restauro do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador (Bahia), a reforma e recuperação da Pinacoteca do Estado e do Museu do Ipiranga (São Paulo), a retomada de cuidados com o centro histórico do Rio de Janeiro e do centro colonial de cidades como São Luiz (Maranhão), Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais), e Recife e Olinda (Pernambuco), e as celebrações, por todo o País, dos 300 Anos de Zumbi e da Década dos Povos Indígenas, mostram que, a despeito de avanços que ainda são necessários nas áreas econômica e social, às vésperas de celebrarmos os 500 anos do Descobrimento, os brasileiros estão redescobindo a importância da sua própria memória histórica e cultural. São sinais de enorme renovação da própria cultura.

A retomada cultural no Brasil pode ser percebida também na música, na literatura e, mais importante ainda, em um extraordinário fenômeno de mídia, que reflete o interesse dos brasileiros pela produção cultural do País. Certamente, a revalorização das atividades dos museus e das artes plásticas - com exposições de pintura e escultura de artistas como Rodin, Miró, Monet e Maillol, sem esquecer a própria Bienal de Artes de São Paulo - são reflexos desse interesse, ao mesmo tempo em que o criam. Desde 1994, tais eventos atraíram a atenção de mais de 2 milhões de pessoas, deixando para trás a percepção tradicional que creditava o interesse pela linguagem plástica apenas a parcelas eruditas do público. Na realidade, essas mostras de extraordinária beleza e valor transformaram-se em manifestações culturais de massa, particularmente do público mais jovem, mostrando que o espaço está aberto para novas iniciativas semelhantes.

Há, evidentemente, muitas outras manifestações interessantes e inovadoras acontecendo na cultura brasileira. Mas o que foi dito é suficiente para colocar em discussão um outro aspecto tão importante quanto inovador. Trata-se da questão do financiamento da cultura. Desde meados de 1995, o Governo Federal vem implementando, na área cultural, uma vigorosa política de parceria entre o Estado brasileiro, os produtores culturais e a iniciativa privada. Tal política se apóia na legislação de incentivo fiscal às atividades artísticas e culturais e permite, no caso do cinema, que os investidores privados deduzam 100% do que aplicam e, no caso das outras áreas culturais, entre 66 e 76%, dependendo da natureza das empresas, podendo-se chegar aos mesmo 100% para o caso das artes cênicas, música erudita e instrumental, livros de arte, acervos de museus, itinerância de exposições de artes plásticas e acervos de bibliotecas públicas. É uma política fiscal generosa e adequada pois, em função do conhecido déficit fiscal do Estado brasileiro e das enormes carências de recursos para áreas prioritárias, as empresas privadas são convidadas a se associarem ao Governo Federal e aos produtores culturais para garantirem o desenvolvimento da cultura.

Com efeito, a partir de importantes reformas introduzidas em 1995 e 1996 na legislação de incentivo fiscal à cultura, e só a nível federal, onde o incentivo ocorre a partir de deduções no Imposto de Renda dos patrocinadores privados, o Governo atraiu investimentos que ultrapassaram os 180 milhões de reais nos dois primeiros anos de governo. E a atual política de financiamento da cultura está longe de se limitar apenas a estimular os investimentos privados na área. O Governo Federal reconhece que também lhe cabe papel fundamental no financiamento a fundo perdido da cultura, particularmente no que diz respeito às atividades que, pela sua natureza, não chegam ou não têm atrativo no mercado. Por essa razão, pela primeira vez em muitas décadas, aumentou-se em mais de 100% o orçamento do Ministério da Cultura de um ano para o outro, fazendo-o passar de R\$ 104 milhões, em 1995, para R\$ 212 milhões, em 1996.

Além disso, através de suplementações orçamentárias e de um acordo inédito com o BID, ao final de quatro anos, em 1998, o Governo Federal aplicou quase 300 milhões de dólares no restauro de sítios históricos e na recuperação de áreas urbanas, em vários estados do País, onde há forte interação entre a cultura e partes do tecido urbano deteriorado ou em deterioração. Ainda, através de investimentos diretos, o Ministério da Cultura tem apoiado a recuperação de arquivos públicos, fomentado produções na área das artes cênicas, estimulado a renovação e a consolidação de orquestras sinfônicas e apoiado a reforma de museus, teatros e espaços culturais de diferentes naturezas. São todos sinais de que o Estado e a sociedade percebem, cada vez mais, a importância da cultura para a qualidade de vida das pessoas.

Tal política de financiamento é adequada à realidade cultural brasileira? Para justificá-la, podemos mencionar algumas razões. O Brasil é um país de cultura extremamente rica e diversificada. A origem dessa característica está no peculiar processo de formação da sociedade brasileira, que, desde o seu

nascimento no século XVI, recolheu a generosa contribuição de povos e etnias tão diferentes quanto os índios autóctones, os portugueses descobridores, os africanos feitos escravos e, depois, franceses, espanhóis, holandeses, italianos, japoneses, árabes e tantos outros que, como conquistadores ou aventureiros, vieram deixar a sua marca cultural aqui, acrescentando valores novos aos trazidos pelos pioneiros desbravadores.

Tudo isso fez da cultura brasileira um formidável e curioso caleidoscópio, em que se mesclam raças e se misturam múltiplas concepções de vida, expressando uma enorme variedade de influências. O mais interessante, no entanto, é que toda essa diversidade não implica, ao contrário do que ocorre em algumas sociedades, conflitos ou exclusões de qualquer natureza em relação ao diferente, isto é, àqueles que expressam identidades culturais distintas. Ao contrário, uma das mais extraordinárias características da cultura brasileira está em seu caráter acolhedor e integrador. É um sinal de que, no Brasil, as diferentes origens do povo brasileiro servem para integrá-lo e não para excluí-lo ou dividi-lo.

Por isso mesmo, é indispensável que a política de financiamento da cultura, no Brasil, seja vigorosa o suficiente para impulsionar o seu desenvolvimento e, ao mesmo tempo, capaz de assegurar a realização plena da riqueza e diversidade formadoras da sua matriz. Com efeito, o financiamento da cultura em países pluriculturais como este tem de ser tarefa de distintas fontes de financiamento: o Estado, os produtores culturais e as empresas privadas. Isso assegura tanto que o interesse público seja preservado, através da ação do Estado, como que a sociedade civil possa intervir no processo de criação artística, através de seus projetos e de seus investimentos.

A política de parceria é o fundamento da atual política cultural que se baseia na essência da cultura brasileira, isto é, a sua riqueza e diversidade.

Identidade e diversidade são termos de forte carga emocional e política, que aparentemente apontam para campos opostos: o que privilegiar, o idêntico ou o diverso? Num extremo estaria a idéia, cara à sociedade ocidental moderna, de que todos somos iguais (perante a lei, perante Deus). No outro, a liberdade, igualmente cara, de grupos compartilharem características e valores específicos que os diferenciam dos demais. Neste embate, o universalismo é acusado de totalitário e o particularismo de discriminatório e defensor das desigualdades.

O Ministério da Cultura – através da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural e da Fundação Casa de Rui Barbosa – promoveu, ao longo de 2004, uma série de encontros para discutir os significados, a história, os dilemas e as implicações político-jurídicas da identidade e da diversidade cultural, assim como sua relevância e aplicações ao contexto brasileiro. O propósito de tais discussões foi lançar alguma luz sobre conceitos amplamente usados e pouco entendidos e servir como subsídio à tomada de decisões sobre políticas públicas.

A moderna idéia de cultura está, desde o seu surgimento, intrinsecamente associada à idéia de diversidade. Produto do romantismo alemão, ela passou a reunir na mesma noção, desde o início do século XIX, a tradição humanista de cultivo das realizações superiores do espírito nas artes e ciências e a nova valorização, de raiz iluminista, da diversidade de costumes e crenças dos povos como via para o conhecimento do humano. O que tornava possível essa aproximação era o fato de ambas as componentes caracterizarem-se pela afirmação de valores e atribuição de sentido ao mundo. Integrados numa totalidade, costumes coletivos e obras individuais ganhavam um pressuposto de coerência e influência recíproca, enfatizado por sua descrição através da analogia com o organismo. Essa mesma analogia facilitava a apresentação dos povos como indivíduos coletivos, e a afirmação das identidades nacionais como um processo correspondente à maturação e aperfeiçoamento das capacidades singulares de cada indivíduo. Compartilhamento de valores e significados e singularização diante de outros conjuntos da mesma natureza são assim o verso e o reverso, as duas dimensões inseparáveis da idéia de cultura.

Cabe lembrar que a gênese dessa idéia ocorre num contexto de conflito, com o significado político de oposição ao império napoleônico, apoiado por sua vez no universalismo revolucionário da doutrina dos direitos do homem. O potencial agressivo da idéia de cultura nacional não tardou a se manifestar nas lutas posteriores à unificação alemã e nas duas guerras mundiais. Concomitantemente, os organismos internacionais comprometidos com esforços de paz, como a Liga das Nações e a ONU, através da Unesco, desde

cedo se empenharam em promover o potencial de tolerância e diálogo presente naquela mesma idéia.

Por outro lado, identidades culturais singularizantes não tardaram a ser reivindicadas por outros tipos de grupos humanos, aquém ou além do recorte nacional, com as mesmas oscilações entre formas pacíficas e conflituosas de afirmação. Todas essas variações acabaram por dar origem a diferentes modelos de articulação da diversidade cultural no seio dos Estados nacionais, desde o que inspirou André Malraux na criação do Ministério da Cultura francês, em que as identidades distintas tenderiam a se integrar em níveis sucessivamente ampliados de perspectiva universalizante, ao modelo multiculturalista de tradição anglo-saxônica, onde importa antes de tudo um ideal de “representação federada” dos grupos culturalmente definidos em uma arena pública competitiva.

Hoje, depois de um longo período em que a célula-mater da identidade social foi a nação, forças centrífugas têm trazido para a arena política diversos outros atores. Identidades étnicas, de gênero, religiosas, sexuais, de idade, de condição social etc., entraram na competição pela primazia na definição do lugar do indivíduo no mundo. Ao lado e freqüentemente contra a ação política institucional, surgiram as ONG’s como expressão mais “pura” da sociedade civil. No Brasil, essa tendência fragmentadora vem sendo temperada pela tradição do Estado central forte, tradicionalmente visto como árbitro de conflitos entre cidadãos iguais, e que passa a ser visto também como arena onde os desiguais podem expressar a sua diversidade. O Ministério da Cultura é chamado a reconhecer e proteger as culturas contra forças que as ameaçam por um “neocolonialismo” interno ou externo. Tais identidades culturais se constroem no embate concreto dos grupos em sociedade e são cambiantes. Assim como o indivíduo é múltiplo e fragmentado em sua psique, ele partilha de múltiplas e instáveis identidades sociais, que se reafirmam e se redefinem. O grande desafio do Estado nacional e da sociedade internacional organizada hoje é exercer sua função agregadora, favorecendo o diálogo em lugar do conflito, estimulando a criatividade de forças centrífugas, sem permitir que o caos acabe por inviabilizar a criação.

A reivindicação dos direitos do cidadão pode ser percebida como um processo de demanda por direitos universais. Universal no sentido de que tais direitos e os movimentos sociais associados com o seu desenvolvimento tendem a reforçar um ideal capaz de englobar toda a sociedade. Os direitos civis, políticos e sociais foram configurados com base nessa idéia. Sua implementação possibilitou uma certa homogeneização social, o que está claro, por exemplo, no direito de uma educação igual e gratuita para todos. Entretanto, ao reforçarem um ideal oposto, o universal e o homogêneo, em vez do particular e do heterogêneo, os movimentos sociais mais recentes dizem não ser mais possível um sistema jurídico cego a diferenças – étnicas, de cor, de gênero, etc. A questão que se coloca para o debate é se a implementação do direito à diferença representa ou não o antagonismo entre uma cidadania universal-inclusiva e outra particular-plural.

Nesse sentido, é significativo que a Unesco tenha aprovado em 2001 a sua **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. O documento chama a atenção para algumas questões interessantes, das quais se destaca, numa reflexão sobre o tema no Brasil, o conteúdo do Artigo 3º: “A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos: é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente como crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória”.

A diversidade de condições econômicas e sociais entre as várias regiões do Brasil, aliada ao peso de um passado histórico específico está na base da diversidade de suas manifestações culturais. A circunstância histórica que fez com que em determinada região tenha havido maior concentração de escravos, ou de imigrantes ou de populações indígenas só recentemente contatadas conforma a fisionomia cultural do lugar; bem como o isolamento em que se mantiveram localidades distantes do interior foi fundamental para a preservação de usos e falares antigos e já desaparecidos nas grandes cidades. Essas peculiaridades culturais locais conformam identidades culturais específicas. Elas podem se manifestar tanto nas variações de uso da língua portuguesa, quanto na de realizar determinados trabalhos, nos hábitos

alimentares, na indumentária, na maneira de construir as habitações, nas tradições religiosas, nas festas e nas manifestações artísticas. Produzir o mapa cultural do Brasil é localizá-las e identificá-las, estabelecendo a cartografia cultural do país em sua diversidade. Ao mesmo tempo, este mapa deve identificar também uma espécie de bacia hidrográfica cultural que ligaria entre si os grupos que compartilham características culturais independente de sua localização física.

O Brasil garante em sua constituição de 1988 direitos diferenciados para as minorias indígenas. De maneira semelhante, algumas políticas públicas vêm sendo implementadas com o objetivo de dar maior projeção social e econômica às minorias étnicas e de cor. No nosso contexto, coloca-se para discussão:

1. como a implementação desses direitos diferenciados assim como dessas políticas públicas fundamentadas na discriminação positiva (ou ação afirmativa) são compatíveis com os princípios do universalismo e do individualismo jurídico que definem o sistema jurídico brasileiro;
2. qual a melhor maneira de implementar essas políticas sem que grupos sociais fiquem em desvantagem em relação a outros;
3. quais os impactos que essas políticas virão a ter para a sociedade (países que as adotaram podem servir de exemplo para o debate).

3. Cultura internacional.

A Conferência Geral da *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, reunida em Paris na sua décima quarta sessão, hoje, dia 4 de Novembro de 1996, data do vigésimo aniversário da criação da Organização. Lembrando que o Ato constitutivo da Organização declara que "dato que as guerras nascem no espírito dos homens, é nesse mesmo espírito que se deve cultivar a defesa da paz", e que essa deve basear-se na solidariedade intelectual e moral da humanidade.

Lembrando que, nos termos do mesmo Ato constitutivo, a dignidade do homem exige a difusão da cultura e da educação de todos os cidadãos com vista à justiça, à liberdade e à paz e que, neste sentido, impõe a todas as nações deveres sagrados que elas devem cumprir num espírito de assistência mútua.

Considerando que os Estados membros da Organização, resolvidos a assegurar a busca da verdade e a livre troca de idéias e conhecimentos, decidiram desenvolver e multiplicar as relações entre os respectivos povos. Considerando que, apesar do avanço da técnica, que facilita o desenvolvimento e a difusão dos conhecimentos e das idéias, a ignorância do modo de vida e dos costumes dos povos ainda constitui obstáculo à amizade entre as nações, à sua cooperação pacífica e ao progresso da humanidade.

Baseando-se na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, na *Declaração dos Direitos da Criança*, na *Declaração Sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais*, na *Declaração das Nações Unidas Sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial*, na *Declaração Sobre a Propagação entre os Jovens dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*, e na *Declaração Sobre a Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Internos dos Estados e a Projeção da sua Independência e Soberania*, declarações sucessivamente proclamadas pela *Assembléia Geral das Nações Unidas*.

Convencida, pela experiência adquirida durante os primeiros vinte anos de existência da Organização, da necessidade de afirmar os princípios da cooperação cultural internacional para os reforçar.

Proclama a presente Declaração dos princípios da cooperação cultural internacional, a fim de que os governos, as autoridades, as organizações, as associações e as instituições responsáveis pelas atividades culturais se inspirem, constantemente nesses princípios, e a fim de se atingirem gradualmente os objetivos de paz e de prosperidade definidos na *Carta das Nações Unidas* através da cooperação entre todas as nações nos domínios da educação, da ciência e da cultura, como é proposto pelo Ato constitutivo da Organização:

Artigo 1º

Toda a cultura tem uma dignidade e um valor que devem ser respeitados e salvaguardados. Todos os povos têm o direito e o dever de desenvolver as respectivas culturas. Todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade, na sua variedade fecunda, diversidade e influência recíproca.

Artigo 2º

As nações esforçar-se-ão por atingir o desenvolvimento paralelo e, tanto quanto possível, simultâneo da cultura nos seus diversos domínios, a fim de estabelecer um equilíbrio harmonioso entre o progresso técnico e a elevação intelectual e moral da humanidade.

Artigo 3º

A cooperação cultural internacional alargar-se-á a todos os domínios das atividades intelectuais e criadoras dependentes da educação, da ciência e da cultura.

Artigo 4º

A cooperação cultural internacional, nas suas diversas formas (bilateral ou multilateral, regional ou universal), tenderá para:

§1. Difundir os conhecimentos, estimular as vocações e enriquecer a cultura.

§2. Desenvolver as relações pacíficas e a amizade entre os povos e levá-los a uma melhor compreensão dos respectivos modos de vida.

§3. Contribuir para a aplicação dos princípios enunciados nas declarações das *Nações Unidas*, lembradas no preâmbulo da presente Declaração.

§4. Permitir a todos os homens ascender ao conhecimento, desfrutar das artes e das letras de todos os povos, beneficiar-se dos progressos e das vantagens da ciência alcançados em todos os países do mundo, e contribuir pessoalmente para o enriquecimento da vida cultural.

§5. Melhorar, em todos os países do mundo, as condições da vida espiritual do homem e da sua existência material.

Artigo 5º

A cooperação cultural é um dever e um direito de todos os povos e de todas as nações, que devem compartilhar o respectivo saber e conhecimentos.

Artigo 6º

Na influência benéfica que exerce sobre a cultura, a cooperação internacional, ao favorecer o seu enriquecimento mútuo, respeitará a originalidade de cada uma.

Artigo 7º

A vasta difusão das idéias e conhecimentos, baseada no intercâmbio e no confronto mais livres, é essencial à atividade criadora, à busca da verdade e à realização da pessoa humana. A cooperação cultural realçará as idéias e os valores propícios à criação de um clima de amizade e de paz. Excluirá quaisquer vestígios de hostilidade nas atitudes e na expressão das opiniões. Esforçar-se-á por assegurar um caráter de autenticidade à difusão e à apresentação das informações.

Artigo 8º

A cooperação cultural exercer-se-á para benefício mútuo de todas as nações que a praticarem. Os intercâmbios que proporcionará serão organizados dentro de um espírito de reciprocidade.

Artigo 9º

A cooperação cultural deve contribuir para estabelecer entre os povos relações estáveis e duráveis que estejam acima das tensões que possam vir a produzir-se nas relações internacionais.

Artigo 10º

A cooperação cultural atribuirá importância especial à juventude, um espírito de amizade, compreensão internacional e paz. Ajudará os Estados a tomar consciência da necessidade de despertar as vocações nos domínios mais dispares e de favorecer a formação profissional das novas gerações.

Artigo 11

Nas suas relações culturais, os Estados inspirar-se-ão nos princípios das *Nações Unidas*. No seu esforço para realizar a cooperação internacional, respeitarão a igualdade soberana dos Estados e abster-se-ão de intervir nos assuntos de competência essencialmente nacional. Os princípios da presente Declaração serão aplicados dentro do respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

4. História do Brasil.

Transcorreram quase quinhentos anos, desde aquele momento em que Cabral resolveu desviar sua esquadra - que seguia ao largo da costa africana em direção à Índia - e encontrou terras virgens e desconhecidas, até os dias de hoje, quando um congresso constituinte apresentou ao povo e a nação a nova Constituição. É uma longa história, embora seja curta se a compararmos com a história de outras nações, que registram acontecimentos em datas anteriores a Cristo. Nesta preparação para o vestibular, vamos apresentar a história do Brasil em quatro livros. No primeiro, começamos com alguns fatos da história de Portugal, a nossa antiga metrópole, para compreendermos melhor os trezentos anos de vida colonial. Naqueles primeiros tempos, Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda nomeavam sua política em função de lemas muito simples: mais ouro, mais comércio, mais colônias para explorar. É nesse contexto que o Brasil irá, a partir de 1530, ocupar lugar de destaque na política mercantilista portuguesa, inicialmente com a cana-de-açúcar e depois com a mineração. Embora a economia da colônia fosse totalmente noneada pelos interesses da metrópole, a vida no Brasil adquire feições próprias: com os criadores de gado do Norte e do Sul, com os bandeirantes que marcaram fronteiras além do Tratado de Tordesilhas, com os negros, transformados em mercadoria-escrava e que criam o primeiro modelo de estado democrático - o Quilombo dos Palmares, e os índios que recuam cada vez mais para o interior diante do poderio do branco colonizador. Em 1822 inicia-se oficialmente o Brasil império, ainda que a data mais precisa devesse ser 1808, com a chegada de D. João VI fugitivo de Napoleão. São mais 80 anos de história. Enquanto as outras nações americanas se libertam do domínio espanhol, nós coroamos um imperador, mas também veneramos aqueles que lutaram nesse período pela república como os mártires de Vila Rica, da Conjuração Baiana e da Revolta Pernambucana de 1817. Toda

essa história você verá no segundo livro além das grandes revoltas que abalaram o período regencial e o mais longo período da história brasileira sob o governo de um só homem: a era de D. Pedro II. O ano de nossa república, 1889, é o marco inicial do terceiro livro desta série.

Nele estudaremos a República Velha, a república das oligarquias, dos senhores do café, do coronelismo, do voto de cabresto, da política dos governadores. Mas também é a república das greves operárias de 1917 e 1919, da revolta da Chibata, do levante do Forte de Copacabana, do movimento tenentista, da coluna Prestes e da Revolução de 1930.

E assim chegamos ao quarto livro e ao período mais conturbado de nossa história, de 1930 até os dias atuais. São mais 50 anos que, grosso modo, podem ser divididos em quatro períodos: a era Vargas, os governos populistas, a ditadura militar e a chamada Nova República.

Como a proposta básica deste curso é compreender as peculiaridades do capitalismo num país de industrialização tardia, todos os grandes períodos serão analisados tendo em vista os aspectos econômicos, sociais e culturais, além dos políticos.

E ao final de cada capítulo incluímos alguns exemplos típicos de exercícios que costumam aparecer em vestibulares, com respectivas respostas e comentários.

Cada livro é acompanhado de um caderno com resumos, quadros de referência, cronologia e exercícios de vestibular. Entre os exercícios você encontrará tanto questões de múltipla escolha como outras analítico-expositivas.

Feudalismo - apogeu e queda **Divisão do período feudal e suas características**

Era crença comum na Idade Média que o mundo acabaria no ano 1000. Sabemos que isso não ocorreu. Na verdade, essa época assinalou o ressurgimento do comércio e o início das transformações gerais pelas quais a Europa passou ao longo do período que se iniciou no século XII e se estendeu até o século XVI (época do descobrimento do Brasil).

Para compreendermos mais adequadamente a Idade Média, lembremos que ela é dividida em Alta Idade Média e Baixa Idade Média. A Alta Idade Média - séculos V ao X - caracterizou-se pela formação da sociedade medieval, que marcou a transição do escravismo ao feudalismo. A Baixa Idade Média - séculos X ao XV - caracterizou-se pela consolidação do feudalismo. O sistema feudal conheceu seu apogeu entre os séculos XII e XIII, quando teve início uma crise geral e profundamente transformadora que conduziria ao seu declínio, nos séculos XIV e XV.

Feudo era o local de produção dos bens necessários à sobrevivência da população. Era constituído por castelos e vilas - as unidades de produção essencialmente agrícolas. A economia feudal baseava-se na agricultura de subsistência, isto é, todos os bens produzidos destinavam-se à manutenção dos habitantes dos feudos (senhores dos castelos e servos produtores agrários). Naturalmente, numa economia desse tipo, voltada para a terra, o poder econômico estava nas mãos dos grandes senhores feudais.

A propriedade da terra constituía a base do poder dos senhores feudais, que além disso detinham o poder militar, judicial e político, e se reservavam o direito exclusivo de cunhar moedas.

O grande proprietário de terras, chamado suserano, doava feudos a outro senhor de terras, que se tornava vassalo.

A vassalagem consistia num contrato de deveres e obrigações mútuas entre o suserano e o vassalo. Por esse contrato, o vassalo ligava-se ao suserano mediante os seguintes compromissos:

a) auxílio militar obrigatório por um período aproximado de quarenta dias e durante as guerras;

b) auxílio financeiro ao suserano, quando este participasse de cruzadas, e ao seu primogênito, a fim de armá-lo para as guerras.

Em troca, o suserano se comprometia a proteger os vassalos e seus dependentes e a não

tirá-los das terras. Se o vassalo deixasse de cumprir as obrigações de vassalagem, poderia

ser expulso da terra. Além disso, quando o vassalo morria, seu primogênito tornava-se

também um vassalo, pagando ao suserano uma taxa de transmissão do poder sobre a terra.

Outra característica do feudalismo era o militarismo. O vassalo, depois de sagrado

cavaleiro, defendia os domínios do seu senhor. A educação de um jovem vassalo consistia

no fortalecimento físico, na habilidade do manejo das armas, na prática de cavalgar e caçar

e no treinamento para os torneios. Essa preparação militar era a condição fundamental para

se tornar um cavaleiro. As guerras constantes constituíam os meios concretos de se

aumentar as riquezas, pela conquista de novos territórios. A sociedade feudal dividia-se em

senhores e servos. Os primeiros administravam seus bens - castelos, armas, terras, cavalos -

, adquiridos pelas guerras, pelos saques, pelas revoltas. Os segundos cuidavam da

produção, lutavam nas guerras e protegiam os castelos senhoriais.

Mentalidade feudal: senhor de terras, Senhor Deus

Na Idade Média, o pensamento cristão, baseado na crença em um só Deus, senhor de todo

o universo, orientava a vida humana. No entanto, para melhor conhecer os desejos de Deus,

era necessário a mediação da Igreja Católica como intérprete "única e verdadeira" das

vontades divinas, pois "só a Igreja salvaria".

A Igreja, considerada como a representante dos ensinamentos de Cristo – com poderes de

expulsar demônios, curar doenças, e encarregada de espalhar a doutrina da salvação -,

dirigia o comportamento humano. Na visão da Igreja medieval, o excedente daquilo que se

produzia para a própria subsistência deveria ser "distribuído". E, embora condenasse a

usura e a especulação, durante o período feudal foi dona de cerca de dois terços das terras

européias.

A religiosidade norteava todas as atitudes dos homens daquela época. Assim, por

exemplo, quando o servo entregava sua produção a seu senhor, estava doando seu esforço

ao Senhor Deus; quando o senhor feudal doava terras ao Papa e à Igreja, também o fazia ao

Senhor Deus. E ambos seriam recompensados por isso. Essa ligação dos homens com o

poder divino, por intermédio da Igreja, caracterizou o teocentrismo. traço marcante do feudalismo.

As lutas entre povos cristãos e povos bárbaros (predominantemente germânicos)

começaram no início da era cristã e só diminuíram por volta dos séculos IX e X (801 a

900). Durante esse período, iniciou-se uma interação econômica, política, social e cultural

entre os dois povos, com o predomínio do cristianismo sobre os cultos bárbaros. O

resultado dessa aproximação foi um aumento populacional que acabou por gerar a escassez

de alimentos. A produção agrícola insuficiente levou ao desenvolvimento de um pequeno

comércio de trocas entre os feudos. Mas isso não foi o bastante para suprir a população

européia. As lutas entre servos e senhores tornaram-se, assim, constantes. Os servos

reivindicavam aumento das terras para suas necessidades. Os senhores exigiam mais

produção.

Como resolver os problemas que causaram a falta de alimentos? Como evitar a crise

social, isto é, as revoltas servis provocadas pela precariedade da economia? Como impedir

o enfraquecimento político dos senhores feudais e da própria Igreja, que também tinha

servos nas suas terras?

O objetivo das Cruzadas

A solução foi conquistar novas regiões fora da Europa. Igreja e senhores feudais

organizaram expedições cristãs ao Oriente Médio - as Cruzadas - sob o pretexto de

conquistar a Terra Santa (lugar onde Cristo teria nascido e vivido), que caíra sob o controle

dos turcos seldjúcidas, seguidores radicais da religião muçulmana.

Até o século XI, o mar Mediterrâneo foi controlado por árabes e bizantinos. Os árabes

compreendiam vários povos que ocupavam a Arábia, uma região do Oriente Médio,

predominantemente desértica, com poucas terras férteis. A principal atividade econômica

desses povos era o comércio, controlado pelas elites dirigentes das cidades. As contínuas

lutas internas prejudicavam em demasia o comércio. Será apenas no século VII, com

Maomé, fundador de uma nova religião, o islamismo, que ocorrerá a unificação dos povos

dispersos nos desertos e nas cidades árabes.

A expansão do islamismo pelas armas fez com que os árabes ampliassem seu domínio

comercial sobre o Mediterrâneo, onde, segundo afirmava um historiador muçulmano, 'os

cristãos não conseguem fazer flutuar sequer uma tábua'. Essa observação dá a exata medida

da força muçulmana naquela região até o início das Cruzadas. Os árabes conquistaram todo

o Império Persa, o Mediterrâneo, o Norte da África e a Península Ibérica.

O Império Bizantino era o outro objetivo dos movimentos cruzadistas. A origem de

Bizâncio remonta a fins do século IV, quando ocorreu a divisão do Império Romano: o

Oriental, com capital em Constantinopla (antiga Bizâncio), e o Ocidental, que logo chegaria

ao fim. Bizâncio se transformou no centro de um poderoso Estado; suas origens romanas

foram gradativamente abandonadas, vindo a predominar cultura grega e asiática.

Economicamente, o Império se baseava nas atividades urbanas, como comércio e manufaturas. Constantinopla era a intermediária dos produtos comerciais entre o Oriente e

o Ocidente. Através de embarcações bizantinas, produtos como especiarias (cravo e canela), perfumes, açúcar, madeiras, pedras preciosas e ouro, vindos da Ásia pelo Mar Negro, chegavam ao Mediterrâneo e eram redistribuídos para a Europa Ocidental pelas cidades italianas, especialmente Veneza.

Tanto o Papa quanto o Patriarca (chefe da Igreja bizantina) desejavam controlar a arrecadação financeira do comércio nas regiões italianas. Essa disputa, entre outros fatores, levou à ruptura, em 1054, entre Roma (capital do cristianismo ocidental) e Constantinopla (capital do cristianismo oriental), que recebeu o nome de Cisma (separação) do Oriente, dando origem a duas igrejas: a Católica Apostólica Ortodoxa e a Católica Apostólica Romana.

Conseqüências das Cruzadas

O movimento das Cruzadas, a intensificação da atividade mercantil e o renascimento das

cidades tiveram as seguintes conseqüências:

a) a abertura do Mediterrâneo ao controle europeu, o que beneficiou principalmente as cidades italianas (Veneza, Gênova e Florença), que passaram a exercer o domínio comercial na Europa, com a eliminação de Constantinopla como intermediária das mercadorias do Oriente;

b) o abastecimento de madeira, peles, couros, especiarias, açúcar, ouro, prata, perfumes, marfim - vindos do Oriente Médio e da Ásia, principalmente de uma região conhecida como Índia - passou a ser freqüente na Europa, impulsionando definitivamente o seu desenvolvimento comercial;

c) o contato com outros povos introduziu no continente europeu novas técnicas de navegação, além dos algarismos arábicos (1, 2, 3, ...), que passaram a ser utilizados em larga escala, facilitando os cálculos;

d) o crescimento de vilas e cidades que se tornavam centros de comércio, atraindo servos do campo para a cidade;

e) o desenvolvimento de uma nova classe social, que não era de proprietários de terras nem de trabalhadores servís, mas dedicava-se ao artesanato e ao comércio: a burguesia (os habitantes dos burgos).

Crise: terra ou dinheiro?

Se o século XIII representou para a Europa um lento mas seguro desenvolvimento mercantil, o século XIV foi um período de crises sucessivas. Os servos, atraídos pelas atividades mercantis, transferiram-se gradativamente para as cidades, gerando falta de mão-de-obra nos campos. A agricultura estagnara devido às limitações das técnicas de produção.

Mais do que isso, o uso contínuo e excessivo das terras provocava a diminuição da produtividade agrária. Os resultados não podiam ser outros: fome, desemprego, revoltas, epidemias.

Devido a todas essas dificuldades, o século XII marcou o início da desarticulação da

forma de organização feudal. A sociedade passou por uma crise geral, de repercussões

irreversíveis, cujas causas podemos assim resumir:

a) desequilíbrio entre produção agrária e consumo de mercadorias, gerado pela

incapacidade de aumentar a produção;

b) aumento da fome, ocasionando crescimento da mortalidade;

c) diminuição populacional agravada pelas pestes e epidemias (na metade do século XIV, uma epidemia de peste bubônica, conhecida como a "peste negra", dizimou um terço da

população européia);

d) em conseqüência, diminuição do mercado consumidor e da mão-de-obra;

e) freqüência de guerras entre as regiões européias, como a dos Cem Anos (1337-1453),

entre França e Inglaterra, e revoltas camponesas (servos), como a de 1381, na Inglaterra,

gerando a desorganização da produção e do comércio, o declínio populacional e o

crescimento dos impostos para atender aos gastos militares.

Como conseqüências dessa crise geral do feudalismo, temos:

a) o enfraquecimento dos senhores que formavam as classes nobres, provocado por disputas econômicas;

b) o crescimento da burguesia e o fortalecimento de uma organização política centralizadora para melhor explorar o comércio;

c) a associação de interesses mercantis com a centralização do poder provocando o apoio da burguesia aos reis (nobres mais ricos e vencedores das guerras entre senhores);

d) a nobreza enfraquecida pelas sucessivas lutas lentamente obrigada a aceitar sua integração ao Estado Nacional criado pelo apoio da burguesia mercantil aos reis.

Do século XI ao XIII, a riqueza de um nobre media-se pela quantidade de terras e servos

em suas propriedades. Já no século XIV, a quantidade de terras ainda era importante, mas

havia necessidade de dinheiro, que poderia ser obtido através de transações comerciais ou

da arrecadação de impostos. Para aumentar sua riqueza, alguns senhores começaram a se

associar com os burgueses que dominavam o comércio da região, desenvolvendo-se assim

um território demarcado pelas atividades comerciais e produção agrícola. Nobreza

enfraquecida, crescimento econômico da burguesia, desenvolvimento do reino e

centralização do poder nas mãos dos reis foram as bases para o surgimento do Estado

Nacional Moderno, dentre os quais o primeiro a se consolidar foi Portugal.

468 - A Península Ibérica

O nascimento de Portugal

A formação do Estado Nacional de Portugal está intimamente ligada à história da

formação da Espanha. Os pequenos reinos cristãos visigóticos formados na Península

Ibérica (Espanha e Portugal) foram alvo, durante séculos, das invasões muçulmanas. A

unificação desses reinos relaciona-se à reconquista dos territórios dominados pelos muçulmanos.

No século VIII os árabes, no seu processo de expansão, controlaram a Península Ibérica,

que passou a fazer parte do grande Império Islâmico. Do século VIII ao século XV, o

modelo da economia árabe estimulou o comércio, intensificando a vida urbana, e

permitindo o desenvolvimento de uma ativa burguesia composta por judeus, árabes, muladis (cristãos convertidos à religião islâmica) e moçárabes (cristãos que se dedicavam à

atividade mercantil, aceitando a dominação muçulmana). A Guerra de Reconquista faz parte do amplo movimento das Cruzadas, que na Península

Ibérica teve por objetivo retomar os territórios ocupados pelos mouros (árabes do Norte da

África). A luta, que durou séculos, ajudou a criar um espírito de nacionalidade entre os

cristãos ibéricos. No século XI, quando se inicia a guerra, unem-se para combater o inimigo

comum os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. Ao reino de Leão ligavam-se os

condados de Galiza e Portucalense. Este último, no bojo da luta contra os árabes, se tornaria

um reino independente já no século XII.

Vários nobres europeus, como os fidalgos franceses da casa de Borgonha, - ajudaram o rei

de Leão a expulsar os mouros de seus domínios. Como recompensa, Raimundo e Henrique

de Borgonha receberam terras e a mão das filhas do rei. Raimundo casou-se com dona

Urraca e ganhou a Galiza (nome da Espanha). Henrique casou-se com dona Teresa e

herdou o Condado Portucalense. Ambos deviam fidelidade ao rei de Leão. Com a morte de

dom Henrique (1112), dona Teresa assume o poder e procura manter a autonomia do

condado.

No entanto, essa autonomia só foi consolidada por seu filho, Afonso Henriques que

passou a lutar mais decisivamente pela separação do condado em relação a Leão.

Após várias batalhas, Afonso Henriques consolidou a independência de seus domínios,

assumindo o título de rei de Portugal em 1139, título esse reconhecido pelo rei de Leão em

1143 e confirmado pelo Papa em 1179. Os reis que se seguiram a Afonso Henriques

conseguiram manter a autonomia de Portugal em relação ao reino de Leão, ao mesmo

tempo em que prosseguiram a luta contra os mouros. Na defesa da autonomia e

consolidação do novo Estado soberano, a população portuguesa teve participação decisiva,

pois, sem a presença das classes produtoras (camponeses), os reis não conseguiriam

assegurar a

independência.

Em meados do século XIII, com a expulsão dos muçulmanos (1249), e o fim das querelas

fronteiriças com Leão e Castela (1267), Portugal estava de posse de seu território

definitivo. Os outros reinos da Península Ibérica, no entanto, prosseguiriam na luta contra

os mouros até o século XV, e o Estado espanhol unificado só se completaria em 1515, com

a anexação do reino de Granada.

Sociedade portuguesa: clero, nobres e povo

Ao longo dos séculos, o território português tinha sido ocupado por gregos, cartagineses

(vindos da atual Tunísia, Norte da África), romanos, povos germânicos e árabes. No século

XII, os descendentes desses povos estavam socialmente divididos em 'grandes', ou

'ímines', e 'iniúdos', ou "vilões", e "semi-servos". Os grandes - clero e nobreza - eram

ímines porque os rendimentos de seus bens estavam isentos de quaisquer pagamentos aos reis.

Os homens do clero (padres, bispos, arcebispos) eram os únicos da população cristã que tinham cultura literária. Eram também os mais bem organizados da sociedade portuguesa.

Como a Igreja representava Deus, que estava acima de reis, nobres e camponeses, o clero

tentava sobrepor-se ao poder real. Os reis fizeram então uma política de conciliação com a

Igreja, reconhecendo suas propriedades, aceitando a cobrança do dízimo e concedendo-lhe

o direito de cunhar moedas.

Os vilões compreendiam vários grupos sociais. O vilão do campo trabalhava em qualquer

lugar e pelo preço que combinava. O vilão rico do campo tinha cavalos, armas e roupas

adequadas para a guerra, enquanto o pobre fazia o serviço militar a pé. O vilão da cidade

era o mercador. Ao longo dos séculos XII e XIII, e, principalmente, a partir dos séculos XIV

e XV, esses mercadores constituíram as classes burguesas.

Os servos eram homens ligados a terra. Embora não fossem escravos não podiam ser

vendidos -, os servos faziam parte das terras conquistadas ou doadas pelo rei a algum

nobre. Tinham a subsistência garantida pelo senhor, mas nada recebiam por seus serviços.

No caso de Portugal, os servos, a partir do século XII, foram se transformando em colonos

livres, ou semi-servos, pois passaram a receber dinheiro (moedas) pelo trabalho produzido.

Essa evolução foi consequência indireta dos constantes ataques árabes, que obrigavam as

populações portuguesas a organizarem a economia de maneira centralizada.

Essa centralização precoce em relação aos outros reinos europeus colocou o rei como

organizador da economia em Portugal.

Desde o século XII (1101-1200), a carência de mão-de-obra tornou-se o maior problema

para a produção de alimentos. A solução encontrada pelo rei foi transformar o servo em

semi-servo ou colono livre, pagando-lhe um salário de acordo com sua produtividade e

assim evitando que ele se deslocasse para as regiões litorâneas, onde poderia se dedicar

com vantagem à pesca. Nesse sentido, o feudalismo português foi diferente do das outras

regiões da Europa, onde um servo não se confundia com um colono livre.

Nas terras de propriedade dos reis trabalhavam os rendeiros, isto é, homens que cultivavam

a terra em troca de gêneros alimentícios e, principalmente, de dinheiro.

Os reis estimulavam ainda as feiras, isto é, a troca de mercadorias. Chegavam mesmo a

obrigar novos produtores agrários a comparecerem às feiras, sob pena de pesadas multas,

perseguições e confiscos dos gêneros agrícolas.

Além disso, os armazéns reais, sempre com abundância de mercadorias, regulavam os

estoques para o consumo. Dessa forma, evitavam-se os problemas de desequilíbrio entre

regiões mais e menos produtivas. A produção de arroz, azeite, vinho, trigo e algodão

(matéria-prima para tecidos) estava integrada ao esquema de controle de

produção/comercialização comandado pelos reis.

Morte de rei provocou revolução

Em 1383, com a morte de dom Fernando - último rei da família dos Borgonha -, teve

início a crise monárquica em Portugal, que terminaria com a subida ao trono português de

outra família lusitana através de uma revolução.

Dom Fernando não teve herdeiro varão. Do primeiro casamento com dona Leonor deles nascera dona Beatriz, que se casou com dom João, rei de Leão e Castela. O monarca

castelhano ambicionava anexar Portugal aos seus domínios mas dom Fernando, antes de

falecer, obrigou-o a assinar um contrato de casamento pelo qual ficava estabelecido que o

primeiro filho do casal seria rei de Portugal, abrindo mão do trono de Castela. Enquanto

isso, dona Leonor ficaria como regente.

No entanto, dona Leonor aproximou-se demais de nobres lusitanos favoráveis à anexação

de Portugal a Castela. Com isso, a burguesia mercantil portuguesa sentiu-se ameaçada em

seus interesses, enquanto o povo lusitano - semi-servos, vilões do campo e da cidade,

marinheiros, pescadores – não aceitava as manobras da regente. O assassinato de um nobre

galego ligado à dona Leonor deflagrou o conflito. A regente fugiu para Castela, onde pediu ajuda.

Em praça pública, o povo aclamou dom João, da família de nobres de Avis (região

lusitana), como chefe militar para organizar a luta contra Castela. A guerra entre Portugal e

Castela teve seu desfecho em 1385, com a batalha de Aljubarrota, na qual os portugueses

derrotaram os invasores. Um pouco antes, no mesmo ano, dom João fora aclamado rei de

Portugal, dando início à dinastia de Avis e ao primeiro Estado Nacional moderno da

Europa.

Uma ampla associação de interesses foi a principal causa da consolidação de Portugal

como país. A burguesia mercantil ficou temerosa de perder as conquistas comerciais para a

burguesia castelhana. O nobre de Avis percebeu que poderia se tornar rei e construir o mais

poderoso Estado da Europa no século XIV. Vilões e semi-servos estavam interessados em

consolidar as condições de trabalho. A união da burguesia mercantil com o rei e sua vitória

contra a aristocracia (senhores de terras) foi o traço marcante da Revolução de Avis.

A burguesia mercantil e parte da nobreza que apoiou dom João criaram as cortes, isto é,

uma assembléia formada pelas duas classes vitoriosas para dar apoio político ao rei. Outro

objetivo das cortes foi impedir o crescimento de organizações populares de vilões, semiservos,

marinheiros e pescadores que pudessem reivindicar maior participação política e

melhores condições econômicas e sociais.

Rumo ao mar: expansão ultramarina

Como foi dito, o feudalismo em Portugal teve características próprias em relação ao

restante da Europa. Em primeiro lugar o rei centralizava as decisões econômicas

estimulando as feiras para trocas comerciais e guardando, em seus armazéns, alimentos

para as regiões carentes. Com isso, o rei arrecadava altos impostos, garantido dinheiro para

estimular as atividades mercantis e impulsionar a tecnologia marítima.

Em segundo lugar a atividade pesqueira lançava os portugueses em direção ao oceano.

Inicialmente, apenas com a pesca da sardinha e a extração do sal, depois com a construção

de embarcações maiores, para a pesca de atum e bacalhau, até chegar, no século XV, ao

desenvolvimento das caravelas, que possibilitaram a caça da baleia e a conquista de novas terras.

Essas peculiaridades feudais associadas à localização geográfica do país, 'à beira-mar',

plantado, estimularam, a partir do século XIV (1301-1400), o desenvolvimento das ciências

náuticas. A construção de caravelas, o aperfeiçoamento do astrolábio (instrumento de

medição da altura das estrelas no horizonte para orientar a navegação e a elaboração de

mapas) e da bússola propiciaram a Portugal a abertura do comércio com a Inglaterra,

França e Países Baixos (Holanda).

No século XV (1401 - 1500), a Europa apresentava os seguinte quadro: crescimento

populacional, deslocamento de servos do campo para a cidade, desenvolvimento urbano,

escassez de produtos agrícolas e ampliação comercial. Essa ampliação exigia a expansão

em busca de novos mercados produtores e consumidores.

O mar Mediterrâneo estava dominado econômica e comercialmente pelas cidades Italianas,

em especial Veneza. no Século XV uma Europa necessitada de mercadorias impulsionou

Portugal a enfrentar os desafios do oceano para muito além das costas Portuguesas, em

direção ao sul do Atlântico. Essas viagens ficaram historicamente conhecidas como as

Grandes navegações. Foi o momento da expansão ultramarina. A queda de Constantinopla

nas mãos dos Turcos, em 1453, e o conseqüente fechamento da rota terrestre por onde

passavam os produtos vindos do Oriente, estimularam ainda mais a busca de um caminho

marítimo para as Índias.

Os passos foram lentos. A cada nova conquista ou avanço sobre o oceano, somavam-se

novas experiências e conhecimentos: 1415 - conquista de Ceuta, na África, importante base

dos mercadores muçulmanos; primeiro porto do Atlântico fora da Europa. 1416 e 1431-

conquista de Madeira e Açores: dois arquipélagos do Atlântico entre Europa e África. 1434

- avanço sobre o cabo Bojador: passagem decisiva para a conquista definitiva da África.

1440 a 1480 - conquista de várias ilhas, entre elas as de Cabo Verde e Porto - Príncipe, e

regiões do continente africano (Guiné e Angola). 1487 - o navegador Bartolomeu Dias

dobra o cabo da Boa Esperança no sul da África: passagem do Atlântico para o oceano

Índico. 1498 - Vasco da Gama chega às Índias. 1500 - descoberta do Brasil por Pedro

Álvares Cabral.

Com a conquista das regiões africanas e asiáticas e a instalação de postos comerciais para

as atividades mercantis, Portugal tornava-se a nação mais rica e de comércio mais

organizado e lucrativo de toda a Europa do século XV As Índias representaram conquista

significativa aos cofres do rei português, pois de lá vinham especiarias, pedras preciosas,

marfins, perfumes, açúcar, ouro, prata, -tecidos, madeira e porcelana, para suprir as

necessidades econômicas européias.

A rota das Índias pelo Atlântico era muito mais lucrativa do que pelo Mediterrâneo, que incluía um longo trecho por terra. A primeira viagem de Vasco da Gama foi exemplar para a economia portuguesa: obteve-se um lucro de 6 000%. Veneza jogava no mercado europeu 420 mil libras de pimenta por ano. Vasco da Gama, com um navio apenas, jogou 200 mil libras no mesmo mercado. As viagens pelo Atlântico eram mais longas, mas os lucros compensavam à medida que as transações comerciais cresciam. Na última década do século XV, Portugal e Espanha eram as duas maiores potências econômicas da Europa. A importância desses reinos pode ser medida pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 com a aprovação do Papa, em que ambos dividiram entre si o mundo conhecido ou o que viesse a ser descoberto: as terras encontradas a leste seriam de Portugal, as terras a oeste, da Espanha.

A escola de Sagres:

"Navegar é preciso, viver não é preciso" :

Como Portugal conseguiu conquistar uma posição tão privilegiada? O que permitiu o desenvolvimento das grandes navegações? Que condições culturais e mentais impulsionaram os portugueses para mares tão desconhecidos?

A partir do século XII, a realização das Cruzadas abriu a possibilidade de os europeus entrarem em contato com povos diferentes. As viagens pelo Mediterrâneo, as lutas entre católicos, muçulmanos e bizantinos acarretaram grandes transformações na vida europeia, como o aperfeiçoamento das técnicas de guerra, a mudança de hábitos alimentares, novas palavras no vocabulário e, principalmente, o aperfeiçoamento de técnicas marítimas.

Ao longo dos séculos XN, XV e XVI, os europeus perceberam que a ajuda divina e da Igreja não eram suficientes para suas vidas. Era necessário um esforço pessoal nos empreendimentos comerciais, na produção agrícola, no domínio da natureza, no conhecimento de técnicas marítimas. Os homens começavam a acreditar em si mesmos.

Perceberam que de sua fraqueza diante da natureza nascia a força para dominá-la. O

teocentrismo medieval dava lugar ao antropocentrismo renascentista: o homem era agora a medida de todas as coisas, isto é, pelas próprias forças ele poderia conquistar o mundo.

No século XV, a criação da Escola Naval de Sagres, pelo infante dom Henrique, foi um

marco decisivo para as navegações portuguesas no Atlântico. A Escola de Sagres reuniu os

maiores estudiosos do mundo europeu em técnicas de navegação e lançou ao mar pelo

menos um navio por ano para estudar o oceano, fazer mapas e anotar as posições das

estrelas para guiar os navegadores.

As viagens pelo Atlântico eram muito inseguras: todos os tripulantes dos navios, ao saírem

de Portugal, assinavam o livro de óbitos. Mesmo assim, os portugueses colocavam em risco

suas vidas, menos pela aventura do mar ou pela religião, e mais pelas possibilidades de

riquezas comerciais.

A primeira expedição comercial às Índias, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, em

1500 - encerrando espetacularmente o século XV -, foi o marco definitivo das conquistas

portuguesas. Reuniu-se a maior e mais bem organizada frota para chegar às Índias. A

magnitude do empreendimento ressalta da comparação: enquanto Vasco da Gama levava

apenas quatro naus em sua viagem pioneira e Cristóvão Colombo chegara à América com

apenas três -, Cabral saiu no dia 8 de março com treze embarcações e mil e

quinhentos homens. E trazia apenas uma recomendação do rei português, dom Manuel:

afastar-se o máximo possível das águas conhecidas para descobrir um caminho mais

rápido para as Índias.

Desse afastamento resultou a vista de inequívocos sinais de terra, a 21 de abril. No dia

seguinte pela manhã avistaram um monte; como era a semana da Páscoa, chamaram-no de

Monte Pascoal. O porto era seguro. No dia 23 seguiram os primeiros contornos e

descobriram: não estavam nas Índias, porque os tradutores que conheciam a língua do

Oriente não entenderam o que os habitantes da terra falavam. Estava descoberta a Ilha de

Vera Cruz, depois Terra de Santa Cruz e, finalmente, Brasil. Decidiram continuar viagem

em 1º de maio para as Índias. Uma nau voltou a Portugal anunciando a nova terra

descoberta.

Na poesia a verdade do "Mar Português"

Ó Mar Salgado, quanto do teu sal São lágrimas de Portugal! Se a alma não é

pequena. Por te cruzarmos, quantas mães choraram, Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar Para que fosses nosso, ó mar!

Os versos do poeta português Fernando Pessoa revelam a força do Atlântico para a vida

dos portugueses. O lema da Escola de Sagres e dos navegantes de mares tão desconhecidos

e arriscados era: 'Navegar é preciso. viver não é preciso Navegar era preciso para o

enriquecimento do rei e da burguesia mercantil. Viver não era preciso. Preciso era trazer

ouro, prata, diamantes, canela, cravo, açúcar para o poder de Portugal, ainda que isso

custasse a vida de muitos navegantes.

Ouro e comércio na riqueza da Europa

No século XVI, a Europa passava por grandes transformações. A atividade mercantil

crescia, forçando os reis a organizarem os Estados Nacionais, através de princípios

econômicos que aumentassem suas arrecadações financeiras. Esses princípios eram:

- a maior quantidade possível de ouro e prata constituiria a base da riqueza de um país;

- o aumento da exportação de mercadorias permitiria acúmulo dos metais preciosos, ou

seja, levaria a uma balança comercial favorável;

- o protecionismo aos produtos nacionais deveria impedir a entrada de mercadorias iguais

ou semelhantes àquelas que o país possuísse;

- a transformação das matérias-primas em manufaturas estimularia o industrialismo;

- o estabelecimento de colônias para a produção de matérias-primas baratas e a exploração

de ouro e prata ajudariam a suprir as necessidades das metrópoles;

- O Pacto Colonial (as colônias só podiam comerciar com sua metrópole) e a criação de

Companhias de Comércio garantiam o monopólio comercial do sistema colonial. A prática

desses princípios ficou conhecida como política mercantilista ou mercantilismo.

A burguesia comercial era economicamente responsável pelas transações mercantis,

cujos lucros fortaleceram o poder dos Estados Nacionais. O lema do mercantilismo poderia

ser: ouro, poder e glória, ou seja, riqueza, domínio e prestígio... O sistema de governo

baseado economicamente no mercantilismo era o Estado absolutista - o rei, apoiado pela

burguesia comercial, centralizava o poder.

O comércio monopolista (exclusivista) promovido pelo rei e burguesia exigia que estes

controlassem suas mercadorias não só em suas nações como também em outras. Essa

prática gerou guerras na disputa de territórios comerciais entre os países europeus.

A conquista de colônias tornava-se essencial para o equilíbrio econômico-financeiro das

nações européias, pois as colônias poderiam produzir as matérias-primas inexistentes nas

metrópoles. Além disso, os territórios colonizados consumiriam as manufaturas produzidas

nas metrópoles.

Colônias de exploração e de povoamento

Nas colônias de povoamento a economia era organizada para atender aos interesses dos

colonos, que abandonaram seus países de origem por motivos de perseguição política ou

religiosa, ou por condições subumanas de sobrevivência.

Não se deve pensar, no entanto, que se tratava de colônias em que prevaleciam os

interesses dos colonizados... Através das colônias de povoamento, o que se visava era a

ocupação territorial, ao mesmo tempo em que se tentava resolver os problemas sociais,

políticos e econômicos das populações pobres da Europa, permitindo-lhe novas alternativas

de sobrevivência.

Quanto às colônias de exploração, foram organizadas com a finalidade de suprir a falta de

matérias-primas da metrópole. Aqui, a economia obedecia ao que se costumou denominar

de Pacto Colonial, que subordinava integralmente à metrópole toda transação comercial

(exportação e importação) das colônias. Ou seja, os colonizadores extraíam toda a matéria-prima

possível das colônias e as obrigavam a importar seus produtos manufaturados.

As colônias de exploração fundamentavam sua economia na extração de metais ou na

produção de qualquer gênero agrário, de alto valor mercantil, para ser vendido nos

mercados europeus. Produção em latifúndio, especialização em um único produto agrícola

(monocultura), emprego de mão-de-obra escrava eram as características desse modelo

colonial.

Entender o modelo de colônias de exploração é fundamental, pois ele caracteriza todo um

conjunto de colônias, exploradas pelos europeus em várias regiões (África, Ásia e

América), que permitiriam o crescimento da acumulação de capitais gerados pelas

atividades mercantis monopolistas.

O monopólio da compra dos produtos coloniais permitia à burguesia mercantil adquiri-los

a preços baixos. Os lucros eram enormes, pois essas mercadorias eram vendidas a preços

vantajosos no continente europeu.

As práticas mercantilistas deram origem à economia pré-capitalista, que se desenvolveu

principalmente nos séculos XVI, XVII até fins do século XVIII. A acumulação de capitais

comerciais pelas práticas dos mercantilistas foi responsável pela transição do processo

produtivo de manufaturas para o desenvolvimento industrial, característico da economia

capitalista.

Açúcar: o ouro do Brasil Oriente lucrativo

Portugal era um exemplo desse modelo mercantilista. A partir da viagem lucrativa de

Vasco da Gama, em 1498, os navegadores portugueses estabeleceram acordos com

mercadores da Índia para obter a exclusividade no comércio das especiarias. Através de

guerras colonialistas os portugueses conseguiram garantir o comércio dos produtos

orientais. Ouro da África e do Oriente, escravos africanos para a produção açucareira das

ilhas do Atlântico, artigos de luxo (perfumes, sedas, tapetes) do Oriente, socorro à escassez

de cereais do reino português e da Europa eram alguns objetivos lusitanos no início do

século XVI.

Nos primeiros trinta anos após a descoberta do Brasil, Portugal desinteressou-se pela Terra

de Santa Cruz e quase a abandonou, pois as especiarias e as manufaturas de luxo do Oriente

eram mais lucrativas.

Homens e dinheiro eram decisivos para o domínio militar e o combate aos árabes no

controle comercial do Oriente. Isso fazia com que pouco sobrasse para investir na nova

terra.

Além disso, os portugueses não haviam encontrado no Brasil nem ouro nem prata, ou outro

produto que pudesse ser comercializado no mercado europeu. Mesmo assim, houve várias

expedições de reconhecimento do litoral brasileiro. Numa delas, os navegadores

descobriram grande quantidade de pau-brasil na Mata Atlântica.

Essa madeira já era conhecida pelos europeus, que a utilizavam como corante na indústria

têxtil. Até então, o produto vinha do Oriente. O rei de Portugal firmou um contrato com

mercadores para a exploração do pau-brasil nas novas terras.

O Estado português comprometeu-se com os mercadores a não importar mais pau-brasil do

Oriente. Em troca, eles deveriam enviar navios ao Brasil, construir e manter aqui uma

fortaleza e pagar impostos à Coroa. Assim nasceram os "brasileiros" - nome dado aos

comerciantes do pau-brasil.

Brasil: ocupação ou perda?

Depois que os espanhóis encontraram ouro e prata em suas possessões nas Américas, a

França resolveu também enviar navios ao Brasil e aqui disputar com Portugal a procura de

metais preciosos.

As expedições francesas ao litoral brasileiro provocavam protestos dos portugueses, que

reclamavam o acordo estabelecido no Tratado de Tordesilhas. O rei da França - Francisco I

- respondeu ao rei português que a França deixaria o litoral do Brasil se Portugal

apresentasse o "Testamento de Adão", em que constasse a doação das terras do Novo

Mundo aos espanhóis e portugueses...

Diante de tais ameaças, Portugal decidiu-se, a partir de 1530, a ocupar economicamente o Brasil, colonizando-o. Além das ameaças européias ao Brasil, o comércio das especiarias no Oriente estava enfraquecendo. A concorrência de outras nações da Europa, os altos custos militares e de transporte, a enorme distância entre a Índia e Portugal e principalmente a diminuição dos lucros mercantis foram os fatores decisivos para os lusitanos optarem pela exploração comercial da colônia brasileira. Por ordem de dom João III, a expedição de Martim Afonso de Sousa ao Brasil, em 1530, visava expulsar os franceses do litoral, observar e relatar cuidadosamente as características geográficas da nova terra e fundar povoamentos. São Vicente (no atual litoral paulista) foi a primeira vila brasileira, fundada em 1532. Após o relatório de Martim Afonso, que mostrava a viabilidade da colonização, e tendo em vista a falta de capital da Coroa, o rei decidiu entregar as despesas da colonização à iniciativa privada. A divisão da terra em capitânias hereditárias foi o esquema encontrado pela Coroa portuguesa para a ocupação colonial. Eram quinze faixas lineares de terras, entregues a doze proprietários, incumbidos de montar engenhos de açúcar, de pagar ao rei um quinto dos metais preciosos encontrados, e, em troca, o donatário (proprietário da capitania) poderia vender pau-brasil e índios em Portugal. A posse da terra era garantida pela Carta de Doação e pelo Foral. Os donatários eram capitães com poder de fazer leis, administrar a produção e a renda das capitânias. Esses poderes eram bastante amplos; no entanto, o sistema de capitânias não foi feudal, a mão-de-obra era escrava e a produção visava o mercado externo. A economia da colônia funcionava de acordo com o comércio internacional. O sistema de capitânias hereditárias foi adotado no Brasil devido ao êxito obtido com um esquema semelhante na produção de gêneros agrários nas ilhas de Açores, Madeira, Cabo Verde, Porto Príncipe e em Angola (todos territórios portugueses no Atlântico). No Brasil, as capitânias tiveram pouco resultado. A falta de recursos financeiros foi a principal causa do fracasso; de resto, a maioria dos donatários nem veio ao Brasil para assumir a colonização. O fracasso das capitânias determinou a necessidade de substituir a política descentralizada por um centro de unidade política e administrativa. Assim, em 1548, foi criado o Governo Geral. Tomé de Sousa foi o primeiro governador, com a função primordial de ajudar os capitães donatários na produção agrícola. Ao governador geral cabia também combater tribos indígenas rebeldes aos colonizadores, realizar buscas de jazidas de ouro e prata pelo interior e construir navios para a defesa territorial. Os governadores gerais pouco puderam fazer para estimular a produção e defender as terras brasileiras, dada a enorme extensão territorial e os poucos recursos financeiros que a Coroa enviava. O poder de fato estava nas mãos dos proprietários de terras - os chamados senhores coloniais -, donos das fazendas de açúcar, movidas a trabalho escravo.

Essa classe social detinha, na prática, o poder local através dos municípios, organizados em câmaras. Nestas, reuniam-se os 'homens bons', isto é, homens de propriedades, para as decisões políticas, administrativas e econômicas do município. Nelas ainda se decidia sobre a declaração de guerra e paz com índios, arrecadação de impostos, catequese, abastecimento de mão-de-obra escrava (negros e índios) para as fazendas.

Êxito açucareiro garante colonização

A decisão de colonizar a nossa terra estava intimamente associada à escolha do cultivo de um gênero agrário que trouxesse elevados lucros à Coroa. A ausência de metais preciosos, os baixos recursos obtidos com a extração do pau-brasil e o declínio do comércio de especiarias no Oriente exigiram uma opção agrícola lucrativa. O açúcar foi a escolha portuguesa para o projeto colonizador.

A produção açucareira oferecia várias vantagens:

- a) as boas experiências produtivas dos portugueses com o açúcar cultivado nas ilhas de Açores e Madeira;
- b) o pequeno tempo gasto entre a produção e a comercialização do produto, em relação aos outros gêneros, permitia que o capital empregado, embora elevado, tivesse retorno rápido;
- c) o mercado europeu era garantido porque não haveria concorrentes;
- d) a grande quantidade de terras disponíveis no Brasil, com solo tipo massapê favorável a essa cultura.

A organização da produção açucareira obedeceu ao esquema de plantation: produção agrícola baseada no latifúndio (grande propriedade), monocultura (somente produção de açúcar), com mão-de-obra escrava, voltada exclusivamente para o mercado externo.

Negro: caçado como animal para o trabalho escravo

A mão-de-obra escrava constituiu outro fator de lucratividade para a burguesia mercantil metropolitana. O negro africano era vendido como mercadoria e as classes burguesas traficantes obtiveram com ele altos rendimentos.

Como o objetivo da colonização não era favorecer o desenvolvimento de um mercado interno, o uso da mão-de-obra escrava cumpria a finalidade mercantilista: produzir para o mercado externo, em benefício da metrópole.

O negro ou era caçado como animal pelos comerciantes portugueses com o uso da violência ou trocado com os chefes das tribos por produtos de pouco valor, como fumo, armas de fogo etc.

Nos porões dos navios negreiros (os chamados tumbeiros) a viagem era difícil, havia pouca comida (em geral, banana e água). Eram comuns as epidemias, que chegavam a matar metade dos prisioneiros.

A vida dos negros nas colônias era ainda mais cruel que as viagens. Submetidos, em média, a catorze horas de trabalho diário, poucos sobreviviam mais que cinco a doze anos.

Plantio da cana, colheita, moagem eram as atividades cotidianas. "Os negros são as mãos e os pés dos senhores de engenho." Essa frase do jesuíta Antonio - que escreveu sobre as condições sociais, econômicas e políticas do período colonial - expressa a dependência total que os proprietários dos engenhos tinham em relação aos escravos africanos.

Açúcar, o negócio dos flamengos

A montagem do empreendimento açucareiro no Brasil contou com o financiamento dos holandeses, pois a burguesia mercantil lusitana estava em crise financeira em decorrência do declínio do comércio de especiarias, nas primeiras décadas do século XVI. Não havia disponibilidade de capitais para bancar a empresa agrícola açucareira. Então, maquinaria para os engenhos (moenda - conjunto de peças de ferro para triturar o açúcar), instrumentos como a enxada e a foice, bem como o tráfico de negros, eram financiados pelos flamengos (holandeses).

A Portugal ficava a tarefa de produzir o açúcar na colônia brasileira. O açúcar saía daqui na forma de rapadura ou melaço. Comerciantes portugueses vendiam esse açúcar para os batavos (holandeses), que executavam o refino do melaço (transformação em pó, açúcar mascavo), comercializavam e distribuíam o produto na Europa. Assim, as técnicas de produção do açúcar eram dominadas pelos portugueses, mas o refino e o domínio comercial dos mercados europeus pertenciam aos holandeses. Como, pelas leis mercantilistas, a atividade comercial era muito mais lucrativa que a atividade produtora, podemos afirmar que "o negócio do açúcar foi, em resumo, mais flamengo que português".

(Eduardo Galeano, As veias abertas da América Latina)

Em 1578, dom Sebastião, o rei de Portugal, desapareceu numa batalha contra os muçulmanos, em Alcácer-Quibir, território africano, e deixou vago o trono lusitano. Filipe II, rei da Espanha e primo de dom Sebastião, reclamou a herança da Coroa portuguesa. No entanto, subiu ao trono de Portugal o cardeal dom Henrique, tio de dom Sebastião e de Filipe II. Tropas espanholas invadiram Portugal e depuseram dom Henrique. Em 1580, Filipe II proclamou a União Ibérica. A união de Portugal à Espanha durou sessenta anos (1580-1640). A União Ibérica, sob o reinado de Filipe II, proibiu a venda do açúcar brasileiro para os holandeses. Proibia-se também aos flamengos realizarem qualquer atividade mercantil em portos portugueses de todo o mundo. Tropas espanholas controlaram com a força das armas os portos de Portugal, para impedir as possíveis transações comerciais holandesas.

A burguesia flamenga reagiu: contratou piratas para realizar ataques-surpresa às tropas luso-espanholas, visando romper o bloqueio econômico da União Ibérica. Além disso, os holandeses criaram duas companhias de comércio: a Companhia das Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais. A primeira se encarregava do comércio na Malásia e nas Ilhas Molucas (ambas na Ásia). As atividades da segunda você conhecerá a seguir.

Brasil holandês

Apesar da reação flamenga, o embargo espanhol conseguiu dismantlar o comércio açucareiro holandês na Europa. Por isso, a Holanda decidiu invadir o Brasil: tentava buscar o açúcar diretamente na fonte produtora, a fim de recuperar seu comércio. A primeira invasão, realizada sob a responsabilidade da Companhia das Índias Ocidentais, ocorreu em Salvador, na Bahia, no ano de 1624.

O bispo dom Marcos Teixeira, no entanto, organizou a resistência: mobilizou a população de negros, índios e brancos pobres, convencendo-os a lutar contra o invasor "protestante, infiel e satânico".

Os holandeses perceberam que dominar a capital da colônia (Salvador) não garantiria a retomada do comércio açucareiro, pois o centro econômico da colônia não era a Bahia, mas Pernambuco. Por isso, a segunda invasão aconteceu em Pernambuco (Recife e Olinda), a maior região de produção açucareira, em 1630. É possível distinguir três fases nessa

invasão:

1630 a 37 - fase da conquista

1637 a 44 - fase da acomodação

1644 a 54 - fase da expulsão

Na fase da conquista, os holandeses enfrentaram resistências dos colonos, mas obtiveram a ajuda do português Domingos Fernandes Calabar, que levou os flamengos a obter importantes vitórias.

Na fase da acomodação, a administração holandesa ficou a cargo do conde Maurício de Nassau, que ofereceu aos proprietários de engenho empréstimos para recuperarem as plantações, maquinaria e escravos. Nassau soube conviver com os colonos católicos, autorizando construções de igrejas e respeitando seus dias sagrados. Promoveu também construções de palácios, pontes, além de trazer cientistas europeus com o objetivo de estudar a terra tropical para melhor dominar as diferenças geográficas e econômicas, tornando mais eficiente a exploração do Brasil. Nassau procurou uma convivência pacífica com os colonos, conforme convinha aos objetivos da Companhia das Índias Ocidentais, da qual era um dos investidores. A habilidade política de Nassau como governador teve como resultado a retomada da produção a níveis melhores que os da fase de conquista, conseguindo assim aumentar as áreas de plantação.

A partir de 1640, Portugal, auxiliado pela Inglaterra, recuperou a autonomia em relação à Espanha, após sucessivas guerras. Os ingleses estavam interessados em monopolizar o fornecimento de manufaturas aos portugueses.

O rei português assinou, então, um acordo com os holandeses, permitindo-lhes permanecerem no Brasil por mais dez anos (até 1650). Em troca, os holandeses continuaram a financiar a produção do açúcar.

Entretanto, começa a haver, nessa época, um declínio da economia holandesa, cuja causa principal foi a guerra entre católicos (sob a liderança da Espanha) e protestantes (liderados pela Holanda). Na verdade, essa luta, aparentemente motivada por razões religiosas, nasceu como disputa entre a nobreza feudal (catolicismo espanhol) e a burguesia (protestantismo holandês).

O conflito durou de 1618 a 1648

Por isso recebeu o nome de "Guerra dos 30 anos". Nesse período intensificou-se a luta holandesa pela conquista definitiva da independência em relação à Espanha.

A Holanda buscou obter o máximo de recursos financeiros para enfrentar a crise: elevou a produção e os impostos açucareiros, não tolerou atraso no pagamento dos empréstimos e

aumentou os juros dos empréstimos aos colonos brasileiros, governados por Nassau. O governador holandês sabia dos problemas de produção, equipamentos e capitais dos senhores de engenho. Havia muitas dificuldades na colônia, apesar da confiança e do crédito pessoal conquistados por Nassau ao longo dos sete anos de administração colonial no Brasil. Entretanto, as novas exigências da Holanda impossibilitavam a Nassau a manutenção de sua habilidosa política de convivência com os colonos. Alertou então os holandeses, mostrando que a nova orientação econômica provocaria lutas armadas dos colonos contra os flamengos.

Expulsão e crise

A fase de expulsão dos holandeses iniciou-se com a saída de Nassau do Brasil. Uma junta de três holandeses substituiu-o na administração da colônia. A junta seguiu as orientações recusadas por Nassau. O resultado deste procedimento foi a reação imediata dos colonos, organizando resistência armada e conseguindo a expulsão dos holandeses. Em 1654, a Holanda aceitou a perda da guerra, assinando a rendição da Campina da Taborda. Mais tarde, em 1661, os holandeses assinaram o acordo da Paz de Haia, reconhecendo o domínio português sobre o Nordeste brasileiro e a região africana de Angola. Em troca, os portugueses aceitaram a dominação holandesa em suas possessões do Oriente e pagaram uma indenização de quatro milhões de cruzados (moeda portuguesa) à Holanda. A Inglaterra, que já se impunha como nova potência marítima, serviu de intermediária nos acordos entre flamengos e lusitanos. Com isso, passou a influenciar Portugal, com quem estabeleceu uma aliança econômica e política. Através dessa aliança, a Inglaterra torna-se o principal fornecedor de manufaturas inglesas às colônias portuguesas. Quebra-se o domínio comercial holandês e os britânicos substituem os flamengos enquanto grande potência pré-capitalista.

Em troca do apoio a Portugal; a Inglaterra ficou com os domínios portugueses de Tânger (África) e Bombaim (Ásia), e a permissão para o trânsito de mercadores ingleses no comércio português da Índia. Por esse acordo, que culmina com o casamento entre a princesa Catarina (portuguesa) e o rei Carlos II (inglês), Portugal recebeu da Grã-Bretanha dois milhões de cruzados, suficientes para quitar metade da indenização prometida à Holanda. Pela outra metade, os portugueses tiveram de pagar juros em libras aos britânicos.

A partir do século XVII, após a expulsão dos holandeses, o Brasil tornou-se a mais importante colônia portuguesa. Isso porque a Coroa lusitana perdera pontos comerciais importantes nos acordos com a Holanda e a Inglaterra, tendo que voltar-se integralmente à exploração econômica na colônia brasileira.

A partir da segunda metade do século XVII, os holandeses levaram a tecnologia da produção de açúcar, aprendida no Brasil, para seus domínios nas Antilhas (ilhas do Caribe),

na América Central e na Guiana Holandesa (fronteira com o Amazonas). O açúcar brasileiro passou a ter como concorrente o açúcar flamengo, mais barato, porque os holandeses não dependiam de capital estrangeiro, o que ocorria com Portugal em relação ao capital inglês.

Além disso, os preços do açúcar sofreram uma queda geral no continente europeu, provocada pela diminuição da atividade das minas de ouro e prata na América espanhola. Como resultado, faltavam moedas no mercado, o que levou ao declínio da produção açucareira do Brasil.

Sertão: os caminhos do gado. O gado penetrava e ocupava o interior

A economia agro-açucareira foi a base da colonização na América portuguesa, nos séculos XVI e XVII, e o gado dava sustentação local ao açúcar. A criação bovina foi um dos fatores decisivos para a penetração e conquista do interior brasileiro - especialmente o Nordeste. É possível distinguir três fases da pecuária colonial. A primeira iniciou-se logo após a descoberta, em 1533, estendendo-se até o começo do século XVII. Engenho e curral faziam parte do latifúndio canavieiro. O gado alimentava a população das fazendas e era usado como força de tração na moagem da cana, além de transportar as caixas de açúcar aos locais de embarque no litoral.

A segunda fase inicia-se nas primeiras décadas do século XVII, com a necessidade de mais terras cultivadas para atender ao crescimento da produção açucareira. A criação de gado amplia-se rumo ao interior, além dos limites agrícolas. Isso ocorreu desde as primeiras décadas do século XVII até por volta de 1660. Nessa época diminui a produção canavieira, provocada pela concorrência do açúcar antilhano-holandês, e o gado começa a ser uma alternativa econômica para a crise.

A característica marcante dessa etapa é a separação, na mesma fazenda, entre as áreas de cultivo e as de pecuária. A terceira fase caracteriza-se por uma separação definitiva entre a pecuária e a agricultura. A atividade de criação de gado interiorizou-se pelo sertão. Ampliam-se os rebanhos e as pastagens, marcando duas áreas bem distintas: enquanto o sertão era pastoril, o litoral era agrícola. Apareceram as feiras de gado localizadas entre as áreas pastoris e as áreas agrícolas.

Os sertanejos levavam sua produção às feiras que, com o tempo, foram se transformando em cidades. Esse período vai da segunda metade do século XVII até fins do século XVIII.

Enfrentando pastos escassos, curtos períodos de chuva, clima quente e seco, o gado penetrava o interior, ocupando as regiões dos futuros Estados brasileiros. Duas correntes de penetração partiram dos principais centros de atividade açucareira: a baiana, formando os contornos dos cinco "sertões de dentro" uma área correspondente aos atuais Estados da Bahia, Ceará, Piauí e Maranhão. A corrente pernambucana acaba formando os "sertões de fora", a região que hoje corresponde aos limites dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e parte do Ceará e Piauí. Essas correntes seguiam o curso dos rios, para provisão de água.

Em Alagoas, Ceará e, principalmente, no Rio Grande do Norte, desenvolveu-se o extrativismo do sal, criando uma outra opção econômica no século XVIII para os nordestinos. É desse período do século XVIII a criação da 'carne-do-ceará' isto é, da carneseca, ou carne-de-sol, charqueada no sal ou no sol. O charqueamento da carne contribuiu para a penetração no interior da colônia pois possibilitava percorrer distâncias maiores. Os homens poderiam saciar a fome durante vários dias, porque as carnes charqueadas conservavam-se por longos períodos. Esse fato permitiu o surgimento de uma outra atividade comercial voltada para o mercado interno, no qual se integrava a economia da mineração.

A era do couro.

Estabelecer um curral de gado exigia o trabalho aproximado de oitenta vaqueiros. Era necessário amansar os bois para acostumá-los às pastagens. Depois disso, apenas dez peões chefiados por um vaqueiro davam conta do trabalho de ferrar os bezerras, tirar-lhes as bicheiras, realizar as queimadas dos campos na estação apropriada, matar onças, cobras, lagartos, morcegos, abrir bebedouros. A necessidade de pequenos investimentos, pouca mão-de-obra, pequenos esforço na ocupação da terra por causa da vegetação típica pouco abundante explicam o grande desenvolvimento da pecuária no Brasil. Por essas razões, proprietários das fazendas açucareiras, falidos pela decadência do açúcar, tornaram-se fazendeiros de gado.

A atividade pastoril nordestina passou, de simples economia complementar à açucareira, a uma economia de exportação do couro de boi para a Europa. Era a época do couro, matéria-prima com que o sertanejo nordestino do século XVIII confeccionava inúmeros utensílios: cama, roupas, cordas, cantis etc. Nesse período o Brasil chegou a ter 1300 000 cabeças de gado vacum (destinado ao corte, isto é à alimentação) com um abate anual de 55.000 cabeças. '

A pecuária sulista teve desenvolvimento semelhante à nordestina: poucos recursos financeiros e pequena necessidade de mão-de-obra. A diferença era a qualidade superior da vegetação sulina que permitia um gado de melhor qualidade e maior quantidade. As fazendas sulinas de gado, chamadas estâncias, formaram-se com a domesticação dos bois dispersos e selvagens que haviam sido trazidos pelos portugueses e espanhóis. Couro e sebo dos bois sulinos e nordestinos eram exportados para a Europa. Os pecuaristas do Sul vendiam também às Minas Gerais cavalos, muars (mulas) e gado bovino, para o transporte do ouro até o litoral fluminense (Rio de Janeiro) e para a alimentação.

As "drogas" do Amazonas

A integração da região Amazônica à colonização portuguesa no Brasil realizou-se durante a União Ibérica (anexação de Portugal à Espanha, de 1580 a 1640, período em que o Tratado de Tordesilhas era letra morta. Franceses, ingleses e holandeses subiam o rio Amazonas em direção às minas de ouro peruanas. Logo após a restauração portuguesa

(separação de Portugal em relação à Espanha), os lusitanos organizaram expedições para dominar o Amazonas - instalando feitorias ao longo do rio.

Dois objetivos se completavam na penetração amazônica pelos portugueses: militar e econômico. Defendendo o rio Amazonas, tropas sulistas expulsaram franceses, holandeses e ingleses, ao mesmo tempo em que exploravam as drogas do sertão - cravo, canela, castanha-do-pará, fumo, salsaparrilha (tempero), essências de perfume, urucum (planta utilizada pelos indígenas para pintar o corpo e também para tempero) e guaraná -, vendidas a altos preços nos mercados europeus.

Com a ocupação da Amazônia, ultrapassava-se a "linha" norte de Tordesilhas os bandeirantes iriam anulá-la ao sul.

Bandeirantes: caça aos índios e busca do ouro Vicentinos: pobreza e produção de subsistência.

A capitania de São Vicente prosperou pouco desde sua fundação em 1532. Um ano mais tarde (1533) ali foi erguido o primeiro engenho de açúcar do Brasil (o Engenho do Bom Governador). A própria Coroa portuguesa financiou a instalação da produção açucareira na região. O objetivo do Estado português era a descoberta de caminhos que levassem às minas espanholas da Bolívia e do Peru pelos afluentes do rio da Prata. No entanto, o ouro não foi encontrado e a produção açucareira não progrediu dada a concorrência com a produção açucareira de Pernambuco e Bahia. Três motivos fundamentais impediram o

Progresso de São Vicente. Primeiro, a longa distância da capitania vicentina até os mercados europeus. Em segundo lugar, a terra era imprópria para a agricultura. Além disso, São Vicente era alvo constante da pirataria marítima.

A pobreza vicentina forçou seus habitantes a novos empreendimentos. Assim, surgiram as bandeiras, isto é, grupos de homens organizados em expedições militares particulares, com objetivos de penetração pelos sertões à procura de metais preciosos, índios e negros foragidos dos engenhos. Os seguidores das bandeiras chamavam-se bandeirantes.

A busca de novas alternativas

Desde a segunda metade do século XVI, iniciou-se o ciclo do ouro de lavagem. Descobriu-se ouro na própria capitania de São Vicente e depois em Iguape. Os bandeirantes seguiram pelo litoral, encontrando ouro no Paraná e Santa Catarina. Nessa busca ao metal, as bandeiras colonizaram a região paranaense, fundando as vilas de Paranaquá, Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis) e Laguna, na região catarinense, no século XVII. A exploração aurífera exigia uma regulamentação, e o governo lusitano decretou o Código Mineiro, no início do século XVIII. Por esse código ficou estabelecido que a quinta parte do ouro extraído era da Coroa portuguesa e, ainda, exigiu que o metal fosse fundido em barras em casas especiais, autorizadas pelo governo em Lisboa, para evitar o contrabando. Elemento essencial à penetração dos bandeirantes pelo interior da colônia, o índio servia como guia na mata, em busca de pedras e metais preciosos. Além disso, senhores de

engenho contratavam os bandeirantes para trazer-lhes braços indígenas usados no trabalho agrícola. A busca dos nativos era feita principalmente nas missões jesuíticas. isto é, em

regiões controladas pelos padres que realizavam a catequese ensino da doutrina cristã -, pois lá os índios já estavam "docilmente domésticos" para a exploração escravocrata.

No segundo ciclo dos bandeirantes, de 1617 a 1641 (século XVII), o monopólio do comércio de escravos para o Brasil era feito pela Holanda, que se apossara de territórios

coloniais portugueses na África e vendia os negros a altos preços. A essa questão

financeira, associaram-se as invasões holandesas no Brasil, de 1624 e 1630, e desorganizou-se o tráfico negreiro. Daí a opção pela escravidão do indígena, que passou a ser uma mercadoria altamente valorizada.

Os conflitos entre os missionários indígenas e bandeirantes foram violentos. Outra prática

dos vicentinos era estimular a guerra entre tribos indígenas inimigas. Os perdedores nos conflitos eram escravizados.

Com a restauração do trono português e a reconquista de domínios portugueses na África

que estavam em mãos holandesas, reinicia-se o abastecimento da mão-de-obra negra nas

lavouas brasileiras. Além disso, a crise da produção açucareira portuguesa, em decorrência

da produção açucareira das Antilhas flamengas, levou à queda do preço do escravo índio.

Todos esses fatores, aliados à escassez do ouro de lavagem, levaram os bandeirantes a se

desinteressar pela caça ao índio, trocando-a pelo sertanismo de contrato, que ocorreu desde

fins do século XVI até o século XVIII.

Nessa atividade, os bandeirantes eram contratados por senhores de engenho, proprietários,

pecuaristas e governadores, para reprimirem as tribos indígenas resistentes à escravização e

os negros foragidos das fazendas, os quais se organizavam em quilombos - aldeias negras

de ex-escravos que se rebelavam contra a escravidão.

As tribos indígenas lutavam contra a expansão das plantações de açúcar e da pecuária em

suas terras nativas. Em relação aos quilombos, os conflitos entre negros e brancos podem

ser vistos como lutas da classe escravista pela libertação. Os conflitos foram violentos, o

que provocou o extermínio de sociedades tribais indígenas e comunidades quilombolas.

Entradas: nenhum ouro nas explorações

Havia outra forma de penetração do interior brasileiro que "rompia" a linha de Tordesilhas,

ou seja, desrespeitava o tratado de 1494, pelo qual as terras da América se dividiam entre os

espanhóis e os portugueses.

Eram as entradas: expedições oficiais que, do século XVI ao XVIII, o governo português

organizou. Com pequeno número de participantes, as entradas partiam da costa atlântica e

penetravam na mata, com a finalidade de reconhecer o território e localizar pedras e metais

preciosos.

As entradas serviram para ajudar o reconhecimento do sertão, especialmente na Amazônia;

no entanto, todas elas fracassaram no seu principal objetivo: não encontraram ouro.

Foram expedições de bandeirantes, no final do século XVII, que localizaram as jazidas de

ouro e prata na região das Minas Gerais. O bandeirante Antônio Rodrigues Arzão é

mencionado no relatório do governador do Rio de Janeiro ao governo real lusitano (1695)

como sendo o descobridor das minas auríferas na região de Ouro Preto e Mariana.

A febre do ouro Burocracia para o controle do ouro

As descobertas auríferas em Vila Rica (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana),

Sabarabuçu (Sabará) provocaram profundas transformações na economia colonial.

Em primeiro lugar, o centro econômico da colônia deslocou-se do Nordeste para o Sudeste,

isto é, para as Minas Gerais. A corrida ao ouro atraiu senhores dos engenhos nordestinos

decadentes, homens e mulheres das cidades, vilas, sertões. Portugal também foi atingido

pela febre brasileira do ouro.

Cerca de quatro mil pessoas chegavam anualmente às regiões auríferas, a partir de 1695.

Falava-se na época que metade da população portuguesa viera ao Brasil atraída pelo metal

amarelo. Talvez fosse exagero, mas em 1720, o governo português restringiu fortemente a

emigração para a colônia lusitana na América. Para emigrar, era necessário passaporte

fornecido pelo governo real.

A Intendência das Minas, o organismo administrativo criado pelo governo lusitano para

controlar a produção aurífera, regulamentava a exploração da área, dividindo-a em datas.

Essas datas eram propriedades de terras de até trinta braças. O descobridor do filão ficava

com o direito de explorar as duas datas mais próximas do veio, ao rei cabia a data seguinte

e ao guarda-mor (delegado militar nomeado pelo rei) pertencia a quarta data. O restante das datas era soneado. Os participantes do soneio tinham de fazer

um pedido ao superintendente (supervisor-executivo, também nomeado pelo rei) oferecendo seus lances

no leilão aurífero. Os grandes proprietários de escravos obtinham maior número de datas. O

Regulamento da Intendência impunha entre quarenta a cem dias para iniciar a exploração.

Passado esse período sem que se iniciasse a produção, o explorador perdia o direito e a

intendência fazia novos sorteios.

O ouro de aluvião é o tipo característico da região das minas. Aluviões são depósitos de

areia e barro, encontrados nos rios e barrancos. As pepitas de ouro ficavam nos leitos dos

rios, bastando apenas uma peneira para lavá-las e separá-las de outros minerais sem valor e

do barro que as encobria.

Os depósitos de minérios preciosos eram extensos e, como ficavam a pequenas

profundidades, sua extração não exigia grandes investimentos.

Para essa atividade, organizaram-se as faisqueiras, mineradores isolados ou grupos

formados por um minerador e quatro ou cinco escravos. Algumas vezes, o minerador

estabelecia uma quota de produção para o escravo, permitindo que o excedente ficasse com

ele. Dessa maneira, alguns escravos conseguiram obter sua liberdade.

Para atingir as veias auríferas mais profundas, organizaram-se as lavras, isto é, empresas

que utilizavam equipamentos e máquinas hidráulicas, chegando a desviar leitos dos rios

para encontrar o ouro. Empregavam mão-de-obra escrava, alguns até cem indivíduos. Essa

organização teve seu período áureo enquanto a produção era abundante. Com a decadência,

aumentou o número de fiscoadores, pois as lavras exigiam elevado capital e alta produção.

Todas essas unidades eram muito especializadas (as pessoas envolvidas com a mineração

dedicavam-se exclusivamente à procura do metal precioso), exigindo a presença de outros

setores que se dedicassem à produção de bens e serviços. Desenvolveu-se, assim, em pleno

século XVIII, um incipiente mercado interno em torno das Minas Gerais.

O Brasil produz para as minas

Áreas tradicionalmente produtoras para o mercado externo, como Bahia e Pernambuco,

passaram a fornecer mercadorias às regiões mineradoras. Até as capitanias de São Vicente e

São Paulo, que produziam para a subsistência, aumentaram as áreas de cultivo nos

caminhos dos viajantes às Minas.

Os altos preços que os mineradores pagavam por qualquer mercadoria desequilibravam o

mercado na colônia, provocando escassez de produtos. Escravos, carne charqueada, sal,

açúcar, galinhas, porcos, vinho custavam dez, doze e até vinte vezes mais caro do que em

qualquer outra região brasileira.

Duas rotas davam acesso às Minas Gerais, no final do século XVII: o caminho geral do

sertão e o do rio São Francisco. O primeiro era mais curto, mas atravessava regiões

montanhosas, que, em determinados trechos, só eram transitáveis a pé ou com o recurso de

cavalos e mulas muito fortes. O segundo era mais longo, porém vantajoso, porque o terreno

era menos acidentado, além da água e alimentos facilmente encontráveis nas fazendas de

gado espalhadas ao longo das margens do rio São Francisco.

Por esses caminhos formaram-se cidades, vilas, locais para pouso e ranchos. Eram as

chamadas 'leidades viajantes', isto é, locais que ofereciam uma série de serviços aos

viajantes rumo às minas. Pouso Alegre, Passo Fundo, Moji-Mirim, Moji-Guaçu, foram

cidades fundadas a partir de prestações de serviços às Gerais.

A circulação por estas cidades criou a figura dos tropeiros, isto é, homens que conduziam

mulas, jumentos, bois, cavalos, por trilhas e encostas difíceis da Serra da Mantiqueira e da

Serra do Mar.

As regiões do ouro eram distantes do litoral. No início, os mineradores utilizaram os

escravos para o transporte. No entanto, era antieconômico tirar o negro da produção. Os

cavalos logo se mostraram inadequados para os caminhos acidentados das Gerais e foram

substituídos pelos muars, criados no Rio Grande do Sul. O progresso parecia inevitável no

interior do Brasil, graças às regiões auríferas. Palacetes e igrejas foram construídos e surgiu

uma intensa vida comercial, integrando as várias regiões do Brasil. De 1741 a 1761, a

produção aurífera do Brasil atingiu seu ponto mais alto.

A partir de 1761, a produção começou a diminuir. As causas da queda estão no

esgotamento das jazidas e na inadequação tecnológica utilizada nas lavras.

O ouro da colônia equilibrou temporariamente a balança comercial de Portugal. Mas não

tirou os lusitanos da dependência inglesa. O Tratado de Methuen, assinado em 1703 pela

Inglaterra e Portugal, foi totalmente desvantajoso aos portugueses. Por esse tratado, a

Inglaterra fornecia tecidos britânicos ao mercado metropolitano e colonial, e, em troca,

Portugal vendia vinhos que os próprios ingleses fabricavam em Portugal para mercados ingleses.

Fazia parte ainda do tratado que o transporte de panos ingleses e vinhos "portugueses"

fosse realizado por navios ingleses, até mesmo para os portos coloniais.

Dessa forma, a partir de 1730, a balança comercial portuguesa favoreceu os produtos

ingleses. A principal consequência do Tratado de Methuen (diplomata inglês que negociou

este acordo) foi o desinteresse de Portugal em criar uma indústria têxtil nacional, pois não

havia condições de competir com os preços dos tecidos ingleses. Além disso, os britânicos

condicionavam a concessão de empréstimos aos lusitanos à proibição de que estes

montassem manufaturas de tecidos em Portugal ou nas colônias, principalmente a

brasileira.

Por outro lado, o minerador era obrigado pelo Pacto Colonial (a colônia só podia comprar

da metrópole) a adquirir as mercadorias da burguesia metropolitana portuguesa. Esta, como

foi dito, era forçada a comprar dos ingleses os artigos posteriormente revendidos aos

colonos brasileiros.

No entanto, os ingleses conseguiam burlar o pacto, subornando funcionários portugueses e

vendendo diretamente seus produtos para a colônia.

Dessa forma, ou seja, comprando manufaturas inglesas, o ouro brasileiro teve importante

papel no processo de acumulação de capital, necessário para que a Inglaterra realizasse a

passagem do capitalismo comercial para o industrial.

Açúcar, gado e ouro: um só plano.

O açúcar constituiu desde o início da colonização uma atividade econômica de

alta rentabilidade. A partir da segunda metade do século XVI (1550), a produção se

expandiu rapidamente pelo litoral nordestino, em particular Bahia e Pernambuco.

O crescimento da produção açucareira exigia aumento de áreas cultiváveis e o emprego do

gado para transportar os estoques de cana, à medida que as plantações se dirigiam para o

interior. A criação de gado mostrava-se viável como outra forma de renda aos proprietários

de terras. Com a queda dos preços do açúcar, principalmente devido à concorrência do

açúcar antilhano, a atividade criatória permitiu por algum tempo a sustentação econômica

de alguns senhores de engenho arruinados. Mas a tendência era a diminuição da produção

pecuária, acompanhando a crise açucareira nas últimas quatro décadas do século XVII.

Com o surto minerador floresceu a atividade pecuária do Nordeste colonial, com suas

exigências de gado para a alimentação e transporte.

Também a economia criatória do Sul cresceu com os altos preços decorrentes das

necessidades das Minas. Cavalos, jumentos e, principalmente, muars (por sua elevada

resistência às más condições dos territórios das Minas) tornaram a pecuária sulista uma

opção rentável diante das escassas possibilidades econômicas do incipiente mercado

interno.

A mineração, assim, desenvolveu várias regiões diferentes da colônia, possibilitando o aparecimento de um mercado interno em torno do crescimento e expansão da produção aurífera.

O açúcar nordestino e os metais das Gerais voltavam sua produção para o mercado externo, de acordo com o Pacto Colonial (a exclusividade econômica e comercial com a metrópole). Por outro lado, a produção pecuarista e as atividades de produção de alimentos para as cidades, vilas e povoamentos dinamizaram-se diante das necessidades da economia mineradora.

Sintetizando esses estudos sobre as condições econômicas do Brasil-colônia, podemos afirmar que nos primeiros dois séculos da colonização do Brasil, na falta de metais preciosos, Portugal criou outra opção econômica com grande êxito lucrativo: o açúcar.

Essa outra opção, no entanto, só ofereceu lucros até a segunda metade do século XVII.

'O que poderia Portugal esperar da extensa colônia sul-americana, que se empobrecia a cada dia' (com a competição do açúcar holandês), "crescendo ao mesmo tempo seus gastos de manutenção? Era mais ou menos evidente que da agricultura tropical não se podia

esperar outro milagre similar ao do açúcar. Em Portugal compreendeu-se claramente que a

única saída estava na descoberta de metais preciosos." (Celso Furtado, A Formação

Econômica do Brasil).

Os conhecimentos dos vicentinos sobre o interior do Brasil foram fundamentais para o descobrimento aurífero. Os dois interesses se conjugaram como uma luva, isto é, Portugal

necessitava urgentemente de uma atividade econômica imediatamente lucrativa e os

bandeirantes vicentinos precisavam curar sua pobreza: caçando índios, matando negros e

buscando ouro... para no final ficar tudo para a Inglaterra e suas indústrias... Colonizar teve

um significado claro: produzir uma economia complementar às necessidades financeiras e

comerciais do desenvolvimento mercantilista europeu. A colônia brasileira introduziu-se na

economia mundial trazendo para a burguesia mercantil portuguesa, e principalmente a

holandesa, os lucros do tráfico negreiro e do açúcar.

É importante lembrar que outros gêneros tropicais além do açúcar fizeram parte da

economia colonial, como o cacau, algodão, fumo, caça à baleia.

O cacau era coletado como "droga" do sertão. A partir da administração do Marquês de

Pombal (1750-1777), foi plantado originalmente na Bahia. e servia para a produção de

licores, manteiga e chocolate.

As extensas plantações de algodão desenvolveram-se a partir da segunda metade do século

XVIII, no Maranhão e Pará. Exportado para a Inglaterra, exatamente no período do

processo industrializante inglês, o algodão era matéria-prima para as indústrias têxteis

britânicas: Outras áreas coloniais (Ceará, Rio de Janeiro, São Vicente, Goiás) chegaram

também a produzir algodoeiros, porém a maior produção era maranhense.

O fumo também era matéria-prima exportável, chegando a ocupar o segundo lugar na

atividade produtiva colonial (depois do açúcar). As grandes plantações de fumo ocorreram na Bahia e em Alagoas.

Como a produção do tabaco desgastava rapidamente o solo, seu plantio realizava-se em lugares próximos aos currais de gado, pois o estrume fornecia a adubação necessária à fertilização da terra.

A caça à baleia tornou-se uma atividade produtiva nos séculos XVII e XVIII. Desse animal marinho extraía-se a carne para o alimento, o óleo para iluminação, matéria-prima

para objetos artesanais e argamassa (misturada com cal) para construção. A Coroa

monopolizou a caça à baleia até o início do século XIX, quando a diminuição desse animal

em águas territoriais brasileiras desinteressou a metrópole, que aboliu o controle estatal.

Embora os gêneros tropicais complementares fossem lucrativos, não ofereceram

sustentação comercial capaz de se tornarem os substitutivos agrícolas do açúcar, na pauta

de exportação da colônia brasileira.

Deve-se perceber que a produção aurífera constituiu um plano excepcional na estratégia de

colonização, mas, paralelamente a essa atividade comercial, foram-se criando opções

econômicas, nas quais se engendraram atividades produtivas vinculadas ao processo

europeu de acumulação capitalista.

Assim, o grosso das riquezas aqui produzidas não acabou servindo ao desenvolvimento do

Brasil. Sequer Portugal foi grande beneficiário dessas riquezas. Elas acabaram mesmo

impulsionando o enriquecimento das nações européias de grande organização comercial,

como a Holanda e, principalmente, a Inglaterra.

O caso da Europa

A estrutura política da Europa, do século XV até fins do século XVIII, baseou-se, de

maneira geral, numa organização em que o rei tinha plenos poderes para governar. Um

reino continha vários interesses, desejos e aspirações de vida de seus diferentes habitantes.

No entanto, esses diversos interesses passaram a ser representados por uma única pessoa: o

rei. Para legitimar o poder absoluto, foi necessário apelar para a crença na origem divina

desse poder: pela "graça de Deus", o rei recebia o direito de governar os outros homens de

seu reino.

É importante lembrar que a crise econômica dos séculos XIV e XV ampliou o comércio,

desenvolvendo a classe burguesa responsável pela atividade mercantil. Isso gerou o

crescimento urbano e a formação de um mercado nacional livre das barreiras impostas pela

organização feudal. A burguesia, ainda sem condição de caminhar sozinha, aliou-se ao rei

para alcançar seus objetivos: criação de moeda única, unificação do comércio interno e

ampliação da atividade mercantil externa. O rei, por sua vez, apoiou-se na burguesia para

enfraquecer o poder da nobreza feudal.

Com o dinheiro da burguesia o rei pôde montar exércitos profissionais bem-armados para

enfrentar os senhores feudais que porventura resissem ao poder central,

Assim surgiu a monarquia absolutista. A centralização do poder permitiu a ampliação dos

domínios do rei, consolidando o Estado Nacional, que compreendia uma superfície de

território sob sua direção, com autoridade de direito e de fato, com exércitos permanentes, numerosos funcionários reais (burocratas) com impostos e moedas reais para custear as despesas do Estado. Nessa organização social (que os historiadores chamaram de Antigo Regime), coexistiam relações feudais (trabalho servil) e novas relações pré-capitalistas (trabalho assalariado).

Brasil: das capitanias ao Governo Geral

O absolutismo consolidou-se em Portugal já no século XVI. O Estado lusitano controlava as atividades econômicas do reino e nada fugia à vigilância do monarca: O rei era um delegado de Deus "para fazer valer a vontade divina e exprimir o desejo do Pai Todopoderoso a seus filhos". No entanto, o monarca português não tomava decisões sozinho.

Havia o Conselho Real, composto por homens nomeados por ele e que o auxiliavam nas orientações políticas a serem adotadas.

A colônia brasileira também estava sujeita ao poder central do rei: dessa forma; as terras eram dele por direito e os habitantes, seus súditos. Para ocupar e colonizar a terra brasileira,

o rei adotou o sistema de capitanias hereditárias, isto é, dividiu a colônia em lotes de terras

que foram doados a fidalgos. Estes tinham o compromisso de realizar o investimento inicial, para povoar as terras (o que foi feito através da concessão de sesmarias a colonos) e

produzir riquezas para o reino. O sistema de capitanias cumpriu, de forma geral, seu objetivo de estabelecer o domínio lusitano nas terras da América, ainda que a presença

portuguesa ocorresse de forma dispersa pelo território e apenas a capitania de Pernambuco chegasse a dar os lucros desejados pela Coroa, graças às primeiras plantações de cana-de-açúcar.

A criação do Governo Geral em 1549 teve por objetivo fortalecer o combate às ameaças estrangeiras e, principalmente, centralizar a administração da colônia, para que ela se

adequasse a sua verdadeira finalidade de fornecedora de matérias-primas. Para isso, o

Governo Geral deveria dinamizar o processo de colonização, coordenar a defesa do litoral brasileiro e estimular a produção agrária de gêneros tropicais e a busca de metais preciosos.

O primeiro governador geral, Tomé de Sousa (1549-1553), fixou a primeira capital da

colônia em Salvador (BA), por localizar-se, aproximadamente, a igual distância dos limites sul e norte, das terras portuguesas demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas. Mil colonos

vieram com o governador, que introduziu a pecuária e o cultivo da cana em regiões

próximas de Salvador, procurou povoar a terra, garantiu a defesa contra ataques europeus,

construiu edifícios públicos e criou o município de Salvador, no qual montou sua primeira

Câmara de Vereadores de "homens bons" (proprietários de terras). Tomé de Sousa

percorreu todo o litoral brasileiro, exceto a capitania de Pernambuco, cujo donatário -

Duarte Coelho - não queria a intromissão do governador em seus negócios açucareiros.

O conflito entre Tomé de Sousa e Duarte Coelho levou ao afastamento do primeiro

governador da colônia, pois o donatário de Pernambuco usou toda a sua influência na corte, inclusive os jesuítas, para impedir o controle da Coroa em sua capitania. O rei português

aceitou as pressões de Duarte Coelho porque Pernambuco era a única capitania a cumprir seus objetivos mercantilistas, com a produção bem-sucedida de açúcar.

O governo de Duarte da Costa (1553-1558) assinalou-se pela deficiência administrativa.

Ao permitir e incentivar a escravização de indígenas, descontentou os jesuítas, que se

julgavam responsáveis pela "salvação da alma dos selvagens indígenas", nas palavras do

primeiro bispo da colônia, dom Pero Fernandes Sardinha, que ironicamente acabaria sendo

morto pelos índios caetés, em 1556. Essa escravização também não agradava à burguesia

mercantilista lusitana, que auferia grandes lucros com o tráfico negreiro da África para o

Brasil.

Foi ainda durante o governo de Duarte da Costa que os franceses tentaram estabelecer uma

colônia na América do Sul. Em 1555, aportava, numa ilha do litoral do Rio de Janeiro,

Nicolas Durand de Villegaignon com seus companheiros para fundar a França Antártica.

Os objetivos dos franceses eram lançar as bases para iniciar a exploração mercantil, abrir

caminho para a implantação da soberania francesa no Brasil e abrigar os protestantes

calvinistas que estavam sofrendo duras perseguições na França.

O governador geral pediu ajuda à Metrópole para expulsar os franceses e, não recebendo

apoio, desistiu de tomar qualquer providência. Os constantes conflitos com os jesuítas e a

invasão francesa no litoral fluminense levaram ao afastamento de Duarte.

A resistência dos índios - Confederação dos Tamoios

Mem de Sá, terceiro governador geral (1558-1572), consolidou a administração da Coroa

portuguesa na colônia, controlando as resistências à sua autonomia por parte de alguns

donatários e solucionando o problema da mão-de-obra escrava para a agricultura através da

importação regular de negros africanos para o Brasil. Mem de Sá conseguiu, ainda,

expulsar os franceses do Rio de Janeiro, em 1567. No entanto, a ameaça principal à

colonização do Brasil não era francesa, mas indígena. A primeira resistência ao modelo de

povoamento e ocupação da terra foi a organização, entre 1554 e 1555, da Confederação dos

Tamoios.

Várias tribos indígenas reuniram-se contra a dominação portuguesa, estabelecendo alianças

eventuais com os franceses. Após a expulsão destes, a luta dos tamoios continuou na região

de Cabo Frio. Com a morte de Mem de Sá (1572), a Coroa portuguesa dividiu o Brasil em

duas regiões. entregando o governo da parte sul, com sede no Rio de Janeiro, a Antônio de

Salema, cuja tarefa prioritária era acabar com a resistência indígena. Com soldados

portugueses e aliados indígenas, Salema cercou os tamoios em Cabo Frio, submetendo-os à

fome e à sede para que se rendessem.

Diante do cerco, os tamoios decidiram negociar. O governador não aceitou a negociação,

impondo uma rendição completa à confederação e aos indígenas das regiões próximas a

Cabo Frio que tinham ajudado os rebeldes na luta. 'Eram mais de quinhentos'. Os quais foram chacinados. quando não escravizados. Igual sorte teriam. aliás. os próprios habitantes. Em face de tamanhas atrocidades, precipitaram-se pelo sertão os habitantes indígenas de toda aquela redondeza, mas nem assim escaparam à fúria dos assaltantes.

Consta que dois mil desses fugitivos foram mortos e quatro mil reduzidos ao cativoiro.

União Ibérica: arrocho colonial

Durante a anexação de Portugal à Espanha (1580-1640), os reis espanhóis passaram a designar os governadores no Brasil. A mudança mais importante na administração da

colônia nesse período ocorreu nas funções do provedor-mor da fazenda do Brasil (espécie

de ministro das Finanças). Ele passou a ter amplos poderes para impedir abusos fiscais,

punir funcionários e controlar rigidamente a arrecadação de impostos. Durante os sessenta

anos de dominação espanhola em Portugal, os governadores nomeados preocuparam-se

com a corrupção administrativa e fiscal, com a defesa do território, sujeito a constantes

ataques de ingleses e franceses, com a colonização do Norte, em direção à Amazônia, e do

Sul, em direção ao rio da Prata.

Em 1642, após a restauração da soberania portuguesa (1640), com a ascensão de dom João

IV ao trono português, criou-se o Conselho Ultramarino, que se tornou o organismo de

controle da colonização brasileira. Os homens nomeados para o conselho eram da estrita

confiança do rei e tinham por missão auxiliar a Coroa na política de colonização. Com a

perda dos territórios na Ásia e África (pelos acordos com Inglaterra e Holanda), o Brasil

passou a ser a principal colônia lusitana, a "tábua de salvação" da situação econômica

crítica de Portugal. Em 1661, o Conselho Ultramarino decidiu que somente embarcações

portuguesas estariam autorizadas a entrar e sair das colônias lusitanas. Essa decisão

manteve-se em vigor até 1684. Dessa forma, a Coroa portuguesa controlava rigorosamente

as relações mercantis externas da colônia brasileira, não só com a finalidade de evitar o

contrabando, mas também de assegurar para si a exclusividade comercial das mercadorias

brasileiras. Por outro lado, um novo modo de exploração econômica da colônia, através das

companhias privilegiadas de comércio, permitiu a Portugal aumentar a sua arrecadação

financeira no Brasil.

Movimentos de contestação: Irmãos Beckman contra o monopólio comercial

Em 1682 foi criada a Companhia de Comércio do Estado do Maranhão para resolver o

problema da falta de mão-de-obra escrava na região. Pernambuco e Bahia pagavam preços

mais elevados pelos negros africanos, ocasionando uma diminuição da produção agrária no

Maranhão. Os colonos voltaram-se então para a escravização indígena. No entanto, a

vigilância severa dos jesuítas impedia os fazendeiros de escravizarem os índios e, em

conseqüência, eram freqüentes as lutas entre colonos e missionários.

A Companhia de Comércio obteve a concessão do monopólio do comércio na região do

Maranhão, comprometendo-se a fornecer por vinte anos quinhentos escravos africanos por

ano, a abastecer a região com os gêneros importados da Europa, a comprar a produção local

para vender no mercado europeu e a incentivar, além da produção açucareira, o plantio de

cravo, cacau e baunilha. No entanto, a atuação da Companhia acabou com os sonhos de

riqueza dos latifundiários maranhenses, porque os produtos importados eram de má

qualidade e tinham preços altos. Apenas parte da produção local era comprada, e ainda

assim a preços baixos, e, além disso, a Companhia falsificava pesos e medidas e não

cumpria com regularidade o fornecimento de escravos negros.

Por todas essas dificuldades, os fazendeiros maranhenses, sob a liderança dos Irmãos

Beckman (Tomás e Manuel) senhores de engenho -, rebelaram-se contra os abusos da

Companhia, em 1684. O movimento ficou conhecido como a Revolta de Beckman e seus

objetivos compreendiam o fim do monopólio comercial e a liberdade de escravizar índios.

Os revoltosos decidiram ainda, em assembleia realizada na Câmara Municipal, a

exoneração do capitão-mor, a organização de um novo governo (com os proprietários

locais), a tomada dos depósitos da Companhia e o cerco do Colégio Jesuíta (com a prisão

dos religiosos).

Tomás Beckman seguiu para Lisboa com os jesuítas a bordo, para explicar os motivos da

revolta às autoridades lusitanas. Mas Gomes Freire de Andrada, nomeado governador do

Maranhão em 1685, prendeu e enforcou os líderes Manuel Beckman e Jorge Sampaio, e

deportou outros revoltosos, liquidando com o movimento. Mas um dos objetivos dos

maranhenses foi alcançado: a Companhia de Comércio do Maranhão foi extinta por ordem

real. Os jesuítas, por sua vez, voltaram à região para continuar a catequese.

Revolta dos mascates: senhores x comerciantes

Outros movimentos políticos de contestação ao severo controle metropolitano sobre a

colônia surgiram das contradições entre os interesses portugueses e os de vários setores da

sociedade brasileira: senhores de engenho, mineradores de lavras, bandeirantes,

comerciantes.

À medida que a mineração de ouro crescia, a economia colonial se desequilibrava. Os altos

preços pagos pelas mercadorias nas Minas Gerais provocaram uma alta geral no resto da

colônia. Além disso, o deslocamento de artesãos, técnicos e comerciantes para as regiões do

ouro em busca de melhores empregos e condições de vida levou a um aumento rápido da

população nas Minas e gerou escassez de mercadorias e serviços em outras regiões

coloniais.

A situação chegou a nível insuportável logo na primeira década do século XVIII. O

governador do Rio queixou-se às autoridades metropolitanas de que a cidade estava sem o

suprimento necessário de carne e farinha. pois as pessoas que costumavam supri-la de tais

artigos tinham ido para Minas Gerais. (A Idade do Ouro no Brasil). Por sua vez, Bahia e

Pernambuco passaram por uma crise de mão-de-obra, pois "exportadores de escravos de

Angola preferiam embarcar seus escravos para o Rio de Janeiro, onde podiam 'alcançar preços mais altos, a fim de serem reexportados para as Minas'. O problema para os senhores de engenho do Nordeste era duplo. De um lado, o Rio de Janeiro tornava-se área de produção açucareira, abastecendo o mercado mineiro. Com isso, o Nordeste, além de sofrer a concorrência externa do açúcar das Antilhas Holandesas, sofria agora uma concorrência interna. De outro, a elevação do preço do escravo encarecia o açúcar nordestino. A consequência imediata foi o endividamento dos senhores de engenho com os comerciantes, que, além de manipular os preços das mercadorias, emprestavam dinheiro para a produção. Devido ao monopólio mercantil lusitano na colônia, os comerciantes eram, em sua grande maioria, portugueses. Os conflitos entre senhores de engenho e mascates, como eram chamados depreciativamente os comerciantes, acabaram se configurando na rivalidade entre Olinda e Recife. A primeira, vila e sede da capitania e da Câmara Municipal, estava sob o controle dos senhores de engenho, que impunham o pagamento de altas taxas aos habitantes de Recife, lugar controlado pelos comerciantes e que, embora economicamente forte, não tinha recebido o direito de tornar-se vila. Entretanto, um decreto da Coroa, em 1709, elevou Recife à condição de vila autônoma, cabendo às autoridades locais (governador e ouvidor da capitania) estabelecer os limites das fronteiras entre as duas municipalidades. No período da demarcação entre as vilas, os senhores de engenho tomaram Recife, prenderam o governador e os comerciantes mais ricos e elegeram o bispo Manuel Álvares para governador, com o compromisso de aceitar as suas reivindicações. As lideranças latifundiárias, através de um documento, exigiram a anulação do decreto real que tornara Recife independente da administração olindense, o tabelamento do preço dos escravos africanos, a não-hipoteca das terras dos proprietários aos mascates por causa das dívidas e a permissão para o comércio direto com embarcações inglesas e holandesas. Olindenses e recifenses travaram vários combates e os conflitos diminuíram com a nomeação de Félix Mendonça para governar a capitania. As principais lideranças foram punidas, inclusive Bernardo Vieira de Melo e seus filhos, líderes dos senhores de engenho de Olinda. Recife foi confirmada como vila, mas o governador assumiu o compromisso de alternar sua residência de seis em seis meses em cada uma das vilas.

Emboabas e paulistas: guerras de morte

Outro episódio envolvendo comerciantes e relacionado com o monopólio real foi a Guerra dos Emboabas ou Revolta dos Emboabas.

A corrida do ouro trouxera "enxame de aventureiros e desempregados de todos recantos da colônia" e também de Portugal: a cada ano vem nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas das cidades, vilas, recôncavos, e sertões do Brasil vão brancos, pardos, pretos e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a

condição de pessoa: homens, mulheres, moças e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos instintos, muitos dos quais não tem no Brasil

convento nem casa'.

Os vicentinos (paulistas) se opunham aos estrangeiros na corrida às Gerais. Achavam-se

com maiores direitos sobre as ricas jazidas de minérios por dois motivos: primeiro, porque tinham sido eles os descobridores do ouro; segundo, porque naquela época - início do século XVIII -, a região das minas pertencia à capitania de São Vicente. Em 1700,

chegaram a fazer petição ao rei, através do governador geral, exigindo que as terras da

região das Minas Gerais fossem exclusivamente deles.

O modo de vida dos vicentinos era outro fator de ressentimento em relação a baianos,

Pernambucanos e estrangeiros. Suas casas eram pobres, a alimentação modesta, as roupas

simples e andavam descalços, aparentando ser incivilizados perante os recém-chegados,

que vinham de regiões de produção voltada para o mercado externo e desfrutavam de

condições econômicas mais semelhantes às dos portugueses.

É importante lembrar que, por emboabas, os paulistas compreendiam portugueses e todos

os outros habitantes da colônia que não eram da capitania de São Vicente.

Os incidentes iniciaram-se em 1707, quando dois chefes dos grupos mais provocadores dos

paulistas foram linchados por emboabas. Seguiram-se violências nos caminhos das minas.

No final de 1708, os emboabas tinham o controle completo de duas das três áreas principais

de mineração; e os paulistas estavam confinados na região do Rio das Mortes. Os emboabas

aclamaram então o português Manuel Nunes Viana "governador" da região das Gerais, o

qual encarregou Bento do Amaral Coutinho de expulsar os paulistas de onde se haviam

aquartelado. Derrotados, os vicentinos recuaram até a vila de Parati (na

fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo).

A Coroa portuguesa, preocupada com o fato de que esses conflitos diminuam a produção

mineira, criou a Capitania Real de São Paulo e Minas de Ouro, distribuiu perdão geral e

conseguiu a pacificação. Portugal também atendeu às reivindicações dos mineradores, com

a elevação à condição de vila das localidades de Ribeirão do Carmo, Sabará e Vila Rica (Ouro Preto).

A guerra dos Emboabas durou aproximadamente um ano. Segundo depoimentos de

pessoas da época, emboabas e paulistas arruinaram-se uns aos outros e foi "pelas graças de

Deus" que se resolveu o conflito. Na verdade, foi mais "pelas graças do dinheiro" e pelas

armas mais numerosas e melhores dos emboabas, que assim impuseram sua força política e

econômica.

Revolta de Vila Rica: força e esquarteramento

Apaziguados temporariamente os conflitos mais violentos nas Gerais, foi a própria Coroa

portuguesa que passou a dar motivos para movimentos de rebeldia. A partir de 1710,

Portugal aumentou os impostos, criando uma rede de novas tributações, taxas e dízimos,

não só para as regiões auríferas, como também para toda a colônia.

Por um lado, a carga tributária sobre a população resultava em maior controle da produção colonial; por outro, estimulava a corrupção e o contrabando. Mineradores treinavam escravos, desde meninos, para engolirem pepitas de ouro (o exercício era feito com feijão e milho). Outra tática comum de contrabando foi o uso dos "santinhos do pau oco": dentro das imagens de santos católicos carregava-se ouro, prata e diamantes. Cabia às Câmaras Municipais a cobrança do quinto, isto é, dos vinte por cento do ouro descoberto que deveriam ser encaminhados ao rei. No entanto, a vinculação dos mineradores às Câmaras provocava dúvidas sobre a quantidade de ouro enviada a Portugal. Para controlar melhor o pagamento dos impostos e evitar o contrabando, a Coroa passou a designar funcionários para fiscalizar a atividade das Câmaras. Apesar dessas ações fiscais, o contrabando se acentuava. Por isso, a partir de 1719, a Intendência das Minas montou casas de fundição, local onde o Ouro deveria ser fundido. Lá se separava o quinto da Coroa e o ouro restante era reduzido a barras marcadas com o selo real. Em 1720, um levante comandado por Filipe dos Santos e Pascoal Guimarães tomou Vila Rica e apresentou as seguintes reivindicações: fechamento das casas de fundição, extinção do monopólio da Coroa sobre o sal e perdão incondicional aos revoltosos. O conde de Assumar, governador da Capitania de São Paulo e de Minas de Ouro, pediu tempo, sob o pretexto de estudar as propostas, mas com o objetivo de reunir forças militares contra os rebeldes. Após vinte dias, o governador ordenou uma repressão violenta, com a queima das casas dos líderes. Filipe dos Santos conseguiu fugir, mas logo foi aprisionado. O conde de Assumar resolveu fazer de Filipe dos Santos um exemplo para a população: assumindo poderes que legalmente não detinha, conduziu-o a um julgamento que o condenou à força e ao esquartejamento. O assassinato de Filipe dos Santos evidenciou as contradições entre os interesses da colônia e os da metrópole. As classes abastadas da colônia desejavam diminuir a severa vigilância da Coroa para obterem mais autonomia nas suas atividades produtivas e aumentarem os lucros de seus negócios. Enquanto isso, a metrópole queria retirar o máximo lucro possível da colônia para resolver a precária situação econômica portuguesa. Em 1720, as Minas Gerais passavam a capitania e seu primeiro governador, dom Lourenço de Almeida, chegava com a incumbência de aumentar a arrecadação do quinto sobre a produção aurífera.

Os tratados de fronteiras
Ao mesmo tempo que Portugal consolidava sua rígida exploração da colônia brasileira, buscava também fixar as fronteiras de seu território na América. A linha de Tordesilhas já havia sido ultrapassada há muito tempo, tanto ao norte, com a ocupação do Maranhão, como ao sul, com os bandeirantes. Parte dessa ocupação ocorreu durante o período de dominação espanhola, quando não havia limites entre as duas colônias. Após a

Restauração, os espanhóis entraram em conflito com os portugueses, em particular na região sul, por onde escoavam os metais preciosos vindos de Potosi. Em 1680, os portugueses fundam, às margens do rio da Prata, em frente a Buenos Aires, a colônia do Santíssimo Sacramento, ameaçando diretamente os interesses espanhóis. Esses revidam com o ataque e ocupação da Colônia do Sacramento, além da fundação, pelos jesuítas, dos Sete Povos das Missões, em 1687. Em 1715, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Utrecht, pelo qual os espanhóis devolviam aos portugueses a Colônia do Sacramento. Pelo acordo, definiu-se que Sacramento teria como limite, em relação ao território espanhol, a distância alcançada por uma bala de canhão. Portanto, a Colônia do Sacramento seria uma "ilha" portuguesa, com espanhóis de todos os lados. Em 1750, portugueses e espanhóis discutiam novamente as fronteiras entre as duas colônias, assinando o Tratado de Madri. Nessas negociações se aceitou pela primeira vez o princípio do usucapião (nti possidetis), isto é, o princípio de que a terra pertence a quem de fato a ocupa. Esse princípio foi defendido pelo brasileiro Alexandre de Gusmão e garantiu a Portugal todo o território até então efetivamente ocupado, o que representou a demarcação de fronteiras muito semelhantes ao Brasil de hoje. Com relação ao sul, entretanto, as negociações não seguiram essa linha: a Colônia do Sacramento voltava para os espanhóis e os Sete Povos das Missões para os portugueses. Os índios e padres jesuítas deveriam se retirar da redução e seguir para além das fronteiras portuguesas. Como sempre, assinar um tratado no papel foi mais fácil do que colocar em prática o cumprimento do acordo. De um lado, os jesuítas espanhóis se recusaram a mudar suas missões para o outro lado do rio Uruguai, entregando o território aos portugueses. Por outro, os comerciantes lusitanos e espanhóis, estabelecidos em Sacramento com operações lucrativas de contrabando, se indispuseram com as autoridades portuguesas e espanholas. Esses comerciantes incentivaram os índios guaranis a se rebelarem contra as demarcações em suas terras. Os jesuítas ficaram divididos entre "a cruz e a espada". Alguns se submeteram às ordens dos reis, outros ficaram com os guaranis e ajudaram a organizar a resistência armada contra as coroas ibéricas. Esses conflitos na região dos Sete Povos das Missões, que compunham a república dos índios guaranis, denominaram-se guerras guaraníticas e terminaram com a destruição das missões e o aniquilamento dos índios. Mas as divergências entre espanhóis e portugueses não tinham terminado ainda. Em 1761, foi anulado o Tratado de Madrid. Um novo tratado teve que ser assinado em 1777, o de Santo Ildefonso, muito desvantajoso para os portugueses. Os espanhóis haviam ocupado todo o sul, chegando até a ilha de Santa Catarina. Por esse tratado Portugal recebia de volta as terras ocupadas, mas, em contrapartida, cedia para Espanha a Colônia do Sacramento e

os Sete Povos das Missões. Como os limites firmados por esse tratado nunca foram demarcados, os gaúchos ocuparam novamente a região dos Sete Povos das Missões, o que levou ao último tratado sobre essa região, assinado em 1801, que definitivamente concedia a Portugal os Sete Povos das Missões.

As reformas de Pombal

O grande estadista português do século XVIII foi o marquês de Pombal, primeiro-ministro de 1750 a 1777. O objetivo de sua política era retirar Portugal do atraso econômico e da dependência da Inglaterra, através do desenvolvimento industrial e da intervenção do Estado na economia. Para isso, tratou de diminuir a influência dos nobres e dos jesuítas, que poderiam colocar resistências ao fomento industrial português, retirando o privilégio da isenção de impostos que diminuía a arrecadação do Estado.

Pombal desejava dinamizar a colônia, integrando-a ao mecanismo industrial português.

Para isso, decretou a abolição das diferenças entre índios e portugueses, impedindo a escravização indígena. As missões jesuíticas deveriam se transformar em vilas, com um diretor leigo, até que os próprios indígenas fossem capazes de assumir a administração.

Determinou ainda que os índios deveriam aprender a língua portuguesa e pagar o dízimo, como todos os cidadãos.

Ficava evidente que o primeiro-ministro lusitano queria transformar o indígena em trabalhador assalariado. Os jesuítas não aceitaram essas determinações e isso foi mais um motivo para que Pombal ordenasse a expulsão deles do Brasil e de Portugal. Assim, um dos inimigos mais fortes do projeto industrializante de Pombal foi eliminado. Tratava-se agora de reunificar o comércio colonial.

A reorganização das atividades mercantis na colônia tentou preservar o Brasil da influência

comercial inglesa. Para isso, Pombal organizou duas companhias. A primeira, Companhia

Geral do Comércio do estado do Grão-Pará e Maranhão (1755), teve exclusividade do

comércio por vinte anos em troca da produção de algodão e arroz, com créditos facilitados

nos transportes, fretes, compra de maquinaria e regularização de escravos negros para a

região. A segunda, Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759),

estimularia a plantação de cana, fumo e cacau, com capitais investidos diretamente na

produção.

As reformas pombalinas, como ficaram conhecidas as medidas de dinamização

econômico-comercial executadas por Pombal, estenderam-se até a colônia, envolvendo os

proprietários ricos nos organismos fiscais, militares e judiciais do governo local. Os

administradores da colônia, segundo Pombal, deveriam colocar sua habilidade comercial a

serviço dos negócios públicos.

As reformas pombalinas permitiram, a partir de 1770, o desenvolvimento da produção de

artigos de luxo como sedas, chapéus, louças, tapeçarias, jóias, botões, fitas, tecidos, com

matérias-primas brasileiras. Surgiu assim uma elite mercantil-manufatureira em Portugal.

Por sua vez, houve o desenvolvimento de um mercado interno na colônia brasileira, que

possibilitou a garantia do desenvolvimento manufatureiro. E, principalmente nas Minas

Gerais, organizaram-se grupos que mesclavam interesses coloniais e metropolitanos.

Em 1777, com a morte de Dom José I, subiu ao trono lusitano dona Maria 1ª. Essa rainha

representava os interesses daqueles que se sentiram prejudicados pela política pombalina:

comerciantes que não tinham obtido privilégios, padres, nobres descomprometidos com o

governo anterior e, principalmente, dos ingleses, cuja dominação econômica sobre Portugal

havia sido ameaçada pela política pombalina. A queda de Pombal do posto de primeiroministro

foi inevitável.

De um modo geral, pode-se dizer que a política portuguesa no Brasil obedeceu ao princípio

da centralização característico do regime absolutista. Embora houvesse várias instâncias de

poder - capitães donatários, governadores gerais, Câmaras Municipais - tudo dependia, em

última análise, do rei. Deve-se levar em conta, no entanto, que as decisões do monarca

eram influenciadas por conselheiros palacianos da nobreza, do clero e da burguesia

mercantil. A partir da criação do Conselho Ultramarino (1642), o número de conselheiros

aumentou, permitindo mais interesses em jogo, o que dificultava as decisões da Coroa.

Por outro lado, nem sempre foi possível cumprir as ordens do rei na colônia. A grande

distância da metrópole, as condições concretas de produção das mercadorias, as diferenças

regionais entre o Nordeste agrário, que produzia para o mercado externo, e o Sudeste (São

Vicente), que tentava sobreviver com enormes dificuldades, impediram o cumprimento das

decisões portuguesas.

Nos séculos XVI e XVII, a administração metropolitana foi ineficiente para a produção

açucareira, porque não fornecia escravos negros com regularidade e porque a anexação de

Portugal à Espanha desorganizou o comércio do açúcar. No século XVIII, a administração

portuguesa tornou-se caótica e confusa devido ao aumento da burocracia (intendentes,

fiscais, cobradores, funcionários para vigiar funcionários), o que permitiu a corrupção e o

contrabando e acabou provocando movimentos de rebeldia.

SENHORES DE ENGENHO E ESCRAVOS

Sociedade européia
A sociedade do Estado Nacional Moderno europeu era caracterizada como estamental: as

relações sociais baseavam-se em rígidas diferenças estabelecidas pelos privilégios de um

estamento (= camada social) sobre outro. A mobilidade entre os estamentos era quase nula,

de modo que era praticamente impossível a indivíduos de uma camada adquirirem os

privilégios da outra e, assim, ascender socialmente. Era possível identificar três ordens ou

estados na divisão social do Estado Moderno, excluindo o rei, que estava acima de todos. O

primeiro estado era formado pelo clero, ou melhor, o alto clero, a alta hierarquia da Igreja

Católica. O segundo compreendia a nobreza. E o terceiro era constituído pela burguesia

dividida em: alta burguesia (grandes comerciantes), média burguesia (comerciantes, profissionais liberais - cientistas, médicos, professores...) e baixa burguesia ("pequenos" comerciantes, pequenos produtores, baixo clero, trabalhadores da cidade e trabalhadores do campo - compreendidos aqui os servos e camponeses livres).

Tanto o primeiro quanto o segundo estado eram os privilegiados: Possuíam grandes

extensões de terras e muitos servos, não pagavam impostos e, autorizados pelo rei, tinham o direito de cobrar tributos dos camponeses do terceiro estado. O terceiro estado era formado

por grupos sociais diferentes, desde banqueiros até servos.

Havia, no entanto, um ponto em comum entre os grupos do terceiro estado: sustentavam a

nobreza, a Igreja e o rei através do seu trabalho e do pagamento de impostos.

Por outro lado, esse Estado Nacional absolutista precisava desenvolver o comércio para

enriquecer-se. Isso gerava a fortuna da burguesia mercantil e financeira (banqueiros).

Concentrando riquezas, a burguesia buscava o enobrecimento, ou seja, comprava títulos de

nobreza, para usufruir de seus privilégios. Outra forma de enobrecimento da burguesia era

o casamento entre burgueses enriquecidos e nobres arruinados.

O empréstimo de capitais ao rei pela burguesia lhe trazia uma série de concessões:

monopólios comerciais, isenções de impostos e permissão para o exercício de várias

atividades comerciais como o tráfico negreiro, transporte de açúcar, especiarias etc.

É importante assinalar que, apesar do desenvolvimento comercial, o processo de produção

era ainda muito semelhante ao sistema feudal, principalmente no campo, onde continuavam

vigentes as relações servis de produção. Ao mesmo tempo, havia o trabalho assalariado,

especialmente nas cidades.

Sociedade indígena: solidariedade e cooperação

Enquanto a sociedade dos Estados Nacionais europeus era dividida em camadas sociais, os

habitantes primitivos das terras do Brasil, quando chegaram os lusitanos, viviam numa

sociedade sem classes. Na sociedade indígena, a divisão de trabalho era orgânica, com base

no sexo e na idade.

Aos homens cabia a derrubada da mata e a queimada (essa prática chama-se coivara e é

utilizada ainda hoje em muitos lugares do Brasil). Era também a população masculina que

caçava, pescava, fabricava arcos e flechas, instrumentos musicais, canoas e adornos,

obtinha o fogo e cortava lenha, além de preparar expedições guerreiras e capturar inimigos.

Entre algumas tribos havia o hábito do pai manter o resguardo e a dieta após o parto da

mulher. Esse costume se chama couvade e é explicado pela crença, segundo nos relata

Anchieta, de que para os índios o ventre da mulher é um saco no qual o homem deposita o

embrião, sendo, portanto, o pai o agente da reprodução.

Às mulheres cabia a carga mais pesada na distribuição do trabalho. Elas faziam os serviços

domésticos, cuidavam das crianças pequenas, da cozinha e da alimentação, do suprimento

de água e transporte de fardos. Também o artesanato era uma tarefa feminina: trançavam

algodão, teciam redes, fabricavam cestos, coziam o barro e modelavam panelas e todos os

utensílios de cozinha. No campo, eram as mulheres que aravam, plantavam e colhiam.

As crianças integravam a vida comunitária: os meninos aprendiam a caçar, pescar, lutar,

acompanhavam os velhos para carregar-lhes as armas e aprender com suas experiências. As

meninas aprendiam os trabalhos da casa, da lavoura, a tecelagem e cerâmica, além de

tomarem conta dos menores.

Os mais velhos - homens e mulheres - gozavam de grande respeito da parte de todos. A

experiência conseguida pelos anos de vida transformava-os em símbolos de tradições da

tribo.

Os indígenas não conheciam a propriedade privada da terra. Assim, a terra abandonada por

uma tribo podia ser ocupada por outra. A produção era coletiva, isto é, dividiam-se os

alimentos, a caça, a pesca entre todos da tribo, sendo individuais só o arco, a flecha e o

machado de pedra. Solidariedade e cooperação constituíam os traços marcantes do modo de

vida indígena. Compartilhavam tanto a escassez como a fartura.

A distribuição de alimentos fazia-se de acordo com as necessidades individuais. Ninguém

ficava observando se um comia mais que o outro, para depois cobrar o excesso de alimento

ingerido. Na escassez, dava-se preferência à alimentação das crianças, dos velhos e doentes.

As trocas de víveres entre as tribos eram pequenas, pois os indígenas não produziam

excedentes. Além da pouca freqüente troca de mantimentos, ainda podiam ocorrer as trocas

rituais, ou seja, aquelas que serviam para estreitar a amizade entre as tribos.

Alianças desfavoráveis dos índios

A tribo compunha-se de aldeias ou grupos unidos por parentescos e interesses próximos.

Tais aldeias possuíam de quatro a sete malocas (habitações coletivas), cujo tamanho

variava em função do número de pessoas que as habitariam. Abrigavam entre cinquenta e

duzentos indivíduos e não apresentavam divisões internas. Os chefes das malocas

ocupavam a parte central.

A relação do índio com a natureza obrigava-o a situar sua aldeia em lugares próximos de

rios, onde houvesse fartura de lenha, caça, pesca e segurança contra ataques de tribos

inimigas e de animais. Para construir as malocas, o chefe tribal reunia homens e mulheres

disponíveis em esquema de mutirão, prática também usada nos períodos de sementeira e

colheita.

Através desses elementos, é possível perceber a relação de cooperatividade entre os

membros da sociedade indígena. No entanto, havia lutas intertribais. Os conflitos podiam

ser provocados por excedentes demográficos, por atitudes contrárias à solidariedade

(acusações falsas entre as tribos, rapto de mulheres e crianças, vinganças de amigos,

prisioneiros antigos a serem resgatados). Assim, a guerra existia para recompor a

cooperação e a solidariedade entre as tribos.

Por causa das guerras, montavam-se sistemas de alianças que procuravam unir várias tribos

frente a um inimigo poderoso. Essas alianças eram fortes mas momentâneas, ultrapassado o

perigo comum, as tribos retomavam suas atividades diárias. A fragilidade dessas alianças,

exatamente pela sua curta duração, foi muito utilizada pelos colonizadores europeus, para colocar uma tribo contra a outra e tirar vantagens do enfraquecimento de ambas.

Assim, no litoral do Rio de Janeiro, tribos inimigas uniram-se a povos europeus diferentes.

Os tupiniquins aliavam-se aos portugueses (chamados de perós pelos índios) e os

tupinambás aos franceses (chamados de mairs). Franceses e lusitanos usaram as intrigas

entre essas tribos para obter mão-de-obra escrava nos trabalhos de exploração do pau-brasil

e outros recursos naturais ("drogas" do sertão).

Sociedade açucareira: rigidez social

Formação básica

Nos primeiros anos do século XVI, a mão-de-obra indígena era utilizada na extração do

pau-brasil tanto pelos portugueses como pelos ingleses e franceses, que contrabandeavam o

produto. Já entre 1510 e 1520, os portugueses capturavam os índios e os levavam como

escravos para trabalhar nas lavouras das ilhas de Madeira, Açores, Cabo Verde, Porto

Príncipe (todas de domínio lusitano).

A escravidão do índio, entretanto, mostrou-se inadequada ao plano de colonização lusa do

Brasil. Em primeiro lugar, porque-as missões jesuíticas, encarregadas da catequese

(pregação do cristianismo e dos valores da cultura européia), ofereceram resistências à

transformação do indígena em escravo. A segunda razão decorre dos lucros muito

superiores obtidos pelo comércio negreiro, realizado pela burguesia mercantil. A terceira

razão relaciona-se ao fato de que os indígenas brasileiros não conheciam a lavoura

sedentária, isto é, sua produção agrícola não era fixa: mudavam-se para novas áreas à

medida que o solo se esgotava. Ao contrário dos indígenas brasileiros, os negros africanos,

em sua maioria, dominavam este tipo de lavoura e conheciam a metalurgia. Portanto,

estavam mais próximos do modelo produtivo europeu do que os índios, constituindo-se,

desse modo, na base social da produção açucareira. No entanto, o índio, durante todo o

período colonial, foi utilizado como mão-de-obra escrava alternativa nos momentos de

desorganização do tráfico negreiro ou escassez de escravos negros.

Para compreendermos a sociedade colonial como um todo, após termos visto alguns de

seus elementos econômicos e sociais, é necessário lembrar que: era uma sociedade de

características periféricas, criada a partir das necessidades mercantis portuguesas. Surgiu,

pois, dos interesses metropolitanos, a fim de concretizar as práticas mercantilistas.

Metrópole e colônia formavam juntas, portanto, uma única ordem econômica.

No início da colonização, as metrópoles passaram por um período de transição do

feudalismo para uma economia capitalista. Essa característica da sociedade européia

impunha regras comerciais que determinavam as regras para a colonização do Brasil. Em

decorrência disso, por exemplo, é que se optou pela monocultura da cana-de-açúcar. A

estrutura econômica adequada a uma determinada atividade (no caso, a açucareira) acabou

compondo a ordem social: senhores de engenho, trabalhadores assalariados e escravos.

Embora na colônia brasileira houvesse pequena mobilidade social, e, portanto, características medievais, o senhor de engenho não era um senhor feudal. Ele compunha a

aristocracia rural, distinguindo-se dos senhores feudais da Europa medieval porque as

propriedades e produção coloniais estavam organizadas para atender ao mercado externo,

através da produção de excedentes comerciais; diferentemente, a propriedade feudal visava

apenas à auto-suficiência dos feudos. a organização social da colônia não sofreu

modificações importantes nos três primeiros séculos da História do Brasil. Do século XVI

até o final do século XVII, a sociedade colonial girava em torno dos engenhos açucareiros.

Casa-grande, engenho, capela e senzala

A estrutura dos engenhos compreendia quatro edificações centrais: as casas de engenho

(moendas), a casa-grande (residência dos senhores), a senzala (morada dos escravos), e a

capela (local de expressão da religiosidade). Além disso, havia a casa dos trabalhadores

assalariados, os canaviais, os currais e as matas virgens.

O engenho era uma unidade agrícola praticamente auto-suficiente. Nele havia escolas para

alfabetização administradas pelos padres. A alimentação diária dos moradores e hóspedes

vinha das plantações, da criação de gado, da caça e da pesca.

Nas serrarias faziam-se as peças de mobiliário e se trabalhava a madeira para todas as

construções do engenho.

A casa de engenho (ou moenda) abrigava a maquinaria e instrumentos para a transformação da cana em açúcar. Inicialmente, se extraía o caldo da cana na

casa da moenda, em cilindros movidos a água ou a força animal. O caldo era colocado em tachos na

casa da fomalha onde, com o cozimento, o caldo se transformava, por evaporação, em

produto sólido. Na casa de purgar, o açúcar era purificado e depois acondicionado em

caixas. O mestre-de-açúcar é o técnico que supervisiona toda a atividade do preparo do açúcar, no

engenho. Outros técnicos, em especializações particulares, ajudam o mestre-de-açúcar em

funções específicas: o caldeireiro que baldeia o caldo para as tachas e vai também

limpando, com a espanadeira, a espuma fervente nas caldeiras, ajudando o caldo: o

tacheiro, que se incumbem de acompanhar o desenvolvimento do caldo nas tachas; e o

purgador, que é o químico no preparo da cristalização do açúcar nas fôrmas.

Mestre-de-açúcar, purgador, tacheiro, moendeiro, caixeiro (aquele que colocava o açúcar

em caixas) eram os técnicos da preparação do açúcar e formavam, junto com o feitor

(responsável pela produção do açúcar desde a safra até o transporte e também pelo trabalho

escravo), assalariados, responsáveis entre 20% a 30% pelas despesas do engenho.

Além disso, havia lavradores livres, cultivadores de terras próprias, que trabalhavam em

roças de subsistência e por isso eram chamados de roceiros (não produziam para o mercado

externo).

Com o declínio do açúcar, a partir da segunda metade do século XVII, surgiu a figura dos

moradores. Em geral mestiços de mulatos, negros livres e índios. Constituíam a plebe dos

campos paupérrimos, viviam de cultura de mandioca. Além dos moradores, os agregados.

também mestiços (índios, negros, brancos pobres), prestavam serviços aos proprietários dos engenhos. Eram os guardas de propriedade, espécie de milícia particular. Embora esses agregados fossem livres, suas condições de vida pouco se distinguiam das dos escravos.

Os quilombos

Os escravos negros constituíam a sustentação da produção açucareira: plantavam, colhiam, transportavam cana para as moendas, participavam das várias etapas de produção

do açúcar no engenho e do transporte das caixas de açúcar para os navios. Sua alimentação

era à base de mandioca. As condições em que trabalhavam podem ser resumidas cruamente

a três "pês": pau, pano e pão. "Pau" eram os castigos corporais pelas faltas cometidas;

"pano" significava a roupa mínima para esconderem "as vergonhas", e "pão" o alimento

para não morrerem de fome.

As reações do negro contra a exploração e a violência eram severamente reprimidas. Os

rebeldes eram punidos com o viramundo (instrumento de ferro que servia para prender as

mãos e os pés dos escravos) e surrados com o bacalhau (chicote de couro cru). As feridas

eram curadas com sal. Faltas graves recebiam tratamentos mais duros, como a castração, a

amputação dos seios, a quebra dos dentes com martelo.

À noite, após doze a quinze horas de trabalho, os negros recolhiam-se na senzala -

habitação de compartimento único onde muitos dormiam com correntes prendendo pés e

mãos. As mulheres cuidavam dos feridos nos castigos e dos doentes por excesso de

trabalho

Existem poucos documentos que registram as formas de resistência adotadas pelos negros

diante da brutalidade dos senhores brancos. Mas sabe-se que havia suicídios, assassinato de

feitores e capitães-do-mato (homens encarregados de buscar os foragidos na mata). Muitas

vezes entravam num estado de apatia total, o chamado banzo ou 'nostalgia da África': em

profunda depressão, não se alimentavam mais nem trabalhavam, acabando por morrer.

Além dessas formas de resistência, eram comuns as fugas e a formação dos quilombos. Os

quilombos eram núcleos autônomos de aldeias de negros foragidos, que buscavam na mata

reconstituir a vida africana.

Vários quilombos formaram-se no final do século XVI até o final do século XIX. Apesar

de não termos o registro da maioria deles, sabe-se da existência dos quilombos de Rio

Vermelho (1632), Itapicuru (1636), Mocambo (1646), Orobó (1796), Urubu (1826), todos

na Bahia; Rio das Mortes (1751), em Minas Gerais; Malunguinho (1836), em Pernambuco.

O mais importante reduto da resistência negra foi o quilombo dos Palmares, que se instalou

na Serra da Barriga, no atual Estado de Alagoas. Liderados por Ganga Zumba e depois por

Zumbi, os negros formaram um verdadeiro Estado livre, dentro do rígido e aristocrático

sistema colonial. Durante a invasão holandesa, com a desorganização das tropas lusobrasileiras

ocorreram fugas em massa de escravos, engrossando a população de Palmares,

que já existia desde o começo do século XVII.

Em 1640, o quilombo abrigava cerca de 6 000 fugitivos e trinta anos depois havia 20000 a

30 000 indivíduos.

Em Palmares, cultivou-se feijão, banana, mandioca, batata-doce, milho e cana-de-açúcar.

Essa agricultura desenvolveu-se a ponto de os quilombos palmarinos realizarem até

atividades comerciais com os vilarejos brancos próximos à serra.

A repressão a Palmares tornou-se uma necessidade aos senhores de engenho e à metrópole,

pois, 'ó quilombo era um constante chamamento, um estímulo, uma bandeira para os

escravos das vizinhanças - um apelo à rebelião, à fuga para o mato. à luta pela liberdade. As

guerras na Serra da Barriga e as façanhas dos quilombos assumiram caráter de lenda,

alguma coisa que ultrapassava os limites da força dos engenhos humanos. Os negros de

fora dos quilombos consideravam "imortal" o chefe Zumbi - a flama da resistência contra a

incursões dos brancos'.

Durante o século XVII, holandeses, senhores de engenhos e a Coroa lusitana uniram-se

para destruir Palmares. Vários ataques foram realizados ao longo de muitos anos. Os

latifundiários contratavam o bandeirante Domingos Jorge Velho para combater os

quilombos. As tropas do bandeirante eram formadas por aproximadamente mil homens e,

na maior parte, constituíam-se de índios.

A violência e a brutalidade dos homens comandados por Domingos Jorge Velho resumem

a prática das lutas dos brancos contra índios e negros: "Certa vez, Domingos assassinou

duzentos indígenas, cortando-lhes a cabeça, exclusivamente porque estes se recusaram a

acompanha-lo na luta contra Palmares".

Todos os tipos de artimanhas foram usados pelos bandeirantes: realizaram-se desde

ataques-surpresa até "um hediondo expediente para enfraquecer os palmarinos: vestiu

alguns negros capturados com roupas de doentes e pestilentos, permitindo-lhes fugir para o

reduto. espalhando ali moléstias contagiosas..." Até que, em 20 de novembro de 1695,

Zumbi, após resistir com apenas vinte homens, foi morto e decapitado. Senhor de engenho:

"ser servido, obedecido e respeitado..."

Do outro lado da escala social estava o senhor de engenho. 'É título a que muitos aspiram

porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.' Um mundo oposto ao

da senzala - mas totalmente dependente dele - era o mundo da casa-grande, do proprietário

do engenho, ao qual todos deviam obediência: o patriarca. Este impunha respeito e medo

até em sua família, sendo comum ter várias comorças (amantes negras). Na casa-grande,

havia também as mucamas (escravas domésticas), que ajudavam a sinhá-dona (mulher do

patriarca) nas tarefas caseiras. A sinhá, submissa, obediente e temerosa do senhor de

engenho, ensinava as suas filhas, as sinhazinhas, no aprendizado das prendas domésticas

(bordado, preparação do enxoval para o casamento).

Essas meninas - sinhazinhas -, futuras sinhás, faziam orações e copiavam a receita da

marmelada : segundo ditado popular da época. “Á menina negou-se a tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Adoravam-se as acanhadas de ar humilde. Criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos.” Os meninos, quietos e respeitosos, seguiam o pai no aprendizado do ofício do mando. Respeitavam os mais idosos, tomavam-lhes a bênção. “Só depois de casado arriscava-se o filho a fumar na presença do pai, e fazer a barba era cerimônia para que o rapaz necessitava sempre de licença especial.” As capelas, erguidas ao lado da casa-grande, centralizavam a vida religiosa. As construções eram luxuosas e imponentes, já que os homens livres do engenho as freqüentavam nas missas, rezas e festas religiosas. As cerimônias religiosas constituíam o momento apropriado para os senhores exibirem suas riquezas. Construir belas igrejas e associá-las ao nome do proprietário do engenho era sinônimo de poder e força econômica. Em suma, praticava-se nas capelas “uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apelo ao concreto e em sua rancorosa incompreensão da verdadeira espiritualidade”. Grandes e belas construções de igrejas, religiosidade superficial, “pompa exterior”, ligavam padres e senhores proprietários. Na tradição da metrópole, a Igreja tinha pouca autonomia, pois o clero estava atrelado ao Estado e às ordens do rei. Na colônia, o clero subordinava-se aos senhores, formando laços de família, propriedade e poder com o patriarca.

Sociedade pecuarista: Da capitania dos paulistas
Sociedade pecuarista: nordestina e sulista A sociedade pecuarista do Nordeste e Sul diferenciou-se da açucareira. A figura predominante dessa sociedade era a dos vaqueiros, isto é, homens livres não-proprietários de terras, que cuidavam das boiadas, e, na maioria das vezes, não estavam submetidos aos proprietários de terras. A própria característica de seminomadismo da pecuária tornava mais livre a vida dos vaqueiros e a sua melhor adaptação aos descendentes de indígenas. Em geral, ‘depois de quatro ou cinco anos de serviço’, começava o vaqueiro a ser pago, de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar uma fazenda por sua conta. Os chefes dos vaqueiros recebiam dos proprietários das fazendas uma pequena propriedade de terras, onde produziam para sua própria sobrevivência, além de terem o direito a um certo número de crias e a um salário anual estabelecido com o dono da fazenda. “Esses homens rudes e duros. muitas vezes escravos fugidos das fazendas do litoral, foram os verdadeiros conquistadores do sertão, abrindo caminhos. fundando povoados e ocupando áreas antes totalmente virgens da presença dos colonizadores.” No caso da atividade criatória do Nordeste, a penetração para o interior provocou choques com os índios, os quais se refugiavam sempre mais para dentro do território, procurando escapar do confronto com os brancos, ou integravam-se nas missões, ou, ainda, tornavamse

vaqueiros. Muitos paulistas depois das lutas com escravos foragidos e apresamento de índios nas regiões da Bahia e Pernambuco preferiam a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas, sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas entregues à criação de gado. O sul do país, que se estende além dos Campos Gerais, foi ocupado e colonizado de maneira bem diversa da do Nordeste e região das Minas. Zona de intensos conflitos entre portugueses e espanhóis, era habitada por homens guerreiros e aventureiros. A partir da segunda metade do século XVII, os paulistas, em sua penetração para o interior, chegaram até o Rio Grande do Sul. Em 1680 os portugueses fundaram, às margens do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, que se instituiu como excelente base para o contrabando e aguçou ainda mais as rivalidades luso-espanholas. A única forma de integrar essa região ao restante da colônia era povoá-la. Dessa maneira a Metrópole distribuiu em grande fartura sesmarias, constituindo-se as estâncias, voltadas para a criação de gado que vivia semi-selvagem, quase em abando no, sobrevivendo graças às férteis regiões do pampa. A pecuária exigia pouca mão-de-obra: um capataz e alguns peões, que geralmente eram índios ou mestiços. O trabalho era assalariado, a escravidão era rara. Além do gado, criavam-se nas estâncias cavalos e muarens. Será apenas no fim do século XVIII que se consolidará a pecuária sulina. Inicialmente houve apenas o aproveitamento do couro, sebo e ossos; a carne era desprezada. Mas logo descobriram-se formas de conservação (salgamento e secagem), surgindo as grandes charqueadas que iriam abastecer o mercado interno, particularmente a região das Minas.

Paulistas: uma sociedade pobre da época
Os paulistas rumaram em direção ao norte e ao sul da colônia por uma razão muito simples: as capitanias de São Vicente e de São Paulo de Piratininga não ofereciam condições de sobrevivência. Isoladas dos centros coloniais pela falta de investimentos da Coroa ou de particulares, São Vicente e São Paulo mantinham poucos contatos com a Metrópole (apenas um navio por ano passava por São Vicente). Por isso mesmo, tornaramse autônomas. Quando a Metrópole tentava intervir diretamente nas capitanias, seus moradores não obedeciam às ordens ou simplesmente as ignoravam. De outro lado, e até por causa do isolamento, a sociedade paulista formou-se com características próprias e diferenciadas da sociedade açucareira. Á ausência de mulheres brancas (era comum os portugueses virem sozinhos, sem suas famílias, para o Brasil) provocou a mestiçagem entre brancos e índios, constituindo-se uma população mameluca. Gradativamente, a língua da Metrópole foi trocada pelo tupi, que serviu para dar denominação a cidades e acidentes topográficos. O isolamento e a falta de recursos obrigaram os paulistas a construir seus próprios móveis,

utensílios, armas, roupas e sapatos. Tiveram também que absorver as técnicas indígenas de sobrevivência na selva - o que facilitou aos bandeirantes sua penetração pelo interior. Sem as comodidades das famílias dos engenhos do Nordeste, habitando em casebres rústicos, o vicentino mostrou-se avesso às escolas, livros, 'coisas de padres', diziam, e que em nada os ajudavam em suas buscas. Índios, ouro, pedras preciosas, isso sim os tirava daquela vida miserável."

Sociedade mineradora

Durante a fase de mineração (século XVIII), a colônia brasileira sofreu algumas alterações em termos de modo de vida. Isso porque, enquanto as sociedades açucareira e pecuarista estavam fixadas nas áreas rurais e a sociedade paulista, marcada pela pobreza, conseguia no máximo formar vilas, a sociedade mineradora proporcionou o surgimento de centros urbanos.

Apesar dessas diferenças, havia traços em comum. Na sociedade de Minas também se privilegiava os proprietários de maior número de escravos, dando-lhes direitos a maiores extensões de terra para a extração aurífera.

A produtividade mineradora decorria mais do número de escravos empregados do que do aperfeiçoamento técnico e aquisição de maquinaria.

No entanto, um conjunto de fatores acabou por prejudicar a rentabilidade das lavras. De

um lado, a fiscalização, a tributação sobre a quantidade de escravos e a organização

exclusivista de comércio, tudo em benefício da Metrópole. Por outro lado, os gastos com a

compra e manutenção de escravos somados a inúmeras despesas menores nas operações das

lavras resultavam num saldo bastante negativo. Dessa forma, o nível de renda era baixo daí

a existência de um número muito pequeno de pessoas que conseguiam fazer fortuna nas

gerais.

Quando a produção do ouro entrou em crise, a partir de 1760, os senhores de lavras não

tinham condições econômicas para suportar os custos com a mão-de-obra escrava, e

promoveram, então, a alforria (libertação) de seus escravos. Assim os alforriados tornavam-se

homens livres, que se dedicavam à procura de faíscas e de filões de ouro. Em geral,

mulatos, negros e mestiços viviam pobremente, não conseguindo sobreviver do trabalho

livre. Muitos desses libertos voltaram à condição de escravos, ou por engano próprio, ou

por má-fé das autoridades.

Por outro lado, nas Minas, existiam indivíduos que exerciam uma variada gama de

profissões, mas que lhes permitiam, no máximo, sobreviver numa região rica em ouro,

prata e diamantes. Esses indivíduos formavam as camadas médias ou intermediárias da

sociedade mineira: eram os artistas, artesãos, pequenos comerciantes, militares de baixa

patente e pequenos mineradores (os chamados faiscadores ou garimpeiros).

É possível, então, distinguir na formação social das Minas duas camadas básicas: a

primeira, constituída de uma pequena parcela de homens ricos e poderosos - proprietários

das lavras e grandes comerciantes. Alguns de seus descendentes estudavam na Metrópole e

tornavam-se advogados, médicos, professores de línguas, participavam do alto clero ou

obtinham cargos administrativos. A segunda era uma camada média e uma maioria formada

basicamente por comerciantes e artesãos. E abaixo dela estavam os escravos que, segundo

os documentos da época, chegavam a mais de cem mil indivíduos.

E importante lembrar que uma análise da vida social das regiões auríferas do século XVIII

permitia considerar "uma economia de baixos níveis de renda, distribuídos de maneira

menos desigual do que na região açucareira, originando pelo seu baixo poder de

concentração, uma estrutura social mais aberta. Daí o número de pequenos empreendedores

e o mercado maior constituído pelo avultado contingente de homens livres - homens esses,

entretanto, de baixo poder aquisitivo e pequena dimensão econômica. A constituição

democrática da formação social mineira poderia assim se reduzir numa expressão: um

maior número de pessoas dividia a pobreza".

Novos valores na Europa moderna Renascimento e humanismo

Entre os séculos XIV e XVI, a Europa passou por grandes transformações. As alterações

na economia (desenvolvimento comercial) e na política (surgimento do Estado Nacional,

centralização do poder e ascensão da burguesia mercantil) foram acompanhadas por

mudanças na mentalidade, no comportamento e na maneira de perceber a realidade e de

interferir nela. Foi, é bom frisar, um processo que durou séculos, em que conviviam formas

antigas, como as relações servis de produção e os privilégios da nobreza feudal, com novas

formas de organização da sociedade.

A partir do século XIV, o teocentrismo medieval foi sendo substituído por uma nova visão

do mundo, na qual o indivíduo passou a ser, de maneira geral, o centro das preocupações

humanas.

Dessa forma, a relação Deus-Igreja-Homem, que organizava a mentalidade medieval, cedia

lugar para a relação Homem-Natureza, que passava a ser a preocupação dos indivíduos

interessados em acreditar nas capacidades humanas para resolver os desafios do meio

ambiente. Tratava-se da 'crença de que o homem é fonte de energias criativas ilimitadas,

possuindo uma disposição inata para ação, a virtude e a glória. (Nicolau Sevcenko, O

Renascimento). Os indivíduos que desejavam a ruptura com os ideais medievais

acreditavam nas potencialidades físicas e espirituais do homem.

Surgiu assim o humanismo - movimento intelectual que privilegiava a razão para

compreender a natureza e o próprio homem e se inspirava nos valores greco-romanos para

pensar criativamente nos novos desafios do comércio, das navegações, das conquistas de

terras desconhecidas. A esse movimento filosófico e intelectual humanista, inspirado nos

valores da Antiguidade clássica (Grécia e Roma), deu-se o nome de Renascimento.

A imitação dos valores "não seria a mera repetição dos gregos e romanos, mas a busca de

inspiração em seus atos, suas crenças, suas realizações, de forma a sugerir um novo

comportamento do homem europeu. Um comportamento calçado na determinação da

vontade, no desejo de conquistas e no anseio do novo" (Nicolau Sevcenko, O Renascimento). A glorificação do homem caracterizou o antropocentrismo (o homem como centro das indagações e preocupações).

O movimento renascentista e humanista desenvolveu concepções opostas ao modo de vida medieval: à fé opôs a razão, ao coletivismo feudal, o individualismo, ao teocentrismo, o antropocentrismo. Pintura, literatura, escultura e arquitetura refletiam essa nova maneira de pensar e foram estimuladas pelos reis, pois a manutenção de uma vida artística luxuosa fortalecia o prestígio das cortes absolutistas.

Reforma: novo movimento do cristianismo

Enquanto os movimentos de valorização do homem através das obras artísticas e literárias buscavam mudar a mentalidade européia, um outro movimento, no século XVI, procurou adequar a religião às alterações da sociedade do período moderno.

Economia comercial, Estado Nacional absolutista e desenvolvimento da burguesia mercantil representavam as novas forças que, gradativamente, substituíram a sociedade feudal e seu principal sustentáculo nos valores, comportamentos, idéias e crenças: a Igreja Católica. Ao mesmo tempo que condenava os lucros obtidos pelo comércio a Igreja concentrava riquezas através da cobrança de taxas e impostos que diminuam o dinheiro investido no comércio e na produção manufatureira.

Portanto, em alguns países europeus, o catolicismo representava um obstáculo à consolidação do Estado Nacional. Além disso, o universalismo da Igreja procurava colocar o papado acima de todos os interesses locais e regionais, enquanto o nacionalismo do Estado Moderno promovia a sustentação da monarquia, considerando o rei como autoridade suprema. Isso implicava rejeitar papa nos assuntos internos do reino.

A Igreja Católica também representava um obstáculo à nobreza feudal, pois suas enormes extensões de terras impediam o crescimento das propriedades e dos poderes dos nobres.

Além disso, os camponeses engrossavam a camada dos descontentes com a Igreja, pois bispos, arcebispos e padres viviam à custa do trabalho servil nas propriedades eclesiais.

Por outro lado, a Igreja Católica passava por uma profunda crise de disciplina e organização. Vários membros do clero, que ocupavam cargos mediante o pagamento de enormes quantias, viviam de forma ostensivamente mundana, causando descrédito à instituição. Para manter todo esse luxo e essa riqueza, cobrava dívidas sobre qualquer propriedade ou renda financeira dos fiéis e traficava relíquias e as chamadas indulgências.

O conjunto desses abusos provocou protestos em toda a Europa, que culminaram na Reforma, movimento de contestação ao poder da Igreja Católica, apoiado por reis, nobres, burgueses e camponeses. Seu líder, Martinho Lutero, monge agostiniano alemão, condenava os abusos católicos como a venda de indulgências, a compra de cargos eclesiásticos e a falta de vocação religiosa. Sua doutrina baseava-se na idéia de que "só a fé salva", em oposição à pregação do catolicismo de que "só a Igreja salva".

Lutero encontrou ambiente favorável nas regiões alemãs, onde os bens da Igreja eram mais

cobiçados pela nobreza feudal, que resistia ao processo de centralização monárquica desenvolvido pelo imperador germânico Carlos V. Além disso, nas regiões alemãs realizavam-se estudos dos textos bíblicos de acordo com as aspirações do humanismo.

Excomungado (expulso da comunidade cristã) pelo Papa, mas apoiado pela nobreza feudal, Lutero reafirmou suas idéias perante a Dieta de Worms, reunião parlamentar convocada pelo imperador em 1521.

Diante do crescente movimento protestante, em 1530 Carlos V convocou uma nova Dieta para Lutero apresentar sua doutrina - a chamada 'Confissão de Augsburgo'.

O imperador não aceitou a posição luterana, passando a perseguir os protestantes. Houve, então, sucessivas guerras entre católicos e protestantes, até a Paz de Augsburgo (1555), quando Carlos V reconheceu o direito de os príncipes alemães imporem a religião luterana aos habitantes de seus domínios, enfraquecendo, assim, o catolicismo e o próprio imperador.

Reconhecia-se então a existência de uma nova religião cristã e ficava marcado o fracasso político de Carlos V ao perder sua autoridade para a nobreza feudal do Império.

O luteranismo cresceu em toda a Europa e permitiu o surgimento de novos movimentos protestantes, como o calvinismo. Francês de nascimento e de origem burguesa, Calvino deu maior consistência aos princípios colocados por Lutero ou, por exemplo, as atividades econômicas condenadas pela Igreja. Para o calvinismo, todo trabalho honesto e sóbrio agradava a Deus e somente os predestinados venceriam na vida. Sendo assim, banqueiros, comerciantes, industriais, armadores trabalhavam, segundo Calvino, para a glorificação de Deus...

Diante dos movimentos de contestação ao seu poder, a Igreja Católica tratou de reagir. O Concílio de Trento, reunido entre 1545 e 1563, condenou os protestantismos através da reafirmação das doutrinas católicas. Para combater com energia os rebeldes, a Igreja criou a Inquisição (tribunal católico que condenava os rebeldes à fogueira) e a Congregação do Índice (grupo de religiosos encarregados de censurar e destruir na fogueira obras impressas e de organizar as listas de livros proibidos). E, para fazer frente ao crescimento reformista, criaram-se ainda inúmeras ordens religiosas, dentre as quais a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, que se tornou a mais expressiva e eficiente no combate ao protestantismo.

Brasil: uma cultura diversificada
O contato de índios e brancos O impacto dos portugueses ao descobrir o Brasil pode ser avaliado pelos primeiros contatos entre eles e os indígenas. A carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal comunicando o descobrimento revelou sua estranheza diante dos habitantes da terra: 'Fomos diretamente à praia. Ali acudiram logo cerca de duzentos homens, todos nus e com arcos e flechas nas mãos. (...) O ca (Pedro Álvares Cabral) deu ao velho com quem falara uma carapuça vermelha E com toda a conversa que com ele teve e

com a carapuça recebida de presente nada mais quis e logo se despediu, passando o rio para não mais aqui retornar (...) Outros trocavam arcos e flechas por sombreiros (chapéus) e carapuças (capuzes) de linho ou por qualquer coisa que alguém desejasse dar-lhes."

A troca de presentes significava uma espécie de aperto de mão entre o índio e o branco. Na impossibilidade de se comunicarem pela fala, os gestos substituíam as vozes. A carta de Caminha revelava uma dupla percepção diante do novo; do diferente, do outro mundo completamente diverso da Europa.

Preste atenção nestes trechos: "(...) Os outros dois que o capitão teve nas naus, aos quais deu o que já foi dito (carapuças), nunca mais aqui apareceram, fatos que me induzem a

pensar que se trata de gente bestial e de pouco saber, e por isso mesmo tão esquivas. Mas apesar de tudo isso andam bem curados e muito limpos (...) Parece gente de tal inocência

que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos... "(...) Não duvido

que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa

santa fé, à qual praza o Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade."

Que 'imagens' diferentes do índio aparecem nesses dois trechos da carta? De um lado, a

simples menção ao comportamento 'bestial' dos índios pode ilustrar a atitude "superior"

dos lusitanos diante de indivíduos desconhecidos e que reagiram de uma forma diferente da

'civilizada'. De outro, a observação sobre a limpeza, pureza e inocência dos índios parece

ter atraído os portugueses, que acreditaram na possibilidade de 'melhorá-las'... Eram

animadoras as notícias enviadas por Caminha sobre a descoberta: embora não oferecesse

ouro e prata, a terra era tão 'graciosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela'. Quanto aos

habitantes, havia como "salvá-los": aplicando-lhes a catequese e ao mesmo tempo

escravizando-os.

Ao longo do processo de colonização, os portugueses passaram de simples economia

extrativista do pau-brasil para a produção em larga escala de açúcar. Ao mesmo tempo

aumentou a escravização e a catequese dos indígenas, ou seja, a imposição de padrões

européus que foram destruindo o mundo dos "selvagens índios" - como eram chamados os

habitantes do Brasil nas cartas dos primeiros padres que aqui chegaram aos seus superiores

na Europa.

Jesuítas: ensino e catequese

Em 1549, com o primeiro governador geral, chegaram também ao Brasil os primeiros

jesuítas, sob a chefia de padre Manuel da Nóbrega. Traziam duas missões muito claras e

definidas pela Contra-Reforma: ampliar a fé católica e recuperar os fiéis perdidos com a

divisão do cristianismo. A catequese se propunha à formação de novos católicos; o Deus

cristão abriria o caminho da santidade e da "salvação dessa gente" selvagem, bárbara,

incivilizada. Dessa forma, o catolicismo tornou-se um traço cultural marcante da sociedade

colonial brasileira. A tarefa da educação, por exemplo, coube aos jesuítas, que fundaram

colégios como o de Salvador e o de São Paulo, o qual emprestou o nome à vila de

Piratininga, fundada por José de Anchieta e Manuel da Nóbrega, em 1554.

A pedagogia jesuítica consistia em aulas de ler, escrever e contar números, para os filhos

dos colonos e para os índios mais avançados. Dessa prática pedagógica faziam parte os

castigos corporais, pois, segundo um ditador medieval, é "com sangue que a letra entra"

Havia orações e missas em latim, com a presença obrigatória não só dos alunos mas

também de todos os seus familiares. Pode-se dizer que a Companhia de Jesus foi a

instituição responsável pelo único trabalho intelectual realizado durante os séculos XVI e

XVII, no Brasil.

É bom lembrar que a aprendizagem das letras era considerada "coisa de homem", enquanto

a mulher deveria aprender apenas o trabalho doméstico. "Mais que isso era coisa do

demônio", já que sabedoria e desobediência andariam juntas, segundo a maneira de pensar

dominante. A função da mulher, no período colonial, criou traços culturais que se

prolongaram até nossos dias.

As mulheres brancas ficavam confinadas ao comando das atividades domésticas. No Brasil

açucareiro, por exemplo, era hábito que a sinhá (mulher do senhor do engenho) só

aparecesse aos visitantes se fosse autorizada pelo marido.

Por sua vez a sinhazinha, filha da sinhá, deveria ser mantida virgem a todo custo, pois a

ausência de mulheres brancas fazia com que as moças tivessem um valor de troca: serviam

para altas negociações casamenteiras que ampliavam fortunas e garantiam a posse da

propriedade. Essa ausência de mulheres brancas explica-se pelo fato de os portugueses

raramente trazerem suas mulheres e famílias para a colônia. Por outro lado, foi muito

comum, nos primórdios da colonização, a união eventual de portugueses com mulheres

indígenas, e, mais tarde, com escravas negras.

A oposição dos jesuítas à escravização dos índios encaixava-se nos objetivos mercantis da

época, pois enquanto o tráfico interno de índios não era lucrativo, o tráfico de escravos

africanos, permitido e até legitimado pelos padres, constituía um negócio muito rentável,

que permitia aumentar a acumulação de capital da burguesia mercantil.

Negros: da resistência nasceu uma nova cultura

O negro integrou-se ao processo produtivo colonial como um instrumento de trabalho

negociável, uma mercadoria; bastava 'bater-lhe e o orgulho e quebrar-lhe o brio' para estar

pronto a produzir.

Atribuía-se ao negro uma série de defeitos: preguiçoso, libidinoso, vadio, traiçoeiro,

maldoso, malicioso, que legitimavam os castigos corporais aplicados quando os escravos

cometiam faltas ou rebeldias que prejudicavam o ritmo da produção.

Associava-se a cor

negra à inferioridade de raça, inculcando no cativo uma péssima visão de si mesmo. Além

disso, o próprio trabalho manual executado pelos negros era visto como tarefa inferior,

indigna dos brancos:

Enfim, tentou-se destruir culturalmente o negro, negando e reprimindo os traços que

poderiam ajudá-lo a recuperar sua identidade.

Nesse contexto, a prática dos cultos africanos tornava-se, para o negro, uma forma de resistência à dominação. A macumba, a reza, a batucada, a dança e o canto serviam não só para aliviar os sofrimentos da escravidão, mas também significavam uma espécie de ritual para promover as fugas, a contestação, a insubordinação. Por outro lado, esses elementos da cultura africana influenciavam o dia-a-dia da casagrande. As crenças mágicas, as superstições, os tipos de alimentação, os novos vocábulos que faziam parte da convivência entre brancos e negros desde a infância, formavam o conjunto de influências recíprocas entre brancos e negros, que marcaram a cultura brasileira. É importante lembrar que a resistência à ordem escravista não se dava apenas através dos cultos religiosos. As manifestações individuais da revolta dos negros iam desde a fuga, o suicídio, o "banzo", até a execução de brancos. Os negros que viviam no Brasil desconheciam as práticas de suicídio coletivo da África, mas era comum o afogamento de crianças negras, executado pelas próprias mães, para evitar os sofrimentos da escravidão. Para o escravo, o suicídio representava uma atitude de contestação contra os senhores; pois significava a destruição da mão-de-obra e do capital do seu proprietário. A fuga individual era perigosa devido à rígida vigilância dos feitores, às perseguições dos capitães-do-mato e ao desconhecimento que o negro tinha da terra e dos recursos de sobrevivência na mata. Além disso, se fosse recapturado, o foragido passava por todo tipo de torturas. Melhor chance tinham as fugas em massa para a formação de quilombos. Em geral, o quilombo localizava-se em regiões de difícil acesso, onde os quilombolas (habitantes dos quilombos) reconstruíam a vida dos tempos africanos, plantavam gêneros para a sobrevivência e, em alguns casos, produziam excedentes de mercadorias para as trocas com brancos. A recriação do modo de vida da África não era, no entanto, fiel aos rituais africanos, pois, além de os negros quilombolas serem de regiões diferentes, com ritos distintos, a religião católica marcara o dia-a-dia dos escravos. Eram comuns imagens de santos católicos nos quilombos. Para os negros, porém, esses santos tinham significados diferentes que para os cristãos. A associação e a convivência entre os deuses negros e os santos católicos criou o "sincretismo religioso": isto é, a fusão entre os rituais brancos, negros e indígenas, dando origem a várias formas religiosas como umbanda, candomblé e quimbanda. Enfim, é importante ressaltar que os negros criavam formas de manifestação contrárias aos valores brancos nas senzalas, nos quilombos, nos terreiros, nos cultos, para manterem uma sobrevivência digna. Por outro lado, os santos católicos eram cultuados nas capelas de construção obrigatória nos engenhos e na formação das vilas e cidades brasileiras. As missas e festas religiosas marcavam a presença dos laços europeus na colônia. Além disso, a vida cultural dos

brancos girava em torno dos colégios fundados pelos jesuítas.

Literatura brasileira

A literatura, no Brasil, iniciou-se pelo teatro com orientação catequética, e, até a segunda metade do século XVIII, com algumas exceções, teve direta e indiretamente motivação religiosa. Por dois séculos aproximadamente, os jesuítas foram construindo alguns dos pilares mais sólidos de nossa formação intelectual, através dos sermões, de textos literários e do ensino nas escolas. Dois indivíduos de expressão no Brasil-Colônia, o padre José de Anchieta e o padre Antônio Vieira (ambos jesuítas), tornaram-se figuras de relevo na defesa da conquista da terra, da catequese e da luta contra as invasões estrangeiras, podendo ilustrar a força da tutela jesuítica na colônia.

Na verdade, a sociedade colonial brasileira tinha horizontes culturais limitados. Não havia universidade, imprensa e autonomia na produção de cultura erudita, o que fazia com que os filhos dos senhores de engenho fossem obter formação universitária em Lisboa ou Coimbra.

As raízes da formação brasileira

Antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os indígenas tinham uma cultura transmitida oralmente através de mitos e rituais religiosos. Os mitos, espécie de história sagrada das tribos, e os rituais, que marcavam todas as etapas da vida dos indígenas, eram transmitidos aos mais jovens pelos homens mais velhos de cada tribo, e em especial pelo pajé, espécie de curandeiro e conselheiro espiritual.

O processo de colonização fez com que influências brancas e negras se fundissem com as raízes indígenas. Assim, foi nascendo aquilo que chamamos de folclore brasileiro ou "cultura popular isto é, uma fusão de traços culturais distintos, mas mantendo em comum a resistência à cultura oficial, imposta pela Metrópole.

Ainda que os índios tenham sofrido um vasto e violento extermínio cultural, não só pela matança, mas principalmente pela perda de identidade. Suas lendas, superstições, danças,

cantos e maneira de cozinhar se entrelaçaram com a presença negra; exemplo disso são as lendas do saci-pereré e os temperos para feijoada e canjica.

Também os negros africanos deixaram sua marca através do ritmo de suas músicas, das danças e rituais religiosos. Caboclos e mulatos, os herdeiros da cultura indígena e negra - e das tradições católicas e européias trazidas pelos portugueses -, criaram uma cultura mesclada que deu origem aos reisados, à capoeira, aos maracatus, ao samba, à macumba e à poesia de cordel.

Em conclusão, o "custo" e as contradições da formação cultural do Brasil podem ser expressos através de um trecho da poesia de Carlos Drummond de Andrade: As fazendas misturam dor e consolo em caldo verde-ganafa e sessenta mil réis de impostos.

Dores, torturas, mutilações, fome, desespero para a maioria dos escravos; consolo aos senhores de engenho que obtinham lucros pelo trabalho árduo do escravo na produção do açúcar, embora pagassem altos impostos à Coroa lusitana e também sofressem, a seu modo,

o processo de aculturação.

FORMAÇÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

Vimos no livro I que o descobrimento do Brasil esteve ligado ao desenvolvimento da economia pré-capitalista, cuja política econômica era o mercantilismo, no período correspondente à Idade Moderna - século XV(1453) a XVIII(1789). Assim, o comércio tornou-se uma atividade fundamental para os Estados nacionais, que organizavam suas economias para obter capitais (lucros) através de transações mercantis. Dessa forma, ouro e prata em grande quantidade, balança comercial favorável, protecionismo, industrialismo e sistema colonial constituíram as práticas econômicas típicas do mercantilismo. Nessa conjuntura, o sistema colonial tornou-se um dos pontos decisivos para o processo de acumulação de capitais, pois as colônias, principalmente nas Américas, eram ricas em metais preciosos; ou então, como no caso do Brasil - onde, de imediato, não foram localizados tais metais -, a produção de um gênero agrícola permitiu suprir a metrópole em sua atividade comercial.

No entanto, para que as colônias viabilizassem sua principal finalidade, que era a de produzir para dinamizar a economia metropolitana, era necessário que só vendessem as mercadorias e só comprassem as manufaturas de suas respectivas metrópoles. Assim, o monopólio comercial, isto é, o pacto colonial (exclusividade econômico-comercial das colônias com a metrópole) garantiu o atrelamento das colônias às economias metropolitanas.

É importante lembrar que, no processo de formação da economia capitalista, os Estados nacionais europeus disputaram o controle dos mercados europeus e coloniais com casamentos entre nobres, guerras, contrabandos, pirataria, morte, assassinatos, enfim, todos os instrumentos disponíveis. Daí as disputas de áreas coloniais entre Portugal, Espanha,

França, Inglaterra e Holanda, desde o século XV.

A Revolução Industrial eclode na Inglaterra

O processo de colonização da América foi decisivo para a formação do capitalismo nas metrópoles europeias. Se por um lado a expansão marítima e mercantil de Portugal e Espanha proporcionou a estes países o pioneirismo na exploração de metais (caso da Espanha) e o pioneirismo na produção de gêneros agrícolas (caso de Portugal), por outro, esses países ibéricos fixaram-se no comércio de intermediação (particularmente Portugal), bloqueando assim o desenvolvimento do processo manufatureiro.

De fato; os lucros da colonização da América beneficiaram a ascensão da França e da Inglaterra, permitindo a este último país reunir as condições econômicas, políticas e sociais que resultaram na explosão da Revolução Industrial, no século XVIII. "O que significa a frase: a Revolução Industrial explodiu? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços.

Resumindo, a Revolução Industrial resultou das transformações ocorridas na agricultura, indústria, transportes, bancos e comunicações, que propiciaram o desenvolvimento da economia capitalista. Nesse processo de transformações, a burguesia assumiu o poder político na Inglaterra, após anos de guerra civil com a monarquia absolutista; o rei acabou por submeter-se ao parlamento controlado pelos grupos burgueses. A nível social, o processo de transformações dividiu a sociedade inglesa, a grosso modo, em duas classes: a burguesia, que se tornava a proprietária dos meios de produção - máquinas, ferramentas e fábricas -, e o proletariado, a classe assalariada que, para sobreviver, vendia sua força de trabalho.

É necessário perceber que, ao longo da Idade Moderna (século XV a XVIII), desenvolveram-se as pré-condições para deflagrar a Revolução Industrial, ou seja:

acumulação de capitais, liberação da mão-de-obra (servil em assalariada), aperfeiçoamento técnico-científico e ampliação de capitais. Enfim, a Revolução Industrial considerada de maneira restrita, significou o processo de mecanização do setor industrial, que ocorreu primeiro na Inglaterra e depois em outros países como a França, os Estados Unidos, a Alemanha, o Japão etc.

E por que a Revolução Industrial ocorreu primeiro na Inglaterra? A resposta é simples.

Porque a Inglaterra reuniu, antes dos demais países, as condições básicas para tanto.

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, a Inglaterra realizou mudanças profundas em dois setores essenciais: agricultura e indústria. Na agricultura, promoveu-se uma revolução de amplas conseqüências, com a acumulação de capitais pela produção de excedentes agrícolas e liberação de mão-de-obra. Como se deu esse processo?

Condições favoráveis da Inglaterra

Em síntese, as condições favoráveis para a eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra foram as seguintes:

- acúmulo de capitais provenientes do comércio colonial, do contrabando, do tráfico de escravos com outros países;
- ocorrência da Revolução Agrícola, fonte de acumulação de capitais pela produção mecanizada de alimentos, possibilitando a venda de excedentes agrícolas a preços menores em maiores quantidades;
- como conseqüência da Revolução Agrícola que ocorreu em toda a Europa, mas começou na Inglaterra, houve a liberação de mão-de-obra do campo para a cidade. Essa mão-de-obra, barata porque numerosa e disponível para entrar a qualquer momento na produção, favoreceu o acúmulo de capitais graças aos baixos salários pagos aos trabalhadores;
- ampliação do mercado interno e externo; a Inglaterra garantiu o crescimento do mercado interno pela abertura de canais, estradas e portos. A nível externo, os ingleses expandiram o comércio sobretudo pela conquista de mercados consumidores para seus produtos através de guerras, principalmente na Europa. Dispondo de uma esquadra poderosa, a Inglaterra dominava o mercado externo;

- as ricas jazidas de ferro e carvão, importantes para a construção de máquinas e ferramentas, aliadas à produção de lã e algodão (das colônias), garantiram a supremacia inglesa nas matérias-primas básicas para a industrialização;

- o desenvolvimento científico assegurou o surgimento de máquinas capazes de aumentar a produtividade das fábricas.

Todos esses fatores, conjugados ao sistema político da Inglaterra, no qual os grupos empresariais podiam dispor do poder de decisão para orientar a economia em direção aos seus interesses, fizeram desse país o ponto de apoio para o desencadeamento da Revolução Industrial.

É fundamental percebermos as transformações ocorridas com a Revolução Industrial:

- o capitalismo firmou-se como economia preponderante no processo industrial;

- a utilização da máquina e a divisão técnica do trabalho provocaram aumento da produção

e da produtividade, e conseqüente alargamento do mercado consumidor e produtor;

- a produção industrial ampliou a urbanização e resultou no despovoamento dos campos diante da Revolução Agrícola;

- a sociedade industrial, formada com o desenvolvimento capitalista, estruturou-se em duas

classes básicas: a burguesia, detentora dos meios de produção e controladora do capital, e o

proletariado, que vendia sua força de trabalho, ganhando salário pela produção na indústria

e na agricultura, criando uma sociedade de privilégios, assentada na relação capital versus

trabalho;

- a partir de 1780, o conjunto de todas as condições produtivas (ferro, carvão, máquinas,

desenvolvimento técnico e científico e abundância de mão-de-obra humana) permitiu o

desenvolvimento do capitalismo industrial de modelo liberal.

Capitalismo industrial liberal

O capitalismo, que se desenvolveu no processo da Revolução Industrial, passou por três

fases significativas: de 1780 a 1870, a primeira fase chamada de capitalismo industrial

liberal; de 1870 a 1945, a segunda fase, chamada de capitalismo industrial monopolista; e

de 1945 em diante, a terceira fase chamada de internacionalização do capitalismo.'

A primeira fase (1780/1870) caracterizou-se pela total liberdade econômica da burguesia

ao produzir, vender e fazer circular as mercadorias produzidas, comprar matérias-primas e

fixar os salários do proletariado.

A produção industrial realizava-se em pequenas e médias fábricas, com divisão de trabalho

entre os operários, utilização das máquinas movidas a vapor, mão-de-obra assalariada,

produção em larga escala para possibilitar lucros ao empresário.

A livre concorrência marcou esse processo industrial. A competição entre as empresas

baseava-se na idéia de que produtores e consumidores beneficiavam-se mutuamente, pois

esses produtores, para superarem seus concorrentes, ofereciam melhor qualidade e

mercadorias a preços baixos. Assim, a livre concorrência seria um processo natural no qual

o próprio mercado teria sua auto-regulação, sem a necessidade de intervenção do Estado na

economia, como acontecera no mercantilismo.

Aliás, as práticas mercantilistas foram condenadas e combatidas pela nova economia capitalista.

A economia passou a ser regida pelo laissez faire, laissez passer (deixar fazer, deixar passar),

com leis próprias, livre concorrência e o mercado produtor e consumidor estabelecendo-se

a harmonia da oferta e procura.

Na sociedade industrial liberal, o Estado tinha por função: ajudar o empresário capitalista

através do controle social das massas proletárias (em caso de revoltas); organizar o exército

para garantir a soberania do país e enfrentar guerras com outros países; assegurar as

conquistas de mercado externo; executar obras públicas para facilitar a expansão interna

dos investimentos capitalistas.

Dessa forma é possível identificar, nessa primeira fase (1780/1870), duas etapas da

expansão capitalista que levou à segunda revolução industrial (1870): a primeira etapa, de

1830 a 1850, é marcada pela construção de ferrovias; na segunda etapa, de 1850 a 1870,

começa a declinar o livre comércio.

Entre 1830 e 1870, a formação bruta de capital na Grã-bretanha superou a barreira dos 10

/por cento e já então a era da industrialização (barata) baseada em artigos como tecidos

cedia lugar à era das estradas de ferro, carvão, ferro e aço. (...) As estradas de ferro

pareciam estar várias gerações à frente do resto da economia, e, na verdade, 'estrada de

ferro' tornou-se uma espécie de sinônimo de ultramodernidade na década de 1840, como

'atômico' o seria depois da II Guerra Mundial".

A etapa que vai de 1850 a 1870 poderia ter sido uma época de produção em grande escala

e redução do custo por unidade (aumento no volume de produção = redução do custo da

mercadoria), se não fossem as medidas que os capitalistas precisaram tomar para enfrentar

os problemas gerados pela livre concorrência entre produtores. As mercadorias tiveram,

num primeiro momento, seus preços barateados e o empresário vitorioso seria aquele que,

por possuir um capital maior, resistisse a esse barateamento, sobrepujando o empresário

que dispunha de menor capital: uma verdadeira batalha, na qual a ruína de pequenos

capitalistas significava o crescimento dos maiores, que adquiriam os bens dos vencidos.

Dessa forma, a livre concorrência foi cedendo lugar aos monopólios: grandes indústrias que

detinham o controle total da produção - desde os locais fornecedores de matérias-primas até

a distribuição das mercadorias, dentro e fora do país.

Capitalismo industrial monopolista

A partir da década de 1870, uma segunda revolução industrial iniciou-se, com o fim do

livre comércio preconizado pelo liberalismo do século XVIII. O capitalismo passava por

uma nova fase, baseada nas tarifas protecionistas que cada país impunha às suas

mercadorias, para evitar a concorrência de outros países. Nessa fase começaram os trustes,

organizações industriais de controle da produção e distribuição das mercadorias, com o

objetivo de impor o preço dos produtos industriais a seu favor.

Por outro lado, os capitalistas perceberam que seria mais útil buscar alianças, mantendo

empresas separadas mas sem competir entre si, estabelecendo a divisão dos mercados e dos preços; esse tipo de associação denominou-se cartel. Nesse novo capitalismo, com o aumento do monopólio, os preços passaram a ser fixados pelos trustes, cartéis e holdings (uma empresa central controla outras empresas subsidiárias, que se mantêm autônomas, embora a maioria das ações pertençam à empresa central. Um exemplo de holding poderia ser a Autolatina, empresa que administra a Ford e a Volkswagen no Brasil).

Se uma primeira característica dessa segunda fase da Revolução Industrial foi, sem dúvida, a concentração de capitais, com a transição do capital concorrencial para o capital monopolista, uma segunda característica foi o estabelecimento do imperialismo e do neocolonialismo.

O imperialismo configurava-se pela necessidade de novas áreas de aplicação dos capitais industriais. Tratava-se de buscar áreas "atrasadas" a nível industrial, que fornecessem matérias-primas e mão-de-obra barata, com proteção dos governos locais, para garantir a prática monopolista do capital. É importante perceber que o imperialismo iniciava um novo tipo de colonialismo. O colonialismo do século XVII baseava-se na busca de produtos tropicais e metais preciosos e na colocação de produtos manufaturados. Já esse novo colonialismo do século XIX se organizava na busca de carvão, ferro, petróleo (destinados a máquinas européias) e produtos alimentícios.

É claro que as potências européias continuavam a exportar produtos industrializados, mas essa não era a atividade econômica predominante. A partir de 1870, o fundamental era aplicar os capitais europeus excedentes e ampliá-los. O capital agora era utilizado, nas novas relações coloniais, para construir estradas de ferro e explorar minérios importantes para o desempenho do parque industrial europeu. A América Latina, a Ásia e sobretudo a África foram as regiões de penetração imperialista no século XIX. Portugal e Espanha já tinham seus domínios na África desde o século XVI. Agora, nessa nova fase de colonialismo, a Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Bélgica passariam a disputar os territórios africanos. A França ocupou a Argélia, Tunísia, África Ocidental Francesa, África Equatorial, Senegal, Madagascar. A Inglaterra apossou-se da Rodésia, União Sul-Africana, Nigéria, Costa do Ouro, Serra Leoa, Egito, Sudão, Quênia. A Alemanha anexou o Camerum, sudoeste da África e parte da África Oriental. A Itália dominou o litoral da Líbia, a Eritreia, parte da Somália, A Bélgica organizou a Associação Internacional Africana e o Comitê de Estudos do Alto Congo com finalidades colonialistas, dominando uma região central da África conhecida como Congo Belga. Portugal e Espanha controlaram territórios que já dominavam desde o século XVI. Portugal fixou-se hegemonicamente em Angola, Moçambique e parte da Guiné. À Espanha pertenciam Marrocos, rio do Ouro e outra parte da Guiné. A penetração européia na África foi realizada com todas as formas de violência às

populações nativas. Destruição dos valores tradicionais (como a vida comunitária) das tribos africanas, escravidão, guerras, uso da força (estupros e corte dos seios nas mulheres e castração nos homens, corte das mãos e pés etc.) foram os métodos europeus para submeter a África aos objetivos exploratórios do imperialismo.

A Ásia também se tornou território da cobiça imperialista. Do século XV ao XVIII, a dominação européia não atingiu internamente as sociedades asiáticas, pois já havia inúmeros portos abertos ao comércio ocidental. No entanto, do final do século XVIII até 1880 houve outra tendência: "Por sua imensa população, a Ásia Oriental passou a ser encarada como apetitoso mercado consumidor de produção da nascente indústria fabril européia. O desencadear da Revolução Industrial levou os países industrializados a buscar mercados para vender seus produtos e obter matérias-primas a baixo preço". É importante lembrar que, a partir da década de 1870, "o capitalismo passou por uma violenta crise, provocada pelo próprio crescimento econômico dos países europeus que passaram a disputar novos mercados. Essa crise provocou a falência de sólidos bancos, diminuição da produção industrial e dos salários e aumento do desemprego. A extensão desta crise se deu de 1870 até 1895, o que inaugurou novas relações capitalistas. (...) Durante a Grande Depressão (1870/1895), a Grã-Bretanha deixou de ser a oficina mecânica do mundo e tornou-se uma de suas três maiores potências industriais; e, em certos sentidos, a mais fraca delas".

As duas potências que emergiram da Grande Depressão foram os Estados Unidos e a Alemanha. A corrida para a Ásia e a América Latina possibilitou a ampliação de mercados para solucionar os problemas econômicos ocasionados pela crise. África, Ásia e América fizeram parte da estratégia imperialista, pois "esses mercados funcionariam como fornecedores de matérias-primas, consumiriam a produção industrial dos países dominadores, proporcionariam gêneros agrícolas e serviriam de campo de investimento de capitais excedentes da Europa. Note-se que, a partir de 1870, a corrida imperialista enfatizou a busca de áreas para investimento e capitais disponíveis, garantindo maior margem de lucro".

Durante o século XIX, a América Latina gradativamente se articulou com o capitalismo industrial, em particular com a Inglaterra, seguida pela França e pela Alemanha. Ao longo da década de 1870, a economia latino-americana esteve atrelada aos interesses imperialistas da Europa, mantendo-se fornecedora de matérias-primas e alimentos. Essa especialização em produtos primários fez com que se mantivessem as características do período colonial anterior, desde o século XVI.

A região latino-americana consolidava sua posição de economia complementar à européia, mas rompia com as nações ibéricas (Espanha e Portugal) e com um tipo de colonização. O processo de emancipação política vinculava-se na verdade a um novo modelo colonizador: o imperialista, muito mais profundo e difícil de se romper. A independência dos laços

coloniais mercantilistas representou um reajustamento econômico e político às novas relações do capitalismo industrial, ao longo do século XIX.

As bases políticas e ideológicas do capitalismo

"Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da

Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia o foram fundamentalmente pela

Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu os modelos para as ferrovias e fábricas, o

explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do

mundo não-europeu, mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias..."

Enquanto a Revolução Industrial criou as bases de sustentação da economia capitalista, a

Revolução Francesa estabeleceu as bases políticas e ideológicas do capitalismo.

A Revolução Francesa representou o predomínio das classes burguesas que, durante todo o

processo revolucionário, controlaram o movimento. Assim, os ideais revolucionários foram

burgueses, os rumos do movimento permaneceram sob o controle das classes burguesas.

Tratava-se, então, do triunfo da burguesia sobre a nobreza feudal na França.

Antecedentes da Revolução Francesa

A França passava por uma crise econômica estrutural e conjuntural, no século XVIII. A

nível estrutural, o feudalismo francês corroía-se pelo aumento demográfico e pelo

crescimento das forças capitalistas de produção. A agricultura, base da economia francesa,

tivera sua produção comprometida por sucessivas e más colheitas, com conseqüente

elevação dos preços dos gêneros alimentícios, e pela falta de recursos técnicos para superar

problemas climáticos; a população camponesa crescia e eram constantes os períodos de

fome, acarretando miséria e subalimentação.

A nível econômico conjuntural, um tratado comercial com a Inglaterra, na década de 1780,

estabeleceu que a França compraria tecidos e produtos metalúrgicos ingleses, em troca de

os britânicos concederem certas preferências ao vinho francês.

A incipiente manufatura francesa não tinha a menor condição de concorrer com a indústria

inglesa, em pleno processo da Revolução Industrial. A conseqüência disso foi falências,

desemprego, subemprego, queda de salários, elevação do custo de vida, além do

comprometimento da nascente industrialização francesa. Começaram então os movimentos

sociais contra a monarquia.

A crise social da década de 1780 aprofundava as diferenças estruturais da sociedade,

dividida em três classes, ordens ou estados: clero, nobreza e povo. O clero, representante da

primeira ordem, exigia o pagamento do dízimo (décima parte da produção) das massas

camponesas, que também deveriam pagar outras taxas à nobreza (segunda ordem). A

terceira ordem, formada pela burguesia, camponeses e populações urbanas empobrecidas

(os chamados sans-culottes, sem-calças, a massa de desempregados de Paris), tinha que

arcar com o aumento dos impostos para cobrir os gastos com guerras de conquista e para

manter uma corte rica, parasitária e luxuosa.

A monarquia absolutista, incapaz de fazer as reformas necessárias para solucionar os

problemas, era combatida pelo terceiro estado, chefiado pela burguesia. A burguesia,

consciente da sua força política e econômica, desejava submeter o rei e apossar-se do

poder.

Queda da Bastilha

Em maio de 1789, o rei Luís XVI (da família dos Bourbon) convocou uma reunião dos

Estados Gerais, reunindo em Assembléia Nacional representantes das três ordens sociais

para votar diversas reformas. O clero e a nobreza, com menor número de representantes,

procuraram manobrar as votações, para que fossem feitas por ordem; assim, é evidente, só

seriam aprovadas as reformas que interessassem ao clero e à nobreza, já que estes tinham

interesses comuns. A terceira ordem clamava pela votação individual, pois os membros da

burguesia e proletariado formavam maioria na Assembléia. Como forma de resistência, o

Terceiro Estado declarou-se em Assembléia Nacional permanente; o rei tentou, em vão,

reagir. Em 14 de julho de 1789, a burguesia, aliada à massa do proletariado, marchou sobre

a Bastilha presídio reservado aos opositores do regime - e destruiu com machados e foices a

fortaleza, pedra por pedra. Esse episódio, que ficou conhecido como Queda da Bastilha,

significou o fim do antigo regime na França.

Fases da Revolução

É possível dividir a Revolução Francesa em três fases:

- a) das instituições: 1789/1792;

- b) das antecipações: 1792/1794;

- c) das consolidações: 1794/1815.

A fase das instituições (1789/1792) compreendeu o período da Assembléia Nacional

Constituinte, liderada pela burguesia, quando surgiu a Declaração dos Direitos do Homem e

do Cidadão. Pelo conteúdo dessa declaração, todos os homens teriam iguais direitos à

liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, à segurança, e a lutar contra qualquer

forma de opressão. Essas aspirações foram reunidas em um documento que originou a

primeira Constituição da França (1791), ficando instalada a monarquia constitucional. A

Constituição estabelecia três poderes: executivo, legislativo e judiciário. O primeiro era da

incumbência do rei, que indicava os ministros. O poder legislativo, exercido por uma

Assembléia de Deputados, tinha por função aprovar ou não as medidas do executivo e fazer

as leis. Os deputados seriam eleitos segundo critérios censitários, isto é, só poderiam ser

eleitos os indivíduos que possuísem renda (essa foi uma maneira de a burguesia afastar as

classes populares-proletárias do poder). O poder judiciário era exercido por juizes eleitos, e

suas funções baseavam-se na vigilância dos outros dois poderes. Dois pontos sobressaíram

dessa Constituição: a liberdade econômica e o fim dos privilégios feudais (dos nobres e

clero), consolidando o poder das classes burguesas.

A fase das antecipações (1792/1794) foi o período da Revolução Popular. Essa nova fase

originou-se com a deposição do rei francês. Luís XVI, aliou-se a potências absolutistas

(Prússia e Áustria) para esmagar a Revolução. Descoberto o plano da invasão da França por

aquelas potências, a Assembléia depôs o rei, condenando-o à morte, e anulou a Constituição de 1791. Para elaborar uma outra constituição, a Assembléia convocou eleições gerais por sufrágio universal - direito do voto a todos os cidadãos. As eleições gerais formaram a Convenção, onde os deputados eleitos estavam divididos em três partidos: o partido dos girondinos, representantes da alta burguesia (grandes industriais, grandes comerciantes, banqueiros), em defesa de uma república burguesa, contra a ascensão das massas populares; o partido da Planície que congregava parcelas da burguesia sem um projeto político definido; o partido dos jacobinos, representando a pequena e média burguesia (pequenos comerciantes), que buscou o apoio dos sans-culottes e defendeu uma república popular, com a liderança de Robespierre e Saint-Just. Os jacobinos, que formavam o partido mais radical da revolução (representantes da esquerda), superavam em número de deputados os girondinos (representantes da direita) e a Planície (representantes do centro). Assim, em 21 de setembro de 1792, a Convenção proclamou a Primeira República Francesa, na qual os jacobinos dominavam as comissões encarregadas do poder executivo. O governo jacobino teve que enfrentar forte oposição externa e interna. A nível externo, vários países absolutistas europeus organizaram a Primeira Coligação Antifrancesa. A nível interno, para conter os movimentos contra-revolucionários dos opositores à política de austeridade econômica implantada por Robespierre, os jacobinos recorreram a todo tipo de violência, instalando o período do Terror com perseguições, torturas e mortes atingindo todas as classes sociais. Dentro do partido, a formação de várias facções acabou por enfraquecê-lo, bem como o fracasso das medidas econômicas e a rejeição geral ao regime de terror. A alta burguesia, aliada às altas patentes do exército, derrubou os jacobinos do poder, através do golpe conhecido como reação termidoriana - realizado no dia 9 de termidor (agosto) de 1794. A fase das consolidações (1794/1815) caracterizou-se por três etapas: 1794/1799, período do Diretório; 1799/1804, período do Consulado; 1804/1815, período do Império. O Diretório foi uma república burguesa cujo poder executivo era exercido por diretores. Nessa fase predominou a instabilidade política provocada pelos conflitos entre jacobinos, girondinos e realistas (partidários da volta à monarquia). Externamente, em 1799, Inglaterra, Áustria e Rússia formaram a Segunda Coligação Antifrancesa. O Diretório mostrou-se incapaz de resolver as crises, favorecendo a organização do golpe de 18 de brumário (novembro) de 1799. Desse golpe participaram os grupos mais ricos da burguesia e a jovem oficialidade francesa, sob a liderança do general Napoleão Bonaparte (então com trinta anos de idade).

Era napoleônica
O período do Consulado, de 1799 a 1804, estruturou-se sobre uma república na qual a França era governada por três cônsules, embora, na prática, apenas o primeiro cônsul,

Napoleão Bonaparte, exercesse de fato o poder. Esse período caracterizou-se pela restauração financeira (criação do Banco de França e do franco como moeda nacional), pela restauração interna, concedendo anistia a jacobinos e realistas, pela restauração do catolicismo, que resultou no reatamento das relações com Roma, subordinando o clero francês à autoridade civil. Externamente, Napoleão venceu a Segunda Coligação Antifrancesa e consolidou definitivamente os princípios liberais burgueses no Código Civil, promulgado em 1804. Esse código garantiu os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão como a liberdade individual, de trabalho, de consciência, de igualdade de todos perante a lei. Porém, o Código realizou o maior desejo dos burgueses, que era a manutenção da propriedade privada. Durante o Consulado, Napoleão Bonaparte reformou o Estado francês para sustentar os interesses da burguesia e, ainda, preparou-se para tomar-se o imperador da França. No Império, de 1804 a 1815, Napoleão completou as reformas iniciadas no Consulado. As principais medidas foram:

- a nível econômico, o Banco de França financiava a burguesia para a instalação de indústrias;
- a nível político, estabeleceu-se a censura de livros, peças teatrais, artes plásticas e promoveu-se a centralização do Estado;
- a nível religioso, pregava-se a crença no Estado;
- a nível educacional, Napoleão tinha dois objetivos: um, de criar técnicas para desenvolver o setor industrial; outro, de preparar os jovens dentro de um esquema militar disciplinar para as guerras.

A crise do absolutismo na Europa
A política externa do Império napoleônico foi marcada por guerras de conquista, para ampliar os mercados consumidores dos produtos industriais franceses e os fornecedores de matérias-primas para as suas fábricas. Outro objetivo era diminuir o poderio econômico da Inglaterra, que tinha a Europa continental como principal fonte de escoamento de seus produtos industriais. Impossibilitado de dominar 33m_t_mente a Inglaterra, Napoleão serviu-se do fato de dispor dos exércitos mais bem-organizados e bem-treinados de toda a Europa para conquistar e submeter os Estados europeus. Para enfraquecer a Inglaterra, Napoleão decretou em Berlim (1806) e em Milão (1807) o bloqueio continental, proibindo o comércio da Europa continental com a Inglaterra. A finalidade do bloqueio era aumentar o consumo dos produtos industriais franceses, liberando-os da concorrência inglesa para arruinar o comércio e a indústria da Inglaterra. O bloqueio continental não cumpriu os objetivos franceses, pois sua indústria não conseguiu substituir os produtos ingleses, principalmente no mercado europeu. Mas as guerras napoleônicas e o bloqueio aceleraram as mudanças econômicas e políticas no restante da Europa. À medida que Napoleão avançava sobre os territórios europeus,

anexando países ou fazendo alianças, o modelo econômico francês era gradativamente implantado. A igualdade perante a lei, o fim dos direitos feudais, a liberação da mão-de-obra concedendo liberdade econômica aos artesãos e camponeses, foram reformas que aceleraram o desenvolvimento de uma sociedade consumidora de produtos industriais. Em dois países europeus o bloqueio continental provocou repercussões bem mais fortes: Espanha e Portugal. A intervenção napoleônica na Espanha foi desastrosa, pois a população organizou guerrilhas para combater o inimigo francês; no entanto, esse processo acelerou a emancipação política das colônias espanholas na América. Caso semelhante ao da Espanha foi o de Portugal, em que a população também resistiu ao domínio francês, e a família real, pressionada pela Inglaterra a não aderir ao bloqueio, transferiu sua corte para o Brasil, iniciando assim o processo de independência. Para compensar a desorganização temporária dos mercados europeus, a Inglaterra interessou-se em patrocinar, isto é, incentivar e apoiar os movimentos de emancipação na América, criando assim novos mercados consumidores de produtos industriais. Com isso provocou a ruptura do pacto colonial, principal eixo da política mercantilista, ocasionando a crise do sistema colonial. O império napoleônico entrava em colapso e o seu final foi marcado pela derrota na campanha da Rússia, em 1814. Napoleão, inicialmente deportado para a ilha de Elba, retornou e governou a França durante os Cem Dias, em 1815. Nesse mesmo ano, Napoleão perdeu a batalha de Waterloo e foi definitivamente exilado na ilha de Santa Helena. Com a derrota de Napoleão surgiram na Europa forças reacionárias às conquistas burguesas. As monarquias absolutistas européias se reuniram, sob a liderança da Áustria (maior potência absolutista da Europa), no Congresso de Viena (1815), para organizar a estratégia de combate às revoluções liberais. Para lutar contra os movimentos liberais, formou-se a Santa Aliança, uma força militar integrada pelas diversas nações absolutistas. No entanto, os governos absolutistas foram incapazes de controlar os avanços econômicos e políticos da burguesia. De 1815 a 1830, a Europa foi sacudida por ações contrarrevolucionárias, de resistência ao liberalismo. Na década de 20, a burguesia liberal triunfou na Bélgica que, após muita luta, se libertou da Holanda. A partir de 1830, novos movimentos liberais ocorreram na França, provocando a queda de Carlos X, último rei Bourbon. A Santa Aliança não conseguiu fazer reverter esse quadro revolucionário. Junto com o liberalismo político, a burguesia propunha a ideologia nacionalista. Mas o nacionalismo e o liberalismo tiveram expressões mais agudas e profundas nas Revoluções de 1848.

Socialismo e nacionalismo

Em 1848, os movimentos liberais ganharam o continente europeu, consolidando a burguesia no poder por toda parte. O Congresso de Viena era apenas uma recordação do

passado; a nobreza submeteu-se definitivamente às revoluções burguesas. A partir daí a burguesia foi se tornando tão reacionária contra qualquer revolução quanto a nobreza havia sido anteriormente. Esse comportamento burguês agigantou-se pelo fato de o operariado, com dificuldades de sobrevivência diante da exploração de sua força de trabalho, reagir como herdeiro do espírito revolucionário da burguesia e ameaçar o poder dos grandes capitalistas. A burguesia combateu todas as forças de avanço das classes operárias na luta contra o capital. Em oposição às idéias liberais que buscavam a legitimação da burguesia, e que garantiram a essa classe o direito à propriedade dos meios de produção, o operariado apresentou sua proposta de democracia popular: o socialismo, no qual haveria a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Na França, a monarquia de 1830 a 1848 foi controlada pela alta burguesia conservadora, que obtinha força política na Assembléia Nacional através de eleições censitárias (somente os que possuíam renda podiam participar). Embora o processo industrial tenha sido mais lento do que na Inglaterra, também na França o proletariado formava uma massa considerável que, por suas más condições de vida, tornava-se receptiva às idéias socialistas. Vários grupos políticos, como os republicanos liberais, os socialistas, os bonapartistas (burguesia que desejava a volta de um descendente de Napoleão) e legitimistas (nobreza que apoiava a volta dos Bourbon) fizeram a Revolução de Fevereiro de 1848. Dessa revolução resultou a proclamação da Segunda República Francesa, um governo provisório e eleições livres para uma Assembléia Constituinte. Republicanos livres e socialistas governaram a nova república. Por iniciativa de Louis Blanc, líder dos socialistas, criaram-se oficinas nacionais para absorver os empregados e algumas outras medidas em benefício do trabalhador. A burguesia francesa armou-se politicamente contra o chamado "perigo vermelho". Na eleição para a Assembléia Constituinte, os líderes moderados obtiveram maioria de deputados. O resultado foi o fechamento das oficinas nacionais e restrições às conquistas trabalhistas. Os socialistas reagiram, tentando defender as conquistas do proletariado, mas a reação da burguesia foi violenta, com forte repressão ao proletariado. Uma nova constituição estabeleceu o regime presidencialista e o primeiro presidente eleito foi o sobrinho de Napoleão, Luís Napoleão Bonaparte. Para superar suas dificuldades com o poder legislativo, Luís Napoleão deu um golpe de Estado e proclamou o II Império da França. No restante da Europa também foram intensos os movimentos liberais e socialistas, sobretudo em dois países: Itália e Alemanha. Na Itália, as características do movimento de 1848 foram simultaneamente liberais e nacionalistas. O nacionalismo apareceu quando os italianos procuraram eliminar a dominação austríaca em duas regiões: Lombardia e Veneza, dando início ao processo de

unificação da Itália. A revolução teve a liderança do rei da Sardenha-Piemonte, que pretendia expulsar os austríacos. O movimento fracassou e o rei abdicou do trono em favor de seu filho, Vítor Emanuel II, que em 1870 unificou a Itália coroando-se seu primeiro rei.

O caráter liberal do movimento se expressou na pressão para obrigar os governantes a conceder à sociedade italiana uma constituição.

O motivo da Alemanha também foi de caráter nacionalista e liberal, como na Itália. Após o Congresso de Viena (1815), os Estados alemães constituíram uma Confederação

coordenada por uma assembléia, que se reunia em Frankfurt. Prússia, Áustria e vários

pequenos principados alemães faziam parte da Confederação. Para obter uma integração

entre os Estados alemães criou-se uma liga aduaneira para estimular o desenvolvimento

industrial. Com isso manifestou-se o nacionalismo germânico, expresso no desejo de união

política dos Estados. Em 1848, surgiu na Prússia várias manifestações populares exigindo

restrições ao poder de Frederico Guilherme, rei prussiano. Os manifestantes foram

duramente reprimidos, mas o rei comprometeu-se a dar uma constituição à sociedade

alemã. Vários Estados alemães apoiaram os revoltosos na tentativa de promover a

unificação da nação. Seguiram-se muitos anos de luta entre os Estados germânicos, até que,

em 1870, o primeiro-ministro da Prússia, Otto Von Bismarck, através de guerras com a

França, Áustria e com outros Estados da Confederação conseguiu a unificação política da

Alemanha. O regime político adotado foi o Império, com Guilherme I como primeiro

imperador e Bismarck como primeiro-ministro.

De 1871 a 1890 a Alemanha estabeleceu sua supremacia nas relações internacionais da

Europa, sobretudo na parte continental. Bismarck limitou-se a preservar a unidade alemã,

opondo-se a qualquer tentativa de expansionismo. Por outro lado, a política bismarckiana

visava isolar a França, que jamais aceitara a derrota sofrida diante dos alemães na guerra

franco-prussiana, em 1871. Bismarck atraiu para o lado germânico todos os possíveis

aliados franceses, criando um sistema secreto de tratados com países rivais : Inglaterra,

Áustria-Hungria (que se constituíram num só Estado em 1867) e Rússia.

Com a morte de Bismarck, seus sucessores entraram na corrida imperialista, principalmente na África, gerando tensões nas relações européias. Para

completar a falta de habilidade política, os sucessores do unificador alemão deixaram de lado a Rússia (que

Bismarck tentava conservar como aliada) e possibilitaram à França romper o isolamento e

aproximar-se da Inglaterra e da Rússia. Estavam criadas as bases para a I Guerra Mundial.

O Brasil diante do contexto europeu

Este painel econômico, social, político, e ideológico do continente europeu entre o final do

século XVIII e as últimas décadas do século XIX forma o contexto histórico no qual a

economia das Américas passou a integrar o modelo capitalista. A industrialização

capitalista montou uma nova relação entre o continente europeu e suas colônias da

América. O antigo sistema colonial mostrou-se inadequado ao desenvolvimento da

produção. A partir de 1780, as contradições do modelo colonial, evidenciadas nas lutas de

emancipação política das colônias com suas metrópoles européias, apareceram em toda a

América.

No caso brasileiro, dois movimentos de tentativa de ruptura do Pacto Colonial, a

Inconfidência Mineira (1789) e a Inconfidência Baiana (1798), anunciaram mudanças que

só se concretizaram nas primeiras décadas do século XIX.

A transferência da sede da corte portuguesa para o Brasil (1808) foi a causa imediata do

início do processo de independência brasileira. Mas a falência do modelo colonial com base

no mercantilismo foi a causa estrutural da emancipação política dos laços coloniais do

Brasil com Portugal.

O REI DO CAFE

Transferência da corte portuguesa

Conforme vimos, os conflitos pelas áreas coloniais obrigaram os portugueses a investir na

ocupação e povoamento do Brasil, para consolidar sua presença. Iniciar a colonização

significava transformar o Brasil numa área produtora de mercadorias que deveriam

subsidiar a combalida economia portuguesa do início do século XVI. Diante da ausência de

metais preciosos, os lusitanos optaram pela produção de um gênero agrário de penetração

comercial garantida no mercado europeu: o açúcar.

O clima tropical do Brasil era ideal para o cultivo da cana-de-açúcar; além disso, a

exploração econômica do açúcar depende de grandes unidades de produção e sem dúvida

havia na colônia fartura de terras. Para completar o quadro, a necessidade de grande volume

de mão-de-obra podia ser suprida, de forma barata, pelo trabalhador escravo. Assim foi possível estabelecer a empresa agrícola dentro do esquema de plantation

(monocultura, em latifúndios, com mão-de-obra escrava), e o pacto colonial garantia a

Portugal todos os lucros do empreendimento. Além do mais a colônia integrava-se ao

processo produtivo metropolitano, permitindo a acumulação de capitais para Portugal e,

principalmente, para a Europa.

Assim, ao mesmo tempo em que a produção açucareira atendia ao mercado europeu;

criava-se na colônia outras economias paralelas ao açúcar, como a da pecuária nordestina e

sulista, a do fumo, a do algodão, a do cacau, a da caça à baleia. No Sul, os paulistas

lançavam-se à busca de metais preciosos e, ao longo dos caminhos que percorriam,

praticavam a caça ao índio e a negros foragidos das fazendas. Aliás, o interesse dos

paulistas pelos metais se adequava ao da metrópole que, mesmo nos momentos de lucro

alto do mascavo, não desistiu de procurar jazidas auríferas.

Dessa forma, a descoberta do ouro nas Gerais (século XVIII) revitalizou a economia

colonial que se encontrava em crise provocada pela concorrência com o açúcar antilhano. O

ouro das Gerais agilizou as economias paralelas (gado, agricultura), integrando

economicamente as várias regiões da colônia, que passaram a produzir também para a

região das Minas Gerais.

É importante observar que o ouro brasileiro contribuiu para o desenvolvimento industrial europeu, em particular o da Inglaterra; por um lado, criou-se no Brasil um mercado consumidor, que comprava as manufaturas inglesas; por outro, e principalmente, a Inglaterra se enriquecia com o contrabando aurífero que os britânicos realizavam na costa litorânea do Brasil.

Diante da decadência da produção aurífera a partir da segunda metade do século XVIII e da precária situação econômica de Portugal, o marquês de Pombal (primeiro-ministro de

1750 a 1777) reafirmou o mercantilismo, estreitando as relações entre metrópole e colônia,

pois esta se tornava o elemento da sobrevivência lusitana. Pombal pretendia minar a

hegemonia econômica que a Inglaterra estava exercendo sobre Portugal.

A era pombalina chegou ao fim com a morte de Dom José I e a subida ao trono de Dona

Maria I, que destituiu o marquês e procurou anular a política econômica implantada por ele.

Em relação à colônia, o novo governo português fechou as companhias de comércio, mas

manteve a rigidez administrativa da época anterior. Exemplo dessa rigidez foi a proibição

de qualquer atividade manufatureira no Brasil (1785), para evitar a competição com a metrópole.

No final do século XVIII, a decadência da mineração pelo esgotamento das jazidas, bem

como outros fatores conjunturais e estruturais da economia europeia, favoreceu o retorno da

agricultura de exploração na colônia brasileira.

No século XVIII, a população europeia cresceu significativamente e, com isso a atividade

comercial se ampliou, pois os mercados aumentaram; novos produtos foram valorizados

obrigando à diversificação da produção agrária comercial. Além disso, a posse das colônias

causou inúmeras guerras entre as potências europeias pela disputa de áreas de produção

agrícola, de matérias-primas e de mercados consumidores. Essas guerras desorganizaram

o comércio de exportações e importações coloniais. Portugal manteve-se neutro nesses

conflitos e, com isso, reafirmou sua posição de país intermediário no comércio

internacional. Conseqüentemente, interessava aos lusitanos estimular as atividades

produtivas da colônia brasileira que pudessem servir à Europa.

Outro fator que favoreceu a agricultura brasileira na época foram os conflitos sociais

desencadeados nas Antilhas francesas e inglesas (principalmente Haiti e São Domingos),

desestruturando a produção canavieira daquelas regiões. Essa desorganização possibilitou o

crescimento da produção açucareira no Brasil, que passou a abastecer o mercado europeu.

Confirmava-se, mais uma vez, a função da colônia brasileira: produzir para o mercado

externo.

Nesse contexto histórico, também foi fundamental para a retomada das atividades agrícolas

o incremento ao setor algodoeiro criado pela Revolução Industrial. Os fornecedores

habituais, Índia e Estados Unidos (na ocasião paralisados por causa da guerra da

independência, de 1776 a 1781), não conseguiam suprir as necessidades do mercado

britânico. Diante dessa nova conjuntura, a produção de algodão do Brasil cresceu para atender à demanda do mercado.

Em decorrência de todos esses fatores, o eixo econômico da colônia transferiu-se do

interior, onde dependia das atividades auríferas, para as regiões mais próximas ao litoral,

estendendo-se de norte a sul da costa brasileira. Esse deslocamento econômico tornou-se

possível graças à existência de terras férteis e clima propício, mas ocorreu principalmente

por causa da proximidade de portos. Como a produção destinava-se à exportação, essa

proximidade facilitava o transporte e o escoamento comercial.

Crise do Antigo Regime e do antigo sistema colonial

É fundamental perceber que a economia colonial, ao atender ao mercado externo sofria

com as suas oscilações. Dessa forma, a Revolução Industrial foi o fator estrutural que

contribuiu para a alteração do eixo econômico. Assim, a produção de algodão centrava-se

no Maranhão, mas houve também outras regiões algodoeiras no Pará, no Paraná, no Ceará,

em Minas Gerais e em Goiás. Na produção açucareira além da Bahia e Pernambuco, novas

regiões produtoras localizavam-se no Rio de Janeiro e em São Paulo (Mogi-Guaçu,

Piracicaba, Sorocaba, Jundiá). O porto de Santos transformou-se no principal porto do

comércio externo açucareiro.

A retomada do impulso produtivo de gêneros primários se adequava às novas formas de

articulação do processo industrial, que colocara em crise o Antigo Regime (Estado

absolutista) e o sistema colonial. A burguesia, responsável pelos lucros das atividades

comerciais, condenava os privilégios da nobreza e do Estado monárquico absolutista, que a

excluía de qualquer decisão do poder político.

Os intelectuais burgueses, através do movimento filosófico Iluminista ou Ilustração,

questionavam as bases do Antigo Regime propondo mudanças no sistema econômico,

político e social. Contra a intervenção do Estado na vida econômica, os intelectuais

burgueses exigiram a livre-concorrência (*laissez faire, laissez passer*). Contra o absolutismo

monárquico, os iluministas propunham um governo representativo: ou na forma de uma

monarquia constitucional e parlamentar ou na forma de uma república democrática. A luta

dos iluministas, que representavam os ideais das classes burguesas, estende-se contra

o sistema de privilégios do clero e da nobreza e a sociedade estamental feudal, oferecendo

em troca a igualdade de todos os homens perante a lei.

Se esse sistema absolutista entrava em choque com os novos interesses da burguesia, toda

a organização que girava em torno do Antigo Regime também declinava, Assim, o sistema

colonial, que dependia dos privilégios do pacto colonial, começava a ser desfeito. As

últimas décadas do século XVIII marcaram-se por uma série de movimentos de ruptura do

pacto colonial. A primeira região a obter sucesso nessa ruptura foram as Treze colônias

inglesas da América, que iniciaram, em 1776, a formação dos Estados Unidos da América,

inaugurando um novo ajustamento nas relações internacionais através da independência de

sua metrópole europeia (Inglaterra).

Outros movimentos de independência seguiram-se por toda a América, ainda no século

XVIII. Porém, somente no século XIX é que as lutas coloniais contra as metrópoles do

Velho Continente se concretizaram. Sem dúvida, a Revolução Industrial minara as bases

econômicas do Estado absolutista, mas foi a Revolução Francesa que deu o golpe fatal

contra o Antigo Regime e o antigo sistema colonial, que foi destruído a partir das guerras

napoleônicas (1804 - 1815).

As guerras napoleônicas e a vinda da família real para o Brasil

Dois aspectos fundamentais das guerras de Napoleão relacionavam-se com a crise do

Antigo Regime e do antigo sistema colonial. De um lado, as lutas napoleônicas foram

empreendidas contra os Estados absolutistas, para a concretização dos ideais burgueses, isto

é, o livre comércio entre as nações. Por outro lado, as guerras francesas de Napoleão contra

a Inglaterra eram disputas econômicas entre duas nações burguesas. O principal objetivo de

Napoleão era derrotar a Inglaterra para obter a supremacia francesa no continente europeu.

O bloqueio continental (1806) tornou-se sua principal arma para desorganizar a indústria

inglesa. No entanto, o dinamismo e a solidez da industrialização britânica e o fraco

desempenho da indústria francesa não permitiram que o bloqueio atendesse aos desígnios

de Napoleão.

Outro obstáculo a Napoleão foi Portugal - tradicional aliado da Inglaterra. Diante da

hesitação portuguesa em aderir ao bloqueio, em agosto de 1807, Napoleão ordenou que a

corte portuguesa rompesse relações comerciais com a Inglaterra, prendesse e confiscasse os

bens dos ingleses em Portugal. Caso persistisse a recusa, tropas francesas invadiriam o

território lusitano. A situação portuguesa era delicada: de um lado, a Coroa não poderia

resistir a Napoleão; de outro, a aliança com os britânicos era imprescindível para a frágil

nação portuguesa. Os britânicos anteciparam-se à França na solução do problema lusitano.

Em outubro de 1807, Inglaterra e Portugal assinaram uma convenção secreta com os

seguintes acordos:

1) a sede da monarquia portuguesa seria transferida para o Brasil;

2) a esquadra portuguesa deveria ser entregue aos britânicos;

3) a ilha da Madeira seria o ponto de combate das tropas britânicas, após a ocupação total

da Península Ibérica pelas tropas francesas;

4) novos tratados comerciais seriam feitos quando a corte portuguesa estivesse no Brasil.

Para a Inglaterra esse acordo significou a oportunidade de acabar com a função de

comércio intermediário exercida por Portugal na Europa. Além disso, perpetuava-se a

dependência da economia lusitana. Por outro lado, apesar da perda momentânea do

comércio na Europa, a Inglaterra poderia consolidar a hegemonia sobre a América

portuguesa, ao mesmo tempo em que apoiava a independência das colônias espanholas.

A função desempenhada por lord Strangford, embaixador inglês em Lisboa, foi decisiva

para o cumprimento da convenção secreta. No início de novembro de 1807, a corte

portuguesa passava por um período de pânico, pois as tropas francesas, sob o comando do

general Junot, atacavam o norte do país. Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré, a

saída da família real "foi um salve-se-quem-puder trágico, amargo, característico do nível

de degradação a que chegara o reino de Portugal sob o governo bragantino e de uma classe

feudal inepta e corrupta". A corte e a nobreza lusitana saíram em 29 de novembro de 1807,

escortados pela esquadra inglesa, levando a metade do dinheiro em circulação e mais todo o

ouro, prata e diamantes que os 15.000 funcionários do Estado conseguiram carregar.

Abertura dos portos: início da emancipação

A transferência da corte portuguesa para o Brasil mudou as relações coloniais. Uma

semana após a chegada, o príncipe regente, Dom João, decretou em 28 de janeiro de 1808,

através de uma carta-régia, a abertura dos portos a todos "os navios estrangeiros das

potências que se conservem em paz e harmonia com a minha Real Coroa" Um alvará de 1º

de abril de 1808 anulava a proibição de 1785, permitindo agora a instalação de manufaturas

no Brasil. Por último, a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e

Algarves, em 16 de dezembro de 1815, completou as alterações no estatuto colonial

brasileiro. Assim, essas três medidas, ao mesmo tempo que asseguravam a sobrevivência da

corte no Brasil, também configuravam a ruptura do pacto colonial. Embora a data oficial da

independência do Brasil tenha sido 7 de setembro de 1822, o professor Caio Prado Jr

mostrou que "se os marcos cronológicos com que os historiadores assinalam a evolução

social política dos povos não se estribassem unicamente em caracteres externos e formais

dos fatos, mas refletissem sua significação íntima, a independência brasileira seria

antecipada de quatorze anos, e se contaria justamente da transferência da corte em 1808".

Logo após a abertura dos portos, as atividades comerciais tornaram-se intensas. As

observações do viajante inglês John Mawe sobre o Brasil mostraram as contradições do

desperdício e da aquisição de mercadorias supérfluas, numa sociedade economicamente

pobre: "O mercado ficou inteiramente abarrotado, e tão grande e inesperado foi o fluxo de

manufaturas inglesas no Rio, logo em seguida à chegada do Príncipe Regente, que os

aluguéis das casas para armazená-las elevaram-se vertiginosamente. A baía estava coalhada

de navios, e em breve a alfândega transbordou com o volume de mercadorias. Montes de

ferragens e pregos, peixe salgado, montanhas de queijos, chapéus, caixas de vidro,

cerâmica, cordoalha, cerveja em barris, tintas, gomas, resinas, alcatrão etc, achavam-se

expostos não somente ao sol e à chuva, mas à depredação geral (...)

espartilhos, caixões mortuários, selas e mesmo patins de gelo abarrotavam o mercado, no qual

nunca poderiam ser vendidos e para o qual nunca deveriam ter sido enviados".

Por outro lado, a Inglaterra, principal fornecedora das manufaturas ao Brasil, comprava

poucas mercadorias brasileiras porque era abastecida por suas colônias. Mesmo assim, as

exportações de algodão, açúcar e couro aumentaram. Os ingleses ficaram atentos à euforia das transações comerciais. Percebendo a intensidade das trocas de produtos novos, a burguesia inglesa cobrou a assinatura de um tratado comercial, como ficara assinado na convenção secreta.

Em 1810, Portugal e Inglaterra assinaram os tratados de Aliança e amizade e de Comércio

e navegação, nos quais se destacam os seguintes artigos:

- renovavam-se os direitos de permanência da Inglaterra na ilha de Madeira e os ingleses

teriam um porto neutro na ilha de Santa Catarina, no Brasil;

- os dois reinos se apoiaram mutuamente; os ingleses aprovaram a invasão da Guiana

Francesa pela coroa lusitana, como represália à ocupação de Portugal pelas tropas

francesas;

- a Inglaterra obteve permissão de explorar o comércio da madeira de jacarandá e vinhático,

bem como de construir navios, além de ter o direito de permanência de uma esquadra de

guerra inglesa no litoral brasileiro;

- os britânicos residentes no Brasil tinham garantias de liberdade religiosa, e o julgamento

de qualquer inglês seria feito por juizes nomeados pela Inglaterra, obedecendo às leis

britânicas;

- a corte lusitana deveria abolir gradativamente o trabalho escravo, e o tráfico negroiro só

poderia ser praticado com as colônias portuguesas na África;

- concedeu-se aos ingleses o direito de reexportação de gêneros agrícolas tropicais a

qualquer país;

- os produtos ingleses tiveram taxas alfandegárias preferenciais; produtos britânicos

pagariam 15% ad valorem (sobre o valor da mercadoria), produtos portugueses teriam

tarifas de 16%, e para mercadorias de outros países a taxa seria de 2% a 7%.

A pauta brasileira de importações, após o tratado de 1810, tornou-se basicamente a

seguinte: ferro, cobre, zinco, chumbo, tecidos de lã, linho e algodão, porcelanas, louças,

armas, calçados (da Inglaterra); móveis, jóias, perfumarias, licores, medicamentos, pinturas

e gravuras (da França); papel, cerveja e vidro (Holanda); relógios, pianos, espingardas

(Áustria); brinquedos e objetos de latão (Alemanha); cereais, azeite de baleia, alcatrão,

velas, breu, móveis grosseiros (Estados Unidos); pimenta, ouro em pó, marfim, ébano

(Moçambique); azeite-de-dendê, goma-arábica, enxofre (Angola); chá, seda, musselina,

canela, cânfora (Macau); bacalhau, azeite, Vinho Sal, manteiga, farinha de trigo, vinagre,

biscoito (de Portugal); e noz-moscada, groselha e fruta-pão (Guiana Francesa).

As exportações brasileiras, além do açúcar, fumo, algodão e couro (produção em larga

escala desde os fins do século XVIII), incluíam: melaço, cachaça, cacau, arroz, baunilha,

anil, carne-seca, graxa, sebos, chifres, pau-brasil, ipecacuanha e algumas madeiras-de-lei.

Fato significativo foi a criação do Hono Real (1809), hoje Jardim Botânico, com a função

de pesquisar, selecionar e introduzir outras espécies vegetais. Assim, desenvolveram-se as

culturas do chá, da cana-caiana (trazida da Guiana Francesa) e do café - futura base agrícola

econômica do Brasil.

Apesar da predominância agrícola, o setor manufatureiro obteve um relativo desenvolvimento. Com o alvará de 1º de abril de 1808, o príncipe regente revogou a

proibição (de 1785) de instalar manufaturas no Brasil. A simples decisão jurídica era sem

dúvida insuficiente para promover o setor fabril. No entanto, como afirma o historiador

Caio Prado Jr., houve pequenas fábricas têxteis localizadas em Minas Gerais, ___provincia

a este respeito mais avantajada, tanto pela relativa densidade da população e abundância de

matéria-prima de produção local como pelo seu afastamento dos portos e isolamento. Na

metalurgia ocorre a mesma coisa: o interesse da administração se torna grande na matéria, e

conta-se pela primeira vez com técnicos capazes - dois alemães, Eschwege e Varnhagen -

que, respectivamente, em Minas Gerais e São Paulo, organizaram empresas de certa

importância. E seu exemplo é seguido por várias iniciativas privadas".

As incipientes tentativas manufatureiras não obtiveram grande êxito; por um lado, a

escravidão impedia o desenvolvimento fabril, na medida em que o escravo não era

consumidor. Por outro lado, havia o problema da poderosa concorrência inglesa,

favorecida pela abertura dos portos e pelos tratados de 1810. Dessa forma, o escravismo e

o imperialismo britânico transformaram o alvará de 1º de abril em lei apenas no papel.

A dominação inglesa era evidente; o Brasil não exportava mercadorias na mesma

proporção que importava e o resultado tornava-se previsível: balança comercial deficitária.

Para compensar o déficit, a solução dependia dos empréstimos feitos pelo governo

português. O Brasil ficava, então, sujeito às oscilações do mercado internacional, que

constantemente sofria alterações, ora aumentando os juros dos empréstimos, ora

diminuindo a compra das mercadorias brasileiras. Ia-se estruturando uma economia frágil e

vinculada às incertezas do mercado internacional.

Para compensar a defasagem monetária do comércio e dos empréstimos, o governo

lusitano cobrava impostos dos brasileiros. Aliás, esse foi o objetivo da criação do Banco do

Brasil (em 12/10/1808): o banco funcionava como arrecadador para os cofres da Coroa, ao

invés de oferecer créditos para o desenvolvimento dos setores produtivos - comércio,

indústria e agricultura. O Banco do Brasil serviu para subsidiar os gastos da corte, emitir

papel-moeda, recunhar a prata peruana e facilitar o pagamento das transações comerciais.

A medida que o déficit público, isto é, a falta de dinheiro do governo se ampliava, a Coroa

aumentava os impostos, mas a arrecadação era sempre insuficiente para gastos cada vez

mais excessivos. O desequilíbrio provinha da diminuição das rendas da corte, em função

das baixas taxas dos produtos importados. A Inglaterra, responsável por mais da metade das

importações, pagava as menores taxas alfandegárias (15%). A população brasileira pagava,

portanto, o que a Inglaterra deixava de pagar. Ficava claro que, apesar dos altos impostos, a

arrecadação dos Estados era insuficiente inclusive para o pagamento do funcionalismo

público. Daí, a prática da corrupção por parte dos funcionários, que cobravam das pessoas interessadas para fornecer despachos, processos, concessões, qualquer serviço público.

Além disso, era comum altos funcionários associarem-se ao contrabando e a operações fraudulentas.

Economia do Império

A abertura dos portos permitiu o contato direto dos grandes proprietários rurais com o comércio exterior, ampliando as transações mercantis e as margens de lucro sem o ônus da intermediação de Portugal. O limite da abertura dos portos foi o imperialismo britânico, que impôs todas as vantagens da liberdade de comércio, isto é, do fim do monopólio metropolitano, para continuar o exercício da dominação econômica. A burguesia mercantil portuguesa foi a mais atingida pela liberação comercial do Brasil, pois os comerciantes lusos só haviam conseguido riquezas pelas garantias do pacto colonial.

Outras medidas foram tomadas por Dom João: liberdade para a venda de qualquer mercadoria mediante pagamento de direitos, autorização para a exploração do pau-brasil, liberdade para estabelecer manufaturas, livre acesso de navios estrangeiros e nacionais.

Essas medidas favoreceram, sem dúvida, os proprietários rurais. Porém, o objetivo principal das leis, decretos e alvarás era a criação de condições materiais para a manutenção do Estado lusitano no Brasil.

É preciso não exagerar a importância das medidas liberais da Coroa, porque tais decisões

não promoveram um crescimento econômico autônomo, independente. A permanência da escravidão mostrou a fraqueza do mercado interno, que constituiria uma barreira intranponível ao desenvolvimento econômico auto-sustentado. As decisões de Dom João

não tiveram apenas caráter econômico; também no plano político as decisões que se sucederam à abertura dos portos beneficiaram a aristocracia rural brasileira e o

imperialismo inglês. De tal modo que as decisões joaninas, além de assegurar, embora parcialmente, a soberania do Estado, permitiu o desencadeamento do processo de emancipação política no Brasil, ao mesmo tempo em que favoreciam a penetração inglesa.

Nem a Coroa, nem os proprietários rurais poderiam enfrentar o poder econômico dos britânicos. Para evitar a completa dependência da Inglaterra, Dom João atenuou as medidas

econômicas, numa tentativa de diminuir a influência inglesa. Desde a abertura dos portos,

todos os tratados tinham um caráter "provisório", deixando aberta a possibilidade do retorno das medidas mercantilistas a qualquer momento. Ao longo do período joanino no

Brasil, seguiram-se várias leis e decretos para restringir o comércio inglês. Os mais

importantes foram a isenção de taxas aos tecidos portugueses e aos produtos chineses

importados pelos lusitanos e a equiparação das taxas de 222 /o sobre o valor das

importações para os comerciantes portugueses e ingleses. Essas medidas buscavam atenuar

as reivindicações da burguesia colonialista portuguesa, mas sem satisfazê-las totalmente.

Com o fim da era napoleônica (1815) e a organização do Congresso de Viena (1815) para

reativar as monarquias absolutistas na Europa, a burguesia lusitana passou a exigir a volta

de Dom João VI a Portugal. Mas Dom João só retornou à Europa (1821) após a revolução

liberal do Porto (1820), sob a liderança da burguesia mercantilista portuguesa e sob a forte

pressão da nobreza lusitana, com o apoio da Inglaterra. Como regente do reino do Brasil,

Dom João nomeou seu filho mais velho e herdeiro, Dom Pedro.

A burguesia mercantilista lusitana tinha um claro objetivo ao exigir a volta da família real:

recuperar a prática mercantilista e reintegrar o Brasil no pacto colonial. No entanto, as

classes proprietárias brasileiras, com o apoio da Inglaterra, pressionaram o príncipe regente

Dom Pedro, a fim de que fosse proclamada a separação definitiva do Brasil em relação a

Portugal, o que ocorreu em 7 de setembro de 1822.

Governo de Dom Pedro I: crises

A independência política do Brasil não alterou a estrutura de produção, que continuou a ser

latifundiária e escravista. Assim, a estabilidade do Primeiro Reinado, com Dom Pedro I,

dependia do desempenho favorável das exportações. No entanto, na primeira metade do

século XIX, a economia brasileira sofreu pela ausência de um produto de exportação que

assegurasse as bases econômicas de uma nação que se formava. A exportação de açúcar

declinava, em função da concorrência com Cuba e Jamaica (América Central); além disso,

a Europa utilizava em larga escala o açúcar de beterraba. O algodão e o arroz brasileiros

competiam, em situação de desvantagem, com a produção norte-americana. O mesmo

ocorreu com o fumo, que se retraiu pela concorrência com a África. O couro perdeu

mercado pela competição com a pecuária platina. Sobrava a produção de café, cujo

mercado consumidor estava em expansão e não tinha concorrente. A crise econômica só

iria atenuar-se a partir de 1850, com a hegemonia da produção cafeeira.

Simultaneamente à crise econômica, e até por relaxo desta, houve uma crise financeira. O

Império gastava mais do que conseguia arrecadar. A diminuição das taxas alfandegárias

contribuiu para desequilibrar a já debilitada balança comercial. Os tratados assinados com

Portugal, Inglaterra e outros países europeus reduziram as tarifas de importação a 15%.

Para compensar tais deficiências, o Estado contraiu empréstimos no exterior, com juros

altos (10%), o que provocou déficit orçamentário e endividamento crescente a cada ano,

exigindo o recurso a novos empréstimos para o pagamento dos juros. O agravamento da

crise financeira ocorreu entre 1825 e 1828. O reconhecimento da independência brasileira

por parte de Portugal (1825) custou aos cofres nacionais dois milhões de libras esterlinas,

que foram pagos à antiga metrópole como uma espécie de indenização. Outro acontecimento crítico desse período foi a Guerra Cisplatina. A população da

Província Cisplatina, pertencente ao Brasil, empenhou-se em defender a formação de uma nova

nação, ao sul do rio da Prata. Após três anos de lutas, o Brasil e a Argentina reconheceram

a independência do novo país, que passou a denominar-se República Oriental do Uruguai.

Os gastos inúteis e excessivos na manutenção da guerra debilitaram a imagem de Dom

Pedro I junto às classes proprietárias brasileiras. Numa tentativa desesperada de superar a

crise financeira, o imperador adotou o recurso de emitir papel-moeda, provocando aumento

geral dos preços (mais dinheiro disponível no mercado, sem crescimento da oferta de

produtos), que se refletia na diminuição do poder aquisitivo das camadas mais pobres. Com

a falência do Banco do Brasil, em 1829, a crise atingiu o auge. As tensões sociais geradas

pela insatisfação diante das dificuldades econômicas e financeiras refletiram-se na ordem

política. Sob a liderança da aristocracia rural, que insuflava a sociedade contra o imperador,

seguiram-se de 1829 a 1831 inúmeros protestos, manifestações, saques, violências, mortes,

culminando com a abdicação de Dom Pedro I (1831).

A solução cafeeira

De 1831 a 1840 o Brasil viveu sob o governo de regentes, até a maioria de Dom Pedro

II. A crise econômica e financeira estendeu-se até 1840, com o desenvolvimento da

produção cafeeira, que recuperou a economia de exportação.

O consumo de café, originário dos povos árabes, iniciou-se na Europa a partir de Veneza,

no século XVII; rapidamente difundiu-se por todo o continente. No século XVIII, sua

produção atingiu as Antilhas e, no século XIX, o Brasil, onde se tornou em pouco tempo o

principal produto de exportação. O cultivo do café começou nas regiões próximas à capital

(Rio de Janeiro). O reaproveitamento da mão-de-obra escrava (disponível em virtude da

desarticulação da economia mineradora), a existência de abundância de animais de

transporte e a proximidade do porto, constituíram a infraestrutura fundamental para dar

impulso à economia cafeeira.

De outro lado, o café exigia um investimento inicial menor que a economia açucareira: os

tanques para a lavagem do grão após a colheita, os terreiros para espalhar e secar o café e

os equipamentos para a descorticação eram simples e de fabricação local, dispensando os

grandes investimentos dos engenhos açucareiros. A cultura cafeeira baseava-se no uso da

terra e da mão-de-obra escrava.

Outra diferenciação entre a cultura do café e a do açúcar encontrava-se no processo de

produção. O fato de a economia açucareira subordinar-se ao regime colonial implicava uma

separação entre as várias etapas da produção e da comercialização, na qual as decisões

eram tomadas pelos setores comerciais. Dessa forma, os mercadores apropriavam-se da

maior parte dos capitais, diminuindo os lucros dos produtores canavieiros. Por ter se

desenvolvido no período de independência do país, a economia cafeeira permitiu aos

cafeicultores servir-se do Estado para assegurar seus interesses.

Além disso, o café estabeleceu-se com um grupo de homens com largos conhecimentos

comerciais. "Em toda a etapa de gestão, os interesses da produção e do comércio

estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em

uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção

da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contratos oficiais,

interferências nas políticas econômica e financeira."

Nas primeiras décadas do século XIX, a cultura cafeeira atingiu a cidade de Vassouras (RJ)

e, no litoral, Angra dos Reis e Parati, avançando para São Paulo: Ubatuba, Caraguatatuba e

São Sebastião. Mas foi no vale do Paraíba que o café se desenvolveu, graças às condições

geográficas adequadas, conforme comenta o historiador Caio Prado Jr.: "Uma altitude que

oscila entre 300 e 900 m mantém a temperatura, embora em latitude tropical, dentro dos

limites ideais para a planta, e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe

faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de

grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas (...) a lavoura do café, gênero

então de largas perspectivas nos mercados internacionais, contará com uma base financeira

e de crédito, bem como um aparelhamento suficiente que lhe permitirá considerável

expansão..."

Principalmente a partir da segunda metade do século XIX, todas as forças econômicas do

Brasil voltaram-se para a cultura do café, que se transformou no elemento de estabilização

econômica do Império. No entanto, a manutenção da estrutura escravocrata fortaleceu e

reproduziu os padrões coloniais. Os latifundiários cafeicultores, desejosos dos lucros

imediatos, depredavam a natureza com todo o vigor, repetindo a cultura extensiva e

predatória do período colonial. As terras do vale não suportaram por muito tempo a floresta

derrubada e a erosão do solo. A consequência era previsível: a partir de 1870, a cultura

cafeeira do vale declinou. Começou uma nova trajetória do café, em direção ao oeste

Paulista.

O núcleo inicial da produção cafeeira no oeste de São Paulo foi a região de Campinas, e de

lá se estendeu por Moji-Guaçu e Ribeirão, Preto (por volta de 1880). O relevo mais regular

do oeste favoreceu as plantações contínuas, uniformizando as paisagens, transformando-as

num "mar de café". No vale do Paraíba, de terreno acidentado, o cultivo era descontínuo,

mas no oeste paulista se estendia por vários quilômetros quadrados de solo fértil – a terra

roxa, originária da decomposição de antigas rochas vulcânicas. A regularidade do relevo

propiciava uma adequada conservação do solo, possibilitando uma melhoria na qualidade

do café. Inicialmente, o transporte do café era feito por animais; à medida que as distâncias

cresceram e o volume da produção se multiplicou, as estradas de ferro foram montadas. Em

1854, a locomotiva Baronesa percorria 18 km de trilhos, com seus vagões abarrotados de

café. Seguiram-se a São Paulo Railway (ligava Santos a Jundiaí/1868), a Ituana (de Itu a

Campinas/1873), a Mojiana e a Sorocabana (1875).

Modernização e surto industrial

O desenvolvimento da cafeicultura possibilitou a modernização das lavouras e fortaleceu-se

graças a certas medidas favoráveis à economia brasileira. Em 1844 foi criada a tarifa

Alves Branco, que elevou de 15% para 30% os direitos alfandegários, aumentando os recursos financeiros do Estado e dinamizando o mercado produtor interno. Em 1850 foi abolido o tráfico negreiro, pela lei Eusébio de Queirós; essa medida permitiu liberar capitais, antes concentrados na aquisição do braço africano, para aplicação no mercado interno.

Os resultados econômicos dessas medidas começaram a aparecer na década de 1860.

Os superávits comerciais tornavam-se freqüentes, propiciando um novo ajustamento da economia brasileira ao mercado internacional.

O conjunto dos fatores favoráveis - tarifa Alves Branco, abolição do tráfico e expansão da

caféicultura - possibilitou uma onda de empreendimentos urbanos: indústrias, bancos,

companhias de navegação a vapor, de seguros, de colonização, de mineração, de transportes

urbanos, de gás e estradas de ferro. Irineu Evangelista de Sousa foi o industrial que mais se

destacou. O barão de Mauá (como era conhecido Irineu) assinalou-se pela ousadia de seus

investimentos nos setores da produção de navios, estradas de ferro, comunicações

telegráficas, bancos etc.

No entanto, tratava-se de um surto industrial, isto é, surgiam indústrias efêmeras, cujo

desenvolvimento foi comprometido quando as condições propícias se esgotaram. A

economia brasileira continuava organizada em função da produção de gêneros agrícolas

para o mercado externo. Nesse sentido, o desenvolvimento da lavoura cafeeira funcionava

como uma faca de dois gumes: produzia capital excedente que eram aplicados em novas

atividades, mas impedia o desenvolvimento dessas atividades, na medida em que o capital

acumulado nos novos empreendimentos era em grande parte aplicado na compra de terras e

plantações de café. A atividade agrícola era vista como um investimento garantido e a

propriedade de terras um fator de riqueza e status, dentro dos moldes da sociedade

tradicional."

Por outro lado, "não havia também uma oposição entre os interesses do novo grupo de

empresários" (ligado aos setores industriais) "e os interesses do grupo agrário exportador.

Os conflitos principais ocorreram entre os representantes dos setores agrários decadentes e

os do grupo cafeeiro emergente (oeste novo paulista), que procuravam dar um cunho

mais empresarial à produção, introduzindo melhoramentos técnicos, substituindo o escravo

pelo trabalhador assalariado, empregando capitais em indústrias e no setor financeiro, e

que, a partir de um determinado momento aderiram a idéias mais progressistas: Apesar da

euforia, justificada por alguns progressos industriais, financeiros e comerciais, o Brasil

continuava centralizando sua economia em torno de uma mono-cultura para exportação.

Ainda na década de 1860, a tarifa Silva Ferraz anulou a tarifa Alves Branco, por pressões

inglesas. Assim, reduziram-se as taxas alfandegárias para a importação de máquinas e

ferramentas. Além disso, o Estado brasileiro retraiu os créditos, provocando até a falência

de empreendimentos.

Finalizava a era Mauá. Aos poucos, suas empresas foram vendidas para norte-americanos e

britânicos; em alguns casos, Mauá associou-se aos empresários ingleses. Sem dúvida, a

continuação da estrutura econômica colonial (escravista, latifundiária, monocultora, voltada

para o mercado externo) gerava lucros somente para os grandes proprietários. Um novo surto industrial teve origem a partir de 1870, estendendo-se até a

primeira década da República. Os setores da mineração, com fábricas de artefatos de ferro, de

móveis, de bens de consumo não-duráveis (laticínios, bebidas), outros setores fabris, como chapéus,

sabão, papéis, tecidos, ganham impulso. A Guerra do Paraguai (1865 a 1870) foi a

responsável pelo segundo surto industrial. A duração da guerra e a manutenção do exército

exigiram a produção de mercadorias necessárias às forças militares. Além disso, houve

emissão de papel-moeda para enfrentar os gastos com a guerra, o que gerou aumento de

créditos, desenvolvendo novos investimentos. Outra explicação para esse surto reside nas

transformações da estrutura social brasileira. Ampliava-se o mercado interno, como

resultado da expansão cafeeira e da crescente presença do trabalho assalariado.

As fábricas situavam-se no eixo Rio de Janeiro-Minas Gerais. Com o aumento da

imigração européia, os estrangeiros se incorporaram ao comércio e principalmente às

indústrias, onde sua mão-de-obra era disputada, pela melhor qualificação técnica.

No entanto, os valores tradicionais da aristocracia rural permaneciam nas vilas, pequenas

cidades e campo. As transformações ocorridas a partir de 1850, embora ocasionassem

alterações na política nacional, eram determinadas pelos proprietários de terras e de

escravos. As profundas articulações entre os vários grupos senhoriais perpetuavam um

poder que excluía a maior parte da população brasileira.

Um modelo político sob a liderança das classes abastadas do Rio, São Paulo e Minas

traçou os rumos das decisões nacionais. Mas como foi possível articular os interesses tão

diversos das várias camadas sociais brasileiras e submetê-las a um regime político

centralizador?

O IMPÉRIO É A ORDEM

A transformação do antigo sistema colonial

A segunda metade do século XVIII foi marcada por transformações profundas nas

relações internacionais, como reflexo das revoluções Industrial e Francesa que levaram a

burguesia ao poder. Por outro lado, o processo de emancipação política das Américas

reafirmou a vitória das classes burguesas e a implantação de seu modelo de organização

estrutural da sociedade: o capitalismo.

O descobrimento e a conseqüente exploração das terras americanas pelos europeus

relacionou-se, em um primeiro momento, com a formação do Estado moderno absolutista e

de organização centralizadora. A seguir, as poderosas classes mercantis associaram-se à

Coroa no processo colonizador. De um lado, as Coroas europeias interessavam-se pela expansão de seus domínios territoriais e pelas rendas obtidas graças aos produtos coloniais. De outro, as classes mercantis e os banqueiros precisavam do apoio dos reis para garantir o controle do mercado (através dos exércitos reais), como condição fundamental para assegurar a acumulação de capitais – a política mercantilista foi a prática da união de interesses entre a burguesia comercial e o rei. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o tradicional sistema colonial começou a sofrer críticas. Os monopólios e privilégios comerciais assegurados pelo pacto colonial criavam obstáculos para os setores industriais, interessados na produção de mercadorias em larga escala. Os setores industriais criticavam a política mercantilista, condenavam os monopólios, os tratados, o trabalho servil e escravo - base do sistema colonial. Tais setores defenderam a superioridade do trabalho assalariado sobre o trabalho escravo, a livre concorrência e o livre comércio, bases da nova ordem industrial capitalista. Novas idéias de organização da sociedade foram elaboradas pelos iluministas, que criticavam o absolutismo do Antigo Regime e todas as suas formas de organização econômica, política, social e cultural. Os iluministas advogavam o pleno uso da razão que, com base nas leis naturais, deveria reger as sociedades urbanas. A igualdade perante a lei, a inviolabilidade da propriedade, a liberdade de expressão e pensamento, a solidariedade humana constituiriam as leis naturais do homem e do cidadão. Assim sendo, o Estado absolutista e sua organização baseada em privilégios e no mercantilismo violariam a lei natural da economia: a liberdade total do comércio, sem monopólios. Como vimos no livro 1, vários movimentos de rebelião das classes proprietárias, como a revolta de Beckman, a guerra dos Mascates, a guerra dos Emboabas, a revolta de Vila Rica, constituiriam, de forma geral, manifestações de protesto contra a excessiva rigidez da hegemonia de Portugal. É claro que as contradições do sistema colonial geravam na colônia um processo de mudança. Assim, ao explorar a colônia, a metrópole ao mesmo tempo promovia seu desenvolvimento, aumentava a população, ampliava as áreas produtivas e diversificava a produção. Desenvolver a colônia implicava possibilitar a criação e o desenvolvimento de interesses próprios. Dessa forma, as lutas contra a metrópole passaram de simples reivindicações locais para movimentos de ruptura do pacto colonial. "A exploração colonial ativou a economia europeia, possibilitando a Revolução Industrial, iniciada pioneiramente pela Inglaterra. Acontece que o capitalismo industrial era incompatível com as barreiras mercantilistas, ou seja, com o regime de exclusividade da metrópole e com o regime escravista de trabalho." Por outro lado, as críticas feitas na Europa pelo pensamento ilustrado ao absolutismo assumiram no Brasil o sentido de críticas ao sistema colonial. No Brasil, Ilustração, foi, antes de mais nada anticolonialismo. Criticar a realeza, o poder absoluto dos reis

significava lutar pela emancipação dos laços coloniais". Nas duas décadas finais do século XVIII ocorreram dois movimentos de oposição ao pacto colonial: a Inconfidência Mineira (1789) e a Inconfidência Baiana ou Conjuração dos Alfaiates (1798). No mesmo final de século uma outra conjuração; a Inconfidência Carioca (1794), caracterizou-se mais como um movimento da crescente ideologia liberal do que como uma manifestação pela independência. **Inconfidência Mineira: movimento das elites** A Inconfidência Mineira ocorreu em Vila Rica, atual Ouro Preto, como a primeira grande manifestação das contradições do sistema colonial no Brasil. A partir do governo de Pombal (1750/1777), a Coroa portuguesa passou a exigir da colônia brasileira um rendimento anual de cem arrobas de ouro. A origem da medida estava nos relatórios da administração lusitana das Minas Gerais, que xx varo o declínio do fornecimento de ouro e atribuíam as causas disso a fraudes e contrabando. Por isso Pombal determinou que, para completar as cem arrobas, o pagamento seria imposto a um centro aurífero qualquer, escolhido de surpresa e arbitrariamente por Sua Majestade. Esse "imposto" estabelecido para completar a falta das arrobas foi chamado de Derrama. O anúncio da derrama era motivo de grande temor para a população, pois sua decretação prenunciava toda a sorte de violência aos moradores na vila escolhida pelas autoridades: invasão das casas, saque, prisões e torturas. O esgotamento aurífero, causando crise econômica; o controle opressivo da população pela metrópole; as notícias das vitórias norte-americanas sobre os ingleses (1783); e a proibição de instalações manufatureiras na colônia (1785) foram acontecimentos conjunturais que favoreceram o surgimento de protesto contra a política colonizadora da metrópole. Os setores intermediários da sociedade mineira - padres, militares, literatos, estudantes, pequena burguesia urbana (comerciantes) - empolgavam-se com as idéias iluministas dos franceses e o êxito da independência dos Estados Unidos. Os inconfidentes mineiros pertenciam às elites, a famílias influentes e ricas. Na liderança do movimento estavam Inácio José de Alvarenga Peixoto (advogado, minerador e latifundiário), Cláudio Manuel da Costa (rico minerador), José Álvares Maciel (químico com formação em Coimbra), Luís Vieira da Silva (cônego formado em filosofia e teologia), Carlos Correia de Toledo e Melo (padre e grande proprietário minerador), Francisco de Paula Freire de Andrade (militar). A única exceção era Joaquim José de Silva Xavier o Tiradentes, que, embora fosse filho de Fazendeiro, teve uma vida profissional inconstante: foi minerador, tropeiro, comerciante, dentista (daí o apelido) e finalmente alferes da cavalaria vários ofícios de Tiradentes demonstravam as dificuldades dos membros daquela "camada média" das Minas Gerais diante do declínio da mineração, dos altos impostos e dos aumentos de preços. Joaquim José era o inconfidente de menores posses. Os conspiradores desejavam o rompimento com a metrópole e, no plano econômico

defendiam um projeto que compreendia: livre produção baseada no desenvolvimento das manufaturas têxteis, siderúrgicas e fábricas de pólvora, estímulos à produção agrícola e liberdade comercial com eliminação do monopólio metropolitano. No plano social, a maioria dos inconfidentes desejava manter a escravidão, como ficou evidenciado na afirmativa de José Álvares Maciel: com a libertação dos escravos ficaria sem haver quem trabalhasse nas terras, tanto na mineração como na cultura. No plano político, os conjurados não tinham posições comuns: alguns apoiavam um regime republicano, segundo o modelo norte-americano; outros queriam uma monarquia constitucional. De comum, haviam acertado: a transferência da capital para São João Del Rei, a fundação de uma universidade em Vila Rica, uma bandeira com o lema “Libertas quae sem tamen” (Liberdade ainda que tarde) e o começo do levante contra a Coroa no dia da cobrança da demduia. Naquele ano de 1789, o imposto atrasado atingia 384 arrobas. O isolamento dos conspiradores em relação à grande massa da população e a falta de organização militar (os rebeldes só se lembraram de providenciar armas nos últimos dias) evidenciavam a fraqueza do movimento. Por isso, assim que o coronel Silvério dos Reis fez a denúncia, as autoridades adiaram o dia da cobrança e prenderam os inconfidentes. A devassa (processo contra ato considerado criminoso) iniciou-se em Minas e durou três anos, terminando no Rio de Janeiro. A sentença lavrada pela rainha Dona Maria I condenou à prisão perpétua ou ao degredo os dez membros da conjuração. A Tiradentes - que jurara dar dez vidas, se dez vidas tivesse -, foi suprimida a única vida. Depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde em seu lugar mais público será pregada em poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos e pregado em postos onde o réu teve suas infames práticas, e a casa em que vivia será arrasada e salgada.’ Essa sentença real foi executada a 21 de abril de 1792, ao meio-dia, no Rio de Janeiro. A sentença não deve ser vista apenas pelo lado do sofrimento individual de Tiradentes. Esses requintes de crueldade dirigidos a um único homem serviram como símbolo para causar medo, horror, vergonha e, principalmente, uma advertência para que nenhum morador da colônia ousasse rivalizar contra o reino de Portugal. Além disso, é importante recordar que, ao acusar e condenar Tiradentes como líder da conspiração, puniu-se apenas o menos abastado dos dez principais revoltosos. Apesar disso, a conjuração mineira foi um movimento de proprietários para proprietários, de homens abastados que queriam romper com a metrópole para defender seus próprios interesses e o aumento de suas margens de lucros. Basta lembrar que a maioria dos inconfidentes era contrária à libertação dos escravos.

Inconfidência Carioca: influências liberais

Um outro movimento, conhecido como Inconfidência Carioca, ocorreu no Rio de Janeiro, em 1794. Tratava-se da incriminação de dez membros da Sociedade Liberária, na capital da

colônia, sob a acusação de que os médicos, poetas, artesãos, estudantes e outros elementos pertencentes à sociedade manifestavam, em conversas públicas e particulares, preferências pelo regime republicano. Condenados à prisão por dois anos, foram depois colocados em liberdade e considerados inocentes, mas o governo fechou a Sociedade literária em 1795, proibindo sua reabertura. Essa conjuração mostra como a ideologia liberal ganhou força no final do século XVIII, até mesmo na colônia.

Inconfidência Baiana: conjuração popular

O terceiro movimento influenciado pelas idéias iluministas de inspiração francesa foi a Inconfidência Baiana (1798). Essa conspiração teve caráter mais popular e mais abrangente que as duas anteriores. O movimento iniciou-se em 1797, quando um grupo de proprietários e intelectuais organizaram a primeira sociedade secreta do Brasil, de orientação maçônica, sob inspiração francesa: Cawdleiro da Luz. Seus principais líderes - padre Agostinho Gomes, Cipriano Barata, Francisco Barreto e Hermógenes Pantoja - traduziram textos dos iluministas Voltaire e Rousseau, divulgando os princípios revolucionários franceses, e fizeram circular vários panfletos com propostas para a formação da República fluminense.

A circulação de panfletos foi o marco inicial da Conjuração Baiana. No princípio, fizeram parte do movimento artesãos, profissionais liberais, oficiais, soldados, escravos, negros, comerciantes, padres e alguns proprietários das elites brancas da Bahia, embora nem todos tivessem o mesmo tipo de participação, nem os mesmos objetivos. As elites brancas, estimuladas pelas idéias francesas, defendiam posições de autonomia em relação à metrópole portuguesa e liberdades individuais, de expressão e política. Já os baianos das classes mais humildes, que compunham a maioria do movimento, viam nos ideais da Revolução Francesa a expressão de seu descontentamento econômico, social e político. Os membros da elite utilizavam os aspectos políticos e ideológicos do liberalismo para reforçar suas críticas ao sistema colonial, mas não pretenderam provocar profundas alterações na estrutura escravista, por exemplo, inclusive por sua condição de proprietários escravocratas.

Veja como os autores da História da sociedade brasileira traçaram o perfil das elites abastadas: Os proprietários eram pouco numerosos, pois a maioria recuperava-se da longa crise da economia açucareira com o chamado "renascimento agrícola" do final do século. Pior para os não-proprietários: as terras que abrigavam as culturas de subsistência foram novamente tomadas por canaviais. Preços altos e fome torturavam 90% da população; “só os ricos fazendeiros e os grandes comerciantes portugueses de Salvador estavam bem. Não eram, portanto, casuais os saques aos armazéns em busca de carne e farinha, nem o incêndio do pelourinho, símbolo da dominação lusitana”. (Francisco Alencar e outros, História da sociedade brasileira.)

Num primeiro momento, as elites buscaram o apoio de escravos e de grupos mais pobres.

Mas as propostas liberárias e igualitárias francesas despertaram as populações humildes

para a idéia de igualdade entre os homens, com o fim da escravidão. Quando o movimento

incorporou a luta antiescravista, os proprietários abandonaram a conjura.

A adesão de bordadores, pedreiros, sapateiros e alfaiates deu novo impulso ao movimento.

Destacaram-se na liderança do movimento João de Deus (de 24 anos) e Manuel Faustino

dos Santos (de 23 anos), ambos mulatos e alfaiates - por isso a rebelião ficou também

conhecida como Conjuração dos Alfaiates.

No dia 12 de agosto de 1798, as paredes e muros da cidade de Salvador amanheceram

repletas de cartazes manuscritos: "Animai-vos, povo bahiense, que está por chegar o tempo

feliz da nossa liberdade, o tempo em que todos seremos iguais". Outros boletins diziam: "A

liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento: a liberdade é a doçura da

vida o descanso do homem com repouso e bem-aventurança do mundo'. Havia panfletos

que esclareciam o programa político da República Baianense: fim da escravidão, impostos

mais equitativos, abertura dos conventos, aumento do soldo das tropas, eleições gerais para

a escolha dos representantes da população, luta contra o clero, os reis e as autoridades. É

importante perceber que estes três últimos pontos reproduziam os aspectos mais radicais da

Revolução Francesa. Por outro lado, todos os movimentos e manifestações que

proliferaram na América nas últimas décadas do século XVIII tinham um ponto central em

comum: a liberdade do comércio.

A repressão lusitana foi rápida e eficiente. O governo proibiu uma reunião que havia sido convocada no campo do Dique e iniciou a prisão dos

conjurados mais conhecidos. Instalou-se o pânico na população, enquanto a polícia espalhava

o terror, com invasões de casas, prisões arbitrárias, torturas, fugas, delações. Os proprietários que ainda não haviam se afastado do movimento

conseguiram escapar à repressão graças a seu prestígio e dinheiro. Mas a perseguição aos pobres, negros e mulatos foi incansável. Quatro mulatos foram

enforcados, outros 49 réus foram presos e exilados, e no, caso dos escravos, açoitados.

Período joanino

As três conjuras (mineira, carioca e baiana) manifestavam as contradições do antigo

sistema colonial. Teria sido impossível à metrópole estimular o crescimento e a

diversificação da produção colonial sem promover o desenvolvimento da colônia e a

oposição de suas elites ao regime mercantilista e ao absolutismo monárquico. O processo de emancipação do Brasil acelerou-se, portanto, dentro desse

contexto de questionamento do Antigo Regime na Europa, com as revoluções Industrial e Francesa,

com a ascensão de Napoleão Bonaparte e o bloqueio continental imposto por ele,

originando a vinda da família real portuguesa para a colônia.

Também a abertura dos portos (1808) provocou um impacto político com amplas

contradições. A camada senhorial (proprietária de terras e escravos) foi beneficiada pelas

medidas de livre comércio com qualquer nação do mundo, pois permitiu-lhe livrar-se do

intermediário metropolitano e, ao mesmo tempo, vender a quem melhor pagasse por suas

mercadorias, obtendo maiores lucros. Do lado britânico, as decisões joaninas (como os

tratados de 1810) atendiam aos interesses da burguesia inglesa, pois representavam o fim

do monopólio colonial. Na política externa, Dom João invadiu a Guiana Francesa em 1809, com

apoio da Inglaterra. Tratava-se de uma represália a Napoleão por ter ocupado Portugal, mas em

1817, no Congresso de Viena, Portugal foi obrigado a devolver o território da Guiana à

França. Já a ocupação da Banda Oriental (atual Uruguai), em 1811, foi determinada

por interesses econômicos e políticos. O controle da bacia do Rio da Prata representava para

o governo português uma importante conquista dos mercados platinos e andinos. As

lutas dos grupos econômicos de Buenos Aires e da Banda Oriental facilitaram a dominação

brasileira sobre a região.

Insurreição Pernambucana

As contradições da política econômica preocupavam mais o governo joanino do que a

conquista de territórios fronteiriços. Desde a transferência da Corte para o Brasil e a

abertura dos portos, ficara alterado o fundamento da colonização, ou seja, decretou-se o fim

do monopólio metropolitano sobre a colônia. A nova posição brasileira dentro do Império

lusitano consolidou-se com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido formando um

só corpo político" (como afirmava a Carta Régia de dezembro de 1815) a Portugal e

Algarves. Dom João VI era o soberano que se consolidara no trono português com a morte

de Dona Maria I, em 1816. No entanto, a categoria de Reino Unido não evitava os

problemas econômicos. Esses agravaram-se ainda mais com a crise europeia geral que se

seguiu à queda de Napoleão, em 1815. No Brasil, o Nordeste era a região onde as crises

econômicas se tornavam mais agudas; ao declínio da produção açucareira e algodoeira

somaram-se a pressão dos impostos criados em 1812 para a formação das tropas lusitanas e

o agravamento das condições de vida dos nordestinos por causa da seca de 1816. Tudo isso

estimulou a Insurreição Pernambucana em 1817. Diante desse quadro de crises econômicas

e sociais, os grandes proprietários rurais e os homens livres não-proprietários uniram-se

contra os comerciantes lusos, apesar de seus objetivos serem diferentes. Para a aristocracia

rural tratava-se de uma luta política, pois pretendiam a autonomia em relação a Portugal e

aos comerciantes lusitanos, elaborando uma ordem econômica que atendesse a seus

objetivos. Os homens livres não-proprietários opunham-se aos mercadores portugueses para

defender a própria sobrevivência, porque o monopólio comercial luso cobrava preços

elevados pelos gêneros de primeira necessidade. Outros grupos sociais - padres, militares,

juizes e comerciantes brasileiros - participaram da insurreição e formaram um governo

provisório no dia 6 de março de 1817. O governo era republicano e criou-se uma nova

bandeira e uma lei orgânica, com a inspiração da Revolução Francesa. A nova lei permitia a liberdade de imprensa, mas proibia ataques à religião e à Constituição; decretava a tolerância religiosa, embora o catolicismo fosse a religião oficial e o clero recebesse salário do Estado; os estrangeiros que aderissem à república seriam considerados "patriotas". Estabeleceu-se que o governo provisório duraria até elaborar-se uma nova constituição, por uma assembléia constituinte a ser eleita dentro de um ano. Como medida de caráter popular, foram abolidas as taxas que aumentavam os preços dos produtos de primeira necessidade. O Conde dos Arcos, governador, comandou a repressão ao movimento por terra e mar. A violência repressora também atingiu Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, pois estas duas últimas províncias haviam aderido à insurreição. Após vários conflitos sangrentos, o movimento foi derrotado em 19 de maio de 1817, seguindo-se o fuzilamento e enforcamento dos líderes.

Revolução Liberal do Porto: mais um passo para a emancipação

Por ironia dos fatos, cinco anos após a morte de dezenas de participantes dos acontecimentos de 1817, o príncipe Pedro, filho do rei que ordenara a repressão ao movimento pernambucano, comandou a separação do Brasil em relação a Portugal. Dom Pedro provavelmente não imaginava que se transformaria na figura mais importante para romper com Portugal, sua pátria de nascimento. As mudanças econômicas, sociais e políticas aceleraram a emancipação política do Brasil. Em 24 de agosto de 1820, funcionários, militares, artesãos e camponeses, liderados pela burguesia mercantil da cidade do Porto, organizaram um governo: a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. O movimento, que se estendeu a Lisboa, ficou conhecido como Revolução liberal do Porto. As circunstâncias econômicas e sociais para a rebelião do Porto foram criadas pela abertura dos portos brasileiros em 1808 e pelo tratado de 1810, que favoreceu o comércio do Brasil com a Inglaterra e resultou na estagnação do comércio português. Contra esse estado de coisas, os rebeldes do Porto exigiam a volta de Dom João, pretendendo reconduzir o Brasil à condição de colônia. Mas a revolução do Porto tinha também um caráter liberal, ao reivindicar a elaboração de uma constituição; o liberalismo do movimento atacava o absolutismo e subordinava o rei ao parlamento. Após relutar muito e resistir às pressões das elites, particularmente da camada aristocrática, que era a principal beneficiária das medidas joaninas João VI decidiu voltar a Portugal em 26 de abril de 1821. Deixou em seu lugar o príncipe regente Dom Pedro, recomendando-lhe: "Pedro, se o Brasil se separar, antes que seja para ti, que me há de respeitar, do que para algum desses aventureiros". O decreto régio que determinou o retorno do rei também autorizou a eleição de deputados brasileiros para participar das cortes gerais extraordinárias e constituintes da nação portuguesa. Realizadas as eleições dos deputados brasileiros, todos representantes das camadas mais

abastadas, estes não tinham ainda a idéia da separação entre Brasil e Portugal, e defendiam as conquistas do governo joanino no Brasil. À medida que as Cortes começaram a suprimir as decisões assumidas com a abertura dos portos, foi ficando transparente a finalidade de recolonização do Brasil. Diante das tentativas recolonizadoras, as posições dos grupos influentes na sociedade brasileira começaram a se definir. Comerciantes portugueses que se opunham à abertura econômica do período de Dom João formaram o Partido Português, defendendo a recolonização brasileira para recuperar os privilégios do sistema colonial. Por oposição, a aristocracia rural, os comerciantes e os grupos que se beneficiavam das liberdades comerciais criaram o Partido Brasileiro. Apesar de tudo, o Partido Português e o Partido Brasileiro não correspondiam a uma posição de luta entre portugueses e brasileiros. A divisão partidária relacionava-se principalmente com os interesses econômicos. Conviviam no Partido Brasileiro, por exemplo, todos os que defendiam a liberdade comercial, assim brasileiros, portugueses ou até mesmo ingleses e franceses. Por outro lado, muitos brasileiros não pertenciam a esse partido. Na prática, os dois partidos defendiam propostas diferentes: a tendência colonialista era representada pelo Partido Português e a anticolonialista tornou-se bandeira do Partido Brasileiro. Mas os dois partidos tinham um interesse em comum: não desejavam o fim da escravidão. Havia, ainda, uma terceira tendência política, a dos chamados Liberais Radicais, que reuniam uma população urbana de médicos, jornalistas, professores, advogados, padres, pequenos comerciantes e até representantes da aristocracia rural. Concentravam-se principalmente no Nordeste, que não fora beneficiado pelas medidas políticas de Dom João VI. Defendiam a independência do Brasil, com estabelecimento de um regime republicano, opondo-se ao Partido Brasileiro, que lutava por uma monarquia dual para estes, o Brasil não romperia com Portugal, porém teria poderes autônomos a nível econômico e administrativo. Ao mesmo tempo que as Cortes investiam na recolonização do Brasil, as classes proprietárias do norte e Nordeste exigiam a separação definitiva, e as camadas populares urbanas desejavam uma revolução social, para mudar a estrutura escravocrata e promover uma ordem econômica mais igualitária, com um regime político voltado para a defesa dos interesses da maioria da população.

As posições se definem em direção à independência

Diante de tais pressões, a liderança do Partido Brasileiro - representada por José Bonifácio de Andrada e Silva - e a dos liberais radicais - chefiados por Joaquim Gonçalves Ledo - uniram-se para articular a separação do Brasil. Assim, a 9 de janeiro de 1822, Dom Pedro respondeu com o Fico às exigências das Cortes para retornar a Portugal. Essa atitude representou a aproximação de Dom Pedro com o Partido Brasileiro. A 13 de maio de 1822, Dom Pedro recebeu o título de Defensor Perpétuo do Brasil, por impedir o desembarque de

tropas lusitanas. Em junho, ele assinou um decreto convocando eleições para a composição de uma Assembléia Constituinte. A ruptura definitiva ocorreu com a intimação das Cortes, exigindo a presença imediata do príncipe regente em Portugal e ameaçando-o com tropas portuguesas para forçar seu retorno à metrópole. Essa radicalização portuguesa tornou a separação inevitável: a 7 de setembro de 1822, Dom Pedro proclamava a independência do Brasil, e no dia 1 de dezembro foi coroado como Dom Pedro I, Imperador do Brasil. E preciso, no entanto, perceber que a forma como se operou a emancipação do Brasil e o caráter de arranjo político, se assim nos podemos exprimir, de que se revestiram os meses que medeiam da partida de Dom João à proclamação da Independência, período final em que os acontecimentos se precipitavam, decorreu num ambiente de manobras de bastidores, em que a luta se desenrola exclusivamente em torno do príncipe regente, num trabalho intenso de afastar da influência das Cortes Portuguesas e trazê-lo para o seio dos autonomistas. Resulta daí que a independência se fez por uma simples transferência pacífica de poderes da metrópole para o governo brasileiro. (...) Fez-se a independência praticamente à revelia do povo, e se isto lhe poupou sacrifícios também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em seu conjunto. Sem dúvida, a articulação da independência foi executada pela classe proprietária de terras e escravos. A aristocracia rural do Centro-Sul - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo - não desejava nem a recolonização, nem o separatismo (pregado pela aristocracia do Norte e Nordeste), nem a revolução (proposta pelas camadas populares urbanas). Para esta articuladora da emancipação, o ideal era uma nova independência, preservando a unidade do território brasileiro e a ordem social. Em outras palavras: tratava-se de combater, simultaneamente, a burguesia mercantilista lusitana, a aristocracia nortista e nordestina e as camadas populares. A independência conciliou os interesses da camada senhorial com a conveniência de uma solução monárquica. Entretanto, é preciso compreender que a figura de Dom Pedro interessava à aristocracia rural sulista, já que sua formação política, voltada para a ideologia do absolutismo, permitia a conciliação entre o conservadorismo dessa aristocracia e os princípios autoritários absolutistas. As notícias da independência não foram bem-aceitas principalmente pelos grupos de proprietários do Nordeste, onde ocorreram vários movimentos de protesto. Também as camadas populares manifestaram-se contra a forma pela qual se processara a independência. Mas o imperador, juntamente com José Bonifácio, o principal articulador da independência, esmagou com violência todo e qualquer protesto popular, sob o pretexto de abafar grupos republicanos ameaçadores da "estabilidade" monárquica e da ordem social.

A Constituição "da mandioca" e a consolidação da independência

Superada a fase de separação de Portugal, a principal preocupação da aristocracia rural consistia em controlar a organização do novo Estado brasileiro, conseguindo conduzir a eleição para a Assembléia Constituinte de 1823 de maneira a refletir seus interesses. Foram eleitos noventa membros vindos de catorze províncias. O projeto de constituição tinha 27 artigos, feitos por uma comissão de seis deputados sob a liderança de Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio. O texto, inspirado nos iluministas, centrava-se em dois pontos básicos: a soberania nacional e o liberalismo econômico. O anteprojeto tinha artigos anticolonialistas, marcadamente xenófobos, isto é, de ódio aos estrangeiros de maneira geral e aos portugueses em particular. A desconfiança em relação ao estrangeiro explicava-se em boa parte pelo fato de Dom Pedro I ser herdeiro legítimo da Coroa portuguesa, e isso criava o risco de retorno do Brasil à condição de colônia. Por isso, todo estrangeiro ficou proibido de ocupar cargos de representação nacional. Por outro lado, o anteprojeto procurava limitar o poder do executivo, principalmente de Dom Pedro, dando maior peso à representação nacional. Patenteia-se, assim, o caráter antiabsolutista, quando a comissão coloca a indissolubilidade da Câmara, o veto apenas suspensivo do imperador e o controle das Forças Armadas pelos deputados, através do parlamento, e não pelo imperador. O poder legislativo tinha mais atribuições que o executivo. O anteprojeto refletia também o domínio da aristocracia rural sobre o restante da população, radicais e grupos comerciantes portugueses. No sistema eleitoral, propunha-se a convocação de eleições segundo distintos graus. No primeiro grau, os eleitores precisavam ter uma renda mínima de 150 alqueires de farinha de mandioca, e poderiam eleger apenas eleitores de segundo grau que, por sua vez, deveriam ter uma renda de 250 alqueires. Estes últimos elegeriam deputados e senadores, sendo que cada um deveria ter, respectivamente, uma renda de quinhentos e de mil alqueires. Era a Constituição da mandioca, como foi chamada na época. Esse projeto inviabilizava a participação das camadas populares, ao condicionar a eleição à renda (voto censitário), e excluía os comerciantes, pois a base de renda não era monetária, mas sim uma mercadoria: a farinha de mandioca. O Partido Brasileiro dominava a Assembléia Constituinte com maioria de deputados, e isso criava grandes antagonismos. O próprio imperador aproximou-se do Partido Português, defensor do absolutismo e da recolonização, em oposição ao Partido Brasileiro, que pretendia instaurar uma monarquia constitucional. Os irmãos Andrada proprietários de dois jornais, O Tamoio e A Sentinela da Liberdade, que combatiam os radicais, os revolucionários e os absolutistas. Um desses jornais publicou uma carta assinada com o pseudônimo de "Brasileiro Resoluto"; atacando os oficiais portugueses do exército imperial. Estes reagiram com violência, agredindo o farmacêutico David Pamplona, que se suspeitava ser o alvo da carta. A Assembléia mobilizou a

população para uma vigília cívica e colocou-se em sessão permanente, sob a ameaça de invasão por parte do imperador. A 12 de novembro, Dom Pedro dissolveu a Constituinte e, diante da permanência dos deputados na Assembléa, na noite conhecida como Noite da Agonia, as tropas imperiais, sob o comando de Dom Pedro, prenderam e deportaram vários deputados, inclusive os irmãos Andrada (José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos). Seguiu-se uma onda de protestos em várias províncias. Dom Pedro I, para atenuar o descontentamento, escolheu uma comissão de dez membros, o Conselho de Estado, para elaborar uma constituição que, em quarenta dias - a 25 de março de 1824 -, foi imposta pelo imperador, sem votação da Assembléa. Embora o Conselho de Estado preservasse muitos amigos da comissão anterior, a Constituição de 1824 representou uma vitória do executivo sobre o legislativo, do imperador sobre a aristocracia rural. O Partido Português assendeu ao poder. Tal como o anteprojeto, a nova Carta Constitucional afastava as classes populares, consolidando o voto censitário, com a exigência de renda em dinheiro: cem e duzentos mil réis para os eleitores de primeiro e segundo graus, respectivamente. Os candidatos a deputado precisavam ter quatrocentos mil réis, enquanto os senadores deveriam ter oitocentos mil réis. Quatro poderes foram adotados: legislativo, judiciário, executivo e moderador. O legislativo incluía o senado vitalício (cujos membros eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista de três nomes relacionados pelas províncias) e a Câmara de Deputados (renovada a cada três anos). O judiciário era constituído pelo Supremo Tribunal, cujos juizes eram apontados pelo imperador. O executivo era integrado pelo imperador e seus ministros, responsáveis pelo cumprimento das leis. Mas o centro do poder político ficou nas mãos do imperador, na forma do poder moderador, encarregado de buscar a harmonia dos três outros poderes. O poder moderador permitia a Dom Pedro I nomear e destituir ministros, presidentes de províncias, juizes e mesmo membros da Igreja. A Constituição de 1824 reconheceu o catolicismo como religião oficial do Estado. Seus membros (clero) eram funcionários públicos, recebendo pagamento do Estado. O imperador indicava os sacerdotes e supria os cargos eclesiásticos, além de conceder prévia autorização para aplicar as bulas (recomendações) papais. A atitude de Dom Pedro I ao fechar a Constituinte mostrava que seus atos continuavam absolutistas, embora alguns artigos da constituição fossem liberais. O centralismo e o unitarismo político do imperador ao reprimir qualquer tentativa de autonomia das províncias provocavam protestos e manifestações contrárias à constituição e a Dom Pedro I. É que esse modelo político conservava a estrutura colonial: escravocrata, latifundiária, voltada para o mercado externo. Desde setembro de 1822, a Cisplatina, o Pará, o Maranhão e a Bahia protestavam contra as decisões da aristocracia do Centro-Sul e, a partir da dissolução da Constituinte, o descontentamento voltou-se principalmente contra o monarca.

A Confederação do Equador

Se o descontentamento pelas atitudes de Dom Pedro I foi contido na capital e nas províncias do Sul, o mesmo não aconteceu com o Nordeste, especialmente Pernambuco, onde se evocavam os acontecimentos da Insurreição Pernambucana. Aliás, de 1817 a 1824, o clima de agitação revolucionária serviu para sedimentar os ideais liberais de republicanismo, a luta contra o escravismo e a autonomia das províncias (federalismo). Em 1822, José Bonifácio, primeiro-ministro de Dom Pedro, anulou um golpe contra a Junta Democrática e Independente, eleita pela população pernambucana para governar a província de forma autônoma. Formou-se uma outra junta conhecida como junta dos Matutos, sob a liderança de Francisco Paes Barreto, com representantes da aristocracia rural, mas afinada com o governo imperial. Esse acontecimento levantou a oposição das lideranças liberais pernambucanas. Cipriano Barata (revolucionário da conjuração baiana de 1798) e Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca (que participara da insurreição Pernambucana de 1817) atacavam em seus jornais a dissolução da Constituinte e o absolutismo de Dom Pedro. As pressões populares levaram à demissão da Junta dos Matutos. Dom Pedro nomeou outros presidentes para a província, mas houve enorme resistência. Os pernambucanos elegeram o seu próprio governador, rompendo com o governo imperial. A ruptura final ocorreu em 2 de julho de 1824, quando o governador eleito, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, proclamou a Confederação do Equador. A Confederação organizou-se como um novo país, de regime republicano representativo e federativo inspirado no modelo norte-americano. Para evitar o isolamento, Pernambuco buscou apoio de outras províncias e obteve adesão do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Os confederados com eleições para uma Assembléa Legislativa e uma Constituinte, para 7 de agosto de 1824. Enquanto isso, Manuel Paes de Andrade elaborou um projeto de constituição inspirado na Carta da Colômbia. No projeto de Paes de Andrade havia dois poderes: o executivo e o legislativo, tendo este mais força que o primeiro. A Confederação decidiu abolir a escravidão e aí começaram os desentendimentos: a aristocracia agrária, sentindo-se prejudicada, afastou-se do movimento e passou a fazer oposição. A participação das camadas populares contribuiu para acirrar a resistência. Aos poucos, o movimento caracterizava-se como uma revolta social; a participação de negros, mulatos e militares de baixa patente nas chamadas brigadas populares amedrontou a aristocracia agrária. Os proprietários rurais romperam com os líderes da Confederação e abriram caminho para a repressão. O governo central, deficitário, precisou contrair empréstimos em libras para organizar o combate. As esquadras eram comandadas por Lord Cochrane, e mercenários, principalmente ingleses, formavam as tropas de mar e terra (sob a presidência do brigadeiro Francisco de Lima e Silva) para combater cada província em

separado. Em setembro e novembro de 1824 dominou-se Pernambuco e Ceará, respectivamente. Frei Caneca foi fuzilado junto com outros rebeldes, e Paes de Andrade fugiu. O fim da Confederação do Equador evidenciou a separação dos interesses entre grupos liberais e o imperador.

O reconhecimento da independência

Controladas as lutas internas, ainda que parcialmente, o império se dedicou à tarefa de obter o reconhecimento da independência por parte das outras nações. Mantendo sua estrutura agro-exportadora, o Brasil necessitava fortalecer suas relações comerciais, especialmente com a Europa. A Inglaterra logo se prontificou a servir de mediadora entre Brasil e Portugal. Vários interesses estavam em jogo. Os ingleses poderiam fazer bons investimentos no Brasil, conservando vantagens comerciais como país preferencial nas relações anglo-brasileiras. À Inglaterra interessava manter o regime monárquico, não só para agradar Portugal, mas também para evitar a formação de nações republicanas fortes, sob a liderança norte-americana. Mas as negociações eram lentas, pois a Inglaterra desejava eliminar o tráfico negreiro e abolir a escravidão no Brasil, para melhorar as condições de competição com as colônias inglesas, que dependiam de mão-de-obra assalariada e, por isso, não conseguiam praticar os baixos preços do produto brasileiro. A Inglaterra condicionava o reconhecimento da independência do Brasil à extinção do tráfico negreiro e, conseqüentemente, ao fim da escravidão. Outros obstáculos vinham da França, que, por sua vez, influenciava Portugal: neste caso, o objetivo era a recolonização das Américas. Na própria América Latina o Brasil enfrentava resistência, pois os vizinhos republicanos não concordavam com o regime monárquico adotado pelo Brasil, sobretudo depois dos acontecimentos que envolveram a Assembléia Constituinte e a Constituição de 1824, com a imposição do absolutismo de Dom Pedro I. O primeiro país a reconhecer o Brasil independente foram os Estados Unidos, que pretendiam, com o rápido reconhecimento, obter privilégios comerciais e fortalecer sua posição de potência política e econômica. Após muitas negociações, Portugal aceitou a independência do Brasil, através dos Tratados de paz e amizade, em 1825. A antiga metrópole reconheceu a separação de Portugal e Algarves, com a condição de que fossem respeitados os bens de portugueses e brasileiros confiscados durante o processo de emancipação e que se restabelecessem os privilégios portugueses nas relações comerciais, com a taxa de 15%. Além disso, Portugal impôs o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, como indenização pelos prejuízos causados pela separação. Essa quantia era a mesma que os portugueses deviam aos cofres britânicos; assim, o ouro brasileiro foi direto para a Inglaterra.

Além do pagamento pela independência, a guerra da Cisplatina, que começou também em 1825, exigiu grandes somas em libras. A província Cisplatina, também chamada Banda

Oriental, procurava emancipar-se do império brasileiro. Um grupo revolucionário intitulado

"Los treinta y tres", chefiado pelo general Lavalleja, declarou a separação da Cisplatina e

sua incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina).

Os interesses do imperador brasileiro centralizavam-se na tentativa de evitar a formação de

grandes países na América do Sul e também na preocupação de controlar o território da

Cisplatina. Além de ser uma região rica em gado, a Bacia do Rio da Prata era fundamental

para o acesso ao oeste de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e sudoeste de Mato

Grosso: tendo em vista as precárias condições de transporte terrestre, o deslocamento pelos

rios era obrigatório. Por isso, o império brasileiro procurava incentivar a formação de

pequenos países, lutando contra sua união. Esse foi o principal motivo do rápido

reconhecimento da independência do Paraguai pelo Brasil, pois a aliança em torno das

Províncias Unidas ameaçava os interesses de Dom Pedro I em se tornar o grande imperador

das Américas.

Crise no Primeiro Império: Dom Pedro perde apoio

Enquanto a guerra se desenrolava no Sul, delineava-se na Corte um novo quadro político.

Em 1826, na Assembléia Geral, formada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, o

Partido Brasileiro estava dividido em dois grupos: os liberais moderados e os liberais

exaltados. A facção liberal moderada, representada predominantemente pela aristocracia

rural, exigia a revisão dos tratados assinados com Portugal, Inglaterra e outros países, e

requisitava a presença do ministério no legislativo, para explicar a guerra e a crise

econômica. Enquanto isso, a facção liberal exaltada dava um passo mais ousado: defendia a

descentralização da monarquia, com maior autonomia das províncias; os mais radicais

pregavam mesmo a criação de uma república federativa, segundo o modelo norteamericano.

Contrários a essas posições estavam os senadores escolhidos por Dom Pedro, que

apoiavam integralmente o imperador. Mas na prática esse apoio era frágil demais para

enfrentar as oposições. A imprensa também contribuiu para aumentar o confronto com o

imperador. Os jornais dos moderados, principalmente o *Aurora Fluminense*, de Evaristo da

Veiga, atacavam o imperador e os exaltados, pregando a obediência à Constituição; os

ataques dos moderados compreendiam os excessos do autoritarismo de Dom Pedro e os

avanços dos liberais radicais.

Outro acontecimento veio aprofundar o desgaste político de Dom Pedro: a sucessão em

Portugal. Com a morte de Dom João VI (1826), Dom Pedro seria seu legítimo sucessor;

como não poderia assumir as duas coroas, Dom Pedro abdicou do trono lusitano em favor

de sua filha, Dona Maria da Glória. Tudo parecia perfeitamente arrumado: Dom Pedro

outorgou uma constituição a Portugal e nomeou uma regência para governar até o

casamento de seu irmão, Dom Miguel, com a sobrinha (Dona Maria da Glória). Após o

enlace, a rainha de Portugal seria Dona Maria da Glória (com o título de Dona Maria I e

Dom Miguel governaria à sombra de sua sobrinha-esposa. Mas isso não chegou a se efetivar. Em 1826, os grupos absolutistas portugueses aclamaram Dom Miguel como rei de Portugal, depois de um golpe de Estado, afastando Dona Maria. Esse problema sucessório preocupava o imperador e originava protestos do Partido Brasileiro, que o acusava de negligenciar os problemas internos, entregando-os ao Partido Português, enquanto se dedicava aos acontecimentos lusitanos. O Partido Brasileiro centrava suas críticas no fato de o Brasil ser governado pelos chalaças (nome dado aos membros do Partido Português), especialmente o chalaça Francisco Gomes da Silva, elemento da guarda pessoal de Dom Pedro, que exercia amplos poderes na administração econômica e política. Para aprofundar a crise econômico-financeira, o governo imperial assinou em 1827 um tratado de livre-cambismo com a Inglaterra. Por esse acordo, que se assemelhava ao Tratado de 1810, os produtos da Grã-Bretanha pagariam uma taxa de 15% sobre o preço das mercadorias por um período de 15 (quinze) anos e o Brasil se comprometeria, a partir de 1830, a extinguir o tráfico negreiro e permitir à Inglaterra o direito de revistar os navios suspeitos de tráfico. Diante desse conjunto de acontecimentos, a aristocracia agrária aumentava seu descontentamento com o imperador e tramava sua queda. As contradições políticas, econômicas e administrativas de Dom Pedro aceleravam os conflitos sociais. Por sua vez, a aristocracia rural apontava a incompetência do imperador como a única causa dos problemas econômicos do país. As dificuldades de Dom Pedro em administrar as crises sucessivas eram evidentes, mas ele não era o núcleo das crises. A questão essencial era a manutenção da estrutura escravocrata e do modelo agro-exportador. O ano de 1828 poderia indicar o início das conseqüências desastrosas da política de Dom Pedro. Derrotado na guerra, o Brasil perdeu o território da Cisplatina, onde se estabeleceu a República Oriental do Uruguai. Esse conflito provocara grande desgaste político do imperador, pois a despesa com a guerra aprofundou as dificuldades financeiras do país. Além disso, o conflito teve amplas repercussões negativas no exterior, pois as repúblicas do continente perceberam que o expansionismo do Brasil podia representar uma ameaça à América do Sul. No mesmo ano de 1828 Dom Miguel (irmão de Dom Pedro) consolidava-se no trono português, e o imperador brasileiro enviou tropas ao reino lusitano para defender seus interesses e recolocar Dona Maria da Glória no poder. O Partido Brasileiro aproveitou-se desse episódio do envio de tropas brasileiras a Portugal para acusar Dom Pedro I de pretender a união das duas coroas, ameaçando com isso a independência do Brasil. O quadro político era cada vez mais desfavorável ao imperador, que sofria todo tipo de pressão por parte da aristocracia rural. Os fatos pareciam favorecer a aristocracia agrária, em detrimento do imperador. Em 1829, a falência do Banco do Brasil demonstrava o desastre da administração financeira, com os

empréstimos e a emissão de papel-moeda desvalorizando o dinheiro brasileiro e provocando aumento dos preços. O descontentamento da população pauperizada, das camadas médias urbanas e da aristocracia rural manifestou-se nos constantes protestos destas contra a política econômica do governo. Para contornar a situação, neste mesmo ano de 1829, Dom Pedro formou um novo governo, mais liberal, mas o novo gabinete não conseguiu resolver os problemas mais imediatos e foi logo demitido. A nomeação de um novo governo de tendências absolutistas acirrou os conflitos. A oposição ao governo crescia. A imprensa de todo o país combatia cotidianamente Dom Pedro e sofria violenta repressão: em São Paulo, em 1830, o jornalista Libero Badaró (franco opositor do imperador) foi assassinado por pessoas fiéis ao governo. Embora isso nunca fosse comprovado, a não-punição dos assassinos levantou suspeitas de que Dom Pedro estivesse diretamente envolvido. Na tentativa de conter sua impopularidade, em fevereiro de 1831 o imperador fez uma viagem a Minas Gerais, acompanhado da imperatriz (Dona Leopoldina) e de uma comitiva. A população de Ouro Preto recebeu Dom Pedro com faixas de luto pela morte do jornalista de São Paulo. No retorno à capital, o Partido Português, através da loja maçônica Colunas do Trono, preparou-lhe uma grande festa de recepção e desagravo. O Partido Brasileiro, que também montara uma loja maçônica (Carpinteiro de São Jose, organizou manifestações de oposição. Assim, "portugueses" e "brasileiros" se confrontaram nas ruas do Rio de Janeiro, transformando a capital num campo de batalha. Esses conflitos ficaram conhecidos como as Noites das Garrafadas (11, 12, 13/março/1831). Dom Pedro organizou um ministério liberal conhecido como "Ministério dos Brasileiros", mas em 5 de abril destituiu esse gabinete, que se recusava a reprimir as manifestações da população contra o imperador. A nomeação do novo gabinete, integrado por elementos do Partido Português que desejavam governar sem a Câmara, provocou uma reação total de oposição: até mesmo as tropas colocaram-se contra o imperador. Em 7 de abril de 1831, Dom Pedro renunciou à monarquia do Brasil, tornando-se Pedro IV, rei de Portugal.

Os significados da abdicação e as novas composições políticas

Por um lado, a abdicação consolidou a independência do Brasil em relação a Portugal. Por outro, o afastamento de Dom Pedro I permitiu que os proprietários rurais, principalmente da região Centro-Sul (Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), controlassem o poder e organizassem o império segundo seus interesses econômicos e políticos. Por último, a abdicação deflagrou as contradições entre a aristocracia rural, os grupos urbanos e as camadas populares, anteriormente unidos apenas na oposição ao imperador. O Período regencial (1831 a 1840) constituiu-se no mais agitado da história do império. A partir da abdicação, formaram-se 3 grupos políticos: os restauradores ou caramurus (antigos representantes do Partido Português); os moderados ou chimangos (antigos participantes do

Partido Brasileiro, em geral membros da aristocracia rural) e os esaltados, farroupilhas ou jurujubas (antigos membros dos liberais radicais). Os restauradores, membros da sociedade conservadora (mais tarde sociedade militar) defendiam o retorno e a restauração do modelo político de Dom Pedro I. Tratava-se de uma tendência com força política secundária; seus membros principais foram os Andrada, sob a liderança de José Bonifácio. Os moderados, agrupados na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, formavam a força política mais importante, composta das aristocracias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Favoráveis ao regime monárquico (embora contrários ao absolutismo político), os moderados pregavam o centralismo administrativo como forma de buscar a unidade territorial. Evaristo da Veiga (editor do jornal Aurora Fluminense), padre Antônio Feijó e Bernardo Pereira de Vasconcelos eram os elementos mais influentes dessa agremiação política. A terceira corrente política, formada pelos esaltados, reunidos em torno da Sociedade Federalista, defendia a autonomia das províncias, e alguns de seus membros pregavam o regime republicano. Essa tendência política representava as aspirações das camadas médias urbanas. Os jornalistas Antônio Borges da Fonseca e Luís Augusto May, editores dos jornais O Repúblico e A Malagueta, respectivamente, eram os membros mais proeminentes. Essas três correntes políticas disputavam o controle do poder no Brasil entre a abdicação de Dom Pedro I (1831) e a antecipação da maioridade de Dom Pedro II (1840). Na impossibilidade de o sucessor de Dom Pedro I assumir o trono brasileiro, a Constituição de 1824 estabelecia eleições para a composição de uma Regência Trina, eleita pela Assembléia Geral, formada pelos senadores e pelos deputados. Configurada a impossibilidade de sucessão, pois o herdeiro tinha apenas cinco anos de idade, convocou-se a Assembléia Geral. Mas os parlamentares estavam em férias; os poucos senadores e deputados que estavam no Rio de Janeiro escolheram uma Regência Trina Provisória, composta pelos senadores moderados Nicolau de Campos Vergueiro e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva (pai de duque de Caxias) e pelo senador restaurador José Joaquim de Campos (marquês de Caravelas).

Da Regência Trina à Regência Una – um projeto centralizador

A primeira regência governou durante três meses. Em junho de 1831 a Assembléia Geral elegeu a Regência Trina Permanente, composta apenas por representantes dos moderados, escolhidos por um critério geográfico para tentar uma conciliação política entre os grupos da aristocracia rural. Compunham a regência: Bráulio Muniz (representante do Norte), José da Costa Carvalho (representante do Sul) e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Para o ministério da Justiça, o governo regencial escolheu o padre Diogo Antônio Feijó, com plenos poderes para reprimir qualquer ação popular. Feijó usou de toda repressão aos movimentos populares que contestavam as medidas autoritárias da regência. Até mesmo

alguns membros do exército, apoiando os desejos da população, pediram a dissolução da Câmara e do governo, chegando a defender uma nova Assembléia Constituinte. Feijó desfechou uma violenta perseguição e prisão aos membros do exército e dos liberais exaltados que apoiaram as propostas de setores militares. Percebendo que não podia contar com as tropas do exército para as ações repressivas, Feijó criou a Guarda Nacional, pela lei de 18 de agosto de 1831. A Guarda Nacional consistia em milícias formadas por fazendeiros armados, comandando voluntários, isto é, os agregados (feitores e capatazes) de suas fazendas, que obtiveram legitimação para reprimir qualquer ação local de protesto contra o governo. Essa organização subordinava-se aos juizes de paz de cada município, reforçando assim o poder de mando dos grandes proprietários de terras, que controlavam totalmente os juizes. As lutas pelo poder entre as três facções aprofundavam os problemas políticos da regência. Em 1832, os restauradores fundaram a Sociedade Conservadora, sob a liderança de José Bonifácio; tratava-se de uma organização política para fazer frente à Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência, sob o comando de Evaristo da Veiga, fundada no ano anterior (1831), com o objetivo de dar apoio político a Feijó e combater os exaltados. Aproveitando-se dos conflitos entre chimangos e farroupilhas, os caramurus, no mesmo ano de 1832, organizaram protestos no Rio de Janeiro. Embora os caramurus não tivessem conseguido promover o retorno de Dom Pedro I, eles representavam uma ameaça. Para conter os avanços dos caramurus, Feijó tentou conseguir da Câmara dos Deputados a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor do futuro Dom Pedro II e propôs que a regência e o ministério apresentassem suas renúncias, para formar-se uma Assembléia Nacional. A proposta de Feijó previa também o fim do senado vitalício (o senador permanecia no cargo até a sua morte), e maiores poderes para o executivo. Para tanto, Feijó defendia uma nova constituição, sem a influência dos restauradores. As propostas foram rejeitadas pelo Senado - composto, em sua maioria, de restauradores -, embora encontrassem algum apoio na Câmara dos Deputados. Os próprios representantes dos moderados, na Câmara dos Deputados, dividiram-se em relação a Feijó. Bernardo Vasconcelos e Carneiro Leão (ambos moderados) discordavam dos métodos de Feijó na repressão aos movimentos populares, da escolha dos membros da Guarda Nacional, do tráfico de influências para a escolha do presidente das províncias. O ministro da Justiça procurava afastar os deputados de suas decisões e contava na Câmara com o apoio de Evaristo da Veiga. O grupo de Bernardo de Vasconcelos e Carneiro Leão viu nessas atitudes de Feijó uma manobra para fortalecer o executivo e enfraquecer o legislativo. A regência e a Câmara tornavam-se o cenário das disputas entre os vários grupos de moderados. Carneiro Leão deu um lance favorável a seu grupo: apresentou para votação na Câmara

uma proposta segundo a qual, na próxima eleição para o legislativo, os eleitores concederiam amplos poderes aos deputados para realizar reformas na constituição. A Câmara aprovou a lei de Carneiro Leão; Feijó, desmoralizado, pediu demissão. Fechou-se assim um golpe para afastar o ministro da Justiça, que tentara governar autoritariamente, sem mesmo respeitar os membros de seu partido. Embora divididos, os moderados reafirmavam sua força: destituíram José Bonifácio da tutela do príncipe Pedro; sob a acusação de conspirador, Bonifácio foi preso, e a tutela entregue ao marquês de Itanhaém. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, os restauradores deixaram de existir como partido político. Os parlamentares foram realizando reformas na constituição. Em 12 de agosto de 1834, a Câmara e o Senado aprovaram a emenda constitucional chamada Ato Adicional à Constituição de 1824. Esse ato eliminava o Conselho de Estado (organismo consultivo de apoio ao imperador, que fora uma criação da Carta de 1824), mantinha o poder moderador e a vitaliciedade do senador; as Províncias (atuais Estados) passaram a ter Assembléias (de deputados). O mesmo ato adicional transformou a Regência Trina em Regência Una, sendo o regente eleito para um mandato de quatro anos; o voto continuava censitário e aproximadamente 6 000 indivíduos Poderiam participar das eleições. Um último destaque desse ato foi a criação do Município Neutro da Corte, que correspondia à capital do Império, no Rio de Janeiro; a capital da Província do Rio de Janeiro foi transferida para Niterói. Uma outra composição política surgiu do Ato Adicional, dividindo as forças políticas em dois grupos: os que o aprovavam, chamados progressistas, e os que se colocavam contra ele, denominados regressistas. O Ato Adicional de 1834 apresentava uma contradição básica: ao mesmo tempo que centralizava o poder nas mãos do regente único, dava autonomia às Províncias. A conciliação entre descentralização política e manutenção da unidade territorial parecia ser problemática. Foi em meio a tais contradições que o padre Feijó, candidato dos progressistas, venceu as eleições para regente, embora com pouquíssima vantagem sobre os regressistas, liderados por Bernardo Pereira de Vasconcelos. No entanto, nas eleições legislativas de 1836, os regressistas obtiveram vantagem e elegeram mais deputados que os progressistas. Essas disputas políticas acirravam os conflitos entre as elites aristocráticas e as camadas populares, que desde a época da independência aspiravam a transformações sócioeconômicas capazes de melhorar suas precárias condições de sobrevivência. À medida que a independência política do Brasil ia se consolidando, as elites agrárias concretizavam seus interesses econômicos e políticos, utilizando-se das massas populares para impor sua hegemonia. Durante todo o período regencial, seguiram-se as agitações populares. Cabanagem (Pará), Farrroupilha (Rio Grande do Sul), Balaiada (Maranhão) e Sabinada

(Bahia) constituíram-se em movimentos populares de revolta contra a política aristocrática, que direcionava a produção agrícola para o mercado externo, provocando alta de preços e aumento do custo de vida. Temerosa das manifestações populares, a aristocracia rural aproximou-se cada vez mais de posições conservadoras que apresentavam, como solução para as revoltas sociais, o uso de armas e o emprego de toda a sorte de repressão e violência: torturas, seqüestros, saques de casas, incêndios de lavouras, prisões indiscriminadas. Os regressistas souberam capitalizar politicamente essa situação e manipular os desejos dos conservadores de forma mais eficiente. Os progressistas passaram a ser acusados pelos regressistas - que possuíam maioria no legislativo (Câmara e Senado) - de benevolência para com os revoltosos, responsabilizando Feijó por permitir o aumento e o descontrole dos movimentos populares. Ao mesmo tempo, a maioria regressista negava os constantes pedidos de Feijó de liberação de recursos financeiros para enfrentar as dificuldades sociais: mais uma vez, a regência transformava-se em palco das lutas das elites pelo poder. O objetivo dos regressistas era de afastar Feijó da regência. Diante de uma oposição cada vez mais crescente, Feijó viu-se sem condições de permanecer no cargo, renunciando em 1837. Para ocupar a regência interinamente, isto é, por pouco tempo, o legislativo indicou Araújo Lima - representante dos regressistas -, que, vencendo as eleições regenciais de 1838, manteve-se como regente. As pressões da aristocracia rural não se esgotavam no controle da regência. Fazia parte de seus planos obter uma revisão do Ato Adicional em relação à autonomia das Províncias e descentralização política. Segundo os regressistas, essa estrutura política era responsável pelas revoltas que levavam a população às ruas. Os regressistas, ao assumirem o poder em 1837, prepararam a Lei de Interpretação, que passava para o governo regencial as atribuições conquistadas pelas assembléias provinciais através do Ato Adicional. Essa lei criava o Código de Processo, pelo qual o poder central, no Rio de Janeiro, tinha o direito de nomear os elementos da Guarda Nacional e os juizes de paz; estes não mais seriam eleitos pelos municípios, mas nomeados pela Corte, e passariam a denominar-se juizes municipais, subordinados ao ministério da Justiça. As funções policiais seriam atribuição dos chefes de polícia (com delegados e subdelegados), nomeados pela Corte em comum acordo com os presidentes provinciais.

Golpe da Maioridade, golpe na regência

Muitos debates seguiram-se no legislativo até a aprovação, em 12 de maio de 1840, da Lei de Interpretação. Os progressistas ofereceram muita resistência para aprová-la, mas souberam dar seu troco aos regressistas: iniciaram um movimento pela antecipação da maioridade de Dom Pedro de Alcântara, que por lei só poderia ocupar o trono em 1844. O Clube da Maioridade, criado em 1840, sob a presidência de um dos principais líderes

progressistas, Antônio Carlos de Andrada e Silva, trabalhou publicamente pela decretação da maioria de Dom Pedro. De início, o Partido Regressista se opôs, porque poderia perder o controle do governo nomeasse um ministério com representantes do outro partido.

Após vários acordos entre os dois partidos, Dom Pedro de Alcântara foi aclamado em 23 de julho de 1840, como Dom Pedro II (1840 a 1889). Era o fim da regência e dos regressistas; o imperador subiu ao trono pelas articulações dos progressistas, que foram convidados a organizar o ministério. Pelo chamado Golpe da Maioridade, tomou posse antecipada do trono brasileiro o jovem Dom Pedro, com quinze anos incompletos.

Segundo Reinado com Dom Pedro II – 1840 a 1889

Com o novo imperador no trono, os partidos Progressista e Regressista passaram à denominação de Liberal e Conservador, respectivamente. No entanto, não havia diferenças entre os dois, porque ambos se propunham impedir qualquer participação das camadas populares nas decisões políticas. Era voz corrente entre a população brasileira que o Partido Liberal, ao assumir o poder, entregava ao Partido Conservador seu programa de oposição e

este passava ao Liberal seu programa de governo.

O primeiro governo da Maioridade foi do Partido Liberal. Participavam do ministério os irmãos Andrada (Antônio Carlos e Martim Francisco) e os irmãos Cavalcanti (futuros

viscondes de Albuquerque e Suassuna); daí o nome de "Gabinete dos irmãos". A partir do

Golpe da Maioridade, a aristocracia rural passou a utilizar métodos violentos para permanecer no poder. Para controlar a nação, o partido governante nomeava presidentes de províncias, juizes e chefes policiais de sua confiança. Em períodos de eleições, os políticos armavam seus capangas para garantir, pela força, a vitória nas urnas. O próprio governo fraudava os resultados, reprimia grupos rebeldes e servia-se da coação a seus eleitores para impor seus candidatos ao legislativo.

Assim, nas eleições para a Câmara dos Deputados de 1 de outubro de 1840 (vencida pelos liberais), iniciou-se uma prática nova para fazer política, que ficou conhecida como eleição

do cacete, isto é, a conquista do voto pela violência, para garantir sempre resultados favoráveis ao partido que se encontrava no poder.

Embora tivesse vencido as eleições, o "Gabinete dos Irmãos" não permaneceu no poder.

Sua atuação - opondo-se aos tratados livre-cambistas, impondo a cobrança de altas tarifas

para os produtos importados e rejeitando as restrições ao tráfico negreiro - foi responsável pela queda do gabinete liberal sob pressão da Inglaterra. Além disso, internamente, os

liberais não conseguiram reprimir os movimentos populares. O imperador destituiu o

Partido Liberal e nomeou um ministério conservador. Por lei aprovada no legislativo em

novembro de 1841, os conservadores restauraram o Conselho de Estado (que fora extinto durante as regências) como instrumento para legitimar o poder moderador, sempre que

Dom Pedro II o desejasse. O novo Código Criminal, também aprovado em novembro,

subordinava os juizes e os chefes policiais ao imperador, destituindo a autonomia das províncias.

Contra essas medidas e a dissolução da Câmara dos Deputados, os liberais de São Paulo e

Minas Gerais organizaram, em 1842, os movimentos conhecidos como revoltas liberais.

Em São Paulo, o movimento teve a liderança do brigadeiro Tobias de Aguiar que, a partir de Sorocaba, liderou as manifestações contra o governo. Em Minas Gerais, na cidade de

Barbacena, o deputado Teófilo Otoni chefou os rebeldes liberais. Essas revoltas duraram

pouco, sendo neutralizadas pela atuação enérgica de Luís Alves de Lima e Silva, futuro

duque de Caxias. Pouco tempo depois o imperador concedeu anistia política aos revoltosos.

Embora os conservadores tivessem controlado as revoltas liberais, o imperador substituiu o

gabinete em 1844, levando ao poder o Partido Liberal. Essa medida foi consequência da

recusa dos conservadores em conciliar-se com os liberais, colocando em risco a harmonia

política das classes aristocráticas do próprio Império. Outro motivo para a substituição do

gabinete foi a defesa intransigente dos conservadores do tráfico negreiro, ameaçando com

isso as relações com a Inglaterra. O ministério liberal governou de 1844 a 1848. Em 1844

implantou a tarifa Alves Branco, que elevou a arrecadação dos impostos graças ao aumento

das taxas alfândegárias sobre as mercadorias estrangeiras. Sob a alegação de que a moeda

brasileira se desvalorizava, os liberais implantaram uma reforma eleitoral em 1846,

elevando a renda mínima e aumentando assim as dificuldades para ser ele

No Brasil, um parlamentarismo às avessas

A partir de 1847, o imperador criou a presidência do Conselho de Ministros, implantando o

parlamentarismo. Com esse regime político pretendia-se diminuir os atritos entre a

aristocracia agrária (representada pelos dois partidos políticos) e o poder moderador, no

qual o imperador nomeava o presidente do Conselho que, então, montaria a equipe de

ministros. As possibilidades de manobras políticas aumentaram para as elites agrárias, que

passaram a defender seus interesses de maneira mais eficiente.

O fortalecimento do executivo no governo de Dom Pedro II foi diferente do de Dom Pedro

I; no Segundo Reinado, o poder moderador estava em harmonia com os interesses dos

partidos políticos, que passaram a se revezar no poder. O revezamento trazia a "estabilidade

política" necessária à monarquia, cujo modelo político era a centralização administrativa do

Império para atender aos proprietários de terra e de escravos. De um lado, o revezamento

era possível porque os dois partidos se assemelhavam. De outro, o

revezamento limitava, a

nível local, a autonomia dos senhores rurais que, por isso, precisavam sempre recorrer ao

poder central. Através da centralização política, o Império representava a "ordem", que fora

tão ameaçada nos períodos de Dom Pedro I e das regências. O Império era a ordem porque

garantia a indispensável tranquilidade para a aristocracia rural exercer o poder em seu

benefício.

IMPERADOR (poder moderador)

CONSELHO DE ESTADO (órgão consultivo)

SENADO (órgão consultivo)

PRIMEIRO MINISTRO (poder executivo)

CÂMARA DOS DEPUTADOS (poder Legislativo)

GABINETE DE MINISTROS (poder executivo)

ELEIÇÕES (censitárias)

Conciliação: liberais unem-se a conservadores

O imperador nomeava um presidente conservador ou liberal de acordo com a conjuntura

política. Por isso, Oliveira Viana chegou a afirmar que "nada mais conservador que um

liberal no poder. Nada mais liberal que um conservador na oposição...!"

O Partido Conservador esteve por mais tempo na situação. Quando governou, de 1848 até

1853, promoveu a extinção do tráfico negreiro, o impulso à imigração (principalmente

européia), o envio de trabalhadores assalariados para o campo e a implantação de reformas

financeiras. Com a derrota dos movimentos liberais e diante das crises econômicas

provocadas fundamentalmente pela transição do trabalho escravo para o trabalho

assalariado, liberais e conservadores uniram-se em 1853, formando o Gabinete da

conciliação, isto é, um gabinete ministerial composto pelos dois partidos.

Na realidade, a Conciliação foi uma prática política constante durante todo o Império. Mas,

a partir de 1853, essa política adquire novos aspectos que se estendem até a consolidação da

Liga Progressista.

O jornalista Justiniano José da Rocha, em um estudo publicado em 1855, denomina esse

período de "arrefecimento das paixões".

Nesse mesmo ano de 1853, o governo imperial criou o segundo Banco do Brasil iniciando

uma série de reformas bancárias. Dentre essas reformas, destacou-se o estabelecimento do

controle da emissão de dinheiro exclusivamente pelo Banco do Brasil, procurando assim

restringir a circulação de dinheiro e conter o processo inflacionário. O alto preço dos

gêneros alimentícios e as dificuldades da agricultura constituíam o centro das preocupações

das elites agrárias. As restrições ao tráfico negreiro e a política inglesa de forçar a utilização

de mão-de-obra assalariada através da imigração representaram o fator-chave de crise

econômica.

Em 1858, uma grave crise financeira desestruturou a conciliação e provocou a substituição

do gabinete, sem romper totalmente com a conciliação. Novas crises seguiram-se no

período de 1859 a 1868. Todas se relacionavam com a permissão aos bancos privados de

emitir dinheiro, para fornecer empréstimos aos setores industrial, agrícola e comercial. Isso

porque "o Banco do Brasil foi acusado de possuir capacidade limitada em multiplicar suas

filiais, inibindo o desenvolvimento econômico e financeiro daqueles setores". Novas

composições políticas apresentaram novas conciliações criando a Liga Progressista,

resultado da aliança de grupos dissidentes entre os conservadores e os liberais. Essa Liga

Progressista governou no período de 1862 a 1868.

O Brasil nos conflitos externos

Paralelamente a essas crises internas, o governo brasileiro envolveu-se, a partir de 1850,

em problemas externos, gerados pela importância da posição geográfica, econômica e

política, ocupada nas Américas, sobretudo a do Sul. As regiões que hoje formam a

Argentina, Paraguai e Uruguai constituíam o Vice-Reino do Prata, que não recebia muita

atenção da Coroa espanhola, mais interessada nas rotas da prata (compreendendo as regiões

peruana e mexicana) e no ouro das Antilhas. O relativo desinteresse pelas regiões do Vice-

Reino do Prata possibilitou a expansão da colonização portuguesa, rompendo com o

Tratado de Tordesilhas (1494).

A emancipação política do Vice-Reino do Prata (início do século XIX) fragmentou a

região, originando três países: Argentina, Uruguai e Paraguai. Os comerciantes portenhos

(de Buenos Aires) procuravam reconstituir o Vice-Reino, com o unitarismo. Contra esses

interesses colocavam-se as regiões do interior da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do

Brasil, que defendiam o federalismo, com a manutenção da autonomia política de cada um

dos países.

A oposição brasileira ao unitarismo portenho coincidia com as posições inglesas na região

do Prata. Para o Brasil, o unitarismo representava a possibilidade da formação de um

grande país na Bacia do Rio da Prata, ameaçando a hegemonia brasileira.

O porto de Buenos Aires monopolizava as exportações das mercadorias platinas como o

couro, a erva-mate e até pequenas manufaturas paraguaias, como também o couro uruguaio

e das próprias regiões interioranas da Argentina. Isso explica o interesse dos comerciantes

portenhos na defesa intransigente do unitarismo. Para o Brasil, a luta se estabelecia em dois

níveis. Por um lado, tratava-se de assegurar a fragmentação política, com a manutenção de

pequenos países. Por outro lado, interessava ao Brasil o equilíbrio entre Argentina,

Paraguai e Uruguai, porque o uso livre da bacia hidrográfica platina - formada pelos rios

Uruguai, Paraguai e Paraná - garantia a ligação das regiões de Santa Catarina, Paraná e

Mato Grosso ao litoral do Atlântico.

Apoio aos colorados, guerra aos brancos

Desde o governo de Dom João VI, o Brasil manteve uma política agressiva, expansionista

e intervencionista na região platina. A anexação da Cisplatina e, posteriormente, a

resistência promovida pelos uruguaios contra o governo de Dom Pedro e na Guerra de

Independência (1825 a 1828) aumentaram o interesse do Brasil pela hegemonia na região.

Desde a independência, a República do Uruguai oscilava ora para o Brasil, ora para a

Argentina. Essa atitude configurava-se nos dois partidos uruguaios: os brancos,

representantes dos interesses pecuaristas das regiões interioranas, buscavam apoio na

Argentina, e os colorados, representados pelos comerciantes de Montevidéu (capital),

apoiavam-se no império do Brasil.

No período de 1828 a 1851, as intervenções brasileiras no Uruguai foram apenas de caráter

diplomático, com negociações para manter livre a navegação na Bacia do Prata. A partir de

1851, o Império passou a intervir com forças militares. Tratava-se, agora, de apoiar os

estanceiros e charqueadores gaúchos do Rio Grande do Sul que competiam com os

uruguayos e argentinos nos produtos pecuaristas, para abastecer a região Centro-Sul do

Brasil. A intervenção militar brasileira no Uruguai se efetivou quando os gaúchos

denunciaram a invasão de suas terras pelas tropas de Manuel Oribe, líder dos blancos. O

Brasil passou a apoiar com soldados e armas o grupo de Frutuoso Rivera, comandante dos

colorados e rival político de Oribe. Este foi finalmente vencido em agosto de 1851.

Brasil contra Rosas

Oribe era aliado do ditador argentino Rosas, que implantara uma longa ditadura na década

de 1830, após anos de lutas entre federalistas e unitaristas. Rosas, embora fosse federalista,

promoveu a centralização política em Buenos Aires, buscou intervir na política interna

uruguaia e procurou dominar a navegação dos rios platinos controlando a passagem pelo rio

Paraná com homens e armas.

A política de Rosas contrariava os interesses dos gaúchos brasileiros e do governo

imperial. O Brasil passou a apoiar o general Urquiza, governador das províncias

interioranas argentinas de Corrientes e Entre-Ríos, após a queda de Oribe no Uruguai. Em

novembro de 1851, tropas brasileiras aliadas às do general Urquiza iniciavam a luta contra

Rosas, derrubando-o do poder em fevereiro de 1852. O novo governo argentino de Urquiza

garantiu a livre navegação e, dando ênfase ao federalismo, aliou-se à política brasileira.

A queda de Oribe e Rosas não estabilizou a agitada política uruguaia. Os conflitos entre

blancos e colorados continuaram com o predomínio dos blancos, que continuavam no

poder. No entanto, durante os conflitos ocorriam violações das fronteiras com o Brasil,

invasões das estâncias gaúchas, roubo de gado e lutas dentro do território do Rio Grande do

Sul. Em 1864, os blancos, através de Anastácio Aguirre, assumiram o poder no Uruguai e,

agora sem o apoio de Rosas, uniram-se a Solano López, presidente paraguaio. Diante das

disputas no Uruguai e da aproximação dos blancos ao Paraguai, a Argentina aliou-se ao

Brasil em apoio aos colorados.

No mesmo ano de 1864, o Brasil enviou a Montevidéu a Missão Saraiva (missão

diplomática sob o comando do Conselheiro do Império José Antônio Saraiva), com um

ultimato do imperador, atendendo às pressões gaúchas, no qual exigia indenização pelos

prejuízos aos estanceiros sulistas. Aguirre não atendeu aos pedidos do império e as relações

entre Brasil e Uruguai foram rompidas. Negando-se a aceitar Solano López como

mediador, o Brasil declarou guerra a Aguirre, por terra e mar. Cercado, Aguirre rendeu-se.

Em 1865, o colorado Venâncio Flores assumiu a presidência uruguaia, realizou o

pagamento aos estanceiros gaúchos e fez um acordo de não-violação das fronteiras.

Guerra contra o Paraguai

Durante o processo das lutas do Brasil com o Uruguai, surgiram desentendimentos com a

república paraguaia, que culminaram na guerra contra o Paraguai. O Paraguai tornara-se

independente da Espanha desde 1811. A liderança de José Gaspar Rodrigues de Francia no

processo de emancipação política foi decisiva.

Tomando-se presidente em 1814, Francia se auto declarou supremo ditador (até 1840). Em

sua administração, Francia efetivou a intervenção do Estado na economia, limitou o forte

poder do clero e isolou o país de contatos diplomáticos, para assegurar a independência

paraguaia contra as intenções portenhas de reconstruir o Vice- Reino do Prata. Francia

estimulou o desenvolvimento de pequenas e médias propriedades de produção agrícola

voltadas para o consumo interno, confiscou as terras de grandes proprietários e

monopolizou para o Estado o comércio exterior.

A política baseava-se, portanto, em três pontos principais: estatização, pequenas

propriedades e ditadura. Esse modelo, sem dúvida, trouxe benefícios à população

paraguaia, mas de forma indireta, porque Francia se preocupava principalmente em

construir um Estado forte. Em 1840, El supremo dictador foi sucedido por Carlos Antonio

López, que promoveu o desenvolvimento industrial, pois o país já contava com as bases de

uma sólida produção agrícola. A renda das exportações de couro e erva-mate era utilizada

para a produção local. Carlos Antonio López construiu fundições, enviou estudantes

paraguayos para o exterior e contratou técnicos estrangeiros para aperfeiçoar o setor

manufatureiro.

Em 1862, Francisco Solano López substituiu o pai na presidência. Na administração do

jovem Solano López (então com 36 anos), o Paraguai obteve seu maior desenvolvimento.

Solano López implantou um sistema de telégrafos, construiu estradas de ferro, fábricas de

tecidos, de material de construção, de tintas, de louça, de chapéus, de pólvora, organizou a

administração das fazendas e fortaleceu a siderurgia nacional. Com uma política

protecionista, conseguiu fazer com que as exportações fossem o dobro das importações.

Além de tudo, montou um bem-equipado exército nacional.

No entanto, o Paraguai, uma nação continental "prensada" entre a Argentina e o Brasil,

sem mar territorial, logo sentiu as limitações a seu desenvolvimento. A partir de 1864,

Solano López empreendeu uma política continental no sentido de buscar uma saída para o

oceano Atlântico. Do lado paraguaio, a independência do Uruguai permitia manter a livre

navegação pelo Prata, e a aliança com os blancos uruguayos era a garantia da saída para o

mar. As tensões aumentavam nas fronteiras entre Brasil e Paraguai. A intervenção armada

do Império brasileiro no Uruguai, consolidando a posse do colorado Venâncio Flores na

presidência, deflagrou a declaração de guerra. Solano López imediatamente invadiu Mato

Grosso e as províncias de Entre-Ríos e Corrientes (Argentina).

O plano paraguaio tratava de assegurar, através de Mato Grosso, o abastecimento

de gado para as tropas e a população e de manter as comunicações de Corumbá até

a Bolívia - que na época (1864) possuía saída para o oceano Pacífico. Quanto as

províncias argentinas, o plano de ocupação visava à passagem do exército paraguaio em

direção ao Uruguai para, junto com os blancos e os gaúchos do Rio Grande do Sul (simpatizantes do modelo político republicano), bloquear argentinos, brasileiros e uruguaios. Porém a aliança com os gaúchos nunca se realizou, e López percebeu a avaliação equivocada que fizera dos sulistas brasileiros. A ofensiva contra o Paraguai firmou-se através da associação do Brasil, Argentina e Uruguai na Tríplice Aliança, em maio de 1865. Esse acordo entre os três países tinha por finalidade:

- tirar do Paraguai o controle sobre seus rios e responsabilizá-lo pelas dívidas da guerra;
- garantir a queda de Solano López, para depois estabelecer qualquer trégua;
- dividir grandes extensões territoriais do Paraguai entre Brasil e Argentina.

Nos primeiros tempos da luta, o preparo e a rígida organização militar dos soldados paraguaios garantiram-lhes vitórias sobre a Tríplice Aliança. Em 1866, as batalhas de Passo da Pátria e Tuiuti animaram os aliados. Em 1867, o comando da Tríplice Aliança no Paraguai passou para o marquês de Caxias que, rearticulando as tropas brasileiras e aliadas, conseguiu conquistar Humaitá. Seguiram-se as batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura, desfavoráveis para os paraguaios. Em 1869, os aliados invadiram Assunção (a capital). Em 1870, o conde D'Eu, casado com Dona Isabel, filha de Dom Pedro II, empreendeu a Campanha da Cordilheira, na qual eliminou os focos finais da resistência paraguaia, culminando com a morte de Solano López.

Conseqüências da guerra: crises e decadência

Em 1872, Brasil e Paraguai assinaram um acordo de paz, após inúmeras divergências entre os aliados sobre os limites das fronteiras e a posse das disputadas terras paraguaias. Depois da guerra, o Paraguai desfigurou-se como país, ficando totalmente aniquilado; nunca mais se recuperou, até os dias atuais. A Argentina consolidou sua hegemonia sobre a Bacia do Rio da Prata. O Uruguai transformou-se numa espécie de "estado-tampão", isto é, um país dividido entre o jogo de interesses argentino-brasileiro. Para a Inglaterra, que esteve por trás da guerra do Paraguai, vendendo armas e realizando empréstimos aos países em conflito, era preciso destruir um regime que promovia um desenvolvimento autônomo, que em 1840 já havia erradicado o analfabetismo, que se fechava à penetração de manufaturas inglesas, desenvolvendo uma vasta indústria artesanal (...). Diante de um Brasil dominado por um Império escravocrata e de uma Argentina dominada por uma oligarquia de latifundiários e mercadores, diante desses dois países subordinados ao imperialismo inglês, o Paraguai constituía uma 'odiosa exceção; principalmente para os interesses das potências capitalistas'.

Para o Brasil, a guerra resultou no agravamento da situação sócio-econômica e política, pois aumentou a relação de dependência com a Inglaterra, provocada pelo crescimento da dívida externa. Por outro lado, o exército nacional, que era insignificante no início da guerra, passou a ter força política após 1870. Os oficiais do exército membros das nascentes

classes médias, organizaram uma corporação capaz de superar a Guarda Nacional, braço armado da aristocracia rural, de tornar a profissão de armas um instrumento de ascensão social e de presença política decisiva para enfrentar o decadente Império. O Brasil ganhara a guerra, mas a monarquia foi derrotada. As evidências apareceram mesmo antes do término do conflito. Em 1868, o gabinete da Liga Progressista foi destituído; um grupo de liberais reagiu imediatamente, formando o Partido Liberal Radical, e, na década seguinte, criou o Partido Republicano. Em seu jornal Opinião Liberal, os liberais defendiam a descentralização política, o fim da Guarda Nacional e do poder moderador, a realização de reformas eleitorais e, principalmente, a extinção do trabalho escravo. As campanhas abolicionistas foram episódicas processo de transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado. A monarquia representava a herança da estrutura escravocrata do período colonial. A atuação das classes médias urbanas, a luta internacional contra o tráfico negreiro (a liderança da Inglaterra), o assentamento do trabalho livre em substituição ao escravo minaram as bases do regime monárquico no Brasil.

Igreja e militares: problemas internos

Ao longo das décadas de 1870 e 1880, uma série de acontecimentos abalou a estrutura do Império. A criação do Partido Republicano, em 1870, deflagrou o início de um processo político que finalizou na proclamação da República em 1889. Assim, fechada em seu conservadorismo político e na manutenção intransigente da escravidão, a monarquia isolouse gradativamente, tanto a nível nacional como internacional. No nível internacional, as classes burguesas industriais desejavam o fim da escravidão como meio de ampliar, pelo trabalho assalariado, o consumo de suas mercadorias. No nível nacional, as camadas médias urbanas lutavam pela abolição; fazendeiros, principalmente do oeste paulista, desejavam o federalismo (maior autonomia aos Estados); os militares aspiravam à ascensão econômica e ao prestígio social, influenciando as decisões políticas do país, e até mesmo a Igreja colocou-se contra sua submissão ao Estado, através do padroado. A religião oficial do Brasil monárquico era o catolicismo, e a Igreja subordinava-se ao Estado através de duas instituições: padroado e beneplácito. Pelo padroado, tradição herdada de Portugal, o imperador indicava os padres para cargos importantes dentro da Igreja; portanto, o clero era considerado funcionário público e ganhava salário do Estado brasileiro. Pelo beneplácito, o papa escolhia os bispos, mas eles deveriam ser aprovados pelo imperador. Até mesmo as bulas papais recebiam ordens diretas do monarca para sua aplicação. Em 1864, o papa Pio IX proibiu o ingresso de fiéis na maçonaria ou em qualquer sociedade secreta. Essa determinação foi ignorada no Brasil, onde um grande número de católicos (inclusive padres) pertencia à maçonaria. Em 1872, os bispos de Recife (Dom Vital Maria e Dom Antônio Macedo) fizeram cumprir a bula papal expulsando os maçons de irmandades

religiosas. As irmandades que resistiram à ordem foram fechadas pelos bispos. Pressionado pelos grupos maçônicos, Dom Pedro II ordenou a reabertura das instituições religiosas, mas os bispos firmaram suas posições. Diante da insubordinação, Dom Pedro II moveu processo judicial contra os bispos, condenando-os a quatro anos de prisão. Embora os bispos fossem em seguida anistiados pelo imperador, a Questão religiosa serviu para abalar as relações entre a monarquia e o catolicismo no Brasil. Padres passaram a condenar o Imperador em seus sermões. Além dos desentendimentos entre a Igreja e o Estado, o governo imperial enfrentou o descontentamento do exército em relação ao regime monárquico. Em 1882 o Império impediu qualquer discussão pública que envolvesse assuntos militares. A origem disso foram as críticas do tenente-coronel Sena Madureira ao montepio militar. No ano seguinte, o mesmo Sena Madureira, ferrenho defensor da abolição foi afastado das funções militares por prestar homenagem ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, o "Dragão do Mar", que se recusou a transportar escravos. Outro incidente, em 1886, envolveu o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, que denunciou publicamente o desvio de material militar e foi punido com a prisão. Seguiu-se uma série de protestos dos setores militares contra as punições, levando o imperador a suspendê-las. No entanto, esses acontecimentos acabaram por afastar o exército do Império. Esses episódios ficaram conhecidos como Questão militar, que se caracterizou por desavenças políticas entre a monarquia e o exército. Sem o apoio dos setores militares, da Igreja, das camadas médias urbanas e dos latifundiários, principalmente os cafeicultores paulistas, a monarquia enfraqueceu-se e tornou-se inadequada no quadro das mudanças econômicas, políticas e sociais. As questões religiosas e militar eram apenas evidências conjunturais da decadência do regime monárquico. As campanhas abolicionistas foram o sintoma de uma crise estrutural profunda, na qual a transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado introduzia o Brasil nas relações do capitalismo industrial. O desgaste do centralismo monárquico, defensor da aristocracia escravagista, não correspondia aos interesses dos novos grupos sociais em ascensão: a burguesia urbana e a cafeeira. Esses grupos exigiam mais participação nas decisões do Estado brasileiro. Assim, delineavam-se as bases para a formação de uma nova ordem política, sem grandes traumas para a sociedade brasileira. A república representou a substituição de um modelo político identificado com a estrutura colonial escravagista. A organização republicana foi a explicitação das alterações sociais operadas, gradativamente, desde a segunda metade do século XIX. A sociedade colonial brasileira foi latifundiária, concentradora de renda, aristocrática, patriarcal e escravocrata, principalmente nas regiões produtoras do açúcar. O advento da

mineração deslocou o pólo econômico do Nordeste para o Centro-Sul. A organização social, proveniente de uma economia mineradora mais dinâmica que a açucareira, permitiu o surgimento de uma camada média ligada, sobretudo, aos setores de serviços (artesãos, artistas, tropeiros, pequenos comerciantes e pequenos mineradores). Enquanto na representação social dos inconfidentes mineiros predominavam as classes aristocráticas (com exceção de Tiradentes, que era apenas alferes da cavalaria), ascensão econômica do Centro-Sul, na inconfidência baiana predominaram as camadas populares (mulatos, negros, brancos empobrecidos), refletindo a decadência do Nordeste. Embora a região das Minas Gerais apresentasse grupos sociais médios, a sociedade brasileira entre o final do século XVIII e a segunda metade do século XIX continuava a ter em geral pequena mobilidade. A transferência da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, consolidou a tendência ao imobilismo social. O fato de ter aparecido um grupo burocrático ligado à organização do Estado português não significou um alargamento social. Por isso, a luta pela independência não se configurava como uma disputa entre as camadas superiores e inferiores, mas como uma luta política em defesa de interesses específicos entre a aristocracia rural brasileira, desejosa da emancipação política, e a burguesia mercantil portuguesa, mantenedora do colonialismo. Por essa razão, a independência brasileira não foi um movimento nativista ou nacionalista, nem se constituiu num conflito entre nacionalidades (brasileiros contra portugueses). Tratava-se, para os proprietários de terra e de escravos, da ruptura do pacto colonial, da livre comercialização dos gêneros agrários tropicais sem o intermediário metro-politano. A independência não rompeu com a estrutura colonial; pelo contrário, a elite agrária perpetuou a escravidão e a manteve a todo custo. Por isso, a aristocracia rural aliou-se a Dom Pedro I para emancipar politicamente o Brasil de Portugal. No entanto, os excessos políticos do imperador descontentaram os proprietários de terras e de escravos que, a partir de 1824, com a outorga da Constituição, mobilizaram a população brasileira contra o absolutismo de Dom Pedro I. Essa mobilização teve amplas repercussões. De um lado, a participação da sociedade, protestando contra a crise econômica e financeira, provocou a abdicação do imperador. De outro, a população passou a exigir reformas sociais para melhorar suas precárias condições de subsistência. Para as elites, a mobilização popular tinha a finalidade de "expulsar" a política absolutista de Dom Pedro I sem, no entanto, alterar o modelo agrário exportador.

Movimentos sociais agitam o país

Foi dentro desse contexto de crise econômica (nenhum produto agrícola conseguiu ser sustentável do Império; só o café, a partir de 1840) e política (ausência de um monarca, pois Dom Pedro I transferiu-se para Portugal e seu herdeiro, Dom Pedro de Alcântara, tinha

seis anos em 1831) que foram deflagradas as revoltas regenciais de 1831 a 1840:

Cabanagem (Pará), Farroupilha (Rio Grande do Sul), Balaiada (Maranhão) e Sabinada

(Bahia).

Setembrada (1831)

Revolta dos Malés (1835)

Sabinada (1837)

Novembrada (1831)

Abrilada (1832)

Cabanagem (1835-1840)

Balaiada (1838-1841)

Cameiradas (1834-1835)

Guerra dos Farrapos (1835-1845)

Cabanagem: revolta popular Desde o período colonial, o Pará mantinha pouco contato com

as outras províncias. As elites agrárias empreenderam um enorme esforço de mobilização

popular para manter o rompimento político com a ex-metrópole lusitana. Nas manifestações

antiportuguesas, o cônego Batista Campos firmou-se como liderança de grande penetração

junto às camadas pobres, habitantes de choupanas à beira do rio, os cabanos.

Para garantir a participação do Pará no movimento emancipacionista do Centro-Sul, o Império enviou

tropas sob o comando do mercenário inglês Grenfell, mas a adesão do Pará demorou quase

um ano.

Para as classes populares, que tiveram participação decisiva no processo, a emancipação

não representou nenhuma transformação de suas condições sociais. Seus líderes, Batista

Campos e Malcher, não foram convocados para o governo provisório. Esse fato estimulou

novas agitações, reivindicando a presença dos representantes populares; a resposta imperial

foi uma violenta repressão, restando, inclusive, Batista Campos e fuzilando muitos

revoltosos.

Novos movimentos de rebeldia eclodiram após a abdicação de Dom Pedro, na maré de

instabilidade política provocada pelas regências. Em 1833, a regência nomeou Lobo de

Sousa para a presidência da província. Depois de muita resistência, ele conseguiu assumir

pela força das armas. A política repressiva de Lobo de Sousa acirrou as lutas, dando origem

à rebelião dos cabanos (1833-1836). Os irmãos Vinagre, Edmundo Angelim (seringueiro),

Clemente Malcher, o jornalista Vicente Lavor e Batista Campos foram as lideranças do

movimento que, após agitação pelo interior, conseguiu ocupar Belém (capital da província)

em 1835.

Malcher, "primeiro presidente cabano", declarou-se fiel à regência. Sua administração

conservadora, no entanto, não atendia às reivindicações populares e, ao tentar reprimir os

revoltosos mais radicais, acabou deposto e executado. O "segundo presidente cabano",

Francisco Vinagre, não resolveu as divergências entre os cabanos. Vinagre tentou um

acordo com o mercenário inglês enviado pela regência para pacificar a província, almirante

Taylor, mas este derrotou os cabanos, que se retiraram para o interior. Os cabanos se

reorganizaram em meio à população rural e conseguiram retomar Belém. No entanto, em

1836, os cabanos foram derrotados em Belém; resistem por mais três anos no interior e,

finalmente, em 1839, as tropas regenciais controlam o movimento e submetem o Pará.

Ao comentar a derrota dos cabanos, Caio Prado Jr. avalia o movimento: "estava assim

terminada a sublevação dos cabanos. É ela um dos mais, senão o mais notável movimento

popular do Brasil. É o único em que as camadas inferiores da população conseguem ocupar

o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar

da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira

insurreição popular que passou de simples agitação para uma tomada efetiva do poder".

Guerra dos Farrapos, também conhecida como Revolta Farroupilha (1835-1845) ocorreu no

Rio Grande do Sul, como reflexo de uma economia voltada para o mercado interno e em

constante crise econômica. Foi somente a partir do século XVIII, com o desenvolvimento

das charqueadas, que a região sulista se integrou à economia colonial. Desde essa época a

produção do couro, do charque e do gado destinava-se às regiões de agro manufatura

exportadora. À aristocracia rural interessava manter preços baixos para aqueles produtos,

especialmente o charque, pois constituíam a alimentação básica de seus escravos. Assim, a

política governamental fundamentava-se na sobrecarga de impostos aos estancieiros

gaúchos, importando se fosse preciso das regiões platinas, para impedir que os pecuaristas

rio-grandenses impusessem seus preços.

Os estancieiros gaúchos reivindicavam o protecionismo a suas atividades pecuaristas em

relação aos países platinos e a diminuição dos preços dos produtos envolvidos no preparo

do charque (o sal, por exemplo). Os produtos sulinos encareciam também porque o trabalho

escravo, com baixa produtividade, aumentava os custos de produção. Enquanto isso,

uruguayos e argentinos empregavam mão-de-obra assalariada e uma divisão de trabalho

capaz de aumentar a produtividade. Diante da negação de reformas na política tarifária e do

centralismo do governo regencial, que nomeava diretamente os presidentes da província e

os funcionários locais, os fazendeiros gaúchos, apoiados pelos pequenos produtores e pela

massa de homens assalariados e empobrecidos, deflagaram a Guerra dos Farrapos, em

1835. No ano seguinte, os Farrapos proclamaram a República Rio-Grandense ou República

de Piratini. Seguiram-se anos de lutas. O governo de Dom Pedro II anistiu os revoltosos em 1840. O

pacifismo oficial não ecoou entre os Farrapos, que continuaram a luta. Em 1842, o barão de

Caxias, nomeado para conter o conflito, isolou o Rio Grande, cortando as vias de

comunicação com o Uruguai. A negociação com os rebeldes, em 1845, encerrou o conflito.

As concessões do governo mostraram a força do movimento. Os revoltosos conseguiram

anistia geral, incorporação dos soldados e oficiais do exército imperial em igual posto, com

exceção do cargo de general, e devolução das terras apreendidas.

Sabinada e Balaiada. Também no Nordeste eclodiram duas revoltas no período regencial: a Sabinada e a Balaiada. Sob o comando do médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, a Sabinada (1837-1838) foi um movimento separatista e republicano organizado na Bahia. Essa rebelião caracterizou-se por médias, que contou com apoio militar das tropas federais estacionadas em Salvador, lutando para obter a autonomia da província. Não houve a mobilização das camadas populares, nem o apoio da aristocracia agrária local. A República Baiana foi proclamada em novembro de 1837, com a intenção de durar até a maioria de Dom Pedro, mas durou apenas alguns meses. A repressão aos revoltosos pelas tropas do governo central foi violenta. Em março de 1838 a província reintegrou-se ao país.

A Balaiada (1838-1841) eclodiu no Maranhão, sob a liderança do vaqueiro Raimundo Gomes, o fazedor de balaios Francisco dos Anjos (originando-se daí o nome da revolta) e o negro Cosme, líder dos escravos fugitivos da província. Esse movimento foi decorrente de sucessivas rebeliões que ocorreram em todo o Maranhão e até na província do Piauí, entre 1831 e 1841, em consequência da crise econômica provocada pela decadência do algodão. A ampla participação das camadas populares impediu que os proprietários agrários, divididos em dois grupos – os bem-te-vis (liberais) e os cabanos (conservadores) – utilizassem a massa popular como instrumento para atingirem seus objetivos de autonomia da província. Seguiu-se enorme repressão ao movimento, sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva, que conseguiu derrotar os balaios em 1840, com a ajuda da aristocracia local.

Praieira. Entre as manifestações liberais iniciadas com a independência, destacou-se a Insurreição Praieira, em Pernambuco, que eclodiu como conflito armado em 1848. Em Pernambuco, as terras se concentravam nas mãos de poucas famílias latifundiárias, fazendo com que a população dependesse direta ou indiretamente dos interesses particulares dos proprietários escravocratas. Enquanto isso, o comércio era monopolizado pelos portugueses, dificultando o mercado de trabalho para os brasileiros e tornando ainda mais precárias as condições de subsistência das camadas mais pobres.

Em 1843, os conflitos sociais cresceram entre latifundiários e comerciantes portugueses; de um lado, e os pequenos comerciantes brasileiros e as camadas urbanas médias, de outro.

Os praieiros – assim chamados porque seu jornal, *Diário Novo*, localizava-se na rua da Praia, em Recife – formavam o Partido da Praia, que se compunha de grupos radicais (intelectuais e camadas médias) em oposição tanto aos liberais quanto aos conservadores que se alternavam no poder, sempre representando os latifundiários e os comerciantes.

Em novembro de 1848, os praieiros encetaram a luta armada, sob a liderança de Pedro Ivo Veloso da Silveira; o movimento estendeu-se por toda a província. O programa político dos

praieiros compreendia o voto livre, plena liberdade de pensamento, garantia ao trabalho, independência dos poderes e a extinção do poder moderador, entre outros princípios liberais e republicanos. Esses pontos coincidiam aspectos, com os objetivos dos socialistas franceses, embora não incluíssem a defesa do escravo.

A repressão das tropas governamentais venceu os rebeldes em 1850, prendendo Pedro Ivo e outras lideranças. A derrota dos praieiros representou o fim dos liberais radicais, que desde a época da independência haviam lutado para implantar a república no Brasil. Esses movimentos estenderam-se por todo o período e foram controlados no governo de Dom Pedro II. Ocorreram num período de consolidação do Estado nacional brasileiro e serviram como instrumento para a ruptura da política colonialista, permitindo, em todo o país, o confronto dos interesses entre os setores da aristocracia rural. Nesse confronto, as camadas populares foram frequentemente manipuladas pelos proprietários, que buscavam resolver suas disputas pelo poder. No entanto, ao contrário dos desejos dos latifundiários, as massas populares reivindicavam, também, melhoria de suas condições de sobrevivência, utilizando-se de amplos recursos para isso. A reação da aristocracia às reivindicações populares foi sempre a mesma: repressão violenta, mortes, prisões e torturas.

Confronto com o imperialismo britânico

As intervenções na América do Sul revelaram o caráter imperialista do Brasil em relação aos países vizinhos; através de ações militares, o governo brasileiro buscava garantir seus interesses comerciais na região platina. Também imperialista era a postura da Inglaterra, que de todas as maneiras reafirmava sua hegemonia no território brasileiro. Um incidente diplomático ocorrido no Segundo Reinado revela a extensão do imperialismo britânico. Em 1861, o navio inglês *Prince of Wales* naufragou no Rio Grande do Sul. Logo após ter sido recuperada, numa praia deserta, a carga foi roubada, e isso gerou protestos do embaixador i Christie. Diante da impossibilidade de identificar os culpados, ou de recuperar a carga, o embaixador Christie exigiu o pagamento de uma indenização pelos prejuízos. Um segundo incidente ocorreu em 1862, no Rio de Janeiro. Marinheiros ingleses, bêbados e sem fardas, foram detidos por desordens feitas nas ruas cariocas; após identificação policial, os marinheiros foram soltos. Mesmo assim, Christie protestou junto ao governo brasileiro, afirmando que se tratava de uma grave ofensa à Marinha Britânica, e exigiu a punição dos responsáveis. Diante do não atendimento a seus pedidos, Christie decidiu determinar a apreensão de cinco navios mercantes brasileiros, na baía de Guanabara. Os protestos da população carioca diante das atitudes do embaixador, obrigaram o governo imperial a romper relações diplomáticas com a Inglaterra. Só após várias negociações, o Brasil pagou pela carga roubada, e a Inglaterra pediu desculpas oficiais pelos abusos do embaixador Christie. Em 1865, Brasil e Inglaterra reataram as relações diplomáticas. A chamada Questão Christie marcou um momento de

afirmação do Brasil como nação soberana e demonstrou a importância do país no jogo imperialista da Grã-Bretanha. A solução diplomática valorizou a nação brasileira, sem impedir que os britânicos continuassem a emprestar libras para o governo de Dom Pedro II, durante os três anos (1862-1865) de ruptura das relações.

Império: do trabalho escravo ao assalariado

As agitações que se seguiram à independência se prolongaram pelo Segundo Reinado.

Embora com menos intensidade, tiveram como uma das causas estruturais o trabalho escravo. A escravidão constituía o limite do desenvolvimento do mercado interno e do consumo de manufaturas internacionais. Contra essa situação, a Inglaterra decidiu abolir o tráfico negreiro. O tratado de 1831 formalizou o fim do tráfico negreiro, mas este, ao invés de ser extinto, continuou a aumentar. Assim, em 1845, o Parlamento inglês aprovou a lei Aberdeen, lei que conferia à Marinha Britânica o direito de apresar qualquer navio negreiro, sendo os traficantes obrigados a responder processo.

A repressão ao tráfico chegou mesmo à apreensão de navios em mar territorial brasileiro.

Em março de 1850, o governo inglês pressionou o Império brasileiro, ameaçando declarar guerra se o Brasil não cumprisse os tratados. Dessa forma, a lei Eusébio de Queiros, de 4 de

setembro de 1850, colocou fim ao tráfico negreiro. E a economia do império mudou de

rumo: os capitais antes empregados na compra de escravos passou a especular as atividades comerciais, financeiras e industriais. Ao mesmo tempo, incentivava-se a luta

pela abolição do trabalho escravo. Paralelamente às pressões inglesas contra a escravidão, o Império buscava alternativas para

o problema da mão-de-obra no Brasil. Nicolau Vergueiro, fazendeiro do interior de São

Paulo, iniciou a utilização do trabalho assalariado com a vinda, em 1817, de imigrantes

europeus para suas fazendas. O esquema adotado era o de parceria, que rapidamente foi

utilizado por outros fazendeiros de São Paulo: o contrato entre fazendeiro e imigrantes

estabelecia que as despesas de viagem e transporte até a fazenda, bem como a manutenção

e instalação da família imigrante, corriam por conta dos proprietários de terras. Tais

despesas eram consideradas como uma espécie de adiantamento e, quando o colono

começasse a produção, iniciaria o pagamento ao proprietário com 6% de juros ao ano.

Cabia ainda a cada família um certo número de pés de café para o cultivo, colheita e

secagem. Além disso, os imigrantes teriam um pedaço de terra para produzir gêneros para

sua própria subsistência. O fazendeiro, ao vender a produção cafeeira, dividia a renda

líquida com o colono. Este também se comprometia a do fazendeiro a metade do dinheiro

obtido na venda de seus produtos da roça.

Os resultados foram modestos, e o sistema fracassou porque o fazendeiro, acostumado com

a escravatura, tratava o colono como escravo. Além disso, os colonos acusavam os

latifundiários de destinar-lhes os piores terrenos para o cultivo do café, de não avaliar os

pesos e medidas da produção cafeeira, da falta de moradias adequadas (os colonos

instalavam-se em casas sem forros, chegando até a habitar antigas senzalas). Os colonos

também discordavam da entrega do fazendeiro de metade da produção da roça, cultivada

para a própria subsistência, e consideravam desonesta a cobrança de juros, que se convertia

em mais uma maneira de manter o colono preso à fazenda.

Em função da extinção do tráfico, dos problemas enfrentados com a parceria e da

necessidade de mão-de-obra, os fazendeiros do Sul começaram a comprar escravos das

regiões Norte e Nordeste. Mesmo assim, a escassez de escravos continuava a estimular a

imigração. A partir de 1871, a imigração crescente e a mão-de-obra de imigrantes foram se

tornando majoritária em relação à escrava. Dentro desse contexto, as campanhas

aboliconistas também exerceram pressões contra a escravidão. Assim, a transição do

trabalho escravo para o trabalho assalariado configurava- irreversível no processo

aboliconista. A lei do Ventre Livre, de 1871, que libertou os negros nascidos a partir desse

ano, enquadrou-se no processo de transição como decorrência das lutas

aboliconistas e do crescimento da imigração. Tratava-se, no entanto, de uma vitória parcial, pois a mãe

continuava a ser escrava, mas a rigor deixava de contar com o senhor para sustentar o filho

"livre". Em 1885, a lei Saraiva-Cotegipe ou lei dos Sexagenários (o negro deixava de ser

escravo ao completar sessenta anos) representou uma nova concessão aos antiescravocratas,

embora tenha sido na prática uma arma de dois gumes. O ex-escravo de sessenta anos

dificilmente conseguiria inserir-se num mercado de trabalho assalariado. Diante de tantas

contradições no próprio sistema escravocrata, das inúmeras tentativas de fuga e da recusa

do exército em caçar negros foragidos, da luta dos aboliconistas e das pressões da

Inglaterra, não havia mais como sustentar a continuação do trabalho escravo. Na ausência

de seu pai Dom Pedro II que estava em viagem, princesa Isabel assinou em 13 de maio de

1888 a lei Áurea que declarava extinta a escravidão no Brasil.

"O advento do trabalho livre, no entanto, separou a pessoa do trabalhador de sua

capacidade de trabalho, de sua força de trabalho (...) A sujeição da pessoa foi substituída

pela sujeição do trabalho ao capital."

Com a abolição da escravatura e a consolidação do trabalho assalariado, uma nova

estrutura social foi se delineando no final do século XIX. O crescimento das cidades, a

industrialização em curso, a aplicação de novas tecnologias e novos sistemas de trabalho no

campo trouxeram a emergência de um proletariado urbano e rural, de uma burguesia ligada

aos setores industriais, além da manutenção das oligarquias fundiárias e de um lento

processo de integração dos negros como trabalhadores livres, isto é, ligados ao capital.

Uma cultura urbana calcada em modelos europeus
A vida cultural no final do século XVIII era predominantemente influenciada pelas idéias

da ilustração européia. As academias (lugares de reunião de literatos e cientistas) brasileiras refletiam a literatura, arte e cultura de Portugal e da França. O estilo arcaico ou neoclássico do "Século das Luzes", na França, tinha grande repercussão entre a elite ilustrada brasileira; seus poemas lembravam terras pastoris e a ideologia burguesa transparecia em seus escritos e ideais de libertação da metrópole portuguesa. Os inconfindentes mineiros encararam de forma exemplar o Diário do Século das Luzes, com críticas ao sistema colonial inspiradas nos movimentos revolucionários franceses. O Romantismo, com o Brasil já independente, é que produzirá uma literatura mais ligada às camadas médias, esboçando um caráter acentuadamente nacionalista e manifestando a preocupação com as condições sociais da população brasileira. No período de Dom João VI, a preocupação oficial era a abertura para o exterior. A criação da Biblioteca Real e do Museu Nacional pretendia preservar a memória da tradição portuguesa e legitimar o poder da Corte no Brasil. A fundação da Academia Militar e da Academia da Marinha objetivaram a formação de quadros militares. A criação da Escola de Comércio e da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios visava à melhoria da qualidade de mão-de-obra no Brasil. O desenvolvimento da imprensa tinha por finalidade a divulgação dos valores oficiais, o que se fazia, sob proteção do Estado lusitano, em duas publicações: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) e A Idade de Ouro no Brasil (1811-1823). Esta última era editada na Bahia, sob a orientação do governador local. Uma exceção nesse período (1808-1822) foi o Correio Braziliense, de Hipólito da Costa, com edições quase mensais. Hipólito imprimia o Correio em Londres, de onde atacava violentamente a política joanina. Suas críticas refletiam as aspirações da aristocracia rural brasileira, com objetivos emancipacionistas. Na época da emancipação brasileira (1822), a Europa vivia o clima do Romantismo. As idéias da Revolução Francesa desenvolveram, no plano estético, um movimento de amplas repercussões com a negação à rigidez dos modelos clássicos e incentivando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Era uma época de transição, que criticava os valores aristocráticos, mas ainda não assumia claramente os valores da sociedade burguesa em ascensão. No Brasil, a estética romântica esteve ligada à construção dos ideais nacionalistas. Os poetas, prosadores e literatos em geral buscavam nas raízes brasileiras o ideário nacional. O índio foi fundamental para legitimar a nacionalidade; o Indianismo enalteceu as qualidades idealizadas e a pureza dos primeiros habitantes do Brasil. José de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves, Álvares de Azevedo foram os principais expoentes dessa fase. O período compreendido entre a proclamação da independência (1822) e a guerra do Paraguai (1870) foi marcado pelo aparecimento de temas nacionais no teatro e na ficção em prosa. As comédias de Martins Pena e França Júnior tratavam dos costumes da época. A

ficção em prosa contou com o romance de folhetim, no qual se destacou Manuel Antônio de Almeida. Foi José de Alencar, contudo, quem desenvolveu de forma mais elaborada o ideal romântico, nos romances Iracema e Guarani. Outras atividades artísticas e intelectuais tiveram pouca expressão. Os pintores, em sua maioria, eram estrangeiros. Entre os brasileiros, destacaram-se Pedro Américo e Vítor Meireles, que retratavam principalmente cenas históricas. "Na música, a fonte inspiradora foi a Itália com suas óperas. Carlos Gomes compôs O Guarani, baseado na obra de Alencar e inspirado nas óperas italianas. No Rio de Janeiro, capital intelectual e artística, companhias estrangeiras encenavam peças teatrais, geralmente em francês. Somente a partir das últimas décadas do século XIX, os conflitos sociais, políticos e econômicos apareceram nos livros. Na Europa, começa a impor-se uma nova tendência literária: o Realismo. Artistas plásticos, músicos, poetas, romancistas e teatrólogos tentavam libertar-se dos excessos românticos, inaugurando uma estética mais adequada ao desenvolvimento industrial. No Brasil, de 1880 até o final do século, a produção literária foi marcada pelas obras de ficção de Machado de Assis. O conteúdo de suas obras refletia de maneira irônica, sutil, com palavras precisas, os valores, as contradições, as angústias da época. Na poesia, cultuava-se a forma pura, as rimas ricas, sonetos eloqüentes, originando o Parnasianismo." No livro II, procuramos destacar a configuração do capitalismo através de duas revoluções: a Industrial (que permitiu a grande acumulação de capitais por meio da produção de mercadorias em série) e a Francesa (que trouxe o poder político para as mãos dos burgueses, proprietários de indústrias e estabelecimentos de comércio). Embora as bases científicas e tecnológicas do capitalismo tenham se desenvolvido na Inglaterra, na França se estabeleceram as bases políticas e ideológicas da burguesia.

Panorama da economia mundial
Capitalismo liberal

O capitalismo se desenvolveu com um caráter internacionalista. Desde o final do século XVIII (1780) até fins do século XIX (1870), o desenvolvimento econômico se baseou num capitalismo industrial liberal de livre-concorrência: a competição entre as empresas promovia os ajustes entre produtores e consumidores, garantindo melhorias na qualidade da produção a preços mais baixos. Como a livre competição passou a ser um instrumento de auto-regulação natural pelo processo produtivo, não havia mais necessidade de intervenção do Estado na economia, como ocorrera no mercantilismo. O lema dessa fase do capitalismo era: (deixar "fazer", deixar passar). O mercado possuiria leis próprias que harmonizassem a oferta e a procura de mercadorias. Na economia liberal, o papel do Estado consistia apenas em dar condições para a expansão dos lucros: a nível interno, através do controle das camadas proletárias; a nível externo, por meio da garantia das conquistas de mercados consumidores internacionais.

De 1780 a 1830, é possível identificar a era da industrialização baseada na produção têxtil de consumo interno e externo. Os anos de 1830 a 1850 constituíram a era das ferrovias e da fabricação de grandes máquinas através do uso de ferro fundido em fornos a carvão. Já o período de 1850 a 1870 marca a era da produção em grande escala e da redução dos custos por unidade produzida. O empresário possuidor de grandes capitais começa a engolir os capitalistas de fundo de quintal.

Crescimento capitalista

A partir de 1870, o livre comércio começou a ser superado. O capitalismo passou então a basear-se nas tarifas protecionistas: é a era dos trustes, cartéis e holdings, que se caracterizou pela concentração do capital e pela substituição da concorrência pelo monopólio.

O monopólio capitalista fez surgir o imperialismo, pois se tornou essencial obter matérias-primas baratas de regiões pobres dominadas pelas potências européias.

Se o colonialismo europeu dos séculos XV a XVIII caracterizou-se pela aquisição de metais preciosos, gêneros agrícolas tropicais e exportações de mercadorias das metrópoles do Velho Continente para suas colônias, o colonialismo do século XIX baseou-se na busca de ferro, carvão, petróleo e alimentos. Esse sistema abrangeu a África, a Ásia e a América,

onde se aplicavam os capitais excedentes da Europa. No século XIX, a maior potência dessa nova fase colonialista passou a ser a Inglaterra, que dispunha de grandes capitais excedentes por ter sido berço da Revolução Industrial. Com isso a Inglaterra passou a dominar grande parte da Ásia (Índia, Paquistão etc.), estendendo seu império também à África (África do Sul, por exemplo) e à América (ilhas Falklands etc.).

O imperialismo resultante dessa nova fase do colonialismo se desenvolveu a partir dos seguintes estágios:

- "vários países capitalistas adiantados lutam em condições de igualdade pelo mercado mundial dos produtos industriais;

- os grandes capitais formam monopólios;

- a exportação de capital torna-se a característica mais destacada das relações econômicas mundiais.

Esse processo produtivo gerou duas conseqüências principais:

- "grande rivalidade no mercado mundial, que levou a uma intensa competição e aos monopólios internacionais;

- divisão territorial do mundo entre as principais potências capitalistas;

Nacionalismo e militarismo

O militarismo e o nacionalismo contribuíram para a ascensão das classes burguesas na formação da sociedade capitalista. Enquanto o nacionalismo fornecia o suporte ideológico para a derrubada dos resquícios do feudalismo, o militarismo garantia a estruturação do capitalismo na Europa pela força das armas, ao mesmo tempo que assegurava contingentes de controle das colônias exploradas pelas potências capitalistas.

Estados Unidos: a política do porrete

As potências européias disputavam territórios da África, da Ásia e da América, que se tornaram ao mesmo tempo fornecedores mundiais de matérias-primas essenciais e

promissores mercados para os produtos industrializados europeus.

No final do século XIX, agravando esse quadro de disputa e tensão, os Estados Unidos da América também começaram a emergir como potência imperialista. O próprio governo norte-americano adotou na época uma política chamada big stick (grande porrete).

Seguindo essa doutrina, o presidente Theodore Roosevelt defendia a intervenção armada dos EUA em qualquer nação do continente que ameaçasse os interesses norte-americanos.

As regiões do Caribe e da América Central foram o grande alvo do big stick, notadamente países como a Nicarágua, Honduras, República Dominicana - conhecidos como "Repúblicas das Bananas" por serem regiões que a empresa americana United Fruit Co. dominava através da plantação, comercialização e industrialização de frutas tropicais.

Os EUA também estavam militarmente em condições de dominar o resto da América. Os marines (como eram chamados os fuzileiros navais) garantiram a presença do capitalismo norte-americano.

O imperialismo gera guerra

Assim, os EUA passaram a disputar com a Europa (principalmente a Inglaterra) o domínio sobre a América Latina. Enquanto isso, as disputas imperialistas na Europa se aceleravam - e outros países, como a Alemanha, passaram a competir com a Inglaterra pelo controle das colônias.

Em 1870, a Inglaterra começou a sofrer o efeito das primeiras crises de superprodução do capitalismo e já não era mais a única "oficina mecânica do mundo". A Alemanha passou a ameaçá-la na competitiva busca de mercados. Grã-Bretanha e França dividindo domínios territoriais africanos. O controle do Marrocos (norte da África) pela França acirrou as lutas. Num discurso em T"anger (cidade marroquina), o Kaiser Guilherme II (imperador alemão) afirmou que a Alemanha tinha como lema "a política mundial como missão, a potência mundial como meta e o poder naval como instrumento".

As principais rivalidades entre as potências européias eram as seguintes:

- Alemanha X Inglaterra: a hegemonia marítima inglesa era colocada em risco pela crescente indústria naval alemã;

- Alemanha X França: além do Marrocos, os territórios franceses da Alsácia-Lorena foram anexados pelos alemães depois de 1871;

- Alemanha X Rússia: disputa pelo controle do estreito de Dardanelos na rota Berlim-Bagdá, entrando em choque os interesses imperialistas russos e alemães sobre o domínio de regiões orientais;

- Áustria X Rússia: após a vitória na guerra contra o Japão (1905), a Rússia preocupou-se com o controle dos Balcãs, onde a região da Sérvia (sob o domínio austríaco) recebia apoio russo em suas pretensões separatistas;

- Áustria X Sérvia: região de constantes atritos; os movimentos nacionalistas da Sérvia culminariam com a deflagração da Guerra Mundial.

Alianças não garantem a paz armada

Os nacionalistas eram usados como forma de esconder interesses imperialistas. Eis alguns exemplos:

- o pangermanismo era a concepção de que os povos germânicos (alemães) pertenciam a

uma raça superior, e por isso deviam se unir sob a liderança da Alemanha para combater as "raças inferiores";

- o pan-eslavismo da Europa do leste considerava que os povos de origem eslava precisavam se garantir contra outros povos sob o comando da Rússia;
- como reação ao pangermanismo, difundiu-se na França o revanchismo contra os alemães, como um sentimento de desforra diante da perda da Alsácia-Lorena.

Um sistema de alianças políticas unia, de um lado, Alemanha, o Império Austro-Húngaro e Itália, formando a Tríplice Aliança, e, de outro, Inglaterra, França e Rússia, compondo a Tríplice Entente. Diante desses acordos, a Europa de 1910 vivia em permanente tensão.

Nacionalismo, militarismo, imperialismo, corrida armamentista e expansão dos exércitos criavam um clima de crescente agressividade. Era a "paz armada".

I Guerra: de quem foi a culpa?

A "paz armada" não evitou a guerra, que se iniciou a 28 de junho de 1914 com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (herdeiro do trono austríaco) na Bósnia-Herzegovina (província da Áustria que os sérvios reivindicavam). A maioria das nações européias acabou se envolvendo na guerra: depois de a Áustria-Hungria declarar guerra à Sérvia, chegou a vez de a Alemanha declarar guerra à Rússia e em seguida à França. Logo os alemães invadiram o território francês através da Bélgica. Solidária à Bélgica, a Inglaterra também entrou na guerra contra a Alemanha. Em poucos dias, o conflito alcançou dimensões mundiais, envolvendo a Tríplice Aliança e países solidários contra a Tríplice Entente e seus aliados.

Mas, "afinal, a quem coube a responsabilidade da guerra? Quais foram os culpados? As contradições imperialistas entre a Inglaterra e a Alemanha, entre a Alemanha e a Rússia, entre a França e a Alemanha e entre a Rússia e a Áustria conduziram à I guerra Mundial.

Da preparação dessa guerra participaram todas as potências imperialistas, dominadas por um único desejo: repartir o mundo, cada qual em seu próprio proveito. A culpa da guerra coube a todos os imperialistas".

A I Guerra Mundial foi o primeiro confronto travado entre Estados nacionais modernos e mobilizou os recursos da indústria e da tecnologia para fins de destruição. A indústria bélica foi altamente estimulada, com o desenvolvimento de submarinos, navios de guerra, tanques e novos tipos de armas.

Apesar de a Rússia ter se retirado do conflito em 1917 por causa da eclosão da Revolução Russa, que instaurou o regime socialista no país, a entrada dos EUA na guerra no mesmo ano definiu os rumos do conflito em favor do grupo da Inglaterra, da França e de seus aliados.

O grupo liderado pela Alemanha acabou derrotado e esse país teve de assinar a capitulação a 11 de novembro de 1918. Em janeiro de 1919, o governo da Alemanha, que havia se transformado em República; assinou o Tratado de Versalhes, no qual aceitava ser fiscalizada no seu desarmamento, perdia regiões como a Alsácia-Lorena para a França e outras para a Bélgica, Tchecoslováquia, Polônia, além de territórios coloniais.

Reconhecendo-se culpada pela guerra, a Alemanha se comprometeu a fazer pesados pagamentos de indenização aos vencedores.

O tratado fez crescer ainda mais as rivalidades entre as nações européias. As penalidades impostas aos alemães pelos aliados tornaram-se um dos fatores da eclosão da II Guerra Mundial, pois a Alemanha mergulhou em profunda crise econômica, gerando fortes sentimentos nacionalistas e uma onda de ódio e de revolta popular que resultou na ideologia nazista do líder Adolf Hitler.

Euforia frágil

A década de 20 refletiu o fim do otimismo liberal. As potências européias precisavam produzir mais e melhor para compensar a destruição das fábricas provocada pelo conflito.

Paralelamente, os EUA, que não foram afetados pela guerra, emergiram como potência, substituindo a Europa no domínio sobre o mundo.

A guerra fez com que a Inglaterra e a França perdessem mercados para os EUA, o que resultou em desemprego, falências e insatisfação social. A interrupção do fornecimento de mercadorias provocada pela guerra estimulou também a industrialização da América Latina.

Com isso, o continente americano conheceu um surto de prosperidade nos anos 20. No Brasil, por exemplo, enquanto a industrialização se acelerava, cresciam as exportações de gêneros agrícolas, pois a desorganização da economia européia diminuiu também sua própria capacidade de produzir alimentos.

O capitalismo desse período foi marcado pelo esforço de recuperação da Europa, pelo desenvolvimento tecnológico e pela implantação de empresas que cada vez mais dispensavam mão-de-obra. Os salários (principal fonte de lucro para os capitalistas) foram progressivamente achatados, gerando desemprego e subemprego.

Paralelamente, as empresas norte-americanas passaram a dedicar-se mais à especulação do que à produção. As ações das empresas eram valorizadas artificialmente, deixando de corresponder ao capital que tais empresas realmente possuíam. A classe média começou então a aplicar suas economias em ações, na esperança de ganhar dinheiro fácil.

1929: a "quinta-feira negra"

No dia 24 de outubro de 1929, a "quinta-feira negra", a Bolsa de Valores de Nova York recebeu 16 milhões de ações sem compradores, pois todos queriam vender seus títulos. A consequência foi inevitável: pequenos e médios industriais faliram, despedindo milhões de operários. Bancos e casas comerciais fecharam suas portas. Casas e apartamentos foram hipotecados ou vendidos a baixo preço. O desemprego se propagava.

O mercado internacional também foi afetado pela crise norte-americana. O comércio mundial declinou em 30%, mostrando a interdependência da economia capitalista. A crise se prolongou pelos anos 30 e se alastrou pelo mundo, estimulando ideologias autoritárias, como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha e o Estado Novo em Portugal e no Brasil, cujo resultado foi o fortalecimento das burocracias estatais e militares que acabaria desembocando na II Guerra Mundial.

A política e a sociedade

Nascimento do proletariado

Como vimos no livro II, o final do século XVIII e o século XIX marcaram a substituição

do mercantilismo pelo liberalismo. Se o mercantilismo foi caracterizado pelo domínio

político da nobreza e dos reis, herdeiros ainda dos senhores feudais, o liberalismo trouxe o

poder para a burguesia - classe de comerciantes, banqueiros e proprietários de fábricas.

Pode-se dizer que a nobreza e os reis estimularam o surgimento da burguesia comercial dos

séculos XV e XVI, amparando-a através do mercantilismo. A burguesia, por sua vez,

passou a sustentar a nobreza e os reis através de crescentes impostos. A partir do século

XVIII, porém, a burguesia, fortalecida pela diversificação de sua atividade econômica e

pela grande acumulação de capitais, tomou o lugar da nobreza no domínio político do

mundo.

Assim como a nobreza se apoiou na burguesia e dela se aproveitou durante séculos, os

burgueses, que disseminaram o liberalismo, se ampararam numa força social crescente a

partir da Revolução Industrial: o proletariado. Os proletários fizeram a riqueza da burguesia

e a apoiaram contra a nobreza, fornecendo-lhe, por exemplo, o imenso contingente humano

que lutou nas ruas pela vitória da Revolução Francesa.

Porém, o proletariado logo percebeu que a burguesia não tinha intenções de lhes oferecer

muita coisa - e isso ficou visível no contraste entre a abastada vida da sociedade liberal

burguesa e a miséria das camadas proletárias.

As lutas operárias O longo processo de luta e organização do proletariado nascente teve

início, na Inglaterra, o berço da Revolução Industrial. O primeiro marco dessa luta foi o

comício organizado pelos trabalhadores de Manchester (Inglaterra) em 1819, no chamado

Campo de Pedro, onde foram praticamente massacrados. Houve muitos mortos e feridos, e

o episódio ficou conhecido como Peterloo, numa ironia à Batalha de Waterloo, que custara

o poder a Napoleão.

Os operários ingleses, porém, conseguiram desenvolver novas formas de luta e

organização, formando as trade unions (ligas operárias). Estas, de início, atuaram como

entidades assistencialistas, mas logo deram origem aos sindicatos, que passaram então a

representar as reivindicações dos trabalhadores.

Outro grande movimento operário estruturado a partir de 1837 foi o Cartismo, derivado da

Carta do Povo, um documento ou petição que reivindicava igualdade de direitos no

Parlamento. A Carta do Povo exigia:

- eleição anual do Parlamento;

- representatividade paritária entre as classes sociais; - votação secreta; - fim do censo de

bens.

Encabeçado pela Associação de Operários fundada em 1836, o movimento cartista obteve

algumas vitórias para a causa operária, mas se dissolveu em 1842, devido a divergências

entre os que propunham uma aliança com a burguesia e os defensores da luta armada.

Os ideais presentes nas trade unions e as aspirações cartistas podem ser considerados como

projetos ou lutas inspirados em teorias que mais tarde foram chamadas de socialismo

utópico. Esse tipo de ideologia criticava o capitalismo e defendia um mundo mais justo,

mas não chegou a estruturar um projeto político concreto que viabilizasse os anseios de

seus seguidores.

O Cartismo foi responsável por algumas conquistas dos trabalhadores do século XIX: - a

lei de proteção ao trabalho de crianças (1833);

- a lei de regulamentação das associações políticas (1846);

- a limitação da jornada de trabalho em 10 horas (1847);

- estabelecimento de contratos de trabalho.

1848: Manifesto Comunista

A análise das causas da exploração e das condições dos trabalhadores na nova ordem

capitalista, aliada a uma crítica e dinâmica visão da história e das sociedades sob a ótica da

luta de classes, permitiu a estruturação de um projeto político para o proletariado. Nesse

sentido, o Manifesto Comunista de 1848, escrito por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich

Engels (1820-1895), tem sido considerado um dos textos políticos mais importantes. Os

conceitos de luta de classes e ditadura do proletariado formaram as bases para a construção

de um projeto político para o proletariado, que se tornou capaz, então, de fazer a crítica do

liberalismo democrático-parlamentar e de suas contradições, propondo uma sociedade sem

classes.

Marx e Engels têm fundamental importância na criação e organização da Associação

Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864 em Londres.

Do socialismo utópico ao socialismo científico

Enquanto o liberalismo legitimava a sociedade burguesa (propondo uma igualdade jurídica

abstrata, sem possibilitar ao proletariado urbano as mínimas condições humanas de

sobrevivência), uma outra ideologia ganhava corpo através das análises de intelectuais e

trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida para o proletariado: o

socialismo.

Teoria crítica que surge das contradições do liberalismo, o socialismo propõe uma nova

sociedade baseada na socialização dos meios de produção e no domínio político do

proletariado. Esta formulação foi denominada por Marx e Engels de socialismo científico,

em oposição ao socialismo utópico, que não tinha condições de estruturar-se como projeto

político das classes trabalhadoras, já que não conseguia entender a contradição principal da

sociedade liberal burguesa: a luta de classes.

O socialismo científico

Denominou-se socialismo científico a tradição teórica que se originou a partir de K.

Marx e F Engels. Estes dois pensadores formularam uma interpretação materialista da

história, dinâmica e baseada na compreensão das estruturas econômicas ou modos de

produção, propondo novos rumos e diretrizes para o movimento proletário europeu.

O marxismo considera que a história é movida pela luta de classes e que a estrutura

econômica ou modo de produção é a instância básica da sociedade, sobre a qual se constrói

a supra-estrutura ideológica: a religião, a filosofia, a cultura e a política.

A história do homem é a história das lutas de classes, no escravismo, no feudalismo e no capitalismo, segundo Marx. O proletariado é a classe que, pela organização e ação revolucionária, tomaria o Estado, instaurando a ditadura do proletariado ou o socialismo, cujo objetivo seria socializar os meios de produção, as terras, as fábricas, levando à supressão das classes, ao ser alcançada a sociedade comunista.

Nascimento das Internacionais

As principais reivindicações do operariado no século XIX são de conteúdo trabalhista:

salários, condições de trabalho, liberdade de organização e dignidade para sobreviver.

Nesse contexto, o Manifesto Comunista de Marx e Engels foi rapidamente assimilado pelos

núcleos operários europeus. Mas as lutas e diretrizes do movimento operário internacional

exigiam maior coesão, perspectivas comuns e troca de experiências.

E assim surgiu na Inglaterra, também sob inspiração de Marx e Engels, a Primeira

Internacional, de 1864.

Por inspiração de Marx e Engels, a primeira Associação Internacional dos Trabalhadores

(conhecida como Primeira Internacional) surgiu em Londres, em 1864, com o objetivo de

estabelecer diretrizes para a luta do proletariado, estratégias e metodologias específicas e

eficazes para a superação da ordem capitalista.

Na Primeira Internacional podem ser notadas as primeiras contradições do movimento

proletário. De um lado, Marx e Engels defendiam uma organização proletária forte e

disciplinada, considerando necessária a criação de um partido de vanguarda que conduzisse

as lutas e causas operárias à revolução armada, a qual garantiria a ditadura do proletariado e

a construção do Estado socialista.

De outro lado, Mikhail Bakunin (1814-1876), principal teórico do anarquismo do século

XIX, que defendia teses diferentes das de Marx. Para Bakunin, "toda forma de governo

tende a instituir a opressão" e por isso o Estado e os partidos deviam ser combatidos.

Bakunin defendia a conscientização das massas e a organização sindical como estratégias

de luta.

As teses de Marx e Engels saíram vitoriosas, mas o movimento anarquista se fortaleceu

como uma alternativa ao marxismo na luta contra o capitalismo.

Em 1871, com apoio de setores militares, uma multidão de operários comunistas franceses

chegou a tomar o poder em Paris. Mas a Comuna de Paris durou apenas dois meses, sendo

violentamente massacrada pela contra-revolução burguesa. Essa experiência fortaleceu a

tese de que a revolução comunista precisava de um partido forte e organizado. Diante do

fracasso, a Primeira Internacional se dissolveu.

A Segunda, a Terceira e a Quarta Internacionais

Com a dissolução da Primeira Internacional, o movimento proletário sofreu forte abalo e

só voltou a se organizar a nível internacional em 1889, com a fundação da Segunda

Internacional, em Paris.

De um lado, permaneceram as idéias e teses de Marx e Engels, sobre a necessidade de uma

organização operária sólida e forte; de outro, surgiram propostas reformistas, de busca do

poder por via eleitoral sufragista, própria do Estado burguês.

A partir das reuniões da Segunda Internacional optou-se pela fundação de partidos socialdemocráticos,

na busca do poder através do voto e da via democrática.

A primeira experiência dentro da via social-democrata foi a Associação Geral dos

Trabalhadores Alemães, fundada em 1863, que conseguiu importantes conquistas para a

classe operária alemã através de uma política reformista e conciliatória com o Estado,

sobretudo pela atuação do dirigente alemão Ferdinand Lassale (1825-1864). A socialdemocracia

procurava alcançar as reivindicações socialistas dentro da ordem capitalista, garantindo alguns avanços e ganhos para o proletariado.

A vitória da Revolução Russa em 1917 pôs por terra as teses da Segunda Internacional. Os

socialistas acabaram chegando ao poder pela via armada, contradizendo a estratégia socialdemocrata,

o que levou à dissolução da Internacional. O movimento operário mundial passou a inspirar-se no modelo russo dos bolcheviques liderados por Vladimir

Lênin (1870-

1924).

Essa foi a tônica da Terceira Internacional, organizada em Moscou em 1919. Essa

associação teve como objetivo a criação de partidos orgânicos, nacionais e centralizados,

capazes de organizar a classe operária na construção do socialismo.

Durante a década de 20, a criação e a atuação dos Partidos Comunistas obedeceram aos

critérios da Terceira Internacional, como foi o caso do Brasil, cujo Partido Comunista

Brasileiro, fundado em 1922, seguia orientação ortodoxa e centralista

A Quarta Internacional, realizada no México em 1938, foi marcada pelo pensamento e pela

atuação de Leon Trotsky (1879-1940), líder exilado da Revolução Russa e opositor de

Stálin. Essa associação criticou os rumos do stalinismo e o processo de elitização da

revolução soviética, denunciando que as classes proletárias russas estavam sob controle de

funcionários do Estado que gozavam de privilégios.

A Revolução Russa

A gestação da revolta

No início do século XX, a Rússia era um enorme território controlado por uma aristocracia

conservadora baseada numa economia predominantemente agrária. Sua população era de

mais de 100 milhões de habitantes, na grande maioria miserável, marginalizada, controlada

pela ideologia conservadora da Igreja ortodoxa russa e submetida, por mais de trezentos

anos, ao poder da dinastia Romanov, que teve em Nicolau II seu último representante.

A industrialização, frágil e controlada pelo capital estrangeiro - França, Bélgica e

Alemanha -, formava uma pequena burguesia ligada aos capitalistas internacionais, presa

aos interesses da aristocracia rural e pressionada pelas reivindicações do crescente

proletariado urbano e rural.

O governo de Nicolau II, marcado pelo autoritarismo, pela repressão, pela corrupção, pela

crise e pela miséria social, mostrou-se incapaz de atender às reivindicações dos operários,

que gradativamente se organizavam em partidos políticos.

A oposição proletária estava dividida em dois partidos: o Bolchevique (liderado por Lênin,

que defendia a luta armada, a organização coesa e disciplinada de um partido de vanguarda)

e o Menchevique (que pregava a aliança de setores liberais da burguesia com o proletariado)

para romper a estrutura czarista).

A entrada da Rússia na I Guerra Mundial acelerou a crise da estrutura czarista. Com um exército despreparado, inferiorizado e sem forças, a Rússia sofreu numerosas derrotas militares. Os resultados foram crises no abastecimento alimentar, miséria, fome, desemprego e revoltas.

Em fevereiro de 1917, depois de sucessivas greves e saques organizados pelos partidos e sindicatos, a população insurreta tomou as ruas e o palácio do czar - o Kremlin.

A Revolução de Fevereiro teve como consequência a formação de um Comitê provisório (DUMA), que levou à criação de um governo liderado pelos mencheviques. Kerensky, a principal figura desse novo governo, não realizou as aspirações populares, que eram a saída da Rússia da guerra e a reforma agrária.

Liderados por Lênin e por Trotsky, os bolcheviques prepararam uma investida contra o governo provisório em outubro de 1917. Os bolcheviques tomaram os principais pontos da cidade. Kerensky fugiu, e o Congresso Pan-russo entregou o poder a Lênin, que compôs um novo governo, nomeando como ministros Trotsky e Stálin. A vitória se consolidou graças aos soviets, conselhos de operários, camponeses e soldados que decidiam democraticamente as formas de atuação para organizar a sociedade.

O Estado socialista soviético

As primeiras medidas do governo de Lênin foram:

- obter a paz com os países beligerantes para garantir a saída da Rússia da guerra;
- socializar as grandes propriedades e as indústrias, sobretudo as estrangeiras;
- decretar a igualdade jurídica entre todas as nacionalidades e etnias da Rússia.

Consolidada a nova ordem política, o governo soviético elaborou um plano econômico denominado Nova Política Econômica (NEP). A NEP buscava tirar o país do atraso social, político e econômico que o czar tinha deixado como herança. Propunha um planejamento econômico, liderado pelo Estado, que deveria ser rigidamente executado em planos quinquenais.

A morte de Lênin, em 1924, entretanto, abriu uma disputa pelo poder entre Trotsky e Stálin. Depois de intensas lutas e enfrentamentos, Stálin eliminou a oposição trotskista, consolidando o poder de acordo com suas próprias diretrizes. O stalinismo passou então a dar uma nova identidade à Revolução Russa, com sucessivas depurações, prisões e cassações de antigos líderes, marcando uma administração de terror, medo e repressão, que perdurou de 1922 a 1953.

As denúncias de Rosa Luxemburgo

Nos anos 20 e 30, a orientação dos movimentos operários internacionais, que se organizavam nos moldes do Partido Comunista Soviético, seguiu as diretrizes stalinistas.

Essas diretrizes recomendavam:

- obediência irrestrita aos chefes do partido;
- a defesa sem contestação do modelo repressivo do governo de Stálin;
- apoio total às formas de socialização forçada dos meios de produção e da reforma agrária.

As catastróficas consequências desse modelo foram previstas por Rosa Luxemburgo (1871-1919), militante comunista de origem polonesa. Ela chegou a saudar a revolução e

afirmou que o partido de Lênin era "o único partido na Rússia que captava o verdadeiro interesse da revolução no primeiro período". Mas depois combateu a forma como Lênin e

Trotsky eliminaram a democracia e passou a criticar o crescente autoritarismo soviético.

O CAFÉ SUSTENTA A REPÚBLICA?

Discutimos, no livro II, a implantação da economia cafeeira a partir de 1840. Percebemos

que um conjunto de fatores favoráveis - como o crescimento das exportações de café, o

aumento das taxas alfandegárias pela tarifa Alves Branco, a abolição do tráfico negreiro, a

vinda de imigrantes europeus a partir de 1850 - permitiu a urbanização e o lento

desenvolvimento da indústria. Esse surto industrial foi, entretanto, efêmero, pois a partir de

1860 a lei Silva Ferraz (anulando os aumentos alfandegários) provocou retração no mercado interno e iniciou uma série de falências dos pequenos setores fabris brasileiros.

Mas um novo surto industrial originou-se a partir de 1870, estendendo-se até os fins do

século XIX. Os investimentos exigidos pela Guerra do Paraguai, a manutenção do Exército,

o crescente trabalho assalariado e a expansão cafeeira estimularam esse novo surto.

A economia da República Velha

De 1889 a 1930, a economia brasileira desenvolveu-se basicamente graças ao acúmulo de

capitais oriundos do setor cafeeiro associado aos investimentos estrangeiros. O preço pago

foi a manutenção da estrutura latifundiária e da monocultura, que orientavam o tipo de

implantação industrial no país. Assim, a indústria brasileira nasceu da fusão de tecnologias

importadas com velhos procedimentos herdados do período colonial. Ricos latifundiários

dedicados à monocultura cafeeira foram ao mesmo tempo proprietários das primeiras

indústrias.

Industrialização regional

Os investimentos estrangeiros predominavam na formação da infra-estrutura urbana. Em

1901, capitais ingleses, belgas e franceses instalaram a primeira usina elétrica em São

Paulo. Em seguida, em 1904, capitais canadenses e ingleses organizaram a Light Power,

que explorou os serviços urbanos de gás, energia elétrica, esgoto, água, transporte e

telefone no eixo São Paulo - Rio de Janeiro, enquanto os Estados da Bahia, Paraná,

parte de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul eram abastecidos por outra

companhia, também inglesa.

Assim, é possível distinguir o crescimento urbano-industrial em diferentes regiões

brasileiras, à medida que foram sendo instaladas as infra-estruturas das cidades.

O Rio de Janeiro contava com os melhores serviços urbanos por ser a capital da República.

E isso permitiu que essa cidade se tornasse a sede do maior parque industrial do país (São

Paulo a superou apenas na década de 20).

O crescimento do Rio de Janeiro deveu-se, em primeiro lugar, aos impostos arrecadados

pela União e às taxas do comércio de exportação e importação das mercadorias que

transitavam pelo porto carioca. Em segundo lugar, figuravam os capitais excedentes da

lavoura cafeeira da Baixada Fluminense (Vale do Paraíba), que eram aplicados na indústria.

Somava-se a isso a existência de farta mão-de-obra constituída de ex-escravos que se dirigiam para a cidade do Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida.

Formou-se, assim, um exército industrial de reserva, isto é, um excedente de trabalhadores disponíveis que barateava os custos de produção, pois as fábricas ofereciam baixos salários.

No começo do século XX, o segundo centro urbano do Brasil era Salvador (BA). Por ter sido uma das economias coloniais de maior desenvolvimento do país, a Bahia dispunha de matérias-primas (como algodão e fumo), de capital (originário da economia de exportação) e de trabalhadores livres capazes de assegurar a criação do setor fabril.

Outra cidade nordestina em que a indústria se desenvolveu foi Recife (PE). Lá havia

grande quantidade de trabalhadores livres, vindos do interior pernambucano, expulsos do campo pelo processo de modernização dos engenhos de cana-de-açúcar, que se

transformaram em usinas. A existência de matéria-prima (algodão) e de um mercado interno regional (representado pela crescente população urbana) permitiu o surgimento das

primeiras indústrias pernambucanas de grande porte: o setor têxtil. A companhia têxtil do grupo Lundgrenn, por exemplo, foi o mais bem-sucedido empreendimento fabril da região,

pois conseguiu aliar produção e comércio. A fábrica vendia no atacado e no varejo através da criação de uma vasta rede comercial denominada Casas Pernambucanas.

O caso de Minas Gerais diferencia-se dos exemplos carioca e nordestino. Por sua tradição

artesanal, com uma urbanização rápida e dispersa provocada pela economia mineradora do século XVIII, a região mineira abrigou uma infinidade de pequenas fábricas, com capitais e produção reduzidos, que se destinavam ao abastecimento dos mercados regionais.

Outra região que passou por um processo de desenvolvimento durante a Colônia e o

Império foi o Rio Grande do Sul. Estruturada em pequenas propriedades agrárias, constituiu

um mercado consumidor de camponeses ligados a uma atividade agrícola comercial. Aliada

a esse fator de monetarização comercial, a existência de contingentes de imigrantes

européus permitiu o desenvolvimento urbano de pequenos mercados locais destinados à

produção artesanal. Eram ferreiros, serralheiros, pedreiros, marceneiros, oleiros, tecelões,

alfaiates, charreteiros, moleiros, carvoeiros e outros pequenos empresários que acabaram

criando as primeiras indústrias de porte moderno do Rio Grande do Sul.

A capital, Porto Alegre, destacou-se pela diversificação da produção (fábricas de charutos,

de alimentos, curtumes, moinhos, tecelagens) em pequenos estabelecimentos. A

preocupação predominante dos setores industriais porto-alegrenses era conquistar o

mercado local. Uma indústria gaúcha têxtil e de vestuário que se projetou nacionalmente na

década de 10 foi a Rener, mas na década de 20 entrou em declínio devido à concorrência

das indústrias similares de São Paulo.

Nesse processo de industrialização regional, o Estado de Santa Catarina teve um

significativo desenvolvimento fabril. Semelhante à do Rio Grande do Sul, a colonização

catarinense baseou-se na imigração européia, sobretudo a germânica: A produção se destinava a mercados locais constituídos por grande número de pequenos proprietários

rurais. A região de Blumenau, em vez de concorrer com as indústrias do eixo Rio-São

Paulo, especializou-se num tipo de produção pioneira ligada à malharia, materiais para

medicina (gazes, ataduras), tecidos de lã (especiais para os períodos de inverno), porcelana,

instrumentos musicais. Por sua especialização, a indústria Hering (de origem germânica)

superou as barreiras regionais, conquistando o mercado do Rio Grande do Sul e de São

Paulo na primeira década do século XX.

O café financia a indústria

Esses exemplos fabris enquadram-se no que o economista Antônio Barros Castro definiu

como industrialização descentralizada. Impossibilitadas de unificar a circulação de

mercadorias em todo o território, devido à precariedade dos meios de transporte, as classes

burguesas industriais ligavam-se localmente aos produtores agrários e aos capitalistas

ingleses, alemães e norte-americanos.

A fragilidade econômica da nascente burguesia industrial do país obrigou os capitalistas

regionais a se associarem ao capital internacional, sobretudo britânico.

Com exceção de Santa Catarina, as demais regiões acabariam sofrendo a concorrência do

eixo Rio-São Paulo, tendo que se submeter ao controle especialmente dos paulistas. Mas

como ocorreu esse processo de liderança econômica da região de São Paulo? A resposta

está na economia cafeeira.

A crescente expansão cafeeira, principalmente nos fins do século XIX, permitiu que os

grandes fazendeiros paulistas diversificassem suas atividades, investindo em estradas de

ferro, em companhias de seguro, em instalações comerciais dos portos brasileiros, na

organização de bancos, nos setores industriais têxteis e alimentares.

Visando incentivar a industrialização, Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo do

Marechal Deodoro da Fonseca, abriu linhas de crédito para financiar a implantação de

fábricas. Para isso o governo teve de aumentar a emissão de papel-moeda, gerando um

processo inflacionário.

A facilidade de créditos levou a uma desenfreada especulação com papéis e ações das

novas empresas. Essa especulação recebeu o nome de Encilhamento, pois a euforia

barulhenta da Bolsa de Valores lembrava o local de apostas do jôquei-clube, quando os

cavalos se preparavam para a corrida.

Empréstimos estrangeiros desenvolveram indústrias e cidades

Muitas fábricas foram construídas com empréstimos de companhias de exportação

e importação estrangeiras sediadas no país que, na maioria das vezes, se associavam aos

projetos industriais brasileiros. Muitos capitalistas ingleses investiram diretamente no setor

industrial brasileiro: de moinhos de trigo até fábricas de calçados, passando pelas

instalações das primeiras usinas de açúcar.

Além destas duas importantes características (associação de empresas nacionais com

estrangeiras e investimento estrangeiro na instalação fabril), destaca-se uma outra, inerente ao processo de desenvolvimento capitalista: a concentração de capitais, que exigiu a instalação de infra-estrutura (energia, transporte) nas cidades. As cidades constituíam o fator básico de implantação industrial, pois, ofereciam os serviços necessários à circulação e distribuição de mercadorias e de capital (dinheiro, matérias-primas e máquinas). Todo o sistema comercial e financeiro (armazéns, lojas, bancos, créditos etc.) instalou-se nos centros urbanos. As cidades eram mercados consumidores imediatos dos produtos fabris, além de fornecerem a mão-de-obra necessária à indústria, devido a sua densidade demográfica.

Nesse sentido, São Paulo apresentou características favoráveis ao impulso industrial. O comércio do café promoveu uma grande concentração de bancos na capital paulista, criando um mercado de capitais. Somado a isso, desenvolveram-se centros de treinamento para o grande contingente de mão-de-obra que afluía para a cidade, constituído principalmente por imigrantes estrangeiros. E o caso do Liceu de Artes e Ofícios e do Instituto de Educandos e Artífices. O escoamento da produção, por sua vez, estava garantido por uma eficiente rede de transportes – ligação com o porto de Santos e saídas para o interior e para outros Estados através de ferrovias -, enquanto o crescimento da cidade era assegurado por grandes obras de infra-estrutura - pontes e viadutos, rede elétrica e de esgotos etc.

Convênio de Taubaté: a salvação da lavoura

A força dos cafeicultores pôde ser comprovada em 1906, quando a produção brasileira de café crescia cada vez mais, porém os preços do produto no mercado internacional estavam em plena queda devido ao excesso de oferta e à valorização da moeda nacional levada a cabo pelo governo para combater a inflação provocada pelo Encilhamento. Em fevereiro desse ano, os cafeicultores reuniram-se em Taubaté (Vale do Paraíba) para exigir do governo federal medidas que garantissem a valorização do café e a manutenção dos lucros dessa lavoura. O encontro ficou conhecido como Convênio de Taubaté. Os cafeicultores pressionaram o governo a adotar medidas protecionistas para garantir o preço do café:

- proibição de novas plantações cafeeiras para não diminuir o preço do produto;
- promoção publicitária do produto a nível governamental visando estimular o consumo no mercado externo e interno;
- compra dos excedentes de café pelo governo para criar estoques reguladores que seriam colocados no mercado quando a produção diminuísse, garantindo a estabilidade dos preços;
- empréstimo externo de 15 milhões de libras esterlinas para custear as compras de café feitas pelos Estados.

As medidas beneficiaram os cafeicultores, ao mesmo tempo em que desenvolveram o país, porque não havia capital para investir em outras áreas. Os efeitos dessa valorização do café foram sentidos em 1909, pois os preços internacionais do produto

aumentaram, provocando uma elevação das arrecadações dos setores exportadores e um aumento das importações de bens de consumo (sapatos, chapéus, velas, lonas, betume, óleo de linhaça etc.) e de alimentos (manteiga, óleo, bebidas em geral).

A indústria beneficia a agricultura

De 1906 a 1909 ampliou-se a produção interna de alimentos, o que barateou seu custo, possibilitando que os salários reais fossem preservados. Isso estimulou a acumulação de capitais em dois setores da economia: a agricultura e a indústria. "Está com isto definitivamente esclarecido o problema das condições de realização da produção industrial: indústria e agricultura se apóiam mutuamente criando mercados uma para a outra."

Diante dessas condições, seguiu-se uma euforia que resultou em novo aumento da produção de café entre 1911 e 1913. As conseqüências puderam ser sentidas a partir de 1914. Houve um aumento da inflação, pois, para cumprir seus compromissos, o governo federal emitiu papel-moeda.

1889 a 1914: flutuam dívidas

A história econômica do Brasil entre 1889 e 1914 pode ser resumida na seguinte dinâmica:

- sucessivas crises do café, seguidas de movimentos dos cafeicultores visando a valorização do produto;
- paralelamente as crises, houve a instalação de indústrias em várias regiões do país devido à presença de capital estrangeiro no desenvolvimento da acumulação de capitais;
- embora a região de São Paulo fosse menos industrializada que a do Rio de Janeiro, notase já nesse período uma tendência favorável à concentração do setor fabril na região paulista.

O período de 1889 a 1914 foi marcado por duas renegociações da dívida externa, chamadas *funding loans*, isto é, "dívidas flutuantes". A primeira renegociação ocorreu em 1898 durante o governo Campos Salles, em conseqüência do fracasso do Encilhamento. No fim do século XIX e no início do XX, o país estava com suas finanças falidas. O acordo com os Rothschilds, banqueiros ingleses, previa que o pagamento de todos os empréstimos contraídos nos anos anteriores deveria ser efetuado em 1911. Outro destaque era o pagamento dos juros, a partir de 1901, três anos após o acordo. Como garantia, o governo do presidente Campos Salles ofereceu as rendas alfandegárias brasileiras. O acordo proibiu também que o Brasil realizasse novos empréstimos. O segundo *funding loan* foi acertado no ano de 1914 no governo de Hermes da Fonseca. Em decorrência do Convênio de Taubaté, o Estado foi obrigado a contrair novos empréstimos, onerando a balança de pagamentos durante o período de 1913 a 1914. Seguiu-se nova renegociação da dívida com os credores internacionais, mediante o empréstimo de 14 milhões de libras esterlinas. Os juros começariam a ser pagos após três anos e a dívida seria ressarçada em treze anos.

Efeitos da I Guerra Mundial

O período de 1914 a 1918 começou de forma trágica, marcado por um novo *funding loan* e

pelo primeiro conflito de proporções mundiais. A I Guerra acarretou a queda nos preços das exportações de café e restringiu nossa capacidade de importar. Além disso, afastou os investimentos internacionais da economia brasileira.

Em 1916, porém, o comércio se intensificou com a venda de café aos Estados Unidos e aos países neutros da Europa. Mas em 1917 a situação internacional voltou a trazer problemas.

A intensificação da guerra obrigou os britânicos a cancelarem a compra de café, e os EUA diminuíram as importações de produtos, pois entraram no conflito. Rompendo com a neutralidade, o Brasil também entrou na guerra contra a Alemanha, enviando à Europa

apenas uma pequena esquadra e alguns médicos e enfermeiros.

Uma segunda valorização do café ocorreu em 1917, quando os excedentes atingiram 6

milhões de sacas. O governo do presidente Venceslau Brás pagou para São Paulo tirar do mercado 3 milhões de sacas. Em 1918, com o fim da guerra, o gradativo restabelecimento

das atividades mercantis internacionais permitiu uma elevação nos lucros com as exportações de café.

Durante a I Guerra Mundial, a balança comercial brasileira pendeu favoravelmente para o

lado dos norte-americanos, porque "a participação da França e da Grã-Bretanha na

conflagração reduziu, consideravelmente, a sua capacidade de exportar para a América do

Sul, enquanto a Alemanha chegou a ponto de nada exportar para o Brasil em 1917. Como

conseqüência, a influência e o comércio dos EUA com o Brasil cresceram, embora o

esforço dos americanos de abastecer (até 1916) os aliados e os Poderes Centrais com

manufaturados e capital tenha atrasado um pouco o aumento das exportações americanas

para o Brasil.

Feiras livres: pressões proletárias

A nível interno, a situação econômica da população brasileira, especialmente das classes

proletárias, piorou no período da I Guerra. Grupos operários organizavam pesquisas

mostrando a queda real dos salários e, portanto, da qualidade de vida. A escassez alimentar

e o aumento do custo de vida provocaram a pauperização da sociedade e possibilitaram o

surgimento de epidemias de grandes repercussões, como a gripe espanhola, que em 1918

matou 8 mil pessoas.

Diante das manifestações populares contra os preços dos gêneros alimentícios foram

criadas feiras livres "como medida do governo frente às pressões do proletariado: a venda

direta dos gêneros ao consumidor, sem intermediários e sem impostos de qualquer espécie,

levava a um barateamento relativo dessas mercadorias": Além disso, "nos períodos de crise

da produção capitalista, tal dinâmica só poderia se manter às custas de uma superexploração das massas trabalhadoras, através da queda dos salários

reais, aumento do desemprego, com a conseqüente carestia do custo de vida, escassez de gêneros básicos e

fome".

Pós-guerra: ainda o café

Depois da I Guerra Mundial, o Brasil acabaria se beneficiando com a desorganização da

economia européia. As dificuldades de importação fizeram crescer o número de

estabelecimentos industriais, especialmente no eixo São Paulo-Rio.

Mas a principal fonte de divisas do país ainda era o café - e a exportação desse produto

sofreu um decréscimo nos anos imediatamente seguintes ao final da guerra. Em 1920 e

1921 houve uma superprodução cafeeira que não encontrou saída, pois os EUA, principais

compradores das mercadorias brasileiras depois de 1918, estavam aplicando capitais em

programas de recuperação econômica da Europa. A solução foi retomar a tradicional

política de valorização do produto (a terceira entre 1921 e 1923), proporcionada por um

crédito especial do Banco do Brasil, e os mesmos mecanismos anteriores, isto é, retirada do

produto do mercado e diminuição de impostos aos exportadores.

Assim, após um período de recessão internacional (1920-1921) no qual diminuíram as

compras de café, a política da terceira valorização cafeeira conseguiu aumentar as

exportações e a capacidade de importar, principalmente maquinários. Dessa forma, no final

de 1921, o Estado de São Paulo passou a responsabilizar-se pela defesa permanente do café

e manteve essa política até a crise do final da década de 20.

As safras cafeeiras de 1925-1926 foram grandes e as de 1927-1928 maiores ainda (uma

produção de aproximadamente 26 milhões de sacas), contrariando as tendências de que,

após um período de grandes colheitas (como as de 1925-1926), as safras diminuiriam.

Houve queda no período 1928-1929 (14 milhões de sacas) e um novo aumento em 1929-

1930 (30 milhões de sacas).

Os capitais advindos das exportações foram utilizados para os investimentos na indústria de transformação, ou seja, na instalação de máquinas e

equipamentos. A conseqüência mais imediata do aumento de capitais foi a acelerada industrialização na década de 20.

Novas indústrias de algodão, tecidos de lã, de seda e até de fios de seda artificial (raiom)

foram implantadas. Também se desenvolveram as indústrias de calçados, elevando os

investimentos e a produção das décadas anteriores do século XX. A modernização

industrial também atingiu a moagem do trigo, a fabricação do açúcar (com maciça

instalação de usinas no Nordeste), a indústria de bebidas (cerveja, refrigerantes etc.) de

fósforos, de peças de vestuário, os setores metalúrgicos (pregos, parafusos, porcas etc.), a

produção de cimento, ferro e aço, os produtos de borracha, os óleos vegetais, as pastas e

papel, os frigoríficos, os móveis, as editoras e gráficas e, ainda, a química e a farmácia.

Industrialização: cinco fatores

Os setores que se desenvolveram depois da I Guerra demonstram a diversificação

do parque fabril e uma gradativa passagem para a estruturação de uma economia com forte

predominância industrial ao longo das décadas seguintes.

Embora dependentes do capital cafeeiro, é possível constatar um lento desprendimento dos

setores fabris, que "já não eram simplesmente complementares ou subsidiários da economia

exportadora de produtos agrícolas, mas estavam progressivamente relacionados com o

crescimento da demanda interna por matérias-primas industriais (cimento, ferro e aço,

produtos químicos, papel e pasta de papel etc.) e maquinaria em geral (para agricultura, indústria, construção etc.). Algumas indústrias, tais como as de carnes congeladas e industrializadas e de óleo de caroço de algodão, foram mesmo estabelecidas com o propósito de processar novos produtos de exportação:

Cinco principais fatores explicam o crescimento industrial do Brasil na década de 1920, em especial no eixo Rio-São Paulo e predominantemente nesta última região: energia, acumulação de capitais, mão-de-obra barata, matérias-primas e proteção governamental para a indústria.

- Energia: no século XIX e início do XX, o processo de instalação fabril utilizava predominantemente máquinas a vapor, o que obrigava à importação de carvão. Com isso, grande parte do dinheiro arrecadado nas exportações era gasto na compra desse combustível. Já entre 1900 e 1910, a implantação de usinas de produção de energia hidrelétrica foi fundamental para garantir o crescimento fabril que se processaria na década de 20, pois o encarecimento do carvão durante a I Guerra inviabilizou o uso dessa matéria-prima vegetal como fonte de energia.

A instalação de usinas elétricas ocorreu no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o que possibilitou o aumento da capacidade produtiva dos setores industriais do Centro-Sul, contribuindo para distanciar esta região das demais em termos de competitividade fabril, pois os outros Estados da Federação levaram mais tempo para gerar eletricidade, comprometendo sua produtividade.

- Acumulação de capitais: os cafeicultores paulistas diversificaram amplamente as aplicações dos capitais que ganhavam com as exportações, abrangendo um grande leque de investimentos, desde a fabricação de tecidos de algodão e juta, até o comércio (empresas de exportação/importação, bancos, ferrovias), passando pelas instalações de indústrias metalúrgicas (maquinário para agricultura, para beneficiamento agrícola, ferramentas, equipamentos de transporte como vagões, carroças, barcos etc.). E assim o parque industrial de São Paulo sobrepujou o resto do país – e as instalações urbanas da cidade conheceram grande desenvolvimento (imóveis, empresas de serviços públicos, além das indústrias de transformação).

A principal parcela dos capitais destinados à indústria provinha da atividade mercantil (incluindo os investimentos feitos por imigrantes), "que, em geral, se acumulava originariamente nos negócios de exportação e importação ou no comércio interno", o que

São Paulo já vinha realizando desde a segunda metade do século XIX.

- Mão-de-obra barata: a vinda de imigrantes (italianos, espanhóis, portugueses etc.), durante as três primeiras décadas do século XX, foi de fundamental importância para o rebaixamento salarial dos operários e a conseqüente elevação dos lucros dos donos de indústria. A mão-de-obra era farta e barata, e havia um grande contingente de mulheres e crianças operárias que trabalhavam em jornadas de dez ou mais horas com salários

inferiores aos dos homens, que já eram irrisórios.

- Matérias-primas: não foi por acaso que as indústrias têxteis e de alimentos iniciaram o processo fabril brasileiro, pois estavam intimamente relacionadas com a produção desse país tipicamente agrário. Mas mesmo esses setores industriais precisavam importar outras matérias-primas que não eram fabricadas aqui, como anilinas, corantes, fios de juta, feltros (para chapéus), malte (cerveja), ferro e aço (para os setores metalúrgicos). A obtenção desses produtos vinculava-se à capacidade exportadora das regiões, e nesse ponto São Paulo também se destacava pelas atividades cafeeiras. A I Guerra, entretanto, interrompeu o fornecimento desses insumos, exigindo que o governo e os empresários se engajassem num esforço para produzir aqui muitas matérias-primas antes importadas. Isso aconteceu ao longo da década de 20 (com maiores resultados a partir de 1930), caracterizando um processo de substituição de importações.

- Proteção governamental para a indústria: durante o período de 1889 a 1914, o Setor industrial têxtil predominou em várias regiões do Brasil porque utilizava matéria-prima (algodão) produzida no local. Nessa época, entretanto, o governo não isentava as indústrias brasileiras de impostos e aplicava taxas alfandegárias quase simbólicas aos produtos importados, principalmente aos da Inglaterra.

Já na década de 20, a proteção governamental resultou nos aumentos dos preços das importações como conseqüência da desvalorização da moeda brasileira. Diante da recuperação da economia européia e do crescimento da economia norte-americana, o governo federal não tinha um programa econômico para desenvolver a industrialização de forma geral, por isso passou a incentivar as iniciativas fabris individuais. Mas os estímulos com subsídios e empréstimos de capitais não eram constantes e não produziram grandes efeitos no processo de industrialização. Assim "a formação de capital na indústria de transformação ainda era em grande escala baseada no capital originalmente acumulado em atividades ligadas ao setor exportador, pelo menos até o fim da década de 1920".

No descontentamento dos cafeicultores, o fim da República Velha

Embora ocorresse de forma descentralizada, um amplo processo de industrialização estava em curso no Brasil dos anos 20. Mas a crise de 1929 - marcada pela superprodução de mercadorias sem compradores – acelerou as contradições entre os setores agrários e industriais.

Mais uma vez, diante de outra crise, os cafeicultores paulistas exigiram nova valorização do produto, concessões de créditos, subsídios ao pagamento das dívidas, juros baixos, prorrogação dos prazos para pagar os empréstimos. Mas o presidente Washington Luís (1926-1930), notadamente favorável à política econômica de São Paulo, não compreendeu claramente a extensão da crise econômica e não atendeu aos pedidos do setor cafeeiro, preferindo acreditar que os importadores ampliariam a compra do café para elevar os

estoques e, no momento adequado, aumentar os preços, compensando, desta forma, os prejuízos momentâneos. Nada disso aconteceu e o presidente acabou por perder o apoio político, econômico e social dos latifundiários paulistas, sendo deposto pela Revolução de 30.

Por isso, a república do Café-com-Leite (aliança dos cafeicultores de São Paulo com os latifundiários de Minas Gerais, produtores de leite, queijo e indústrias de laticínios) não sustentou o modelo de república no Brasil, baseado na monocultura cafeeira, em latifúndios e na mão-de-obra barata.

Afinal, o Brasil já não era apenas um exportador de complementos de sobremesa.

"Podemos dizer que, graças às ampliações e sua capacidade produtiva, através da importação de bens de capital" (máquinas e equipamentos) "e pela sua diversificação, o campo industrial preparou-se para a recuperação da economia como um todo depois da crise de 1929", bem como os setores agrícolas.

De 1930 até a década de 80, o Brasil continuou implementando novas relações produtivas,

adequando sua economia aos quadros da completa internacionalização do capitalismo. A

região brasileira permanecerá cumprindo sua função histórica essencial à organização

capitalista, ou seja, vender matérias-primas. Só que, nos dias atuais, ao invés de importar

manufaturas - como fazia ao longo dos séculos coloniais até 1870, data do início de

nossa industrialização -, o Brasil consome produtos sofisticados como computadores,

videocassetes, antenas parabólicas e outros.

A intervenção do Estado na economia (Getúlio Vargas), o desenvolvimento acelerado

(Juscelino Kubitschek), as reformas de base (João Goulart), o "milagre econômico"

(ditadura militar) e o fracasso do Plano Cruzado, com suas repercussões em 1988, serão os

temas do livro IV.

A REPÚBLICA DA ESPADA

A República foi consequência de um conjunto de fatores pelos quais a sociedade brasileira

passou a partir de 1850 e, principalmente, ao longo das décadas de 1870 e 1880. (Um

desses fatores foi a substituição do trabalho escravo pelo assalariado (de 1850 até o final da

década de 1880). Outro foi o desenvolvimento das cidades e dos setores industriais, o que

permitiu o crescimento das classes médias urbanas e de uma burguesia industrial (a partir

de 1870). Essas transformações decorreram do processo de alterações da economia

brasileira como reflexo do desenvolvimento do capitalismo internacional.

No âmbito da política externa, a Guerra do Paraguai representou a consolidação da

hegemonia brasileira na América do Sul. Mas essa hegemonia foi fruto de manipulações

externas, pois o Brasil recebeu apoio e estímulo da Inglaterra para destruir o Paraguai. Esse

país havia rompido a ordem imperialista, constituindo uma economia agrária e industrial

autônoma, sem laços com a Inglaterra. Para os britânicos, isso podia ser o começo de uma

América Latina independente - e o Brasil foi o instrumento de extirpação desse perigo, ao

fazer com que toda a América espanhola e portuguesa continuasse na função de

fornecedora de matérias-primas e minérios e compradora de produtos industriais da Europa.

A destruição do modelo econômico paraguaio também foi útil para as elites agrárias

brasileiras, pois representava uma alternativa política e econômica diferente dos latifúndios

monocultores escravistas que sustentavam essa elite.

Mas, se no âmbito continental a vitória do Brasil contra o Paraguai assegurou a supremacia

do imperialismo capitalista, no Âmbito interno o esforço dessa guerra serviu para unificar o

Exército brasileiro e aumentar seu contingente, tornando-se uma grande força política,

decisiva para a proclamação da República.

Anos 1870: a gestação da República

Na década de 1870, os donos de terras e de escravos já não podiam controlar a ascensão

das classes urbanas e da emergente burguesia cafeeira do Oeste Paulista (Campinas,

Piracicaba, Limeira, Ribeirão Preto), que assalariava seus trabalhadores e diversificava seus

capitais, investindo na industrialização.

Nessa época surgiu o Partido Republicano, formado por uma dissidência do Partido Liberal

e apoiado por setores do Exército já favorecido pela Guerra do Paraguai. O Partido

Republicano compunha-se de fazendeiros e classes médias urbanas, e sua atuação era mais

organizada no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Já em 1873, os paulistas realizaram a Convenção de Itu para organizar o Partido

Republicano Paulista, criando clubes e jornais. Assim, em 1875, nasceu o jornal A

Província de S. Paulo (que depois da República passaria a chamar-se O Estado de S. Paulo)

para divulgação da proposta republicana.

No Rio de Janeiro, o movimento republicano foi liderado pelas classes médias urbanas, já

que os latifundiários fluminenses estavam mais comprometidos com a monarquia, pois a

cidade do Rio sediava o Império. As camadas médias viam na República a realização de

mudanças capazes de desenvolver a industrialização e as profissões liberais (como médicos,

advogados, engenheiros, professores). As demais regiões brasileiras se apoiavam nas

lideranças políticas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Dois grupos republicanos

No período de 1873 a 1889, configuraram-se dois grupos políticos dentro do Partido

Republicano: os republicanos históricos ou evolucionistas e os republicanos revolucionários ou idealistas.

O primeiro grupo, liderado por Quintino Bocaiuva, aglutinava personalidades como

Aristides Lobo, Rui Barbosa, Saldanha Marinho, José Prudente de Moraes, Campos Salles,

Rangel Pestana e Francisco Glicério. No setor militar, o evolucionista Benjamin Constant,

professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, difundia as idéias positivistas e adequava-as

ao regime republicano.

Já o grupo dos idealistas tinha em Silva Jardim a principal liderança e ganhou força no Rio

de Janeiro e em Pernambuco. Republicanos idealistas, comandados por Silva Jardim, Lopes

Trovão e José do Patrocínio, apoiavam a idéia de luta armada, de caráter popular, para a

derrubada da monarquia e a instalação do regime republicano. A propaganda desse grupo procurava atingir os setores das camadas populares, conclamando-as à luta armada.

Para amenizar e mesmo afastar o grupo de Silva Jardim, os republicanos evolucionistas se organizaram de forma a impedir que os revolucionários ocupassem cargos dentro do Partido Republicano.

Federalismo e autonomia

Os evolucionistas se baseavam nas teorias positivistas para criticar os idealistas. Como

afirma o professor Roberto Romano: "O pensamento positivista, antiparlamentar e contrário

às constituições produzidas de modo democrático, tem muita responsabilidade pelas várias

ditaduras, encarnadas no predomínio do executivo em nosso país".

O positivismo influenciou as escolas militares; seu evolucionismo histórico afirmava ser a

república um modo de organização política superior à Monarquia, vista como estágio

superado e incapaz de manter o Brasil ao nível dos países mais desenvolvidos. Na

campanha republicana, o federalismo era defendido como forma de resolver as contradições

econômicas e sociais das diversas regiões do país.

O federalismo era apoiado pela burguesia usineira e cafeeira, que via a possibilidade de

obter mais poderes decisórios sobre suas regiões e interesses locais. Esse setor mais

avançado da burguesia era favorável à libertação dos escravos, à contratação de

assalariados e à liberdade de fazer empréstimos externos sem depender de um governo

central.

Assim, a abolição dos escravos e a República eram faces de uma mesma moeda. A

Monarquia representava a velha ordem colonial em sua estrutura econômica, enquanto a

República simbolizava a vitória do trabalho assalariado sobre o escravo e a ascensão da

burguesia agrária cafeeira sobre as elites agrárias tradicionais.

Além das campanhas abolicionistas, as chamadas questão religiosa e questão militar foram

sintomas do desgaste político da Monarquia de 1887 a 1889, quando o Império viveu

momentos agitados. A partir de 1887, o Partido Republicano inclinou-se para a solução

militarista como forma de resolver as crises políticas (descrédito da Monarquia como

instituição) e econômicas (diminuição das exportações cafeeiras).

O fim da Monarquia

Na última tentativa de solucionar as crises, no dia 11 de junho de 1889, o primeiro-ministro

visconde de Ouro Preto apresentou ao Parlamento as seguintes propostas de reformas liberais:

- ampliação do direito de voto, que então se restringia às pessoas de alta renda, a todos os

que soubessem ler e escrever;

- plena autonomia dos municípios e províncias;

- fim do senado vitalício (os senadores ficavam no cargo até a morte);

- criação de estabelecimento de emissões de papel-moeda e facilidade de crédito para os

setores agrícolas;

- pleno direito de reuniões; - casamento civil obrigatório;

- plena liberdade de religião;

- plena liberdade de ensino;

- leis facilitadoras de aquisição de terras, desde que se respeitassem os

direitos dos proprietários;

- incentivo à imigração (barateando ainda mais a mão-de-obra para diminuir os custos de produção).

Mas essas reformas não conseguiram evitar a queda da monarquia, e o clima era de

conspiração contra o regime. O Marechal Manoel Deodoro da Fonseca aparece como o

militar capaz de representar os interesses conspiradores republicanos, pois ele tinha

prestígio entre as tropas. O Exército estava descontente com os privilégios da Guarda

Nacional, conjunto de tropas particulares chefiadas por fazendeiros, que recebiam do

imperador o título de coronéis.

A 11 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro reuniu-se, em sua própria casa, com os

republicanos Francisco Glicério, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, major Sólton Sampaio

Ribeiro, Rui Barbosa e Benjamin Constant.

No dia 12 de novembro, o imperador foi para Petrópolis, fugindo ao calor do Rio de

Janeiro. Na manhã do dia 15 o Conde D'Eu (genro de D. Pedro II) ainda fez seu passeio a

cavalo pelo bairro de Botafogo (RJ) e só à tarde veio a saber que as tropas do Exército

estavam cercado o Ministério da Guerra.

No começo da tarde do dia 15, Deodoro criticou duramente os políticos e defendeu as

nações militares "para o bem da pátria". Às 15 horas, na Câmara Municipal do Rio de

Janeiro, já com o apoio da Marinha e de outros quartéis do Exército, a República foi

oficialmente proclamada. As tropas se retiraram para os quartéis e à noite, por volta das 19

horas, Deodoro foi aclamado por um grupo de republicanos em frente à sua casa.

O começo da República

Intimada pelos militares, a família imperial deposta teve que deixar o Brasil. Se, por um

lado, não houve manifestações de grande apoio popular à República, por outro não

ocorreram reações importantes contrárias à proclamação.

A mudança de regime político realizou-se sem traumas ou violências. Tratava-se mais uma

vez de um arranjo político que favorecia novas forças sociais: as classes médias urbanas, os

fazendeiros que optaram pela contratação de trabalhadores assalariados, a nascente

burguesia industrial e o Exército.

Assim, entre concessões e conciliações, esses setores sociais dominantes articularam a

passagem da Monarquia para a República, mantendo o povo afastado das decisões do

Estado.

A articulação do poder entre os grupos economicamente abastados tem sido a característica

principal no Brasil, quando surgem momentos de crise política. Novamente, as classes

latifundiárias, notadamente seus setores mais modernos, isto é, os cafeicultores paulistas e

mineiros, controlaram (de 1889 a 1930) a política nacional, criando amplos mecanismos,

como fraudes eleitorais, corrupção e violência de todo tipo, para se manterem no poder.

Os militares garantem a República

Vários grupos, um só objetivo

A implantação do novo regime foi difícil, pois vários setores que haviam participado na

derrubada da Monarquia disputavam o poder. O Governo Provisório refletia a indefinição

na disputa pelo controle do Estado. Entre setores militares, o Exército preponderava sobre a Marinha, pois aquele organismo foi diretamente mais responsável pela proclamação.

Nos setores civis ocorriam divisões entre os grupos políticos: os republicanos históricos, liderados por Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva; os republicanos objetivos, liderados por Prudente de Moraes e Campos Salles; e os republicanos radicais, tendo à

frente Silva Jardim, Lopes Trovão e José do Patrocínio.

Os republicanos históricos ou positivistas defendiam uma república militar e autoritária,

um regime de ditadura política para promover o progresso do Brasil. Segundo eles; "o

Exército deveria ter uma posição importante na direção do Estado na República, gerando a

ordem necessária ao progresso capitalista. Os militares eram 'puros e patriotas'; enquanto

os civis, 'os casacas'; eram corruptos e sem nenhum sentimento patriótico".

Já os republicanos objetivos, que durante a Monarquia estiveram ligados aos históricos,

separaram-se destes quando a liderança positivista propôs um regime ditatorial através dos

militares. Os representantes dos republicanos objetivos eram os grandes fazendeiros

cafeicultores paulistas e usineiros nordestinos, desejosos de uma república oligárquica, isto

é, controlada pelos grandes fazendeiros que constituíam a burguesia rural de São Paulo e de

Minas Gerais.

Enquanto isso, o terceiro grupo, o dos republicanos radicais, representava os interesses das

classes médias urbanas e os anseios das classes populares. Defendia uma república na qual

houvesse maior participação do povo.

Essas alas políticas disputavam ferrenhamente o controle do poder dentro do Partido

Republicano. Daí o surgimento das primeiras crises republicanas. O estopim dos conflitos

de idéias foi a escolha de nomes para os governos dos Estados. Cada grupo tentava impor

homens ligados aos seus interesses.

Governo provisório: crises e desgastes

Enquanto isso, o problema econômico desgastava o governo provisório. A política

econômica de Rui Barbosa, ministro da Fazenda, intensificava a crise financeira. O país

herdara da Monarquia uma balança comercial desequilibrada (isto é, gastava mais com

importações do que ganhava com exportações) e precisava obter recursos para financiar a

expansão e melhoria dos portos, ferrovias e instalação de indústrias.

O ministro Rui Barbosa, adepto do positivismo, acreditava que uma rápida industrialização

seria a resposta. Além disso, achava que uma economia industrial forte consolidaria a

República e o estabelecimento da democracia de modelo burguês europeu e norteamericano.

Mas essa tentativa de industrialização a todo custo acabaria por gerar novas crises de amplas proporções.

Apoiado pelos pequenos industriais e pelas camadas médias urbanas, Rui Barbosa abriu

linhas especiais de créditos para a instalação de fábricas no Brasil. Ao mesmo tempo,

facilitou a importação de matérias-primas.

Para efetivar essa política, Rui Barbosa teve de aumentar a emissão de papel-moeda. Criou

três regiões bancárias: uma no Norte (com sede em Salvador); a segunda na Capital Federal

(Rio de Janeiro); e a terceira no Sul (Porto Alegre). Começaram, então, os problemas.

As primeiras críticas a essa economia vieram de dentro do próprio governo. Campos

Salles, um dos republicanos objetivos e ministro da Justiça, opunha-se a esse tipo de

política industrializante. Na verdade, esse líder expressava o pensamento da oligarquia

paulista cafeeira, que se sentiu prejudicada por não ter sido beneficiada pelos empréstimos

do governo e temia o aumento da influência das classes burguesas industriais no governo.

Esses latifundiários iniciaram, em 1890, uma campanha para a queda do ministro da

Fazenda.

O fracasso da política do Encilhamento não deve ser atribuído exclusivamente a Rui

Barbosa. Os recursos financeiros eram pequenos e os capitais acumulados, nos fins do

século XIX, vinham quase exclusivamente do setor cafeeiro. Além disso, o mercado interno

era restrito para consumir a produção industrial em larga escala, como pretendia o ministro,

e, no jogo do capitalismo internacional, o Brasil ocupava a posição de exportador de

matérias-primas e comprador de mercadorias fabris das potências industriais mais

desenvolvidas.

A constituição liberal de 1891

Enquanto a crise se acentuava, o marechal Deodoro da Fonseca, pressionado pelos

governos estaduais, principalmente o de São Paulo, resolveu convocar eleições para a

Assembléia Constituinte. No dia 15 de setembro de 1890 foram escolhidos os senadores e

deputados encarregados de elaborar uma nova Constituição.

As eleições foram fraudadas para garantir a representatividade da elite e a Constituinte foi

instalada no dia 15 de novembro de 1890. Cada um dos grupos políticos acusava o outro de

fraude. Mas os republicanos objetivos conseguiram obter a maioria no Congresso. Os

históricos e radicais formavam a minoria. O marechal Deodoro tentou ganhar deputados e

senadores para fazê-los subservientes ao governo através de sucessivas manobras políticas,

como promessa de cargos públicos, dinheiro e outras concessões. Mas os republicanos

objetivos, liderados por Prudente de Moraes, conseguiram aprovar os artigos constitucionais

que lhes interessavam. Prudente de Moraes - oligarca paulista - havia sido eleito presidente

do Senado com o dobro de votos de seu adversário Saldanha Marinho, representante do

esquema de Deodoro.

No dia 24 de fevereiro de 1891, o Congresso e o presidente promulgaram uma

Constituição - a segunda do Brasil e a primeira da República - de caráter liberal e dentro do

jogo democrático dos interesses da burguesia cafeeira.

Os pontos mais significativos da nova Constituição eram:

- Federalismo: as províncias passaram à condição de Estados e o país se tornou uma

federação denominada Estados Unidos do Brasil. Nesse esquema federalista, os Estados

tinham autonomia para realizar constituições próprias, fazer empréstimos externos,

arrecadar impostos, eleger governadores e até possuir corporação própria.

- Regime representativo: o presidente da República, os presidentes estaduais e os membros

do Congresso Nacional – composto pela Câmara de Deputados e pelo Senado, formando o

Poder Legislativo – seriam eleitos pelo povo, exceto pelos analfabetos, mendigos,

mulheres, soldados e menores de 21 anos.

- Presidencialismo: o presidente da República tornava-se o chefe da Federação, podendo

interferir nos Estados, quando algum deles apresentasse tendência de separação, ou ainda

no caso de invasão externa. Uma última atribuição presidencial era a de intervenção nos

conflitos entre os Estados. No caso de impedimento do presidente, seu cargo seria ocupado

pelo vice-presidente. O presidente ocuparia o cargo por quatro anos, ficando impossibilitado de reeleger-se por um outro período imediato.

- Leis gerais: era reconhecida a igualdade de todos perante a lei, a liberdade e segurança

individual e, principalmente, a garantia de plenos direitos à propriedade. Haveria, ainda, a

separação entre Igreja e Estado, instituindo-se o registro de nascimento, o registro de

casamento civil e o atestado de óbito. Não havia, entretanto, total liberdade de culto,

pois as religiões de origem africana, como centros e terreiros de umbanda e candomblé,

eram freqüentemente fechados e seus membros perseguidos e presos pela polícia. Os

indígenas foram ignorados pela Constituição. Apenas em 1909 o governo federal se

preocuparia com essa população, criando-lhe leis de amparo.

Governo constitucional: continuam as crises

Aprovada a Constituição, os constituintes transformaram-se em membros do Congresso

Nacional. Assim, deputados e senadores elegeram o primeiro presidente. Duas chapas

apresentaram-se para ocupar o cargo: uma formada pelo Marechal Deodoro da Fonseca

como presidente, tendo Eduardo Wandenkolk como vice, e outra formada por Prudente de

Morais, com Floriano Peixoto como vice. O Marechal Deodoro da Fonseca acabou eleito

presidente (129 votos contra 97 dados a Prudente de Moraes) e a vice-presidência ficou com

Floriano Peixoto (153 votos contra 57 de Wandenkolk). Na época era permitido votar para

presidente e vice de chapas diferentes.

O governo constitucional de Deodoro acumulou crises. Os problemas com a fracassada

política do Encilhamento provocaram críticas de todos os setores sociais e os jornais'

alardeavam os casos de empresas "fantasmas", desvios de verbas, corrupções, gastos

excessivos do governo. A crise também se estendia aos quartéis, nos quais o prestígio de

Deodoro se abalava. Deodoro governava o país como se estivesse no quartel: dava ordens,

não consultava a classe política, mantinha-se distante das discussões congressistas e

irritava-se facilmente com as impossibilidades de resolver as crises a seu modo, ou seja,

autoritário e ditatorial.

As lideranças dos cafeicultores no Congresso eram exercidas por Prudente de Moraes,

Campos Salles e Bernardino de Campos, que se opunham à política do Marechal Deodoro.

A 22 de agosto de 1891, o Congresso apoiou um conjunto de leis para restringir o poder do

presidente. No final de outubro, Deodoro vetou essas leis e ao mesmo tempo tentou armar

um golpe de Estado.

No dia 3 de novembro de 1891, o presidente fechou o Congresso e declarou o estado de

sítio no país, ou seja, suspendeu as garantias individuais e as liberdades dos cidadãos –

qualquer pessoa poderia ser acusada de conspiração contra o governo, sendo imediatamente presa e julgada.

Rapidamente formaram-se os blocos de resistência contra as tentativas de implantação de

uma ditadura militar no Brasil. As oligarquias de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e

Rio Grande do Sul opuseram-se ao fechamento do Congresso e ao estado de sítio. Os

setores militares também não concordaram com as iniciativas do Marechal. Percebendo a

gravidade da situação, o vice-presidente Floriano Peixoto articulou o apoio da Marinha, dos

políticos congressistas e dos governos estaduais. Mas Deodoro insistiu no golpe e ordenou

a prisão, sem sucesso, dos líderes da Marinha, Eduardo Wandenkolk (antigo aliado que se

tornou inimigo do presidente) e Custódio de Melo. Esses comandantes da Marinha

organizaram uma estratégia militar apontando os canhões dos navios Iguatemi, Riachuelo,

Solimões, Araguari e Marcílio Dias para a cidade do Rio de Janeiro.

Deodoro compreendeu que qualquer resistência poderia conduzir o país a uma guerra, e no

dia 23 de novembro renunciou ao cargo, passando a presidência para Floriano Peixoto.

Encerravam-se nove meses de governo constitucional.

Floriano: o autoritarismo consolida a República

"Floriano representou a defesa e a consolidação do novo regime, liderando um executivo

forte, defendendo uma centralização autoritária e proporcionando, por um lado, o apoio

social necessário para a manutenção da República e, por outro, a ascensão da burguesia

cafeeira".

O novo Marechal suspendeu o estado de sítio e reabriu o Congresso. No entanto, procedeu

à derrubada dos presidentes estaduais (com exceção de Lauro Sodré, do Pará, que, embora

fiel a Deodoro, no último instante não concordou com o golpe) e sua substituição por

homens de sua confiança.

Membros do Partido Republicano Paulista, como Bernardino de Campos (presidente da

Câmara Federal) e Prudente de Moraes (presidente do Senado), legitimaram as medidas de

força do presidente. Ao mesmo tempo, o Ministério das Finanças foi entregue a Rodrigues

Alves, oligarca paulista, mostrando, assim, o reconhecimento aos cafeicultores de São

Paulo. Floriano também buscou apoio nas baixas camadas médias urbanas (funcionários

públicos, empregados do comércio, alfaiates, sapateiros, quitandeiros, donos de pequenos

armazéns) e na nascente classe operária. Essas baixas camadas estavam descontentes com

Deodoro e haviam promovido diversas manifestações de rua contra o governo e greves

(como a dos ferroviários da Central do Brasil, quando da tentativa de golpe). As

reclamações do povo encontravam respaldo de intelectuais (escritores, professores,

jornalistas), médicos, advogados, engenheiros e outros representantes da classe média que

também desejavam ascensão econômica e política.

Medidas econômicas e sociais foram aplicadas para obter o apoio dessas camadas como tentativa de dar uma forte coloração popular ao regime, necessária para a sua manutenção.

Por isso Floriano baixou os aluguéis das casas operárias, isentou de impostos a carne, barateando o produto, e decretou leis para controlar o preço dos alimentos de primeira necessidade. No conjunto, essas medidas promoveram uma momentânea melhora na economia nacional, sem, no entanto, mexer na organização agro-exportadora cafeeira.

Mas essa política descontentava as oligarquias e os setores militares tradicionais, como a Marinha, pois as elites agrárias e industriais tinham receio de que a classe média e os operários das cidades viessem a se fortalecer e conseguissem "privilégios", como aumento de salários, que diminuiriam o lucro dos capitalistas.

É evidente que essas medidas tinham uma intenção apenas aparente, pois o objetivo de

Floriano era conquistar apoio popular imediato, para enfrentar as crises e consolidar as elites agrárias no poder. Como se tratava de uma luta pelo poder entre Exército e Marinha e

entre os vários grupos das elites de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e

Bahia, o Marechal tentava coordenar os diversos interesses em jogo para o controle político do Estado.

Para combater Floriano, seus opositores utilizaram um dispositivo da Constituição: o que definia que, caso a presidência ficasse vaga e o presidente não tivesse cumprido metade de seu mandato (isto é, 2 anos), o vice assumiria apenas por três meses, tempo para que se realizassem novas eleições presidenciais.

Uma onda de revoltas

Mas o Marechal Floriano baseou-se num artigo transitório da Constituição (que lhe garantia a permanência no poder até o final da gestão, porque seu governo representava uma transição entre a Monarquia e a República) para conseguir que os políticos aprovassem sua permanência no poder até 1894.

Como reação à continuidade de Floriano no poder emergiram duas rebeliões visando a sua deposição: a Revolução Federalista gaúcha e a I Revolta da Armada no Rio de Janeiro.

A Revolta Federalista explodiu no Rio Grande do Sul e rapidamente transformou-se numa verdadeira guerra civil entre dois grandes oligarcas gaúchos: de um lado, os federalistas ou maragatos, liderados por Gaspar Silveira Martins; de outro, os republicanos, chimangos ou pica-paus, comandados por Júlio de Castilhos.

Os federalistas defendiam o poder federal forte, centralizado e a instalação de um regime parlamentarista semelhante ao que existia no Segundo Reinado. Já os republicanos, influenciados pelo positivismo, tinham posições próximas às de Floriano. O presidente do Estado, Júlio de Castilhos, perseguiu os federalistas. Em 1893, os confrontos entre maragatos e chimangos ultrapassaram as fronteiras do Rio Grande do Sul, atingindo as regiões próximas ao Uruguai.

Os conflitos armados no Rio Grande do Sul resolveram-se apenas em 1895, no governo de

Prudente de Moraes, que favoreceu os chimangos, mas anistiou os maragatos. "A

Revolução Federalista durou 31 meses (...) Componentes de grande selvageria contribuíram

para tornar a revolta tristemente célebre. Republicanos e federalistas, movidos pelos chefes

políticos locais, massacravam-se reciprocamente. As populações sulistas envolvidas no conflito (inclusive polacos e italianos radicados em colônias) passaram por toda sorte de

privações". No final, 10 000 pessoas atravessaram as fronteiras gaúchas e aproximadamente

12 000 morreram nos combates.

Enquanto se desenrolavam as lutas gaúchas, a Marinha Armada do Rio de Janeiro, sob o

comando do almirante Custódio de Mello, se rebelou em setembro de 1893. As principais

causas da Revolta da Armada foram:

- disputas pelo poder entre os oficiais do Exército e da Marinha representantes de classes

sociais distintas: enquanto o Exército representava os setores das classes médias urbanas e

alguns de seus oficiais eram oriundos dessas classes, a Marinha era uma corporação mais

elitista, cujos membros oficiais eram descendentes das classes oligárquicas;

- políticos que se opunham a Floriano utilizaram-se das rivalidades entre as duas

corporações para tirar o Marechal do poder, insulando a Marinha contra o presidente;

- o almirante Custódio de Mello estava descontente com Floriano, pois pretendia sucedê-lo

na presidência e se sentiu traído quando Floriano passou a apoiar outro candidato, Prudente

de Moraes.

Para justificar a revolta, Custódio de Mello acusava a inconstitucionalidade do Marechal

na presidência, bem como suas pretensões de permanecer no cargo. Os rebeldes tentavam

desembarcar em Niterói para começar o cerco à capital. Sob as ordens de Custódio, os

navios bombardearam a cidade do Rio. Nesse momento, formaram-se batalhões populares

contra os revoltosos. Os cariocas, mal-informados pelas autoridades, acreditavam que os

rebeldes eram monarquistas desejosos de derrubar a República e se organizaram

resistências populares. De qualquer forma, ficou evidenciado o apoio das camadas

pauperizadas ao governo. Percebendo a impossibilidade de continuar a luta, os rebeldes

dirigiram-se para Santa Catarina, formando um "governo provisório", na cidade de

Desterro, unindo-se aos federalistas gaúchos.

O presidente reorganizou seus aliados, comprou navios dos Estados Unidos, colocou no

comando homens de sua confiança e, respaldado pela burguesia cafeeira paulista, iniciou

uma contra-ofensiva. Obteve vitória ao retomar a sede do "governo provisório" na ilha do

Desterro - que a partir daquele momento passou a chamar-se Florianópolis (hoje capital de

Santa Catarina).

No Rio, a esquadra de Jerônimo Gonçalves, amigo do Marechal, cercou os navios dos

rebeldes. A revolta terminou a 13 de março de 1894.

Partidos: garantias aos paulistas

"O papel de Floriano, vencendo a oposição e consolidando as instituições republicanas, foi

fundamental para os seus aliados paulistas. Dotados de recursos políticos mais estáveis e da

maior força econômica do país, os republicanos paulistas prepararam sua ascensão, Assim, enquanto o Exército assegurava a transição republicana, os grupos oligárquicos preparavam-se para assumir o controle do Estado do Brasil. De todas as oligarquias, a de São Paulo tinha maior organização representativa entre os latifundiários. (O PRP - Partido Republicano Paulista – fora criado em 1873, durante a Convenção de Itu.) Em 1893, os deputados e senadores paulistas, apoiados por congressistas de outros Estados, fundaram o Partido Republicano Federal - PRF. A nova agremiação partidária tinha duas finalidades: primeiro, apoiar o governo de Floriano, como garantia ao fortalecimento da República e, segundo, anular a transição de governos militares para civis. A presidência do PRF ficou com o Marechal Francisco Glicério, homem do esquema florianista, que procurou orientar os rumos do partido para os projetos do presidente. Enquanto isso, os grupos civis do PRF organizavam as lideranças políticas nos Estados e dentro do Congresso para solidificar a hegemonia dos paulistas sobre o esquema oligárquico. Mas "o PRF era um partido limitado, pela sua origem e motivação. Sua composição era extremamente heterogênea (liberais, conservadores e republicanos históricos e, nas vésperas da eleição de Prudente de Moraes, os adesistas)".

REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS

Indicado pelo Partido Republicano Federal (PRF) de São Paulo, Prudente de Moraes ganhou a eleição presidencial de 12 de junho de 1894, sendo empossado junto com o vice, Manoel Vitorino, a 15 de novembro. O governo de Prudente de Moraes (1894-1898) empenhou-se na consolidação de uma economia baseada na agro exportação, desalojando setores das classes médias urbanas que faziam parte de vários organismos do governo federal. Gradativamente, a política econômica de Floriano foi sendo abalada, refreando-se a expansão industrial e a importação de maquinaria, de matérias-primas e de insumos favoráveis a industrialização.

Os paulistas no poder

Dois fatos marcaram o governo de Prudente de Moraes: a rebelião de Canudos e a divisão do Partido Republicano Federal. Identificado erroneamente com a reação monarquista contra o governo republicano, o movimento messiânico de Canudos (que será tratado no próximo capítulo) revigorou a oposição contra o governo no Rio de Janeiro, fazendo ressurgir ideais de volta à Monarquia e fortalecendo a oposição ilorianista. Mas as manifestações ocorridas na capital federal foram prontamente reprimidas, com saldo de algumas mortes. A perseguição aos Ilorianistas provocou tensões no PRF. Francisco Glicério, presidente do partido, protestou contra essa perseguição (afinal, ele era um florianista e foi apoiado pelas oligarquias gaúchas e piauienses). Mas foi o bloco dos paulistas, mineiros e baianos que conseguiu controlar a crise partidária. E a liderança de São Paulo voltou a consolidar-se. O grupo florianista afastou-se do partido, deixando o caminho livre para a hegemonia dos

cafeicultores.

A luta contra os rebeldes de Canudos, que foram chacinados em 1897, depois de quatro investidas do Exército, teve impacto negativo para essa instituição. Afinal, o povo de Canudos não passava de um grupo de homens, mulheres, velhos e crianças armados apenas de paus e pedras - e o Exército só conseguiu dominá-los com muita dificuldade. Depois desse fiasco e da carnificina relatada por Euclides da Cunha em Os Sertões, os militares não estavam mais em condições de almejar o poder. A saída era voltar aos quartéis.

Apesar dos problemas que enfrentou a nível interno, o governo de Prudente de Moraes obteve importantes êxitos na política externa. Primeiro, conseguiu a posse da ilha de

Trindade, localizada no litoral do Espírito Santo e ocupada desde 1895 pelos ingleses, que desejavam instalar um cabo submarino ligando a Argentina à Europa a partir da ilha.

Segundo, resolveu questões de fronteira com a Argentina, obtendo para o Brasil cerca de 25

000 km² de uma área onde nos séculos XVII e XVIII haviam se instalado algumas missões

jesuíticas: a região de Palmas - fronteira entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e

Argentina. O último acontecimento que marcou o período de 1894 a 1898 foi uma tentativa de assassinar o presidente. Quando este passava em revista as tropas militares vitoriosas da

Guerra de Canudos, o suboficial Marcelino Bispo disparou-lhe um tiro de pistola. Embora não tenha atingido Prudente de Moraes, a bala feriu mortalmente o ministro da Guerra, Marechal Bittencourt. Prudente de Moraes aproveitou-se do fato para perseguir e prender seus adversários, pois o Congresso aprovara seu pedido de decretação de estado de sítio.

"Foi assim, primeiro usando o Exército contra a Monarquia, depois criando um aparato partidário alternativo para o Exército (o PRF), que os cafeicultores paulistas chegavam ao fim do mandato de Prudente de Moraes, em condições de exercer o poder sem intermediários e com poucas concessões."

Governo Campos Salles

A partir do governo de Prudente de Moraes montou-se o aparato da dominação do país pelas oligarquias de São Paulo com o apoio das de Minas Gerais. A política nacional passou a ser dirigida pelos interesses dessas duas regiões.

Lançado pelo PRF, o candidato presidencial, Campos Salles, iniciou sua campanha em

1897, quando ainda era governador de São Paulo. Filho de rica família de Campinas, cidade

do interior paulista, Campos Salles teve formação conservadora e foi colega de Prudente de

Moraes na Faculdade de Direito. Conseguiu derrotar o outro candidato, o paraense Lauro

Sodré, homem do esquema florianista.

Colocando-se "acima dos partidos" e se declarando homem capaz de governar não como

chefe de partido, mas do Estado, Campos Salles postulava que era contrário "às grandes

reuniões para deliberar sobre assuntos que, pela sua natureza, se relacionam com a direção

ou orientação que se deve imprimir a um determinado momento político. Esta é uma função

que pertence a poucos e não à coletividade': (Campos Salles – Da Propaganda à Presidência)

Vocação agrária e socialização das perdas

Foi diante dessas posturas que o quarto presidente brasileiro governou com os "poucos", isto é, com a oligarquia. Assim, sua política se orientou para o apoio à agricultura, pois, segundo ele, produzir gêneros agrícolas era o que o Brasil sabia "fazer melhor" e devia importar o que outros "faziam melhor". Com isso, durante o período de 1898 a 1902, o presidente consolidou a "vocação agrária" do Brasil, em detrimento da industrialização.

Um dos desafios enfrentados por Campos Salles foi a tentativa de sanear as finanças do país. Desde o Império, toda vez que um produto nacional, como açúcar, algodão, cacau e café, tivesse seu preço em moeda estrangeira diminuído, o governo promovia a desvalorização do dinheiro brasileiro em relação à moeda britânica.

Com isso, os latifundiários perdiam no exterior, mas compensavam, essas perdas dentro do país, pois continuavam com dinheiro para pagar os gastos internos. A esse processo chamamos de socialização das perdas, ou seja, como o país importava a maior parte dos produtos que consumia, os preços das mercadorias aumentavam e, para compensar os prejuízos dos latifundiários exportadores, todos os brasileiros pagavam mais caro os artigos importados.

Mas isso causava problemas ao governo, porque os impostos alfandegários eram arrecadados em moeda nacional, enquanto os produtos comprados no exterior eram pagos em moeda estrangeira. Assim, a desvalorização do dinheiro nacional aumentava o endividamento, pois o governo ficava cada vez mais sem recursos para o pagamento das importações, tendo de recorrer progressivamente a empréstimos externos.

Para enfrentar essas dificuldades, o governo aumentou os impostos, diminuiu violentamente as despesas públicas, abandonou obras, desestimulou as indústrias e, finalmente, congelou salários para refrear o consumo. Como consequência configurou-se um quadro de falências, desemprego, perda de poder aquisitivo, aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e estagnação econômica, gerando descontentamento, principalmente nas camadas populares, com grande ocorrência de greves.

A Política dos Governadores

Era necessário criar um equilíbrio das relações políticas entre os Estados e o governo da

União, ou seja, um maior entrosamento entre os grandes pólos de poder.

Para isso Campos Salles criou a Comissão Verificadora ou Comissão de Reconhecimento

de Poderes, composta pelo presidente da Câmara na legislatura anterior e por quatro

membros por ele escolhidos, todos afinados com os designios do presidente da República.

Essa comissão encarregava-se de verificar se os deputados eleitos se enquadravam na política governamental de seus Estados: os que não se afinavam eram impedidos de tomar posse na Câmara Federal.

Em troca, os governadores apoiavam a presidência da República de forma irrestrita. Essa prática de auxílio mútuo entre as oligarquias dos Estados e o governo central foi chamada

Política dos Governadores e garantia um Congresso subserviente e dócil ao presidente. Ao

mesmo tempo, perpetuava no poder estadual famílias oligárquicas, como os Aciolly no

Ceará, os Rosa e Silva em Pernambuco, os Murtinho em Mato Grosso, os Nery no

Amazonas, e os Fonseca no Rio Grande do Sul.

Café-com-Leite e coronelismo

Por outro lado, consolidava-se o comando do PRP (Partido Republicano Paulista), em

união com o PRM (Partido Republicano Mineiro) e o PRR (Partido Republicano do Rio

Grande do Sul). Era a chamada Política dos Grandes Estados, pois São Paulo, Minas Gerais

e Rio Grande do Sul tinham a maior arrecadação econômica e possuíam o maior eleitorado

do país, controlando 50% dos votos de todo o Brasil.

Embora com menos presença, o Rio Grande do Sul passou a ter influência a partir

da presidência de Afonso Pena (1906-1909). Mas a República Velha continuou assentada

nas duas mais poderosas oligarquias: São Paulo e Minas Gerais. Dos onze presidentes

eleitos de 1889 a 1930, seis foram paulistas, três mineiros e dois de outros Estados – e

todos se afinavam com a Política do Café-com-Leite, isto é, dos cafeicultores de São Paulo

e dos criadores de gado de Minas Gerais. Esse esquema se baseava num mecanismo

eleitoral de corrupção e manipulação do eleitorado. "Os analfabetos não votavam - num

país quase sem escolas, apenas 6% da população constituía o eleitorado". Dentro da

dominação oligárquica, o coronelismo era a base da Política dos Governadores.

As origens do coronelismo

Como sabemos, o poder econômico sempre está estreitamente ligado ao poder político. Na

época do domínio das oligarquias, os vários grupos de latifundiários disputavam

acirradamente o controle de suas regiões. E o fazendeiro mais rico geralmente sobrepujava

os demais, influenciando na eleição de políticos fiéis a ele. Assim, conseguia obter mais

riqueza e poder; à custa do dinheiro público, introduzia melhorias em suas terras (estradas,

eletrificação, etc.). Para alcançar essa posição, era preciso manter numerosos seguidores, isto é,

clientes que viviam do favor desse fazendeiro. Afinal, a concentração da terra e a produção em larga

escala para o exterior geravam desemprego, fome, miséria e marginalidade, criando um

grande contingente de pessoas cuja única saída era servir algum fazendeiro rico. Quanto

maior o número de clientes, mais forte o latifundiário.

Assim, esse latifundiário possuía homens armados de sua confiança (jaguços), formando,

às vezes, verdadeiros exércitos de indivíduos defensores dos seus designios. Esse esquema

vinha desde o período colonial, no qual os chamados "homens bons" isto é, os grandes

proprietários de terras e escravos, administravam a política municipalista. Ainda no período

regencial (1831 a 1840), fora criada a Guarda Nacional, com a finalidade de manter a

coesão do Império, a partir de forças policiais-militares dos municípios, subordinadas aos

latifundiários que recebiam do governo a patente de coronel.

As lutas entre os coronéis visando o controle da política municipal e estadual acabavam

por desembocar, necessariamente, em acirradas disputas eleitorais que cedo ou tarde

derrubavam uma oligarquia para entronizar outra.

A garantia do domínio oligárquico fundamentava-se no processo eleitoral. As formas de

submeter o eleitorado iam desde o voto de curral ou de cabresto até a fraude nas apurações.

O voto de curral predominava nas regiões mais interioranas: os coronéis conduziam seus

eleitores aos lugares de votação e lhes ordenavam que votassem nos candidatos de sua

preferência. Como o voto não era secreto, desrespeitar o coronel podia significar a sentença

de morte.

Já o voto de cabresto predominava nas cidades e nas regiões rurais próximas aos centros

urbanos: o coronel comprava o voto com favores ou dinheiro. Eram também comuns os

eleitores-fantasmas (votos de indivíduos que não existiam) ou mortos (votos de pessoas

falecidas feitos por seus parentes ou conhecidos).

Como não havia uma justiça eleitoral independente e a votação era feita sob vigilância das

autoridades fiscalizadoras do governo, ficava fácil alterar os resultados da eleição.

Aliando a Política dos Governadores com sistema coronelista, Campos Salles completou a

tarefa de alicerçar a política do Café-com-Leite a fim de executar uma economia voltada

para a cafeicultura e para os bancos estrangeiros, no ajustamento do Brasil à ordem

capitalista internacional.

República de última hora

O exercício efetivo da Política dos Governadores pôde ser executado nas eleições do

substituto de Campos Salles. O PRP lançou o nome de Rodrigues Alves para presidente.

Houve um candidato de oposição ao esquema paulista: Quintino Bocaiúva, representante

das classes médias cariocas e dos responsáveis pela queda da Monarquia. Ele não teve,

entretanto, possibilidades concretas de enfrentar a engrenagem paulista.

E assim Rodrigues Alves (1902-1906) venceu o republicano histórico Quintino Bocaiúva.

O novo presidente nascera em Guaratinguetá (interior de São Paulo), era de família

latifundiária, amigo pessoal do ex-imperador D. Pedro II, líder do antigo Partido

Conservador no Império e republicano de "última hora", ou seja, quando percebeu que o

golpe da República era iminente, passou de maneira oportunista para o lado das forças

vencedoras.

Rodrigues Alves não deu continuidade à política recessiva de seu antecessor. Como a

situação financeira do Brasil já estava um pouco melhor, o novo presidente iniciou outro

processo de empréstimos estrangeiros para investir em obras públicas.

Garantido por uma hipoteca de 2% em ouro sobre todas as importações e pelas rendas de

todos os portos e docas, o novo empréstimo permitiu uma série de realizações, como a

construção da Faculdade de Direito do Recife, das Faculdades de Medicina de São Paulo e

de Salvador, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, melhorias na Estrada de Ferro Central

do Brasil e na Mogiana (que ligava Bauru, em São Paulo, a Mato Grosso; a instalação da

fábrica de pólvoras (Piquete, SP); e a aquisição de navios britânicos.

O dinheiro estrangeiro permitiu também a modernização da cidade do Rio de Janeiro, onde

foram construídos o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e outros prédios públicos.

Arruamentos, aberturas de avenidas, alargamentos de praças, saneamentos de redes de

esgoto e água, construção de cais, remoção de cemitérios, demolições dos casebres e

cortiços no centro do Rio de Janeiro provocaram distúrbios generalizados na cidade. Essas

obras realizavam-se sempre dentro dos aspectos autoritários, elitistas e distantes que

caracterizavam o Estado oligárquico.

Casas foram demolidas e barracas de ambulantes depredadas e queimadas por fiscais do

governo. "Tudo o que as turmas de saneamento encontrassem nas casas e que fosse

considerado prejudicial à higiene era apreendido e destruído. As demolições aumentavam o

preço dos aluguéis e a população de baixa renda viu-se expulsa para longe de seu local de

trabalho."

Revolta da vacina: autoritarismo X ignorância

A miséria e a pobreza em que sempre havia vivido a maior parte da população do Rio de

Janeiro favoreciam as epidemias, que passaram a se alastrar com o crescimento da cidade,

provocado pela industrialização e pelo êxodo rural. As principais doenças eram a peste, a

febre amarela e a varíola.

A situação chegou a tal ponto que companhias inteiras de teatro estrangeiras que chegavam

para se apresentar no recém-inaugurado Teatro Municipal eram contaminadas e dizimadas.

No verão, quando os surtos epidêmicos aumentavam de intensidade, os ricos fugiam para

suas casas de campo em Petrópolis (cidade serrana nas cercanias da capital federal).

Para combater essas epidemias, Rodrigues Alves contratou o sanitarista Osvaldo Cruz.

Enquanto os urbanistas destruíam cortiços e favelas, a saúde pública encarregava-se de

matar ratos, que transmitiam a peste, e mosquitos, que espalhavam a febre amarela. Os

métodos eram violentos. Casas eram invadidas e pulverizadas com creolina diante dos

assustados moradores.

Para combater a varíola, o governo impôs a vacinação obrigatória. Desconhecida no Brasil,

a vacina gerou temor na população e em muitos círculos intelectuais. Descontente com o

autoritarismo de Rodrigues Alves e com a destruição de suas moradias, a população reagiu

com violência à obrigatoriedade da vacina. A revolta popular começou em novembro de

1904 e foi duramente reprimida.

Bondes foram queimados, prédios incendiados e a polícia atirava nos manifestantes,

gerando um quadro de guerra civil. Oficiais florianistas aderiram à revolta e passaram a

exigir a demissão do ministro da Justiça "pela violência com que o povo estava sendo

tratado" A Escola Militar da Praia Vermelha, com apoio de generais e políticos, pegou em

armas contra o governo.

Rodrigues Alves, porém, conseguiu vencer os rebeldes com auxílio do general Hermes da

Fonseca, que comandou as tropas fiéis ao governo. Os cadetes da Praia Vermelha tiveram

de se render.

Debelado o braço militar da revolta, Rodrigues Alves voltou-se para as classes populares.

Bombas, tiroteios, pedras, dinamites eram trocados entre as tropas legais e as camadas

proletárias, transformando o Rio de Janeiro em batalha campal. Controlados os focos de

rebelião, o governo retirou o decreto de obrigatoriedade da vacinação.

Borracha: a Amazônia fica rica

Enquanto desenvolvia o programa de modernização da capital federal, o governo

Rodrigues Alves empenhou-se também numa agressiva política externa, com a Questão do

Acre, que culminou com a compra, pelo Brasil, dessa área antes pertencente à Bolívia.

A região acreana era grande produtora de borracha obtida do látex, ou seja, da seiva da

seringueira (*Hevea brasiliensis*), árvore das regiões tropicais da América, predominante na

Amazônia.

A descoberta da vulcanização da borracha (mistura do látex com enxofre e outros

procedimentos que dão resistência ao material), feita em 1842 pelo norte-americano

Charles Goodyear, possibilitou a industrialização desse produto. Assim, o desenvolvimento

da indústria automobilística no início do século XX transformou a borracha numa matéria-prima

fundamental, pois passou a ser usada para fabricar pneus.

O trabalho de recolhimento do látex era executado de forma primitiva. Os seringalistas

(proprietários das áreas de exploração das árvores) contratavam os seringueiros

(trabalhadores encarregados de extrair látex).

Os seringueiros percorriam caminhos, que eles próprios abriam na selva, em torno de 4 a 6

km, faziam cortes superficiais nas árvores, acoplavam uma tigela e recolhiam o produto

após algumas horas. A cada dia, os seringueiros sangravam mais de cem árvores. Depois de

coletar o látex, o defumavam até a coagulação, enrolando-o para formar bolas que eram

vendidas aos seringalistas.

As bolas ou "pelas" (como eram conhecidas) ficavam guardadas em armazéns dos

seringalistas, que as vendiam a "aviadores" ; isto é, comerciantes intermediários entre os

produtores da borracha e os compradores das firmas de exportação. Esses aviadores

adquiriam o produto nas regiões interioranas e o transportavam até Manaus ou Belém, onde

o vendiam para empresas americanas, inglesas, holandesas e francesas.

A produção de borracha trouxe grande desenvolvimento para a região amazônica. As

cidades de Manaus e Belém transformaram-se rapidamente em centros urbanos

desenvolvidos. Manaus, por exemplo, chegou a ter seu Teatro Municipal com mármore

italiano e cristais importados da Alemanha. Grandes companhias de ópera de Roma e Paris

iam a essas cidades às vezes para uma única apresentação.

Do final do século XIX até o início da década de 10, o látex foi o segundo produto na

pauta das exportações brasileiras, depois do café. No entanto, a partir de 1912 a produção

declinou, porque os ingleses iniciaram o cultivo de seringueiras em suas colônias da

Malásia e do Ceilão com sementes contrabandeadas do Brasil.

O surto econômico da borracha provocou um conflito de fronteiras entre Brasil e Bolívia.

Já no início do atual século, a região do alto Purus e alto Juruá - divisa da Amazônia

brasileira com o Acre (território boliviano) - tornara-se a terceira área de produção, logo

depois dos Estados do Pará e do Amazonas. Além disso, a maior parte dos seringueiros da

região acreana era de origem nordestina, notadamente cearenses que tentavam melhores

condições de sobrevivência, já que as constantes secas do Nordeste ameaçavam sua vida.

Embora o governo da Bolívia não tivesse se preocupado com a colonização do Acre, a

região logo atraiu o interesse de grupos capitalistas internacionais. Norte-americanos

associados a grupos ingleses e alemães formaram o Bolivian Syndicate (com maioria de

capitalistas americanos) para a exploração do látex na região do Acre. Acordos secretos entre o

governo boliviano e capitalistas americanos acertaram o reconhecimento, por parte dos

Estados Unidos, dos direitos da Bolívia sobre a região acreana. Em troca, os americanos

doariam armas e munições aos exércitos bolivianos para o enfrentamento com o Brasil,

caso houvesse um conflito entre as duas nações. Por seu lado, a Bolívia abateria em 50% as

taxas pagas pela companhia Bolivian Syndicate para a extração do látex por um prazo de

dez anos.

No final do século XIX, Dom Luiz Galvez Rodrigues de Árias (espanhol residente no

Brasil) tentou proclamar a independência do Acre, mas foi derrotado por tropas bolivianas

e brasileiras. Porém novas formas de rebelião continuaram a se alastrar pela selva. Afinal,

os altos lucros das seringueiras mereciam os sacrifícios da guerra.

Uma nova conspiração contra os grupos internacionais estourou na região sob a liderança

do gaúcho Orlando Correia Lopes, que conseguiu atrair a simpatia pela causa acreana do

major Plácido de Castro, grande estrategista da Revolução Federalista.

Diante das dificuldades de combater a guerra de guerrilha promovida pelas tropas

brasileiras sob o comando de Plácido de Castro, o governo boliviano se dispôs a conversar

com os diplomatas brasileiros. Após negociações com o barão do Rio Branco, foi assinado,

em novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis, definindo os limites fronteiriços entre os

dois países. Pelo tratado, o Brasil faria um pagamento de dois milhões de libras esterlinas à

Bolívia. Além disso, o governo brasileiro se incumbiria de construir a Estrada de Ferro

Madeira-Mamoré, que possibilitaria o acesso da Bolívia ao mar, através do oceano

Atlântico. A ferrovia acabaria se revelando inviável, mas o Brasil conquistou um Estado a

mais para seu território por vias diplomáticas, evitando uma guerra que prometia ser longa

e desgastante. Os próprios lucros obtidos com a exploração da borracha acreana logo

pagaram as indenizações devidas.

O encerramento do agitado período do governo Rodrigues Alves culminou com o

controvertido Convênio de Taubaté. Por esse convênio, os cafeicultores pretendiam

oficializar a política de valorização do café, envolvendo capitalistas ingleses e norte-americanos.

Enquanto os governos estaduais deveriam comprar o café a preço fixo,

garantindo os aumentos constantes da produção, os bancos estrangeiros emprestariam libras aos governos de São Paulo e Minas Gerais para que estes realizassem a compra do produto.

Os mesmos bancos se responsabilizariam pela comercialização.

Afonso Pena e Nilo Peçanha

Em 1906, a oligarquia cafeeira de São Paulo, aliada aos fazendeiros gaúchos liderados por

Pinheiro Machado, fez presidente o mineiro Afonso Pena, que administrou a União à

sombra dos membros do PRP e PRM: construiu estradas de ferro, equipou a Marinha e o

Exército, comprando navios e armamentos, facilitou o processo migratório por pressões

dos setores industriais e, por fim, em 1908, realizou uma exposição internacional com

produtos nacionais e estrangeiros, na cidade do Rio de Janeiro, em comemoração aos cem

anos da Abertura dos Portos.

Afonso Pena não concluiu o mandato, falecendo em 1909. Nilo Peçanha, o vice-presidente,

assumiu o cargo. Esse representante da oligarquia fluminense criou o Serviço Nacional de

Proteção ao Índio (SNPI), entregando a chefia da nova organização ao Marechal Cândido

Rondon. Como os brancos estavam ocupando territórios antes isolados, o governo

militar interessou-se em integrar o índio à sociedade, porque representava mão-de-obra barata e,

principalmente, conhecia o interior do país, facilitando o encontro de riquezas e o controle

militar de regiões inóspitas. Assim, não foi por acaso que um membro do Exército foi

designado para a chefia do novo órgão.

No âmbito da política interna, o governo de Nilo Peçanha foi palco da continuação de uma

luta pelo poder que já havia se intensificado na administração de Afonso Pena. Uma nova

força oligárquica, liderada pelo gaúcho e ex-general Pinheiro Machado, comandara a

formação de um bloco dos chamados Estados Menores, ou seja, Estados de pequena

influência política que se opunham ao bloco dos grandes Estados (São Paulo, Minas Gerais

e Rio de Janeiro).

Primeiros abalos na oligarquia

Civis X militares: Campanha Civilista

O candidato oficial para a sucessão de Afonso Pena e Nilo Peçanha era David Campista,

ministro da Fazenda. Mas Pinheiro Machado, líder dos Estados Menores, não concordou

com essa candidatura e tentou romper a Política do Café-com-Leite. Os nomes

apresentados por Pinheiro Machado foram rejeitados, e como reação o oligarca gaúcho

passou a apoiar a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca, que havia rompido com

Afonso Pena e passou a aglutinar as oposições. Os oligarcas paulistas apoiaram então o

deputado baiano e ex-ministro Rui Barbosa.

A morte de Afonso Pena acelerou a disputa, e Nilo Peçanha tentava, na aparência, manter-se

neutro. Mas os ministros escolhidos por Nilo Peçanha, em substituição ao Ministério

anterior, apresentavam tendências favoráveis a Hermes da Fonseca, o que reforçava essa

candidatura e inviabilizava a do opositor.

Por seu lado, Rui Barbosa e os paulistas promoveram, a nível nacional, a Campanha

Civilista. Mesmo sabendo das pequenas possibilidades que Rui teria para a presidência, o

patrocínio à Campanha Civilista foi gigantesco: pela primeira vez um candidato a

presidente viajou pelo país todo divulgando sua plataforma política. Muito dinheiro foi

gasto no aluguel de trens para o transporte das caravanas civilistas. O financiamento de Rui

vinha da política de valorização do café. São Paulo mostrava, assim, sua força econômica e

política, numa clara alusão a manter o Convênio de Taubaté a qualquer custo e

resultado.

Para fazer frente a São Paulo, Pinheiro Machado escolheu, apoiado no PRM, o mineiro

Venceslau Brás como candidato à vice-presidência de Hermes, o que representava uma

ruptura entre paulistas e mineiros. Realizadas as eleições, como sempre fraudulentas, com

denúncias de corrupção eleitoral por parte dos dois candidatos, o Marechal Hermes da

Fonseca obteve a presidência para o período de 1910 a 1914.

Venceu o novo arranjo político, no qual Pinheiro liderava um grupo de militares que

aspiravam por amplas participações no poder e se encaixavam nos desejos do bloco de civis

do oligarca gaúcho. Assim, "uma nova força oligárquica, produto de uma aliança entre

militares e jovens políticos ligados aos interesses da família presidencial, juntamente com

as oligarquias locais menores, procurou quebrar e alterar as rígidas e velhas estruturas de

poder. A "política de salvação nacional".

Numa velha manobra, característica da postura elitista das oligarquias, Pinheiro Machado

fundou, em 1910, o PRC (Partido Republicano Conservador), organizando nova articulação

a nível nacional, em apoio ao governo Hermes no Congresso e nos Estados. Sob a liderança

do ministro da Guerra, general Dantas Barreto, o PRC e setores militares promoveram a

derrubada dos coronéis oligárquicos opositores ao novo grupo político e ao presidente.

Promovendo a substituição de oligarquias no poder, o novo bloco político sedimentou

velhas disparidades sociais e fomentou ódios e conflitos locais para beneficiar novos grupos

latifundiários. Esse esquema de substituição de oligarquias por outra com ajuda das tropas

federais foi chamado de política de salvação nacional. As Forças Armadas eram usadas

para garantir a deposição de políticos e governadores de Estado que não se alinhavam com

o governo federal, substituindo-os por interventores.

Mas o esquema "salvacionista" se desgastou gradativamente. Dissidências nos setores

militares, entre os que aprovavam e os que eram contra a intromissão do Exército na

política, acabaram por derrubar o general Dantas, enfraquecendo o processo de intervenção

nos Estados; com isso declinou o poder de Pinheiro Machado.

A contribuição da confusa, inepta e ineficiente política econômica da administração de

Hermes foi decisiva para a decadência do "salvacionismo". Desequilíbrio orçamentário,

queda das exportações de café, aumento da emissão de papel-moeda e outros fatores

negativos obrigaram o governo a recorrer a um novo funding loan, através do qual o Brasil

adiava o pagamento de suas dívidas, mas se comprometia a não recorrer a empréstimos externos até 1917.

A sucessão de Hermes

O fracasso da política de Hermes da Fonseca mostrou que era inviável manter um governo oligárquico e ao mesmo tempo desprezar as oligarquias mais poderosas dos chamados Grandes Estados. As oligarquias menores não tinham a força dos cafeicultores. E o eixo São Paulo-Minas-Rio voltou a atuar para garantir a sucessão presidencial. Pinheiro Machado candidatou-se à presidência, mas uma rearticulação do PRM e PRP e o fracasso da "salvação nacional" contribuíram para inviabilizar o ex-militar gaúcho. Menos desgastado, o PRP lançou, estrategicamente, o nome de Venceslau Brás para o poder executivo da nação.

Eleito presidente para o período de 1914 a 1918, Venceslau Brás teve de enfrentar agitações internas de toda ordem. Os Estados do Pará, Espírito Santo, Alagoas e Piauí sofreram intervenção do governo central, devido a lutas irreconciliáveis entre os vários grupos latifundiários locais. A guerra do Contestado (que será abordada no capítulo seguinte), na fronteira do Paraná e Santa Catarina, havia exposto a crescente pauperização das classes populares rurais. A seca nordestina de 1915 aprofundara as contradições do esquema agro-exportador latifundiário, ocasionando a morte de milhares e a miséria de milhões de pessoas.

Embora ouvesse um surto industrial, provocado pela I Guerra, isso não evitou manifestações operárias nos grandes centros urbanos, como a Greve Geral de 1917, provocada pela situação de penúrias das classes proletárias (ver capítulo seguinte). Assim, enquanto na Europa a I Guerra terminava em 1918, no Brasil iniciava-se a crise oligárquica que se estenderia pela década de 20.

Epitácio Pessoa: governo de aparências

A sucessão de Venceslau Brás transcorreu dentro do esquema político do Café-com-Leite.

Por ser a vez de um paulista na presidência, o PRP indicou e conseguiu eleger Rodrigues

Alves para um segundo mandato. Mas o presidente eleito não chegou a tomar posse, pois estava doente e faleceu em janeiro de 1919.

Conforme a Constituição vigente, o vice-presidente, Delfim Moreira, assumiu a

presidência, mas teve dificuldades para governar, pois também estava doente e não possuía

bases políticas entre as elites. Convocaram-se novas eleições. A escolha do presidente foi

tumultuada, porque as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo não conseguiam decidir-se por um nome.

Os políticos dos grandes Estados acabaram optando por um latifundiário de um Estado

menor, a Paraíba. Assim, a escolha recaiu sobre Epitácio Pessoa, homem de grande

prestígio internacional, pois fora chefe da missão brasileira na Conferência de Versalhes,

onde foram julgados os crimes dos perdedores da I Guerra.

Graças à máquina das oligarquias, Epitácio Pessoa venceu as eleições sem fazer

campanhas e sem sair da Europa, de onde voltou para tomar posse. Seu governo foi

marcado por uma administração de aparências, mais voltado para comemorações, como a

do Centenário da Independência. Devido a sua postura omissa diante das dificuldades

econômicas, ganhou a oposição de todos os setores da sociedade brasileira.

Durante os anos da I Guerra até 1919, o Brasil havia conseguido exportar mais do

que importava. Com a retomada econômica da Europa e dos EUA, as importações

brasileiras aumentaram e as atividades fabris nacionais diminuíram, reduzindo-se

drasticamente as reservas de libras no país.

A administração de Epitácio Pessoa foi confusa. O presidente se negou a aumentar as taxas

alfandegárias, o que provocou reações de grupos de comerciantes de importação e

exportação. Tentou ainda suspender a valorização do café com recursos financeiros

federais, gerando violentos protestos das oligarquias que o elegeram - o que o fez recuar da

decisão e voltar a cumprir o Convênio de Taubaté. Também desvalorizou a moeda

brasileira, provocando protestos dos industriais por diminuir o poder aquisitivo da

população. Como consequência dessa última medida, a inflação se acelerou. Desencadeouse

uma onda de protestos populares, que foram violentamente reprimidos. O descontentamento se alastrou para amplos setores militares, pois o presidente vetou

propostas de aumento de soldo para eles e nomeou civis para os ministérios da Guerra e da

Marinha.

O aprofundamento da crise obrigou o governo a intervir militarmente na Bahia, no

Amazonas e no Espírito Santo. A nível internacional, mudou o padrão de conversão da

moeda brasileira, substituindo a libra pelo dólar.

Evidenciou-se também a mudança da esfera de influência a que se subordinava o Brasil,

pois os norte-americanos passaram a ter presença mais decisiva na política nacional.

Os recursos financeiros aplicados em obras contra a seca do nordeste tiveram pouca

eficácia e geraram grandes protestos dos setores cafeeiros, que exigiram exclusividade

federal no auxílio ao produto principal das exportações. Com isso, o governo não concluiu

as obras e os investimentos foram desperdiçados.

A crise da oligarquia

"Reação Republicana"

Os erros acumulados e o descontentamento geral tiveram uma consequência imediata: no

início de 1921, as oligarquias paulistas e mineiras aniquilaram rapidamente a sucessão de

Epitácio. As lideranças políticas do Café-com-Leite escolheram o mineiro Artur Bernardes

para substituir o latifundiário paraibano. Mas, ao mesmo tempo, já acertaram previamente

que o paulista Washington Luís seria o sucessor de Bernardes.

As oligarquias gaúchas, porém, lideradas por Borges de Medeiros, reagiram contra o

candidato Artur Bernardes. Os gaúchos queriam reafirmar seu poder sobre as elites

políticas dos pequenos Estados e medir forças com a aliança São Paulo-Minas. Assim,

Borges uniu-se aos políticos do Rio, Pernambuco e Bahia, formando a Reação Republicana.

Rompia-se a aliança entre as oligarquias nacionais. A dissidência de Borges de Medeiros

lançou uma candidatura oposicionista com Nilo Peçanha para presidente e José Joaquim Seabra para vice.

A campanha de Nilo Peçanha adquiriu proporções inéditas, até então desconhecidas pela República do Café-com-Leite. Recebeu apoio de amplos setores das classes médias, dos jovens oficiais militares e da própria dissidência das elites.

A discussão política acentuou-se dentro dos quartéis, pois muitos militares passaram a pregar o fim do esquema oligárquico-coronelista. Hermes da Fonseca, que na presidência tentara inutilmente romper esse esquema, emergiu como líder dos militares descontentes. A

situação tornou-se tensa a partir do episódio das cartas falsas. Dois elementos ligados aos setores dissidentes, Oldemar Lacerda e Jacinto Guimarães, inventaram duas cartas que, propositadamente, foram atribuídas a Artur Bernardes. O jornal Correio da Manhã (RJ) publicou a 9 de outubro de 1921 uma das cartas, que continha insultos a Hermes da Fonseca, chamando-o de "sargentão sem compostura" e aos militares de "canalhas" e "venais".

Governo Bernardes: dificuldades e tensões

Apesar dos protestos contra a oligarquia, a corrupção e a fraude eleitoral garantiram a vitória de Artur Bernardes. As intervenções de Epiácio Pessoa no Maranhão e em

Pernambuco foram acompanhadas de reações armadas, principalmente no Recife. A situação tornou-se mais tensa quando o Marechal Hermes telegrafou ao comandante militar da capital pernambucana solicitando aos militares que não obedecessem ao governo.

Epiácio prendeu Hermes e baixou uma lei fechando o Clube Militar, do qual o Marechal era presidente de honra.

A reação da jovem oficialidade foi imediata. Os tenentes se preparavam para impedir a

posse de Artur Bernardes. Se, por um lado, os chefes políticos civis e militares eram

opositores de Bernardes, por outro não concordavam com as atitudes de rebeldia sem

controle por parte dos jovens oficiais. No dia 5 de julho de 1922, eclodiu a primeira

manifestação dos movimentos tenentistas (que serão tratados no capítulo seguinte). Se não

conseguiram impedir a posse de Bernardes em 15 de novembro, os tenentes chegaram a

abalar a administração do penúltimo governo oligárquico.

Artur Bernardes governou 48 meses, 44 deles sob estado de sítio. Por iniciativa do

presidente, o Congresso aprovou uma reforma constitucional que aumentou os poderes do

presidente, facilitando a intervenção do governo federal nos Estados. Os jornais também

passaram a sofrer rigorosa censura.

Bernardes iniciou uma intensa perseguição aos políticos da Reação Republicana (Nilo

Peçanha, J. J. Seabra e Borges de Medeiros), realizando intervenções no Rio e na Bahia.

Bernardes não conseguiu intervir no Rio Grande do Sul, mas enfraqueceu Borges de

Medeiros através de manobras políticas.

Apesar das agitações políticas e militares contra o Café-com-Leite, o esquema político da

cafeicultura conseguiu se impor e eleger o paulista Washington Luís para a presidência da

República no período de 1926 a 1930.

Washington Luís: o último oligarca

Político hábil, Washington Luís governou o país centralizando os poderes e mantendo um ministério obediente, e subserviente às suas ordens. Empreendeu uma política de apaziguamento dos "ânimos nacionais", concedeu liberdade a presos políticos, diminuiu a vigilância sobre os jornais e, em março de 1927, decretou o fim do estado de sítio.

O governo iniciou também uma reforma financeira, criando uma nova moeda, o cruzeiro, e introduzindo o padrão-ouro como valor monetário, ou seja, as notas que circulavam no país

estariam asseguradas em ouro. Assim, era possível trocar dinheiro pelo equivalente em

ouro. Essa medida ajustava a nação brasileira aos critérios econômicos internacionais. Mas

essas reformas financeiras foram interrompidas pela crise de 1929.

Apesar da grande depressão econômica, 1929 foi um ano de preparação eleitoral. Assim, de

acordo com a rotatividade entre paulistas e mineiros na presidência, agora era a vez de um

político de Minas Gerais ocupar o cargo. Desde 1928, o governador de Minas, Antônio

Carlos Ribeiro de Andrade, preparava-se para a candidatura. Entretanto, Washington Luís,

rompendo com a tradição política, apontou, em 1929, o governador de São Paulo, Júlio

Prestes, para substituí-lo.

Aliança Liberal: a última dissidência

Com a ruptura do pacto político, o próprio Antônio Carlos organizou, com a Paraíba e o

Rio Grande do Sul, uma chapa opositora ao candidato do governo: a Aliança Liberal. Por

essa chapa, Getúlio Dornelles Vargas (latifundiário gaúcho e ex-ministro da Fazenda de

Washington Luís) candidatou-se a presidente e João Pessoa (oligarca paraibano) a vice.

A Aliança Liberal fez uma intensa campanha contra o esquema oligárquico. Os comícios

nas praças públicas de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram faixas por todos os lados e

os candidatos eram amplamente saudados por imensas multidões.

Mas o governo, controlando a maioria dos Estados e fraudando as eleições, conseguiu

eleger Júlio Prestes (Vargas chegou a obter, no Rio Grande do Sul, 298.627 votos, contra

982 dados a Júlio Prestes). Ao fim das apurações, entretanto, Júlio Prestes recebeu

1.097.000 votos e Getúlio Vargas 744.000 votos. As duas chapas haviam se comprometido

a aceitar os resultados das urnas. Ficava claro, nas palavras de João Pessoa, que os

aliancistas não pensavam numa revolta: "Nunca contarão comigo para um movimento

armado. Prefiro dez Júlio Prestes a uma revolução".

Por outro lado, os membros jovens das oligarquias dissidentes, como o mineiro Virgílio de

Melo Franco e os gaúchos João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha, aliados a Juarez

Távora e João Alberto - líderes tenentistas - estavam dispostos a romper o pacto

oligárquico. O descontentamento crescia entre as camadas populares e as classes médias

urbanas.

Revolução de 30: golpe na oligarquia

As elites rurais e os setores burgueses industriais preocupavam-se com as constantes

agitações populares nos grandes centros urbanos e com as articulações da jovem oficialidade militar. Temendo que as manifestações adquirissem aspectos radicais, muitos grupos dissidentes aderiram ao golpismo. O governador de Minas, Antônio Carlos, deu o tom do movimento golpista: "Façamos a Revolução, antes que o povo a faça". Um fato precipitou o golpe: o assassinato de João Pessoa (26 de julho), na Paraíba, devido a disputas locais entre os chefes políticos. No dia 3 de outubro, tropas gaúchas, sob o comando de Góis Monteiro, marcharam para a capital. No Nordeste, a rebelião tomou conta de todos os Estados. Outras expedições militares partiram de Minas para São Paulo. Depois de curtos combates na região de Itararé, os rebeldes conseguiram desfazer a resistência.

Em 24 de outubro de 1930, uma junta militar formada por Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro e pelo almirante Isaías Noronha depôs o presidente Washington Luís. A junta demorou dez dias para passar o poder ao chefe da Aliança Liberal e futuro presidente provisório: Getúlio Dornelles Vargas.

É fácil dizer quem perdeu a Revolução de 30: o esquema oligárquico-coronelista e os setores das elites econômicas que tentaram mantê-lo. Mas é difícil apontar o vencedor. As forças que lutavam contra a República do Café-com-Leite eram heterogêneas: oligarquias dissidentes, o Partido Democrático, dissidência paulista do PRP em que se apoiou a Aliança Liberal nas eleições, os tenentes, as classes médias urbanas, os industriais.

Durante o processo de construção da ordem republicana, os quarenta anos da República Velha traçaram um perfil do poder executivo que poderia, em linhas gerais, apresentar os seguintes aspectos:

- todos os presidentes no poder colocavam-se acima dos partidos, o que evidenciava o caráter personalista dos chefes políticos, ou seja, os partidos representavam as articulações necessárias para medir forças de prestígio social, econômico e aquele que possuísse trânsito político entre as várias facções dentro de um mesmo poder tornava-se presidente.
- o presidente, que nos comícios dizia representar todo o povo brasileiro, consultava um número muito pequeno de pessoas, atendia aos interesses econômicos dos que o apoiavam e usava de todo o rigor repressivo contra as manifestações populares.

Assim, " a questão social era uma questão de polícia".

Esses perfis não desapareceram do cenário político brasileiro. De 1930 a 1964, a presidência da República também governou em função das elites, mas buscava-se engajar as classes proletárias (massa eleitoral) no projeto político das elites agrárias e urbanas, sem, contudo, permitir mudanças profundas que abalasses a estrutura de poder no Brasil ou ameaçassem a perpetuação dos interesses econômicos das camadas abastadas.

Todos os setores sociais concordavam com a necessidade de alterações no quadro político. Era necessário à própria manutenção da ordem capitalista executar reformas sociais para disciplinar as formas de lucro e ampliar a acumulação de capitais, adequando o processo

econômico-político aos ajustamentos do crescimento internacional do capitalismo.

De 1964 a 1988, novos ajustamentos políticos foram elaborados, sempre com o mesmo

propósito: modernizar o Brasil, para engajá-lo na sociedade industrial de elevada produção tecnológica.

Quais as formas políticas utilizadas para submeter as classes trabalhadoras ao intenso

processo de modernização do Brasil?

"Eu organizo o movimento

eu oriento o carnaval

eu inauguro o monumento

no planalto central

do país"

(Caetano Veloso)

Mas quem organizava o movimento? E qual monumento inaugurava? As respostas a essas

questões estão no próximo livro.

OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E REBELIÃO

Já compreendemos que a República brasileira nasceu sob o pacto político entre as elites

cafeiras, os círculos militares e os intelectuais positivistas como Benjamin Constant, Silva

Jardim e outros. A República coronelista, clientelista e oligárquica continuou representando

os interesses das elites rurais com total descaso pelas camadas populares.

Tanto que a mudança política da ordem imperial para a republicana não alterou significativamente o

modo de vida das classes trabalhadoras, agora composta de negros libertos, artesãos,

mestiços e principalmente imigrantes. A minoria proprietária (os coronéis fazendeiros)

manteve a apropriação da riqueza, os privilégios e o poder, e a grande maioria permaneceu

sem condições de acesso aos mínimos direitos sociais e políticos.

Com a política de valorização do café e com o incipiente processo de urbanização e de

industrialização em algumas áreas do país, formaram-se e consolidaram-se novas classes

sociais: a burguesia industrial e o proletariado, além da classe média constituída por

pequenos proprietários, comerciantes, artesãos, profissionais liberais e militares.

A formação dessas classes sociais é explicada pelas transformações da estrutura econômica

da sociedade, ou seja, pelas mudanças implícitas no próprio modo de produção capitalista,

que passou de uma sociedade escravocrata para uma sociedade de classes. É importante

observar ainda que essa passagem não foi semelhante ao modelo clássico europeu ocorrido

no século XIX, que se caracterizou pela luta entre os setores industriais e agrários, já que a

posse da terra era a base do modo de produção feudal, anterior ao capitalista. No Brasil não

houve uma crise nem uma ruptura entre os dois setores. A classe que tinha a posse da

terra, os latifundiários, deteve a iniciativa da industrialização. Mesmo os raros empresários

que não saíram de seus quadros, basicamente os imigrantes, acabaram se associando aos

proprietários rurais para ter acesso aos privilégios e participar da ordem política dominante.

No começo do século XX, a burguesia agro-exportadora era composta pelos coronéis - os

cafeicultores paulistas, os senhores de engenho nordestinos, os proprietários das terras de

fumo e de algodão. A mais importante facção era representada pelos cafeicultores paulistas, que se denominavam "progressistas", sobretudo por terem introduzido a mão-de-obra assalariada e terem atuado com firmeza na derrubada do Império. Eram símbolos da riqueza dessa burguesia os casarões coloniais, os vestidos e roupas confeccionados em Paris, os bailes e casamentos faustosos que consolidavam alianças entre os proprietários. Apesar de dominar politicamente, a burguesia dependia dos grandes grupos econômicos internacionais, que controlavam, através do capital financeiro, a produção, a comercialização e a exportação de nosso principal produto.

A classe operária vai à luta

O café acarretou profundas modificações na economia do país. Além de introduzir a mão-de-obra assalariada imigrante na lavoura, induziu investimentos na área de serviços e comércio, em particular no setor de transportes (como a construção de estradas de ferro) e nos serviços portuários. Assim, foi nas docas de Santos que surgiu o primeiro grupo importante de trabalhadores, cujas lutas se iniciaram já em fins do século passado.

São Paulo começou a crescer apenas na última década do século XIX: entre 1890 e 1900, a população paulistana passou de cerca de 65 000 habitantes para cerca de 240 000. Grande parte desse crescimento decorreu do afluxo de imigrantes que se dirigiam para os bairros operários e para as indústrias nascentes. As condições de vida desse operariado eram subumanas: as jornadas de trabalho chegavam quase sempre a mais de dez horas diárias e a seis dias por semana; não tinham direito a férias e estavam totalmente desprotegidos de um mínimo de direitos sociais. Os salários podiam ser rebaixados e os sindicatos e as ligas não eram reconhecidas pelo governo e pelos industriais.

Nesses primeiros decênios da nossa industrialização, era bastante elevado o número de mulheres e crianças operárias. Apesar de trabalharem o mesmo número de horas que os homens, as mulheres eram discriminadas: recebiam metade do salário masculino e, muitas vezes, sofriam agressões físicas e morais. As crianças eram vítimas de espancamentos, mutilações pelas máquinas quando adormeciam em serviço, além de receberem apenas 1/3 do salário dos adultos.

A presença das mulheres e crianças no contingente da força de trabalho sempre representou uma pressão sobre os salários, pois amplia o exército industrial de reserva, isto é, aumenta o número de trabalhadores disponíveis no mercado. Por outro lado, os empresários de alguns ramos tinham interesse na mão-de-obra infantil e feminina porque é mais submissa e dócil que a masculina.

As grandes greves da República Velha

As primeiras lutas do proletariado foram por melhores condições de vida e de trabalho, através de greves que marcaram as primeiras décadas da República Velha.

A luta era conduzida pelos imigrantes italianos, adeptos da ideologia anarquista, que através de comícios, panfletos, jornais, ligas culturais e greves conseguiram o reconhecimento da classe operária pelo governo e pela oligarquia.

Segundo Boris Fausto, entre 1905 e 1908 dá-se a formação da Federação Operária de São

Paulo e realiza-se o Primeiro Congresso Operário; ocorreram duas grandes greves em Santos (1905 a 1908), a greve da ferroviária da Paulista, a greve generalizada de maio de

1907 em São Paulo, a paralisação dos sapateiros na capital da República (1906)". (Trabalho

urbano e conflito social.) Serão as greves que se estendem de julho de 1917 até 1920,

porém, que marcarão a ascensão da classe operária. Vamos analisar com mais detalhes a

greve de 1917, que se iniciou em São Paulo, se alastrou por outras cidades do interior e

atingiu as capitais de alguns Estados. Em junho daquele ano, os operários da indústria

Crespi, localizada no bairro da Mooca, zona leste de São Paulo, entraram em greve contra o

prolongamento da jornada de trabalho noturno. Operários das fábricas vizinhas aderiram

ao movimento, ampliando as reivindicações: exigiram aumento de salários, pagamentos de

horas-extras, tempo mínimo para o almoço etc.

Ao longo do mês de junho a insatisfação cresceu e os operários realizaram manifestações

nas portas das fábricas. No dia 9 de julho, soldados da Força Pública atiraram contra os

grevistas, em frente à Tecelagem Mariângela, do grupo Matarazzo.

Um operário morreu e a reação foi violenta. Segundo a narrativa do jornalista e um dos

líderes do movimento, operário da época, Edgard Leuenroth o enterro dessa vítima da

reação foi uma das mais impressionantes demonstrações populares até então verificadas em

São Paulo (...). Foram percorridas as principais ruas do centro (...) sob um silêncio

impressionante, que assumiu o aspecto de uma advertência".

Na volta do cemitério começaram os distúrbios nas ruas: 'Sem que se possa precisar

detalhes, verificou-se uma agitação entre a multidão estacionada nas imediações da

avenida Rangel Pestana " (bairro do Brás em São Paulo). Havia sido assaltada uma

carrocinha de pão. Essa ocorrência teve o efeito da chispa lançada ao rastilho de pólvora.

(...)As fábricas e oficinas esvaziaram-se, enquanto as ruas se povoavam de multidões

agitadas em todos os sentidos.'. Isto ocorreu entre os dias 10 e 15 de julho de 1917.

A situação só voltou à normalidade quando o governo estadual e os empresários

prometeram atender algumas das reivindicações: aumento salarial, libertação e integração

dos operários presos, rigorosa vigilância quanto às condições do trabalho infantil e

feminino, redução do preço dos alimentos e vestuários. À medida que os operários

voltavam ao trabalho em São Paulo, o movimento grevista se alastrava pelo interior e

outros Estados. As condições materiais de sobrevivência da classe operária explicam em parte

a explosão da greve de 1917. Apesar de ter havido um significativo surto industrial com a I Guerra

Mundial, principalmente por causa do declínio das importações, a situação da classe

operária piorou. Assim, entre 1914 e 1917, a produção industrial cresceu em quase 100%, o

custo de vida em 28% e os salários em apenas 7%.

A queda do poder aquisitivo dos trabalhadores decorria em grande medida da inflação

gerada pelas constantes emissões de papel-moeda que atendiam à política de valorização do café. Além disso, durante a guerra houve um aumento das exportações de alimentos, como carne, arroz, açúcar, feijão, banha, para atender às populações dos países aliados, que ofereciam preços mais atraentes do que o mercado interno. A exportação acarretava o aumento dos preços de primeira necessidade.

As pequenas conquistas da Greve Geral de 1917 logo se dissiparam; o aumento salarial foi rapidamente corroído pela inflação e os órgãos de defesa da classe operária - ligas, jornais, sindicatos - foram duramente reprimidos.

Após o término da I Guerra, a situação era de crise econômica, provocada pela queda das exportações, acarretando falências, desemprego, aumento de preços. A classe operária, apesar de ter sido a mais atingida pela crise, conseguiu levar a mobilização ao seu momento de auge. "O ano de 1919 e os três primeiros meses de 1920 delimitam o momento mais alto da conjuntura (...). São Paulo reaparece como centro das mobilizações, com 64 greves na Capital e 14 no interior, em 1919, onde se inclui a grande paralisação do mês de maio, que abrange só na Capital mais de 45 000 trabalhadores e a greve generalizada do mês de outubro".

Ninguém mais podia ignorar a existência da classe operária, nem o Estado oligárquico nem os industriais. Apesar de algumas tentativas por parte dos deputados mais liberais de apresentar uma legislação social, o que prevaleceu como atitude política de fato foi a repressão, cujo alvo sistemático eram os anarquistas, em especial os estrangeiros, submetidos à expulsão do país (só no ano de 1917, o governo deportou 132 estrangeiros). Os jornais operários foram apreendidos ou fechados, as manifestações proibidas e os sindicatos invadidos.

O movimento operário tinha clara consciência de que todos esses atos repressivos não se constituíam de ações passageiras, mas faziam parte de uma ação mais global. Um dos instrumentos utilizados pelo Estado para reprimir o movimento anarquista foi o projeto do senador Adolfo Gordo. Segundo ele, considerava-se crime a colocação ou explosão de bombas de dinamite ou semelhantes nas vias públicas e nos edifícios; a provocação, por escrito ou verbalmente da prática de crimes tais como dano deprecação, incêndio, homicídio, com o fim de subverter a ordem social; fazer apologia dos delitos praticados contra a organização da sociedade.

Após 1920, o movimento operário sofreu um certo refluxo e ganhou novos rumos com a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, por intelectuais e líderes operários do movimento anarquista.

Os rebeldes da terra

Com a implantação da República, a situação das grandes massas rurais pouco se alterou.

As revoltas que marcaram os primeiros decênios do século XX não passaram de conseqüências das brutais diferenças sociais que caracterizavam o campo desde o Império.

A conquista do voto representou apenas mais uma forma de dominação dos proprietários, preocupados somente em garantir seus currais eleitorais. O Nordeste, palco da maioria das revoltas, era uma região que já havia perdido sua importância econômica e que desde o século passado era assolada por secas contínuas (só na grande seca de 1877/79 morreram 30 000 pessoas). À população rural não restava outra alternativa sertão migrar para as áreas economicamente mais desenvolvidas, como a do café (São Paulo) ou a da borracha (Amazônia), ou então integrar-se aos bandos de cangaceiros ou aos movimentos messiânicos. Em Santa Catarina, onde ocorreu uma verdadeira guerra civil na região do Contestado, os camponeses entraram em conflito com os grandes proprietários e o capital estrangeiro. Em todos esses movimentos o que se observou foi a luta de uma população marginalizada em busca de justiça, acreditando na atuação salvadora de um líder religioso, e que acabou respondendo com violência à violência de que eram vítimas.

Canudos - a guerra do fim do mundo

A Revolta de Canudos foi, sem dúvida, um dos mais expressivos movimentos de resistência sertaneja. Pregadores que perambulavam pelo sertão eram muito comuns naquela época, mas nenhum deles foi tão carismático como Antônio Conselheiro, conhecido pelo povo como "profeta e santo sertanejo". Uma figura messiânica; vestido com uma batina azul, esse pregador andava por todo o sertão nordestino, rezando e pregando o "fim dos tempos", reconstruindo cemitérios e cruzeiros, numa peregrinação infatigável. Quando resolveu se fixar em Canudos, no sertão da Bahia, e construir o arraial sagrado de Belo Monte, o beato Antônio Conselheiro reuniu mais de 30 000 adeptos, gente pobre, doente, desempregada, desertores da polícia e do Exército, enfim; todos os excluídos, os marginalizados. Numerosas famílias saíam das fazendas e rumavam para Canudos, onde o trabalho era coletivo, tanto na construção das casas como no plantio das roças. A disciplina moral e religiosa era extremamente rigorosa. Canudos, em pouco tempo, começou a se transformar em uma ameaça para os fazendeiros. Além de constituir uma alternativa de vida para o sertanejo, reduziu a oferta de mão-de-obra em decorrência do intenso afluxo para o arraial. A reação não se fez esperar. No dia 12 de novembro de 1898, o governo mandou a primeira expedição para Canudos. Porém, foi necessário o envio de mais três para terminar com a resistência dos fanáticos, como eram chamados pelos políticos e jornais conservadores.

Euclides da Cunha (1866-1909), escritor e jornalista paulista, acompanhou como correspondente do jornal O Estado de S. Paulo as expedições militares enviadas pelo governo republicano, a pedido dos coronéis oligarcas baianos. Seu relato contundente e vigoroso ficou registrado em sua obra imortal "Os Sertões". A última expedição levou até canhões para destruir o arraial sagrado. Antônio Conselheiro, que morrera antes da tomada do arraial, foi exumado e sua cabeça cortada. Era a vitória da

República. Sete mil homens da Força Pública tinham sido mobilizados para desbaratar os rebeldes e destruir as 5 200 casas do arraial. No dia 5 de outubro de 1897, não restava mais nada, como relatou Euclides da Cunha: "Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao anoitecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados": (Euclides da Cunha - Os Sertões).

"Nós não tem direito de terra e tudo é para a gentes da Oropa"

A região do Contestado, situada entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, foi palco de uma "guerra santa", durante o governo de Hermes da Fonseca. A posse dessa região, naquela época, era disputada pelos dois Estados; além disso, o Contestado era dominado pelos grandes proprietários que exploravam a erva-mate e a madeira. A região havia sido povoada por fugitivos da Guerra dos Farrapos e da Revolução Federalista, e na época da rebelião os camponeses estavam sendo expulsos da terra devido às constantes disputas entre os grandes fazendeiros. Em 1900, o governo resolveu construir a Ferrovia São Paulo-Rio Grande, por intermédio da empresa norte-americana Brazil Railway, que contratou jagunços para expulsar os posseiros. Assim como no Nordeste, também no Contestado haviam surgido figuras místicas, conhecidas como "monges", que congregavam o povo com suas curas e promessas de dias melhores. Em 1844, já se tem notícia do monge João Maria; em 1897 surge outro monge com o mesmo nome. Durante o episódio do Contestado, em 1914, com popularidade um monge de nome José Maria, figura messiânica, magra, de longos cabelos, que pregava o fim da República, a "lei do diabo". Em Taguaçu, José Maria fundou o seu primeiro "quadro santo" da "Monarquia Celeste" com mais de setecentos fiéis. Destruído esse primeiro reduto, os fiéis se reorganizaram em Irani, onde também foram atacados, morrendo José Maria. A crença no retorno do monge reuniu novamente os fiéis agora em Santa Maria. O governo mandou atacar os redutos da "Monarquia Celeste". Os camponeses reagiram e a guerra ganhou novas proporções. Cidades como Canoinhas, Papanduva, Itaiópolis e outras foram atacadas. Centenas de pessoas morreram. Os coronéis exigiram uma ação mais decisiva do governo. Para terminar com esse bando de "fanáticos" e "degenerados" como eram tratados pelos coronéis e pelo governo, foi necessária uma mobilização militar de mais de 6 000 homens e pela primeira vez os aviões foram utilizados para fins militares. O conflito se arrastou por quase cinco anos (1912 a 1916). A "guerra santa" terminou apenas durante o governo de Venceslau Brás, deixando um saldo de mais de 20 000 mortos.

"Vou acertá minha vida no grupo de Lampião "

A mesma atitude de negação das aspirações populares adotada pelo governo contra Canudos e Contestado repete-se na repressão aos movimentos conhecidos como cangaço. Jagunços e pistoleiros sempre foram figuras comuns no contexto político do Nordeste. Contratados pelos senhores das grandes fazendas, serviam como guarda pessoal na execução dos pactos de morte ou na luta pelas disputas de terras. O cangaço tinha um caráter diferente; era um movimento independente de revolta contra os latifundiários. Os cangaceiros eram ex-vaqueiros, ex-camponeses, ex-jagunços ou ex-militares, sob a chefia de algum líder carismático, e viviam de assaltos, pilhagens, seqüestros de pessoas ricas, buscando a justiça com o rifle na mão. O mais famoso grupo foi o de Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, o rei do cangaço, que durante vinte anos (1918 a 1938) dominou o sertão. Lampião sempre recebeu apoio dos camponeses e vaqueiros pobres que concentravam suas esperanças nas façanhas do cangaceiro, conforme afirma a poesia popular: "É perciso uma inleição/prá faz de Lampião/Gunvernador do Brasil". Seu romance com Maria Bonita, mulher forte e valente, passou para a cultura popular. Perseguido pelas volantes policiais - expedições militares com finalidade de capturar criminosos e bandidos -, Lampião só foi derrotado devido à traição de um dos membros de seu grupo, já que conhecia bem melhor a caatinga e contava com a simpatia da população sertaneja.

Os fiéis do "Padim Cícero" enfrentam a tropa

Ainda no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914) explodiu uma outra revolta, mais uma vez no Nordeste, em Juazeiro, liderada pelo padre Cícero Romão Batista, aliado dos coronéis e venerado por milhares de sertanejos. As circunstâncias em que ocorreu a revolta estavam relacionadas com a política das salvações de Hermes da Fonseca. O presidente destituiu o governador do Ceará, que era um de seus opositores, e nomeou o interventor coronel Franco Rabelo. Os coronéis da região, liderados pela família Accioly, não aceitaram a intervenção e articularam-se indicando Floro Bartolomeu para o governo e armando os sertanejos. O elemento catalizador dessa revolta foi o padre Cícero, ou Padim Ciço, prefeito de Juazeiro do Norte, aliado de Floro Bartolomeu. Nessa época, o Ceará era uma espécie de "feudo" da família Accioly, que, apoiada nos coronéis (dos quais faziam parte Floro Bartolomeu e o próprio padre Cícero), dominava todo o Estado. A cidade de Juazeiro do Norte, transformada em centro militar dos rebeldes, era totalmente dominada pelo padre Cícero, que ali havia congregado uma imensa população constituída de pobres, perseguidos, desnutridos e até criminosos. Já em 1909, mais de 15 000 pessoas estavam instaladas na cidade e na fértil região do Cariri, onde se dedicavam à produção de alimentos. O interventor ordenou a ocupação militar de Juazeiro, mas não contou com a resistência da população, fiel ao padre Cícero. O cerco durou mais de dois meses; apesar da superioridade

das armas do governo, Rabelo, que liderava o cerco, teve que ordenar a retirada e o presidente Hermes devolveu o poder à velha família Accioly. A derrota de Hermes da Fonseca deixou claro que o governo tinha pouco poder diante dos coronéis e que a melhor política era de associação e não de confronto com as oligarquias tradicionais.

Os rebeldes do mar

A Revolta da Chibata, como ficou conhecida a revolta dos marinheiros contra os castigos corporais e por melhores soldos, foi um desses fatos raros na História do Brasil em que as exigências dos "sem cultura" foram atendidas.

O Brasil, no começo do século, tinha uma importante frota, sendo a terceira potência naval do mundo. Apesar de seu poderio, o recrutamento dos marujos era na maioria das vezes forçado, ou então eram incorporados condenados à prisão. O código disciplinar da Marinha, que vigorava desde o Império, consistia num tratamento desumano, com

predomínio do castigo físico. Já em 1891, a guarnição do navio Primeiro de Maio havia se rebelado contra os mastratos.

Em junho e novembro de 1910, os marujos se rebelaram novamente; mas a resposta

foi o açoitamento público dos amotinados. No fim de novembro de 1910, os marujos se organizaram melhor, tomaram em luta sangrenta a oficialidade dos navios Minas Gerais, São Paulo, Deodoro e Bahia, sob a liderança de João Cândido Felisberto. Os rebeldes

enviaram uma mensagem ao presidente Hermes: "Não queremos a volta da chibata. Isso pedimos ao Presidente da República e ao Ministro da Marinha. Queremos resposta já e já.

Caso não tenhamos, bombardearemos a cidade e os navios que não se revoltaram."

Diante da ameaça de bombardeio da cidade do Rio de Janeiro, o Senado aprovou rapidamente um projeto que revogava os castigos corporais e concedia a anistia aos revoltosos. Mas tão logo os amotinados depuseram as armas, foram presos e desterrados, alguns fuzilados e quase todos os líderes torturados, como foi o caso de João Cândido, que quase morreu na prisão. Contudo, nunca mais foram aplicados castigos corporais na Marinha.

Hoje uma música, composta por João Bosco e Aldir Blanc, exalta a figura admirável de João Cândido, o almirante negro: "Há muito tempo Nas águas da Guanabara,/ o dragão do mar reapareceu Na figura de um bravo feiticeiro A quem a história não esqueceu/ conhecido como navegante negro (...)"

Os tenentes: os redentores da República

Sem dúvida, o mais significativo movimento de contestação da República Velha foi a Revolta dos Tenentes, militares de baixa patente pertencentes sobretudo ao Exército. A sua importância não decorreu apenas de seu conteúdo ideológico; podemos identificar na ação tenentista a crise de sustentação da ordem oligárquica que culmina com a Revolução de 1930.

A base ideológica sobre a qual se desenrolou a ação tenentista eram a busca e a afirmação

do papel das Forças Armadas no processo político do país. Já vimos que a Guerra do

Paraguai havia sido o grande batismo das forças militares, que resultou na criação de

uma auto-imagem de purificadores messiânicos, de salvadores da pátria.

Na República, somou-se a essa imagem messiânica a concepção positivista de ordem e

progresso propagada nas escolas militares do Rio de Janeiro. E a idéia de uma "ordem

nacional" dogmática e autoritária, que não levava em conta as lutas e contradições de

classe. O positivismo também exaltava as tradições, as riquezas naturais, bases para uma

postura nacionalista que fazia parte integrante do ideário tenentista.

Desde o início da República, os militares estão à frente do cenário político brasileiro,

inicialmente com Deodoro da Fonseca e depois, com a consolidação do novo regime, com

Florianópolis. À medida que a República foi sendo dominada pelas oligarquias do café,

o Exército passou a ter um papel secundário, embora se mantivesse atuante como

mantenedor da ordem (como na repressão de Canudos e do Contestado, por exemplo).

Apesar disso, o Exército era a única instituição de caráter nacional. O Estado, por sua vez,

se esforçava para manter a unidade, mas era obrigado a atender aos interesses das

oligarquias regionais. O Exército estava relegado ao abandono e ao descaso (falta de

armamentos e materiais bélicos, baixos salários e principalmente falta de prestígio e de

reconhecimento da sociedade civil). Os jovens oficiais não comprometidos com os

interesses da República oligárquica tentaram então resgatar o papel histórico das Forças

Armadas, tomando para si o papel messiânico de defender a verdade, lutar pela purificação

e redenção de uma ordem considerada perfeita, mas que agora estava corrupta.

Assim, os tenentes estabeleceram em seu programa político o combate à corrupção, ao

mandonismo e à farsa eleitoral (consagrada pelo voto do cabresto) e defenderam o voto

secreto e livre. Defenderam ainda uma administração honesta e competente, rejeitando os

desmandos administrativos da Velha República, a corrupção, o nepotismo dos cargos

públicos, os empréstimos estrangeiros e a dependência externa, a melhoria do nível de vida

da população e a superação da miséria. Adotaram como bandeira de luta o nacionalismo, a

busca de um caminho desenvolvimentista própria, através da industrialização, superação da

dependência da monocultura cafeeira, sustentada pelo dinheiro público. Em resumo,

partindo de uma crítica interna da própria instituição, os tenentes esboçaram um programa

mais amplo de mudanças e transformações sociais.

No início do movimento, os tenentes agiram de forma isolada, julgando que a ação através

das armas era a única maneira de conseguir a "regeneração" das instituições. Essa atitude é

muito nítida nas rebeliões de 1922 e 1924 e mesmo na Coluna Prestes (embora tenha

havido tentativas de aliciar alguns elementos da sociedade civil). Depois, os tenentes

resolveram se articular com as forças políticas civis e apoiaram a Aliança Liberal,

desembocando na Revolução de 30.

A ação tenentista

Podemos registrar três grandes momentos históricos da expressão do tenentismo, que, se por um lado não atingiram os objetivos propostos, contribuíram decisivamente para o esboroamento da Velha República. O primeiro ocorreu em 5 de julho de 1922 e ficou

conhecido como o Levante de Copacabana ou Os 18 do Forte. A questão que desencadeou

o levante foi a sucessão de Epitácio Pessoa. A oligarquia dominante usou a estrutura

burocrática e jurídica para eleger Artur Bernardes, que não era bem-visto pelos militares.

Com a publicação nos jornais do Rio de uma carta assinada por Bernardes contendo

ofensas ao Exército, os ânimos se acirraram (mais tarde ficou provado que a carta era

falsa). O Clube Militar, liderado por Hermes da Fonseca, considerou a carta autêntica. As

principais unidades militares prepararam-se para um golpe militar, visando a derrubada de

Epitácio Pessoa e impedindo a posse de Bernardes.

O presidente Epitácio Pessoa agiu prontamente, decretando a prisão de Hermes e o

fechamento do Clube Militar. As forças leais ao governo cercaram as unidades rebeldes, o

Forte de Copacabana e a Escola Militar. Muitos rebelados aceitaram a rendição e

depuseram as armas. No Forte de Copacabana, dezoito soldados e tenentes não se renderam

e foram fuzilados, tendo sobrevivido apenas Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

O segundo levante tenentista foi em 1923, durante o governo de Artur Bernardes. O

motivo fora a sucessão governamental no Rio Grande do Sul. O governador gaúcho, Borges

de Medeiros, comandava a oligarquia do Estado, sendo reeleito para o cargo diversas vezes.

Em 1928, formou-se forte oposição a Borges de Medeiros, liderada por Assis Brasil, que

reclamava mudanças e reformas no governo do Estado. Os tenentes gaúchos, entre os quais

se destacava Luís Carlos Prestes, aderiram à luta contra Borges de Medeiros, apoiando

Assis Brasil. Após alguns confrontos celebrou-se o acordo que ficou conhecido como

Tratado de Pedras Altas, pelo qual se alterava um artigo da Constituição do Estado

proibindo a reeleição para o cargo de governador.

O terceiro movimento se iniciou com a sublevação de várias unidades em São Paulo, no

dia 5 de julho de 1924, sob a liderança de Joaquim Távora, Juarez Távora e Eduardo

Gomes, além de dois generais adeptos das causas tenentistas, Miguel Couto e Isidoro Dias

Lopes. Os combates entre as forças tenentistas e as tropas governamentais se estenderam

por 22 dias. Os revoltosos seguiram para o Paraná, onde mais tarde se juntariam à Coluna

Prestes. Também ocorreram revoltas em outros Estados, sendo a mais bem organizada a do

Rio Grande do Sul. A 28 de outubro de 1924, Luís Carlos Prestes sublevava a tropa de

Santo Ângelo. Cercado pelas tropas fiéis ao governo, os revoltosos marcharam em direção

ao norte. Dessa maneira iniciava-se a famosa Coluna Prestes que entre abril de 1925 e

fevereiro de 1927 percorreu mais de 24 000 quilômetros. Saindo do Rio Grande do Sul,

indo até Foz do Iguaçu, onde foi fundado um núcleo militar-tenentista, seguindo em

direção a Goiás e depois Maranhão, atravessaram todo o Nordeste, chegando à Bahia e

Minas onde, pressionados pelos governistas, retornaram à Bahia. Foram inúmeros os

combates travados durante essa marcha, inclusive contra os jagunços de Floro Bartolomeu

e do padre Cícero. Segundo o historiador Hélio Silva, a Coluna Prestes foi "a

mais importante demonstração de guerrilha do continente". Seu objetivo era sublevar o povo,

engajando-o na luta contra a Velha República. Porém, não conseguiu seu intento.

Perseguido, Prestes e seus companheiros se dirigiram à Bolívia. Muitos de seus

participantes e líderes conheceram de perto a realidade do país, tornando-se figuras

destacadas do movimento de 30. O capitão Luís Carlos Prestes aderiu mais tarde ao Partido

Comunista do Brasil e ficou conhecido como o Cavaleiro da Esperança, alimentando as

aspirações do povo por melhores condições de vida.

A CULTURA NA REPÚBLICA VELHA

O fim do século XIX foi marcado, no Brasil, por transformações que acarretaram a queda

do Império e o advento da República. Essas rupturas políticas se traduziram em rupturas

sociais: a Abolição, a imigração, a introdução do trabalho assalariado, e a nível econômico

ocorreu a ascensão da aristocracia cafeeira, a industrialização e a urbanização. Essas

transformações tiveram seus reflexos a nível cultural apenas alguns decênios mais tarde.

Assim, podemos identificar, no período da República Velha, dois momentos bastante

distintos. No primeiro, tanto a manifestação anística como os comportamentos e modos de

vida ainda estavam presos aos padrões vigentes no final do Império. A referência da moda,

dos costumes e dos comportamentos era Paris, que naquela época vivia a chamada Belle

Époque, um estilo de vida difundido pela burguesia que se apoiava na idolatria da ciência e

da técnica, na busca do belo e do prazer. Na Europa, a ruptura ocorreu de forma dramática

com a eclosão da I Guerra Mundial. No Brasil, essa ruptura foi mais simbólica com a

Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922. Apesar das vaias, da reação

negativa do público, em particular dos estudantes da Faculdade de Direito, reduto do

conservadorismo, as novas idéias, as novas manifestações anísticas frutificaram nos anos

seguintes.

As cidades se modernizam

Na virada do século, a sociedade brasileira ainda respirava os ares de fazenda e de campo,

e as cidades tinham aspecto de vilarejos da época da colônia. No Rio de Janeiro, capital da

República, que, desde a vinda da Família Real, era o centro político e econômico mais

importante do país, havia em 1910 um pouco mais de 900 000 habitantes; dez anos depois a

cidade contava com mais de 1 milhão de pessoas. O Rio de Janeiro, apesar de sua beleza

natural, possuía becos, cortiços e muito lixo nas ruas; não havia rede de esgoto, o

abastecimento de água era precário, os focos de epidemias eram constantes e a população

morria de febre amarela, cólera, tifo e tuberculose. No governo de Rodrigues Alves, o Rio ganhou novo aspecto. As ruas foram alargadas, casas derrubadas e a cidade foi saneada. Em 1922, na época da instalação da Exposição Internacional do Centenário da Independência, o centro do Rio já contava com grandes edifícios, cinemas, teatros, cafés e uma fervilhante vida social e intelectual. Também São Paulo cresceu e se urbanizou nesses decênios. Em 1900, havia 240.000 habitantes, incluindo um elevado contingente de imigrantes. Também os ricos fazendeiros vieram se instalar em São Paulo, surgindo, assim, os bairros residenciais da elite, como Campos Elíseos e Higienópolis. Em 1917 já existiam mais de 1700 automóveis e várias oficinas de consertos e garagens de aluguel onde se podiam alugar automóveis de luxo. Até 1907, o Rio de Janeiro liderou a produção manufatureira do país. Em 1920, porém, São Paulo passou à frente: 31,5% da produção do Brasil estava concentrada nesta cidade.

Futebol e samba

O foot-ball, esporte inglês, introduzido no Brasil por Charles Miller em 1894, passou a ser cada vez mais popular. Fundaram-se clubes como a A.A. Ponte Preta, em 1900, o Palestra-Itália (Palmeiras) e outros. Em 1919, o Fluminense, fundado em 1902, inaugurou o primeiro grande estádio de foot-ball com capacidade para 18 000 pessoas. Em São Paulo sobem as chaminés, apitam as sirenes, bondes cruzam a cidade e nas ruas se discute o último match. O futebol começava a ser o grande lazer das massas. Suas regras e estilo inglês sofreram transformações e adaptações, saindo dos clubes aristocráticos para as várzeas, praias e subúrbios. Só que comprar uma bola de couro era caríssimo; então, o jeito era improvisar bolas de meias, de pano, para realizar o match ou fazer o goal. No Rio de Janeiro tornara-se moda a promoção de saraus, onde as conversações e as canções tocadas ao piano eram em francês, e poemas parnasianos ou árcades eram recitados. Os jovens escreviam trovas nos lencinhos de papéis importados, passando-os sorrateiramente às moças na hora do chá. Mas, no morro, um ritmo novo se afirmava; com um gingado estonteante, ia descendo a ladeira e chegando aos salões: o samba. Em 1917, foi gravado o primeiro samba do Brasil: Pelo Telefone. A princípio o samba foi muito combatido por quem queria continuar ouvindo as canções francesas, valsas ou modinhas. Durante o Carnaval, o morro organizava blocos e grupos que desfilavam pela cidade. Porém, severas proibições restringiam os desfiles das futuras escolas de samba. Também a capoeira era proibida, por causa de seus gestos "obscenos" e jeitos "desengonçados".

A Semana de Arte Moderna

A riqueza e a prosperidade geradas pelo café também permitiram à elite passar longas temporadas na Europa, onde entrava em contato com as novidades, como o relógio de pulso, chapéus e as últimas modas em vestidos e penteados; com as idéias da vanguarda

anística, como o cubismo, o dadaísmo e o surrealismo, e também com as idéias

políticas, como o comunismo e o fascismo.

Em Paris, Alberto Santos Dumont voou pela primeira vez, em 23 de outubro de 1906, em um aparelho mais pesado que o ar, o 14 Bis. Foi Santos Dumont também o primeiro a dirigir um carro pelas ruas da cidade de São Paulo, provocando espanto e curiosidade em todos.

Na arte, buscava-se superar as escolas anteriores, como o Parnasianismo e Simbolismo, e

se afirmava uma nova posição irreverente e contestadora que passou a ser chamada de Modernismo. Esta corrente rompia com a métrica e o formalismo estéril dos movimentos anteriores e buscava as feições e formas populares, valorizando o regionalismo.

Esse caráter renovador era apoiado, em parte, pelos setores progressistas da burguesia

brasileira, especialmente a burguesia industrial paulista que controlava a imprensa e os espaços culturais, como o Teatro Municipal de São Paulo, onde explodiu a Semana de Arte Moderna.

"Vamos assustar essa burguesia que cochila na glória de seus lucros." Essa foi a intenção

dos organizadores da Semana, os irmãos Prado, ricos fazendeiros de café e o pintor Di Cavalcanti.

Nos dias 13,15 e 17 de fevereiro de 1922, jovens artistas e intelectuais reuniram-se no Teatro Municipal de São Paulo para apresentar sua arte, suas idéias e ler seus manifestos.

Foram duramente vaiados e criticados, mas permaneceram firmes, pois confiavam em

sua arte. Estavam presentes artistas que seriam posteriormente as maiores figuras da cultura

brasileira: os escritores Mário de Andrade e Oswald de Andrade, os pintores Anita Malfatti,

Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, o músico Heitor Vila-Lobos, o escultor Victor Brecheret

e tantos outros.

Em todos os campos os anistas, que representavam a nova classe intelectual do país,

buscavam a ruptura com as tradições acadêmicas, a destruição do espírito conservador e

conformista, a atualização da cultura brasileira e a formação de uma consciência criadora

nacional. O principal papel do movimento foi fazer ruir as velhas fórmulas culturais, como

afirmou Paulo Prado, um dos organizadores da Semana.

Após o escândalo da Semana de 22, alguns anistas e intelectuais se reuniram para formar o

grupo Pau-Brasil, apoiando as idéias e orientações políticas de esquerda.

Mas dessa ebulição intelectual também surgiu o Movimento Verde-Amarelo, em 1926, de

posições nacionalistas e conservadoras, liderado por Plínio Salgado e Menotti del Picchia,

que daria origem ao Grupo Anta, defensor do Integralismo.

Em 1928, Oswald de Andrade, em seu Manifesto Antropofágico, já iniciava a crítica ao

Modernismo: "pensamento novo não criamos. Continuou o pensamento velho de

importação (...). O grande erro dos modernistas foi esse. A preocupação estética exclusiva".

Os movimentos da burguesia e da classe média

A incipiente burguesia industrial, embora ligada por laços de família e interesse às

oligarquias agrárias, não conseguiu se expressar politicamente, reivindicando apenas proteção para o seu desenvolvimento. Fundando Ligas e Partidos da Mocidade cujos objetivos eram apenas a luta pelo saneamento moral da República, a burguesia identificava os "males brasileiros" com o federalismo excessivo, o analfabetismo, a falta de patriotismo, a anarquia, o internacionalismo.

A Liga de Defesa Nacional, criada pelo poeta e intelectual positivista Olavo Bilac, foi um exemplo típico dessa posição moralista. Os temas centrais dessa Liga foram a ordem, a disciplina, a dignidade patriótica e o serviço militar obrigatório: O que é o serviço militar generalizado? E o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escolha da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. Outro movimento de conteúdo moralista e conservador que tentou retomar sua importância dentro do cenário político foi o da Igreja Católica, cujo líder, D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda e Recife, tornou-se mais tarde cardeal do Rio de Janeiro. A Igreja tentou ganhar novos espaços, principalmente junto à formação da elite intelectual e política do país; daí a necessidade de difundir o ensino religioso e de criar centros de estudo, atraindo leigos pertencentes à classe dominante. Junto às camadas mais pobres, a Igreja só estaria presente em termos de obras filantrópicas. Foram fundados, assim, os Centros Dom Vital, cujo órgão de divulgação era a revista A Ordem, voltados para a formação da intelectualidade católica. Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima foram líderes desse movimento. O grupo católico começou a ter intensa participação nas campanhas presidenciais e na manutenção do regime. Defendiam um governo sob a tutela da Igreja contra o socialismo, o anarquismo e os ideais liberais dos tenentistas.

O discurso católico e civilista alimentou uma outra corrente de pensamentos que já estava presente no Brasil desde a década de 20, o Integralismo, inspirado no fascismo. Em 1928, foi fundado no Brasil o Partido Fascista; a figura destaque desse movimento foi Plínio Salgado, que teve importante atuação no período posterior a 30 através da Ação Integralista Brasileira.

Anarquismo, socialismo e comunismo

Apesar do reduzido número de operários em relação ao total da população, nos primeiros decênios do século o movimento desse setor da sociedade assumiu grandes proporções. Em 1907, existiam no Brasil 3.187 estabelecimentos industriais e 149.140 operários. Em 1920, o número de empresas ascende para 13.336 e o número de operários para 275.512. A grande maioria era de imigrantes de origem européia com uma certa experiência industrial, mas havia também migrantes provenientes das regiões atrasadas do país ou descendentes de operários urbanos.

Ainda no século passado, os proletários formaram as primeiras organizações em defesa da classe, mas a maioria delas fracassou. Em 1902 foi fundado o Partido Socialista do Brasil,

em São Paulo. Na apresentação de seu programa estavam presentes vários conceitos marxistas misturados com uma visão anarquista. Apesar de sua efêmera existência, a importância do Partido Socialista consistiu na denúncia das questões sociais e na conscientização da nascente classe trabalhadora. O movimento mais importante desse período foi o anarquismo, trazido pelos imigrantes italianos e espanhóis. Resultante de uma dissidência da Primeira Internacional (1869), o movimento anarquista teve como líder Bakunin, que rejeitava a tese marxista da necessidade de uma ditadura do proletariado para o advento da sociedade sem classes. O anarquismo defendia a substituição da autoridade do Estado por formas de cooperação entre os indivíduos. A supressão do capitalismo, segundo os anarquistas, dar-se-ia pela ação direta dos indivíduos e não através da luta política.

A recusa dos anarquistas em formar partidos políticos fez com que buscassem maior participação nos organismos reivindicatórios de classe – os sindicatos, as ligas, as associações de auxílio mútuo. O sindicato era considerado o órgão fundamental de luta e a principal tática era a greve geral. No Brasil, dada a composição da classe operária (grande porcentagem de mulheres e crianças), o sindicato nunca conseguiu se transformar em instrumento eficaz de luta política. Mais importante foram os jornais que proliferaram nessa época, difundindo as idéias anarquistas e funcionando como centros organizadores de luta. Os mais importantes foram A Plebe, Jornal Operário, O Protesto, Avanti e A Terra Livre. A atuação dos anarco-sindicalistas resultou, entre o fim do século XIX até 1930, em mais de duzentas greves e paralisações, deflagradas nos principais centros industriais do país.

Mas foi entre 1917 e 1920 que aconteceram os mais importantes embates da classe operária, não apenas devido ao grande número de greves, mas sobretudo em decorrência do elevado número de operários envolvidos. Essa ascensão da classe operária não pode ser explicado apenas pelo confronto de classes e pela mobilização anarquista, como afirma Boris Fausto: "estes são anos de um grande ascenso revolucionário na Europa, que põe em risco a ordem capitalista. A partir de outubro de 1917, os conflitos sociais internos recebem alento e passam a ser vistos sob uma nova ótica. (...) Subjacente (...), em cada pequena batalha ou grande mobilização estão presentes os lances de um cenário maior: a Revolução de outubro na Rússia, a Revolta espartaquista, na Alemanha, a comuna húngara, os conselhos italianos (...)". (Trabalho urbano e conflito social.)

Entre 1913 e 1920 foram realizados vários congressos a nível nacional, na tentativa de aniquilar o movimento de maneira mais centralizada e orgânica. Em 1919 foi fundada, em Moscou, no nascente Estado Socialista, a Terceira Internacional, que firmou os princípios que deveriam nortear a luta operária no mundo, a partir do sucesso da Revolução Soviética. A Terceira Internacional conclamou os operários a defenderem o novo regime, proclamou a solidariedade internacional da classe operária e propôs a

organização de partidos comunistas nacionais. Sob a inspiração da Terceira Internacional, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, em 1922, por ex-líderes anarquistas. Existiam sérias divergências teóricas entre os adeptos do anarquismo e do comunismo, que dificultaram a condução das lutas sindicais: os comunistas buscavam assumir a liderança dos principais sindicatos (que estavam sob o controle dos anarquistas). Astrogildo Pereira e Cristiano Cordeiro foram dois líderes comunistas que procuraram atuar nos sindicatos seguindo as orientações da Terceira Internacional. Após a Revolta do Forte de Copacabana (julho de 1922) e a declaração do estado de sítio, o partido foi invadido e declarado ilegal, passando à clandestinidade. A sua atuação se restringiu, então, à imprensa, também clandestina e vanguardista, com os jornais Movimento Operário e Classe Operária. Na clandestinidade e juntamente com outras forças de esquerda, o Partido Comunista procurou centralizar a luta com a fundação do BOC (Bloco Operário e Camponês) em 1927, reunindo anarquistas, socialistas, comunistas e anarco-sindicalistas em torno de um programa em comum.

Nasce o populismo

A partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas. O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano. Se o modernismo é considerado por muitos como um ponto de referência, é porque este movimento cultural trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade. Ao se cantar o fox-trot, o cinema, o telégrafo, as asas do avião, o que se estava fazendo era de fato apontar para uma gama de transformações que ocorreram no seio da sociedade brasileira. Assim, contrariando o samba do compositor popular Salvador Correa que dizia: "Estava na roda do samba/Quando a polícia chegou/vamos acabar com este samba/Que seu delegado mandou", na década de 30, o governo tratará as questões sociais e culturais não mais como questão de polícia, porém como questão política, ou seja, reconhecendo o samba, o carnaval e outras manifestações populares, para com isso dominar, subordinar as camadas proletárias às novas relações de poder, permitindo às elites econômicas (agrárias e industriais) continuar com o controle do Estado. O reconhecimento das manifestações anísticas populares fazia parte de uma postura política visando convencer a todos que uma nova ordem econômica e social eliminava os conflitos sociais, pois tratava-se agora de um projeto dirigido à toda população brasileira e não apenas para as camadas populares privilegiadas. Essa política de controle das camadas denominou-se populismo.

PANORAMA DA SITUAÇÃO MUNDIAL DE 1930 A 1989

Com a I Guerra Mundial, a Europa perdeu a hegemonia política e social do mundo, que passava para os Estados Unidos. Nos anos 20, os norte-americanos experimentaram um vertiginoso crescimento, causado por fatores como o desenvolvimento industrial do pós-guerra, o financiamento da reconstrução européia, o crescimento das exportações, a

revolução tecnológica e gerencial. Logo em seguida, os EUA defrontaram-se com a crise de 1929. Isso significou o colapso da famosa prosperidade americana, devido à superprodução industrial descontrolada e anárquica. O New Deal foi a resposta a essa crise, simbolizada, pela quebra da Bolsa em 1929. A crise teve como resultado principal a criação do Estado planejador, isto é, a superação dos princípios liberais pela adoção de uma economia dirigida em que o Estado exercia função preponderante. Com o New Deal, o Estado passou a intervir na economia e a exercer uma política de investimento social, com programas de reforma conduzidos por órgãos governamentais. O sentido dessas reformas amplia a tendência monopolista do capitalismo. Assim, o mercado interno cresceu, consolidando o padrão de vida da classe média americana, encarnado no "american way of life", emblema do bem-estar e da mentalidade consumista. Recompuesto internamente, o capitalismo americano expandiu-se pelo mundo, dando início ao que ficou conhecido como imperialismo norte-americano. Esse programa expansionista baseava-se no poder bélico-industrial, na conquista dos mercados internacionais e na "exportação" da ideologia americana de vida. A Europa conseguia preservar-se, graças a sua tradição e independência, enquanto a influência americana penetrava na América Latina através da "política de boa-vizinhança" e alcançava a Ásia, muito visada por sua importância estratégica e militar. Uma profunda crise ideológica e econômica atingiu toda a Europa. Marcada pela Grande Depressão de 29, a Inglaterra conheceu o desemprego, a recessão e as tensões sociais. Mais tarde, o Império Britânico recuperou-se graças à sua condição de grande mercado, fornecedor de matéria-prima e centro consumidor industrial. Assim, contribuiu decisivamente para a retomada do crescimento capitalista. Além das contradições oriundas da guerra, na qual perdera suas riquezas, a França viveu as oscilações políticas representadas, de um lado, pela democracia liberal conservadora e, de outro, pela experiência socialista de 1936. Desse modo, não conheceu a estabilidade. Embora muito atingidas pela crise, Inglaterra e França conseguiram administrá-la e superá-la, mantendo os princípios e as estruturas liberais. No entanto, a Alemanha - a grande perdedora da I Guerra - encontrava-se sufocada pelas disposições estabelecidas pelo Tratado de Versalhes. Convivendo com desemprego, inflação, recessão e miséria, não conseguiu resolver suas crises dentro do modelo liberal. O mesmo destino foi compartilhado por Itália, Espanha e Portugal. Desse impasse, nasceram o fascismo italiano e o nazismo alemão.

As ideologias do fascismo e do nazismo

O triunfo do fascismo na Itália

O fascismo foi um movimento político e social originado na Itália na década de 20, cujo principal líder foi Benito Mussolini. Enquanto ideologia, o fascismo baseia-se em princípios totalitários, assumindo características diversas na Itália e na Alemanha.

Fundamenta-se na recusa de princípios liberais, negando a pluralidade de representação política e os direitos da liberdade individual. Sua doutrina agrega elementos totalitários como o culto ao chefe (ditador), a militarização da sociedade e das decisões políticas, a idolatria nacionalista (identificando Estado e Nação, Nação e Partido), a submissão das massas, a assimilação da economia à organização corporativista, entre outras características.

O fascismo surgiu numa Itália desorientada diante do desemprego, inflação, recessão e

pânico social. A classe média via-se desorientada diante da perda de poder aquisitivo, da

"proletarização" acelerada, enquanto o proletariado esfacelava-se como classe empurrada

para a margem da sociedade, lutando através de manifestações e greves.

A divisão das esquerdas, principalmente na condução de lutas sindicais, entre comunistas e

socialistas, invalidava qualquer estratégia política consistente. Assim, as promessas de

ordem e estabilidade pregadas pelo Partido Fascista de Benito Mussolini alcançavam um

extraordinário sucesso junto à classe média, apavorada com sua própria desintegração. A

organização paramilitar do fascismo reprimia as greves, exercendo uma ação "disciplinadora", que afirmava a violência organizada como um método para pôr fim à

convulsão social e garantir a estabilidade. Esse objetivo – a conquista da estabilidade –

parecia suficiente para as massas. A exaltação do orgulho nacional e a defesa da "ordem

e da propriedade" uniam a classe média e a alta burguesia industrial e financeira: era

preciso evitar o caos da revolução proletária. Assim, devido sobretudo a sua ação prática, o

Partido Fascista impôs como solução capaz de reformar o capitalismo a reconciliação

dos diversos in_ sociais e a manutenção da ordem através da repressão. Convocado pelo

rei Vítor Emanuel a formar um governo, Mussolini passou a controlar o Estado burocrático,

implantando pouco a pouco um sistema totalitário (1922-1926).

Depois desse período de aparência legal, Mussolini aboliu os partidos, dissolveu os direitos

constitucionais, atrelou os sindicatos e formou um Estado corporativista, além de impor o

culto à personalidade do chefe (Duce) e o partido único. As campanhas militares na

África e a aproximação com a Alemanha foram acontecimentos que ajudaram a precipitar a

II Guerra Mundial.

O nazismo: a formação do III Reich

O nazismo, representado pelo Partido Nacional Socialista, ou Nazista, contém em linhas

gerais as mesmas características do fascismo. No entanto, seus componentes racistas, seu

ideal messiânico de uma Alemanha predestinada a governar o mundo e a maior

sistematização de sua organização militar constituem traços específicos que não podem ser

desprezados.

Em meio à terrível convulsão social de uma Alemanha arrasada econômica e socialmente,

o nazismo impôs-se como uma ideologia capaz de recuperar a grandeza perdida desse país

e levá-lo a uma posição de liderança mundial. Apoiado em uma organização paramilitar e

liderado por Adolf Hitler, um hábil manipulador de multidões, o partido ia consolidando

seu prestígio junto a uma população desorientada. Em 1923, o partido tentou dar um golpe

no governo constitucional, mas fracassou.

Com a crise internacional de 1929, a Alemanha mergulhou de vez na depressão

econômico-social. O país estava desgovernado e travou-se uma luta aberta entre as

organizações de esquerda (as Frentes Vermelhas) e os grupos paramilitares nazistas. Com o

apoio da burguesia, os seguidores de Hitler afirmavam-se como restauradores da ordem

pela ação militar contra as esquerdas. Ao mesmo tempo, a mensagem de superioridade

étnica e do destino privilegiado da Alemanha davam ao nazismo a aparência de colocar-se

acima dos conflitos de classe. Por outro lado, a manipulação do orgulho nacional

despertava o revanchismo, enquanto todos os males eram atribuídos à conspiração judaica e

à perversão comunista. Estavam criadas as condições para a ascensão do nazismo.

Em 1939, Hitler foi convidado para o cargo de chanceler. Depois de assegurar o poder pelo

controle dos aparelhos de Estado, deu início ao III Reich. A perseguição aos judeus

começou imediatamente e as forças de oposição foram liquidadas. A militarização das

estruturas sociais, a organização corporativista e policial do Estado, a criação do modelo

nacionalista de capitalismo definiam a ordem nazista. A isso devem-se somar a doutrinação

constante das massas atreladas pelo culto ao chefe (Führer) e pela obediência ao partido, a

ênfase na indústria armamentista e o recrutamento maciço da população para o serviço

militar. Esses eram requisitos indispensáveis às campanhas de anexação e à retomada dos

territórios reclamados como "propriedade alemã". O expansionismo de Hitler - a doutrina

do "espaço vital" - foi a causa principal para a deflagração da II Guerra Mundial, sobretudo

após a invasão da Áustria e da Polônia, em 1939.

EUA e URSS: as potências do pós-guerra

Derrotado o nazi-facismo e finda a guerra, EUA e URSS emergiram como as duas grandes

potências. Esses ex-aliados passaram a consolidar suas áreas de liderança, enfrentando-se

por causa de seus interesses e buscando o poder hegemônico através da chamada guerra

fria. Esse confronto alimentou a corrida armamentista dos dois países, criando um clima de

tensão e medo no contexto internacional.

Os EUA firmaram seu domínio militar e expandiram suas empresas, aumentando os

interesses monopolistas do capital e criando mercados dependentes. A instalação de

empresas subsidiárias em "países aliados" encontrava abundância de mão-de-obra barata,

mercados de grande potencial e trazia enormes lucros.

Cada vez mais dependente do modelo norte-americano, a Europa voltou a reorganizar-se

com a formação do Mercado Comum Europeu (1958), procurando novas formas para a

planificação, equilíbrio político, recomposição de suas economias e reconquista de seu

padrão de vida.

O Japão, embora muito desgastado com as penalidades originadas pela perda da

guerra, alcançou um notável desenvolvimento industrial e tecnológico, mas sem exercer influência política relevante.

A área de poder da URSS cresceu significativamente com a organização das repúblicas socialistas do Leste Europeu: Hungria, Bulgária, Romênia, Iugoslávia, Polônia, Tchecoslováquia, Albânia e Alemanha Oriental. No entanto, o controle soviético sobre essas áreas carregou-se de tensão e conflito ao chocar-se com a busca de autonomia por parte de alguns países, gerando a intervenção armada da URSS na Hungria e na Tchecoslováquia. Com o advento do comunismo na China, quebrou-se a estrutura monolítica desse sistema.

Ao mesmo tempo, impôs-se a ideologia do Terceiro Mundo, formada pela luta de emancipação dos países da África e da Ásia e pela tentativa das nações da América Latina de libertar-se da dependência econômica e ideológica imposta pelos Estados Unidos. Os países da África e da Ásia precisavam superar as condições subumanas de sua população, determinadas pela desigualdade na distribuição da riqueza mundial. Conscientes de sua espoliação, articularam uma aliança baseada na ajuda mútua e na solidariedade. Em torno dessa consciência, ergue-se a ideologia do Terceiro Mundo.

O processo de descolonização da África e da Ásia revelou definitivamente que o progresso dos grandes centros de poder era construído às custas da miséria e da exploração dessas regiões. As lutas de emancipação nacional contra o jugo imperialista evoluíram para a afirmação de uma terceira força, independente da disputa travada pelos dois blocos hegemônicos. De um modo geral, foi essa a tendência que prevaleceu, apesar das pressões e das concessões relativas obtidas tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética. A luta de Mahatma Gandhi, na Índia, contra o domínio inglês, a guerra da Argélia e a luta pela independência do Vietnã constituíram-se em exemplos dessa conquista de soberania nacional.

Em 1960, dezessete países africanos alcançaram sua independência; em 1969, esse número chegou a 39 e, em 1974, quando o império português implodiu, passaram a existir 45

Estados africanos independentes. Em alguns casos, como os de Angola e Moçambique, a libertação nacional conduziu à formação de Estados socialistas.

A Conferência de Bandung (1955) oficializou a posição terceiro-mundista com a condenação do racismo, do colonialismo e da corrida armamentista desenvolvida pelas potências hegemônicas. Consagrou-se, assim, o princípio de autodeterminação dos povos e seu direito ao bem-estar, além da busca de modelos alternativos de desenvolvimento.

O contexto da América Latina

De um modo total, a identificação da América Latina com o Terceiro Mundo baseou-se sobretudo no subdesenvolvimento crônico, na instabilidade política, na dependência econômica e financeira (questão da dívida externa) e na busca de um modelo autônomo de desenvolvimento. Sua solidariedade constituiu-se a partir da necessidade de superar as

condições subumanas de saúde, habitação, trabalho, sobrevivência. Dentro desse quadro, ressalta-se a oscilação política de muitos países da América Central e do Sul, marcados por ciclos alternados de tentativas de construção democrática e de implantação de ditaduras militares. A explosão de guerrilhas também passou a constituir um traço caracterizador da complexa situação política dessas regiões. As lutas de guerrilha na América Central, a Revolução Sandinista na Nicarágua - que governou o país por dez anos (desde a derrubada de Anastasio Somoza, em 1979) -, a guerra civil em S. Salvador, a queda de Alfredo Stroessner - presidente do Paraguai durante 35 anos -, ao lado do processo de redemocratização da Argentina, do Chile e do Brasil - que, em 1989, elegeram seu presidente pelo voto direto - foram as principais transformações políticas da década de 80.

O crescimento da dívida externa e as dificuldades de negociação com os organismos financeiros internacionais, sem prejudicar o desenvolvimento interno, tornaram-se graves problemas, que atingem a América Latina como um todo.

As ideologias em crise

Em meio às grandes contradições do mundo contemporâneo, uma constatação baseada em fatos relevantes parece impor-se: a pureza monolítica das doutrinas econômicas e ideológicas atravessa crise decisiva. Na Inglaterra, por exemplo, o papel de intervenção do Estado na economia sofreu uma drástica redução no governo de Margaret Thatcher. Já a França do governo socialista de François Mitterand, após uma série de medidas estatizantes, encaminhou-se para um novo equilíbrio entre a planificação e a livre empresa.

Todas essas oscilações e reformulações parecem indicar uma tendência para soluções que escapam aos modelos econômicos consagrados e aos princípios ideológicos que os sustentam.

Essa procura de novos modelos de solução híbrida atingiu também o bloco socialista. A crise veio por conta das condições recessivas da economia soviética e das outras repúblicas

socialistas do Leste Europeu. A essa dimensão econômica, juntou-se uma crise política determinada pelos movimentos de dissidência dentro da URSS. A resposta veio com o novo programa do líder Mikhail Gorbachev, consubstanciado nos princípios da glasnost (transparência) e na perestroika (reestruturação sócio-econômica). Ao mesmo tempo, a

hegemonia soviética no Leste Europeu tornou-se mais vulnerável, com a crise política atingindo a Polônia, onde o sindicato independente Solidariedade reivindicava, já no início dos anos 80, medidas de abertura política e econômica, que só começaram a ser implantadas no fim da década. Num processo que inclui a própria URSS, e que talvez não se defina ainda neste século, os países socialistas buscam uma nova forma de instituir-se política e economicamente. E nesse contexto vale destacar a reunificação das duas

Alemanhas, iniciada com a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989. Do ponto de vista do equilíbrio do poder, as recentes negociações de desarmamento entre

URSS e EUA abriram um diálogo promissor, reduzindo os riscos apocalípticos de uma conflagração.

Também a China, após a morte de Mao Tsé-tung (1976), promoveu uma reaproximação com o Ocidente, adotando uma reforma no interior da economia estatal, atrairdo

investimentos estrangeiros e voltando-se para um programa de modernização. As

manifestações contra o governo, porém, continuam sendo duramente reprimidas. Assim, milhares de estudantes chineses foram mortos em 1989, quando ocupavam a Praça da Paz

Celestial, no centro de Pequim, reivindicando democracia.

De uma outra perspectiva, o crescimento do mercado asiático e a extraordinária afirmação

tecnológica do Japão dividiram o mundo em três mercados hegemônicos: o europeu, o

norte-americano e o asiático. Os programas de equilíbrio comercial entre esses mercados

forneceram a base das relações internacionais contemporâneas.

A revolução dos valores

A experiência da barbárie totalitária, o horror dos campos de concentração nazista e a

explosão da bomba atômica em Hiroxima e Nagasaki abalaram a "consciência civilizada".

Os mais altos valores criados pelo Ocidente entraram em crise.

Ao mesmo tempo, o vertiginoso desenvolvimento dos meios de comunicação e da

tecnologia e a força homogeneizadora da "cultura de massa" impuseram profundas

modificações culturais, gerando as condições para o questionamento de valores e

comportamentos tradicionais.

A Europa perplexa, firmou-se cada vez mais a consciência pacifista, ao lado de sinais de

inquietação e de desejos de mudança. Assim, uma filosofia complexa como o existencialismo vulgarizou-se através dos meios de comunicação e converteu-se em

manifestação de comportamento rebelde. Nos Estados Unidos, a atitude beat e o fascínio

pela cultura negra (do jazz ao rock) levaram a juventude a romper com os padrões de

comportamento americano. A consciência feminista, por sua vez, adquiriu um novo

impulso. Eram os traços precursores da grande rebelião da década de 60.

A recusa dos padrões de comportamento e dos valores sustentados pelo establishment

caracterizou essa década. O impacto da contracultura repercutiu em todos os planos, do

inconformismo diante das ideologias existentes às relações familiares, da libertação sexual

às roupas, do protesto político às drogas. O fenômeno da contestação incluía desde o

movimento hippie até a rebelião estudantil francesa de maio de 1968. Nos EUA, a rebelião

estendeu-se às manifestações de protesto contra a Guerra do Vietnã. Por outro lado,

manifestações artísticas, como a música pop e os happenings, por exemplo, sintetizavam-se

com o surgimento de uma "nova consciência".

Os anos 70 herdaram algumas dessas conquistas ideológicas. A consciência pacifista

ampliou-se, o movimento feminista alcançou vitórias importantes, a defesa da ecologia

entrou na ordem das questões políticas, surgiram as reivindicações das minorias, os

homossexuais organizaram-se em torno de seus direitos e a questão racial foi debatida

amplamente.

Para alguns analistas, os anos 80 trouxeram um refluxo conservador. Apontam, por

exemplo, o impacto inibidor da Aids nas relações sexuais para validar esse ponto de vista.

No entanto, um balanço objetivo indica que, em linhas essenciais, a mudança de valores

veio para ficar.

DESENVOLVIMENTO, "MILAGRE" E INFLAÇÃO

As fases da economia de 1930 até hoje

A grande crise de 1929 repercutiu no Brasil, causando baixas sensíveis na produção até

1933. Para compreender o desenvolvimento das linhas essenciais de nosso processo

econômico, impõe-se uma divisão em períodos. Segundo Paul Singer, a primeira fase é

constituída pela transição da industrialização e vai de 1933 a 1955, incluindo a implantação

das indústrias de base; em seguida, passa-se à expansão do capital monopolista

(multinacional e estatal), de 1956 a 1967; por fim, chega-se à consolidação das

transformações estruturais, de 1968 a 1980. Daí em diante, o processo caracteriza-se por

novos reajustes das transformações estruturais.

1933 a 1955: industrialização extensiva e indústria de base

Crescimento do mercado interno De 1933 a 1939, a produção industrial dobrou,

registrando-se o crescimento anual de setores industriais, como o da borracha, o do

cimento, o mobiliário, o siderúrgico e o do papel. É fundamental saber que esses setores

estão relacionados aos bens intermediários, capazes de estimular a produção de bens

de consumo.

O crescimento industrial seguia, portanto, uma estratégia de substituição das importações,

cujas características fabril era a expansão da fiação, da tecelagem e de bens de consumo.

Desse modo, o governo dava prioridade ao desenvolvimento do mercado interno e

organizava a industrialização no sentido de diminuir a dependência da economia nacional

em relação ao mercado internacional.

Rodovias: desenvolvimento barato

A construção de rodovias em vez de ferrovias foi outra estratégia do desenvolvimento

nesse período. A construção de rodovias era bem mais barata que a de ferrovias, sobretudo

porque a estrada não passava de mera trilha, alargando-se gradativamente pelo trânsito de

ônibus e caminhões.

A expansão da rede rodoviária concentrou-se em São Paulo e tornou as mercadorias

industriais acessíveis a todo Centro-Sul. Dessa forma, tornava-se necessária a especialização da mão-de-obra para capacitá-la ao trabalho e promovê-la a

consumidora

dos produtos fabris. A industrialização estimulou a urbanização das populações brasileiras e

ampliou a rede de distribuição urbana de alimentos, o que, por sua vez, expandiu a

produção da agricultura comercial.

Em consequência, o uso de petróleo, caminhões e ônibus adquiriu uma importância

essencial na economia e na pauta de importações. Depois da crise de 29 e a partir de 1931,

o Brasil começou a desenvolver um novo ramo industrial: a montagem de veículos. Era o

início da etapa de substituição das importações, ainda que fábricas estrangeiras (Ford,

General Motors) dominassem as subsidiárias no processo de montagem. A crise da agricultura: Enquanto o crescimento industrial prosseguia, a agricultura enfrentava uma séria crise, com recursos desiguais distribuídos entre os Estados para superar as dificuldades. Os maiores investimentos, a concessão de créditos e o mais expressivo mercado consumidor concentravam-se no Centro-Sul. Em 1939, São Paulo detinha mais da metade de toda a produção agrícola do país, enquanto a agropecuária de Minas Gerais, do Norte e do Nordeste permanecia com o cultivo estagnado. Iniciou-se, então, o êxodo rural: os trabalhadores do campo transferiram-se para as cidades, sobretudo as de São Paulo e do Rio de Janeiro. Diante das precárias condições de sobrevivência, provocadas pela concentração da propriedade da terra, da monocultura e da espoliação da mão-de-obra camponesa, a cidade surgia como a grande alternativa para escapar à miséria.

A industrialização retardatária

A existência de mão-de-obra disponível era essencial à expansão industrial, criando um exército industrial de reserva (mão-de-obra em excesso) capaz de ser requisitado à medida que surgissem os empreendimentos. A expansão industrial, baseada na substituição de importações, requeria matérias-primas e bens de capital trazidos dos países industrializados. Desse modo, como todo país de industrialização retardatária, o Brasil importava tecnologia e aumentava consideravelmente sua pauta de importações no pós-guerra. Essas importações passaram a abranger também uma série de bens de consumo, como automóveis, geladeiras e outros eletrodomésticos. A intervenção do Estado na economia foi uma iniciativa do Estado Novo (1937-1945) e seu propósito era a modernização capitalista. Para promovê-la, a ditadura Vargas aliou-se ao setor cafeeiro, adequando o crescimento industrial aos recursos provenientes do setor agrícola.

O papel do Estado na economia

Após o impulso inicial dado pelo Estado à industrialização, as classes burguesas passaram a exigir sua participação nas decisões econômicas. A intervenção estatal fora essencial para o deslanche industrial. No entanto, após 45, os setores industriais julgaram que essa intervenção se mostrava inadequada. Por isso, a redemocratização de 1946, no governo Dutra, objetivava também reduzir a intervenção do Estado na economia, favorecendo a penetração do capital estrangeiro. No entanto, logo após a guerra, o capital estrangeiro não demonstrava interesse em investir no Brasil. Assim, a usina de Volta Redonda, construída pela Cia. Siderúrgica Nacional e terminada ainda no período da guerra, só iniciou sua produção em 1946 com capitais estatais. O economista Paul Singer descreve assim esse período: O governo criou ainda durante a guerra a Fábrica Nacional de Motores, que se tornou a primeira empresa brasileira que fabricava veículos (35% de nacionalização do peso do caminhão, em 1952), em vez de

limitar-se a montá-los. Outro setor em que se iniciou a substituição de importações foi o de petróleo. (...) Uma grande campanha nacionalista contra a entrega do petróleo brasileiro a companhias estrangeiras se desenvolveu entre 1948 e 1953, e acabou logrando êxito. Estabeleceu-se o monopólio estatal da exploração e do refino do petróleo, constituiu-se a Petrobrás (1953) que começou a construir refinarias, criou uma frota de petroleiros e organizou a exploração. (Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.) Em 1954, foi criada também a Eletrobrás, pois o desinteresse do capital estrangeiro pelo setor de energia elétrica empurrou para o Estado a iniciativa do empreendimento.

1956 a 1967: expansão do capital monopolista

1956-1957: JK e o Plano de Metas

Acabada a etapa de reconstrução das economias européias do pós-guerra, acelerou-se o processo de trocas comerciais de tecnologia entre EUA, Europa e Japão, o que se refletiu no Brasil com a política do Nacional-Desenvolvimentismo do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Seu programa de governo estabelecia o Plano de Metas, com desenvolvimento dos setores atiea energia, transporte, indústria, educação e alimentos. Para isso, o governo investiu na industrialização de base, como produção siderúrgica, refinação de petróleo, alumínio, cimento, celulose (papel). Das realizações industriais, peso significativo coube à implantação da indústria automobilística. O governo ofereceu às empresas uma série de incentivos, desde que implantassem fábricas de veículos capazes de produzir no Brasil (...). A produção de caminhões e de ônibus passou de 19 855 unidades em 1957 para 51325 em 1960; a de automóveis começou apenas em 1958, com 2189 unidades e atingiu 37 843 em 1960. Entre 1957 e 1960, a produção fabril cresceu em 11,9% ao ano, com particular destaque para os ramos de material de transporte e de material elétrico, ambos com 27% ao ano, química com 16,7% ao ano, mecânica com 16,5% ao ano, metalúrgica com 15,6% ao ano e de borracha com 16% ao ano. Estes ramos são os que produzem bens de capital (capital fixo), bens intermediários e bens duráveis de consumo. O Plano de Metas obteve êxito também nos setores energético e de petróleo. Assim, a energia cresceu em 43,3% e a produção petrolífera chegou a atingir 30 milhões de barris por ano em 1960 (em 1955, era de 3 milhões barris/ano).

JK: realizações e desigualdades

Por outro lado, cabe considerar as observações dos economistas João M. C. de Mello e Luís G. Belluzzo, para os quais o capitalismo monopolista do Estado se instaura no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca a última fase da industrialização. Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação de capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo do Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que

impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. Assim, a ideologia nacional, desenvolvimentista do governo JK não explicitava que a economia nacional subordinava-se à dinâmica internacional do capitalismo. Entretanto, mesmo a noção de desenvolvimento veiculada pela propaganda presidencial não podia ocultar que os êxitos do período estiveram associados ao aumento das disparidades regionais, das desigualdades de renda, dos focos de tensão, dos bolsões de miséria, e isso se utilizamos apenas a linguagem do próprio discurso "desenvolvimentista". Essas desigualdades foram os altos custos que recaíram sobre a economia nacional. É importante considerar que o governo JK direcionou as empresas estatais para viabilizar o amplo investimento das multinacionais nos setores da indústria pesada: material elétrico e eletrônico, eletrodomésticos, produtos químicos e farmacêuticos de matéria plástica (além da indústria automobilística e de caminhões). A partir do período JK, a expansão das empresas multinacionais foi crescente, o que significou uma gradativa associação de empresas nacionais com essas empresas. Desse modo, reduziu-se o peso econômico e político dos empresários nacionais. O predomínio das multinacionais no país acabou provocando o inevitável aparecimento do desequilíbrio na balança de pagamentos: a remessa de lucros para o Exterior, além dos pagamentos pelo uso de marcas e patentes (royalties) e da importação da maquinaria, superava rapidamente o capital que as multinacionais inicialmente investiram. O governo Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961) não conseguiu articular um plano capaz de resolver a elevação da taxa inflacionária com o processo de industrialização. Com a renúncia de Jânio, João Goulart (7 de setembro de 1961 a 30 de março de 1964) assumiu a presidência, após um tumultuado período político.

Jango e as reformas de base

Durante o governo Goulart foi elaborado o Plano Trienal (programa econômico para seus três anos de administração: 1963, 1964, 1965). Esse plano, baseado nas Reformas de Base (agrícola, educacional, administrativa, fiscal, bancária), pretendia equacionar as tendências da economia desde 1960: a aceleração inflacionária, que atingiu 37% em 1961 e chegou a 51% em 1962, e a desaceleração do crescimento com taxa de 7,3% em 1961, caindo para 5,4% em 1962. O Plano Trienal tentava conciliar o combate inflacionário com o desenvolvimento econômico, através de um conjunto de reformas. A reforma agrária, por exemplo, tinha como objetivo distribuir terras a pequenos proprietários para estancar o crescente êxodo rural, bem como para assegurar o abastecimento alimentar aos centros urbanos. A reforma administrativa objetivava dinamizar a máquina estatal, controlar a burocracia e elevar a eficiência dos serviços públicos. A reforma fiscal organizava-se no sentido de reduzir a sonegação dos impostos, tornar mais equitativa a cobrança do imposto de renda, fiscalizar com maior rigor a arrecadação das empresas para conseguir viabilizar o controle dos

impostos pagos por elas. A reforma bancária buscava o controle dos juros e da remessa de lucros das empresas através dos depósitos bancários. A esse conjunto de reformas deu-se o nome de Reformas de Base. No entanto, essas reformas estavam articuladas a duas medidas: refinanciamento da dívida externa; amortização de empréstimos anteriormente contraídos. Esses "remédios" eram praticamente ineficazes como medidas anti-inflacionárias, pois amortizar dívidas com a entrada de capitais estrangeiros agravaria ainda mais o nosso endividamento no exterior. Por outro lado, como conciliar medidas amargas de combate à inflação (como restrição creditícia, redução de gastos públicos, congelamento de salários) com apoio popular? Além disso, no final de 1963 e início de 1964, as empresas norte-americanas e europeias, bem como seus governos, dificultavam a negociação da dívida e de empréstimos ao país.

1964: inflação e golpe militar

O resultado era a inviabilização do controle inflacionário. Ao mesmo tempo, as multinacionais, os setores militares e os grupos políticos articulavam um golpe de Estado. Assim, sob a justificativa pública e oficial de promover a "limpeza" da economia, o golpe de 64 apareceu como o "salvador" da crise, buscando legitimação popular. Para os ideólogos do golpe militar, "não era mais possível conviver com uma inflação de 92%" (em 1980, seria de 110% e, no primeiro semestre de 88, de cerca de 200%). A política econômica do período 1964-1967 teve como objetivo prioritário atrair os investimentos estrangeiros. Para executar essa política, tornava-se necessária a centralização do poder, associada a um conjunto de reformas econômicas e financeiras capazes de promover uma completa inserção no sistema capitalista internacional. Essa política econômica baseava-se na concepção de que a economia do país passava necessariamente pelo controle dos meios de pagamento, através da redução de ofertas de mercadorias. Nesse sentido, foi criado o Conselho Monetário Nacional (CMN), encarregado de estabelecer os rumos da política monetária, enquanto a execução do plano ficaria por conta do Banco Central (criado em 1964). Assim, o governo criou as ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), com dupla finalidade:

- As ORTNs financiariam os déficits (falta de dinheiro) do Tesouro;
- As ORTNs regulariam a oferta de dinheiro no país.

Para atrair o investimento estrangeiro, estabeleceu-se o mecanismo da correção monetária, que ajustaria as ORTNs de acordo com a taxa inflacionária vigente e com os rendimentos de juros. No plano sócio-econômico, procurava-se estimular a construção de casas com o fim de dinamizar o setor imobiliário privado, levando-o a investir nesse setor. Em 1964, fundou-se o BNH (Banco Nacional de Habitação), cujos recursos vinham do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que as empresas recolhiam nos bancos. O FGTS tinha como objetivo substituir o direito à estabilidade no emprego após dez anos por uma nova forma

de indenização ao trabalhador demitido.

Abertura ao capital estrangeiro

A instituição do mecanismo do FGTS estimulava a rotatividade da mão-de-obra,

facilitando as dispensas dos trabalhadores e a imediata contratação de outros, quase sempre com salários menores.

Por outro lado, o governo incentivava a formação de grandes empresas, já que a política de

restrição ao crédito provocava a falência de pequenas e médias empresas. Toda essa

estratégia visava estimular o investimento pesado por parte das empresas multinacionais e

formar grandes bancos e empresas comerciais. O objetivo, em suma, era atrair as empresas

multinacionais, as únicas que possuíam capital suficiente para sobreviver sem crédito, ou

cujos empréstimos estavam garantidos para os setores financeiros (bancos) por seus

altos rendimentos e por seus bens de capitais.

Desse modo, o modelo econômico instaurado pelo regime militar era o de uma

"industrialização excludente", isto é, um modelo capaz de excluir a quase totalidade da

população brasileira de seus benefícios, pois sua regra era a de que só os altos investimentos permitiam lucros elevados e desenvolvimento assegurado.

1968-1980: consolidando as transformações

A montagem do "milagre econômico" Todo esse processo conduz necessariamente à

constatação de que o período de 1957 a 1967 integrou definitivamente o mercado nacional

aos quadros internacionais do capital monopolista. Segundo o economista Paul Singer, as

relações da economia brasileira com o resto do mundo, vale dizer, com as nações

capitalistas, sofreram mudanças significativas.

A partir dos fins da década dos anos 60, o país começa a se integrar numa nova divisão do

trabalho, criada pelas multinacionais, cuja participação na economia mundial capitalista

passa a um nível qualitativamente diferente. As multinacionais surgem nos países

industrialmente mais avançados, principalmente nos Estados Unidos, e estabelecem

subsidiárias em outros países, que se acham em diferentes estágios de desenvolvimento.

Esse período caracterizou-se pelo auge e declínio do "milagre econômico" brasileiro. Esse

"milagre" foi a consequência de todo um processo de substituição das importações. O que

foi o milagre? Como se tornou possível? Quatro pontos sustentaram a montagem do

milagre:

- reconcentração da renda;

- ampliação do sistema de crédito;

- abertura ampla da economia ao mercado externo;

- crescimento das empresas estatais.

Na reconcentração da renda, o processo iniciou-se a partir da industrialização de artigos de

luxo, os chamados bens de consumo duráveis. Para a absorção pelo mercado dessa

produção de bens duráveis, o Estado criou um sistema de créditos ao consumidor, com

facilidade de empréstimo para as camadas médias e médias altas. Verificou-se, assim, uma

expansão significativa na compra de automóveis, televisões em cores, eletrodomésticos

sofisticados, bem como a aquisição de apartamentos luxuosos, elevando o padrão dessas

camadas.

Ao mesmo tempo, o Estado tomou medidas para controlar a expansão do consumo de

bens não-duráveis: calçados, tecidos, alimentos, bebidas etc. Com a estagnação do mercado

consumidor interno desse setor; o governo adotou medidas para estimular as exportações de

bens não-duráveis, dando vazão à expressiva produção desse setor. Dessa forma,

nasceu o famoso slogan: "Exportar é o que importa". Na exportação, encontrava-se a

solução-chave para que o país pudesse capacitar-se para realizar a importação de

equipamentos e matérias-primas indispensáveis ao crescimento econômico. Como

resultado, a exportação servia para pagar os empréstimos contraídos no exterior.

O quadro para a consumação do "milagre" completava-se com a criação de facilidades

capazes de atrair os investimentos estrangeiros, isto é, as multinacionais. Com uma

proporção maior de capitais dos EUA e menor da Europa e Japão, caberia a elas o controle

da produção em setores como eletrônica, mecânica, elétrica, química, metalúrgica etc.

Quanto às empresas estatais, sua função era:

- garantir a infra-estrutura para as instalações das multinacionais (Petrobrás, Eletrobrás,

Nucleobrás, Portobrás etc.);

- criar empresas de pouco valor atrativo aos setores multinacionais, mas que seriam

importantes para conjugar o desenvolvimento combinado: multinacional-empresa estatal.

Crise do "milagre"

Nos anos do "milagre" (1968 a 1973), aproximadamente quinze milhões de brasileiros

participaram de um consumismo desenfreado, adquirindo produtos sofisticados. No final

de 1973, porém, o "milagre" começou a esgotar-se. A crise do petróleo, ou seja, o aumento

do custo do produto, foi um ponto significativo nesse processo de esgotamento. Mas os

pontos essenciais da crise do "milagre" foram:

- o endividamento externo ;

- a contração de novos empréstimos - necessários à continuação do modelo do "milagre" -,

que no Brasil eram convertidos em cruzeiros, obrigando o Banco Central a emitir papelmoeda

e provocando inflação;

- o crescimento do déficit público, já que para manter o nível da produção o governo

comprava os excedentes das empresas para revendê-los no mercado externo a preços muito

mais baixos, estimulando novas emissões de cruzeiro pelo Tesouro.

Com a finalidade de controlar a circulação de dinheiro no mercado, o governo lançou as

Letras do Tesouro Nacional (LTNs) para resgatá-las a curto prazo e lançá-las no open

market. O governo federal e os governos estaduais emitiram títulos das ORTNs e LTNs.

Esse era um expediente para impedir o aquecimento econômico e a inflação. Na carência de

dinheiro, o governo compraria as LTNs através do Banco Central, pondo o dinheiro em

circulação.

No entanto, as ORTNs e LTNs aplicadas no open market podiam ser resgatadas a curto

prazo, representando dinheiro vivo em curto espaço de tempo.

Então, o open market - concebido para combater a inflação - transformou-se em área de

alta especulação, onde os "investidores" apostavam na inflação e ganhavam. Em suma, os grupos financeiros e todos aqueles que possuíam grande liquidez (dinheiro vivo)" jogavam no open, obtendo lucros fabulosos. Logicamente, ficava faltando dinheiro para fins produtivos, o que automaticamente elevava a taxa de juros, cujo aumento era incorporado às mercadorias. O consumidor-que nada tinha a ver com isso -pagava o juro que os especuladores ganhavam no open.

As empresas também passavam a aplicar no open, ocasionando diminuição dos investimentos e redução da produção e da oferta de empregos. Como consequência, elevou-se, de um lado, o arrocho salarial (pagamento de baixos salários aos trabalhadores) e, de outro lado, para compensar as perdas, o governo aumentou a arrecadação de impostos, enquanto as empresas multinacionais e os setores bancários ampliavam seus lucros.

Geisel: início do disparo inflacionário

No governo Geisel (1974-1978), a crise econômica começou a adquirir seus traços decisivos, embora seus efeitos tenham sido adiados. Em 1974, o crescimento global foi de 9,5%, mas a dívida externa saltou de 6,2 bilhões de dólares para 11,9 bilhões, e a inflação oficial saltou de 15,7% (1973) para 37,5%. De 1974 a 1978, a economia não teve o mesmo desempenho que no período de 1968 a 1973.

A partir de 1974, o quadro tornou-se bastante negativo: a correção inflacionária não reduziu a inflação; o setor estatal de bens de produção não se diferenciou nem se

completou, continuando dependente das importações; os capitalistas nacionais só tiveram

como alternativa associarem-se às grandes firmas internacionais; a modernização da agricultura, além de insuficiente, gerou novos problemas, devido à forma como foi feita:

expulsão de posseiros, invasão de reservas indígenas, crescimento do "exército" de bóias-frias na periferia das cidades do interior e crise crônica no abastecimento de certos produtos essenciais (como o feijão), prejudicando as lavouras de exportação.

Atingido pelas altas do petróleo (desde 1933), o crescimento econômico voltou para a exportação de manufaturados e gêneros agrícolas (soja, milho etc.) mostrava-se em

processo de esgotamento. Do mesmo modo, a importação de bens de capital (máquinas, equipamentos, tecnologia), os insumos industriais (petróleo, derivados siderúrgicos) e os empréstimos externos mostravam-se incapazes de manter o modelo econômico do "milagre".

Nos anos de 1979 e 1980, a crise foi-se avolumando. Chegou a tal ponto de gravidade, que

o governo Figueiredo (1979-1984) estabeleceu como prioridade administrativa o combate sem tréguas à inflação. Em 1980, a marca atingida foi de 110%.

1981-1989: os reajustes estruturais

Deficiências da economia

No entanto, a partir de 1981, as deficiências da expansão econômica segundo esse modelo

vieram a se agravar ainda mais com a recessão econômica. Além da inflação, a dívida

externa levava o Brasil à exaustão econômica.

No final de 1982, o governo recorreu ao FMI, o qual receitou os "remédios" de sempre:

recessão (já iniciada e agora aprofundada), cortes de salários (prontamente efetuados pelos ministérios econômicos), diminuição das importações, investimentos do Estado e ampliação das exportações. Em 1983, a inflação era de 200% ao ano; em 1984, chegava aproximadamente a 270% ao ano. A Nova República, em 1985, tentou reduzir as proporções da crise.

Cruzado: sobras e faltas

Em fevereiro de 1986, diante de uma inflação galopante, o governo Sarney propôs o Plano de Estabilização Econômica ou Plano Cruzado para combater a inflação. Eis as principais medidas:

- o cruzeiro é substituído por uma nova moeda, o cruzado;
- os preços são congelados por um ano;
- os aumentos salariais ocorreriam uma vez por ano, ou quando a inflação atingisse os 20%;
- extinção da correção monetária, que é substituída pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC);

- os trabalhadores recebem abono de 8% e os salários são recalculados com base na média dos últimos seis meses;

- as ORTNs são substituídas pelas OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional).

Se, por um lado, havia sobra de dinheiro no sufocado orçamento das classes trabalhadoras,

por outro, as mercadorias sumiam das prateleiras dos supermercados, a carne desaparecia dos açougues, as filas cresciam dia a dia e o ágio (diferença que o comprador paga a mais sobre o valor nominal de uma mercadoria) se tornava a nova mania nacional.

Falência do cruzado

A falência do Plano Cruzado, no final de 1986, era visível. Esse declínio relacionava-se às seguintes questões:

- as classes empresariais que controlam os meios de produção não quiseram ceder a nada, nem arriscar. Além disso, rebelaram-se quando descobriram que o Plano Cruzado exibía uma face distributiva e impulsionaria o crescimento dos salários com maior velocidade que os lucros;

- a segunda questão estava no modelo econômico.

Como observou Francisco Viana, a economia foi projetada para atender a uma elite e ficou atordoada quando se deparou com a entrada maciça de novos consumidores num mercado

onde tradicionalmente os estudos desprezam cerca de 50% a 60% da população marginalizada do consumo. (O Brasil oficial rasga a fantasia.)

Economia: fracasso e hiperinflação

Em 1987, o governo defrontou-se com mais um agravamento da crise econômica. O Plano

Bresser não conseguiu reduzir a inflação, que atingia índices superiores aos do ano de 1955.

Ainda segundo Francisco Viana, 1987 começou com um horizonte de visibilidade quase

nulo. O Cruzado estava no chão, a inflação se revelava insubmissa, os investidores

estrangeiros batiam em retirada, os investidores nacionais preferiam a ciranda financeira às

linhas de produção (...).

Para 1987, os analistas tinham previsto uma hiperinflação, mas esta só veio em 1988, com

uma taxa de 30% ao mês e trazendo as suas inevitáveis consequências: estagnação quase

completa dos investimentos, situação anárquica no sistema de preços e de produção, "dolarização da economia".

No fim de 1988, a inflação cravou 933%. Diante desse quadro crítico, o presidente Sarney, tendo como ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, decretou, em janeiro de 1989, o

Plano Verão, que criava o cruzado novo (valendo mil cruzados), congelava preços e

salários e extinguiu a OTN. Mas, com gastos sem controle, o próprio governo se incumbiu

de fazer o plano fracassar. E o país, em meio a grave crise, elegeu, em dezembro de 1989,

um novo presidente, protelando para 1990 a adoção de novas medidas econômicas.

A ERA VARGAS

As transformações que a sociedade brasileira atravessava, desde a década de 20,

configurariam uma forte crise econômica, social e política. Com efeito, o aumento da

industrialização vinha acompanhado de uma oscilação na cafeicultura e trouxe uma

gradativa predominância industrial na economia.

No plano político e social, o velho modelo oligárquico não se adaptava mais à ascensão

social das camadas médias. Não era mais possível tratar a "questão social como caso de

polícia" (expressão de Washington Luís), isto é, resolver pela repressão uma série de

aspirações sociais.

O desfecho desse quadro de crise e mudança foi a Revolução de 30. A aliança formada

pelos tenentes militares e os "tenentes civis" (jovens das camadas urbanas ou das elites

agrárias que ajudaram na Revolução) com as classes médias urbanas e os setores

interessados na industrialização foi a base social responsável pela deposição de

Washington Luís.

A partir de novembro e dezembro de 1930, a Revolução teve um componente popular, com

a adesão das camadas pobres às manifestações dos revolucionários. Pouco a pouco, o

governo provisório, sob a chefia de Getúlio Vargas, passou a compor-se com representantes

das forças oligárquicas opostas aos interesses do esquema Café-com-Leite.

Em novembro de 1930, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

evidenciava não apenas a revalorização do café, mas também o interesse em manipular as

classes proletárias. Com a revalorização da política do café, Vargas seguia o mesmo

modelo da Velha República, apoiado na monocultura e no latifúndio. Essa linha de

conciliação das reformas com a manutenção do esquema dominante será uma característica

da política brasileira.

Construção do Estado Novo:1930-39

O controle do conflito social

O comando de Vargas dava sinais de desejar a continuidade. No início de 1931, a

repressão ao movimento operário e outras manifestações populares começava a mostrar a

face de uma ditadura nascente. Em março de 1931, foi criada uma lei de sindicalização. Sob

o pretexto de erguer-se à condição de árbitro dos conflitos de classe, o governo de Vargas

arquitetou uma sólida estratégia de repressão: a "estrutura sindical corporativa", que

instituiu a representação nos sindicatos operários de 50% de membros do patronato e de

50% de trabalhadores, descaracterizando a natureza da organização sindical.

Como mostra Ítalo Tronca, os objetivos da lei de sindicalização eram claros:

- 1) transformar o sindicato, de arma autônoma dos trabalhadores, em agência colaboradora do Estado;
- 2) disciplinar o trabalho, considerando-o mero fator de produção; e
- 3) evitar a emergência da luta de classes, utilizando o sindicato como "pára-choque" entre o capital e o trabalho.

Com esse esquema, o governo Vargas promovia uma estratégia de subordinação das

classes operárias. O Estado controlava os sindicatos e intervinha nas diretorias sindicais. As

reivindicações eram filtradas e convertidas em instrumento político a ser manipulado

segundo os interesses dos grupos no poder.

O regime dos interventores

Em 1931, o sistema de controle do poder nos Estados foi implantado. Os líderes do

movimento tenentista eram nomeados para interventores nos Estados e os "tenentes civis"

iam ocupar postos-chave nos ministérios e na administração federal. No entanto, a

manutenção da estrutura agrária inviabilizava as mudanças políticas, e os interventores

enfrentavam as oligarquias estaduais sem condições de alterar as regras do poder local.

A essa dificuldade somava-se a de montar suas administrações. O ditador assumia uma

posição de árbitro moderador diante do confronto entre as velhas elites e os interventores.

Utilizava o confronto para consolidar sua autoridade e poder, manipulando os tenentes para

combater os inimigos civis e, ao mesmo tempo, servindo de juiz nos instantes mais graves

do confronto.

São Paulo: resistência à intervenção

A maior oposição a esse fortalecimento do poder central veio de São Paulo. A nomeação

de um interventor pernambucano - João Alberto Lins de Barros - irritou a oligarquia

paulista, que desejava homens do próprio Estado para essa posição. João Alberto demitiu-se

em julho de 1931; seguiram-se outros interventores, mas a instabilidade continuou. Em

1932, os antigos partidos de oposição (PRP e PD) formaram uma Frente Única com o

objetivo de enfrentar o poder central com o máximo de força possível. Essa Frente Única

lançou a campanha por eleições a uma Assembléia Constituinte, que Vargas insistia em

adiar constantemente. A campanha adquiriu popularidade, com manifestações públicas e

comícios. Jovens universitários organizavam passeatas exigindo eleições, com o apoio da

burguesia industrial e das elites agrárias. Numa passeata realizada em maio de 1932, a

polícia matou quatro estudantes. Rapidamente se formaram comissões com o nome de

MMDC (Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo - os estudantes monos) e, com o apoio do

interventor Pedro de Toledo, depuseram Miguel Costa (chefe da Força Pública, atual

Polícia Militar) e Cordeiro de Farias (chefe de Polícia), homens de confiança de Getúlio.

Revolução de 1932: objetivos claros

Dessa forma, os membros do PD, PRP, classes médias, burguesia e latifundiários

pretendiam abalar a autoridade de Vargas e, ao mesmo tempo, tentar recuperar o comando da política brasileira. Entretanto, a luta pela Constituinte, sob o pretexto de ser um desejo nacional, escondia o objetivo das classes abastadas de São Paulo: controlar as agitações populares. De março a junho de 1932, a cidade de São Paulo (e algumas cidades do interior) foi palco de uma série de manifestações das camadas populares - passeatas, saques de lojas e armazéns, queima de bondes elétricos -, num claro protesto contra a situação de penúria provocada pela crise econômica de 1929 e que permanecia sem solução.

As elites agrárias e a burguesia industrial de São Paulo temiam o crescimento dos descontentamentos se não fossem resolvidos os graves problemas econômicos e financeiros do Estado. Aproveitando-se do clima de insatisfação geral de toda a população paulista, as lideranças políticas e militares perceberam a gravidade dos protestos e catalisaram os problemas da crise econômica para o comando autoritário de Vargas e sua recusa em realizar eleições para a Constituinte.

Tratava-se de desviar as falhas do sistema oligárquico e direcionar as energias para um outro conflito. No dia 9 de julho de 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista, desencadeada pela proclamação da Junta Revolucionária, formada alguns dias antes por Francisco Morato (do Partido Democrático), pelo general Isidoro Dias Lopes (do movimento tenentista de 1924), pelo general Bertoldo Klinger (que conseguiu apoio de alguns quartéis do Mato Grosso), por Pádua Sales (membro do PRP) e pelo interventor Pedro de Toledo. O coronel Euclides de Figueiredo tomou o comando da segunda Região Militar (São Paulo). Começava a Guerra Civil.

O conflito armado durou três meses. São Paulo não tinha capacidade militar para enfrentar as forças do governo federal. Além disso, falhou o apoio prometido por outras regiões; com a falta de armas e munições, não havia a menor condição de manter a luta. Em setembro, os membros da junta foram presos. Com a vitória, Vargas saía fortalecido. Por outro lado, teve de ceder às pressões e convocou eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Por esse motivo, pode-se dizer que as classes abastadas de São Paulo não foram completamente derrotadas. Pelo contrário, alcançaram um relativo sucesso com toda a mobilização criada no país por causa da Revolução Constitucionalista.

1934: Nova Constituição

Por mais que o governo autoritário de Vargas tenha procurado protelar a convocação de eleições, o Congresso Nacional e o presidente do governo provisório já haviam promulgado o Código Eleitoral, desde 24 de fevereiro de 1932. Esse código estabelecia:

- o voto secreto (o que diminuiu a corrupção eleitoral, pelo menos nos centros urbanos);
- novo limite de idade para ser eleitor: de 21 anos para 18 anos;
- o direito de voto às mulheres;
- a criação da Justiça Eleitoral, que organizava as votações.

No dia 3 de maio de 1933, realizam-se as eleições para a Assembléia Constituinte. No

entanto, não só os deputados eleitorais faziam parte da Constituinte. Por pressões dos tenentes e inspirada no corporativismo fascista, a Assembléia teria ainda "representação classista", ou seja, as associações profissionais e sindicais de patrões e empregados elegeriam delegados. Assim, em 28 de junho, quarenta delegados foram eleitos para a Constituinte.

Por trás dessa representação classista existiam dois objetivos:

- diminuir o peso político das oligarquias;
- escolher os delegados das associações e sindicatos, o que aumentava a esfera de poder de Getúlio e diminuía a força dos adversários, principalmente de São Paulo e Minas Gerais.

Assim, Vargas conseguiu mais aliados para fazer suas manobras políticas, ou seja,

aumentou sua representação política para alcançar seu objetivo: centralizar as decisões na sua pessoa. Após um período de trabalhos tumultuados, no qual os constituintes sofreram as tentativas fracassadas de golpe militar por parte do general Góis Monteiro, a Assembléia e o presidente promulgaram, em 16 de julho de 1934, a nova Constituição. Com vários pontos de contato com a Constituição de 1891, o novo texto estabelecia:

- a continuação do federalismo;
- a adoção do sufrágio universal (voto secreto) para deputados, senadores, governadores, presidente da República, vereadores e prefeitos;
- o respeito às garantias individuais, com plena liberdade de crença, reunião, associação política e liberdade de imprensa.

A nova Carta ampliava também os poderes do governo federal, cabendo a este por lei a maior parcela da arrecadação dos impostos recolhidos pelos Estados. Estava preparado o caminho para a centralização do poder político. Essa medida foi aprovada por força das pressões dos tenentes, adeptos de um Estado nacional que governasse acima de quaisquer interesses regionais. Essa idéia era amplamente apoiada pelos chefes militares mais autoritários, como o general Góis Monteiro.

Por pressões tenentistas, foram aprovadas também leis que garantiram a nacionalização das águas e das riquezas do subsolo - a exploração de minérios por parte dos estrangeiros, permitida em legislação anterior, agora passava a ser feita exclusivamente pelo Estado.

Por outro lado, a participação das classes populares na Constituinte de 1934 era muito pequena. Comprometidos com as causas proletárias estavam os socialistas Domingos Velasco e Maurício de Lacerda, e o comunista Zoroastro Gouveia. Para entender o pequeno grupo dos representantes populares é necessário recuperar a trajetória das tendências socialistas no Brasil.

Formação do Bloco Operário

A intensa agitação dos movimentos operários de 1901 a 1920 sofreu um declínio em função do rígido esquema repressivo exercido a partir de 1920 contra as lideranças operárias, sindicatos, organizações anarquistas e anarco-sindicalistas. Com o estado de sítio (perda das garantias individuais) decretado por Artur Bernardes (1922-1926), o Partido Comunista do Brasil caiu na clandestinidade em 1924, retornando à vida legal em 1927, no

governo Washington Luís (1926-1930), e aparecendo publicamente na cena política nacional.

No início de 1927, o jornal A Nação divulgava o programa do Partido Comunista. Logo

em seguida, o mesmo jornal publicou a Carta Aberta da Comissão Central da Executiva do

Partido Comunista do Brasil, propondo a formação de uma frente única composta por todas

as organizações operárias, com uma plataforma política unitária para possibilitar à classe

operária a disputa nas eleições como organização independente dos demais partidos. Esta

frente única ficou conhecida como Bloco Operário.

A plataforma política do Bloco Operário defendia as classes ,proletárias e, segundo A

Nação, a tarefa dos candidatos identificados com as mais urgentes necessidades e as

aspirações mínimas das classes oprimidas deste país consistia em chamar a massa operária

ao exercício efetivo de seus direitos políticos de classe, assim como a necessidade de

assumir o prévio compromisso de subordinar sua atividade parlamentar ao controle da

massa operária.

No entanto, a atuação do Bloco Operário e, principalmente, do PCB sofreu grande

repressão a partir de 28 de julho de 1927, quando o deputado Aníbal de Toledo conseguiu

aprovar no Congresso a Lei Criminal ou Lei Celerada. Essa lei - assinada pelo presidente

Washington Luis em 12 de agosto - permitia o fechamento de qualquer tipo de associação

que praticasse atos considerados ofensivos à moral, à ordem, à segurança pública, além de

impedir qualquer tipo de publicação que se enquadrasse nesses casos.

A experiência do BOC

A lei dirigia-se a toda manifestação oposicionista, mas visava sobretudo à militância

socialista e proletária, levando o PCB à clandestinidade.

Nessas circunstâncias, o PCB levou a experiência do BOC para outros Estados, já que até

então ele funcionava apenas no Rio de Janeiro. A ação política estendeu-se também ao

campo, dando origem ao Bloco Operário e Camponês (BOC), fundado em 1928. No

entanto, o trabalho junto aos camponeses foi quase nulo.

Apesar das perseguições, o BOC conseguiu formar uma representação em São Paulo.

Chegou também a eleger dois candidatos no Rio de Janeiro, mas não conseguiu fazer

nenhum representante nos cargos legislativos (vereadores e deputados estaduais) por causa

da Comissão Verificadora. É difícil avaliar com precisão a influência concreta do BOC

sobre a classe operária, pois a imensa maioria das classes trabalhadoras era analfabeta e,

além disso, compunha-se de estrangeiros sem direito a voto. No entanto, pode-se afirmar

que o BOC, de maneira geral, tinha ação bastante reduzida junto às camadas populares.

Por outro lado, o BOC chegou a apoiar a Revolução de 1930, mas a partir de 1933

começou a desaparecer gradativamente como frente política à esquerda, dando lugar a uma

nova agremiação esquerdista (ANL), formada a partir de 1935, com características de frente

política semelhantes às diretrizes do BOC.

ANL: uma frente de resistência

Com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), surge um amplo movimento popular

nascido da necessidade em que se achavam os brasileiros de emancipar-se economicamente

do jugo estrangeiro (1930-1937). A ANL tinha como membros ex-tenentes, liberais,

socialistas, comunistas, líderes sindicais. À semelhança das Frentes Populares europeias,

tentava-se formar uma organização de caráter antiimperialista e antifascista. Luís Carlos

Prestes, do PCB, foi escolhido presidente de honra, enquanto a presidência efetiva cabia ao

capitão Hercolino Cascardo.

O programa político da ANL tinha como pontos básicos:

- suspensão do pagamento da dívida externa;

- nacionalização das empresas estrangeiras;

- proteção do Estado aos pequenos e médios proprietários de terra, dando ao Estado a

incumbência de promover uma reforma agrária (entregar terras dos grandes proprietários

aos camponeses);

- organização de um governo popular;

- amplas garantias de liberdade de expressão, comunicação e organização das classes

proletárias.

Houve organizações de núcleos da ANL por todo o Brasil. O pequeno crescimento popular

em torno da ANL começou a preocupar o governo, que determinou o fechamento dos

núcleos e da sede em 11 de julho de 1935. Diante da ilegalidade, os membros mais liberais,

alguns tenentistas e socialistas deixaram a ANL, que passou a ser dirigida pelos membros

do PCB. Vários dirigentes comunistas falavam em uma insurreição armada.

Intentona Comunista: vitória de Vargas

Essa conspiração militar ficou a cargo dos grupos tenentistas, membros do partido. Mesmo

com oposição de vários participantes do PCB, que duvidaram do êxito de uma revolta

armada contra o governo Vargas, os grupos mais radicais organizaram um levante. Assim,

em 23 de novembro de 1935, contrariando as determinações da direção do PCB para que

os revoltosos só comessem a rebelião após o sinal do comando revolucionário no Rio de

Janeiro, a revolta foi deflagrada inesperadamente em Natal e, no dia 24, em Recife.

O movimento inesperado dos rebeldes foi precedido por um falso telegrama, enviado aos

membros da ANL na capital do Rio Grande do Norte pela polícia, dando o sinal para a

rebelião. O governo Vargas acompanhou os acontecimentos ciente do falso sinal. Vargas

permitiu que a revolta ocorresse, mas impediu que as informações chegassem aos

comandos do Rio de Janeiro. Em 25 de novembro, tropas governamentais controlavam a

situação tanto em Natal quanto em Recife.

Desse modo, as notícias do levante levaram quatro dias para chegar aos comandos

cariocas. Com isso, o governo preparou armadilhas sem evitar a eclosão da revolta no Rio.

No dia 27 de novembro, os revolucionários foram controlados sem muitas dificuldades pelo

comandante da primeira Região Militar, Eurico Gaspar Dutra. Estava sufocada a chamada

Intentona Comunista, ou seja, uma tentativa de levante militar e político organizada pelo

PCB.

Vargas soube, entretanto, tirar proveito do fracasso e da desorganização comunista. O episódio foi facilmente controlado e Getúlio, consciente dos limitados recursos dos revoltosos, utilizou o acontecimento para preparar um golpe dois anos mais tarde.

Governo Vargas: segunda fase -1937-1945

Preparação para o golpe

Com um esquema extremamente repressivo a qualquer suspeita de insubordinação política, Vargas, nos anos de 1936 e 1937, criou um clima tenso no país, com constantes notícias de

tentativas de novos levantes comunistas. Finalmente, em 22 de setembro de 1937, os

jornais denunciaram a existência de um novo golpe comunista, que estaria contido no

Plano Cohen - suposto plano de subversão comunista que incluía detalhes sobre a

derrubada do governo.

O falso plano fora forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, com o consentimento do

general Góis Monteiro, do alto comando militar e do ministro da Guerra General Dutra.

Esses militares apresentaram à sociedade brasileira os escritos do capitão como um plano

comunista capturado pelo serviço secreto do Estado-maior do Exército. Mais tarde, na

década de 1960, o general Olímpio, quando inquirido sobre o Plano Cohen, respondeu que

fizera um trabalho de literatura.

No Congresso Nacional, alguns deputados denunciaram as intenções do plano: preparação

para um golpe com o qual Getúlio teria poderes excepcionais para governar centralizada e

autoritariamente. O governo, por seu lado, criava uma Comissão Executora do Estado de

Guerra, tomando as seguintes determinações:

- prisão de qualquer suspeito;

- organização de campos de concentração militar para disciplinar os jovens que se

desviassem dos direitos civis; em outras palavras, prisão para os suspeitos de serem

comunistas;

- criação de comissões com o intuito de estimular nas escolas uma propaganda organizada

contra o comunismo.

Implantação da ditadura

Ao mesmo tempo, Getúlio Vargas, Góis Monteiro e Gaspar Dutra elaboravam um plano de

governo nos moldes nazi-fascistas da Alemanha e da Itália. Em Minas Gerais, o governador

assegurava apoio ao golpe, enquanto eram feitos contatos com os governadores do Norte e

do Nordeste. Por sua vez, o jurista mineiro Francisco Campos redigia uma nova

Constituição, inspirada no modelo fascista da Polônia (nascendo daí o apelido de

"Constituição Polaca").

Entretanto, no dia 5 de novembro, o jornal O Correio da Manhã publicou notícias,

afirmando que setores do governo admitiam o cancelamento das eleições de 3 de janeiro de

1938. Imediatamente, o candidato liberal opositor, Armando de Sales, junto com

Artur Bernardes, Otávio Mangabeira, Prado Kelly e outros, redigiu um manifesto aos

militares, apelando para o espírito democrático e mantenedor da ordem das Forças

Armadas para garantir as eleições.

O manifesto só foi lido em alguns quartéis e na Câmara Federal, sendo censurado à

população. O efeito do manifesto foi estimular a antecipação do golpe, que inicialmente

fora estabelecido para o dia 15 de novembro, mas efetivou-se em 10 de novembro de

1937. Enquanto a nova Constituição era publicada no Diário Oficial (jornal de divulgação

das leis assinadas pelos poderes republicanos), o Senado e a Câmara Federal foram

fechados e os membros do poder legislativo presos pela polícia. Vargas, à noite, ocupou as

rádios do país para uma transmissão nacional, anunciando o novo governo.

Estrutura do Estado Novo

O Estado Novo foi a instalação de uma ditadura, ou seja, de uma organização política que

suprimia as liberdades individuais, para concentrar as decisões governamentais nas mãos de

um indivíduo. A ditadura Vargas baseava-se numa Constituição autoritária, pela qual o

Congresso, as Assembléias e as Câmaras Municipais foram fechadas e o presidente da

República governava por decretos.

Vargas extinguiu os partidos políticos; o poder legislativo era exercido pelos deputados

que apoiaram o golpe de Estado (substituição ilegal de um governo por outro subversão da

ordem Constitucional), pelo presidente da República e pelo Conselho Nacional (homens da

confiança de Vargas). O estado Novo instituiu ainda a pena de morte para os crimes contra

o Estado e a ordem pública.

O ditador nomeou novos interventores nos estados que não aceitavam a ditadura: RJ, SP,

BA, PE. O governo passava a perseguir, prender e matar todos os suspeitos de serem

comunistas. Os sindicatos e associações eram "livres" desde que fossem reconhecidos pelo

Estado e tivessem suas diretorias aprovadas pelo Ministério do Trabalho.

Por fim, o Estado Novo criou um organismo de publicidade oficial: O DIP (Departamento

de Imprensa e Propaganda). Esse órgão governamental encarregava-se de censurar todos os

meios de comunicação. Mas o DIP também funcionava como instrumento de divulgação

dos benefícios do governo, formulando uma política cultural que visava controlar as classes

populares.

Vargas: "Pai dos pobres, mãe dos ricos"

No início da década de 1940, Getúlio conseguiu estabilizar o Estado Novo às custas de

violenta repressão aos adversários. Ao mesmo tempo, articulava uma política de "de

conciliador nacional": o DIP encarregava-se de projetar uma imagem de "homem generoso,

forte, e não homem de força", "homem sem ódio e sem vaidade; dominado pela

preocupação de fazer o bem", homem "tolerante, capaz de mobilizar a simpatia como força

política", "não prestando atenção aos seus inimigos" e "um mestre da reconciliação". Esses

atributos circulavam diariamente nos jornais e rádios de todo o país.

O objetivo dessa estratégia publicitária era impor à opinião pública um mito sobre Getúlio.

Esse mito foi diariamente trabalhado através da exaltação exaustiva das qualidades de ser

humano e homem público. Assim, Vargas aparecia como "guia da juventude brasileira", o

"grande pai", o "apóstolo nacional", o "reformador", mas também "pacifista", "pai dos

pobres" e "mãe dos ricos", pois "mãe sempre e mais generosa", como dizia com humor uma

inscrição num muro em São Paulo nessa época.

Essas imagens fabricadas pelo DIP traziam uma mensagem política muito significativa,

segundo a qual Getúlio Vargas era o único homem capaz de governar o Brasil. Estava

implícito que qualquer outra solução política desintegraria a estabilidade da nação.

Bases políticas da ditadura

As forças políticas e sociais que sustentavam a ditadura Vargas formaram uma aliança que

dava legitimidade ao Estado Novo. Essa base política era constituída por:

- setores militares, sobretudo o Exército, sob a liderança de Góis Monteiro, apegados ao

nacionalismo e à missão do Exército como árbitro dos conflitos políticos e sociais;

- setores latifundiários com os quais a ditadura se comprometia a manter intacta a estrutura

agro-exportadora;

- classes médias urbanas identificadas com as possibilidades de ascensão social criadas pela

burocracia estatal e pelo Estado, tido como responsável pelo Crescimento industrial;

- industriais que recebiam facilidades de crédito, garantias de infra-estrutura dada pelo

Estado (energia elétrica, água etc.) para as instalações industriais, além de uma legislação

que controlava rigidamente as manifestações trabalhistas;

- crescimento industrial com elevadas taxas de exportação em função do favorável contexto

internacional (ascensão do nazismo e II Guerra);

- violenta repressão policial às reivindicações trabalhistas e completo controle dos

sindicatos por agentes do governo.

A oposição à ditadura era exercida através da atuação clandestina de setores liberais ou

comunistas, apesar das prisões, da brutalidade repressiva e da existência de um esquema de

tortura nas prisões.

1942: uma nova realidade

A partir de 1942, a situação internacional começava a se alterar com a perspectiva de

vitória das forças democráticas aliadas contra o nazi-fascismo. O ditador de direita viu-se

obrigado a mudar de posição e, pressionado pelos norte-americanos, declarou guerra à

Alemanha, após a Marinha mercante brasileira ter sido atacada por alemães. Mais tarde, na

década de 60, alguns historiadores chegaram a afirmar que os bombardeios aos navios

brasileiros foram feitos pelos americanos para forçar Getúlio a lutar a favor dos Aliados.

A situação mostrava-se, diante da declaração de guerra ao nazi-fascismo, contraditória,

pois o Exército combatia na Europa a mesma ideologia que mantinha a organização do

Estado brasileiro. Além desse efeito externo, a própria ditadura Vargas criava também

contradições, pois à medida que ocorria o desenvolvimento industrial, este mesmo

desenvolvimento estimulava a participação dos setores afastados do poder.

1943: a oposição democrática

Assim, iniciava-se um processo de abertura política em 1943. (Aliás, a Constituição de

1937 previa um plebiscito, ou seja, uma consulta à população brasileira sobre o regime

nesse ano.) Vargas empenhava-se em adiar o plebiscito. Ao mesmo tempo, as oposições oligárquicas, entre elas a família Mesquita do jornal O Estado de S. Paulo -

ocupado e administrado pela ditadura de 1937 a 1945 -, articulavam protestos contra a

permanência de Getúlio no poder.

Em 2 de novembro de 1943, os opositores conseguiram organizar, em Minas Gerais,

com a adesão de numerosos setores (advogados, escritores, jornalistas, intelectuais,

engenheiros, professores, médicos, banqueiros) bastante representativos das aspirações

da classe média, o lançamento do Manifesto dos Mineiros, exatamente na data de

comemoração dos treze anos da Revolução de 30.

O manifesto reivindicava reformas como direito de voto, habeas-corpus (recurso jurídico

que permite a uma pessoa, acusada de cometer crime, responder a processo em liberdade) e

outras garantias capazes de favorecer o retorno das liberdades formais da democracia.

Por outro lado, dentro do governo também ocorriam divisões, e as influências norte-americanas

foram decisivas para reduzir as forças fascistas e alguns grupos minoritários dentro do próprio governo e do Exército. As cisões governamentais

evidenciam-se em

agosto de 1944, quando o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, renunciou ao

cargo como protesto contra a ordem dada por Vargas de fechar uma entidade ligada aos

interesses norte-americanos. O mesmo aconteceu com o general Góis Monteiro, que se

demitiu do Comitê de Emergência e Defesa Política da América Latina. Com o

afastamento de Oswaldo Aranha e Góis Monteiro, Vargas começou a perder apoio de

setores importantes, como a burguesia reformista e os militares.

O isolamento de Vargas

Configurava-se, dessa forma, um gradativo isolamento de Vargas no poder. Além dessas

questões políticas, a ordem econômica também enfrentava dificuldades, principalmente a

partir de 1943, com o acirramento da guerra. A redução das importações prejudicava a

reposição de máquinas e equipamentos; assim, comprometia-se a produtividade e

elevavam-se os preços dos produtos. O Estado Novo já não conseguia assegurar o

apoio de vários segmentos da sociedade, pois a manutenção das taxas inflacionárias

começava a escapar do controle. Os interesses econômicos somavam-se às críticas

políticas, aumentando a oposição ao governo.

Diante dessa conjuntura, Vargas declarava que quando terminar a guerra, em ambiente

próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a

estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas

ao povo. Além disso, Getúlio ameaçava as oposições oligárquicas com a possibilidade de

manipular o apoio dos trabalhadores, anunciando uma campanha de sindicalização em

massa, concedendo aumentos salariais e prometendo manter a organização sindical

corporativista.

O ano de 1945 foi decisivo para a luta contra a ditadura. O I Congresso Brasileiro de

Escritores - organizado em São Paulo, no mês de janeiro, por intelectuais de formação

liberal, socialista e comunista - publicou um manifesto exigindo um Estado democrático

no Brasil. Os jornais também rompiam com a censura, entrevistando líderes da oposição, ex-aliados desalojados do poder pela ditadura. Um exemplo foi a notícia do jornal O Globo, lançando, em fevereiro, a candidatura à presidência do brigadeiro Eduardo Gomes - ex-tenente e um dos sobreviventes do primeiro movimento tenentista, Revolta do Forte de Copacabana.

A oposição externa contra o regime também crescia. OS EUA - como líder do bloco democrático mundial - exigiam a queda de governos inspirados no nazi-fascismo. O problema com o Brasil era outro, pois o governo Vargas aliava-se ao bloco norteamericano.

A questão dos EUA com o Estado Novo relacionava-se ao fato de o governo getulista fazer uma política de nacionalismo econômico, reduzindo a penetração de capitais estrangeiros, sobretudo norte-americanos. Por essa razão, os EUA posicionaram-se, através de seu embaixador no Brasil, a favor de um regime democrático.

Formação dos partidos

Diante das novas pressões, Getúlio decretou, em 28 de fevereiro de 1945, o Ato Adicional nº 9 (lei complementar à Constituição), no qual estabelecia o prazo de noventa dias para a realização de eleições em todos os níveis: presidente, governadores, prefeitos, deputados, senadores e vereadores.

Em sincronia com esse processo de abertura política, articulava-se na sociedade brasileira a formação de partidos políticos. Assim, em março, setores oligárquicos, ou seja, latifundiários, fundaram, com o apoio de Vargas, o PSD - Partido Social Democrático.

Getúlio, pressionado por segmentos militares, lançou o nome do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, para candidato à presidência pelo PSD que também congregava setores da burguesia industrial e comercial.

Em abril, grupos democráticos liberais, socialistas, membros do empresariado industrial e financeiro e até de alguns setores latifundiários formaram a UDN - União Democrática Nacional. Também nesse mês, o PCB voltou à legalidade, após 23 anos de intensa perseguição a seus militantes.

A oposição do PCB era, no entanto, contraditória, pois se de um lado defendia o fim da ditadura e a convocação de eleições gerais e de uma Assembléia Constituinte, por outro lado aliava-se aos operários ligados aos sindicatos corporativistas do esquema getulista para juntos lançarem o MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores -, que se tornou o instrumento político do queremismo, ou seja, do apoio a Vargas: o "Getúlio".

PCB e MUT pregavam uma nova Constituição, mas com a manutenção de Vargas no poder.

Getúlio, percebendo o movimento da população brasileira, fez uma jogada política de ampla repercussão: em junho de 1945, decretou a Lei Malaia. Por essa lei, declarava-se

uma guerra antitruste, restringindo a participação de capitais estrangeiros no país.

Logo em seguida, Vargas esteve presente na formação do PTB - Partido Trabalhista

Brasileiro -, composto por dirigentes sindicais getulistas, membros da burocracia do Estado

brasileiro e setores dos pequenos proprietários. Criado em agosto de 45, o PTB pretendia

"representar" os trabalhadores. Tratava-se, como ficou evidenciado ao longo das décadas

seguintes, de um instrumento partidário para a manipulação dos votos dos setores populares.

O PTB, desse modo, servia a Getúlio, que manobrava as classes proletárias para impor seu

estilo de "homem conciliador". Na prática o PTB seria usado sempre que Vargas

enfrentasse obstáculos por parte dos setores conservadores.

Dois frentes: com e sem Getúlio

Entretanto, as oposições ao Estado Novo aumentavam. Formaram-se duas frentes de luta

contra a ditadura, mas de caráter distinto. Enquanto as oligarquias, os liberais da classe

média, os setores socialistas e comunistas (não identificados com o PCB) organizavam a

União sem Getúlio, outros setores burgueses, funcionários da burocracia estatal, proletários

dos sindicatos getulistas e até facções oligárquicas beneficiadas pela ditadura compunham a

União Nacional com Getúlio.

É importante perceber que os elementos da União Nacional com Getúlio combatiam a

ditadura, mas, principalmente no caso comunista, mostravam-se dispostos a uma aliança

com Vargas, seduzidos pelo seu nacionalismo estatizante. Os burocratas defendiam Vargas,

interessados na manutenção de seus cargos, privilégios e favorecimentos políticos,

enquanto os setores latifundiários e industriais beneficiavam-se da proteção e do patrocínio

financeiro do Estado montado por Vargas.

Os quemistas organizaram, em outubro de 1945, uma grande manifestação no Rio de

Janeiro, defendendo uma proposta para eleição de uma Constituinte em que a eleição do

presidente seria decidida pela Nova Constituição. Vargas aproveitou-se da situação e

antecipou, por decreto, as eleições para governadores e prefeitos para o dia 2 de dezembro.

Era uma manobra política muito hábil de Vargas contra as frentes oposicionistas, já que

estas não dispunham mais de tempo hábil para a montagem de uma campanha eleitoral em

todos os Estados. Essa antecipação beneficiava os setores quemistas, dando-lhes total

vantagem, já que toda a burocracia do Estado trabalhava para os candidatos getulistas.

Diante dessa nova circunstância, a UDN articulou um golpe contra Vargas. Otávio

Mangabeira, Armando de Sales Oliveira e o brigadeiro Eduardo Gomes conseguiram o

apoio das oligarquias, dos industriais, dos EUA (através de seu embaixador), da alta

oficialidade militar (Exército, Marinha e Aeronáutica) para desfechar a queda de Getúlio.

Queda da ditadura

Um acontecimento justificou e apressou o golpe. O chefe da Polícia Federal do Rio de

Janeiro João Alberto, ligado aos udenistas, proibiu uma manifestação do MUT.

Imediatamente, Vargas destituiu-o do cargo, nomeando seu irmão Benjamin Vargas. Por

tratar-se de um cargo de confiança dos setores militares, estes cercaram o Palácio do Catete

no dia 29 de outubro de 1945, obrigando Getúlio a renunciar à presidência. José Linhares,

presidente do Supremo Tribunal Federal, ocupou o lugar do ditador do Estado Novo.

Terminava, enfim, após oito anos, a ditadura do Estado Novo. Getúlio entregou o poder sem derramamento de sangue, prisões e exílios forçados – ato incomum na história do país, se lembrarmos 1889, 1930 e 1937. Bem ao contrário, ele foi poupado pelos novos detentores do poder, que permitiram a sua candidatura ao Senado e Câmara. A liberalização vinha assim marcada pela conciliação entre as classes dirigentes e também pela continuidade de certos esquemas políticos, o que teria grande influência na etapa seguinte da História do Brasil Republicano.

DO POPULISMO A DITADURA

A República Populista: 1946-1964

1946: a Nova Constituição Liberal

Com as eleições para presidente e de deputados e senadores para uma Assembléia Constituinte, iniciava-se a tentativa de construção democrática, abrindo um novo período da história da República. Em 1946, concorreram quatro candidatos à presidência da República: o general Eurico Gaspar Dutra pela coligação PSD/PTB, o brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN, Yedo Fiúza pelo PCB e Rolim Teles pelo Partido Agrário. Dutra venceu as eleições com 55% dos votos. O PSD e a UDN elegeram o maior número de deputados (54% e 26%, respectivamente); o PTB obtinha 7,5%, o PCB alcançava 4,7%, enquanto os outros partidos dividiram o restante dos votos: 7,3%.

Em 18 de setembro de 1946, a nova Constituição (a quinta do Brasil e a quarta da República) foi promulgada, contendo as seguintes características liberais:

- continuação do regime republicano, presidencialismo (com cinco anos de duração), representativo e federativo;
- sufrágio universal (voto secreto e direto para maiores de dezoito anos, com exceção de analfabetos, soldados e cabos);
- direito de liberdade de opinião e pensamento, mas com censura para espetáculos e diversões públicas;
- preservação de um Executivo com poderes para nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal e continuação dos sindicatos corporativistas definidos como "órgãos de colaboração do Estado", duas medidas antidemocráticas, resíduos do autoritarismo do Estado Novo;
- divisão em três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), relativa autonomia dos Estados, restabelecendo-se o Senado e a Câmara de Deputados;
- manutenção do direito de propriedade como garantia fundamental para as bases econômicas e sociais do Estado brasileiro.

Esse período de reconstrução democrática foi caracterizado pelo domínio de um fenômeno político: o populismo.

O fenômeno populista

O populismo não é privilégio desse novo período da História brasileira; mesmo no regime ditatorial de Vargas podem ser encontrados traços evidentes de uma política populista. Para Francisco Weffort, o populismo, como estilo de governo sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas que buscava conduzir, manipulando suas aspirações,

só pode ser compreendido no contexto de crise política e de desenvolvimento econômico

que se abre com a revolução de 1930. (O populismo na política brasileira.)

O populismo produz sempre um discurso político dirigido às massas, dentro de uma sociedade que as exclui de benefícios econômicos e sociais, acenando-lhes com uma

perspectiva de melhoria, apoiando-se em parte nelas para manipulá-las e usando esse apoio

na conciliação de interesses divergentes entre as facções dominantes do sistema políticosocial.

Entre nós, o populismo se caracterizou como a expressão do período de crise da oligarquia

e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização

do estado que, por sua vez, teve de apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o

autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937 - 45), seja o autoritarismo paternalista

ou carismático dos líderes de massa da democracia do pós-guerra.

Ainda segundo a visão de Weffort, o esquema populista foi também uma das manifestações das debilidades políticas dos grupos dominantes urbanos quando tentavam

substituir-se à oligarquia nas funções de domínio político de um país tradicionalmente

agrário, numa etapa em que pareciam existir as possibilidades de um desenvolvimento

capitalista nacional. É esse processo que determinará os rumos da política brasileira nesse

período de retorno à legalidade constitucional.

GOVERNO DUTRA: novas contradições

O governo do general Dutra representou alinhamento do país com os Estados Unidos

dentro do quadro internacional da guerra fria. A influência norte-americana trouxe como

conseqüência a abertura econômica às empresas multinacionais dos EUA e também a

ruptura de relações do Brasil com a URSS dentro do conceito de segurança do hemisfério

ocidental atlântico. Em seguida, foi decretada a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro

(1947).

No plano interno, o governo Dutra procurou reduzir a intervenção do Estado na economia,

enquanto fracassava no propósito de estabelecer uma política econômica baseada na saúde,

alimentação, transporte e energia: o famoso Plano Salte, que ficou sem aplicação. No

entanto, conseguiu ampliar a acumulação de capitais, adotando inclusive modelo agroexportador,

enquanto o país passou a importar equipamentos ferroviários, artigos de

plástico, automóvel e equipamentos de televisão, com a implantação das primeiras

emissoras em 1950.

O governo empreendeu uma "política de conciliação nacional", que se traduzia na divisão

de poderes entre os grupos oligárquicos e as forças consolidadas com a Revolução de 30, o

setor urbano industrial e também representantes das camadas sociais em ascensão. O

controle sobre as representações sindicais permaneceu, com mais de 180 intervenções

estatais no sindicato nesse período.

GETULIO: a preparação da volta

A Abertura ao capital estrangeiro limitava a ação do estado e dificultava o crescimento

industrial de setores da economia nacional. Setores da burguesia fabril, ideólogos do

nacionalismo de seguimentos das classes médias urbanas desejavam a volta de Getúlio. O

ex-ditador possuía também apoio popular, graças a sua imagem de "pai dos pobres". o retorno de Getúlio significava a retomada de um desenvolvimento sob o patrocínio do Estado com uma política de subsídios à expansão industrial com concessão de créditos e ainda com a redução de preços de matérias primas, a serem produzidas pelas empresas estatais. Essa convergência de interesses privilegiava Getúlio como o único dirigente capaz de realizar esse programa de desenvolvimento. Os defensores da industrialização nacionalista apegavam-se à ilusão de que o desenvolvimento levaria à emancipação, ao mesmo tempo e com igual resultado, o país e classe trabalhadora. A mobilização das massas - através de comícios, sindicatos e do PTB - tornou-se o principal instrumento de pressão dos populistas contra a oposição conservadora: os setores agro-exportadores, os importadores, as parcelas mais tradicionais da classe média, os representantes do capital estrangeiro e as facções (grupos) "mais retrógrados" (mais conservadores e contrários) das forças armadas. Além disso, Getúlio podia acionar um sólido controle das reivindicações das classes trabalhadoras através dos sindicatos sob controle estatal. Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Getúlio (PTB) venceu com 48,7% dos votos, Eduardo Gomes (UDN) conseguiu 29,7% e Cristiano Machado (PSD) 25,5%. Na Câmara Federal, o PSD reuniu 112 deputados, a UDN conseguiu 81, o PTB conquistou 51 e o PSP (Partido Social Progressista) - comandado por Ademar de Barros, com grande força política em São Paulo - obteve 24 deputados; os demais partidos ficaram com 36 deputados.

O NACIONALISMO VARGUISTA

Em janeiro de 1951, Vargas e Café Filho assumiram a presidência e a vice-presidência, já contando com o apoio do PSD. Embora esse partido tenha lançado Cristiano Machado para candidato a presidente, na prática o PSD trabalhou para Getúlio. A política de Vargas foi a de incentivar a industrialização. Assim, o nacionalismo econômico getulista, pregado na campanha presidencial, era o de reservar a exploração mineral e as indústrias de base (siderurgia, usinas hidrelétricas, construção de rodovias, eletrificação) ao capital privado de algumas empresas nacionais ou ao capital do Estado. Aliás, o Estado garantia o desenvolvimento de setores da economia quando a iniciativa privada não se interessava, quer porque os custos fossem elevados e, portanto, com lucros menores, quer porque o retorno do capital investido e sua lucratividade demorassem um tempo considerado grande demais para os setores privados. Esta política econômica deixava ao capital estrangeiro as indústrias de bens de consumo. Outra finalidade do nacionalismo varguista era reduzir a participação das empresas estrangeiras no comércio e nas atividades financeiras (como os bancos). É importante compreender a dupla contradição do nacionalismo de Getúlio. De um lado, buscava uma autonomia econômica através da expansão industrial, financiando setores fabris nacionais; ao mesmo tempo, tentava fazer essa política parecer de interesse de toda a população brasileira. De fato, atendia aos interesses das classes abastadas dos setores

industriais. Por outro lado, Vargas precisava dos capitais internacionais para implantar uma suposta independência econômica. Verifica-se, portanto, que o desenvolvimento do país estava condicionado aos empréstimos estrangeiros. Assim, os setores da burguesia brasileira mais identificados com o capital internacional, como a UDN, fizeram oposição às políticas nacionalizantes de Vargas. Em 1951, Getúlio enviou ao Congresso o projeto de criação da Petrobrás - empresa de capital misto, mas com a maioria das ações em poder do Estado, garantindo monopólio estatal para realizar a perfuração de poços de prospecção e o refino de petróleo.

Confusões e perigos do populismo

A oposição a Getúlio relacionava-se aos discursos da campanha, na qual chegou a dizer: Empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e, nesse sentido, farei tudo para conseguilo. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Mas, além disso, Getúlio prometia de forma populista que se for eleito a 3 de outubro, no ato de posse, o povo subirá comigo as escadas do Catete (palácio presidencial)... E comigo ficará no governo. Estas posições populistas aterrorizavam os grupos conservadores, pois a identificação da posição nacionalista com os postulados comunistas provinha do fato de que o PCB, através de seus porta-vozes "legais", vinha defendendo o desenvolvimento de um capitalismo nacional; estimulado pela idéia de que haveria um setor "burguês-nacionalista" interessado em competir com o capital monopolista estrangeiro.

Oposições conservadoras a Getúlio

Nos dois anos que se seguiram até a aprovação da Petrobrás (criada em 1953), a UDN e o capitalismo internacional promoveram intensa campanha contra a política de "emancipação nacional". O ano de 1953 ficou marcado pelo impasse sócio-político e econômico do getulismo. De um lado, as classes trabalhadoras reivindicavam melhores salários (afinal, desde 1951 o salário-mínimo não subia), mais empregos e exigiam o cumprimento das promessas varguistas do "povo subir as escadas do palácio e governar com ele". De outro lado, a ampliação do parque industrial e a infra-estrutura (siderurgia, eletrificação etc.) para garantir o crescimento fabril necessitavam de investimentos estrangeiros. Vargas expôs-se, então, aos ataques do capital internacional. A UDN, identificada com os interesses norte-americanos, criticava as "nacionalizações" do governo, defendendo o fim da intervenção estatal para beneficiar a indústria. Para a UDN, a indústria e a agricultura deveriam desenvolver-se livremente, de acordo com as forças do mercado (o que era uma forma de tentar manter vivo o "país agrário", além de valorizar o capital estrangeiro, atribuindo-lhe o papel de "suprir" as dificuldades "naturais" do país. Quanto à política externa, o partido, ao lado das correntes das Forças Armadas, era o maior defensor do alinhamento com o bloco "ocidental"; liderado na Guerra Fria pelos Estados

Unidos.

É fundamental compreender, entretanto, que Vargas tinha clareza a respeito das intenções da política imperialista norte-americana e não desejava de forma alguma romper com os Estados Unidos. Mas pretendia, como era do seu estilo, manter uma política de conciliação entre os setores mais conservadores, que não ofereciam resistência ao imperialismo, e os nacionalistas, que acreditavam numa suposta autonomia nacional, esquecendo-se do caráter internacional da economia capitalista.

1954: ano decisivo

O ano de 1954 foi marcado pela proposta do ministro do Trabalho, João Goulart, de conceder um aumento de 100% no salário mínimo. As reações das classes empresariais e dos setores conservadores se fizeram presentes através de inúmeros protestos nos jornais e manifestos das Forças Armadas contra as medidas do Ministério, resultando na demissão de Goulart e do ministro da Guerra.

Para os dois ministérios, Vargas nomeou homens mais conservadores, mas manteve sua política de nacionalização, enviando ao Congresso um projeto para a criação da Eletrobrás.

Desse modo, os ataques oposicionistas continuaram. Em abril do mesmo ano, a UDN e setores de direita das Forças Armadas formaram a Cruzada Democrática - união das forças mais reacionárias (aquelas que são contrárias a qualquer ação do progresso social) - para lutar pelo afastamento do presidente.

A UDN tentou no Congresso a aprovação do impedimento de Vargas no exercício da presidência. Vargas ainda dispunha de deputados do PSD, PTB e PSP que não apoiaram a medida da UDN e resolveu dar um "troco" à oposição. No dia 1º de maio de 1954, fez vários elogios ao ex-ministro João Goulart e concedeu 100% de aumento no salário mínimo.

Novos ataques surgiram e um incidente selou a administração varguista. Um dos mais fiéis colaboradores de Getúlio, o general Mendes de Moraes, ordenou ao guarda-costas do presidente, Gregório Fortunato, que preparasse um atentado ao jornalista Carlos Lacerda - o mais crítico oposicionista ao governo Vargas, aliado à UDN e ligado às Forças Armadas.

No dia 5 de agosto, na fracassada tentativa de assassinar Carlos Lacerda, saiu mortalmente ferido o major da Aeronáutica Rubens Vaz - membro de um grupo militar que escoltava Lacerda.

A repercussão do fato provocou manifestações, nas quais as Forças Armadas e os setores conservadores exigiam diariamente a renúncia do presidente.

Diante das pressões, Vargas reuniu o Ministério no dia 23 de agosto, para anunciar que concordava em tirar uma "licença" do cargo, mas não aceitava renunciar. As forças

oposicionistas e, em particular, o Exército não aceitaram a decisão presidencial e reafirmaram o desejo de renúncia de Vargas. Na manhã de 24 de agosto de 1954, após um encontro com o ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, que lhe comunicou a posição do Exército, Vargas foi para seus aposentos e suicidou-se com um tiro no coração.

Formaram-se protestos populares contra os oposicionistas, e os jornais anti-varguistas fecharam por alguns dias, além de sofrerem vários atentados. Líderes da oposição, como Carlos Lacerda, tiveram que se ausentar do país. Houve uma comoção total por parte da população brasileira.

No dia 25 de agosto, tomava posse o vice-presidente Café Filho, que reformulou o Ministério, colocando um ministro do Exército menos comprometido com os setores políticos, o general Henrique Teixeira Lott, que acima de tudo gozava de grande respeitabilidade em todos os setores militares. Diante das pressões, o governo de Café Filho facilitou a ascensão da UDN.

A tentativa de golpe

Com a aproximação de novas eleições, as forças getulistas do PSD e PTB uniram-se novamente e lançaram para candidato o ex-prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais: o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira. Realizadas as eleições, JK conquistou 36% dos votos.

A UDN não aceitou a derrota e tentou impugnar através do Congresso a posse dos eleitos, acusando de corrupção o pleito eleitoral. Fracassada nas suas tentativas perante o

Congresso para anular as eleições, a UDN e grupos das Forças Armadas organizaram um golpe de Estado. Evidenciava-se, dessa forma, que os conservadores, não possuindo adesão popular, utilizavam as forças militares para "salvar a democracia", ou seja, recorriam ao Exército, Marinha e Aeronáutica para conseguir o poder.

As articulações foram montadas: Café Filho tirou licença por motivo de doença, sendo substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. Do lado das forças militares, o coronel Bizarria Mamede era o encarregado de incitar as forças armadas.

Assim, no enterro do general Canrobert, pronunciou um discurso contra a posse de JK. O general Lott determinou a punição de Mamede, colocando-o preso. Mas os superiores do coronel recusaram-se a puni-lo. Lott exigiu que o presidente-interino Carlos Luz o apoiasse, deixando evidente sua posição: ou cumpriam-se suas ordens ou ele seria demissionário do cargo de ministro. Carlos Luz não aprovou a decisão de Lott, o que o obrigou a romper com o governo.

No entanto, na noite do dia 10 de novembro, Lott participou de uma reunião com chefes militares de confiança, os quais advertiram-no sobre as intenções do presidente Carlos Luz.

Na manhã do dia 11 de novembro de 1955, tropas e tanques militares ocuparam o Rio de Janeiro, provocando a fuga de Carlos Luz, Carlos Lacerda e outros líderes conservadores, que tentaram organizar uma resistência em São Paulo, mas as forças militares colocaram-se

a favor da lei, ou seja, garantiram a posse dos eleitos. O Congresso destituiu Carlos Luz, mas também impediu o retorno de Café Filho - que subitamente "curou-se" de sua

enfermidade, estando evidente seu apoio à tentativa de golpe. O Congresso nomeou então o senador Nereu Ramos para presidente até a posse de JK e de seu vice, João Goulart, em 1

de fevereiro de 1956.

1956-1961 - O governo JK

Esse episódio teve dois significados claros. primeiro, as Forças Armadas, na figura do general Lott, procuravam se guiar pela "lógica do aparelho militar", pois era mais importante assegurar a posição majoritária especificamente militar, garantindo-se com o auxílio do mito da "coesão das Forças Armadas"; procurando parecer mais solidário com o espírito de corps interno ao Exército, que com um partido de "paisanos". O segundo significado da tentativa de golpe pelas forças conservadoras foi o retorno da herança de Vargas. Sem dúvida, como afirmou o jurista Abelardo Jurema, Vargas comandava, do túmulo, os acontecimentos, tudo passou sob sua batuta imaterial (...). A vingança do morto se fazia sentir, dia a dia, mês a mês, até que Juscelino Kubitschek assume, levantando de novo, de fato e de direito, a bandeira PSD-PTB, sob a égide da imagem de Vargas. O suicídio de Getúlio (1954) adiou por dez anos o golpe das forças conservadoras. Por outro lado, essas mesmas forças perceberam que a organização de um golpe bem-sucedido precisava de elaborações mais eficientes contra o esquema populista. O governo JK pautou-se por um projeto de crescimento econômico baseado no setor industrial através do Plano de Metas, ou seja, o estabelecimento de 31 metas que, em resumo, buscariam através do desenvolvimento da energia, transporte, alimentação, educação e construção civil a expansão do parque industrial. Essa política de incentivo industrial foi chamada de Nacional-Desenvolvimentismo, pois o governo JK entendia por nacional o fato de o programa econômico ser coordenado pelo Estado, enquanto o desenvolvimentismo reconhecia a necessidade do investimento estrangeiro no Brasil. Dentro dessa estratégia, o Estado incumbiu-se de investir na criação de usinas hidrelétricas, na indústria de base, como siderúrgicas com maior capacidade produtiva, na construção de estradas e da nova capital do país - Brasília. Em suma, cabia ao Estado desenvolver a parte menos lucrativa e de maior emprego de capitais. Dessa forma, o governo JK concedeu à iniciativa privada e ao capital estrangeiros os setores econômicos de menores despesas e de lucratividade mais atraente: a expansão de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, tratores, produtos químicos etc.). Por outro lado, esse projeto nacional desenvolvimentista complicava a substituição das importações. Isso significava, após períodos de constantes ajustes (como a Era Vargas, o governo Dutra e o segundo governo Vargas), dar o passo definitivo para a internacionalização da economia. A essa perspectiva corresponde uma outra: não há dúvida de que a adoção dessa política corresponde também a outra determinação, externa, a da nova etapa de expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto dos países subdesenvolvidos, configurando a nova fase do imperialismo. "50 anos em 5" Esse desenvolvimento econômico implicou a permanência da associação do capital estrangeiro com o nacional. A política desenvolvimentista criava laços com os setores internacionais, através da importação:

de tecnologias para produtos farmacêuticos, automóveis, máquinas, produtos químicos etc.;

· de capital para o pagamento dessas tecnologias, dos empréstimos e juros.

Em contrapartida, o governo JK permitia, sem fiscalização, imensas remessas de lucros das

empresas estrangeiras no país, como forma "de tornar mais atraente o país para as outras nações", como chegou a declarar um dos colaboradores de JK.

As conseqüências se fizeram sentir já no governo JK, pois a criação de mercados barateou

o fornecimento de matérias-primas e impulsionou os investimentos do Estado. Expandindo

a economia com essa dinamização econômica, JK cumpria a promessa da campanha, ou

seja, promover o desenvolvimento do Brasil de "cinquenta anos em cinco".

O clima era de euforia, com um entusiasmo ilimitado pela nova capacidade produtiva do

país. Novamente, como em 1930, relacionava-se a emancipação do Brasil com o processo

de industrialização. Para consolidar a idéia de um bem geral para toda a sociedade, o

governo populista de JK construiu a nova capital do país, Brasília, tornando-a o símbolo da

prosperidade sem limites do nacional-desenvolvimentismo.

Na prática, Brasília representava a mudança estratégica do poder para uma região

desabitada. Assim, o deslocamento do poder era fundamental para os grupos dirigentes

escaparem do eixo São Paulo-Rio, pois essas regiões incomodavam os governantes, na

medida em que funcionavam como pressão dos grupos organizados das classes populares,

com suas reivindicações e manifestações.

Para o governo JK, Brasília significava o fim da polarização econômica do Centro-Sul

(São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), possibilitando que todas as regiões tivessem

agora o mesmo crescimento. Segundo os defensores de Brasília, a mudança da capital do

litoral (RJ) para o interior serviria para efetivar a harmonização econômica e política entre

as regiões.

No entanto, a prática desenvolvimentista de JK fazia exatamente o contrário: reforçava a

industrialização nas regiões tradicionalmente de produção fabril, notadamente São Paulo.

Além disso, baseados em padrões tecnológicos do capitalismo europeu e norte-americano,

os novos rumos industriais (automóveis, eletrodomésticos, têxteis, sintéticos etc.)

absorviam limitadamente a mão-de-obra disponível e acentuavam o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira. Seus

benefícios estendiam-se

à burguesia e às camadas médias de alta e média renda (engenheiros, analistas, técnicos

etc. Os únicos com acesso às novas maravilhas da indústria moderna.

Enquanto isso, as classes proletárias tiveram participação bastante inferior em relação às

classes médias. De 1955 a 1959, enquanto os lucros industriais aumentavam 76% e a

produtividade 35%, o salário mínimo elevava-se apenas 15%. Isto evidenciava o caráter

limitado do desenvolvimento econômico.

No final do governo JK, os problemas mostravam novos impasses na economia, com o

aumento da inflação, provocado pelas emissões de papel-moeda para financiar os

investimentos estatais e de créditos. Os organismos internacionais exigiram de Juscelino um controle inflacionário. No entanto, o presidente negou-se a fazer uma política de contenção financeira, pois isso implicaria a redução dos salários, a diminuição dos créditos estatais às importações de mercadorias essenciais, como, por exemplo, a gasolina. Do ponto de vista estratégico, Juscelino conseguiu fazer uma aliança com os setores militares, confirmando no cargo de ministro da Guerra o general Lott. Com isso, Juscelino garantiu importante estabilidade política, que tinha como preço a concessão de cargos administrativos a setores militares. Ao mesmo tempo, JK manipulava os cargos de menor peso estratégico, cedendo-os à classe política. Com esses expedientes, conseguiu manobrar o Congresso Nacional para a aprovação de seus projetos. Não foi por acaso que Juscelino lançou o general Lott como candidato a presidente. Explicitava-se, assim, a relação estreita entre JK e os setores militares.

O indeciso Jânio

Entretanto, nas eleições de 1960, Jânio da Silva Quadros, apoiado pela UDN, elegeu-se presidente com expressivos 5 636 623 votos. Concorrerá com o general Lott, candidato da aliança PSD- PTB-PSB, que obteve 32% (3 800 000) dos votos. João Goulart (PTB) foi reeleito para a vice-presidência com 4 500 000 votos (na época podia-se votar para presidente de um partido e vice-presidente de outro). Em parte, o sucesso eleitoral de Jânio devia-se ao seu estilo político: um populismo extremamente personalista e carismático que o ajudara a se eleger vereador, prefeito de São Paulo em 1953 e governador no ano seguinte. Ao contrário de Getúlio e Ademar de Barros, sua força não se baseava em esquemas partidários e sindicais ligados ao Estado. Ela resultava da combinação da insatisfação generalizada de massas trabalhadoras e camadas médias, cujo nível de consciência era ilimitado, com o estilo mobilizador moralista e "renovador" de Jânio Quadros.

Apesar do caráter populista, o governo Jânio foi marcado por uma economia conservadora. Afinal, herdara do governo anterior uma inflação de 25% ao ano e uma dívida externa alta para os padrões da época (1 bilhão e 365 milhões de dólares). No início, o governo janista organizou projetos de controle de créditos, medidas antiinflacionárias, congelamento dos salários, redução de emissões de papel-moeda, o que agradou ao FMI (Fundo Monetário Internacional), permitindo amplos empréstimos externos.

No entanto, já no mês de abril, Jânio mudou sua estratégia, diminuindo o controle rígido da economia, concedendo créditos mais fáceis e retomando uma inflação mais compatível com a política continuadora do desenvolvimentismo. O governo passava a seguir a orientação dos setores desenvolvimentistas. Essa política de oscilação não se limitou ao setor econômico. Na condução da política externa, o governo janista tentava uma independência em relação ao bloco imperialista dos EUA. Assim, não só defendeu o governo cubano de

Fidel Castro, como também condecorou, no Brasil, Ernesto Che Guevara, então ministro da Economia de Cuba.

Mas o apoio ao governo comunista cubano não se dava por simpatias ao regime; pelo contrário, Jânio sempre se posicionou publicamente como anticomunista fervoroso. O problema era o impasse nos rumos a serem seguidos, pois o país atravessava um período de crises: ou controlava o crescimento e a inflação como queriam os setores dos banqueiros internacionais, ou continuava o crescimento industrial. Assim, as oscilações janistas evidenciavam a falta de uma perspectiva política crescente.

Como se não bastassem essas hesitações, Jânio foi também gradativamente perdendo o apoio dos funcionários públicos, os quais se irritaram quando o governo decretou o aumento da jornada de trabalho. Diante das pressões, Jânio voltou atrás, porém perdeu o apoio dos setores desejosos da moralização estatal. Sua relação com os políticos também foi desastrosa, pois Jânio constantemente ameaçava promover investigações nos governos anteriores, além de denunciar a corrupção e o descontrole financeiro do período JK. Por essa razão, acusando o PSD de ser o que sempre foi, e ganhando portanto poderosos inimigos no Congresso, rapidamente isolou-se do poder.

Apesar de tudo, Jânio tentou uma última saída: renunciou, em 25 de agosto de 1961, à presidência da República, esperando que pelo menos algum setor da sociedade brasileira lhe desse apoio, pois:

- contava que os políticos, em especial os da UDN, lhe concedessem amplos poderes para governar;
- imaginava que os militares lhe fornecessem cobertura, porque as Forças Armadas consideravam "perigoso" Jango (como era conhecido João Goulart) na presidência;
- acreditava que as classes populares fizessem manifestações públicas, exigindo sua volta ao poder.

Mas nenhum dos três segmentos sociais se decidiu a sustentá-lo. Afinal, os impasses econômicos e políticos inviabilizaram o apoio dos dois primeiros, que imediatamente aceitaram sua renúncia. E as classes trabalhadoras, prejudicadas pelas medidas de controle econômico e instabilidades governamentais, não se manifestaram a seu favor. Jânio deixou o país à beira de uma guerra civil, pois aproveitara-se da ausência de João Goulart, que se encontrava em visita oficial à China comunista, para renunciar.

Jango: posse tumultuada

Os conservadores, rapidamente, se mobilizaram contra a posse de Jango. As correntes direitistas, como o jornal O Estado de S. Paulo, que se tornou um dos porta-vozes desses grupos, e setores militares tramavam para impedir que João Goulart assumisse a presidência, acusando-o de esquerdista e aliado dos comunistas. O Estado exigia em seus editoriais que o Congresso modificasse a emenda da Constituição que concedia ao vice-presidente o direito de suceder ao presidente.

Ao mesmo tempo, organizou-se uma resistência legalista, liderada pelo governador Leonel

Brizola com o apoio do general Machado Lopes, comandante do III Exército (RS).

Voluntários e rádios do RS, SC, PR, com adesão pouco a pouco do restante do país,

formaram a Rede da Legalidade, isto é, um movimento político nacional a favor do

cumprimento constitucional que garantia a posse do vice-presidente.

A solução da crise veio com a aprovação pelo Congresso do regime parlamentarista, com a

figura de um primeiro-ministro para dividir com o presidente o poder. O primeiro-ministro

seria o chefe de governo, com poderes para nomear ministros e organizar a administração

governamental. Ao presidente caberiam as funções de chefe de Estado e chefe das Forças

Armadas. Essa solução reduzia o poder presidencial.

A emenda do regime parlamentarista previa um plebiscito ao final do governo Goulart, ou

seja, uma consulta à sociedade para confirmar ou não o parlamentarismo. Porém, houve

oposição a esse regime: socialistas, comunistas e alguns liberais posicionaram-se contra a

emenda, mas foram vencidos.

João Goulart demorou para voltar ao país de sua viagem à China, pois aguardava que os

militares e as forças civis encontrassem uma solução institucional para os impasses

políticos. Estrategicamente, Goulart chegou ao Brasil a 5 de setembro, assumindo a

presidência a 7 de setembro, dia de comemoração da Independência.

Novo governo, velha crise

O governo Jango iniciou-se em meio a grave crise econômica e financeira. Três fatores

contribuíram para a crise. Primeiro, reduziu-se a capacidade de importação, o que

provocou a diminuição das importações de máquinas e equipamentos em consequência da

baixa produtividade agrícola, resultando na queda dos preços dos alimentos para as

exportações. Segundo, houve uma elevação dos empréstimos externos, subindo a dívida do

país. É claro que esse aspecto relacionava-se aos problemas originados da baixa

produtividade do país. O terceiro fator foi o aumento inflacionário que se acumulava desde

o final do governo JK.

Para combater essa crise, Jango optou por uma política nacionalista e reformista, isto é,

tentava aumentar os créditos às empresas nacionais e estatais para os setores básicos da

economia e permitia ao capital estrangeiro a participação em bens de consumo duráveis. A

administração Goulart estabeleceu um Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e

Social, elaborado sob a liderança de Celso Furtado, na qualidade de ministro Extraordinário

para Assuntos de Desenvolvimento Econômico (atual Ministério do Planejamento).

O Plano Trienal compreendia as Reformas de Base, entendidas como um projeto de

"capitalismo nacional". O governo defendia o controle da inflação para manter níveis altos

de taxa de crescimento. No entanto, a administração Jango advogava a necessidade de

empréstimos externos, mas com renegociação da dívida para aumentar os investimentos

internos. Para a realização dessa política, tornavam-se necessárias as Reformas de Base,

isto é, um conjunto de reformas sociais, políticas e econômicas capaz de modernizar o país.

Essas reformas incluíam a estrutura agrária, o processo eleitoral, o controle das remessas de

lucros das multinacionais e dos bancos estrangeiros, um sistema de impostos que permitisse

ao governo elevar seus recursos financeiros e investir na produção.

Mas contradições de peso inviabilizavam o projeto reformista do governo. A política de

estabilização econômica implicava a contenção salarial e não era popular; ao mesmo

tempo, a execução de reformas de base agitava a oposição conservadora sem que fosse

possível ao governo mobilizar as camadas populares a seu favor.

Outra contradição decorria dos erros políticos das forças nacionalistas e de esquerda. Para

elas, que integravam a coligação populista, o programa de reformas democráticas e

nacionalistas interessaria tanto aos trabalhadores quanto à burguesia "progressista": A

"luta antiimperialista" e contra o "latifúndio semifeudal" era vista como uma etapa

necessária do processo de transformações da sociedade brasileira, que se daria através de

uma "revolução democrático-burguesa" e de forma pacífica, comandada pela burguesia

nacional.

O parlamentarismo mostrava-se frágil diante dessa conjuntura crítica. De setembro de

1961 a janeiro de 1963, três primeiros-ministros se sucederam: Tancredo Neves (PSD),

Brochado da Rocha (PSD) e Hermes Lima (Partido Socialista Brasileiro).

O retorno ao presidencialismo

Diante do fracasso parlamentarista, realizou-se um plebiscito (6/01/63) para a escolha entre

presidencialismo e parlamentarismo. Num ambiente confuso e tenso, o presidencialismo

venceu com 74% dos votos apurados.

No entanto, a crise avançava. A inflação continuava a elevar-se, a dívida externa era

negociada e representava, em 1963, 43% das exportações; o número de greves aumentava

tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais. Por outro lado, os governos europeus e o

norte-americano concediam empréstimos aos governos estaduais de oposição a Goulart, o

que reforçava ainda mais a crise financeira e enfraquecia o governo central.

Jango também se desgastava com os partidos políticos, sendo combatido pela UDN e pelo

PSD. Sentindo-se enfraquecido pelas crises econômico-financeiras e tendo enorme

resistência no Congresso, o presidente voltava-se para os grupos reformistas mais radicais.

Abandonando o Plano Trienal, apostava nas Reformas de Base como solução para as crises.

Ao mesmo tempo, formavam-se correntes de apoio ao governo: PTB, PSB, dissidentes do

PSD e da UDN, UNE (União Nacional dos Estudantes), Confederação Geral dos

Trabalhadores e o Partido Comunista Brasileiro (mesmo na ilegalidade). Esses grupos

políticos faziam parte da Frente Parlamentar Nacionalista.

Do outro lado, setores empresariais organizavam-se contra o governo: surgia a Ação

Democrática Parlamentar, composta por UDN, PSD, IBAD (Instituto Brasileiro de Ação

Democrática, financiado pela Embaixada dos Estados Unidos) e o IPES (Instituto de

Pesquisas e Estudos Sociais), com o objetivo de organizar estratégias de luta do

empresariado contra o governo.

No início de 1964, as disputas pelo poder entre os setores mais conservadores e os mais progressistas (indivíduos com posições mais à esquerda, por exemplo, os defensores das reformas de base) acirravam-se. Nessa situação, o governo Goulart iniciou o processo de reforma agrária sem a decisão e aprovação do Congresso. Esta decisão estimulava as classes proprietárias e camadas médias (prejudicadas pela inflação e abaladas pelo temor da "comunização" do país) a organizarem manifestações contra o governo: a maior delas foi a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, da qual participaram 400 mil pessoas na cidade de São Paulo, mobilizadas pelos grupos conservadores da Igreja e do empresariado.

A eclosão do movimento da classe média conservadora vinha somar-se às conspirações tramadas por grupos de oficiais das Forças Armadas, conferindo-lhes apoio político e social. Um destes grupos conspiratórios era liderado, desde o início do governo

Goulart, pelo general Olímpio Mourão Filho. Outro, reunindo civis e militares, era liderado pelo almirante Sílvio Hech, enquanto um terceiro vinha sendo organizado, também desde a posse de Goulart, por um grupo de coronéis e generais - entre eles os coronéis "João Batista de Figueiredo, Costa Cavalcanti e os generais Ernesto Geisel e Bizarria Mamede", a maioria assinante do "Memorial dos Coronéis" de 1954.

Preparação para o golpe

Entretanto, diante das tentativas de militares favoráveis às reformas, organizadas pelo general Assis Brasil - ministro da Casa Militar - de elaborar um programa de apoio a Jango e diante das mobilizações do governo, como o comício de 13 de março em frente à

Estação Central do Brasil no Rio de Janeiro, os setores militares de oposição e com situação de comando dentro do Exército decidiram-se pela conspiração contra João Goulart. O golpe começou a ser articulado e, entre seus defensores, estava o general Castelo Branco, chefe do Estado-maior do Exército.

A radicalização levou o conflito social a interiorizar-se nas Forças Armadas. A Associação dos Marinheiros declarou-se em "assembléia permanente", o que significava a recusa em apresentar-se às unidades da Marinha. A situação era intolerável para os militares, ferindo o princípio básico da hierarquia militar e desgastando definitivamente o governo.

O "motim" dos marinheiros apressou o golpe militar. No dia 31 de março de 1964, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar em Juiz de Fora, reuniu as tropas de Minas e marchou em direção ao Rio de Janeiro (onde Goulart se encontrava) para pressionar o comandante do I Exército a aderir. O comandante do II Exército (São Paulo) aderiu ao general Olímpio. Além disso, os governadores Carlos Lacerda (RJ), Magalhães Pinto (MG) e Ademar de Barros (SP) deram completo apoio ao movimento armado.

Grupos nacionalistas e de esquerda não possuíam esquemas de resistência. Sua

reação, portanto, limitou-se a alguns focos isolados de correntes sindicais e estudantis.

Goulart, em 1 de abril, rumou para Brasília e seguiu à noite para Porto Alegre, recusando as propostas de revide ao movimento militar feitas por Leonel Brizola. Ainda no dia 1, com o presidente Constitucional João Goulart em território brasileiro, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou o cargo da presidência da República vago e nomeou Ranieri Mazzilli (presidente da Câmara Federal) como novo presidente do Brasil.

No dia 8 de abril, o alto comando da revolução (denominação militar para o golpe que afastou o Presidente legítimo, pois fora eleito pela população), formado pelo general Costa

e Silva, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Correia de Melo, decretava o Ato

Institucional nº 1 (poder excepcional usado de forma ilegal, pois não constava do termo constitucional), autorizando o Congresso a eleger novo presidente. Em 15 de abril de 1964,

o Alto Comando designou, com a aprovação do Congresso, o marechal Humberto de

Alencar Castelo Branco como novo presidente da República do Brasil.

Sob o regime da ditadura militar

A modernização conservadora

O golpe militar de 1964, iria começar uma fase do desenvolvimento que foi caracterizada

como "modernização conservadora". Um resumo das circunstâncias que levaram ao golpe

militar e ao novo modelo econômico e político é feito por Caio Navarro de Toledo: a crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores, pressionando o

Executivo a romper os limites do "pacto populista"; levou o conjunto das classes dominantes e setores das classes médias - apoiados e estimulados por agências

governamentais norte-americanas e empresas multinacionais - a condenar o governo

Goulart. A derrubada do governo contou com a participação decisiva das Forças Armadas,

as quais - a partir de meados de abril de 1964 - impuseram ao país uma nova ordem

político-institucional com características crescentemente militarizadas. As reformas

exigidas pelo capitalismo brasileiro seriam agora implementadas. Repudiando o

nacional-reformismo, as classes dominantes, através do Estado burguês militarizado,

optariam pela chamada "modernização conservadora"; excluindo assim as classes

trabalhadoras e populares da cena política e pondo fim à democracia populista.

A "modernização conservadora" consistia na realização de novos ajustes na economia que

permitted o desenvolvimento urbano-industrial e a concentração de renda, em benefício

das elites, através da livre empresa sem o intervencionismo do Estado.

Castelo Branco: o início da ditadura

Esse projeto correspondia ao modelo de um governo militar autoritário. Coube ao marechal

Castelo Branco realizar as primeiras reformas. De posse do Ato Institucional nº 1,

estabelecido pelo Comando Supremo da Revolução, que suspendia as garantias

constitucionais por sessenta dias, Castelo Branco cassou os direitos políticos de João

Goulart, Leonel Brizola, Celso Furtado, Miguel Arraes, Darci Ribeiro e também extinguiu a Frente Parlamentarista Nacionalista e as organizações que apoiavam as Reformas de Base: o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação) e as Ligas Camponesas. Enquanto isso, sindicatos e associações proletárias foram interditados, com nomeações de interventores do governo. Ao mesmo tempo, operários, camponeses e estudantes foram presos, perseguidos, exilados, sob a acusação de subversivos da ordem. Nessa mesma linha, os processos políticos passavam a ser julgados pela Justiça Militar. A cassação de JK, no último dia de vigência do AI-1, mostrava os contornos do regime, isto é, tratava-se de uma ordem institucional na qual as lideranças burguesas seriam afastadas do novo processo de organização do Estado. O governo do marechal Castelo Branco optou pelo fortalecimento do Executivo, bem como pela segurança do Estado. Para isso, criou-se o SNI (Serviço Nacional de Informações), encarregado de vigiar os inimigos do regime militar, localizá-los e prendê-los. Dentro dessa perspectiva, a política de segurança justificava o AI-1, a prorrogação do mandato de Castelo Branco (portanto, o cancelamento das eleições presidenciais de 1965) e uma verdadeira guerra aos oponentes do regime. Outro AI, o nº 2, seguiu-se após a derrota dos candidatos do governo às eleições para governador (os governistas perderam em cinco dos onze Estados brasileiros). Assim, em 27 de outubro de 1965, o AI-2 dissolvia os partidos políticos, criando o bipartidarismo: Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o partido oficial de oposição que, entretanto, teve problemas para se formar, pois o número de deputados e senadores era pequeno, quase inviabilizando sua implantação. O AI-2 concedia plenos poderes ao presidente: cassar mandatos, decretar estado de sítio sem prévia autorização do Congresso, autorizar fechamento do Poder Legislativo, intervir nos Estados e municípios. A justificativa para esses atos era "prevenir ou reprimir a subversão". Por trás dessas repressões estava a "jovem oficialidade", composta principalmente pelos coronéis de Exército, empenhados na "pureza dos princípios revolucionários", ou seja, na eliminação dos vestígios do governo anterior. A posição política desse grupo militar ficou conhecida como "linha dura", isto é, aqueles militares favoráveis à resolução dos problemas políticos pela truculência de ações repressivas. A força da "linha dura" foi testada várias vezes (quando ocorreram o AI-1, AI-2, SNI, fim dos partidos), mas, sem dúvida, a indicação do ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, para presidente marcava de forma decisiva a presença dessa corrente militar. O Congresso, no dia 3 de outubro de 1966, elegeu Costa e Silva, com a presença apenas de deputados e senadores arenistas, pois o MDB, mesmo sendo uma oposição consentida, não compareceu, justificando sua ausência por não "contestar uma farsa".

Constituição de 1967: a legalização do autoritarismo

Um incidente marcou o fim do governo Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967) de forma dramática. O presidente da Câmara não aceitou as últimas cassações de políticos feitas pelo marechal. Esse fato constituiu-se num desafio ao poder militar e, sob o comando do coronel Meira Matos, o Congresso foi fechado. Quando, em 1967, reabriu-se o Congresso, deputados e senadores tiveram que aprovar a nova Constituição, redigida por juristas do governo, que entrou em vigor com o novo presidente. A Constituição de 1967 (sexta do país e quinta da República) concedeu poderes excepcionais ao presidente. Além daqueles concedidos pelos Atos Institucionais, o Executivo tinha exclusividade para propor projetos de lei sobre segurança e orçamentos governamentais. A redução da autonomia dos Estados se consolidava na medida em que os governadores eram eleitos indiretamente, ou seja, o presidente indicava o governador e as Assembléias Legislativas, dominadas pela Arena, aprovavam a indicação. Assim também, em muitos municípios considerados "áreas de segurança nacional", os prefeitos eram nomeados através de um acordo entre o presidente e os governadores. Evidenciavam-se, portanto, o enfraquecimento da Federação e a conseqüente centralização política nas mãos do presidente da República. Nessa Carta Constitucional também se incluíram a Lei de Imprensa (os meios de comunicação estavam sujeitos a processo com julgamento na Justiça Militar sobre qualquer notícia considerada pelos golpistas como "atentado à subversão da ordem") e a Lei de Segurança Nacional (enquadramento na Justiça Militar dos opositores ao regime).

Costa e Silva: a oposição cresce

O governo Costa e Silva (15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969) contou com reações da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Políticos cassados e marginalizados do poder formaram a Frente Ampla (1967) – organização extraparlamentar, composta por Carlos Lacerda, João Goulart, Juscelino Kubitschek, líderes estudantis e operários contra a ditadura. O programa, de caráter eminentemente político, incluía anistia geral, Constituição democrática e eleições diretas para todos os níveis. Embora a Frente Ampla tenha fracassado, de qualquer forma representava o descontentamento com o regime pelo conjunto da sociedade brasileira. As manifestações cresceram em 1968. Mesmo com a forte repressão, os estudantes realizavam passeatas de protesto contra a ditadura. Entretanto, num desses movimentos, o estudante Edson Luís morreu em choque com a polícia. Em vez de se intimidarem, os estudantes conseguiram organizar, no Rio, a Passeata dos Cem Mil, que se tornou a maior manifestação pública de oposição ao governo militar. Outros movimentos de oposição ocorreram em todo o país. Enquanto a política econômica reduzia os salários, a população brasileira organizava atos de repúdio à administração da ditadura, como as greves operárias de Osasco (São Paulo), Contagem (Minas Gerais) e a oposição parlamentar no Congresso. As promessas de democracia do governo Costa e Silva não se concretizaram. Pelo

contrário, o regime mostrou, no episódio de cassação do deputado Márcio Moreira

Alves, a sua tendência ao endurecimento. Pressionado pela "linha dura", diante das manifestações públicas e das insubordinações dos políticos, Costa e Silva, no dia 13 de dezembro de 1968, depois de fechar o Congresso, editou o AI-5: esse novo ato conferia as mesmas atribuições ao presidente já feitas pelo AI-2, mas acrescentava as de confiscar bens em caso de "enriquecimento ilícito" e de não conceder o direito de hábeas corpus aos indivíduos enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Segundo os ideólogos do Regime, era necessário um novo "surto revolucionário"; pois o cenário político estava conturbado por causa da oposição sistemática (...). As cassações ceifaram mandatos e direitos políticos até de líderes civis articuladores do movimento vitorioso quatro anos antes, como Carlos Lacerda.

É importante observar, entretanto, que a consolidação da ditadura contava com o apoio dos setores empresariais (agrícola e industrial), dos EUA, das multinacionais e dos banqueiros internacionais.

Médici: coerção para a economia crescer

Um acidente afastou Costa e Silva. Vítima de uma trombose cerebral, o "presidente" afastou-se do poder, que foi ocupado por uma junta governamental, composta pelos três ministros militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), sob a chefia do general Lyra

Tavares. O vice-presidente, Pedro Aleixo, político civil, não pôde assumir o cargo, pois os militares não permitiram. A junta editou uma emenda constitucional, incorporando ao texto da Constituição o AI-5, e incluiu outros artigos que determinavam o fim das imunidades parlamentares e instituíam a prisão perpétua e a pena de morte. Por fim, a junta determinou

as eleições para o novo presidente, indicando o nome do general Emílio Garrastazu Médici

- outro militar da chamada "linha dura".

Médici (30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974) assumiu a presidência diante de contínuas manifestações de oposição à ditadura. A resposta foi a extrema repressão a qualquer movimento de contestação à ordem militar, quer de forma radical, quer de modo liberal ou moderado.

Diante dessa situação, surgiram vários grupos oposicionistas que partiram para a luta armada contra a ditadura. A guerrilha urbana foi deflagrada por grupos como a VAR-

Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária), comandada pelo ex-capitão do Exército,

Carlos Lamarca; a ALN (Aliança Libertadora Nacional), liderada por Carlos Marighella, ex-membro do PCB; o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro – em homenagem ao dia da morte de Che Guevara na Bolívia) e, no início da década de

70, o PC do B (Partido Comunista do Brasil, de orientação chinesa) organizou uma guerrilha rural na região do Araguaia, no sul do Pará.

Seguia-se uma onda de seqüestros, assaltos a bancos e execuções políticas realizados pelos

grupos guerrilheiros em resposta ao endurecimento da ditadura. Em contraposição, os

setores militares empreenderam uma violenta ação repressiva. Assim, qualquer movimento

oposicionista passava a ser identificado como "comunista", "terrorista", "subversivo" e

recebia tratamento duro: com prisões, torturas, mortes indiscriminadas. Como desdobramento dessas ações, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) realizava prisões e até sofisticava métodos de tortura, além de realizar pesquisas sobre formas mais adequadas e eficientes de se obter a confissão de presos políticos.

Ainda em 1969, os setores repressivos mataram Carlos Marighella (em circunstâncias desconhecidas), ao mesmo tempo em que o governo implantava o decreto lei 477, através do qual proibiu estudantes, professores e funcionários, principalmente das Universidades, de realizarem qualquer manifestação política.

Essas ações coercitivas eram justificadas como garantia para a defesa do Estado e da estabilidade econômica. Foi desse período o desenvolvimento do "milagre econômico", uma estratégia de expansão industrial, beneficiando a elevação dos lucros das elites e classes médias altas, enquanto o poder aquisitivo das classes trabalhadoras, em geral, se reduzia.

Médici: "milagre econômico" e repressão

O clima de "euforia desenvolvimentista" valeu-se até do ingrediente do futebol - paixão

nacional - com a conquista pela seleção brasileira do título mundial em 1970.

Para capitalizar esse êxito a seu favor, o governo lançou uma campanha publicitária ufanista:

"Ninguém segura este país". O êxito na luta contra a guerrilha contribuiu para o outro slogan, revelador da profunda intolerância reinante no país: "Brasil, ame-o ou deixe-o".

Outra característica do governo Médici foi a inauguração de estradas com o mesmo efeito

do "milagre econômico": rápido e de importância duvidosa. Estão nesse caso a ponte Rio-

Niterói e a Transamazônica. Em resumo, o governo do quarto general-presidente marcou

pela expressão e pela doutrina de segurança nacional. Esses dois traços vinculavam-se à

outra doutrina: a do desenvolvimento a qualquer custo. No entanto, o "milagre econômico"

mostrava, nos fins de 1973, sinais de abalo em alguns setores industriais, provocando

um aumento da inflação. Então, o ministro da Fazenda, Delfim Neto, alterou os dados para

que a taxa inflacionária se aproximasse dos 12%, que o governo havia previamente

estabelecido. Assim, conseguia-se o "desenvolvimento a qualquer custo", ou seja,

manipulavam-se os dados inflacionários para legitimar o modelo econômico em

decadência. Médici indicou o general Ernesto Geisel para sucedê-lo na presidência, comunicando sua

decisão ao Colégio Eleitoral. Esse colégio compunha-se de 127 deputados indicados pelas

Assembléias Legislativas, 310 deputados federais e 66 senadores. Assim, Geisel foi eleito

por 400 votos, contra seu concorrente, Ulysses Guimarães, que obteve 76 votos.

Geisel: governo centralizador

O período Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979) encontrou esgotado o

modelo do "milagre econômico": início de uma nova crise do sistema capitalista expresso

na crise do petróleo. Essa conjuntura mostrava os limites de um modelo econômico calcado

numa fonte de energia esgotável como o petróleo. Por seu estilo autoritário e personalista,

Geisel centralizou todas as decisões governamentais em suas mãos.

Diante das dificuldades econômicas, tornaram-se freqüentes as insatisfações das classes

trabalhadoras, manifestas nas eleições legislativas (Câmara Federal e Senado) de 1974, com

a obtenção pelo MDB de vitórias significativas, principalmente nos grandes centros

urbanos. A reação dos militares de "linha dura" voltou-se contra o início de uma tímida

abertura política, como ocorreu nas eleições e na gradativa retirada da censura prévia aos

jornais, revistas, rádios, televisão que vinham sendo controlados desde a implantação do

AI-5 (dezembro de 1968).

Em 1975, o descontentamento da oficialidade mais radical manifestou-se através das

prisões em massa realizadas pelo comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila de

Mello, que arbitrariamente prendeu professores, intelectuais, jornalistas, engenheiros,

médicos e operários, submetendo-os a torturas nos porões do DOI-CODI (organismo de

espionagem dos setores militares).

A tortura nos interrogatórios acabou por matar o jornalista Wladimir Herzog. O crime foi

justificado pelo comandante do II Exército como "suicídio". Esse episódio, somado a outra

morte, a do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do DOI- CODI, também

classificado como "suicídio", exigiu do general Geisel uma postura enérgica, resultando na

exoneração do general Ednardo.

Essa atitude de Geisel demonstrou o controle sobre as situações políticas e sobre as tropas.

O governo, no entanto, investia também sobre as oposições. A cassação do mandato do

deputado Lysâneas Maciel e o decreto da Lei Falcão – que proibia a propaganda eleitoral

no rádio e na televisão, para evitar uma derrota da Arena - foram duas demonstrações dos

limites da abertura política, prevista por seus planejadores para ser "lenta, gradual e

segura".

A "lentidão" significava que o controle e as regras do jogo político eram dados pela

centralização governamental. Mas os descontentamentos populares faziam crescer as

greves, as manifestações de amplos setores das classes proletárias, especialmente dos

metalúrgicos. Por sua vez, o MDB, estimulado pelas vitórias de 1974, passava a representar

as insatisfações gerais da população brasileira. Diante dos crescentes protestos, Geisel

colocava sempre como condição do processo de redemocratização do país a vitória a

qualquer custo da Arena, partido governista.

O fechamento do Congresso

Sentindo-se ameaçado com a recusa pelo MDB da reforma do judiciário, proposta pelo

governo, Geisel fechou o Congresso Nacional e lançou o Pacote de Abril de 1977. Esse

pacote serviu para legitimar não só a reforma judiciária, mas também para estabelecer as

seguintes medidas:

· as eleições para governador continuariam indiretas ;

· 1/3 do Senado seria eleito por escolha indireta, ou seja, o presidente indicava o nome dos

senadores sem passar por eleições, expediente que assegurava ao governo ter homens de

sua inteira confiança (esses senadores indiretos receberam o nome de "biônicos");

· alteração nas regras eleitorais, com limitação do número de deputados por Estado, o que

diminuía a representatividade dos grandes Estados, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de

Janeiro e Rio Grande do Sul, ou seja, os maiores opositores ao regime. Aumentava-se,

portanto, a importância dos Estados menores, onde a Arena possuía maiores possibilidades

de vitórias eleitorais;

· o mandato do próximo presidente passava de cinco para seis anos.

Dessa forma, a ditadura mostrava-se intransigente e disposta a perpetuar-se no poder.

Seguiram-se protestos contra o pacote em todo o país. As oposições propunham uma

Assembléia Constituinte precedida de uma anistia política ampla, geral e irrestrita. Papel

importante, nesse momento (1977), teve a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), na

gestão do jurista Raimundo Faoro, por suas atuações contundentes.

Figueiredo: candidato oficial

No entanto, dentro do poder iniciava-se, no segundo semestre de 1977, a luta pela sucessão

presidencial. Os militares da "linha dura" propunham o nome do general Sílvio Frota

(ministro da Guerra), enquanto setores governistas indicavam o chefe do SNI general João

Figueiredo. Após intensa luta nos bastidores do poder, Frota foi afastado do Ministério.

Figueiredo tornou-se o candidato oficial, anunciado publicamente em 78.

Nesses anos também ocorreram eleições para deputados e senadores. Privilegiada pelo

Pacote de Abril, a Arena elegeu o maior número de congressistas - embora a soma dos

votos dos deputados e senadores opositoristas fosse muitas vezes superior à dos arenistas.

Geisel, no entanto, antes de deixar o poder, assinou um decreto abolindo o AI-5 a partir de

1º de janeiro de 1979. A 15 de março do mesmo ano, Figueiredo tomava posse da

presidência.

A administração Figueiredo responsabilizou-se pelas tentativas de transição democrática

entre um regime de ditadura e um de liberdade democrática calcada em leis e na

participação popular. Diante dos primeiros sinais democráticos, os grupos conservadores

mais radicais começaram com ações terroristas contra a efetivação da abertura política.

Em 1980 iniciaram-se as ações de violência dos grupos de direita, com incêndios em

bancas de jornais de Minas Gerais e São Paulo, com o propósito de aterrorizar os

proprietários para que estes não vendessem em suas bancas publicações indicadas como

"subversivas" (o jornal Movimento foi o mais visado pelos direitistas). Em julho, na visita

do papa João Paulo II ao Brasil, o jurista Dalmo Dallari (opositor ao regime militar) (foi

seqüestrado e agredido por homens desconhecidos, a fim de impedir seu discurso ao papa.

No segundo semestre de 1980, houve atentados a bomba no Rio de Janeiro: primeiro, na

OAB (em sua sede do Conselho Federal), o que provocou a morte de uma funcionária e,

segundo, na Câmara Municipal (na sala de um vereador peemedebista), mutilando um funcionário.

No dia 30 de abril de 1981, no Rio de Janeiro, em um show comemorativo ao Dia do

Trabalhador, ocorreu a explosão de uma bomba no colo de um sargento do Exército,

provocando sua morte imediata e ferindo gravemente um capitão que dirigia um carro de

"chapa fria". Tudo indicava que ambos estavam no Rio Centro (local do show) para ações

terroristas.

O desdobramento político do atentado foi o pedido de demissão do general Golbery do

Couto e Silva do Ministério da Casa Civil. Sua saída deveu-se à não punição dos

responsáveis envolvidos no atentado. Esse militar era o principal articulador da abertura

política, que prosseguiu com seu substituto no ministério, Leitão de Abreu.

As interpretações, na época, indicavam que esses atentados eram praticados por força

policial - militares responsáveis pelas torturas, prisões e assassinatos de prisioneiros

políticos, que temiam os possíveis revanchismos criados pela perspectiva de uma

redemocratização do país.

Mas a abertura prosseguiu. O governo Figueiredo concedeu anistia (1979) parcial ; e

restabeleceu o pluripartidarismo (1980). Em ambos os casos, o governo tentava dividir as

forças oposicionistas. Contentava-se com a permanência de um partido majoritário aliado

ao governo e com a fragmentação das oposições.

Renascimento dos partidos políticos

Mas esse recurso - a pulverização das oposições em muitos partidos - era uma clara

manifestação da perda de poder político da ditadura. Das imposições autoritárias passava-se

a uma manobra ardilosa, mas sujeita aos movimentos criados pelo conjunto da sociedade. E

vários setores começaram a organizar-se, iniciando-se um período de intensa negociação

política.

Nesse contexto, surgiram o PP (Partido Popular, que mais tarde se fundiu com o PMDB); o

PTB (sob o comando de Ivete Vargas); o PDT (liderado por Leonel Brizola) e o PT. Este

último, o Partido dos Trabalhadores, nasceu da organização dos sindicatos metalúrgicos do

ABC paulista e constituiu-se na maior novidade política do país, tendo como líder Luís

Inácio Lula da Silva. Os limites da reforma partidária ficaram evidentes com a proibição de

legalização dos partidos comunistas.

As eleições de 1982 consolidaram os partidos em todo o país. A partir de 1983, articulouse

um movimento para a adoção de eleições diretas para presidente. O movimento só

conquistou a adesão popular em 1984, ano de escolha do sucessor de Figueiredo.

Popularizado com o nome de "Diretas Já", o movimento provocou as maiores concentrações populares já registradas na história do país. Seus maiores

êxitos foram as

manifestações de 10 de abril, na Candelária no Rio, e de 16 de abril, no Anhangabaú em

São Paulo (com mais de um milhão de pessoas em cada).

Essas manifestações revelaram o enorme descontentamento popular com o regime

implantado em 64.

No entanto, a emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB-MS), que restabelecia

as eleições diretas, foi rejeitada em 25 de abril de 1984, pois o PDS (cujo presidente na

época era José Sarney) articulou-se de forma coesa, impedindo a vitória da emenda.

A partir desse momento, o PMDB lançou Tancredo Neves como candidato oposicionista

para concorrer ao cargo presidencial pelo Colégio Eleitoral. Como candidato do regime, o

deputado Paulo Salim Maluf foi escolhido pela Convenção Arena sem, no entanto, contar

com a aprovação de Figueiredo e seu governo.

Como Maluf não era candidato de consenso do PDS, em julho de 1984 os dissidentes do

partido governista formaram a Frente Liberal, com disposição de apoiar a candidatura de

Tancredo Neves. Do acordo entre o PMDB e a Frente Liberal, nasceu a Aliança

Democrática, que passava a defender a candidatura de Tancredo para presidente e de José

Sarney para vice (Sarney rompeu com o PDS após a confirmação de Maluf como candidato

oficial).

Tancredo contava com amplo apoio dos setores empresariais, classe média e alguns setores

da classe proletária. Numa clara manobra para viabilizar a eleição oposicionista, a mesa do

Senado decidiu que o voto de cada membro seria dado de pé e em voz alta. Assim,

Tancredo elegeu-se, no dia 15 de janeiro de 1985, com 480 votos, contra 180 dados a Maluf

e 26 abstenções.

Mas as articulações para essa aliança sofreram um duro golpe. Com um tumor nos

intestinos, Tancredo Neves foi internado no dia 14 de março, véspera da posse, no Hospital

de Base de Brasília. Transferido para São Paulo, sofreu uma série de cirurgias, vindo a

falecer no dia 21 de abril, vítima de septicemia.

Nova República, Velha Ordem

A Nova República, denominação dada por Tancredo, caiu ironicamente nas mãos de José

Sarney, um dos articuladores, no Maranhão, do golpe de 64 e ex-presidente do PDS. De

qualquer forma, o PMDB tomaria posse do governo no Planalto Central, já que era o

partido situacionista em SP, MG, PR, GO, ES e outros desde 1982. Por outro lado, em

novembro de 1985, seriam realizadas eleições para prefeito das capitais, estâncias

hidrominerais, municípios até então de segurança nacional e municípios recém-criados. Era

o primeiro grande teste do PMDB. Os resultados mostraram que a população brasileira não

aprojava a administração peemedebista de forma unânime - embora o PMDB tenha

vencido em grande parte das capitais.

Diante das constantes elevações da inflação e da necessidade de recuperar seu prestígio, a

cúpula do PMDB planejou medidas econômicas de impacto. Assim, em 28 de fevereiro de

1986, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anunciou um plano de estabilização

econômica para eliminar a inflação, Todos preços congelados, juros baixos e facilidades

creditícias; o cruzeiro foi substituído por uma nova moeda, o cruzado, e se instituiu o

gatilho salarial, pelo qual os salários seriam reajustados sempre que a inflação chegasse a

20%.

Com a adesão em massa da sociedade brasileira, o Plano Cruzado obteve resultados favoráveis a ponto de garantir ao PMDB, nas eleições de novembro de 86, a vitória em 22 dos 23 Estados brasileiros, obtendo também a maioria dos deputados e senadores para a Assembléia Nacional Constituinte, convocada pelo novo governo. No entanto, a inviabilidade do Plano Cruzado foi constatada no início de janeiro e, em abril, com o fracasso do Cruzado II - um pacote de medidas impopulares, anunciado um dia após as eleições de novembro -, Funaro se demitiu. Em julho, o novo ministro, o da Fazenda, Luís Carlos Bresser Pereira, lançou o Plano Bresser, que desvalorizou a moeda em 10,5%, congelou preços por noventa dias e substituiu o gatilho salarial pela URP (Unidade de Referência de Preços), que estabelecia reajustes mensais nos salários. Esse plano sobreviveu apenas alguns meses e, no final de 1987 - com a inflação em 365,9% e sem chegar a bom termo na negociação da dívida externa -, foi a vez de Bresser pedir demissão.

Na área da Constituinte, as manobras internas e os lobbies (grupos organizados por representantes dos vários setores econômicos da sociedade) dos empresários mais poderosos formaram o Centrão, isto é, uma congregação política conservadora com elementos de vários partidos. Essa articulação mostrou que o PMDB não fora capaz de aliar os interesses políticos às pretensões pessoais de seus representantes. Assim, o Centrão neutralizou as tentativas de conquista para as camadas populares de grupos de esquerda na Assembléia. Em outubro de 1988, após um ano e oito meses de atividades, a Assembléia Constituinte deu por concluído o texto da nova Carta Constitucional, que, submetida ao Congresso, foi aprovada por 474 votos a favor, 15 contra e 6 abstenções. Enquanto a Constituição era promulgada, a inflação corria solta, atingindo, no final de 1988, 933%. Em janeiro de 1989, com Mailson da Nóbrega no Ministério da Fazenda, Sarney decretou o Plano Verão, que criava outra moeda - o cruzado novo, valendo mil cruzados -, congelava preços e salários por noventa dias e extinguiu a OTN.

Mas, ignorando as prometidas demissões no inchado serviço público e gastando descontroladamente, o próprio governo acabou derrotando seu plano. Praticamente acéfalo, envolvido em grave crise, que exigia soluções urgentes, o país caminhou para as eleições presidenciais de novembro. Dos 22 candidatos, passaram para o segundo turno Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. No dia 17 de dezembro, somando 35 milhões de votos (contra 31 milhões de Lula), Collor foi eleito o 36º presidente do Brasil.

OS SINDICATOS E O CONFLITO SOCIAL

As lutas sociais de 1930 a 1937

À manipulação do conflito social

A Revolução de 1930 consolidava uma nova ordem política e estrutura social instauradas pelas reformas promovidas pela nova elite política que tomou o poder e controlou o Estado. A hegemonia da classe burguesa, mercantil e industrial era incontestável, embora alguns

movimentos tenham ameaçado, em parte, essa nova ordem social. A classe média, com contornos muito fluidos, alcançava notável expressão cultural e ideológica nos primeiros anos da Revolução. A nascente classe operária, organizada em partidos e sindicatos, teve uma atuação vigorosa, mas pouco a pouco foi enquadrada ou reprimida em suas lutas, sobretudo a partir do advento do Estado Novo, com a ofensiva ideológica do populismo e do paternalismo autoritário de Getúlio.

Apesar dessas manipulações, a questão social impunha-se e não podia mais ser tratada como "caso de polícia". Embora o Estado não reconhecesse a legitimidade das reivindicações de classe como expressão de necessidades divergentes de segmentos sociais, houve um nítido crescimento do espaço reivindicatório e organizacional das categorias mais oprimidas.

Ainda assim, o recurso da repressão policial e da violência prevalecia no tratamento das questões sociais. A efervescência dos movimentos populares, as expressões de luta e protesto dos segmentos médios e até mesmo a resposta do Estado a esse conjunto de reivindicações deixavam a estrutura de classes e seus interesses divergentes claros dentro do modelo político e social inaugurado pela Revolução de 1930.

Esses movimentos de protesto tornavam a provisoriamente do pacto revolucionário visível e definiam, pouco a pouco, o governo getulista como expressão de interesses da burguesia.

Esquerda, direita e o golpe de 37

Depois da vitória sobre o movimento Constitucionalista de 1932 em São Paulo, o governo reforçou sua estrutura de poder e promulgou a Constituição de 1934.

Para as esquerdas e, em particular, para o Partido Comunista (bem organizado e com maior consistência ideológica), a Constituição veio assegurar o direito de expressão, organização e atuação. A adesão do ex-capitão Luís Carlos Prestes deu ao partido um prestígio e uma repercussão ainda maiores. Como resposta ao adiamento pelo governo das prometidas reformas sociais, formou-se, ainda nos primeiros anos do regime getulista, uma frente de oposição congregando os "tenentes" insatisfeitos, socialistas, comunistas e anarquistas.

Essa frente recebeu o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL). A direita também se organizou, formando a Ação Integralista Brasileira (AIB), composta por setores da classe média, representantes do clero tradicionalista católico, facções do Exército e, claro, por militantes do integralismo. O integralismo era a versão cabocla do fascismo, cuja principal palavra de ordem era o anticomunismo intransigente.

À semelhança do fascismo, criava grupos paramilitares de ação. De certo modo, o governo manipulava o conflito entre essas forças antagônicas, mas recebeu o apoio dos integralistas ao golpe de 1937.

Identidade política do Estado Novo-1939-1945

O atrelamento sindical

A partir do golpe de 37 e da instituição do Estado Novo, o governo Vargas assumiu uma identidade política bem definida. Em termos ideológicos, abandonou os traços liberais dos

primeiros anos "revolucionários", aproximando-se de um nacionalismo radical e de uma estrutura de Estado totalitário, calcado nos moldes fascistas. Passou a apoiar-se numa facção da burguesia industrial e comercial, nos quadros burocráticos vindos de camadas médias e no aparelho policial-repressor. A esses componentes, agregava um paternalismo autoritário nas suas relações com o operariado.

A Constituição de 37 consagrava o perfil centralizador e fascizante do Estado Novo. Na parte trabalhista, essa Constituição incorporava princípios da Constituição fascista italiana, proibindo greves, manifestações e passeatas, além de atrelar os sindicatos operários ao Estado.

Firmou-se também uma estrutura de Estado centralizador, reduzindo drasticamente a autonomia dos Estados. Ao mesmo tempo, eram criados mecanismos de repressão e controle ideológico das forças sociais pelo recurso da propaganda (DIP), da censura, da polícia política e de uma organizada estratégia populista.

O perfil político de Vargas

A trajetória pessoal e política de Vargas não pode se reduzir a uma análise simplista baseada nos conceitos de "bem" e de "mal". Do ponto de vista histórico-social, organizou um governo que permitiu a expressão dos interesses de uma nascente burguesia industrial, acomodando-a aos privilégios das oligarquias tradicionais e dando ao Estado o papel de árbitro dos conflitos sociais. Sua relativa independência do capitalismo internacional baseava-se na promoção de uma concepção nacionalista e estatizante capaz de promover o acordo entre os diferentes interesses das classes dirigentes. À construção de um

Estado planejador, fiscalizador e repressor, acrescentou um componente paternalista no trato com as classes proletárias, expresso na legislação trabalhista.

Dentro de seus princípios estratégicos de controle social, o Estado Novo voltou-se para a criação de leis trabalhistas que regessem as relações capital-trabalho. Em 1943, Vargas, através do Ministério do Trabalho, criava a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Esse conjunto de leis constituiu-se na expressão máxima do legado varguista como "protetor dos trabalhadores" e "pai dos pobres". Entre seus mais importantes tópicos destacam-se: a criação da previdência social, do direito à aposentadoria e da assistência médica; a instituição do salário mínimo atado pelo Ministério do Trabalho; a instituição da jornada diária de oito horas; o direito a férias e a descansos semanais remunerados.

O processo de organização do proletariado

Em 1946, com o fim do Estado Novo (1937-1945), que manteve sob rígido controle as manifestações das classes trabalhadoras, abria-se um período favorável ao desenvolvimento das lutas e organizações populares.

No entanto, essas manifestações logo revelaram a inconsistência da fachada democrática do governo Dutra. Desfechou-se então uma perseguição sistemática ao PCB e às lideranças dos trabalhadores. A Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e (CGTB) foi fechada, com várias prisões e destruição da sede. Tratava-se de dismantlar uma

organização que tinha caráter autônomo em relação ao Estado. Por essa razão, o Ministério

do Trabalho instituiu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI, para

exercer um controle efetivo sobre as organizações sindicais.

Cerca de quatrocentos sindicatos sofreram intervenção do Estado durante o período Dutra

(1946-1950). Em 1952, no governo Vargas, quatrocentos mil grevistas se manifestaram e o

movimento da Passeata da Panela Vazia reuniu, em São Paulo e no Rio, perto de

quinhentas mil pessoas. Em 1953, ocorreu a Greve dos 300 mil, em São Paulo. Iniciada nos

setores têxteis, espalhou-se entre gráficos, metalúrgicos, marceneiros, vidreiros e durou 21

dias. No governo JK, em 1957, também aconteceu uma greve geral, realizada em São

Paulo, paralisando quatrocentos mil trabalhadores por dez dias em outubro.

Por outro lado,

a organização dos trabalhadores rurais também crescia. As Ligas Camponesas (associações

de camponeses e trabalhadores rurais) foram criadas na década de 50 e, lideradas pelo

deputado Francisco Julião, estimularam as reivindicações rurais.

Desde 1953, o movimento sindical tentava unir as lutas das categorias sob um comando

único. No entanto, foi no ano de 1962 que as classes operárias criaram o Comando Geral

dos Trabalhadores (CGT), conseguindo agrupar 386 sindicatos e consolidando a unidade da

luta sindical.

As organizações sindicais na década de 60 conseguiram ampliar o alcance de sua luta

política. Exemplo disso foi a atuação dos sindicatos na luta pela posse de Goulart, com a

realização da Greve pela Legalidade (agosto de 1961). Em 1963, nova greve geral em São

Paulo mobilizou setecentos mil trabalhadores, que conquistaram aumentos salariais.

Com o golpe de 64, deflagrou-se uma perseguição em massa, afastando e eliminando as

lideranças sindicais. A repressão que se estabeleceu com a ditadura militar interrompeu o

processo de democratização das lutas populares, com intervenção em todos os sindicatos

urbanos e o fechamento de 90% dos sindicatos rurais. O golpe final veio com a decretação

do AI-1, impedindo todas as manifestações operárias nas ruas e nas fábricas.

Reativação dos movimentos populares e dos sindicatos

De 1968 a 1972, os movimentos populares retraíram-se em função do esquema de

violência repressiva imposto pelo regime com prisões, torturas e assassinatos de seus

opositores. Foi nesse período que surgiu a luta armada desfechada pelo terrorismo.

Mas a luta popular renasceria em outras bases. Em 1972, moradores da zona sul de

São Paulo realizaram assembléias para reivindicar melhores condições de transporte. Três

anos depois, estavam organizados os movimentos comunitários nos bairros e na periferia de

São Paulo, com apoio de setores da Igreja católica. Renovava-se o caráter das manifestações das classes trabalhadoras.

Essas lutas tiveram como resultado a criação, em 1975, do Movimento do Custo de Vida

(MCV), em São Paulo. Já em 1978, o MCV conseguiu organizar uma lista com um milhão

e trezentas mil assinaturas, na qual exigia das autoridades governamentais medidas para

reduzir o custo de vida.

Abria-se caminho para a reorganização dos movimentos operários a partir de 1979.

Em maio desse ano, 113 mil operários fizeram a primeira greve dos metalúrgicos do ABC, cuja reivindicação principal era a reposição de 78% no salário. Numa das greves foi assassinado o operário Santo Dias da Silva. Foi desse contexto que surgiram as novas lideranças do movimento operário, destacando-se Luís Inácio Lula da Silva. A resposta do sistema foi a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com a ocupação pela polícia militar do estádio em que se realizava uma assembléia da categoria. A repressão não sufocou esses movimentos e, graças à coesão da classe trabalhadora, novos protestos se seguiram no Rio, Belo Horizonte, Salvador Porto Alegre etc.

O movimento operário

O ano de 1980 foi o grande marco dos movimentos reivindicatórios. No ABC os operários paulistas conseguiram se manter em greve 41 dias, apoiados pelo maior movimento de solidariedade já realizado na História do Brasil. A campanha de solidariedade reuniu políticos, Igreja católica, associações civis como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa). A greve catalisou o descontentamento de amplos setores da sociedade brasileira diante da política econômica da ditadura. A manifestação do dia 1º de Maio de 1980 mobilizou cem mil trabalhadores numa evidente prova de resistência e desafio ao regime militar.

Em 1981, os setores mais organizados do operariado brasileiro realizaram a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Compareceram cerca de cinco mil líderes sindicais. Os resultados mais importantes dessa reunião foram a condenação da política econômica e a decisão de fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Liderada por militantes do PT (Partido dos Trabalhadores), a CUT surgiu em 1982. Uma dissidência formada por militantes do PCB e PC do B deu origem, em 1983, à CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores).

A modernização social do campo

O processo de modernização do campo iniciou-se com o governo Vargas (1930-45) e estendeu-se ao governo JK (1956-60). O desenvolvimento da economia nacional tornava-se incompatível com o atraso das relações de produção no campo. Ainda na década de 60, mais de 50% da população brasileira residia no campo, vivendo isolada da economia de mercado, ou seja, sobrevivia às custas de subsistência: plantando para comer. A partir do golpe de 64, a ditadura militar empreendeu uma série de reformas, visando à gradativa integração das populações rurais ao processo produtivo capitalista. Assim, o regime militar combateu os bolsões obsoletos, procurando atrair para o mundo moderno setores selecionados da agricultura. (..) A arma mais poderosa do arsenal de "estímulos" foi a enorme ampliação do crédito rural: capital para modernizar o campo, financiar as colheitas e a sua comercialização, assim como benefícios capazes de aumentar o rendimento das culturas. Além disso, foi concedida a isenção de impostos, que barateou a compra de fertilizantes e equipamentos mecânicos, como tratores, por exemplo.

No entanto, essa política não atacou a questão-chave dos problemas agrários: a

organização latifundiária de propriedade da terra. Assim, até mesmo na década de 80 permaneceram as formas mais atrasadas de produção. A primeira consequência do processo de modernização do campo foi a adoção do trabalho assalariado, que atingiu cerca de 70% da população ativa. Uma segunda consequência foi a queda do número de pequenas propriedades, o que abrangeu mais de seiscentos mil camponeses. Uma terceira foi a redução do número de arrendatários, ou seja, de indivíduos que cultivavam os campos de propriedade de terceiros, mas que, em vez de dividir a produção, alugavam a terra.

Uma conclusão parece impor-se: a maioria dos pequenos agricultores tornou-se assalariada. No entanto, a instalação de um regime assalariado no campo não trouxe elevação do nível de vida para o trabalhador rural, configurando apenas um modo de organização mais eficiente desse setor produtivo.

Classe burguesa e classe média

Da urbanização à industrialização e à expansão da estrutura de serviços no Brasil contemporâneo, o processo de modernização abriu para as camadas médias oportunidades de mobilidade e ascensão social. No entanto, o quadro já restrito desse processo em relação à totalidade da sociedade brasileira - caracterizada por violentas desigualdades sociais expressas no modelo de concentração da renda - vem sofrendo uma redução ainda mais drástica com a quase estagnação da economia e com o fechamento gradativo do mercado. A perda de poder aquisitivo motivada pela inflação e pela contenção dos salários completa dramaticamente o quadro atual.

Para termos uma visão das classes sociais no Brasil de 1930 a 1988, torna-se necessário verificar os traços de continuidade e de mudanças dentro da estrutura das classes burguesas. Numa perspectiva ampla, o bloco dirigente em nossa sociedade continua formado por capitalistas e grandes empresários rurais, como no final do século XIX,

porém com três grandes diferenças:

- a) o pólo dominante se tornou a burguesia;
- b) a fração hegemônica da burguesia é integrada por altos financistas e grupos industriais poderosos;
- c) os grandes proprietários de terras são latifundiários aburguesados.

Um dos principais setores da composição diferenciada da classe burguesa é o formado pelos "pequenos empresários". Para se ter uma idéia de sua importância, basta verificarmos

que em 1980, no setor de comércio, as pequenas empresas capitalistas representavam 90% dos estabelecimentos e 86% do valor de vendas.

Em relação às classes médias, cabe aqui a observação de Raymond Aron, ao defini-las

como uma espécie de quarto de despejo, para onde vão as pessoas que não pertencem nem ao campesinato, nem ao proletariado, nem às elites. Esse universo fluido comporta muitas vezes significativas diferenças de renda. No entanto, a recessão econômica dos anos 80 está condenando a sociedade brasileira como um todo e, em particular, as camadas médias a um

processo acelerado de proletarização.

DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA À CULTURA DE MASSA

A riqueza cultural da década de 30

Modernismo, regionalismo e samba

O período inaugurado pela Revolução de 30 foi marcado por transformações na economia, na política e na estrutura social. De um lado, o sentido geral dessas transformações correspondia ao espírito do Movimento Modernista de 1922; de outro, iria repercutir em um novo movimento literário: o regionalismo.

A consciência modernista aliava a necessidade de pesquisa de novos meios formais de

comunicação a uma nítida preocupação com o conhecimento da realidade brasileira. A

década de 30 aprofundou e deu novos traços à questão de uma cultura brasileira dotada de

força anímica e capaz de reflexão crítica.

Por sua vez, o advento do rádio promoveu a popularização do samba, que desceu

definitivamente do morro para a cidade. Além do rádio, outro meio de comunicação de

massa passou por uma decisiva transformação: surgiu o cinema falado. Os dois veículos

participavam do caráter internacionalizador da cultura de massa. O rádio divulgava as

músicas francesas e norte-americanas, mas tinha em contraposição o samba. Já o cinema

trazia a divulgação do american way of life e popularizava também expressões estrangeiras.

Essas características foram registradas com ironia no samba Não tem tradução, de Noel

Rosa, em versos como: O cinema falado é o grande culpado da transformação (...) E esse

negócio de "alô, boy, alô ohny" só pode ser conversa de telefone.

No entanto, todo esse complexo fenômeno cultural restringia-se às cidades. O campo, o

interior do país, permanecia afastado e vinculado às suas tradições culturais e folclóricas.

Toda essa realidade foi tratada criticamente pelo regionalismo literário.

Da criação literária à reflexão sobre o Brasil

Em 1930, Carlos Drummond de Andrade publicou seu primeiro livro, Alguma poesia, que

se integrava à visão modernista, mas trazia uma nota pessoal de invenção e de registro

irônico. A ficção regionalista começou a se fixar como tendência predominante, revelando

autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado e Érico Veríssimo.

Estava iniciada a "era do romance brasileiro". Em 1930 surgiu O quinze, de Raquel de

Queirós; em 1931, O país do carnaval, de Jorge Amado; em 1932, Menino de engenho, de

José Lins do Rego; em 1933, Caetés, de Graciliano Ramos.

De modo geral, duas vertentes marcaram a ficção regionalista: uma, de teor crítico, e outra,

de traços mais pitorescos, apegada ao exotismo. O caráter de realismo crítico fixado na

realidade social brasileira assinalou a direção tomada pelos melhores representantes do

regionalismo. Essa perspectiva crítica assumiu um teor burlesco no romance Serafim Ponte

Grande (1933), do modernista Oswald de Andrade.

Com a publicação de Casa grande e senzala, de Gilberto Freyre (1933), iniciou-se todo um

processo de reflexão sobre a formação cultural brasileira e suas características econômico-

sociais. Desse modo, o ensaio de Freyre converteu-se numa espécie de marco da produção

ensaística brasileira. Com uma perspectiva marxista, o ensaio de Caio Prado Jr., Evolução

política do Brasil (1933), desencadeou também um rico diálogo de análise e de confrontos

de perspectivas críticas. Em 1935, Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, trouxe

novos elementos para o conhecimento crítico da realidade brasileira.

Essa importante produção intelectual era, por assim dizer, a contrapartida crítica à

manipulação nacionalista exercida pelo governo Vargas. Na verdade, o rádio forneceu ao

getulismo o grande instrumento de convencimento popular. A partir de 1938, em pleno

Estado Novo, Getúlio Vargas criou o programa A hora do Brasil, e o DIP (Departamento de

Imprensa e Propaganda) incumbiu-se fazer prevalecer a doutrinação e a propaganda oficial.

Nesse mesmo ano, surgiu a União Nacional dos Estudantes (UNE), que desempenharia um

papel de crítica e de formação de militantes no período posterior ao Estado Novo. Para

fechar o balanço cultural da década de 30 é fundamental registrar as tentativas de criação de

uma produção cinematográfica nacional. Nesse sentido, destaca-se a obra de Humberto

Mauro; Ganga bruta(1932/33), Favela de meus amores (1935) e o documentário O

descobrimento do Brasil (1936).

Os anos 40 - o "americanismo" e o Brasil: a chegada do Zé Carioca

Os conturbados anos 40 foram o palco da II Guerra Mundial e de suas conseqüências. A

principal delas foi a divisão do mundo em dois grandes blocos econômicos e ideológicos:

EUA e URSS, iniciando o período que se convencionou chamar de guerra fria. Uma série

de expurgos e de sectarismos ideológicos marcou esse período, e o Brasil não fugiu à regra.

Alinhado com os EUA, dos quais historicamente sempre esteve mais ou menos

dependente, o Brasil, através da política econômica, conheceu também a dependência

cultural. O interesse dos Estados Unidos em manter sua influência ideológica diante do

avanço da URSS e do socialismo foi um fator determinante nesse processo.

O intercâmbio cultural – estimulado pelo governo através do cinema e da música - que teve

na carreira internacional de Carmem Miranda sua melhor expressão, aumentou ainda mais a

americanização dos costumes e modos de vida dos brasileiros. Em 1941, por exemplo, Walt

Disney, que se tornara o porta-voz da política externa americana, batizada de "boa

vizinhança" escolheu a música Aquarela do Brasil, de Ari Barroso, para trilha sonora do

filme Salud, amigos (Alô amigo!), que acabou sendo um filme promocional da política

norte-americana na América Latina. A criação do personagem de Disney – Zé Carioca -

representando o Brasil, tornou-se um dos maiores estereótipos de nossa cultura no exterior.

O rádio continuou expandindo seu alcance comercial e seu poder ideológico. Destacavam-se

a Rádio Nacional, encampada pelo governo em 1940, a Rádio Tupi de São Paulo; a

Rádio Record (SP) e a Rádio Nacional (RJ), que passaram a transmitir, a partir de 1941,

um dos maiores fenômenos de audiência do rádio: o Repórter Esso.

Também em 1941, foi fundada a Companhia Cinematográfica Atlântida, responsável pela

popularização do cinema e pela criação de um gênero popular de produção

cinematográfica: as chanchadas, mistura de comédia e de musical, que a partir de Moleque

Tião, lançado em 1943, apresentaram uma dupla célebre do cinema brasileiro: Grande

Otelo e Oscarito.

O reino das chanchadas

Os anos 40 assinalaram também a consagração de um grande autor teatral brasileiro, com

uma temática crítica e irônica voltada para a classe média urbana: Nelson Rodrigues. Em

1943, estréia no Rio a peça “Vestido de Noiva”, em 44, “Álbun de Família” e, em 46,

“Anjo Negro”.

Na ficção, destacam-se as obras de Clarice Lispector, cujo primeiro romance - Perto do

coração selvagem – foi publicado em 1943, seguido pelo lançamento, em 1946, de O lustre.

Nesses romances, afirmava-se uma literatura de teor introspectivo. Na poesia, o ano de

1942 trouxe a revelação de João Cabral de Melo Neto com Pedra de sono, seguido por O

engenheiro (1945).

Bibi Ferreira (filha do consagrado ator Procópio Ferreira), Paulo Autran, Ângela Maria,

Vicente Celestino e Gilda de Abreu eram os ídolos do teatro e do rádio. O sociólogo Josué

de Castro publicou em 1946 seu livro mais famoso, Geografia da fome, e Victor Nunes

Leal criticou o sistema oligárquico da República Velha com o livro Coronelismo,

enxada e voto, publicado em 1949. Nesse ano, fundou-se em São Paulo a Companhia

Cinematográfica Vera Cruz, concorrente da Atlântida, já consagrada pelo enorme sucesso

de suas produções.

Para a inauguração do Maracanã – o maior estádio do mundo - o Brasil, sede da Copa de

50, promoveu uma festa que acabou em comoção nacional com sua derrota para o Uruguai

(2x 1), na partida final.

As novelas de rádio, o futebol, os programas de notícias radiofônicos e os programas de

auditório alcançaram e interessaram todo o território nacional. O teatro chegou a seu

período de esplendor, com forte penetração na classe média. Mas tudo isso pouco

significava perto do acontecimento de 18 de setembro de 1950: foi ao ar, pela primeira vez

na América Latina, uma emissora de televisão. Era a PRF 3 TV Tupi, em São Paulo;

começava, lentamente, uma nova fase cultural.

A explosão cultural dos anos 50

Nacionalismo cultural

O segundo governo da terceira República foi ocupado por Vargas (1950-1954), que

retornou ao poder pelo voto. Durante esse período, seu governo caracterizou-se por uma

organização nacionalista da economia, evidenciada com a criação da Companhia

Siderúrgica Nacional e da Petrobrás. Esse nacionalismo econômico, que continuou

sob o governo de Juscelino como nacional-desenvolvimentismo, revitalizou as

preocupações com a questão da cultura brasileira, sobretudo na produção teatral e no

cinema.

Nesse sentido, dois diretores anteciparam o que veio a se chamar de Cinema Novo. Em

1953, Lima Barreto filmou O cangaceiro e conquistou uma premiação no Festival

Internacional de Cannes no mesmo ano. Filiando-se ao neo-realismo italiano, Nelson

Pereira dos Santos dirigiu, em 1955, Rio, 40 graus e voltou a exercer sua visão

crítica da realidade em 1957, com Rio, Zona Norte. Ainda, no mundo do cinema, um atordiretor

alcançou enorme êxito popular: Mazzaropi, que cunhou o tipo do caipira paulista

ingênuo e trapalhão em Sai da frente (1952).

Duas outras emissoras de televisão entraram no ar: a TV Rio e a TV Record. Em 1956, a

população brasileira assistiu à primeira partida de futebol pela televisão: o jogo entre Brasil

e Itália, no mês de janeiro. A televisão suplantava pouco a pouco o domínio do rádio, um

fenômeno que se concretizara com sua implantação a nível nacional.

A literatura consagrou um escritor mineiro: Guimarães Rosa, com a publicação de Grande

sertão: veredas e Corpo de baile, ambos em 1956. Sua estréia na literatura completava

exatamente uma década, pois seu primeiro livro, Sagarana, é de 1946. O Brasil passou

também a discutir o anúncio da construção da nova capital por Juscelino: Brasília. O

populista Jânio Quadros, governador de São Paulo, alcançava as manchetes com a

proibição de execução de rock'n roll em bailes. Na área do esporte, Maria Ester Bueno

tornou-se campeã de tênis em Wimbledon, enquanto Pelé estreava na seleção brasileira.

1958: Brasil campeão

E, por fim, em 1958 o Brasil tornou-se campeão mundial de futebol, vencendo a Suécia na

final por 5 x 2. Pelé, Garrincha, Didi e Vavá tornaram-se ídolos nacionais. Ainda em 1958,

entrou em funcionamento a TV Cultura - Canal 2, de São Paulo. Enquanto no Rio e em São

Paulo um novo jeito de tocar violão e de cantar, cujos representantes maiores eram João

Gilberto, Nara Leão, Tom Jobim, Roberto Menescal e outros da chamada Bossa Nova, dava

destaque para a suavidade, o intimismo, a voz como um instrumento, as notas baixas e

dissonantes. Esse "som" brasileiro correria o mundo; anos mais tarde, João Gilberto estaria

no Carnegie Hall de Nova York, onde se radicaria definitivamente consagrando-se como

um dos mais respeitáveis músicos brasileiros, no exterior, ao lado de Tom Jobim.

A chanchada chegava ao fim, com a progressiva influência da tevê, simbolizada no

fechamento e na falência das grandes companhias cinematográficas. Mas o teatro se

revigorava com novos autores e temas sociais, como a peça “Eles não usam black-tie”, de

Gianfrancesco Guarnieri, no Teatro de Arena, em São Paulo, ainda em 1958. Em 1959,

Celso Furtado publicou o clássico Formação econômica do Brasil e Antônio Cândido

lançou seu famoso ensaio Formação da literatura brasileira. As ciências humanas e sociais

alcançavam espaço e distinção nas universidades, destacando-se entre estas a produção da

USP. A formação cultural da década chegou ao fim com a montagem da peça O pagador de

promessas, do jovem autor Dias Gomes, e com a publicação de Laços de família, de Clarice

Lispector, além da monumental História Geral da civilização brasileira, organizada por

Sérgio Buarque de Holanda.

As diversidades econômicas, políticas e ideológicas da sociedade brasileira refletiam-se na arte e nas expressões mais significativas dessa sociedade: a cultura, com uma riqueza e efervescência ímpares em sua história.

Os loucos anos 60

Novos talentos

Os anos 60 foram ricos em crises e contradições no mundo todo e igualmente no Brasil.

Era a maturidade da primeira geração do pós-guerra e ela não deixou de marcar época e fazer história. Foram anos de rupturas políticas, sociais, morais e ideológicas. O Brasil começou a década saudando a nova capital - Brasília - e nas eleições presidenciais escolheu Jânio Quadros e sua "vassoura" para presidente com a maior votação da história do país.

Enquanto Jânio renunciava e toda uma crise política levava João Goulart ao último governo constitucional da década, Éder Jofre sagrou-se campeão mundial dos pesos galo;

em 1962, o Brasil tornou-se bicampeão mundial de futebol no Chile e profundas

contradições econômicas levavam a inúmeras greves, paralisações e passeatas, em todos os

setores sociais. A maior destas foi a luta pela reforma agrária. Só ao Congresso

Camponês de 1961, realizado em Belo Horizonte, compareceram 1600 delegados, lançando

a campanha nacional pela reforma agrária. Em Recife, no ano seguinte, as manifestações

pela reforma agrária foram reprimidas por tropas do Exército.

A UNE assumiu dimensão nacional com a criação do CPC (Centro Popular de Cultura);

em 1963, o educador Paulo Freire alcançou notoriedade nacional com seu "método" de

alfabetização e conscientização de adultos, em Pernambuco e em todo o Nordeste. O

cinema Anselmo Duarte O pagador de promessas. Em 1963, Nelson Pereira dos Santos

filmou Vidas secas, baseado no clássico de Graciliano Ramos, e Glauber Rocha afirmou

seu talento com Deus e o diabo na terra do sol (1964). Com o golpe de 64, surgiu a

necessidade de "resistência cultural". O prédio da UNE foi incendiado no Rio; seguiram-se

prisões de líderes políticos, estudantes, anistas e intelectuais. O reacionarismo e

tradicionalismo, além do patrulhamento ideológico, da censura e dos mecanismos de

coação tomaram conta do cenário cultural do país. No governo de Castelo Branco realizou-se

em São Paulo uma campanha de "moralização" nas escolas: estudantes foram obrigados

a cortar o cabelo, usar calças de boca estreita, e também proibidos de exibir cores berrantes

ou "roupas exóticas". Em 1965, a censura proibiu inúmeras peças teatrais e filmes. Mesmo

assim, foram lançados os filmes A falecida, de Leon Hirszman, e Opinião pública, de

Arnaldo Jabor.

As transformações culturais e morais que o movimento hippie, os Beatles, o rock

desencadeavam na sociedade internacional entraram no Brasil filtradas pela ditadura

militar. Mesmo assim, a música popular nos anos 60 foi importante fator de resistência ao

regime repressivo e apelo à liberdade de expressão. Os festivais foram o palco privilegiado

dessa resistência. Em abril de 1965, a TV Excelsior de São Paulo promoveu o I Festival de

Música Popular Brasileira, que deu a vitória à música Arrastão, de Edu Lobo e Vinícius de

Morais. Em setembro do mesmo ano, entra no ar a TV Jovem Guarda, um programa

comandado por Roberto Carlos e Erasmo Carlos, vinculado ao rock. Ao mesmo tempo, a

Universidade de Brasília foi invadida e quinze de seus professores, presos. Os Atos

Institucionais extinguiram os partidos políticos, criando o sistema bipartidário: ARENA

(governo) e MDB (oposição).

Em 1966, no Festival de Música Popular da TV Record saíram vencedoras as composições

A Banda de Chico Buarque de Holanda, e Disparada de Geraldo Vandré e Theo Azevedo.

No ano seguinte, explodiram as primeiras investidas armadas contra o regime: oito

guerrilheiros do MR-8 foram presos em Caparaó, MG. O festival de MPB desse ano teve

como vencedor Edu Lobo com a música Ponteio. Nesse mesmo ano, a CNBB (Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou um manifesto denunciando a prisão de padres e

freiras que tinham participação social de oposição ao governo. Ainda em 1967, o governo

criou a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e o MOBREAL (Movimento Brasileiro de

Alfabetização) e a UNE realizou seu 29º Congresso na clandestinidade, e várias facções de

esquerda optaram pela ação terrorista e pela guerrilha para enfrentar a ditadura.

68: o auge dos festivais

Em 1968, a tensão entre as forças de oposição e o governo chegou ao máximo.

Organizações paramilitares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas

(CCC), depredaram o teatro onde se apresentava a peça Roda Viva, de Chico Buarque de

Holanda, ferindo vários atores e participantes. Os atentados se multiplicaram. Ainda em

68, realizou-se no Rio o III Festival Internacional da Canção, no qual o público se

identificou com a composição de Geraldo Vandré, Para não dizer que não falei das flores,

que considerada subversiva, levou seu autor à prisão, e foi proibida de ser executada.

Uma crise entre o Congresso e o governo emergiu com a cassação do deputado Márcio

Moreira Alves. A resposta foi o AI-5, o fechamento do Congresso e a concessão de poderes

de exceção ao presidente. Desencadeou-se, então, violenta repressão do governo,

estabelecendo censura prévia a órgãos de imprensa, livros e obras de arte além da

perseguição e prisão de líderes estudantis, intelectuais e todos os opositores ao regime. Por

outro lado, a explosão do movimento tropicalista, com Caetano Veloso e Gilberto Gil,

provocava reações indignadas tanto em setores da direita quanto da esquerda.

A Operação Bandeirantes (OBAN) - montada pelo governo - foi responsável por inúmeras

prisões, torturas e desaparecimentos. Em contrapartida, grupos guerrilheiros seqüestraram o

embaixador norte-americano Charles Elbrick, exigindo para soltá-lo a libertação de presos

políticos. Foram mortos os líderes guerrilheiros Virgílio e Carlos Marighella. No topo desse

confronto, foi eleito presidente o general Garrastazu Médici, inaugurando a década de 70.

década de 70: da repressão à abertura

Tortura e TV em cores

Enquanto o Brasil conquistava o Tricampeonato Mundial de Futebol no México, embalado pela marchinha Pra frente Brasil; e os brasileiros acompanhavam pela TV a maestria da "seleção canarinho"; vibrando com Pelé, Jairzinho, Tostão, Gerson, acontecia muita coisa nos porões do DOI-CODI. Aos atentados terroristas de esquerda o Estado respondia com tortura, morte, desaparecimento. Anunciaram-se a Transamazônica e mais tarde a Itaipu. O ministro Delfim Neto proclamava: "milagre brasileiro": Em 1971, depois de torturado e morto pelas Forças Armadas, desaparece o deputado Rubens Paiva.

Enquanto isso, o Brasil via, em cores, as primeiras emissões coloridas da América Latina, a propaganda do governo e seu lema: "Brasil, ame-o ou deixe-o". O ministro Jarbas

Passarinho reagiu às denúncias, encampadas por organismos internacionais, de tortura no

Brasil: Afirmar que a tortura, no Brasil, é praticada como sistema de governo é uma infâmia.

Em 1972, a Rede Globo lançou a primeira novela em cores no Brasil - O Bem-Amado

- criada por Dias Gomes e estrelada por Paulo Gracindo. As novelas da televisão, ou

telenovelas, passavam a ter cada vez maior repercussão e audiência. Em 1972, a população

brasileira chegou aos cem milhões de habitantes. A televisão adquiriu a condição de

moderadora de opiniões e comportamentos, quer pela padronização das informações quer

pela propaganda e excitação ao consumismo.

O cinema recompôs-se com a organização do I Festival de Gramado (RS), onde o filme

Toda nudez será castigada, de Arnaldo Jabor, sagrou-se o grande vencedor. Em 1977,

Raquel de Queirós tornou-se a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras.

Com a "abertura" do governo Geisel, retornaram ao Brasil alguns líderes políticos e

artistas exilados no exterior. Ainda nesse ano, um manifesto de 1046 intelectuais exigia que

o governo extinguisse a censura no país. Na mobilização contra a censura, ganhou

destaque uma campanha pela liberação da peça Rasga Coração, de Oduvaldo Viana Filho,

proibida desde 1974 e liberada em 1978.

Os anos 80

Redemocratização, sindicalismo, Igreja

As lutas pela redemocratização do país ganham força no início dos anos 80. As grandes

redes de televisão tentavam reeditar os famosos festivais dos anos 60, sem o sucesso

esperado, mas revelando alguns talentos. O processo de redemocratização do país era

saudado pelos intelectuais, pela imprensa e pela Igreja, respaldada por amplos setores da

sociedade. O sindicalismo dos últimos dois anos da década anterior tornara-se importante

movimento de conscientização e repolitização da sociedade. Os círculos reacionários,

organizados em grupos e facções paramilitares, descontentes com o processo de "abertura",

promoveram inúmeros atentados, entre os quais se contam uma bomba colocada na sede da

OAB (que matou uma pessoa) e o episódio Rio Centro, em que uma bomba explodiu em

um carro onde se encontravam oficiais do Exército, à paisana, com o intuito de sabotar a

celebração do 1º de Maio. Os inúmeros conflitos de terra, mediados pela Igreja, multiplicaram-se pelo

país. O papa João Paulo II visitou o Brasil, encontrando-se com os operários em São Paulo. Dois padres

franceses foram presos por envolvimento em conflitos de terra no Araguaia. As cidades históricas de Ouro Preto e Olinda, bem como Brasília, a capital do

país, foram consideradas "patrimônio cultural da humanidade" pela UNESCO. O Brasil iniciou

pesquisas na Antártida e lançou seus primeiros satélites de comunicações - O Brasilsat I e

II.

Os filmes O Homem que virou suco, de João Batista de Andrade, e Pixote, de Hector

Babenco, foram premiados internacionalmente. Depois de uma crise com a Embrafilme e

outra com a censura, o filme de Roberto Farias Pra frente Brasil conseguiu ser exibido,

recebendo o prêmio no Festival de Cinema de Berlim. Nelson Pereira dos Santos filmou

Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos, estrelado por Carlos Vereza, que recebeu um

prêmio no Festival Internacional de Cinema da Índia por seu desempenho. O beijo da

mulher aranha, produção brasileira dirigida por Hector Babenco, levou o Brasil até

Hollywood e Eu sei que vou te amar, de Arnaldo Jabor, deu à Fernanda Torres o prêmio de

melhor atriz no Festival de Cannes. Por ocasião da votação de uma emenda proposta pelo deputado Dante de

Oliveira (PMDB) para eleições diretas como forma e condução da sucessão presidencial, no

final do governo Figueiredo, explodiu uma das maiores manifestações populares da História do

país, consagrada como "DIRETAS JÁ". O comício da Candelária, no Rio, reuniu 1 milhão de

peças. Era o fim da ditadura militar. Depois que a morte afastou Tancredo Neves da presidência, a Nova

República começava com José Sarney. A proibição do filme, Je vous salue, Marie, de Jean-Luc Godard, e

Teledum, em 1987, demonstrava a vigência, ainda que restrita, de mecanismos de censura

de obras artísticas.

O diálogo cultura-sociedade

1930: reflexão sobre as contradições.

A década de 30 continuou e aprofundou a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira

inaugurada pelo Modernismo. A sociedade que surgia via-se presa entre as contradições da

ordem política internacional e as próprias contradições do embate interno entre as classes sociais divergentes e

antagônicas. Essas intensas contradições, ao lado da emergência de um combate ideológico em

todo o mundo, foram aspectos decisivos para o impulso que orientou a cultura brasileira. O

rádio, o cinema e a televisão, embora desenvolvam contornos e peculiaridades ligados às

nossas especificações, quase sempre foram os meios de padronização veiculação e

sustentação das

expressões culturais dominantes, sob forte influência dos EUA, a nação hegemônica do hemisfério ocidental. Depois do modernismo, a ficção regionalista espelhou situações que afetavam distorções e misérias presentes em nossa realidade. O traço local não impediu que certas características essenciais de toda uma sociedade fossem reveladas por Graciliano Ramos, devido à força artística de suas obras. De outro lado, a própria cultura, como tudo o mais, passou a ser tratada, pela era de consumo de massa do capitalismo, como mercadoria. O rádio e a indústria fonográfica criaram uma faixa de consumidores que, em certa escala, passava a absorver a mercadoria cultural de selo internacionalizado, enquanto o cinema americano gerava mitos e padrões de comportamento.

1940: americanização.

A década de 40 marcou o período áureo do alinhamento político-ideológico do Brasil. Os traços já delineados da cultura de massa adquiriram um raio de ação ainda mais amplo. Em contraposição, a universidade adquiria uma presença decisiva na vida intelectual brasileira, com ênfase especial para a Universidade de São Paulo, que na década de 30 realizava um intenso programa de intercâmbio com as universidades francesas. Por fim, a própria americanização pode ser vista também como a consequência da modernização do país e de seu ingresso nos padrões de consumo do mercado internacional.

1950: a década da fermentação.

Escritores como Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e João Cabral de Melo Neto dão continuidade às suas obras, mantendo suas qualidades e aprofundando suas Pesquisas, oferecendo ao conjunto da literatura brasileira uma elevação nunca antes atingida. No cinema, Nelson Pereira dos Santos iniciava uma obra que anteciparia as preocupações do Cinema Novo, e a Bossa Nova trazia uma renovação rítmica e harmônica, além de uma sensibilidade intimista nas letras e nas interpretações. A ideologia desenvolvimentista e a necessidade de modernização tomavam a sociedade urbana brasileira. A vanguarda anísta definia-se na poesia, na pintura e na música erudita com a estética do concretismo.

De 1960 e 1980: dilaceramento e padronização.

Com a televisão, instrumento Privilegiado de padronização, o país tornou-se objeto de uma certa homogeneização cultural. O controle do setor de comunicações pela ditadura imprimiu à televisão um papel de catequese ideológica. Na música, o tropicalismo foi a grande manifestação sintonizada com a revolução cultural dos anos 60. O Cinema Novo herdava a tradição crítica do melhor romance brasileiro e adquiria prestígio internacional. A vitalidade do teatro afirmou-o também como palco da resistência cultural à ofensiva da repressão ideológica desfechada pela ditadura. Exílios, prisões, torturas, guerrilhas, assassinatos configuraram uma época trágica, com um impacto de certo modo paralisante na cena cultural. Certos críticos vêem os anos 80 ainda deprimidos por essa paralisia, mas a

extrema diversificação cultural alcançada pelos grandes centros urbanos é um fator importante e aberto às possibilidades de criação.

5. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea.

Uma questão crucial e oportuna para um país emergente, que busca caminhos para alcançar um nível de produção e renda compatíveis com as necessidades da sociedade, são os processos, e os seus desafios, para gerar valor econômico a partir do conhecimento. Ou seja, é a relação entre o dispêndio em pesquisa e desenvolvimento (DPD) e o crescimento do produto interno bruto (PIB) do país, no presente cenário de um mundo globalizado, além da forma em que esse DPD é aplicado.

Começemos por compreender como se realiza o processo em que um dado conhecimento é incorporado ao valor econômico de um produto ou processo. Esse mecanismo é complexo e variável para cada tipo de agregação. Entretanto, é possível estabelecer algumas etapas comuns a todos os processos, sistematizando-os para que possamos melhor compreendê-los e até interferir, com a formulação de políticas públicas para o seu pleno desenvolvimento.

O uso de um conhecimento científico em uma nova aplicação determina o que vamos chamar de uma descoberta tecnológica. Esse conhecimento tanto pode ser já consagrado em outros usos (por exemplo, válvula de emissão termoiônica para fazer o cinescópio da televisão) ou acabado de ser descoberto (uso do cristal líquido para fazer uma tela de calculadora). Nessa fase embrionária, uma descoberta tecnológica é, em si mesma, essencialmente um novo conhecimento, um conhecimento tecnológico, que se constitui na própria proposta de uma aplicação criativa do conhecimento científico.

Nesse estado nativo, é de muito interesse para atividade acadêmica, principalmente para a capacitação de recursos humanos para a pesquisa, e também porque pode ser objeto de publicações e teses. Mas não tem ainda, de per se, um valor econômico, pois não é suficientemente robusta para competir, no mercado, com as alternativas tecnológicas existentes, e nem é ainda patenteável.

À essa descoberta tecnológica começam, então, a ser agregados inúmeros aperfeiçoamentos, ou inovações tecnológicas, contadas, muitas vezes, às centenas e até milhares, tanto no produto quanto no seu processo de fabricação. Essas inovações vão implementando a robustez da tecnologia até dar-lhe suficiente competitividade, para que possa vir a disputar com as outras tecnologias do mesmo produto ou processo, ou do seu substituto, uma parcela do seu mercado.

É importante notar que, em sua grande maioria, essas inovações não exigem que seja gerado um novo conhecimento, mas são simplesmente o uso criativo, para o caso específico, de conhecimentos já existentes. Por exemplo, fazer a tela do cinescópio plana ou tornar a tela de cristal líquido em matriz ativa. Assim, são, em geral, patenteáveis mas não publicáveis.

Desta forma, podemos conceituar uma descoberta científica ou tecnológica como um ato acadêmico, realizado no âmbito da universidade, destinado à capacitação de recursos humanos qualificados e gerador de novos conhecimentos publicáveis nos periódicos especializados, como prova de sua originalidade e valor como um conhecimento.

A inovação, ao contrário, como acima apresentado, é uma atividade econômica, executada no ambiente da produção, e que se destina a dar mais competitividade a uma tecnologia, ou descoberta tecnológica, de um produto ou processo, ampliando a sua parcela de mercado e, assim, agregando valor econômico e lucratividade.

Portanto, uma tecnologia constitui-se de uma descoberta, o uso de algum conhecimento recente ou não em uma nova aplicação, robustecida por centenas ou milhares de inovações utilizando criativamente conhecimentos existentes. Um mesmo produto tem, em geral, umas poucas descobertas amplamente conhecidas através de publicações e centenas ou milhares de inovações, protegidas do conhecimento e uso por terceiros através de patentes.

Como exemplo, temos a tela de monitor que, em 70 anos de existência, teve duas descobertas tecnológicas, válvula termoiônica e cristal líquido, e milhares de inovações patenteadas por diversos fabricantes, pois é óbvio que os atuais modelos no mercado só têm em comum com os primeiros as descobertas tecnológicas. Outro exemplo é a propulsão do avião que, em cem

anos, só teve três descobertas: a hélice, o turbo-hélice e o jato. Mas o número de inovações conta-se aos milhares.

Note-se que as inovações podem ser desenvolvidas em descobertas tecnológicas recentes ou antigas, pelos que realizaram a descoberta ou por outros produtores. Assim, a Coréia, embora domine o mercado de monitores, não descobriu nenhuma das duas tecnologias usadas para telas. O mesmo ocorre com a telefonia celular, que não é descoberta da Nokia, da Samsung ou da Motorola, os três principais fabricantes. Assim como a Embraer não descobriu o avião.

Como a descoberta tecnológica, em seu estado natural, não tem viabilidade no mercado sem as inovações, fica claro que essas é que são o real mecanismo de agregação de valor econômico, na medida em que transformam uma descoberta em um produto ou processo capaz de disputar o mercado, pela quase contínua incorporação de conhecimentos.

Um aspecto relevante é que uma descoberta tecnológica pode consumir 10, 20 ou mais anos para alcançar suficiente robustez para tornar-se uma tecnologia e disputar mercado. E, por vezes, isso jamais acontece e a descoberta acaba definitivamente abandonada. O seu risco, portanto, é muito elevado. A inovação, ao contrário, na medida em que é o atendimento de uma demanda real do mercado, por ser mais objetiva, é rapidamente implementada e, por essas razões, tem baixo risco.

Portanto, mesmo para um país que descobre novas tecnologias, como os países do primeiro mundo, é indispensável ter uma eficiente geração de inovações no setor produtivo, para que alcance uma agregação efetiva de valor econômico com o uso do conhecimento. E este, entretanto, nem precisou ser gerado no próprio país, como é o caso de Taiwan e Coréia. Portanto, para transformar conhecimento em valor agregado, a geração de inovações é condição indeclinável. E a descoberta de novas tecnologias é conveniente, desde que o setor produtivo seja um gerador de inovações.

A posição do nosso país está muito aquém do desejável e até do necessário para alimentar o nosso desenvolvimento sustentado. Temos realizado, nos últimos 30 anos, o DPD de modo irregular e, principalmente, ineficiente, para a transformação de conhecimento em valor econômico, posto que a nossa política de fomento à pesquisa (ou política de ciência & tecnologia, na nomenclatura oficial) não contempla a geração de inovações pelo setor produtivo, mas apenas as descobertas científicas e tecnológicas, realizadas no âmbito acadêmico. É o que mostram a medida da nossa inventividade e de crescimento do PIB.

A medida internacionalmente usada para avaliar o grau de inovação é a outorga ou obtenção de patentes de invenção. Como as patentes têm âmbito local, toma-se o mercado americano para comparação, por ser o maior mercado mundial, com 157 mil patentes em 2000. Apenas 12 países geram 95% dessas patentes americanas. Entre esses, só dois emergentes: Taiwan, o quarto, e Coréia, o oitavo. A nossa posição é humilhante para a nossa criatividade, o tamanho e a diversidade da nossa economia e as expectativas da nossa sociedade: tivemos menos de um milésimo das patentes, em 2000.

Mas o mais grave é que enquanto crescemos de três em três patentes, os países acima citados agregam cerca de uma quarta parte a cada ano, dobrando a cada três anos. São países que mobilizam a sua criatividade para alcançar a autonomia tecnológica, assegurar a competitividade, elevar a renda, distribuí-la de forma justa e, assim, construir o próprio futuro. E inovação tecnológica própria é o que não temos na medida do necessário. Veja-se o quadro abaixo.

Patentes outorgadas nos Estados Unidos

	1980	2000	Crescimento anual médio
Estados Unidos	37.354	85.072	2.331 unidades ¹
Taiwan	65	4.667	22,4%
Coréia	8	3.314	26,0%
Brasil	24	98	3 unidades ¹

Fonte: U.S. Patent and Trade Mark Office. (1) Ajuste linear.

A consequência direta da competência na inovação é que o país pode disputar o mercado internacional pela via das exportações. Isso amplia o mercado para os seus produtos e, assim, propicia condições de um crescimento mais rápido da economia, isto é, do PIB. Veja-se, no quadro abaixo, como o nosso

desempenho se compara com países que têm uma intensiva geração de inovações, uma vez que é no setor produtivo que se executam mais de 70% do DPD total do país.

Crescimento do PIB e do dispêndio em inovação, taxas anuais médias (%)

	PIB ¹ : 1980-1999	Dispêndio em inovação ³ : 1980-1998
Brasil	2,9	
Estados Unidos	3,5	4,9
Taiwan (1981-2000) ²	7,0	9,6
Coréia	7,6	10,0

Fontes: 1) Banco Mundial; 2) página Internet; 3) KITA, 2000.

Temos o pior desempenho entre os países acima e nem sequer temos os dados de dispêndio em inovação do nosso país, estimados em cerca de 0,10 a 0,15 do PIB. O mais grave, porém, é que a distância entre a nossa economia e a dos EUA aumentou nos últimos vinte anos. Além disso, fomos ultrapassados em PIB per capita por Taiwan (US\$ 14,4 mil) e pela Coréia (US\$ 13,7 mil), contra apenas US\$ 3,5 mil do nosso país, o 81o do mundo. Em 1981, porém, o PIB per capita da Coréia era um quarto menor e o de Taiwan só 5% maior do que o nosso. Ou seja, em cerca de 20 anos, o PIB per capita de Taiwan cresceu quase quatro vezes mais do que o nosso, e o da Coréia, cerca de cinco vezes mais.

O nosso mau desempenho em inovações deixou as indústrias nacionais, que sobreviveram à desnacionalização dos anos noventa, sem um mínimo de competitividade, condição essencial ao crescimento da sua produção. Ora, sem fomento governamental para inovações tecnológicas e sem tempo e capital para desenvolvê-las com risco próprio, as empresas foram compelidas a recorrer ao licenciamento de patentes e de tecnologias do exterior. Isso propiciou um crescimento moderado de 23% do PIB, de 1992 a 1997, ao custo de se elevarem as patentes licenciadas em quase cem vezes e os gastos diretos com licenciamentos externos em mais de nove vezes, no período, como se nota no quadro abaixo.

Gastos com licenciamentos externos (US\$ milhões)

	1992	1997	fator 1997/1992
Patentes	3	289	96,3
Tecnologia	31	647	20,9
serviços técnicos	116	468	4,0
cópias de <i>software</i>	59	449	7,6
Outros	10	134	13,4
TOTAL	219	1987	9,1

Fonte: Banco Central

O desafio, portanto, é gerar no país as inovações tecnológicas exclusivas que nos faltam para propiciar, à nossa produção, um alto valor econômico agregado e uma forte competitividade nos mercados internacionais. Os exemplos de Taiwan e Coréia, países emergentes que realmente estão crescendo pela via da inovação própria, são os exemplos. Outros são China e Índia, que já seguem a mesma trilha com resultados significativos. Para vencer esse desafio, precisamos criar políticas públicas de fomento à inovação própria gerada no setor produtivo, principalmente para tecnologias

já existentes e comerciais. Mas, para realizá-lo, precisamos, decididamente, empenhar-nos em mobilizar os produtores, bem como a toda a sociedade. Plutão deixa de ser considerado planeta

AFP

Plutão agora é um planeta-anão

Busca

Faça sua pesquisa na Internet:

A União Astronômica Internacional excluiu Plutão como um planeta de pleno direito do Sistema Solar no dia 24 de agosto de 2006, após longas e intensas controvérsias sobre esta resolução.

Plutão não é mais considerado planeta

Com a decisão votada no plenário da XXVI assembléia geral da entidade, realizada em Praga, se reduziu o número de planetas no Sistema Solar de nove para oito. Os mais de 2,5 mil analistas de 75 países reunidos na capital checa reconhecem desta forma que se cometeu um erro quando se outorgou a Plutão a categoria de planeta, em 1930, ano de sua descoberta.

A definição adotada preenche um vazio que existia neste campo científico desde os tempos do astrônomo polonês Copérnico (1473-1543). A nova definição estabelece três grupos de planetas, o primeiro com os oito planetas "clássicos" - Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Netuno, Saturno e Urano -, depois um segundo, que são os asteróides, e um terceiro grupo, com Plutão e o novo objeto UB313, descoberto no ano passado.

Plutão, além de ser reduzido a um planeta anão, agora é o asteróide número 134340 do Centro de Planetas Menores, organização oficial que coleta dados sobre asteróides e cometas.

Segundo o acordo acertado na reunião da UAI, será chamado de planeta um corpo celeste que esteja na órbita de uma estrela, sem ser ele mesmo uma estrela. O corpo celeste também precisa ter massa suficiente para que sua própria gravidade molde-o numa forma praticamente esférica, e que tenha limpado os arredores de sua órbita.

Plutão, descoberto há 76 anos pelo cientista americano Clyde Tombaugh (1906-1997), é objeto de polêmica há décadas, principalmente devido a seu tamanho, que foi reduzido ano após ano e que foi estabelecido agora em 2,3 mil quilômetros de diâmetro.

Assim, Plutão é muito menor que a Terra (12.750 quilômetros) e até mesmo menor que a Lua (3.480 quilômetros) e o UB313 (3 mil quilômetros), que no entanto está muito mais longe do Sol.

Outro argumento contra Plutão é a forma pouco ortodoxa de sua órbita, cuja inclinação não é paralela à da Terra e a dos outros sete planetas do Sistema Solar.

Mesmo assim, centenas de cientistas dos Estados Unidos firmaram um abaixo-assinado contra a recente decisão internacional de retirar o status de planeta de Plutão. A rebelião astronômica mostra que o debate sobre a definição dos planetas deve prosseguir.

Projeto Genoma

O Projeto Genoma Humano é um empreendimento internacional, iniciado formalmente em 1990 e projetado para durar 15 anos, com os seguintes objetivos:

Identificar e fazer o mapeamento dos 80 mil genes que se calcula existirem no DNA das células do corpo humano;

Determinar as seqüências dos 3 bilhões de bases químicas que compõem o DNA humano;

Armazenar essa informação em bancos, desenvolver ferramentas eficientes para analisar esses dados e torná-los acessíveis para novas pesquisas biológicas.

O PHG tem como um objetivo principal construir uma série de diagramas descritivos de cada cromossomo humano, com resoluções cada vez mais

apuradas. Para isso, é necessário: dividir os cromossomos em fragmentos menores que possam ser propagados e caracterizados; e depois ordenar esses fragmentos, de forma a corresponderem a suas respectivas posições nos cromossomos (mapeamento).

Depois de completo mapeamento, o passo seguinte é determinar a seqüência das bases de cada um dos fragmentos de DNA já ordenados. O objetivo é descobrir os genes na seqüência do DNA e desenvolver meios de usar esta informação para estudo da biologia e da medicina, na cura de doenças por exemplo.

Ele começou como uma iniciativa do setor público, tendo a liderança de James Watson, na época chefe dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH). Numerosas escolas, universidades e laboratórios participam do projeto, usando recursos do NIH e Departamento de Energia norte-americano. O este órgão financia cerca de 200 investidores separados nos EUA.

Em outros países, grupos de pesquisadores em universidades e institutos de pesquisa também estão envolvidos no Projeto Genoma.

Além destes, muitas empresas privadas grandes e pequenas também conduzem pesquisa sobre o genoma humano.

Basicamente, 18 países iniciaram programas de pesquisas sobre o genoma humano. Os maiores programas desenvolvem-se na Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coréia, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Israel, Itália, Japão, México Reino Unido, Rússia, Suécia e União Européia.

Comparando o mapeamento e seqüenciamento genético ao mapeamento de uma estrada que se estendesse, digamos, de Porto Alegre a Manaus. O Projeto Genoma Humano, conduzido pelos órgãos do governo tem obtido dados de alta qualidade e precisão, registrando os detalhes das células humanas - inclusive as porções do DNA que não contêm gene algum e que constituem 97% do seu total. A iniciativa privada, porém, juntou-se ao projeto em vista do potencial de lucro que as pesquisas podem trazer, especialmente para as indústrias farmacêuticas. A rapidez na obtenção de resultados, que podem ser transformados em patentes, tornou-se crucial para.

Com a iniciativa privada ocupando-se apenas dos genes mais interessantes e os pesquisadores do governo dedicando-se ao seqüenciamento dos demais, as duas formas de trabalho podem se complementar, em benefício do conhecimento geral.

Com a entrada da iniciativa privada no Projeto Genoma, dando preferência a uma abordagem dirigida apenas aos genes que apresentam interesse para a cura de doenças, o setor público passou a rever seu cronograma e espera concluir o Projeto em 2003 e não em 2005, como proposto inicialmente.

As tecnologia, os recursos biológicos e os bancos de dados gerados pela pesquisa sobre o genoma terão grande impacto nas indústrias relacionadas à biotecnologia, como a agricultura, a produção de energia, o controle do lixo, a despoluição ambiental.

O Projeto Genoma Humano, conseguiu até agora identificar os genes contidos em dois cromossomos, 22 e o 21.

A conquista do genoma promete uma revolução na medicina cujos resultados brotarão aos poucos ao longo das próximas décadas. Os genes são instruções que determinam as características físicas de cada indivíduo, como a cor dos olhos e a formação óssea. Também produzem proteínas indispensáveis ao funcionamento do corpo, como as que ajudam o estômago a dirigir comida ou a metabolizar carboidratos. Genes defeituosos desequilibram o organismo e podem causar doenças. Com a chave do código, os cientistas vão compreender o processo que gera tais males, para então desenvolver exames de diagnóstico e tratamentos. Há esperança de cura com a substituição de genes anormais.

Mulher com primeiro rosto transplantado

A primeira reação da mulher de 38 anos que foi submetida a cirurgia pioneira de transplante de rosto da história foi agradecer aos médicos.

Segundo os cirurgiões, ela pediu uma caneta e um papel e escreveu em francês a palavra "merci" [obrigada, em português].

De acordo com eles, a palavra foi escrita depois de ela ter se olhado no espelho, 24 horas após a cirurgia que ocorreu no último domingo na cidade de Amiens, no norte da França.

A mulher recebeu tecidos, artérias e veias de outra mulher que havia tido morte cerebral. Em maio passado, a transplantada foi atacada por seu cão, um labrador (em geral, uma raça dócil), e teve seu rosto desfigurado.

Segundo o jornal londrino "Daily Telegraph", a mulher se chama Isabelle Dinoire. É divorciada e mãe de dois adolescentes. Isabelle mora em Valenciennes (norte da França).

BIOTECNOLOGIA E TRANSGÊNICOS

A biotecnologia, conceitualmente, é a união de biologia com tecnologia; é um conjunto de técnicas que utilizam os seres vivos no desenvolvimento de processos e produtos que tenham uma função econômica e/ou social. A biotecnologia envolve várias áreas do conhecimento e, em consequência, vários profissionais, sendo uma ciência de natureza multidisciplinar.

Apesar do termo biotecnologia ser novo, o princípio é muito antigo. Por exemplo, a utilização da levedura na fermentação da uva e do trigo para produção de vinho e pão vem de muitos anos antes de Cristo. Com a evolução da ciência em seus diversos setores, inúmeras metodologias biotecnológicas têm sido sistematizadas, aumentando seus benefícios econômicos, sociais e ambientais. Vários cientistas, com suas descobertas, tiveram grande importância para a evolução e sistematização da biotecnologia. Por exemplo, Louis Pasteur com a descoberta dos microrganismos em 1861, Gregor Mendel com a descoberta da hereditariedade em 1865, James Watson e Francis Crick com a descoberta da estrutura do DNA (ácido desoxirribonucléico, molécula responsável pela informação genética de cada ser vivo) em 1953, entre outros.

A partir da descoberta da estrutura do DNA, houve uma revolução incrível na área da genética e biologia molecular, surgindo, então, a chamada biotecnologia moderna, a qual consiste na manipulação controlada e intencional do DNA por meio das técnicas de engenharia genética. Por meio de tais técnicas foi possível a produção de insulina humana em bactérias e o desenvolvimento de inúmeras plantas transgênicas a partir da década de 80.

As várias técnicas relacionadas à biotecnologia têm trazido, via de regra, benefícios para a sociedade. As fermentações industriais na produção de vinhos, cervejas, pães, queijos e vinagres; a produção de fármacos, vacinas, antibióticos e vitaminas; a utilização de biofungicidas no controle biológico de pragas e doenças; o uso de microrganismos visando à biodegradação de lixo e esgoto; o uso de bactérias fixadoras de nitrogênio e fungos micorrízicos para a melhoria de produtividade das plantas; o desenvolvimento de plantas e animais melhorados utilizando técnicas convencionais de melhoramento genético e também a transformação genética.

6. O desenvolvimento urbano brasileiro.

Muito tem se escrito sobre as transformações no modo de vida contemporâneo - globalizado - e sobre a dialética da relação local x global. No campo dos estudos urbanos, discute-se, por exemplo, cidades mundiais e cidades como atores políticos. No campo dos estudos regionais, discute-se a relação entre Estado nacional e capitalismo globalizado e os efeitos de estímulo/desestímulo a porções do território conectadas ou não aos fluxos de mercado internacionais.

De um lado e de outro nota-se o mesmo divórcio entre questões urbanas e questões regionais. O conceito de cidades mundiais identifica uma rede especial de cidades, em que as metrópoles que a constituem são desvinculadas das respectivas redes urbanas nacionais - portanto abstraindo a idéia de pertencimento das cidades a regiões e a um espaço geográfico contínuo. A idéia de que a cidade é um ator social, da qual decorre a de estratégias que lhe assegurem espaço num mercado competitivo, prescinde igualmente da noção de que uma região lhe dá sustento (ou, eventualmente, pode sugar-lhe as forças).

Tais abordagens exclusivamente urbanas ou subordinam a cidade a forças externas, abstratas e incontroláveis, ou fazem da cidade um ser todo-poderoso que prescinde de qualquer entorno para existir e crescer. Jogam, também, a discussão para fora - não só para forças exógenas, como para uma bibliografia que expressa a situação de países em que as questões do desenvolvimento são muito distintas das nossas.

A globalização desafia o trabalho intelectual competente comprometido com a nação: o esforço interminável de acompanhar a discussão lá fora compete com a urgente necessidade de digerir e compreender a peculiar complexidade

das contradições internas. Veja-se, por exemplo, o problema da desindustrialização: discussão de grande interesse para os EUA e Europa, no Brasil diz respeito tão somente à região do ABC paulista, pois nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como nos demais núcleos metropolitanos de onde a indústria tem migrado, as mudanças serão melhor compreendidas tendo por referência a transformação de papéis das metrópoles na dinâmica do desenvolvimento urbano-regional brasileiro.

Terá a cidade perdido os liames com a região? Se é uma constatação empírica, há que ser posta às claras pois significa notável mudança de paradigma. Se não for, requer reintegrar objetos indevidamente separados. Num Brasil 80% urbanizado, não se pode discutir desenvolvimento regional dissociado do desenvolvimento urbano. E vice-versa. Há que pensar como se articulam "regional" e "urbano" hoje, num contexto social diversamente urbanizado como o brasileiro, espalhado/concentrado em espaço territorial tão amplo e diferenciado - física, social e culturalmente.

Mais da metade da população brasileira está concentrada em metrópoles, aglomerações urbanas e centros regionais maiores e menores. Para cada caso a referência de região é distinta. Habitua-mo-nos a pensar "região" como algo composto de meio urbano e meio rural; entretanto, há regiões, hoje, quase que exclusivamente urbanas, como a do ABC referida acima. Qual é a região de referência da metrópole paulista - o espaço nacional? o Sudeste? o Estado de São Paulo? Ou seria a Região Metropolitana de São Paulo uma região ela mesma? Pois, dentro dela, cada cidade que a compõe apesar de tudo continua mantendo uma identidade sócio-cultural própria.

Afinal, quais critérios interessam considerar hoje para definir "região"? E quais para definir "urbano" frente tantas versões disponíveis do meio urbano real? Será apenas uma questão de escala ou trata-se de processos e articulações sócio-político-espaciais novos, que requerem atualizar nossa percepção e nossa compreensão sobre o meio social diverso e contraditório que veio se produzindo nas últimas décadas neste Brasil urbanizado que vai se revelando a nossos olhos e que nos deixa perplexos?

Não se trata de uma discussão meramente formal. A iniciativa de realizar um amplo seminário nacional tendo por tema A Espacialidade do Desenvolvimento - e de pôr em destaque a relação Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões - parte da convicção de que discutir a relação entre cidades e regiões no Brasil, hoje, pode ser uma estratégia eficaz para superar a polaridade estéril entre os que propugnam um desenvolvimento endógeno e participativo e os que vêem como inescapável a perversidade da submissão às forças invencíveis da globalização.

Este seminário procura resultado não só acadêmico mas também político. Pretende mobilizar a força intelectual anpuriana para um debate que procure estabelecer e sistematizar novas mediações entre os processos e objetos em exame, de modo a fazer avançar a discussão sobre o desenvolvimento brasileiro, repropun-do-a em novos termos. Ultrapassar tanto o pessimismo absoluto daqueles que denunciam e reclamam a falta de um projeto nacional, como o otimismo irrealista daqueles que depositam suas esperanças em projetos exclusivamente urbanos (se por mais não fosse, porque a competitividade global está ao alcance, de fato, de parte muito pequena dos 4,5 mil municípios brasileiros).

De algum modo há que se pensar alternativas para um desenvolvimento urbano que não deixe de fora o enfrentamento da questão agrária e, principalmente, que dê cabida à enorme população de brasileiros pobres, desassistidos, desabrigados e não qualificados para o trabalho mais complexo.

Por último, mas não menos importante, há que repensar o que significa "planejamento" nos dias de hoje. A parceria entre atores diversos torna primordial a gestão dos processos, mas, de outro lado, a necessidade e o desejo de organizar o futuro e preparar-se para ele não deixa de existir. A diversidade e novidade contemporânea das relações sócio-econômico-espaciais propõem novas exigências ao pensamento que pretende ser operacional. Se somos uma Associação de instituições que têm como objeto comum o Planejamento - ou campo de estudos - Urbano e Regional, cabe refletirmos juntos sobre isso: que planejamento? que urbano? que regional?

O Governo Fernando Henrique Cardoso tem divulgado os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, propostos nos programas "Brasil em Ação" e "Avança Brasil", como sua estratégia espacializada de desenvolvimento. Cabe discuti-la, problematizar suas orientações e diretrizes, averiguar pontos falhos e formular questões pertinentes - partindo do princípio de que é papel da ANPUR posicionar-se em sua área de competência acadêmica e formular uma agenda alternativa para a proposição do desenvolvimento regional e urbano nacional.

De partida, parece consensual a fragilidade do tratamento concedido às dimensões social e urbana presentes nos documentos governamentais, o que deve ser objeto de consideração explícita em nossas análises. Na mesma direção, fica também patente a dificuldade de abordar a contento as diversas escalas espaciais do processo de desenvolvimento, acarretando o privilégio de certos itens da agenda em detrimento de outros.

Em síntese, desenhar um seminário nacional composto de sessões realizadas em diferentes pontos do país visa sistematizar e trazer a público dois resultados palpáveis. De um lado, visa articular a reflexão que está se desenvolvendo no país um pouco em cada lugar, isto é, o que está sendo produzido e discutido no âmbito particular das instituições de cada estado ou região. De outro, visa estimular e realizar uma avaliação anpuriana da concepção e dos impactos dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento idealizados como instrumento de planejamento das ações e dos investimentos do Governo Federal.

Quais os problemas das nossas cidades? Saber o que é movimento pendular, (muitas cidades já implantaram o transporte alternativo) comércio informal e formal. As cidades mudam suas formas e funções. Assim sendo, saiba quais as diferenças entre cortiço, jardins e favelas. Nossas cidades se ressentem de um melhor plano diretor, o que é a causa de sérios problemas ambientais, como a ilha de calor, o efeito de estufa, inversão térmica, a emissão de efluentes que contribui para a eutrofização de água, assoreamento de rios e impermeabilidade de área urbana. As grandes enchentes são uma constante, porque nossas cidades estão com estruturas envelhecidas. A conturbação de cidade gera problemas de administração entre os municípios envolvidos. A reciclagem de lixo se revestem de uma importância nos tempos atuais. Em Goiânia implantou-se uma indústria de reciclagem de lixo, promovendo empregos, sendo um projeto ecossustentável dentro da cidade. Nossa cidade não precisava ser vertical. Isto se dá pela lógica capitalista, que se concentra espacialmente para reprodução do capital. A cidade é uma otimização de variáveis. Cresce deixando espaços internos e especula áreas. A ordem é lucrar não importa como (Economismo). A cidade cresce socializando o prejuízo e privatizando o lucro. A variável ecológica está em segundo plano. A cidade é o local do consumo, mas também o local do consumo do local. Há Cidades Globais e Megacidades. Saiba as diferenças entre elas.

7. Meio ambiente e sociedade: problemas, políticas públicas, organizações não governamentais, aspectos locais e aspectos globais.

A QUESTÃO AMBIENTAL

Antes de mais nada é bom lembrar que só podemos entender a questão ambiental, aqui no Brasil, na forma da onda da globalização neoliberal que vem promovendo uma total perda da soberania nacional sobre a gestão dos seus recursos naturais, coibindo assim a alternativa de projetos de desenvolvimento sustentáveis, aprofundando as desigualdades sociais, dilapidando os recursos naturais, excluindo em grande parte a população do mercado de trabalho, sem que participe dos frutos propiciados pelo avanço da ciência e tecnologia.

Quanto a esta questão, **não confundir**, por exemplo, **efeito estufa**, (natural, conceito da Física) **com efeito de estufa** (aquele provocado pela ação do homem, conceito da geografia). Lembre-se: a última grande conferência sobre o clima, se deu em **Kioto**, Japão, no ano de 1997, sendo que este ano houve mais um encontro em Bohn no qual ficou claro que alguns países não estão cumprindo suas resoluções. Dois resistentes foram a Austrália e o Japão. **O Governo Bush neoliberal** de direita não ratificou o acordo de Kioto mesmo sendo os EUA responsáveis pela emissão de ¼ dos "gases de estufa" do globo. Um capítulo polêmico deste encontro, foi **a emissão dos gases de estufa**, cujas quantidades devem ser reduzidas ao nível de quinze anos atrás. Os Americanos são 100 milhões de carros. Cada americano consome energia para: 3 suíços, 4 italianos, 160 tanzanianos e 1100 ruandeses. Utilizam 40%

dos recursos renováveis do globo sendo que suas fontes de energia são baseadas em combustíveis fósseis: Carvão, Petróleo e Gás Natural.

A questão ambiental é uma questão global, sendo necessária uma ação conjunta de **todos os países do globo**. As energias carbonadas, petróleo e carvão, principalmente, as queimadas*, os gases emitidos pelas fábricas, são causas básicas do efeito de estufa, ilha de calor, chuva ácida e inversão térmica, problemas sério dos tempos atuais e que reforçam uma de nossas principais contradições. Ela reside no fato de **não coadunarmos desenvolvimento científico e questão ambiental**. Lembre-se de que, **no Brasil**, estamos conhecendo **sérios retrocessos na legislação ambiental**. Os principais são poder **reflorestar com eucaliptos** e o projeto de **desmatamento da amazônia** em fase de discussão. O projeto da bancada ruralista prevê redução da área de preservação dos atuais 80% para 20% na Amazônia e de 35% para 20% no Cerrado Amazônico.

Na quarta conferência mundial sobre o clima, chegou-se a conclusão de que **a temperatura da terra deve elevar-se mais 5 graus até 2100**. Os gases de estufa proveniente da queima combustíveis fósseis, em especial o petróleo e carvão, faz nossa necessidade de **fontes alternativas** como a solar, a eólica, a das marés, a dos géiseres ou a de biomassa, que são as fontes da **revolução técnico científica**. **A agenda 21** é uma plano ambicioso que prevê a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável para todo o globo para o século XXI. Nela os países X se comprometem destinar 0,7% dos seus PIBs para aplicação neste programa. Por enquanto só mandaram as fábricas que mais poluem. Há uma proposta de crescimento zero não aceita pelos países periféricos uma vez que teriam que estagnar o seu processo de industrialização.

Nas regiões de **fronteira agrícola**, ou em países de industrialização recente, tais como os tigrinhos asiáticos, é muito comum o uso de **queimadas** para limpar campos. Estas se dão nos meses mais secos do ano, em áreas de pastagens ou queima de coivaras, casando **acidentes em rodovias**, com mortes de pessoas, animais, e sérios problemas respiratórios em cidades circundadas por canaviais, **num dos casos mais alarmantes de poluição atmosférica**.

A escravidão de menores e de armazém é uma constante nas áreas de carvoaria, como as denunciadas na região Centro Oeste e Norte do Brasil. Neste sentido, são também graves as denúncias feitas a China dentro da OMC, já que este país é um paraíso proletário e um dos principais acusados de **Dunping Social**. Não se esqueça da **escravidão de mulheres no mundo muçulmano** e da venda de mulheres chinesas (Cidadania).

Aquecimento Global

Iceberg passa pela costa da Nova Zelândia em função do aquecimento global.

Estudos e alertas de especialistas sobre os efeitos nefastos do aquecimento global no futuro do planeta chamaram a atenção da população para o problema em 2006. Ambientalistas e pesquisadores defendem que as ações contra a mudança climática devem ser imediatas para evitar um verdadeiro "desastre" para a economia mundial, que poderia sofrer decréscimo de até 20% na produção em 50 anos por culpa da alta das temperaturas do planeta.

- » Mudança climática ameaça alimentação dos humanos
- » Derretimento de geleiras indica aquecimento global
- » Europa vive o outono mais quente dos últimos séculos
- » Mudança climática causa extinção de mamíferos
- » Planeta pode entrar em colapso em 50 anos, diz estudo
- » Al Gore tenta salvar a Terra em filme

Essa é a advertência do relatório preparado pelo economista Nicholas Stern, que convocou os governos de todo o mundo a fixar um preço para as emissões de CO2 mediante o pagamento de impostos. O relatório adverte que, com uma alta das temperaturas de 3°C a 4°C, o aumento do nível dos mares transformará centenas de milhões de pessoas em vítimas de inundações a cada ano.

As áreas litorâneas do sudeste da Ásia, sobretudo Bangladesh e Vietnã, assim como as pequenas ilhas do Caribe e do Pacífico terão que ser protegidas do mar. Grandes cidades como Tóquio, Londres, Nova York ou Cairo também ficarão expostas ao risco de inundações.

O lançamento do documentário Uma Verdade Inconveniente, protagonizado pelo ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, ajudou a dar voz para o

problema em 2006. Al Gore, que visitou o Brasil, defende que a adoção de medidas contra a emissão de gases efeito estufa é mais uma questão "ética" e "moral" do que política.

Convenção da ONU

Diversos locais declarados patrimônio da humanidade podem estar ameaçados pelas consequências da mudança climática global, segundo o atlas apresentado em Nairóbi na Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que reuniu durante duas semanas 5 mil participantes.

A reunião da ONU, além de trazer dados novos sobre as consequências climáticas, teve o objetivo de dar prosseguimento ao Protocolo de Kyoto, o acordo mundial fechado em 2005 que prevê cortes na emissão de gases estufa até 2012. O encontro acertou que as negociações para levar adiante e ampliar Kyoto deveriam acontecer em 2008 e alguns delegados criticaram a falta de uma ação firme para combater o aquecimento da Terra.

Apesar dos esforços para conter o avanço dos danos ambientais, o ritmo das emissões de carbono no mundo mais que duplicou entre 2000 e 2005, de acordo com levantamento publicado pela rede mundial sobre o tema, a Global Carbon Project. As emissões vinham crescendo a menos de 1% anualmente até o ano 2000, mas aumentaram a uma taxa de 2,5% ao ano. Segundo a organização, a aceleração se deve sobretudo ao aumento do uso de carvão e à falta de ganhos na eficiência do uso da energia.

Alimentação

A mudança climática também põe em risco a comida dos seres humanos e torna ainda mais difícil o desafio de alimentar a crescente população mundial, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Um novo estudo sobre os oceanos sugeriu que o fitoplâncton - o primeiro elo na cadeia alimentar marítima - será fortemente afetado pelo aquecimento climático. A pesca nos trópicos e nas médias latitudes pode ser severamente afetada pela perda destes microorganismos como resultado de águas mais quentes, acrescenta o artigo do botânico Michael Behrenfeld, da Universidade Estadual do Oregon (EUA).

O acelerado derretimento das geleiras foi apontado como um fato que mostra o imediatismo do problema. "No passado as geleiras do norte mostravam um padrão que não correspondia aos modelos de mudança climática (provocada pelo aquecimento global), poderiam até mesmo ser usadas como um argumento contra o aquecimento global. Mas agora, dados dos últimos anos mostram uma mudança que se encaixa perfeitamente bem com os modelos de mudança climática", disse o professor de glaciologia Per Holmlund, da Universidade de Estocolmo.

Se o aquecimento global prosseguir, o gelo do Ártico poderá derreter totalmente até 2080, alertou um grupo de cientistas europeus. "Se a situação evoluir como prevêem os físicos, os campos de gelo do Oceano Ártico desaparecerão completamente até 2080", disse Eberhard Fahrbach, do Instituto Alfred Wegner (AWI), membro do grupo Damocles de pesquisas sobre o Ártico europeu.

Calor

A Europa viveu um dos verões mais quentes da sua história, com ondas de calor por todo o continente. A Europa teve também o outono mais quente em décadas, até mesmo séculos, o que põe em risco o início da temporada de esportes de inverno nos Alpes. Na Holanda, o Instituto Real de Meteorologia informou que este outono foi o mais quente do país em 300 anos, com uma temperatura média de 13,5°C.

ÁGUA

A água potável será um dos recursos mais caros (**custo benefício**) do século XXI. Sendo assim, os rios internacionais são, cada vez **mais geoestratégicos**, motivando **conflitos** entre os países envolvidos. Um grande exemplo é a questão do Nilo, ou ainda, as nascentes do rio Jordão, palco das disputas entre árabes e judeus, no Oriente Médio. Nestas regiões, água é, relativamente, mais importante que o petróleo. No Centro Oeste do Brasil, a **calagem** de

solo causa **eutrofização de mananciais**, constituindo-se em um grave impacto sobre recursos hídricos. **Não falta água por falta de chuvas**. A grande causa da escassez é o mau uso dos solos agrícolas e urbanos por **compactação pelo uso de máquinas** e pastoreio ou ainda pela **impermeabilidade de área urbana**. Fala-se em **taxar** todo e **qualquer** uso de água. É necessário **racionalizar** o uso da água e, em caso extremo, seu **racionamento**. **Quarenta municípios goianos** já apresentam problemas crônicos com abastecimento de água. No município de Bom Jesus de Goiás os pivôs de irrigação chegaram a ser paralisados por ordem do ministério público. Todas as **grandes cidades do mundo** já se ressentem deste recurso, em especial as **megacidades** dos países periféricos, serão palcos, mais e mais, de disputas por rios que as abastecem e de grandes **epidemias**. O Nilo e o Níger são dois bons exemplos destas disputas. **O Brasil** embora tendo a **maior reserva** de água disponível do globo apresenta regiões em **estresse hídrico**, menos de 2000 metros cúbicos de água por habitante por ano. Este é o caso de muitas áreas do Nordeste.

ENERGIA

O século XIX foi da máquina a vapor, um motor a combustão externa. O século XX foi do motor a combustão interna. Já o século XXI será da célula de combustível que promete divorciar o automóvel da poluição. Quanto a nossa crise energética, tanto a Petrobrás quanto o setor energético e tudo o que é público no Brasil passaram a sofrer as consequências do projeto neoliberal. A receita do FMI foi retirar dinheiro das estatais para equilibrar as contas públicas. O resultado foi que não só a Petrobrás como todo o setor energético sofreram com tais medidas resultando em graves "Acidentes Ecológicos", ameaças, ou até mesmo, apagões. Agora dois setores geoestratégicos estão prontos para serem privatizados. Outros setores como saúde, transporte e educação também estão sucateados. Desta forma os meios de comunicação de massa imperam em suas opiniões. "Achamos" que tudo no Brasil deve ser privatizado.

Quanto as fontes de energia, temos que analisá-las em termos de disponibilidade, viabilidade, extração, transporte, armazenamento, distribuição, poluente ou limpa, renovável ou esgotável. Assim, no caso do Brasil, as fontes alternativas, (**biomassa, eólica ou solar**) assumem uma importância fundamental por ser um **país tropical**. A energia **solar** é considerada a fonte energética **do século XXI**. Na **década de 70**, houve o fortalecimento da **OPEP** e **OPAEP**, (países produtores de petróleo) em **reação às sete irmãs** (empresas que controlam a distribuição do petróleo no globo e estão em **processo de fusões**). No mundo, como um todo, os países buscaram as **fontes alternativas** como forma de se prevenirem ante as crises do petróleo. Lembre-se do programa **Proálcool**, da tentativa ineficaz das **nucleares** que Fernando Henrique acabou por quase desativar. É bom lembrar dos erros de projetos, como a represa de **Balbina** no Amazonas, causando **sérios problemas ao meio ambiente**. Por estes fatores, a **década de 70** é considerada a "**década da crise energética**", além, é claro, da **variável social**, com baixos salários e **repressão militar duríssima**. Lembrar da Operação Condor dos militares latino-americanos que trabalharam em conjunto na repressão as forças revolucionárias. Já a **década de 80** foi considerada a "**década da destruição e perda**" com problemas ambientais sérios, dentre eles o acidente com o Césio em Goiânia.

Associe fontes de energia ao tipo de transporte adotado em cada país. Desta forma, fica mais fácil entender quais países são mais velozes na produção, como os tigres ou tigrinhos asiáticos, e porque países como o Brasil, Índia, China, Indonésia e Rússia são considerados "países baleias", por serem grandes e lentos. **O modelo de transporte rodoviário é o mais caro**. O ferroviário é muito viável para o Brasil. Lembre-se da Norte-Sul que vai interligar Belém (PA) a Senador Canêdo e começou, este ano, suas obras em Anápolis.

A **hidrovia** é, sem dúvida, o transporte **mais barato**, em termos de custo benefício. Recentemente, num total desrespeito a legislação ambiental, **barcaças de grande calado resolveram, a revelia**, tentar abrir uma hidrovia no rio Araguaia. Seria o Araguaia adequado para se fazer uma Hidrovia? Não se esqueça das voçorocas neste rio.

Todo país para atrair investimentos dentro da novíssima divisão internacional do trabalho, deve ser viável, o que significa trabalhar em **Just In Time**, tendo que possuir boa infra-estrutura. Será que o Brasil em crise energética irá atrair investimentos?. De que **adianta ter minérios se não se pode extraí-los a menor custo?** Minério tem muito pouco valor agregado. Jamais houve vantagem comparativa para países que produzem matérias primas. **O**

gaseoduto virá da Bolívia chegando até Goiás, contudo, toda obra deve pautar-se em **Eia-Rima confiável**. A instalação de várias Empresas, como a perdigão em Rio Verde, (Detroitização) podem causar sérios **impactos ambientais**. Alguns bem visíveis, são os **impactos na represa de Corumbá**, com a matança de toneladas de peixes. **Serra da Mesa**, (agora **Cana Brava e Peixe** também no rio Tocantins) a **represa do Yang Tsé Kiang na China**. Preste atenção nas negociações para venda da Celg e das construções da ETA e da ETE em Goiânia, que envolvem a preservação do rio Meia Ponte e sua recuperação, em 50 anos, tendo como modelo o Tâmisia. O uso bélico da **energia nuclear** constitui-se num dos graves problemas atuais. Os TNPs devem ser revistos por todos os países. É lógico, (nascentes do rio Ganges e Indu) países como o **Paquistão e a Índia, que disputam a Kashimira**, fazem vista grossa as sanções da ONU, onde fica, bem visível o colonialismo do Grupo dos 7 mais a Rússia, sobre os **países emergentes**. Estes países estão desenvolvendo, mais e mais, **armas biológicas (motivo das sanções da OMC ao Iraque)**. Estas são consideradas bombas atômicas dos países pobres. Será que o Taleban irá conseguir armas Atômicas?

Políticas Públicas

É desnecessário registrar mais uma vez a perversidade dos históricos indicadores de concentração da renda e de patrimônio no Brasil, eles são gritantes demais em nosso dia-adia. Mas é preciso alertar: todos estão perfeitamente preservados nos últimos três anos, por força da impotência das medidas sociais, políticas e econômicas do Governo Lula.

A análise sobre a atuação do atual governo diante das tarefas impostas pela pobreza e desigualdade social pode ser, desde a partida, melhor compreendida se lembrarmos

a advertência de Otavio Ianni sobre as contradições dos processos revolucionários brasileiros:

“como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço” 1.

O que ele nos lembra é que qualquer processo político efetivamente comprometido com as causas populares deve enfrentar, sem acanhamento ou tolerância, o projeto conservador dominante em nossa história, fatalmente imobilizador das energias transformadoras e democráticas. É, portanto, um libelo contra a dinâmica de conciliação com as elites que sempre predominou nos momentos de disputa com os sistemas de privilégios sobre os quais nossa economia capitalista dependente se ergueu. Do ponto de vista das políticas públicas, ou dos direitos sociais que elas materializam, a verdadeira tarefa histórica que se impunha ao Governo Lula era romper com as

modificações restritivas no espaço público da proteção social, sob forte impacto das políticas neoliberais. Caberiam, então, ações decisivas para se garantir o amplo financiamento público para as políticas sociais, que suplantasse a lógica da restrição orçamentária. Haveria de se superar de vez a lógica financista, que subordina as decisões em termos de direitos sociais à disponibilidade de caixa, finalmente conhecidas após as decisões de cúpula a respeito das taxas de juros, superávit fiscal, câmbio, política tributária, enfim, quando os grandes números do fundo público já estão comprometidos com as elites de sempre.

Porém, seguem inalteradas as limitações ao processo de expansão das garantias coletivas na esfera dos direitos sociais, que mais do que nunca se mostram imprescindíveis para subverter as históricas estruturas de poder político e econômico próprio das sociedades latino-americanas, uma vez que estas, e especialmente a brasileira, se estabeleceram sobre

1 IANNI, Otávio (1996), A idéia de Brasil moderno, São Paulo: Brasiliense, p.267.

padrões extremamente injustos e assimétricos de usufruto da riqueza coletivamente construída e de processos cada vez mais excludentes de acesso ao trabalho digno.

Não é a toa que o atual governo jamais pautou o debate público sobre as propostas de superação da pobreza com o combate da riqueza acumulada privada e abusivamente, como se esperava em termos de reforma tributária e fiscal, cujas iniciativas pontuais permanecem valorizando a renúncia fiscal dos setores agro-exportadores, parasitas da cadeia produtiva do grande latifúndio.

Mas nenhuma destas limitações e contradições pode ser remetida ao plano da fatalidade. Todos os constrangimentos concretos decorrem de opções estratégicas, racionalmente adotadas pelo Presidente Lula e sua equipe, quando se constata o

aprofundamento do modelo econômico neoliberal com sua lógica recessiva e, em direção complementar, a destinação significativas de recursos públicos para os serviços das dívidas internas ou externas².

Devemos reconhecer que a articulação orgânica das medidas de políticas públicas

redistributivistas, com investimentos importantes nas áreas da saúde, educação, assistência social, previdência, segurança alimentar, geração de emprego e renda, agricultura familiar e

reforma agrária pode ser altamente emancipadora quando estas políticas públicas são

asseguradas em escala de massas, com a mobilização efetiva a população para o exercício cotidiano da participação política protagônica.

Diferentemente do esperado, não se constatou no governo Lula o compromisso real

com um amplo e consistente sistema de atenção e proteção no âmbito das necessidades humanas sociais, que contemplasse a contribuição decisiva de todas as áreas

sociais, educacionais e político-culturais, combinadas com as outras medidas complementares de

garantia do exercício do protagonismo da população e da emancipação dos indivíduos e

grupos sociais. Nesta pátria desimportante, o quadro social de profunda desigualdade e de extrema

pobreza das maiorias segue o mesmo: desemprego, fragilização da capacidade socializadora

das redes familiares, falta de perspectivas para a juventude e abandono na velhice; trabalho

infantil, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, crescimento das condutas

2 POCHAMAMM, Marcio demonstra que as transferências ao setor financeiro, como pagamento aos detentores

dos títulos da dívida pública, alcançaram a seguinte tendência: anualmente o governo Cardoso destinou R\$ 71,4

bilhões; Sarney remeteu R\$ 65, 5 bilhões, e finalmente o Governo Lula R\$ 60, 8 bilhões. Cf. Plutocracia do

capital financeiro, disponível em:

<<http://agenciartamam.uol.com.br/agencia.asp?coluna=boletim&id=1251>, consultado em 05/01/2006.

violentas e práticas econômicas que lucram com a criminalidade e a toxicod dependência,

penúria sócio-cultural, empobrecimento político dos processos artísticos populares, a

degradação ambiental, morte por doenças curáveis, fome.

A proposta mais incentivada pelo governo Lula denomina-se Programa Fome-Zero,

que consiste, segundo documentos oficiais, “numa estratégia impulsionada pelo governo federal, para assegurar o direito humano à alimentação adequada, priorizando as pessoas com dificuldades, de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional e contribui para a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”. Nenhuma proposta poderia ser menos ambiciosa. Com toda propaganda veiculada não se verifica no Programa Fome Zero algo que é essencial para o povo brasileiro: a garantia do direito social, cuja ação do Estado reconheça o vínculo de classe, contribuindo para sedimentar uma noção fecunda e radical de democracia popular, ao mesmo tempo libertária e igualitária. Como o passado que não quer passar, o que é perene no desenho dos atuais programas englobados sob a insígnia do Fome Zero é a trágica visão elitista de sempre, na qual o povo - a população sub-empregada e super-explorada - permanece como um indesejável “resíduo social”, para o qual qualquer ajuda basta e qualquer apoio serve. Não é por outra razão que as ações principais consistem no Programa Bolsa-Família, na construção de cisternas no semi-árido nordestino e uma ou outra ação pontual em termos de segurança alimentar. Nada que se assemelhe a uma potente articulação política e social que seja capaz de enfrentar o mesmo pensamento conservador que naturaliza a pobreza e condena as iniciativas de investimento público no campo dos direitos sociais. Em termos de alocação orçamentária não é desprezível o redirecionamento de recursos para as ações de transferência de renda socioassistenciais como o Bolsa Família. Pela primeira vez, famílias miseráveis encontram alguma medida de proteção social que seja não-contributiva. Mas os limites são muitos: os valores das prestações são muito pequenos, os critérios de acesso altamente rigorosos e excludentes e a sua implementação não se faz acompanhada ainda de um forte aparato político-pedagógico de emancipação política, educacional e cultural para os pais e os jovens. Ao contrário, as ações ainda permanecem sob o império da despolitização, operada, mais uma vez, pela perda de vínculo de classe destas políticas públicas com as disputas históricas ao fundo público. No que se oculta tais vínculos, ou seja, não se combate a destinação dos recursos públicos ao velho sistema de privilégios e assegura sua alocação para as ações de redução das desigualdades sociais, tudo permanece como nos modelos atuais, uma ação política governamental ambígua, que oscila entre o apelo eleitoral e uma versão ainda estigmatizadora da pobreza. Adotar o caminho salvacionista do Fome Zero pode ser um grande giro, mas de 360°.

A proliferação das propostas neste campo do combate à pobreza sem enfrentar suas causas - as estratégias macroeconômicas que promovem a super-acumulação capitalista-rentista e do seu equivalente, a crescente pauperização do povo - reproduz a submissão e a docilidade que parecem condenar à mesmice os governos de centro-esquerda, tais como o Governo Lula.

Tão grave quanto o pequeno investimento financeiro é constatar que as ações do Governo Lula se organizam precariamente, em nome de uma solidariedade sem sujeitos e sem projetos, reeditando os mecanismos de dominação e de subalternização políticas, no que empreendem o velho paralelismo nas franjas dos sistemas públicos de proteção social. Não se interrompeu a tendência neoliberal de desconstrução da idéia-força do direito social, conquistado na luta dos trabalhadores pelo acesso ao excedente, que deveria ser potencializado pelas estratégias organizativas populares e pelas medidas de fortalecimento subjetivo e político e de pertencimento a um projeto coletivo de classe, desta vez - como um governo de esquerda deve honrar - radicalmente democrático, portanto, revolucionário e anticapitalista. Assim, já que o Fome Zero não é direito social nem projeto de classe é mais uma vez favor, benesse, ação abnegada, doação, enfim, a repavimentação dos percursos que pretendem comprimir o espaço público, transfigurá-lo em oposição ao projeto popular e democrático. O tema da pobreza, sufocado da sua dimensão estrutural, permanece confinado como um problema da esfera do consumo e da estrutura familiar, por esta razão as medidas são tão tímidas. Por mais que a pobreza seja aguda e na medida em que é uma questão explosiva, o melhor mesmo é esterilizá-la, sobrepondo ações diversas e pulverizadas, que não atacam a raiz do problema. O risco de se atuar na lógica do ajustamento de comportamentos individuais não é pequeno, haja vista o esforço em empreender e divulgar as chamadas condicionalidades para que as famílias tenham acesso aos benefícios. Nos sombrios tempos de capitulação política do atual governo, com a conhecida naturalização do estado de desigualdades, não é de se estranhar que a principal medida do governo Lula na área da previdência social tenha sido concluir a contra-reforma do Governo FHC no que diz respeito aos direitos dos servidores públicos, instituindo a cobrança de contribuição também aos aposentados e o fim do regime jurídico único para os novos concursados, ou seja, promovendo o cancelamento do direito à aposentadoria integral, recém conquistada em 1988. Empreendeu-se algo pavorosamente cínicamente, se considerarmos que nestes anos todos o Partido dos Trabalhadores - partido do presidente Lula - foi uma trincheira no parlamento contra tal medida, e que boa parte dos votos obtidos pelo Presidente Lula era fruto também deste compromisso, rapidamente esquecido. Mais abusivo ainda, se lembrarmos que a base social sindical do PT, era fortemente apoiada no funcionalismo público e que o impacto nas contas da previdência social seria, como é, inexpressivo. No fundo esta ação serviu apenas para provar às elites e à opinião pública conservadora que o governo dos trabalhadores poderia cortar na própria carne, atacando direitos consagrados, ao invés de encaminhar a luta pela sua extensão para o conjunto dos trabalhadores do setor privado. Boicotes explícitos ao Sistema Único de Saúde permanecem, assustadoramente, sob

o governo Lula. A definição do percentual de recursos financeiros federais, previstos na Constituição Federal para o SUS, permanece descumprida pela política econômica. Na comparação internacional nossos atuais 3,2% do PIB, destinados à saúde, representam porcentagem menor do que da Bolívia, Colômbia, África do Sul, Rússia, Venezuela, Uruguai, Argentina (cerca de 5.12%), Cuba (6,25%), EEUU (6,2%) Japão, Inglaterra, Austrália, Portugal, Itália, Canadá, França, Alemanha (8,1%).

O sub-financiamento do SUS revela-se como uma medida concreta a impossibilita a oferta de serviços públicos, gratuitos e com qualidade, como reza a Constituição, e conforme as necessidades da população. Como um direito social altamente valorizado no mercado privado, já que a saúde é uma necessidade humana vital, a disputa com o setor lucrativo não ingressou na agenda de prioridades do governo Lula, onde interesses e pressões de mercado dos produtores de equipamentos, de medicamentos, de tecnologias e de prestadores de serviços e corporações poderosas mantêm-se intactos.

O quadro de desfinanciamento da saúde pública gera o inevitável: intensa repressão de demanda, insuportável congestionamento nos pronto-socorros e consultórios de especialidades, precarização da atenção básica preventiva e o predomínio de intervenções tardias, com suas doenças preveníveis não prevenidas, com doenças agravadas não atendidas precocemente, mortes evitáveis não evitadas, e expansão da saúde privada, via planos de saúde para classe média.

Como se não bastasse toda esta herança intocada, o governo Lula aprofunda a crise, no que atua contra a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que garante a vinculação de percentuais mínimos para aplicação orçamentária na política de saúde. Os valores são expressivos, cerca de R\$ 2,3 bilhões representa a diferença acumulada pelo não cumprimento por parte do governo federal da EC. 29 nos anos de 2001 a 2005, porém só no governo Lula este déficit acumula a cifra de R\$1.832.000,00.

Se os direitos sociais devem ser universais e a proteção social que estes suscitam deve ser pública e gratuita, ou seja, desmercadorizada, como explicar que na área de Educação a medida de maior impacto tenha se restringido ao Programa Universidade para Todos que nada mais é do que organizar ampliando o abusivo recurso da renúncia fiscal dos encargos previdenciários, no esforço de subvencionar o setor privado das universidades em troca de ampliação de vagas por fora do sistema público e gratuito?

Após três anos de governo, ainda hoje o Governo Lula não foi capaz de enfrentar uma grave lacuna na regulamentação da LDB, que é o desfinanciamento da educação infantil.

Mesmo sendo um direito absolutamente vital para as classes populares, no que garantiria creche pública para todas as crianças até seis anos de idade, somente por meio de uma longa e penosa luta, travada pelos movimentos sociais, é que o governo Lula se manifestou - através de iniciativa legislativa ainda não aprovada - com a possibilidade de assumir parte no cofinanciamento

desta área, uma vez que os municípios e estados, diante da omissão do governo federal, têm feito o mesmo: rejeitado um direito vital e universal à educação às crianças pequenas, mantendo o ciclo de pobreza nos seus níveis imorais de hoje.

Um marcador valioso para dimensionar os insignificantes esforços na direção da transformação do desmonte das políticas públicas pode ser obtido com a análise do financiamento federal dos gastos sociais em comparação com os grandes números do orçamento público, como condensado nos dados abaixo, em relação ao ano de 2004:

Por fim, cabe ressaltar que o governo Lula de fato realizou modificações importantes, sobretudo quando comparado aos feitos desastrosos do Governo anterior. Porém, isto não elide o fato de que a timidez e o continuísmo no conteúdo, na forma e no alcance das políticas sociais em nada asseguram qualquer alteração na composição das estruturas de poder político e econômico, imprescindíveis à recomposição das estruturas públicas de proteção social, com clareza de propósitos universalistas, para além dos alegados problemas de caixa.

Uma razão de Estado comprometida com as maiorias populares participando efetivamente, não só da produção, mas em especial do usufruto da riqueza socialmente produzida e também da socialização do poder político-decisório, constitui-se como arranjo institucional possível, desejável e absolutamente imprescindível para a democracia radicalmente igualitária. Infelizmente o governo Lula, desde seu primeiro dia, abriu mão desta histórica realização.

Organizações Não Governamentais

As organizações não-governamentais desempenham um papel fundamental na modelagem e implementação da democracia participativa. A credibilidade delas repousa sobre o papel responsável e construtivo que desempenham na sociedade. As organizações formais e informais, bem como os movimentos populares, devem ser reconhecidos como parceiros na implementação da Agenda 21. A natureza do papel independente desempenhado pelas organizações não-governamentais exige uma participação genuína; portanto, a independência é um atributo essencial dessas organizações e constitui condição prévia para a participação genuína.

Um dos principais desafios que a comunidade mundial enfrenta na busca da substituição dos padrões de desenvolvimento insustentável por um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável é a necessidade de estimular o sentimento de que se persegue um objetivo comum em nome de todos os setores da sociedade. As chances de forjar um tal sentimento dependerão da disposição de todos os setores de participar de uma autêntica parceria social e diálogo, reconhecendo, ao mesmo tempo, a independência dos papéis, responsabilidades e aptidões especiais de cada um.

As organizações não-governamentais, inclusive as organizações sem fins lucrativos que representam os grupos de que se ocupa esta seção da Agenda 21, possuem uma variedade de experiência, conhecimento especializado e capacidade firmemente estabelecidos nos campos que serão de particular importância para a implementação e o exame de um desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável, tal como o previsto em toda a Agenda 21. Portanto, a comunidade das organizações não-governamentais oferece uma rede mundial que deve ser utilizada, capacitada e fortalecida para apoiar os esforços de realização desses objetivos comuns.

Para assegurar que a contribuição potencial das organizações não-governamentais se materialize em sua totalidade, deve-se promover a máxima comunicação e cooperação possível entre elas e as organizações internacionais e os Governos nacionais e locais dentro das instituições encarregadas e programas delineados para executar a Agenda 21. Será preciso

também que as organizações não-governamentais fomentem a cooperação e comunicação entre elas para reforçar sua eficácia como atores na implementação do desenvolvimento sustentável.

Objetivos

A sociedade, os Governos e os organismos internacionais devem desenvolver mecanismos para permitir que as organizações não-governamentais desempenhem seu papel de parceiras com responsabilidade e eficácia no processo de desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável.

Para fortalecer o papel de parceiras das organizações não-governamentais, o sistema das Nações Unidas e os Governos devem iniciar, em consulta com as organizações não-governamentais, um processo de exame dos procedimentos e mecanismos formais para a participação dessas organizações em todos os níveis, da formulação de políticas e tomada de decisões à implementação.

Até 1995, deve-se estabelecer um diálogo mutuamente produtivo no plano nacional entre todos os Governos e as organizações não-governamentais e suas redes auto-organizadas para reconhecer e fortalecer seus respectivos papéis na implementação do desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável.

Os Governos e os organismos internacionais devem promover e permitir a participação das organizações não-governamentais na concepção, no estabelecimento e na avaliação de mecanismos oficiais procedimentos formais destinados a examinar a implementação da Agenda 21 em todos os níveis.

Atividades

O sistema das Nações Unidas, incluídos os organismos internacionais de financiamento e desenvolvimento, e todas as organizações e foros intergovernamentais, em consulta com as organizações não-governamentais, devem adotar medidas para:

Examinar e informar sobre as maneiras de melhorar os procedimentos e mecanismos existentes por meio dos quais as organizações não-governamentais contribuem para a formulação de políticas, tomada de decisões, implementação e avaliação, no plano de organismos individuais, nas discussões entre instituições e nas conferências das Nações Unidas;

Tendo por base o inciso (a) acima, fortalecer, ou caso não existam, estabelecer mecanismos e procedimentos em cada organismo para fazer uso dos conhecimentos especializados e opiniões das organizações não-governamentais sobre formulação, implementação e avaliação de políticas e programas;

Examinar os níveis de financiamento e apoio administrativo às organizações não-governamentais e o alcance e eficácia da participação delas na implementação de projetos e programas, tendo em vista aumentar seu papel de parceiras sociais;

Criar meios flexíveis e eficazes para obter a participação das organizações não-governamentais nos processos estabelecidos para examinar e avaliar a implementação da Agenda 21 em todos os níveis;

Promover e autorizar as organizações não-governamentais e suas redes auto-organizadas a contribuir para o exame e a avaliação de políticas e programas destinados a implementar a Agenda 21, inclusive dando apoio às organizações não-governamentais dos países em desenvolvimento e suas redes auto-organizadas;

Levar em consideração as conclusões dos sistemas de exame e processos de avaliação das organizações não-governamentais nos relatórios pertinentes da Secretaria Geral à Assembléia Geral e de todos os órgãos das Nações Unidas e de outras organizações e foros intergovernamentais pertinentes, relativas à implementação da Agenda 21, em conformidade com o processo de exame da Agenda 21;

Proporcionar o acesso das organizações não-governamentais a dados e informação exatos e oportunos para promover a eficácia de seus programas e atividades e de seus papéis no apoio ao desenvolvimento sustentável.

Os Governos devem tomar medidas para:

Estabelecer ou intensificar o diálogo com as organizações não-governamentais e suas redes auto-organizadas que representem setores variados, o que pode servir para: (i) examinar os direitos e responsabilidades dessas organizações; (ii) canalizar eficientemente as contribuições integradas das organizações não-governamentais ao processo governamental de formulação de políticas; e (iii) facilitar a coordenação não-governamental na implementação de políticas nacionais no plano dos programas;

Estimular e possibilitar a parceria e o diálogo entre organizações não-governamentais e autoridades locais em atividades orientadas para o desenvolvimento sustentável;

Conseguir a participação das organizações não-governamentais nos mecanismos ou procedimentos nacionais estabelecidos para executar a Agenda 21, fazendo o melhor uso de suas capacidades particulares, em especial nos campos do ensino, mitigação da pobreza e proteção e reabilitação ambientais;

Levar em consideração as conclusões dos mecanismos de monitoramento e exame das organizações não-governamentais na elaboração e avaliação de políticas relativas à implementação da Agenda 21 em todos os seus níveis;

Examinar os sistemas governamentais de ensino para identificar maneiras de incluir e ampliar a participação das organizações não-governamentais nos campos do ensino formal e informal e de conscientização do público;

Tomar disponível e acessível às organizações não-governamentais os dados e informação necessários para que possam contribuir efetivamente para a pesquisa e a formulação, implementação e avaliação de programas.

Meios de implementação

(a) Financiamento e estimativa de custos

Dependendo do resultado dos processos de exame e da evolução das opiniões sobre a melhor maneira de forjar a parceria e o diálogo entre as organizações oficiais e os grupos de organizações não-governamentais, haverá gastos nos planos nacional e internacional, relativamente baixos, mas imprevisíveis, a fim de melhorar os procedimentos e mecanismos de consulta. Da mesma forma, as organizações não-governamentais precisarão de financiamento complementar para estabelecer sistemas de monitoramento da Agenda 21, ou para melhorá-los ou contribuir para o funcionamento deles. Esses custos serão significativos, mas não podem ser estimados com segurança com base na informação existente.

(b) Fortalecimento institucional

As organizações do sistema das Nações Unidas e outras organizações e foros intergovernamentais, os programas bilaterais e o setor privado, quando apropriado, precisarão proporcionar um maior apoio financeiro e administrativo às organizações não-governamentais e suas redes auto-organizadas, em particular para aquelas sediadas nos países em desenvolvimento, que contribuam ao monitoramento e avaliação dos programas da Agenda 21, e proporcionar treinamento às organizações não-governamentais (e ajudá-las a desenvolver seus próprios programas de treinamento) nos planos internacional e regional, para intensificar seus papéis de parceiras na formulação e implementação de programas.

Os Governos precisarão promulgar ou fortalecer, sujeitas às condições específicas dos países, as medidas legislativas necessárias para permitir que as organizações não-governamentais estabeleçam grupos consultivos e para assegurar o direito dessas organizações de proteger o interesse público por meio de medidas judiciais.

8. Elementos de economia internacional contemporânea.

A relativa sincronização do ciclo econômico nas três principais regiões econômicas, evidenciada pela desaceleração nos Estados Unidos da América (EUA), pela fraca atividade na área do Euro e pela depressão no Japão, pode significar que a retomada da economia internacional será mais lenta do que inicialmente imaginado. Além disso, a ameaça de ataque norte-americano ao Iraque lança incertezas adicionais sobre o preço futuro do petróleo.

A relação entre as três principais moedas internacionais alterou-se levemente em agosto, na esteira da melhora do mercado de ações, principalmente nos Estados Unidos, ajudando, assim, a recompor, em parte, o valor efetivo do dólar comparativamente ao iene e ao euro. Existem, contudo, dúvidas quanto à sustentabilidade dessa recuperação, tendo em vista que o dólar ainda se encontra valorizado em relação à média histórica. Ademais, a forte desaceleração da economia norte-americana no segundo trimestre deve frustrar as expectativas de lucros em ambiente já bastante conturbado pelas denúncias de fraudes contábeis em algumas das principais corporações norte-americanas. Por fim, o déficit em transações correntes dos EUA permanece bastante significativo, associado à ampliação do déficit fiscal.

Na América Latina, o longo processo de negociação entre o governo argentino e o FMI ainda não permite vislumbrar solução para a moratória naquele país. Por outro lado, o apoio do Tesouro dos Estados Unidos e a renovação de acordos *Stand-by* com Uruguai, Paraguai e Brasil trouxeram maior alento à região, mas não foram suficientes para restaurar inteiramente a confiança do mercado financeiro internacional. Essa maior aversão global ao risco refletiu-se em piores condições de financiamento privado para os mercados emergentes, dificultando inclusive a rolagem integral das linhas de créditos comerciais para países como o Brasil.

Entre os países emergentes asiáticos, embora o ritmo da atividade econômica tenha arrefecido, as projeções apontam para crescimento do produto acima da média mundial. De fato, a firme expansão da demanda interna na região, associada à demanda externa, sustenta taxas de crescimento mais vigorosas nessas economias, frente à desaceleração observada no resto do mundo.

Estados Unidos

A revisão da série do PIB dirimiu as dúvidas restantes quanto à ocorrência de recessão nos EUA no ano passado. Ademais, dados preliminares indicam que a economia norte-americana apresentou forte desaceleração no segundo trimestre do ano corrente. Nessas condições, o temor de nova recessão ganhou força (*double-dip*), contribuindo para deteriorar ainda mais as expectativas de empresários e consumidores.

Dados mais recentes mostram que a demanda de consumo continua em expansão, ainda que em ritmo lento, influenciada por fatores extraordinários, como o financiamento sem juros na compra de automóveis. Os preços dos imóveis mantiveram-se em alta, mas há o risco de que tal espiral reflita, na verdade, a realocação do portfólio de ativos de risco para ativos reais, movimento característico de ambientes de maior incerteza.

As bolsas de valores e o dólar apresentaram recuperação em agosto, compensando, em parte, as fortes baixas do ano, contribuindo para que o preço das ações e o valor efetivo do dólar situem-se em níveis bem acima dos padrões históricos. Por outro lado, é ainda difícil antecipar em toda sua extensão e profundidade os efeitos negativos que o abalo da confiança nas grandes corporações norte-americanas exercerá sobre as decisões de investimento e seu financiamento.

Nessas condições, aumentam as preocupações quanto ao enorme déficit em conta-corrente dos Estados Unidos, cuja correção abrupta e não-coordenada faria desencadear pressões ainda mais intensas sobre o dólar.

Assim, embora os indicadores econômicos e financeiros ainda emitam

sinais parcialmente contraditórios, cresce a percepção entre investidores e analistas de que a economia norte-americana dificilmente repetirá no futuro próximo as elevadas taxas de crescimento econômico e de produtividade assinaladas nos anos noventa.

De acordo com dados do PIB revisados pelo *Bureau of Economic Analysis* (BEA) para o período 1999-2001, o crescimento da economia norte-americana foi consideravelmente mais fraco que o esperado na maior parte do ano 2000 e na primeira metade de 2001. De fato, o PIB apresentou crescimento negativo nos três primeiros trimestres de 2001, de -0,6%, -1,6% e -0,3%, nessa ordem, na série anualizada, quando na série anterior a contração havia sido restrita ao terceiro trimestre do ano. Além disso, o crescimento do primeiro trimestre de 2002 foi corrigido de 6,1% para 5%, enquanto dados preliminares para o segundo trimestre do ano indicam desaceleração do crescimento para 1,1%, resultado do aumento das importações e da menor expansão do consumo.

O ritmo de expansão das vendas no varejo arrefeceu levemente, passando de 1,5%, em junho, para 1,2%, em julho, considerada a série dessazonalizada. Excluídas as vendas de automóveis, a taxa de crescimento alcançou 0,2% em julho.

O número de construções de novas residências iniciadas em julho, a exemplo do registrado no mês anterior, recuou 2,7%, após assinalar expansão de 11,2% em maio. No trimestre encerrado em julho, o início de construções cresceu 1,1%, ante o patamar de igual período do ano passado.

O déficit orçamentário no ano fiscal, que termina em setembro, aumentou para US\$147,2 bilhões em julho. As previsões mais recentes indicam déficit de 1,5% do PIB no presente ano fiscal.

No que se refere ao déficit do comércio exterior, totalizou US\$40,8 bilhões em junho, retrocedendo 2,2% no mês, mas expandindo 15,2% no segundo trimestre, em relação ao período imediatamente anterior. O crescimento do déficit comercial deve-se, principalmente, à expansão das importações, superior à das exportações, desde o início do ano.

A produção industrial vem crescendo de forma lenta, mas continua, desde o início do ano. Em julho, a produção expandiu-se 0,2%, desacelerando um pouco em relação a junho, quando aumentou 0,7%. Refletindo esse crescimento continuado, a utilização da capacidade vem aumentando mês a mês, alcançando 75,6% em julho.

Os ganhos de produtividade da economia norte-americana também foram reajustados para baixo, no período 1999-2001, assinalando-se que os resultados refletem não só as revisões periódicas do PIB, efetuadas pelo BEA, como a revisão anual dos dados do mercado de trabalho, pelo *Bureau of Labor Statistics* (BLS). A produtividade do setor não-agrícola sofreu forte desaceleração no segundo trimestre de 2002, aumentando 1,7% na série anualizada. No mesmo sentido, a produtividade do setor manufatureiro no segundo trimestre caiu à metade da taxa registrada no primeiro trimestre. Todavia, o ganho anualizado de 4,3% no segundo trimestre é o melhor resultado do setor nos últimos vinte anos, quando utilizada a mesma base de comparação.

As condições do mercado de trabalho mantiveram-se relativamente inalteradas nos últimos meses. Assim, a taxa de desemprego do setor não-agrícola manteve-se estável em julho, em 5,9%, com apenas seis mil novos postos de trabalho tendo sido ocupados no mês. O número de horas trabalhadas na semana declinou, em julho, para o

nível mais reduzido, desde outubro do ano passado. Tendo em vista a evolução da demanda, a deterioração das condições do mercado financeiro, o clima de desconfiança em relação às corporações e a menor robustez dos ganhos de produtividade, o *Federal Reserve* decidiu manter a meta da taxa dos *fed funds* inalterada em 1,75% a.a. na última reunião, em 13 de agosto. Adicionalmente, foi adotado viés de baixa, de vez que os riscos de desaceleração econômica são agora percebidos como mais presentes. Essa interpretação está refletida no comportamento dos preços, que, tanto no nível do produtor quanto no do consumidor, apresentam trajetórias estáveis.

Japão

No segundo trimestre de 2002, registrou-se percepção mais favorável quanto à evolução da economia japonesa, embora, no âmbito interno, persistisse o cenário deflacionário, apesar da política monetária fortemente expansionista, o consumo privado não apresentasse sinais consistentes de recuperação e a taxa de desemprego permanecesse em patamar elevado. No setor externo, a recuperação das economias dos Estados Unidos e do leste asiático reverteu a trajetória declinante da balança comercial, a despeito da apreciação do iene. A economia permanece fortemente dependente da demanda externa e da implementação de reformas estruturais, especialmente a do setor bancário.

As encomendas às fábricas estão estacionadas desde junho de 2001, muito embora seu núcleo, que exclui encomendas voláteis, tenha crescido durante todo o primeiro semestre de 2002. O início de novas construções alcançou 102,2 mil unidades, em média, no segundo trimestre, ante 86,3 mil no primeiro. O consumo privado permanece estável, devido ao continuado enfraquecimento da renda e às incertezas no mercado de trabalho. As exportações atingiram US\$104,9 bilhões no segundo trimestre, crescendo 10,4% em relação ao primeiro trimestre e 3,4% relativamente a igual período de 2001. As importações alcançaram US\$82,6 bilhões, expandindo 7,4% e decrescendo 7,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

A produção industrial cresceu de fevereiro a maio de 2002, impulsionada sobretudo pela demanda externa por bens de capital. A taxa de desemprego alcançou 5,4% em junho, inalterada em relação a maio, mas próxima ao recorde de 5,5% do pós-guerra.

Ressalte-se que a elevação do número de desempregados reflete também o processo de reestruturação corporativa, que implicou dispensa de funcionários, como forma de redução de custos.

Em primeira estimativa, o Banco do Japão divulgou que o PIB cresceu 1,4%, ou 5,7% em termos anualizados, no primeiro trimestre de 2002, após três trimestres consecutivos de retração. O crescimento foi impulsionado, em grande medida, pelo desempenho das exportações líquidas, responsáveis pela metade do resultado.

Na comparação com igual período do ano precedente, o PIB decresceu 1,6%. Alegando crescimento insuficiente da demanda externa e baixo desempenho da demanda interna, o Banco Central do Japão revisou suas expectativas de crescimento para os anos fiscais de 2002 e 2003, de -0,1% para -0,3%, e de 1,6% para 0,8%, respectivamente.

As pressões deflacionárias permaneceram, com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrando, em junho, variação anual negativa pelo 33º mês consecutivo. O governo credita essa tendência ao enfraquecimento da demanda, queda nos preços da terra e

concorrência de produtos importados. No mesmo sentido, o Índice de Preços no Atacado (IPA) vem registrando variação anual negativa desde setembro de 2001. Para contrarrestar tal tendência, o governo vem exercendo política monetária fortemente expansionista, cuja meta de excesso de liquidez, representada pelo saldo na conta corrente do Banco Central, tem variado entre ¥10 trilhões e ¥15 trilhões (US\$83 bilhões e US\$124 bilhões). Adicionalmente, continuou comprando mensalmente ¥1 trilhão em títulos públicos como forma de manter o mercado bancário líquido.

Em abril deste ano, o governo extinguiu a garantia do seguro de depósito para contas de poupança acima de ¥10 milhões, mantendo garantia ilimitada para depósitos em conta corrente, a vigorar até abril de 2003. Essa medida levou à expressiva saída de depósitos de poupança para conta-corrente, com o saldo das primeiras reduzindo-se de ¥145 trilhões para ¥93 trilhões.

A confiança empresarial medida pelo índice Tankan, que afere as expectativas de curto prazo das grandes indústrias, alcançou -18 pontos no segundo trimestre, ante -38 pontos no período anterior, registrando a primeira variação positiva desde o segundo trimestre de 2000. Embora o mesmo índice para as condições de oferta e demanda tenha evoluído de -45 para -36, uma provável recuperação nos lucros corporativos no segundo semestre ocorreria devido mais a esforços de reestruturação e outros cortes de custos do que, provavelmente, pelo aumento nas vendas.

Área do Euro

O ritmo de expansão da economia permanece próximo da estagnação, como atestam os desempenhos do PIB e de outros indicadores de oferta e demanda. Produção industrial e vendas ao varejo exibem desempenho frágil, ao mesmo tempo que se elevam as taxas de desemprego. A incerteza quanto à recuperação da economia americana, a insegurança frente ao risco de desemprego e a deterioração dos preços de ativos de renda variável se traduzem em pessimismo por parte de empresas e consumidores, como apontam os principais indicadores de confiança. A única sinalização positiva, quanto ao nível de atividade, provém da balança comercial, cujos elevados superávits continuaram a se ampliar ao longo do segundo trimestre.

De fato, a demanda interna tem se mostrado incapaz de sustentar a retomada do crescimento.

As vendas ao varejo vinham exibindo comportamento irregular desde o final de 2001, com variações anuais pequenas, embora positivas. Em junho, declinaram 0,9%, após elevações de 0,8% e 0,7% em abril e maio, respectivamente. As variações mensais foram de -1%, 0,3% e -0,5% em abril, maio e junho.

Os saldos comerciais positivos prosseguiram em trajetória de expansão, a despeito da acentuada apreciação do euro em relação ao dólar. No segundo trimestre, essa evolução decorreu, principalmente, do crescimento das exportações, que se recuperaram após atingirem, em fevereiro, o valor mais baixo desde agosto de 2000. As importações vêm crescendo desde dezembro, embora ainda se mantenham abaixo do patamar observado no início de 2001. O superávit comercial alcançou US\$7,9 bilhões em maio e US\$10,2 bilhões em junho, resultado de exportações de US\$82,6 bilhões e US\$86,9 bilhões e de importações de US\$74,7 bilhões e US\$76,7 bilhões, nos meses de maio e junho, respectivamente.

A produção industrial prosseguiu apresentando variações anuais negativas ao longo do segundo trimestre, assinalando decréscimos de 1,2% em maio e junho. Em termos mensais, a produção industrial declinou 0,7% em abril, manteve-se estável em maio e expandiu 0,5% em junho. As indicações provenientes do mercado de trabalho também são

desfavoráveis. A taxa de desemprego manteve-se em 8,3% de maio a julho, após permanecer em 8,2% nos quatro primeiros meses do ano. Em relação ao mesmo mês de 2001, a taxa registrou, em julho, elevação em dez dos doze países da região.

O PIB da Área do Euro cresceu 0,6% no segundo trimestre, comparativamente ao segundo trimestre de 2001, após elevar-se 0,3% no primeiro trimestre, na mesma base de comparação. Por setores da economia, os maiores aumentos ocorreram em serviços financeiros e em outros serviços, 1,6% e 1,8%, respectivamente, e as maiores contrações na construção e na indústria, 1,7% e 0,9%, seqüencialmente. A variação do PIB relativa ao trimestre anterior, ajustada sazonalmente e anualizada, alcançou 1,4%. O consumo privado, que correspondeu a 57% do PIB, subiu 0,3% no segundo trimestre, enquanto a formação bruta de capital fixo, responsável por 21% do PIB, contraiu 2,9%, relativamente ao mesmo trimestre de 2001.

O arrefecimento da inflação no segundo semestre permitiu que o Banco Central Europeu (BCE) mantivesse a taxa básica de juros em 3,25% a.a., prevalecente desde novembro de 2001. O Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH), cuja variação anual se manteve acima de 2,5% no primeiro trimestre, mudou de patamar nos últimos meses, registrando elevações de 2% em maio, 1,8% em junho e 1,9% em julho. Se confirmada a contenção das pressões inflacionárias que se manifestaram no início do ano, haverá espaço para que o BCE reduza a taxa de juros visando evitar desaceleração adicional do nível de atividade econômica.

A frágil recuperação da economia ameaça comprometer as metas fiscais de alguns países da Área do Euro, tendo em vista que o déficit público anual deve se manter abaixo do limite de 3% do PIB, conforme determinado pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, firmado em 1997. Nesse sentido, a Alemanha, que no primeiro semestre apresentou déficit equivalente a 3,5% do PIB, possivelmente excederá o teto de 3% para o ano, haja vista os gastos adicionais decorrentes dos efeitos das enchentes.

Adicionalmente, a França enfrentará dificuldades para se manter abaixo do valor de referência, em 2003, se o desempenho econômico permanecer debilitado, assim como a Itália, que pretende reduzir a carga tributária, no próximo ano.

As expectativas do setor empresarial e dos consumidores, que vinham apresentando evolução positiva desde novembro de 2001, deterioraram-se a partir de maio, de acordo com indicadores de confiança da Área do Euro e das principais economias da região. O índice do Instituto de Pesquisas Econômicas (IFO), que afere expectativas de negócios na Alemanha, recuou de 91,6 pontos em maio, para 91,3 e 89,9 nos meses seguintes, alcançando 88,8 pontos em agosto. Na Itália, indicador equivalente estimado pelo *Istituto di Studi e Analisi Economica* (Isae) declinou de 97,2 para 93,2 pontos de maio para julho e na França, o índice do *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (Insee) passou de 101 para 98 pontos em igual período. O índice para a Área do Euro, calculado pela Comissão Européia, registrou retração de -9 para -10. Comportamento semelhante pode ser observado com relação aos indicadores de confiança do consumidor destes países. Entre esses, o índice referente aos consumidores italianos registrou o maior declínio, de 119 para 113,3 pontos, de maio a julho, ao passo que o indicador para a Alemanha subiu de 89 para 92 pontos no mesmo intervalo. O índice da Comissão Européia recuou de -8 para -10.

Economias emergentes

China

No segundo trimestre de 2002, o PIB apresentou crescimento anual de 8%. Essa expansão foi impulsionada pelas altas de 8,6% nas vendas no varejo e de 21,5% no investimento.

A atividade econômica no país continuou em ritmo elevado em julho, alavancada pela expansão das exportações, que se beneficiaram do bom desempenho das vendas ao exterior de produtos elétricos e eletrônicos, e do investimento, impulsionado pelos maiores gastos na construção de edifícios, reflexo da adoção de pacote de estímulos fiscais desde o início de 2002. Em relação ao mês anterior, o crescimento com ajuste sazonal desses componentes do gasto agregado atingiu 5,3% e 1,9%, respectivamente. Em comparação ao mês correspondente em 2001, as exportações expandiram 28,1% e o investimento, 22,9%.

Ainda em julho, as vendas no varejo mantiveram-se em nível elevado, sustentadas pelas despesas com alimentação, registrando crescimento mensal de 0,8%, com ajuste sazonal. Na comparação com igual mês do ano anterior, as vendas expandiram 8,6%. O IPC apresentou variação negativa de 0,1% em julho, evidenciando menores preços da alimentação e relativa estabilidade do segmento de produtos nãoalimentícios.

Considerando a variação em 12 meses, o IPC registrou variação igualmente negativa, de 0,9%.

Coreia do Sul

No segundo trimestre de 2002, o PIB a preços constantes apresentou crescimento de 7,8%, em relação ao trimestre anterior, recuperando, em parte, a contração de 10,2% assinalada no primeiro trimestre do ano, comparativamente ao último trimestre do ano anterior. Em relação a igual trimestre de 2001, o PIB real expandiu-se 6,3%. A recuperação da atividade econômica decorreu da intensificação na produção industrial, que cresceu 8,1% no segundo trimestre do ano, comparativamente ao período anterior, sustentada, principalmente, pelo desempenho das exportações, que expandiram 12,9% no período. Considerada a mesma base de comparação, a formação bruta de capital fixo elevou-se 12,4% e a atividade de construção, 25,1%. A produção industrial dessazonalizada elevou-se 1,9% em julho, em comparação ao mês anterior, e 8,9% frente ao mesmo mês de 2001, contribuindo para que a taxa de desemprego totalizasse 2,7%, mesmo patamar de junho, ante 3,4% em julho de 2001.

No mesmo mês, a inflação anual, medida pelo IPC, alcançou 2,1%, ante 2,6% de junho. As variações, igualmente anuais, de 0,9% nos preços ao produtor e de -7,2% nos preços de importação contribuíram em grande parte para a desaceleração do IPC. A taxa básica de juros foi definida pelo Banco Central da Coreia do Sul em 4,27% a.a., ante 4,35% a.a. em junho, tendo como referência o ambiente econômico caracterizado pela expansão da produção industrial, recuperação do investimento, menor variação de preços e perspectivas de fortalecimento do won frente ao dólar, que deverão amortecer pressões inflacionárias pelo lado da demanda.

O ambiente de recuperação da atividade, sinalizando condições mais favoráveis para o desempenho da economia, foi confirmado pelo Índice de Confiança do Consumidor (ICC), válido para o horizonte de seis meses, que se situou em 107,8 em julho, ante 98,4 no mês correspondente de 2001.

Rússia

A produção industrial russa aumentou 3,3% em julho em relação a junho. A elevação na atividade industrial decorreu do crescimento na produção de combustíveis, metalurgia de não-ferrosos, química e petroquímica, máquinas para uso industrial e alimentação. Como consequência, a taxa de desemprego situou-se em 7,7%, permanecendo estável pelo terceiro mês consecutivo, no patamar mais reduzido do ano.

A inflação em doze meses, medida pelo IPC, alcançou 15% em julho, ante 14,7% no mês precedente. Esse crescimento refletiu, em parte, a tendência de alta nos preços ao produtor observada desde abril,

visto que, desse mês até julho, a inflação anual no âmbito do produtor deslocou-se de 6,8% para 11,4%.

Em relação ao comércio exterior, as exportações totalizaram US\$8,2 bilhões e as importações, US\$4,8 bilhões, em julho. A continuidade de saldos mensais positivos ao longo do ano resultou em superávit acumulado de US\$21 bilhões no primeiro semestre de 2002. O superávit acumulado em doze meses até junho atingiu US\$42,4 bilhões, 2,5% abaixo do superávit acumulado até maio. Ao final de julho, as reservas internacionais atingiram US\$43,3 bilhões, ante US\$43,6 bilhões no mês anterior e US\$36,5 bilhões ao final de julho de 2001. O aumento paulatino do nível de reservas externas tem contribuído para a estabilidade da moeda doméstica no patamar de 30 rublos por dólar, ao longo do ano. Ainda em julho, a taxa interbancária de juros elevou-se para 13,4% a.a., ante 6,4% a.a., em junho, e 5,2% a.a., em maio, voltando a aproximar-se da taxa assinalada em fevereiro.

Turquia

A aprovação pelo Parlamento de reformas necessárias para o início de negociações visando o ingresso do país na União Européia (UE), a contenção da inflação e o sólido desempenho fiscal foram determinantes para o restabelecimento da confiança, face às incertezas de ordem política associadas às eleições de novembro. Esse quadro foi corroborado com a aprovação, pelo FMI, da terceira revisão do acordo assinado em fevereiro, o que possibilitou desembolso adicional de US\$1,15 bilhão.

O arrefecimento da inflação contribuiu para a continuada redução da taxa de juros *overnight*, que foi fixada em 46% a.a. no início de agosto. O banco central reduziu a taxa em seis ocasiões, desde o início do ano, acumulando contração de 13 p.p. A variação anual do índice de preços ao consumidor, que havia alcançado 52,7% em abril, declinou para 42,6% em junho, 41,3% em julho e 40,2% em agosto, sugerindo o cumprimento da meta para a inflação, de 35%, para 2002.

O PIB cresceu 2,3% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo trimestre de 2001. Na mesma base de comparação, estimativas apontam crescimento superior a 7% no segundo trimestre, sustentado sobretudo pela indústria e pelo comércio. A produção industrial vem se desacelerando desde março, embora prossiga mantendo elevações significativas. Após crescer 19,2% em março, a variação anual reduziu-se para 14,6% e 11% nos meses seguintes, situando-se em 6,6% em junho.

A dívida pública registrou declínio de 6,1% em termos reais nos sete primeiros meses do ano, declinando de US\$84,4 bilhões para US\$77,2 bilhões. Essa evolução permitiu que a meta de superávit primário no primeiro semestre fosse superada em 0,4% do PIB. A meta para 2002 é de 6,5% do PIB.

A balança comercial acumulou resultados negativos desde março, tendo registrado déficit de US\$5,6 bilhões no primeiro semestre. Em junho, o déficit recuou para US\$1,1 bilhão, ante US\$1,3 bilhão em maio, resultado de US\$2,6 bilhões de exportações e de US\$3,7 bilhões de importações.

América Latina

A desaceleração da atividade econômica mundial, cujo crescimento declinou de 4,7% em 2000 para 2,2% em 2001, refletiu-se negativamente no desempenho das economias latino-americanas, traduzido em expansão lenta do PIB, em cenário de redução dos fluxos de capitais internacionais.

As projeções de crescimento econômico para a América Latina e Caribe em 2002 sofreram revisões para baixo. O FMI prevê declínio do produto regional de 0,4%, após crescimento de 0,7% em 2001. O resultado é fortemente influenciado pelo colapso da atividade produtiva na Argentina e suas repercussões regionais. Além da Argentina, projeta-se queda do produto no Paraguai, Uruguai e Venezuela. Os países de maior importância econômica relativa na região, México e Brasil, crescerão ao redor de 1,5%, assim como a Colômbia. Para o Chile, o crescimento previsto é de 2,6%. No entanto, essas perspectivas

dependem muito dos desdobramentos nas principais economias desenvolvidas. Na maioria dos países da região, as possibilidades de adoção de uma política macroeconômica anticíclica são limitadas, seja pela necessidade de financiamento externo, seja pela existência de desequilíbrios fiscais, que impedem a adoção de políticas fiscais expansionistas.

Apesar do menor dinamismo no comércio internacional, a região deverá apresentar superávit na sua balança comercial, fruto de maiores esforços de diversos países em ganhar novos mercados e de desvalorizações das moedas locais. Segundo projeções do FMI, o saldo positivo atingirá US\$9,9 bilhões, resultado de crescimento nas exportações de bens e redução das importações. Conseqüentemente, reduz-se o déficit em conta corrente. As exportações e importações do México, maior importador e exportador da América Latina, cresceram, em julho, 8,7% e 7,9%, respectivamente, ante julho de 2001, totalizando US\$14 bilhões e US\$14,6 bilhões.

Associada à flexibilização dos regimes cambiais e à adoção de políticas monetárias baseadas em metas para a inflação, as políticas macroeconômicas nacionais têm-se mostrado mais eficientes em vários países, desde a segunda metade dos anos noventa. Em contrapartida, dificuldades de ordem interna ou externa não determinaram aumento generalizado dos preços, conforme observado em 2001, quando a taxa média de inflação ao consumidor na região alcançou 6,1%. Para 2002, espera-se a elevação dessa taxa, em função da aceleração do nível de preços na Argentina, Uruguai e Venezuela. Nos demais países persiste a taxa moderada assinalada nos últimos anos.

A crise de governança corporativa nos Estados Unidos, associada às incertezas das economias latino-americanas, em especial as do Cone Sul, a partir do segundo trimestre de 2002, fizeram reaparecer o movimento de fuga para qualidade (*flight to quality*) predominante em 2001. Em diversos países da região, a superposição de tensões políticas domésticas às incertezas associadas aos fundamentos macroeconômicos gerou aumento da percepção de risco por parte do mercado financeiro internacional.

A conjuntura internacional adversa foi particularmente agravada pelas preocupações dos investidores com a situação da Argentina e o receio de contágio para outros países da região, que acabou atingindo, principalmente, Uruguai e Paraguai. O Brasil, afetado pela crise argentina, passou também a sofrer crescente pressão à medida que incertezas associadas à futura política econômica eram agravadas pelo aumento generalizado da aversão global ao risco. Tendo em vista a deterioração do ambiente econômico interno e externo, Uruguai, Paraguai e Brasil firmaram novos acordos *Standby* com o FMI.

No caso uruguaio, o aprofundamento da crise bancária fez com que os depósitos bancários passassem de US\$13,6 bilhões no início do ano para US\$8 bilhões no fim de julho. Os depósitos de não residentes declinaram 60% e os de residentes, 35%, comparativamente ao início de 2002. A redução dos depósitos no sistema bancário determinou brusca queda das reservas internacionais, que registraram US\$655 milhões no fim de julho, comparativamente a US\$1,47 bilhão, no fim de junho, e a US\$3,1 bilhão, no final de 2001. Nesse cenário, o governo recorreu ao FMI e a agências multilaterais, obtendo recursos da ordem de US\$3,9 bilhões, dos quais US\$2,8 bilhões originários do FMI, US\$0,3 bilhão, do Banco Mundial (Bird), e US\$0,8 bilhão, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Paraguai, seriamente afetado pela retração do comércio com os parceiros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), teve aprovado acordo *Stand-by* com o FMI no valor de US\$200 milhões. No que se refere às negociações da Argentina com o FMI, em agosto, o governo argentino enviou esboço de carta de intenções ao Fundo

estabelecendo projeções de variáveis macroeconômicas para 2002 e diretrizes do governo para a reestruturação do setor bancário. Entretanto, observa-se entraves à assinatura de um acordo no curto prazo. No entanto, no início de setembro, o FMI adiu, em um ano, o pagamento de uma dívida de US\$2,78 bilhões do país com o organismo.

Petróleo

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), em reunião ordinária de 26 de junho, em Viena, tendo revisto a situação do mercado de petróleo, bem como as perspectivas de oferta e demanda do produto para o segundo semestre de 2002, observou que as medidas de redução adotadas durante 2001 e 2002, apoiadas por medidas de alguns produtores não pertencentes a essa organização na primeira metade de 2002, restabeleceram o relativo equilíbrio do mercado. Contudo, observou-se que a relativa tensão nos preços correntes do mercado é resultante, fundamentalmente, da situação política vigente.

Nesse contexto, e considerando, adicionalmente, as dúvidas quanto à recuperação econômica mundial, o crescimento modesto da demanda e os confortáveis níveis de estoque de petróleo ora existentes, a Opep decidiu manter os níveis acordados de produção, em 21,7 milhões de barris por dia (mbd), até o final de setembro. No segundo trimestre de 2002, a demanda global de petróleo, segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), alcançou 75,41 mbd, ante 76,65 mbd, no primeiro trimestre, devido principalmente à redução ocorrida nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em particular para os Estados Unidos, a recuperação na demanda de petróleo parece estar ganhando *momentum*. Dados preliminares sugerem recuperação em maio e junho, embora para o segundo trimestre o comportamento seja de estabilidade.

Ainda de acordo com a AIE, a demanda global para o terceiro trimestre está estimada em 76,28 mbd e para o quarto trimestre, em 78,18 mbd, mostrando expansão em ambos os períodos, devido, principalmente, ao aumento da procura nos países da OCDE. Estimativas preliminares indicam produção média para julho de 76,5 mbd, representando aumento de 780 mil barris por dia em relação a junho, ocasionada, em parte, pelo aumento da produção da Opep. O preço do petróleo tipo *Brent* no mercado à vista, final de período, aumentou de US\$25,45/barril, em junho, para US\$25,57/barril, em julho, e US\$27,01/barril, em agosto. O declínio nos estoques brutos dos Estados Unidos nos últimos meses e a ameaça de guerra deste país contra o Iraque acarretaram pressão para o aumento dos preços, compensada, em parte, pela elevação da produção de petróleo pelos países da Opep.

No mercado futuro, as cotações do petróleo tipo *Brent* mostraram-se decrescentes para prazos subsequentes de entrega, negociados em mesma data. Para os contratos negociados no final de agosto, os níveis de preços superaram os registrados em meses anteriores.

Conclusão

Confirma-se a redução no ritmo de crescimento da economia mundial. A retomada da economia norte-americana, variável chave para determinar a trajetória da economia internacional, mostrou-se insuficiente para reverter o fraco dinamismo da atividade econômica das principais economias mundiais. Por conseguinte, o crescimento do comércio mundial será relativamente limitado, pela permanência do quadro recessivo no Japão, com repercussão nos países asiáticos, muito embora estes mantenham maior ritmo de crescimento, e por um ritmo de crescimento bastante reduzido na Europa. Ao recrudescimento das dificuldades externas inerentes às economias emergentes, em especial às da América Latina, como a questão do efeito-contágio, veio se somar o agravamento da perda de dinamismo da economia mundial e a redução do volume global de financiamento em direção a estes países. Neste último caso, a combinação de riscos e incertezas gerou aumento desproporcional da percepção de risco, refletido no patamar de risco país, exacerbando a contração de fluxos

de capital.

Ainda que no mercado financeiro globalizado as economias mostrem estreito grau de interdependência, principalmente nas economias emergentes, a superação da atual crise será determinada pela dinâmica da economia mundial e pela capacidade das economias, em especial as latino-americanas, em adotar as reformas econômicas necessárias de modo a criar o ambiente de estabilidade competitiva, favorável ao investimento e exportações, a fim de reduzir o grau de vulnerabilidade externa, elevado na maioria delas.

Diante deste contexto de incerteza, um novo conflito no Oriente Médio poderá alterar radicalmente o cenário para a economia mundial, a começar por nova escalada nos preços internacionais do petróleo. Dessa forma, a volatilidade no mercado de petróleo deverá ser intensa nos próximos meses, afetando negativamente a economia mundial no restante do ano.

9. Panorama da economia nacional.

O pau-brasil foi a primeira riqueza a ser explorada, porém essa exploração não era lucrativa e por isso, Portugal resolve colonizar o Brasil. Foi implantado o sistema de capitanias

hereditárias, onde a nobreza portuguesa recebia posse da capitania e era obrigada a explorá-la.

Com isso a agricultura passa a ser a atividade econômica (cana de açúcar). No século XVII,

houve grande desenvolvimento na agricultura e por isso foi criado o primeiro tipo de

sociedade colonial. A pecuária se estendeu e o povoamento começou a surgir. Com a

demanda do açúcar, começaram a surgir as bandeiras indígenas que acabaram despovoando

o interior.

Com a revolução industrial na Europa, o estado passou a não interferir na economia e o

trabalho do homem foi valorizado. No século XIX, houve uma séria queda na agricultura da

cana, tabaco e algodão pois não tinham os mesmos rendimentos anteriores, a pecuária e a

mineração também regrediram e a indústria não progredia. Mas com a abertura dos portos,

o Brasil passou a comercializar com outros países e implantou novas indústrias.

Na época do império, a cafeicultura era a principal atividade econômica, e logo após vinha,

a cana, algodão, etc. No século XIX o café chega ao Vale do Paraíba. As condições

climáticas e da terra eram favoráveis o que ajudou a tomar o café ainda mais importante

economicamente. Mas o esgotamento das terras, abolição, altos preços, fizeram com que a

cafeicultura no Vale decaísse. Por causa da abolição do tráfico, o capital foi investido na indústria e por isso de 1850 à

1864, houve inflação e crise financeira. Em 1889, acontece o golpe militar, pois conflitos

entre a igreja e o governo e a abolição dos escravos, fazem com que o governo perca suas

bases econômicas, militares e sociais. O café naquele momento era tão importante, que o governo iria comprar uma parte da

produção para manter o preço. Mas a crise de 29 afetou a cafeicultura, abaixando o preço

do produto. Neste momento, ocorreram muitas falências e perda de poder das oligarquias.

Logo após a posse de Vargas, a economia agrícola sofre mudanças pois diminuíram

sensivelmente as exportações, a própria população diminuiu e muitas fábricas fecharam.

Por isso, um novo mercado interno foi criado e com isso, aumentou a burguesia que se interessava na indústria e na vida urbana. Em 1933, a indústria era a principal fonte econômica no país. É a partir daí que surgem os primeiros redutos parlamentares e com isso o Estado começa a tratar das questões do comércio exterior e das indústrias separadamente. A criação de organismos como o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool acabou sendo benéfica para a indústria e influenciou na política do desenvolvimento econômico. Neste momento, a indústria começa a crescer e São Paulo torna-se o maior centro industrial da América Latina. Cria-se aí o Estado Novo que controla as atividades econômicas. Vargas começa a investir na indústria pesada, o que desagrada os próprios industriais. Mas tinha ainda a questão das siderúrgicas, pois Vargas queria acabar com o monopólio da Cia. Iron Ore. Com a segunda grande guerra, o crescimento econômico poderia diminuir, mas como não havia mais exportações, acabou abrindo ainda mais o mercado interno, o que foi bom para a economia. Com o fim da guerra e a união aos aliados, o Brasil passou a exportar em demasia e as vezes até o que não era necessário. Países desenvolvidos se reestruturaram e por isso havia pouco interesse na exportação de produtos nacionais. Apesar deste problema, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional e a indústria se modernizou. Em 1948, cria-se o regime de licença prévia, o que funcionou durante algum tempo. O Sumoc acabou com os paralelos criando um fundo único de câmbio. Em 1949, institui o orçamento de câmbio e as operações vinculadas. Com a guerra da Coreia, o governo passa a fazer estoques de produtos com medo de escassez. As exportações foram mal. Apenas o café ainda ia bem. Em 1953, o Sumoc cria os leilões de câmbio e resolve o problema. Os produtos importados, foram divididos em categorias segundo sua importância, o que foi bom para a economia, fazendo com que a balança tenha fechado em Superávit. Vargas trabalha para voltar à presidência e por isso, várias comissões foram criadas para desenvolver a economia. Em 1954, Getúlio se suicida e os primeiros rumores de golpe surgem. Em 1956, Juscelino assume buscando a união dos empresários, políticos, militares e assalariados. JK adota o recurso ao capital estrangeiro para sustentar a indústria pesada. É desta época, os primeiros contatos brasileiros com o FMI. O Brasil era o terceiro país receptor de capital de risco americano destinado a indústria manufatureira. A industrialização da economia tinha um importante papel na mudança de costume dos brasileiros. Jânio toma posse e encontra um país em crise deixado por JK. Porém Jânio renuncia e João Goulart assume. O crescimento da indústria e do PIB desabam e os investimentos sofrem uma violenta queda. As forças armadas derrubam Goulart e Castelo Branco assume, tornando as eleições indiretas e dividindo os partidos em dois (Arena e MDB). Em 1964, foi criado o programa de ação econômica do governo. Criado pelo ministro da

economia para reduzir a inflação. Criou-se também a correção monetária para financiar o déficit do governo. Surgiu o BNH, reformas bancárias e a repressão dos valores do serviço público, porém a inflação subiu. Em 1966, houve um corte de dinheiro corrente, com isso a inflação caiu e quando Costa e Silva assumiu, houve um aumento no PIB. Com a isenção do IR e do IPI, as exportações cresceram. Foi também criado o Banco Central, substituindo o Sumoc. Nesta época, o ministro da fazenda Delfim Neto, reduz os juros e com isso, reduz a inflação. Costa e Silva foi substituído por Médici, que manteve Delfim Neto a frente da economia, e este conseguiu abaixar ainda mais a inflação e crescer o PIB. Com a criação do I PND, o Brasil poderia atingir metas e resultados significativos. Foram 3 anos de euforia até a guerra dos Árabes X Israel, o que aumentou o preço do petróleo e derivados, o que gerou uma crise econômica internacional e fez a produção e o PIB desabarem. A crise volta a abalar o país, a dívida externa muito alta, o déficit e outros problemas voltaram a assustar. Com a formulação do II PND, Geisel, agora no poder, contactava com estrangeiros a possibilidade de se instalar usinas no país. Mas como iria ajudar um plano baseado no endividamento? Por isso, o II PND teve de ser reformulado e acabou abandonado. Em 78, Geisel revogou atos de banimento, criou a lei de segurança nacional e suspendeu a censura. O retorno a democracia parece certo neste momento e quando Figueiredo assume, promete devolver o poder aos civis, o que acontece 6 anos mais tarde debaixo de uma crise econômica muito séria. Em 1980, a situação econômica não era nada boa, pois as dívidas não deixaram a inflação baixar. O país entra em recessão. Houve queda na produção industrial em 1981 e o desemprego era grande. A dívida chegou a níveis absurdos e o FMI passou a mandar no país. Em 1985, Tancredo Neves assume, mas morre logo após. Sarney toma seu lugar já em eleições diretas, que vieram logo após. Em 1986, o novo ministro da economia Dilson Funaro, cria o plano Cruzado, congelando os preços, salários, extinção da correção monetária, criação do índice de preços e OTN. A inflação caiu, já que a situação internacional era favorável. O ágil começou a aparecer e por isso foi criado o Cruzado II, o que descongelou os preços e aumentou as tarifas. Luís Carlos Bresser Pereira, cria o plano Bresser, para congelar os preços novamente. Mas problemas como o ágil e o desabastecimento voltaram a acontecer. Em 1989, foi criado o Plano Verão. Preços, salários e aluguéis foram congelados, a moeda se desvalorizou e houve privatizações. Mas tudo foi por água abaixo, pois as aplicações no over foram grandes e com isso a inflação voltou a crescer. Eleito, Collor cria seu plano, com itens como por exemplo: bloqueamento das contas correntes e poupanças, congelamentos, fim do Cruzado Novo, e etc. Em 1991, a ministra Zélia Cardoso de Melo, cria um novo congelamento, desindexação da

economia, criação da TR., etc e como era de se esperar, esse plano também fracassou.

Collor é afastado e quem assume é Itamar Franco, seu vice, que não faz grandes mudanças.

O até então ministro Fernando Henrique, é chamado e começa a elaborar um novo plano para estabilizar a economia. FHC se desvincula do ministério para ser candidato e é eleito.

O Plano Real de Fernando Henrique se divide em três fases:

1ª.- Ajuste fiscal para equacionar o desequilíbrio orçamentário da União.

2ª.- Eliminar a inflação através da URV.

3ª.- Transformação da URV em Real.

A condução do plano procura evitar o erro dos choques heterodoxos, qual seja a grande

expansão do crédito e da demanda após a queda da inflação.

A economia a nível global apesar das crises e das incertezas vividas teve um comportamento positivo tendo contribuído o forte crescimento económico e o aumento significativo da liquidez em termos internacionais. Os maiores importadores mundiais que são os Estados Unidos e a China deram o impulso necessário na área comercial. Os défices públicos e da balança comercial dos Estados Unidos foram financiados pelos países produtores de petróleo e pelos países asiáticos. A economia mundial deve terminar este ano com um crescimento muito perto dos 4%, considerando a subida dos preços do petróleo conforme previsto pelos governadores dos bancos centrais dos 10 países mais ricos do mundo (G-10). A China, Índia, Paquistão e diversos países de economias emergentes do Sudeste asiático estão a crescer a taxas muito próximas dos 10%, tendo a China apresentado um crescimento de 9,5% no primeiro trimestre do ano, tendo provocado aumentos considerados anormais na procura de petróleo para satisfazer as necessidades de energia, obrigando a uma subida dos preços do barril de crude. Os Estados Unidos continuam a ser o maior consumidor de petróleo do mundo, seguidos da China que em 2003 tornou-se o segundo maior consumidor representando 8,1% do consumo, importando 13% de petróleo a nível mundial, representando em termos de importações 51% do consumo mundial, face aos 59% dos Estados Unidos e aos 86% do Japão, devendo atingir em 2025 cerca de 77%. Em simultâneo o aumento das cotações das vendas dos produtos petrolíferos estão a reduzir o poder de compra dos Países Desenvolvidos (PD), fazendo que a inflação se possa vir a tornar uma verdadeira ameaça. A crise que vivem os PD não permite dispor de mecanismos que façam inverter esta tendência da economia mundial a curto prazo. O Banco Central Europeu (BCE), confirmou o crescimento da economia a nível global, sendo a inflação um sério perigo, uma vez que é provocado pela alta dos preços do petróleo, sendo dessa forma uma ameaça ao crescimento sustentável, com efeitos negativos na economia e por sua vez nas respectivas políticas orçamentais. O preço do petróleo deve terminar o ano muito perto dos 60 dólares o barril, tendo ultrapassado esse montante dia 21 nos mercados internacionais, e o gás natural atingiu um novo valor máximo, com a descida das temperaturas no Norte dos Estados Unidos, tendo em Nova Iorque, o preço do barril para entrega em Janeiro subido 2,5%, fixando-se em 60,69 dólares. O preço do barril de Brent, petróleo de referência do Mar do Norte, para entrega em Janeiro, valorizou-se 3,2% fixando-se no mercado de Londres em 58,80 dólares. Com a tempestade de neve que se esperava para dia 16 no Norte dos Estados Unidos onde é utilizada 80% da energia para aquecimento, e com a descida das temperaturas muito abaixo do normal noutras regiões, a procura de combustível aumentou, tendo as refinarias crescido a produção. Prevê-se que as temperaturas possam descer mais, obrigando ao aumento da procura de combustível para aquecimento. O gás natural, subiu acima dos 9% no mesmo dia, atingindo novo recorde. A Arábia Saudita, no seguimento da sua declaração no segundo semestre do ano intensificou a produção tendo afirmado que o petróleo necessário à crescente procura mundial seria satisfeito. Em conformidade os preços do barril registaram grandes descidas nos principais mercados internacionais, tendo o consumo das gasolinas diminuído em alguns mercados e as refinarias do Golfo México voltaram a subir a oferta após a passagem do furacão Katrina, tendo havido sinais dada comunidade internacional de que algumas economias emergentes devem travar a sua procura como forma de fonte de produção de energia, como é o caso da China e Índia, que após aumentos sucessivos na produção doméstica, devem entrar numa fase de maior estabilidade. A China tornou público a 21, resultados da análise da actividade económica tendo revisto em alta o nível de

riqueza criada internamente, situando-se na 4 maior economia mundial. O estudo recaiu sobre os 3 mais importantes sectores que são a agricultura, indústria e serviços prestados, o que levou a corrigir o Produto Interno Bruto (PIB) de 2004, bem como os seus dados históricos. O governo chinês não revelou se vai fazer alguma alteração correctiva aos valores anteriormente divulgados do PIB, mas é de prever que este tipo de levantamento económico avalie de forma correcta a contribuição dos serviços para o crescimento da economia e que tem sido subestimado. A riqueza produzida a nível doméstico pela China foi no ano passado de 1,649 biliões de dólares cerca de 1,385 biliões de euros, altura em que a China teve a maior taxa de crescimento em 7 sete anos que foi de 9,5%. Existe na Wall Street o sentimento generalizado de que o PIB chinês de 2004 deve ser alterado para 2 biliões de dólares, correspondente a 1,669 biliões de euros, que significa um aumento de 20%. Confirmada esta previsão, a China passa a ser o 4 país a nível mundial com riqueza produzida, ou seja avançar 3 posições em relação ao lugar que neste momento ocupa. Esta análise profunda da economia da China tem como fim, permitir ao governo justificar a redução do investimento público e conseguir melhorar a confiança dos investidores estrangeiros face às estatísticas do país, servindo ainda, como meio importante de redução da corrupção e da fraude fiscal, numa área em que as autoridades têm extrema dificuldade e na arrecadação dos impostos, essencialmente no sector dos serviços. O Banco Central ou Banco Popular da China (BPC) sem qualquer aviso prévio a 21 de Julho divulgou a desindexação da moeda chinesa ao dólar americano, tendo criado um sistema de maior flexibilidade em termos de gestão dos câmbios do yuan ou renmibi, constituído por um cabaz de moedas ou divisas, chamado de G-4, em que o dólar continua a ser a moeda dominante, do euro, iene e won da Coreia do Sul. O G-4 constitui o pilar do sistema de tripé da especialização a nível internacional da China. A China como sabemos em termos económicos é carente em 3 factores; a importação de produtos considerados intermédios, provenientes de países regionais de maior desenvolvimento industrial como o Japão e a Coreia do Sul; a compra do crude que é uma "commodity" em dólares; do mercado dos Estado Unidos, uma vez que a China é o principal exportador e a Europa o destino das exportações dos produtos conhecidos como "made in China". No cabaz das ditas moedas foram incluídos o dólar canadiano, australiano e o de Singapura, o bath, a libra e o ringgit da Malásia, moedas correspondentes aos parceiros comerciais chineses. O BPC valorizou o yuan face ao dólar somente em 2,2%, e em relação ao euro foi em serpente até ao momento com pequenas desvalorizações e valorizações. Esta pequena valorização do yuan veio a contrariar as previsões dos especuladores que esperavam uma valorização de 5%. O yuan poderá ser valorizado entre 2% a 3% no final de 2006. O yuan está desvalorizado 40% em relação ao dólar e tivemos a oportunidade de fazer o historial e consequências dessa desvalorização real e efectiva. Esta medida inclui-se adentro de uma visão geo-estratégica a longo prazo, em que a China tem como intenção pôr a moeda chinesa como moeda mundial de topo, ficando os mercados financeiros dependentes das suas flutuações. Vai ser inevitável nos próximos 20 anos. A China terá de esperar pelo próximo ano e seguinte, considerados críticos, e no segundo ano em Outubro realizar-se-á, o 17.º Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC). A valorização pequena dos 2,2%, foi um sinal de carácter político com vista a acalmar os americanos. Mas são os factores económicos tão importantes quanto os políticos. Esta pequena valorização levou em linha de conta o facto da economia da China estar dependente do comércio internacional em 70%, e a exportação dos produtos chamados de "made in China" faz-se de duas formas: pelo sistema industrial de multinacionais estrangeiras, onde os capitais americanos têm uma considerável percentagem, e por empresas controladas em termos financeiros pelos chineses da diáspora, que representaram em 2004, cerca de 60% das exportações. Alterar o câmbio da moeda é o mesmo que alterar os benefícios concedidos à deslocalização. Uma outra situação a levar em conta são as cerca de 30 mil empresas exportadoras de têxteis, brinquedos e outros bens de consumo de pequenas dimensões, para as quais, os 2,2%, representam um corte dos pequenos 3% a 5% que têm de margem de lucro. O tratamento em termos de matéria cambial é extremamente sensível uma vez que segundo os relatórios das instituições internacionais e da Reserva Federal Americana, a China tem um sistema bancário na sua maioria considerado na bancarrota, altamente corrupto, faltando o conhecimento técnico no que diz respeito ao crédito e que é segurado pelo governo. Uma das razões para os chineses não valorizarem significativamente e de forma rápida o yuan, que seria o colapso do sistema bancário. Mesmo com esta alteração de 2,2% no câmbio, prevê-se que 50%

dos pequenos exportadores privados se extinga, e não irá significar uma menor dor de cabeça para os industriais americanos daqueles sectores e uma situação favorável para o défice comercial dos Estados Unidos uma vez que os importadores e consumidores americanos vão colmatar essa lacuna chinesa, comprando produtos da América Central, e de outros países da Ásia e da Europa de Leste. Os americanos irão comprar barato de outros mercados, pelo que é pura areia para os olhos. Uma mudança brusca do sistema financeiro chinês causaria um tremor de terra devastador. Os bancos alimentaram uma autêntica “bolha” de investimento no país, que tarde o cedo atingirá o topo, e uma das razões da China não valorizarem muito e de forma rápida o yuan, seria a possibilidade de poder criar o colapso de todo o sistema como dissemos. A valorização, ainda que pequena, tem um efeito real e efectivo no aumento da liquidez traduzida em dólares por parte dos investidores do país onde se incluem as maiores empresas estatais e na valorização dos activos em yuan, mas traduzidos em dólares nos mercados internacionais, essencialmente no sector de empresas de "hi-tech". A maior liquidez em dólares significa a pressão estratégica do ir à globalização seguida pelas empresas estatais e privadas da China. O mercado de fusões e aquisições a nível mundial está a crescer com as entradas chinesas na bolsa dos Estados Unidos, Hong Kong e Singapura. A verdadeira loucura no

Nasdaq com as chamadas “start-ups” da China é visível. A atracção pela Europa é uma falha e os europeus vão ter de trabalhar bastante para atrair os capitais chineses

10. O cotidiano brasileiro.

Cotidiano (no Brasil) ou quotidiano (português europeu) se diz sobre aquilo que é habitual ao ser humano, ou seja, está presente na vivência do dia-a-dia.

- Atrasos nos vôos dos Aeroportos de todo país,
- A face brasileira da violência urbana: Atentados do PCC no RJ e SP;
- Inundações e desabamentos em SP e MG;
- Rebeliões no Sistema Carcerário;
- Caos no Trânsitos das Grandes Metrôpoles, principalmente SP;
- Acidentes Ambientais e crimes ecológicos como o que ocorreu recentemente em São Leopoldo no RS;
- Desmatamento desenfreado das florestas no Norte do Brasil (Pará, Amazonas, Acre,...);
- Corrupção no Setor Público, escândalos recentes envolvendo Membros do Congresso Nacional e do Executivo Federal.